

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ETIENNE BALDEZ LOUZADA BARBOSA

**POR TERRA, POR ÁGUA, PELA LEITURA: AS
CONEXÕES DOS RESPONSÁVEIS PELA
INSPEÇÃO E INSTRUÇÃO PÚBLICA NO PARANÁ
(1854-1890)**

CURITIBA
2016



ETIENNE BALDEZ LOUZADA BARBOSA

POR TERRA, POR ÁGUA, PELA LEITURA: AS CONEXÕES DOS RESPONSÁVEIS
PELA INSPEÇÃO E INSTRUÇÃO PÚBLICA NO PARANÁ (1854-1890)

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutorado em Educação, na linha de História e Historiografia da Educação, no Curso de Pós-Graduação em Educação, no Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Dra. Gizele de Souza

CURITIBA
2016

Catalogação na publicação
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Barbosa, Etienne Baldez Louzada.

Por terra, por água, pela leitura: as conexões dos responsáveis pela inspeção e instrução pública no Paraná (1854-1890). – Curitiba, 2016.
480 f.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Gizele de Souza

Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

1. Ensino de primeiro grau. 2. Supervisão escolar. I. Título.

CDD 379.15



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



PARECER

Defesa de Tese de Etienne Baldez Louzada Barbosa para obtenção do Título de DOUTORA EM EDUCAÇÃO. Os abaixo assinados, Prof.^a Dr.^a Gizele de Souza, Prof.^a Dr.^a Diana Vidal, Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Gaspar da Silva, Prof. Dr. Claudio Luiz DeNipoti, Prof. Dr. Marcus Levy Albino Bencostta, arguíram, nesta data, a candidata acima citada, a qual apresentou a seguinte Tese: "POR TERRA, POR ÁGUA, PELA LEITURA: AS CONEXÕES DOS RESPONSÁVEIS PELA INSPEÇÃO E INSTRUÇÃO PÚBLICA NO PARANÁ (1854-1890)".

Procedida a arguição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que a candidata está Apta ao Título de DOUTORA EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

BANCA	ASSINATURA	APRECIÇÃO
Prof. ^a Dr. ^a Gizele de Souza		aprovada
Prof. ^a Dr. ^a Diana Vidal		aprovada
Prof. ^a Dr. ^a Vera Lúcia Gaspar da Silva		aprovada
Prof. Dr. Claudio Luiz DeNipoti		aprovada
Prof. Dr. Marcus Levy Albino Bencostta		aprovada

Curitiba, 13 de dezembro de 2016.

Profª. Drª. Maria Rita de Assis César
Coordenadora do PPGE

AGRADECIMENTOS

Quando inicio a leitura de uma tese, me detenho primeiro nos agradecimentos. Isso ocorre não somente pelo seu lugar no começo do estudo, mas por aquilo que nos informa: as conexões que o autor construiu ao longo de quatro anos e que permitiu, com todas as dificuldades e soluções encontradas, a finalização do trabalho. Marc Bloch chama a nossa atenção para que o historiador não se atenha à busca infinita pelas origens, sendo assim, seguindo o seu pensamento, informo que a busca pela minha rede não retrocede mais que o tempo de constituição da minha família direta e da minha vida na Universidade Federal do Paraná. Serei sempre grata à essas duas instituições.

Agradeço a todos os entes familiares que contribuíram para a efetivação desse estudo: minha mãe por sempre se manter firme no apoio; meus irmãos – Victor e Ralph – por escutarem os planos e desdobramentos da escrita, pois falar sobre a tese ajuda a redirecionar as *ideias fora do lugar*. Sou grata ao meu esposo Renato por se manter presente e aos meus filhos Renan e Renata pela torcida e compreensão, sem contar a leitura de textos em inglês e o debate sobre os autores, momentos de aprendizagem ao escutar e falar com *o outro*. Reconheço o empenho dos meus tios Ezi e Lincol e do meu irmão Victor no auxílio financeiro de algumas pesquisas em território italiano. E sempre tem aquela parte da família que torce pelo seu estudo, que quer saber da tese, que te chama para encontros não acadêmicos. Nessa eu incluo e agradeço aos meus vinte e dois sobrinhos, principalmente à Suelen, Pedro Henrique, Felipe, Arthur e Júlio que sempre estavam disponíveis para qualquer auxílio ou troca de ideias; à minha cunhada Ana por cuidar da minha casa e família como sua; à minha prima e “filha” Thais, pela alegria dos encontros com a sua família, e às minhas tias Ivonete e Sonia, junto com meus avós Álvaro e Yvone, por estarem sempre ao alcance das mãos e do coração.

A rede familiar, com seu suporte amoroso e econômico, foi um dos meus esteios, contudo, a que se formou por intermédio da convivência acadêmica fortaleceu e tornou possível a escrita da presente tese. Redireciono todo o meu agradecimento à minha orientadora Gizele de Souza. Por ela e ao seu entorno, nesses dez anos sob sua orientação, fui tecendo a minha teia de conhecimento sobre a inspeção e instrução pública no Paraná. Os anos de trabalho e convivência em projetos nacionais e internacionais, por meio do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Infância e Educação Infantil (Nepie-UFPR), sob sua coordenação,

permitiram a minha inserção em outras leituras e debates, ampliando meus estudos sobre a educação no Brasil. No Nepie, sou grata à Ana Julia Rodrigues, Franciele França e Patrícia Krueger por todos os momentos de estudo, pesquisa e amizade, e, em especial, às professoras Angela Coutinho e Catarina Moro, pelas trocas pessoais e acadêmicas sobre a Educação Infantil e a vida cotidiana. Vocês, junto com o professor Paulo Vinícius Silva, que sempre me incluiu em projetos que permitiram o aprofundamento da minha prática como pesquisadora, são professores e pessoas fundamentais no meu percurso acadêmico.

Estendo o meu agradecimento aos professores que formaram a minha banca, pelas leituras, sugestões, trocas, enfim, pelo olhar atento. Agradeço ao professor Claudio DeNipoti por aceitar compor o grupo, mesmo estando inicialmente longe do Brasil no seu Pós-Doutorado. Seus estudos sobre livros, leitores e leituras no Paraná foram referência para o meu trabalho. Sou grata à professora Diana Vidal, pela firmeza nos seus apontamentos. À professora Vera Gaspar agradeço por todos os momentos, na Universidade e fora dela, que conversou sobre o meu tema e referências, que ponderou sobre o caminho que eu tomava na escrita, por partilhar um pouco da pesquisa nos acervos internacionais e das ações de confraternização que dela decorreu. Muito obrigada ao professor Levi Bencostta, *prata da casa*, cuja a presença nos Seminários de Tese e questionamentos como leitor lançaram inquietações pertinentes para o meu processo de escrita. Meu *molte grazie* ao professor Juarez dos Anjos que, mesmo distante fisicamente, se fez presente por meio de indicações de leituras, de troca de fontes, de conversas ao telefone e por correio eletrônico. Agradeço à professora Elaine Cátia Maschio, por aceitar prontamente o convite para leitura e estreitamento de diálogo entre nossas pesquisas.

A relação com outros alunos da pós-graduação foi sempre profícua. Nesse sentido, sou grata ao grupo de pesquisa da professora Gizele de Souza, especialmente às amigas Alessandra, Ana Júlia, Andrea, Franciele, Joseane e ao amigo Juarez. Pessoas que compartilharam referências, anseios e receios de escrita de tese e dos momentos que a ela extrapolam, como os cafés, os risos, as histórias de família. Franciele França, obrigada por todos os anos juntas, por encontrar e compartilhar fontes, por tudo que vivemos e que não cabe aqui narrar. Intercursos acadêmicos e pessoais com as alunas do doutorado, Elisangela Mantagute, Gisele Machado, Silvete de Araújo e Silvia Ross, também foram essenciais para a configuração deste trabalho.

Agradeço à Capes pela bolsa do doutorado, financiamento que tornou possível que o estudo se desse em terras italianas durante o ano de 2015. Para isso, outra rede se intercalou às duas primeiras, também com orientação da professora Gizele de Souza: a internacional. *Voglio ringraziare i tanti verso cui ho contratto debiti e impegni. Prima di tutto, mio tutor Juri Meda, dopo il mio amico e professore della lingua italiana Domenico Cosentino e la professoressa Marta Brunelli, che in tempi e fasi diverse mi hanno sostenuto, aiutato, consigliato, indirizzato e speso giustamente. Spero solo di non aver troppo tradito de loro aspettative. Anche sono grata agli amici e studenti Barbara Gobetto, Fabiana Loparco, Camila Ramasine (senza parole, mia amica...) e Isabela Magnanti. Professoressa Catarina Moro, sono grata per tutto l'aiuto e i momenti felici che abbiamo trascorso a Firenze. Cara amica Gizele de Souza, vi ringrazio per il tempo che abbiamo trascorso insieme in Italia. Ci sono stati giorni di intenso lavoro (studio, ricerca, riunioni e conferenze accademiche), ma tanti momenti culturali (andando a musei, teatri, fiere) e felice (organizzazione della vita quotidiana, passeggiate per Firenze, visite alle gelaterie...). La mia eterna grazie a voi!!!!*

Aos funcionários dos arquivos e bibliotecas nacionais e internacionais envio meu agradecimento pela gentileza, paciência, cordialidade e disposição para procurar fontes e referências sobre a inspeção e instrução pública no século XIX. Pessoas como o senhor francês Louis, da Biblotèque Sainte-Geneviève, que falava muito bem italiano, o que muito facilitou a conversa e que, coincidentemente, passava as férias na região Marche, na Itália, e conhecia a Universidade de Macerata. Muito obrigada por todas as dicas de acervos sobre a instrução.

As pessoas que aqui listei podem ser consideradas como pontos que levam a outras tantas que me auxiliaram na tessitura deste trabalho. Graças a essa rede tudo foi possível. Sou eternamente grata.

RESUMO

A circulação de ideias e sujeitos faz parte das redes de sociabilidades que os humanos têm tecido ao longo da história. Este estudo se volta para o referido trânsito no século XIX, com atenção nos responsáveis pela inspeção da instrução pública (presidentes, inspetores/diretores gerais, inspetores de distrito/paroquiais e subinspetores) na província do Paraná, Brasil. Tal província foi emancipada oficialmente como comarca da província de São Paulo em dezembro de 1853 e, desde então, organizou a sua estrutura de governo (a Assembleia Legislativa Provincial, a Comunicação, as Comissões Permanentes), estando nela incluída a Inspetoria Geral da Instrução Pública. A presente investigação toma duas frentes como objetivo: a primeira é identificar a circulação dos responsáveis pela instrução, de ideias sobre o ensino e os espaços de sociabilidade dos mesmos no Paraná, contrapondo com outras províncias brasileiras e países; e a segunda é perceber, por meio dos relatórios e demais documentos escritos, as apropriações feitas pelos Inspetores/Diretores Gerais da Instrução Pública Primária. A noção de circulação e apropriação aqui utilizada coaduna com o entendimento desenvolvido na História Cultural de que são ações interligadas, no sentido de que os sujeitos ou grupos, que entram em contato com determinado repertório que esteja em trânsito, o interpreta e ressignifica, pondo-o novamente em movimento. Inspetores/Diretores Gerais eram responsáveis, em síntese, pela escolha do método e livros utilizados nas escolas, por contratar, demitir, dar licenças e orientar professores, pela organização da materialidade escolar e a proposição de leis e regulamentos de ensino na província. Suas ações, formação, indicação de leituras sobre a instrução por meio dos seus relatos e o percurso que alguns deles fizeram fora da província do Paraná será o foco da investigação. O recorte cronológico escolhido compreende os anos entre 1854 – início de reestruturação da inspeção da instrução pública na província, com a contratação do primeiro Inspetor Geral – e 1890, quando ocorre uma reconfiguração nessa estrutura, pensada por uma comissão formada por sujeitos que haviam exercido o cargo de inspetor/diretor geral antes do advento da República (1889). As fontes que auxiliam esta empreitada podem ser divididos em três categorias: documentos oficiais (comunicações e ofícios do governo, relatórios dos presidentes da província e dos inspetores/diretores gerais, o jornal *O Dezenove de Dezembro*, utilizado para as publicações dos atos oficiais do governo provincial), documentos impressos (livros da biblioteca dos inspetores/diretores gerais, revistas e periódicos paranaenses, relato memorialístico *Pai e Patrono*) e documentos particulares (cartas trocadas entre os partícipes do ensino e seus amigos e familiares). Esta documentação foi questionada tanto quanto a formação, leituras, escritos e circulação dos sujeitos responsáveis pela instrução paranaense, como as ideias de referência sobre o ensino que ali comparecem. Demarcada a intenção, a tese se divide em dois momentos: o de reestruturação da Inspetoria Geral da Instrução Pública do Paraná e, consequentemente, a circulação dos inspetores, das primeiras proposições para o ensino e dos impressos; e o de observação das ideias de referência elencadas e as propostas efetivadas pela inspeção.

Palavras-chave: Inspeção da Instrução Pública. Instrução Primária. Inspetores. Paraná.

RIASSUNTO

Lo scambio di idee e soggetti fa parte delle reti di sociabilità che gli umani hanno tessuto nel corso della storia. Tale studio si rivolge al movimento dei soggetti e delle idee nel XIX secolo, con particolare attenzione ai responsabili per l'ispezione dell'istruzione pubblica (presidenti, ispettori/direttori generali, ispettori del distretto/parrocchiali e viceispettori) nella provincia del Parana, Brasile. Tale provincia fu emancipata ufficialmente come distretto della provincia di San Paulo nel dicembre 1853 e, da allora, ha organizzato la sua struttura di governo (l'Assemblea Legislativa Provinciale, la Comunicazione, le Commissioni Permanenti), e comprendeva l'Ispettorato Generale dell'Istruzione Pubblica. La presente ricerca ha come obiettivo due fronti: il primo è identificare la circolazione delli soggetti responsabili per la istruzione, delle idee sull'insegnamento e gli spazi della sociabilità degli stessi nel Parana, contrapponendosi con altre province brasiliane e paesi; il secondo è percepire, attraverso relazioni e altri documenti scritti, le appropriazioni fatte dagli Ispettori/Direttori Generali dell'Istruzione Pubblica Primaria. La nozione di circolazione e appropriazione qui utilizzata in linea con la comprensione sviluppata nella storia Culturale suggerisce che sono azioni interconnesse, nel senso che gli individui o gruppi, che entrano in contatto con un determinato repertorio che sia in movimento, interpreta e dà un altro significato, rimettendolo nuovamente in movimento. Ispettori/Direttori Generali erano responsabili, per la scelta del metodo e dei libri utilizzati nelle scuole, per l'assunzione, il licenziamento, il dare le ferie e orientare i professori, organizzare la materialità scolastica e la proposizione delle leggi e dei regolamenti dell'insegnamento nella provincia. Le sue azioni, formazione, indicazione delle letture sull'istruzione attraverso i suoi rapporti o percorso che alcuni di loro fecero al di fuori della provincia del Parana sarà al centro della ricerca. L'intervallo cronologico scelto, comprende gli anni tra il 1854 – inizio della ristrutturazione dell'ispezione dell'istruzione pubblica nella provincia, con l'assunzione del primo Ispettore Generale – e il 1890, quando si verifica una riconfigurazione in questa struttura, progettata da una commissione formata da soggetti che avevano già esercitato l'incarico di ispettore/direttore generale prima dell'avvento della Repubblica (1889). I documenti che aiutano questa campagna possono essere suddivisi in tre categorie: documenti ufficiali (comunicazioni e documenti del governo, relazioni dei presidenti della provincia e degli ispettori/direttori generali, o giornali *Il Diciannove Dicembre*, utilizzato per le pubblicazioni degli atti ufficiali del governo provinciale), documenti stampati (libri della biblioteca degli ispettori/direttori generali, riviste e periodici paranaensi, libro memorialistico *Padre e Padrone*) e documenti privati (lettere scambiate tra i partecipanti dell'insegnamento e i loro amici e familiari). Questa documentazione è stata discussa sia per la formazione, letture, testi e movimenti dei soggetti responsabili per l'istruzione paranaense, sia per le idee di riferimento sull'insegnamento presenti. Delineata l'intenzione, la tesi si divide in due momenti: quello della ristrutturazione dell'Ispettorato Generale dell'Istruzione Pubblica del Parana e, conseguentemente, la circolazione degli ispettori, delle prime proposizioni per l'insegnamento e dei libri e periodici pubblicati; e l'osservazione delle idee di riferimento elencate e sulle proposte effettive per l'ispezione.

Parole-chiavi: Ispezione dell'Istruzione Pubblica. Ispettori. Istruzione Elementare. Parana.

Não é mais a origem que dá lugar à historicidade; é a historicidade que, na sua própria trama, deixa perfilar-se a necessidade de uma origem que lhe seria ao mesmo tempo interna e estranha: como o vértice virtual de um cone onde todas as diferenças, todas as dispersões, todas as descontinuidades fossem estreitadas até formarem não mais que um ponto de identidade, a impalpável figura do Mesmo, com o poder, entretanto, de explodir sobre si e de tornar-se outra. O homem constituiu-se no começo do século XIX em correlação com essas historicidades, com todas essas coisas envolvidas sobre si mesmas e indicando, através de seu desdobramento, mas por suas leis próprias, a identidade inacessível de sua origem.

(Michel Foucault, 1999:454)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: A chegada à Baía de Guaraquessaba.....	48
Figura 2: Mapa da Itália em 1870.....	87
Figura 3: A Itália entre 1815 a 1859.....	114
Figura 4: A Comarca de Curitiba na década de 1820-1830.....	212
Figura 5: A Capital do Paraná – Curitiba (1855)	213
Figura 6: A chegada à Baía de Paranaguá.....	224
Figura 7: Socialização no convés de um navio.....	237
Figura 8: A Província do Paraná no Mapa (1887)	284
Figura 9: Edifício Principal da Exposição de Filadélfia, 1876.....	324
Figura 10: O Exame Escolar (1848)	348

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1: Estrutura da Inspeção do Ensino no Paraná Comarca e Província (1846-1857)	52
Organograma 2: Estrutura da Inspeção do Ensino no Paraná Província e Estado (1874-1890).....	53
Organograma 3: Divisão da Província em Circunscrições do Ensino Obrigatório.....	58
Organograma 4: Distritos de Instrução na Província do Paraná (1854)	151
Organograma 5: Distritos de Instrução propostos por Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá	152
Organograma 6: Inspetorias de Distrito.....	153

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Os responsáveis pelas Superintendências do Ensino Obrigatório.....	59
Quadro 2: Inspetores/Diretores Gerais e sua Formação Acadêmica.....	73
Quadro 3: Papel da Inspeção do Ensino Segundo a Legislação Francesa.....	128
Quadro 4: Jornais e Revistas do Paraná (1854-1889)	145
Quadro 5: Artigos das leis de instrução pública holandesa indicados por Silveira da Mota.....	164
Quadro 6: A Obrigatoriedade do Ensino nos Relatórios de presidentes, publicados no Dezenove de Dezembro.....	173
Quadro 7: Proposições do DGIP e efetivações no Regulamento de Instrução (1876).....	182
Quadro 8: Papel dos pais/responsáveis na manutenção da criança na escola.....	185
Quadro 9: Referências de autores e sistemas de ensino de países europeus.....	191
Quadro 10: Sociedades e Clubes Literários da província do Paraná (1853-1890)	218
Quadro 11: Compêndios indicados pela inspetoria da instrução.....	245
Quadro 12: Número de cadeiras providas entre 1856 a 1858.....	250
Quadro 13: Livros enviados para as escolas em 1857.....	252
Quadro 14: Livros enviados para as escolas em 1858.....	252
Quadro 15: Livros enviados para as escolas em 1859	252
Quadro 16: Livros da Biblioteca dos Marcondes de Oliveira e Sá (1819-1881)	277
Quadro 17: Número de inspetores em Paranaguá e Ponta Grossa (1854 a 1870)	292
Quadro 18: O disposto na legislação de instrução paranaense de 1876 e de 1890.....	314
Quadro 19: Legislação Paranaense sobre os Exames de Alunos.....	345
Quadro 20: Referências citadas por Joaquim Ignácio Silveira da Mota.....	364
Quadro 21: Prêmios distribuídos pela Associação Humanitária Paranaense.....	378

LISTA DE SIGLAS DAS FONTES E DOS ARQUIVOS CONSULTADOS

AL – Assembleia Legislativa (Curitiba-PR)

ALESP – Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (São Paulo-SP)

APMCM – Arquivo Público Municipal Casa da Memória (Curitiba)

APPR – Arquivo Público do Paraná (Curitiba-PR)

ASR – Archivio di Stato di Roma (Roma-Itália)

BAS – Biblioteca Azeredo da Silveira (Brasília-DF)

BCEB – Biblioteca do Círculo de Estudos Bandeirantes (Curitiba-PR)

BN – Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro-RJ)

BNC – Biblioteca Nazionale Centrale di Firenze (Florença-Itália)

BNF – Bibliothèque Nationale de France (Paris-França)

BMP – Biblioteca do Museu Paranaense (Curitiba-PR)

BPPR – Biblioteca Pública do Paraná (Curitiba-PR)

BSG – Bibliothèque Sainte-Geneviève (Paris-França)

CDPR – Coletânea da Documentação Paranaense

CESCO – Biblioteca del Centro di Documentazione e Ricerca sulla Storia del Libro Scolastico e della Letteratura per l'infanzia (Macerata-Itália)

CM – Casa da Memória (Curitiba-PR)

CMCEPR – Centro de Memória do Colégio Estadual do Paraná (Curitiba-PR)

DEAP-PR – Departamento do Arquivo Público do Paraná (Curitiba-PR)

DGIP – Diretor Geral da Instrução Pública

FFCHL-USP – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

IGIP – Inspetor Geral da Instrução Pública

IP – Inspetor Paroquial

ID – Inspetor de Distrito

SUMÁRIO

Sujeitos em movimento e suas leituras: herança (i)material	17
 Capítulo 1 – “A Repartição central do ensino faz chegar a sua ação nos estabelecimentos de instrução e educação por meio das Inspetorias de Distrito”	49
1.1. A escolha dos Inspetores Gerais: formação acadêmica e formação do olhar	66
1.2. Saberes em percurso: redes de sociabilidades	83
1.3. O jovem Jesuíno e a velha Europa: tempo de ver e ler o mundo	101
 Capítulo 2 – Saberes em percurso: escrever e ler sobre a inspeção e instrução	139
2.1. Inspeção e instrução: o Inspetor Geral Silveira da Mota e suas proposições	186
2.2. Os inspetores da instrução paranaense em outros espaços sociais	210
2.3. Movimento dos Portos: inspetores paranaenses em viagem	223
 Capítulo 3 – Saberes em percurso: livros indicados, cartas enviadas e a biblioteca organizada	236
3.1. Leitura em família: cartas pessoais, cargos públicos	257
3.2. Cartas em família: livros, bibliotecas e referências para a instrução	266
3.3. Nos livros da inspeção a circulação de uma prática	283
 Capítulo 4 – “Sente-se o poderoso esforço que se faz para desenvolver a instrução pública”	297
4.1. Exposições, Congressos e Conferências: “o Paraná marcha sobranceiro (...) no tortuoso caminho que separa o atraso do progresso”	322
4.2. As Conferências de Instrução de Silveira da Mota: “fortalecimento do edifício político pela difusão das luzes, dos bons e virtuosos sentimentos”	357

4.3. A Associação Humanitária Paranaense e os prêmios dados aos alunos “por sua aplicação e procedimento”	369
---	-----

“Retomo o fio das Ideias”	390
--	------------

Fontes	404
--------------	-----

Referências	435
-------------------	-----

Anexos	460
--------------	-----

Apêndices	464
-----------------	-----

SUJEITOS EM MOVIMENTO E SUAS LEITURAS: HERANÇA (I)MATERIAL

“La comunicación es el mito central de nuestras sociedades desgarradas entre el desarrollo de la difusión y la atomización. Por un lado, el acento se pone sobre todo lo que circula (gente, cosas y saberes), sobre los viajes, los transportes y estos grandes puntos de intercambio de ideas e imágenes que son las escuelas y los medios de comunicación. Por el otro, nuestra organización social no cesa de dividir y fragmentar a los grupos, los individuos y las tradiciones, al deshacer la lógica interna que estructuraba los antiguos saberes, un uso de las relaciones, una lengua de lo ordinario y de la memoria propia para habitar los gestos y las palabras”.

Michel de Certeau (1995:137)

Podemos indicar a comunicação como um dos elementos centrais nos processos de constituição da sociedade, seja por meio daquilo que circula (sujeitos, ideias, saberes, costumes, mercadorias) ou pelo próprio processo de organização social, sempre em transformação. O campo da instrução está inserido dentre esses mecanismos organizacionais, fato que pode ser observado nas instituições educativas, por meio da legislação educacional, dos livros e materiais pedagógicos, dos métodos e da imprensa que noticia o debate sobre o ensino, pondo-o em circulação. O presente estudo tem como objetivo principal investigar a circulação e apropriação de sujeitos, livros e proposições para o ensino na província do Paraná, na segunda metade do século XIX, a partir de escritos deixados pelos Inspetores Gerais da Instrução Pública Primária e pelos demais partícipes do ensino.

Este intento foi delineado durante a pesquisa e o trabalho desenvolvido no mestrado, quando foi possível acompanhar o processo de organização da estrutura da inspeção da instrução pública primária na província paranaense, por meio dos documentos deixados por presidentes da província, inspetores/diretores gerais, inspetores de distrito/paroquiais e professores. Naquele momento identificou-se que alguns desses sujeitos não só se deslocavam, no sentido geográfico (países e outras províncias, participação em conferências pedagógicas, publicação em jornais no exterior), como também colocavam em movimento suas ideias. Os responsáveis pela inspeção e instrução pública primária paranaense tinham como função pensar, propor e orientar as reformas para o ensino e muitas vezes citavam sistemas educacionais de outros países, num esforço de olhar a si próprio e também ser visto pelo outro (BARBOSA, 2012).

No desenvolvimento da dissertação, apontamos a existência de uma biblioteca que pertenceu a Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá e a seu filho, Moysés Marcondes de Oliveira

e Sá, que exerceram a função de inspetor/diretor geral em momentos diferentes na província. Apesar de listar os títulos dessa biblioteca e realizar o esforço de identificar, nela, algum conteúdo similar aos que os inspetores propunham em seus escritos, a questão da circulação de ideias sobre a inspeção e o ensino permaneceu esfumada pelo tempo, bem como dos sujeitos que dela faziam uso – *se* e *como* o faziam. Concomitante a essa indicação de uma biblioteca particular, localizamos as cartas trocadas entre a família Marcondes de Oliveira e Sá durante mais de meio século, passando por três gerações. A leitura de todo o acervo não foi o escopo na dissertação, todavia, pudemos identificar nele indícios de envio de livros ou indicações de leituras, trocadas entre pai e filho. Simultaneamente a defesa do mestrado, o projeto da presente tese¹ foi arguido, onde apontamos a intenção de investigar a apropriação e circulação de modelos culturais e pedagógicos presentes nos relatos dos responsáveis pela inspeção e instrução paranaense, como também nas suas bibliotecas pessoais.

Sinalizamos esta biblioteca dos Marcondes de Oliveira e Sá, que passa e se amplia de pai para filho, como uma herança física e, ao mesmo tempo, imaterial. Isso porque não somente aquele que recebe ou compra determinado título, cujo conteúdo remeta ao ensino, o interpreta a seu modo, como também, no caso de serem estes sujeitos responsáveis pela instrução na província, esta herança acaba não sendo “separável de uma prática social que lhe empresta corpo e eficácia”² (REVEL, 2000. p.32). No desvio de olhar, é possível interpretar que a herança recebida por Moysés Marcondes de Oliveira e Sá não era composta por apenas uma série de livros sobre o ensino, mas também por um nome que carregava o peso de ser descendente do primeiro inspetor geral da província e a possibilidade de exercer esta função posteriormente, com todos os malefícios e benefícios dessa prática social. Todavia, o problema aqui delimitado é: *como determinados repertórios sobre a inspeção e instrução pública primária comparecem nas práticas voltadas para o campo da inspeção na província do Paraná?* A tese que aqui defendo é de que os inspetores paranaenses, como mediadores

¹ Durante o desenvolvimento e apresentação dos primeiros resultados da pesquisa no decorrer do mestrado, a banca de qualificação indicou o estudo ao *upgrade* – passagem do mestrado ao doutorado. No dia da defesa a banca arguiu a dissertação do mestrado e, após a conclusão e validação do título de mestre, foi feita a defesa do projeto do doutorado.

² O sentido de herança imaterial aqui é tomado de acordo com o crédito de poderes, respeito e fidelidade que Giovan Battista Chiesa herdou de seu pai, Giulio Cesare, conforme descreve Jacques Revel no prefácio do livro *A Herança Imaterial*, de Giovanni Levi.

culturais³, corroboraram para a constituição de um cânone de referências sobre o ensino em concordância com saberes e ideias que circulavam em outras províncias brasileiras. E que esse *modus operante* era constituído não somente pelo código de escrita como também pela sua experiência; pelas críticas que receberam e que elaboraram; pelos debates públicos e profissionais que participaram; bem como na presença marcada em espaços privados.

Demarcamos que a intenção é trabalhar com duas frentes de investigação. Uma delas é *identificar e examinar a circulação de ideias, sujeitos e livros relacionados à questão da inspeção e do ensino público primário paranaense*. A outra empreitada tem como objetivo *perceber as apropriações feitas pelos inspetores/diretores gerais de instrução pública paranaense, por meio do que delimitavam como pertinente para o desenvolvimento do ensino na província (seja por meio das discussões orais ou por meio dos seus escritos)*. Para explicitar melhor o sentido dessas ações investigativas, percorreremos três objetivos específicos tendo como cerne os autores ou interlocutores dos temas sobre a inspeção e instrução pública primária (professores, inspetores e presidentes de província) e os espaços de circulação desses senhores, das ideias por eles lidas ou debatidas (sociedades e clubes literários, livros, revistas e periódicos, cartas e relatórios):

- 1) Investigar quais espaços sociais eram representativos na sociedade paranaense e por essa característica, possivelmente frequentados pelos inspetores de ensino;
- 2) Identificar o trânsito das ideias voltadas para a instrução na província do Paraná;
- 3) Compreender como determinadas práticas eram referenciadas e apropriadas pelos sujeitos responsáveis pelo ensino.

No percurso dessas ações, algumas hipóteses serão verificadas. A primeira é de que *existiam locais na província paranaense, logo após a emancipação, que funcionavam não somente como espaços informativos, mas como ambientes formativos, e que os inspetores paranaenses eram seus frequentadores*. Em sua dissertação, Cláudio DeNipoti (1994) investiga como os curitibanos em geral educavam-se quanto a sexualidade (amor, casamento, sexo e sexualidade), por meio da leitura, no início do século XX. O autor criou uma personagem (O Bibliotecário) que nos conduz pelos escritos encontrados no livro de registro da Biblioteca Pública do Paraná, mas que, em seu cotidiano, nos apresenta também os “salões

³ Tomo os inspetores como mediadores culturais no sentido dado por Carlo Ginzburg (1991): “quando se fala em mediadores culturais, parte-se do princípio de que existe uma série de clivagens de tipo cultural numa dada sociedade; tais clivagens sugerem, por seu turno, a existência de um conjunto de relações de poder (GINZBURG, 1991. p.131)”.

cinematográficos”, onde ele teria assistido a filmes, como os que estavam em cartaz no Eden Salão (*O Mocinho; A Cultura das Dalias; O Impostor*); ou ido ao show de variedades no Theatro Plytheama, ou ainda, aos domingos, caminhado pelo Passeio Público e feito a leitura dos jornais (DENIPOTI, 1994, p.10). Temos acesso ao ambiente formativo pela leitura, a biblioteca, e os espaços de convivência. Quatro anos depois, o mesmo autor nos apresenta “a sedução da leitura”, com recorte iniciado no final século XIX, e pontua que o Paraná, “nos cinquenta anos entre 1880 e 1930, assistiu uma enorme expansão editorial, para a qual coincidiram motivações econômicas e intelectuais/culturais” e por meio do estudo da função dos livros, da indústria editorial que se formou e das bibliotecas como difusão de ideias, foi possível identificar um número significativo de leitores durante este período (DENIPOTI, 1998. p.12 e 181). O caminho realizado por Cláudio DeNipoti aponta para a presença e utilização desses espaços formativos, principalmente a partir dos anos de 1880. Tomando o recorte da presente tese (1854-1890), cabe ainda esmiuçar quais eram os possíveis espaços de socialização antes da década mencionada de sua expansão, que pessoas eram responsáveis pela sua organização e com que finalidades foram criados, assim como investigar as discussões, leituras e proposições que eram feitas.

O Paraná foi a última província a ser criada e, como tal, teve que adaptar as demandas do Império – como a criação de uma identidade de nação permeada pelas questões escravistas, sem contar as tensões entre a centralização e descentralização do governo, atreladas ao esforço civilizatório – com as características próprias. Em meio ao processo duplo de sua reorganização – lidar com o rompimento dos vínculos administrativos com a província de São Paulo e com a reconfiguração social, a província do Paraná firmava a sua identidade. Uma província que se estruturava em todos os aspectos: organizava suas cidades (como a capital, Curitiba, onde se viam porcos pelas ruas); elaborava suas posturas municipais⁴; estruturava a rede administrativa em todos os segmentos (instrução, correios, departamento de polícia, rede jurídica e política); ampliava a indústria e o comércio (mate, carne verde, feijão, farinha, milho) e utilizava da imprensa (por meio do jornal *O Dezenove de Dezembro*) para se dar a ver (MARTINS, 1939, 1982; PENA, 1990; PEREIRA, 1996; WESTPHALEN, 1997). Em meio a todas as mudanças e reorganizações, a população

⁴ A Assembleia Legislativa Provincial era responsável pela aprovação dos Códigos de Posturas, que eram normas propostas pelas Câmaras Municipais e que estabeleciam as regras gerais para o convívio em sociedade. Sobre as Posturas Municipais no Paraná ver: PEREIRA e SANTOS, 2003).

desenvolvia a sua rede de relacionamentos, fosse por meio do comércio no geral, da religião, da política, da família. Grande parte desse contato, a partir da década de 1870, acontecia nos “lugares de convívio”, como cita Etelvina Trindade (1996), em um dos trinta e quatro clubes e sociedades que funcionavam na província, conforme informa Maria Thereza Lacerda (1980). Porém, como esse circuito de convivência ocorria antes da criação dos clubes? Nos encontros e festas privadas? Antes ou após os serviços religiosos? Nos cafés? Nos encontros ocasionais feitos durante o desvio de lama e buraco nas ruas? Questões aqui levantadas em busca de confirmação ou refutação, que auxiliam na hipótese de que os locais frequentados pelos responsáveis pela inspeção e instrução pública primária, para além daqueles que eram exclusivos da sua função dentro da estrutura do ensino, contribuíam para a formação e circulação dos saberes sobre a instrução.

A segunda hipótese é de que *os responsáveis pela inspeção e instrução paranaense se valiam dos jornais e de revistas periódicas, citando referências de outros países, bem como das viagens que fizeram ao longo da vida, para colocar em trânsito suas ideias e propostas para o ensino*. Os inspetores de ensino não exerciam essa função somente quando estavam a frente do cargo; ser inspetor era contribuir com a instrução como um compromisso social e pessoal (BARBOSA, 2012), por isso que acompanhá-lo durante outros momentos que não à frente da Inspeção de Ensino, incluindo suas leituras e viagens, pode contribuir para este entendimento. Os responsáveis pelo ensino primário (presidentes de província e professores) também seguiram em viagens pessoais e trouxeram na bagagem discussões sobre a educação que detinham o gosto do inédito, por ainda não tramitar livremente entre os periódicos e jornais da província, como no caso da professora Emília Erichsen, de Castro (PR), que conheceu na Europa as ideias de Froebel, ainda na década de 1840 (LAVALLE, 1992. p.25).

Ao contrapor as *viagens pedagógicas*⁵ ou as viagens pessoais com a inspeção paranaense pretendemos identificar três tipos de circulação: I) a dos inspetores como

⁵ Por viagens pedagógicas entendo aquelas que, conforme livro organizado por Ana Crystina Mignot e José Gonçalves Gondra (2007), foram feitas por educadores e que permitiram a circulação de modelos pedagógicos, permitindo pensar a circulação e afirmação dessas referências pedagógicas, os sujeitos que as colocaram em movimento e as reformas que foram organizadas, pensadas pelo Estado, observando, como pontua os organizadores, “os inúmeros desdobramentos que esse amplo movimento produz, o que torna mais rico, multifacetado, descontínuo e irregular o que, durante muito tempo, e ainda hoje, se procura tornar compreensível por jogos de determinação que apenas vedam a inteligência da intensa (e delicada) complexidade que constrói a educação, a pedagogia, a escola e seus sujeitos” (MIGNOT e GONDRA, 2007. p.14).

viajantes, portanto, em contato direto com outras pessoas e possivelmente com práticas educativas; II) a dos inspetores como os protagonistas na organização da instrução na província e conectados com os relatos de viagens feitos por outros brasileiros; III) a dos inspetores como colaboradores de impressos sobre o ensino e detentores de escritos feitos por inspetores estrangeiros em viagens de observação de sistemas educacionais. Entendemos, como sustenta Antonio Viñao (2000), que as viagens pedagógicas auxiliam os historiadores com os seus testemunhos e a literatura sobre as mesmas é um dos gêneros que cada vez ganha mais destaque quando o foco é educação comparada ou quando se utiliza fontes histórico-educativas (VIÑAO, 2000. p.84). Nesse sentido, perceber a ação dos inspetores de ensino e demais responsáveis pela instrução paranaense enquanto se deslocavam ou no retorno de suas viagens, pode auxiliar-nos na compreensão de suas propostas educativas.

A última hipótese é a de que *a apropriação dos inspetores sobre as práticas pedagógicas por eles contempladas (nos livros, em viagens, periódicos e demais escritos) pode ser percebida nos seus escritos oficiais e, para além desses, nos documentos pessoais por eles armazenados e que essa apropriação demonstra uma geografia do repertório que circulava no Brasil e nos países por eles citados, com proposições específicas para o contexto paranaense*. Se as ideias são veículos, a proposta é *reduzir a escala* de observação até o contexto dos inspetores paranaenses, com o foco acurado nas apropriações que fizeram dessas ideias. Esta redução de escala é compreendida tal como apontada pela micro-história italiana, como uma análise – a partir de ações, contextos e experiências individuais ou singulares – que localiza o envolvimento de sujeitos específicos com redes maiores (BURKE, 1992; GRENDI, 2009; REVEL, 1998). Dessa forma, reduzir a escala, como sustenta Jacques Revel (2000), "permite destacar ao longo do destino de um homem (...) a complexa rede de relações, a multiplicidade de espaços dos tempos nos quais se inscreve (REVEL, 2000, p.17)".

A historiadora brasileira Sandra Pesavento (2004) evidencia que “realizar microanálise é dizer *mais* sobre um recorte do real a partir de um método, mas isto é dado *também* pela bagagem de conhecimento prévio e à parte deste recorte de escala (Pesavento, 2004. p.180)". De acordo com o francês Roger Chartier, citado por Ginzburg, “nessa escala reduzida, *e sem dúvida somente nessa escala*, podem ser compreendidas, sem reduções deterministas, as relações entre sistemas de crenças, de valores e de representações, por um lado, e pertencimento social, por outro (CHARTIER, 1987. p.26 apud GINZBURG, 2007. p.263)". E, desse modo, quando variada a escala, podemos articular a experiência singular na

província do Paraná com a ação coletiva, em uma escala maior. E esse movimento talvez permita uma visão mais detalhada ou aproximada do tecido social, tal como observa Carlo Ginzburg (2007) de “que toda configuração social é o resultado da interação de incontáveis estratégias individuais: um emaranhado que somente a observação próxima possibilita reconstituir (GINZBURG, 2007. p.277)”.

Demarcado os objetivos e hipóteses, o recorte cronológico escolhido compreende os anos entre 1854 a 1890. É pertinente salientar que o critério para tal seleção se ancora na participação direta dos Inspetores/Diretores Gerais na reorganização da instrução no Paraná. Até o ano de 1854, a província paranaense não contava com um Inspetor Geral da Instrução Pública, pois até dezembro de 1853 vigorava a estrutura da província de São Paulo, da qual Paraná era Comarca. No entanto, em 1854 foi nomeado Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá como o primeiro Inspetor Geral da Instrução Pública da província do Paraná, com o desafio de iniciar as mudanças na inspeção. Por ter essa dupla característica – ser o primeiro Inspetor Geral e aquele que iniciaria a reorganização da inspeção do ensino na província – iniciaremos as nossas investigações sobre as propostas para a inspeção e instrução pública primária por meio desse inspetor. Porém, outros inspetores ganham destaque durante essa narrativa, principalmente no papel de propositores de reformas no ensino.

No intervalo desses trinta e seis anos investigados ocorreram modificações na estrutura e funcionamento da inspeção, principalmente nos anos de 1857 e 1883. Os primeiros regulamentos, publicados em 1857, organizaram a inspeção no Paraná (Inspetor Geral, Conselho Literário, inspetor de distrito, subinspetores) e foram formulados pelo Inspetor Geral Joaquim Ignácio Silveira da Mota. O regulamento, publicado em 1883, reconfigura essa inspeção, criando uma instância responsável somente pela efetivação da obrigatoriedade do ensino (diretor geral, conselho literário, inspetores paroquiais e a superintendência do ensino obrigatório – superintendentes) e que, apesar de proposto pelo presidente da província Oliveira Bello, incorporou muito das ideias listadas em relatório pelo Diretor Geral de Instrução Moysés Marcondes de Oliveira e Sá. Essa reconfiguração permaneceu até o ano de 1890 quando uma comissão, composta por seis homens, elaborou o Regulamento da Instrução Pública do Paraná (20/01/1890), primeiro depois do advento da República. Utilizo o referido regulamento como recorte final devido aos sujeitos que o elaboram, pois quatro deles – João Pereira Lagos, José Joaquim Franco Valle, Justiniano de Mello e Silva e Generoso Marques dos Santos – foram Diretores Gerais da Instrução Pública do Paraná ainda no período

provincial e os outros dois restantes – Eusébio Silveira da Mota e Emiliano David Pernetta – foram professores no Paraná, independentemente de suas outras funções ao longo da vida. Importante frisar que os regulamentos posteriores⁶ não contaram com a presença de uma comissão como essa em suas elaborações. Alguns desses inspetores e professores saíram em viagens internacionais, leram referências estrangeiras e nacionais e não somente circularam como colocaram em movimento as suas ideias por meio de debates em Assembleia Legislativa, artigos de jornais, relatórios, conferências. Nesse sentido, os conceitos de circulação e apropriação são o aporte teórico central das análises aqui desencadeadas.

A noção de circulação e apropriação aqui utilizada coaduna com o entendimento desenvolvido na História Cultural⁷ de que são ações interligadas, no sentido de que os sujeitos ou grupos que entram em contato com determinado repertório que esteja em trânsito o interpretam e ressignificam, pondo-o novamente em movimento. Tratando-se do repertório sobre a instrução pública que determinados inspetores tiveram acesso, corrobora-se com Roger Chartier (1990) quando demarca que somente identificar a distribuição de textos e imagens não é suficiente para determinar seus usos e significados em termos universais, pois eles são concebidos como *espaços abertos a múltiplas leituras* e, conseqüentemente, estão "presos na rede contraditória das utilizações que os constituem historicamente (CHARTIER, 1990. p.61)". A circulação, aqui, não é entendida como um conceito que permite ao indivíduo ter acesso à saberes e práticas de outros locais e se tornar um receptor, desenvolvendo uma relação de dominação e subordinação. Lançar mão do conceito de circulação é investigar a relação entre aquele que produz e aquele que se apropria, percebendo as interações, as reciprocidades, as continuidades e criatividades de se reinventar no contato com o outro, um encontro de mudanças recíprocas, e não somente de influência, cópia ou difusão. A circulação de repertórios culturais, como pondera Roger Chartier, envolve mais que transmissão, ela está

⁶ Regulamento para a Instrução Pública do Estado, de 30/01/1891 e Regulamento para a Instrução Pública do Estado, de 09/02/1895.

⁷ Os historiadores no campo da História Cultural se preocupam com os “objetos culturais”. No caso dos estudos na História da Leitura e dos Impressos, os historiadores têm feito interlocução com as proposições de Roger Chartier, ocorrendo ampla utilização de conceitos como *apropriação e circulação, saberes e culturas escolares*, onde o foco se direciona para as *práticas culturais*. Jean-Pierre Rioux (1998) demarca que os estudos que se voltam para a História Cultural percebem que a cultura está impregnada em todas as estruturas, não somente no social, “uma vez que só se pode ler no mundo das práticas”, portanto, para ele, as pesquisas nesse campo são aquelas que estudam “comportamentos coletivos, sensibilidades, imaginações, gestos a partir de objetos precisos, tais como os livros, ou de instância, como as instituições de sociabilidade” (RIOUX, 1998, p.33 e 34).

relacionada aos usos e recriações que são feitas a partir daquilo que foi posto em trânsito (CHARTIER, 1990).

Perceber a apropriação é entender que os sujeitos interpretam e criam maneiras de utilizar os diferentes suportes que manuseiam, ou seja, as interpretações desses senhores responsáveis pela instrução estão "inscritas nas práticas específicas que as produzem (CHARTIER, 1988. p.26)" e que, ao ler, o sujeito também age, construindo significados por meio dos caminhos culturais que já percorreu. Como descreve quase liricamente Michel de Certeau (1994), "os leitores são viajantes; circulam nas terras alheias, nômades caçando por conta própria através dos campos que não escreveram (CERTEAU, 1994, p.269)". A apropriação não deve ser tomada de forma a desconsiderar que ela depende dos recursos e das práticas de cada comunidade e de cada leitor, portanto, neste sentido, ela é singular. Todavia, como pontua Chartier (2001), identificar as apropriações feitas por determinados sujeitos é ter cuidado com o relativismo, no sentido cultural, não se deixando de atentar para a percepção das relações de dominação e para as relações de poder. Isso é possível quando as situamos "dentro das relações sociais que definem um mundo social particular" e "como resultado de um conflito, de uma luta, de uma vontade em confronto com outra (CHARTIER, 2001. p.116)". Thais Nívia Fonseca (2003), por sua vez, reforça que as ideias, práticas ou processos educativos não devem ser pensados individualmente ou em sua relação com o contexto escolar, pois quando se busca identificar as representações e/ou apropriações faz-se necessário considerar que todo o processo está impregnado da pluralidade existente nas relações que se estabelecem cotidianamente entre os sujeitos e grupos (FONSECA, 2003. p.63).

Pensando nessas relações, compreendemos que redes complexas contribuem ou interferem na relação do sujeito com a leitura, como a rede familiar, a profissional, a política, a escolar, entre outras. Jean-Pierre Rioux (1998) enfatiza que a análise da construção dos hábitos sociais permite uma percepção mais alargada de como se criam as condições de interiorização de determinadas ideias ou práticas culturais (RIOUX, 1998. p.35). As redes de relações que um partícipe da instrução pública constrói ao longo de sua experiência de vida aqui são consideradas também como circuitos de formação, como possibilidades de circulação (de sujeitos, ideias, experiências e mercadorias) e de apropriação de saberes e práticas.

Um dos circuitos de comunicação no qual os inspetores paranaenses estiveram inseridos foi o que comporta a sua formação. Em sua maioria, os inspetores/diretores gerais eram bacharéis em Direito, alguns formados na Faculdade de Direito de São Paulo e outros na

Faculdade de Direito de Recife. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, primeiro inspetor geral após a reestruturação da inspeção no Paraná (1853), iniciou sua formação na primeira faculdade, mas terminou na segunda, por motivos que serão melhor esmiuçados durante o presente trabalho. No entanto, a passagem por uma instituição que foi criada com “a ideia [de] substituir a hegemonia estrangeira – fosse ela francesa ou portuguesa”, na formação dos sujeitos que estariam a frente dos assuntos de governo (administrativos, políticos, econômicos) inaugurando instituições de porte, “que se responsabilizariam pelo desenvolvimento de um pensamento próprio e dariam a nação uma nova constituição⁸ (SCHWARCZ, 1993. p.142)”, pode deixar *rastros* que permitam perceber algumas articulações feitas por ele neste período e suas proposições futuras.

Em trabalho sobre a escola do Recife e o pensamento racial, autores apontaram uma característica na produção dos sujeitos que frequentaram os cursos de Direito em São Paulo – “produziram uma literatura influenciada profundamente por Lord Byron, o que significa dizer uma literatura descompromissada com as questões político-sociais” – e que no Recife – “a poesia engajada proposta por Victor Hugo foi a estética assumida (SÁ, COELHO E MENDES, 2012. p.04)”. E se deslocássemos o olhar das questões raciais para as educacionais? Que permanências poderíamos encontrar de algumas concepções sobre ou para o ensino? É um caminho interessante para percorrer, se atentarmos para a informação de que, no século XIX, a frequência nas Faculdades de Direito formava o bacharel não somente para atuar como jurista ou advogado, ele obtinha também uma *aprendizagem do poder*, que o capacitava a assumir cargos centrais nos governos provinciais (presidentes de província, senadores, juizes, promotores públicos, chefes de polícia, presidentes das câmaras municipais, inspetores gerais de instrução). (ADORNO, 1988; GONDRA; SCHUELER, 2008. p.29).

Outro circuito de comunicação feito pelos inspetores foi o das viagens. Estudos na História da Educação brasileira identificam uma regularidade na circulação de sujeitos no Oitocentos, mesmo com a dificuldade em transpor o tempo das longas viagens internacionais e os meios de transporte. Antonio Viñao (2007) demarca que “todas as viagens educam, mesmo que seja por abrir ao viajante uma realidade diferente da sua (VIÑAO, 2007, p.15)”.

⁸ Sérgio Adorno (1988) pontua que “a Academia de Direito de São Paulo, assim como a de Olinda, tem suas raízes atadas à independência política” e que os sujeitos que lá se formavam eram *aprendizes do poder* (Adorno, 1988, p.81).

Assertiva interessante quando o foco se volta para os sujeitos que exerceriam a direção da inspeção paranaense e sua circulação por outras províncias brasileiras e países.

Realizar *viagens pedagógicas* foi uma prática constante ao longo do Oitocentos. Viñao (2001) indica que na segunda metade do referido século os sujeitos que viajavam com o objetivo educativo não eram somente os envolvidos diretamente com a prática do ensino, como os professores, mas também os representantes de governo; homens e mulheres independentes em viagens pessoais ou com interesse individual direcionado a instrução; sem contar os que participavam das Exposições Universais⁹. No Brasil, José Gonçalves Gondra (2010) também elenca os sujeitos que se deslocavam com o intuito pedagógico – professores, diretores de escola, inspetores, médicos, jornalistas, bacharéis, políticos com envolvimento em projetos educacionais – e que tinham como intento “testemunhar o que se fazia no espaço do outro”¹⁰ (GONDRA, 2010. p.13).

Na historiografia investigada é possível observar dois tratamentos dados a questão das *viagens pedagógicas*. O usual é o que identifica e analisa o trajeto das ideias e proposições do sujeito a partir da viagem realizada. Muitas vezes na estrutura e análise se tem a identificação do viajante (sua história, trajetória pessoal e profissional), do destino (para qual “sociedade de referência” pousou seu olhar), seguido do motivo da viagem¹¹ (estudar método, representante de governo em observação do sistema de ensino, etc.), com a apropriação do que estudou ou observou após o retorno. O menos frequente é o que identifica e analisa o movimento de ir e vir das ideias e proposições trazidas da viagem e lá deixadas.

⁹ Sobre as exposições, Maria Helena Câmara Bastos (2002) ressalta que elas “motivaram tanto a elaboração de relatórios da situação da instrução pública pelos países expositores como a análise do que foi exposto pelas comissões delegadas” (BASTOS, 2002. p.69). Pertinente ainda atentar o olhar para o trabalho de Kuhlmann Jr (2001) e Souza e Silva, 2015.

¹⁰ Carla Chamon (2005) evidencia em sua tese essa busca do *outro* e de suas ações feita pela professora Maria Guilhermina Loureiro de Andrade que permaneceu nos Estados Unidos por quatro anos (1883-1887), estudando os métodos froebelianos. A autora reforça que havia ainda a presença marcante das práticas escolares francesas, porém, a ida da professora para tal país deve ser pensada e localizada no movimento cada vez maior a partir da década de 1870 que tomava as práticas educativas norte-americanas dentro de um ideal de modernidade pedagógica (CHAMON, 2005). A viagem aos Estados Unidos teria conferido à professora, “no campo educacional, um lugar de autoridade, competência e distinção – o lugar de quem sabe porque viu com os próprios olhos (CHAMON e FARIA FILHO, 2007. p.55)”.

¹¹ A ação daquele que viajava muitas vezes era de comparação, olhar o outro e repensar a si mesmo, ou, como pontua José Gonçalves Gondra (2007), “tomando a viagem como dispositivo comparativo, um gesto da razão e uma forma de se pensar e tornar o outro pensável (GONDRA, 2007. p.67)”.

Uma circulação de mão dupla; “pensar a relação com as ideias de outro modo que não em termos de determinação ou de influência”, como relembra Jean-Pierre Rioux (1998).

Compartilhamos da perspectiva teórica adotada por Sanjay Subrahmanyam e Serge Gruzinski de que a rede de troca não é unilateral, de que as histórias estão conectadas. Em seu estudo, Sanjay Subrahmanyam (2012) escreve sobre a Índia e como sua história pode ser compreendida por meio da relação com outros países e ideias. Em determinado momento, o autor cita o historiador de Calcutá, Ashin Das Gupta¹², quando este escreve que “sem sair da Índia, não se pode explicar a Índia” e reforça que não se trata de viajar e migrar para Universidades conceituadas em outros países, mas o que o autor Das Gupta queria dizer era: “que a abertura a outras histórias e às trajetórias de outras sociedades era essencial para compreender o seu próprio contexto” (SUBRAHMANYAM, 2012. p.16). E reforça:

Esta é uma abordagem que, nos anos mais recentes, eu próprio tenho tentado desenvolver, recuperando, em parte, o conceito de história ‘integrativa’, utilizado pelo também já desaparecido Joseph Fletcher da Universidade de Harvard (um grande e subvalorizado historiador da China e da Ásia Central), e ao qual prefiro chamar de ‘histórias conectadas’. Esta deslocalização de uma história estritamente indiana em favor de uma história conectada (em vez da opção pela mais familiar história comparada) não encerra apenas uma mudança de perspectiva, como à partida poderia parecer (SUBRAHMANYAM, 2012. p.16-17).

Nesse sentido, apontamos a possibilidade de se pensar a inspeção e instrução pública primária no Paraná e no Brasil de forma integrada e conectada a conjunturas históricas mais amplas, assim como aponta Sanjay Subrahmanyam (2012) no estudo sobre o Sul da Ásia, de que,

para além de repensarmos as nossas noções de periodização, somos obrigados a repensar nossas noções de fronteiras e circuitos, a redesenhar mapas que emergem das problemáticas que pretendemos estudar, em vez de inventarmos problemáticas que encaixem nas cartografias preexistentes (SUBRAHMANYAM, 2012. p.19).

Por sua vez, Serge Gruzinski (2003), ao estudar o México enquanto colônia espanhola, entre os séculos XVI e XVIII, demonstra que os processos de transformação cultural observados durante o período não se configuram necessariamente como subjugação da colônia, e sim de novas conexões e formulação de outras redes culturais. Histórias e redes conectadas e não sobrepostas ou transmutadas de um local para o outro sem apropriações e

¹² Gupta, Ashin Das. *The world of the Indian Ocean Merchant (1500-1800): Collect Essays of Ashin Das Gupta*. Nova Deli, 2001.

refutações. Coadunando com a perspectiva teórica dos referidos autores, a circulação de sujeitos envolvidos com a inspeção e instrução pública e de suas ideias, bem como de objetos durante o século XIX, pode ser entendida por meio das conexões realizadas durante o período aqui investigado. Verificar a rede de troca que se estabeleceu nas viagens realizadas pelos inspetores gerais ainda é um caminho pouco percorrido.

A circulação das ideias existentes nos planos nacionais e internacionais se intensifica no Brasil durante o Segundo Reinado (1840-1889) impulsionada também por um consenso entre os responsáveis pelas estruturas provinciais em torno da necessidade de progresso, da construção de uma identidade como nação e como país que compartilhava dos ideais de civilização¹³. Durante o Oitocentos, no Ocidente, ocorre a difusão da igualdade jurídica entre os indivíduos e são forjadas expressões como cidadão – “que define a pessoa no âmbito social”; cidadania – que “lhe confere uma qualidade”; e nação – que “traduz seu pertencimento”. Inserida neste contexto estava a educação, que “se apresentou como um verdadeiro projeto de civilização, instrumento para fundar uma sociedade harmônica e cujos conflitos pudessem ser racionalmente equacionados. (VEIGA, 2007. p.80)".

José Gonçalves Gondra e Alessandra Schueler (2008) ressaltam que as discussões entre as elites dirigentes do Império tinham como pauta projetos e medidas administrativas em prol dessa *civilização* almejada e que “a expressão tornou-se uma espécie de panaceia para legitimar ações que se afirmavam como meio de superação para os males e problemas nacionais” e estas ações compareciam “com especial prestígio entre os grupos que se preocupavam com a difusão de práticas de educação, com o ensino e a formação profissional. (GONDRA; SCHUELER, 2008. p.69)".

Podemos apontar, com base em estudos sobre a inspeção da instrução pública no oitocentos, que a mesma, como instituição responsável pela educação escolarizada, teve papel central no compartilhamento dos ideais de progresso e civilidade e que os inspetores comparecem como promotores e protagonistas nas propostas para o ensino e para trânsito de ideias educativas, entendendo-os inseridos em uma estrutura maior, onde o percurso de ideias está permeado pelas relações sociais em diferentes lugares institucionais¹⁴.

¹³ Sobre o século XIX no Brasil Império e a relação entre a necessidade de ser uma nação civilizada com a educação e circulação de ideias para o ensino ver, entre outros: Souza (1998); Kuhlmann Jr (2007); Veiga (2007); Gondra e Schueler (2008); Faria Filho (2009).

¹⁴ Sobre atuação da inspeção da instrução pública ver trabalhos de: Barra, 2004; Borges, 2008; Giglio, 2006; Gonçalves, 2004; Marcílio, 2006; Neves, 2009; Oliveira, 2005; Pauferro, 2010; Barbosa, 2012.

Luciano Mendes de Faria Filho (2009) classifica como “práticas de atuação sobre a população” o movimento de estruturação do Estado Imperial que via na escolarização um dos seus elementos centrais e aponta que a escrita teve “íntima relação” com a ordenação do social, uma vez que “foi por meio do texto impresso que os dirigentes imperiais buscaram instituir uma ordem legal e exercer controle sobre a totalidade da população (FARIA FILHO, 2009. p.20)”. Por outro lado, ao mesmo tempo que a imprensa contribuiu na propagação do ordenamento legal – uma vez que muitas províncias, como no caso do Paraná, utilizavam dos jornais para a publicação das incumbências e trabalhos governamentais – ela também podia *educar*. Informalmente, algumas vezes supria a lacuna de outras modalidades de informação, acumulando entre as suas funções a propagação de ideias e formação de opiniões. Isabel Lustosa (2003) escreve que no início do século XIX, após a instalação da imprensa régia em 1808 e a rápida expansão das publicações periódicas posteriormente, “o jornalista se confundia com o educador. Ele via como sua missão suprir a falta de escolas e de livros através dos seus escritos jornalísticos. (LUSTOSA, 2003. p.15)”.

Quando observamos as publicações na China e no Japão, feitas em madeira e com capacidade de grande divulgação, é possível percebermos que a relação do leitor com o objeto de leitura antecede a invenção do tipo móvel e mecânico para a imprensa, criado por Johannes Gutenberg (1398-1468). Roger Chartier (1999) ressalta que a “civilização da imprensa e da publicação não pode ficar restrita somente à Galáxia de Gutenberg”, apesar de sua importância para o mundo Ocidental, pois a cópia manual continuou como importante meio de circulação de diversos gêneros textuais e persistiu o formato que permitia a leitura em voz alta e comunitária. Esta leitura oral e pública constituía um ritual de passagem para os jovens, por sua retórica e domínio e, para o autor, ela tinha um propósito literário, pois contribuía para colocar determinado trabalho em circulação (CHARTIER, 1999, p.21-22).

Chartier (1999) sinaliza a existência do que chamou de *revoluções na leitura* que não necessariamente são dependentes da revolução tecnológica de livros. A primeira delas seria a aquisição de um modelo escolástico de leitura, que permite tomar o livro individualmente, como um trabalho intelectual. A leitura silenciosa permitiu mais agilidade e rapidez, além de ser “especializada, capaz de lidar com as complexas relações estabelecidas na página do manuscrito entre o discurso e suas interpretações, referências, comentários e índices (CHARTIER, 1999. p.24)”. A segunda revolução ocorreu na Alemanha, Inglaterra, França, Suíça, durante o século XVIII, com o crescimento circunstancial da produção de livros de

vários formatos e gêneros, a modificação dos jornais e sua estrutura e a difusão de instituições como bibliotecas para empréstimos de livros, clubes de leitura, que proporcionaram o contato com os livros sem necessariamente a compra dos mesmos. No século XIX elevam-se as práticas de leitura e o comércio de impressos. Segundo explicita Chartier (1999), foi neste século que “novas categorias de leitores (mulheres, crianças, trabalhadores) foram apresentadas à cultura impressa e, ao mesmo tempo, a industrialização da produção de impressos trouxe novos materiais e modelos para a leitura (Idem. p.26)”.

Sobre a difusão do conhecimento no século XIX, Jean-Yves Mollier (2008) cita a lei francesa de 28 de junho de 1833, elaborada por François Guizot, que tinha em suas intenções a alfabetização progressiva do país. Segundo o autor, “o manual escolar foi a base sobre a qual se ergueu o movimento de divulgação do conhecimento” na França, criando também o primeiro mercado do livro elementar, “mas os dicionários e as enciclopédias prolongaram profundamente essa penetração do saber, apresentando resumos e condensados da maioria das descobertas (MOLLIER, 2008. p.147)”. Tratando da circulação do livro escolar no século XIX no Brasil, em especial na província de Pernambuco, Ana Maria Galvão (2005) escreve que havia uma crença que creditava ao livro o poder e a importância no desenvolvimento do ensino, funcionando o mesmo como uma mercadoria, “avaliado pelos que estavam à frente da educação provincial” (GALVÃO, 2005. p.13).

Anne-Marie Chartier e Jean Hébrard (1995) demonstram que os discursos sobre a leitura na França sofreram rupturas e evoluções. No início do século XIX, no país, todos tomavam consciência de que a leitura era importante e uma ação comum na vida urbana, porém, havia uma diferenciação entre a população escolarizada, com condições de realizar as leituras, e aquela que ainda era analfabeta. Diante desse panorama, no decorrer do Oitocentos, os “leitores cultos” tentaram “guiar ou tutelar os novos leitores”, para que eles não seguissem obcecadamente uma “leitura popular”. E no meio da disputa entre vender mais (com a industrialização do livro e da imprensa), “a oferta de leitura torna-se um desafio político e, mais tarde, somente social”, defrontando-se no terreno do econômico e cultural (CHARTIER e HÉBRARD, 1995. p.585). Já nas últimas décadas do século XIX, no Departamento de Pas-de-Calais¹⁵, as *leituras de ensinar*, ou seja, as leituras que eram destinadas para os docentes, funcionavam como instrumentos de aprendizado e se transformavam em leituras

¹⁵ Pas-de-Calais é uma das regiões administrativas da França, cuja capital é a cidade de Arras.

profissionais, contanto que fossem profícuas não somente para o mestre como para a sua turma (CHARTIER e HÉBRARD, 1995. p.377). No Brasil oitocentista, os livros de leitura faziam parte do universo de alguns estudantes e a escolarização obrigatória, em maior ou menor grau, proporcionava às crianças das camadas populares, acolhidas também pelo sistema de ensino, o contato com a leitura e com os livros, em um contexto onde ler era o primeiro resultado da instrução recebida do professor nos bancos da sala de aula. Regina Zilberman (2005) enfatiza que rejeitar a leitura equivaleria ao mesmo que rejeitar a escola, diante da relação do ato de ler com o contexto educativo no século XIX (ZILBERMAN, 2005. p.73). O livro comparece nesse estudo tanto pelo viés do que liam os responsáveis pela inspeção e instrução pública primária paranaense quando se remetiam a outros sistemas de ensino, quanto pelo que indicavam.

Analisando algumas pesquisas que investigam a história do livro e da leitura, inseridas na perspectiva da História Cultural, tomando a relação e utilização do livro na escola durante o século XIX, é possível identificar momentos em que o papel do inspetor é tematizado, ora como o que escolhe e envia o livro, ora como aquele que emite um parecer sobre o mesmo. Na França, os inspetores contribuíram para que Guizot tivesse em suas mãos a informação de que havia deficiência de livros nas escolas (LORAIN, 1837). No Brasil, a inspeção da instrução pública no século XIX, com suas funções, sujeitos e embates, também foi responsável por diagnosticar necessidades e apontar soluções para problemas nas escolas e tem aparecido na historiografia da educação brasileira com crescente visibilidade. No geral, eram os inspetores/diretores gerais de instrução que delimitavam o tempo de aula, a legislação referente ao ensino, os métodos utilizados, os livros e utensílios que as escolas receberiam, os concursos de professores e exames de alunos, a criação de escolas, enfim, toda a organização e demanda da instrução, se não era orquestrada por esses inspetores, passava em algum momento pela Inspetoria de Instrução (BARRA, 2004; BORGES, 2008; GIGLIO, 2006; GONÇALVES, 2004; MARCÍLIO, 2006; NEVES, 2009; OLIVEIRA, 2005; BARBOSA, 2012).

Observações sobre o livro e sua utilização nas escolas aparecem em vários documentos relativos ao ensino no Oitocentos. Antonio Gonçalves Dias não era inspetor geral e sim responsável pela Secretaria do Estado, na Corte (RJ) quando foi encarregado pelo Imperador de visitar sete províncias¹⁶ e observar o estado do ensino, apontando as medidas

¹⁶ Estas províncias foram: Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande, Paraíba, Pernambuco e Bahia.

que achasse necessárias para o progresso da instrução. Em relatório, ele demarca que um dos defeitos das escolas primárias "é a falta de Compêndios – no interior por que os não há – nas Capitais, por que não há escolha, ou foi mal feita; - por que a escola não é suprida, e os pais relutam em dar os livros exigidos, ou repugnam aos mestres os admitidos (DIAS, 1852. p.363)".

Nove anos mais tarde, em 1861, ele realiza outro relatório, incumbido pelo presidente da província do Amazonas como visitador das escolas públicas do Rio Solimões; viagem esta que levou meses de observações das instituições escolares e que se estendeu até o Peru, descrevendo a situação do ensino e das aulas (DIAS, 1861; RIZZINI, 2005). Seja na função de um *visitador de escolas* ou de um inspetor geral, diversos sujeitos estiveram na posição de apontar a necessidade de aquisição de livros para as aulas. Contudo, tanto nas fontes quanto nos estudos que tomam a inspeção, a relação dela e dos partícipes do ensino com os livros aparece em destaque quando os títulos são aqueles direcionados para a utilização nas escolas, seja pelos professores ou pelos alunos.

Os títulos que faziam parte da biblioteca pessoal dos inspetores paranaenses, em sua maioria, não eram os livros utilizados nas escolas. Alguns são títulos de romances, outros são edições de periódicos publicados em diferentes províncias brasileiras. Há ainda aqueles que são os relatórios e livros produzidos de acordo com as experiências observadas em sistemas de educação – feitos por funcionários da instrução ou outros sujeitos incumbidos de visitar os países e se colocar a par de ideias e modelos de ensino – como, por exemplo, os relatórios feitos por Célestin Hippeau ao Ministro da Instrução Pública da França, que foram publicados no periódico *Ilustração Brasileira*¹⁷.

A coletânea organizada por Primitivo Moacyr (1937)¹⁸ sobre a instrução no Império oferece pistas de que este tipo de leitura específica sobre o ensino era recorrente entre os

¹⁷ Ver Bastos, 2002. p.70.

¹⁸ As responsabilidades da inspeção da instrução também aparecem delineadas no esforço de organização e exposição de documentos sobre o ensino, apresentado por Primitivo Moacyr (1937), nos três volumes sobre a instrução e o Império. O autor nos deixa entrever, além dos temas elencados anteriormente, algumas questões sobre a instrução que estavam em pauta no século XIX, como a necessidade de uma unificação política na educação, com a definição de princípios gerais, como também de financiamento e direção de responsabilidades; o papel da estatística do ensino e a circulação de documentos entre as províncias; além da formação de professores em Escola Normais. As fontes priorizadas pelo autor – pareceres, relatórios de ministros e inspetores gerais, decretos e regulamentos – contribuem para evidenciar a responsabilidade da inspeção com as demandas da instrução.

responsáveis pela instrução no Brasil no século XIX. Ao elencar planos, sugestões e informações sobre a instrução, o autor expõe dentre estes o Plano de Ensino do Ministro Manoel Dantas, de 1882, quando escreveu que os problemas que se referiam à instrução eram complexos, interessando diretamente para o bem-estar e desenvolvimento social e individual. Nas palavras do ministro, os problemas não se “[podiam] resolver somente com o estudo dos livros, que tratam do assunto, nem ainda com a observação do modo pelo qual em outros países se ordenam e vivem as instituições destinadas aquele ramo da administração (Moacyr, 1937. p.474)”. Nota-se, no trecho anterior, uma possível indicação do ministro de que os saberes e práticas de outros locais, tomados como referências modelares, não deveriam adentrar a pauta do debate sobre a instrução sem antes cuidar dos problemas específicos ao contexto brasileiro. Tal ressalva quanto a utilização das informações sobre a instrução em outros países também comparece nos relatos deixados pelos inspetores e presidentes da província paranaense, porém, a utilização dos *livros específicos* sobre a instrução, aqui tomando aqueles que se voltavam para a discussão aprofundada das práticas pedagógicas ou os relatórios detalhados sobre os sistemas de ensino de determinados países, não deixa de ser observada em seus escritos, alguns citando não somente a obra como também a página onde se encontra determinado conteúdo descrito.

Sobre a importância que os livros ganhavam como suportes legitimados do saber, Lilian Schwarcz (2002), em estudo que trata da viagem e permanência da Biblioteca Real Portuguesa no Brasil, evidencia que eles auxiliavam na obtenção de prestígio, sendo representantes de poder para os reis, mesmo que a leitura na biblioteca da corte ainda fosse realizada, muitas vezes, "em voz alta, feita para o deleite do soberano (SCHWARCZ, 2002. p.133)". Apesar de não abordar as práticas de leitura e as apropriações dos livros pelos seus leitores, seu estudo nos permite pensar as bibliotecas (organização, composição, bem como a leitura e os saberes que nos livros se encontravam) em relação direta com as estratégias de poder e manutenção da mesma, diante de cada mudança ocorrida no governo. Em outro trabalho, lidando com os documentos iconográficos, a historiadora mostra-nos um Imperador íntimo da fotografia, viajante voraz, detentor e amante dos livros e de coleções diversas. Com participação assídua nas reuniões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (presidiu 506 sessões entre 1849 e 1889), firmava estrategicamente “um grande projeto que implicava, além do fortalecimento da monarquia e do Estado, a própria unificação nacional, que também seria obrigatoriamente cultural (SCHWARCZ, 1999. p.127)”. O exemplo do Imperador como

leitor, colecionador, viajante, tomado por alguns com admiração, ou as iniciativas demarcadas por ele para conseguir o “fortalecimento da monarquia e do Estado”, pode ser tomado como um dos aspectos que contribuíram para um ambiente propício para a circulação do livro e de materiais impressos como artefatos culturais.

Josiel Machado Lima (2010) demonstra que as bibliotecas no Brasil tiveram seu início com os acervos dos conventos e particulares, até a fundação da Biblioteca Nacional e de bibliotecas, grêmios ou sociedades literárias nas províncias. Segundo o autor, a leitura e os livros foram ganhando cada vez mais espaço social, “muitas pessoas passaram a reservar mesas e móveis para os livros, como bibliotecas e livrarias. A leitura oral, pública ou privada, proliferou e os livros passaram a serem lidos e debatidos (LIMA, 2010. p.53). Esse modo de realizar a leitura, oralmente, permanece na primeira metade do século XIX por ser uma possibilidade de mobilização cultural e política. No entanto, com o avançar do século, a prática oral fica restrita a alguns momentos, como: os vivenciados na escola (os textos eram lidos oralmente, para os professores e para todos que estivessem presentes na hora dos exames¹⁹); os que se voltavam para os serviços religiosos; e nos debates públicos (conferências, reuniões na Assembleia Legislativa e nas Câmaras Municipais, entre outros espaços). Investigar a forma como os livros eram citados pelos responsáveis pela instrução pública primária paranaense, os títulos que efetivamente pertenciam às suas bibliotecas, os debates (geralmente nas Assembleias, nas Sociedades Literárias ou em documentos oficiais) sobre os conhecimentos que desses títulos apreenderam, nos auxilia na compreensão da circulação e apropriação de ideias e saberes pedagógicos.

Como sustenta Marta Carvalho (2007), cada vez mais estudos se debruçam sobre os impressos e seus usos no campo da formação profissional de professores, colocando “ênfase nos suportes materiais da produção, circulação e apropriação dos saberes pedagógicos, abrangem pesquisas sobre livros de uso escolar, imprensa periódica especializada em educação, bibliotecas escolares, coleções dirigidas a professores, etc (CARVALHO, 2007. p.17). Maria Cristina Gouvêa (2007) aponta a pertinência de se utilizar também as fontes literárias na construção da história da infância, inserindo-se na perspectiva da história cultural que “tem tido no livro uma das suas fontes/objetos privilegiados (GOUVÊA, 2007. p.24)”.

¹⁹ Em estudo sobre a educação da infância na cidade da Lapa, PR, na segunda metade do século XIX, Juarez José Tuchinski dos Anjos (2011) permite um vislumbre de como eram os exames dos alunos realizados ao final de cada ano.

Alain Choppin (2008), ao escrever sobre políticas em torno dos livros escolares no mundo, aponta que os manuais são indicadores das relações de força existentes em uma determinada sociedade, momento ou agentes educativos, podendo se revestir de outras formas, e que “a partir do início do século XIX, a edição escolar se inscreve definitivamente em uma perspectiva nacional: o livro de classe é considerado como um símbolo identitário, da mesma forma que a moeda ou a bandeira (CHOPPIN, 2008. p.12)". Três autores que, mesmo com questões de investigação específicas, têm demonstrado que olhar para o livro (sua circulação, seus usos e sentidos), seja ele um manual didático ou literário, contribui para a compreensão da História da Educação.

Em estudo sobre a Inspeção da Instrução Pública na província de Santa Catarina, Elaine Marcilio (2006) informa que na segunda metade do século XIX, a referida província passava por um momento intensificado de urbanização e civilização, sendo a instrução pública apontada como um importante elemento auxiliador desse processo. Segundo a autora, a Inspetoria Geral da Instrução Pública de Santa Catarina deixa entrever, em sua documentação, que algumas causas dificultavam o desenvolvimento completo da instrução, como a falta de utensílios escolares, a necessidade de reformas de ensino, pagamentos e manutenção dos locais onde funcionavam as escolas, habilitação dos professores, entre outras. Aparelhar as escolas com compêndios era uma das necessidades apontadas pelos Inspectores Gerais, como o fez Joaquim Eloy de Medeiros, em 1874, ao escrever ao presidente da província informando que necessitava de compêndios do sistema métrico decimal para as escolas. O Inspetor Geral ainda indicava o trabalho que havia sido aprovado pelo Conselho Diretor da Instrução Pública (MARCÍLIO, 2006, p.34).

Na província do Maranhão, a Inspetoria da Instrução Pública foi criada em 1841 e, conforme apontam César Castro, Samuel Castellanos e Josivan Coelho (2015), a inspeção era marcada por uma estrutura que sofreu modificações durante a segunda metade do Oitocentos e que era regida por “sujeitos cujo objetivo era fiscalizar, vigiar e punir por meio do Conselho da Instrução Pública e dos Delegados Literários, para garantir a normatização dos comportamentos de indivíduos inseridos no contexto educacional” (CASTRO, CASTELLANOS, COELHO, 2015, p.70). Os autores evidenciam que os regulamentos de 1854 (Regulamento da Instrução Pública e o Regulamento para os Professores Públicos) foram criados por um Inspetor Geral da Instrução e ponderam ainda que a Inspetoria da

Instrução Pública Maranhense tinha um papel central como órgão fiscalizador do processo de instrução na referida província e que sua atuação se estendia

desde o ensino particular, na liberação de licença para a atuação do magistério, até a abertura de escolas e a adoção de compêndios, onde se conclui que esta instituição teve jurisdição para inspecionar todos os ambientes de ensino e todas as pessoas envolvidas na disseminação do conhecimento formal, no intuito de prevenir possíveis desvios de conduta dos docentes, que influenciariam (em tese) diretamente na moralidade dos alunos e ameaçariam o plano de civilidade/obediência colocado em prática. (CASTRO, CASTELLANOS, COELHO, 2015, p.66).

Ao estudar o papel da Inspetoria Geral de Instrução Primária e Secundária da Corte, na província do Rio de Janeiro, Angélica Borges (2008) demonstra que a mesma também se constituiu como uma estrutura central do governo, com a função de “selecionar, classificar, distribuir, vigiar, documentar” e que visava “produzir os efeitos almejados com o processo de escolarização, pensado a partir de um projeto civilizatório” (BORGES, 2006, p. 276). A autora demonstra como se organizava essa inspeção da instrução e, ao fazê-lo, nos deixa entrever relatórios de Inspectores Gerais, como o de Eusébio de Queiroz, em 1858, que detalhava o funcionamento da repartição, apontando a dificuldade não somente de fornecer como de entregar livros, compêndios e demais utensílios escolares para as quarenta escolas existentes no município (BORGES, 2006, p.130). Sobre a base da estrutura de inspeção, a historiadora informa que:

Os agentes responsáveis pela observação do cumprimento das normas, no que concerne à moralidade, às regras de higiene, aos materiais didáticos, aos compêndios adotados, número de alunos matriculados e frequência, entre outros, reuniram um conjunto de informações que, coletadas ou forjadas, tornaram-se base para a elaboração de relatórios por Inspectores Gerais e Ministros do Império. A partir dos relatórios, usados como um dispositivo para documentar a inspeção do ensino, é possível realizar algumas reflexões a respeito das práticas discursivas em torno do exercício da docência e da fiscalização. (BORGES, 2006, p.104).

Voltando-nos para a província de Alagoas, Nezilda Pauferro (2010) nos deixa entrever uma inspeção cuja função foi prevista em Regulamento para as Escolas de Primeiras Letras, em 1836; uma inspeção que regularizava o sistema de ensino, que controlava o trabalho docente e que tinha os inspetores como “profissionais centrais para o funcionamento da instrução pública da época” (PAUFERRO, 2010, p.127).

O trabalho dos inspetores, apesar de desenvolvido de forma burocrática, apresentava aspectos de cunho intelectual; diagnosticavam os problemas educativos e informavam as condições e necessidades das escolas. Também cabia aos inspetores propor mudanças no âmbito pedagógico, uniformizar as práticas pedagógicas e administrativas; diagnosticar e propor mudanças para os problemas físicos da escola e a situação salarial dos professores; disciplinar e modelar a ação dos professores e alunos. O que demonstra um papel analítico e propositivo, realizado no cumprimento de suas funções, cabendo à instância superior a decisão final. Os desdobramentos dessas informações possivelmente ajudavam a constituir as políticas educacionais da época. Além do controle pelo que ocorria no interior da escola, o inspetor era responsável por aluguéis de casa-escola, solicitação de salário para os professores, solicitação de licença médica, material escolar. (PAUFERRO, 2010, p. 75).

Confrontando a legislação e relatórios de presidentes da província do Rio Grande do Norte, Anna Gabriella Cordeiro (2016) detalha a organização da inspeção da instrução desde a Resolução e Regulamento de 1836 que a previu, passando pela resolução de 1852 que criou o cargo de Inspetor Geral da Instrução Pública até elencar todas as outras mudanças de nomenclaturas e de funções que os inspetores de escolas receberam no período (delegados literários, agentes visitadores, inspetores). Assim como os outros autores aqui mencionados, Cordeiro (2016) evidencia que a inspeção do ensino era representada na documentação como “um importante instrumento para o desenvolvimento educacional” e que,

nesse contexto, a inspeção tinha como incumbência fiscalizar: os professores, seus métodos de ensino e condutas; os alunos, sua quantidade, capacidade e desenvolvimento; os utensílios; a estrutura das escolas, dentre outros elementos, para assim informar ao Presidente da Província do andamento das atividades. (CORDEIRO, 2016, p.17).

Na província de São Paulo o papel desempenhado pela inspeção do ensino não era diferente. A sua organização inicial se deu com a Primeira Lei Geral da Instrução Primária da Província de São Paulo, de 1846, por meio da instituição da Comissão de Inspetores. Anos depois, o Regulamento de 1851 determinou que a direção do ensino fosse feita pelo presidente da província, Inspetor Geral, Conselho de Instrução, inspetores de distrito. Segundo Valdeniza da Barra (2006):

De acordo com os textos normativos dos anos de 1851, 1868 e 1869, a organização do serviço público da instrução paulista tinha como princípio a ação de vigilância e a previsão de punições para professores numa relação na qual o serviço da inspeção era produzido em oposição às práticas não permitidas ao professor público. (BARRA, 2006, p.6189).

Marco Antonio Paulo e Miriam Warde (2013) sustentam que a relevância do papel da inspeção era apontada por aqueles que exerciam a direção da mesma, como nas inúmeras vezes que o Inspetor Geral Diogo de Mendonça Pinto teria ressaltado a importância do trabalho dos inspetores de distrito para o *progresso da instrução pública* (PAULO e WARDE, 2013, p. 263). Por sua vez, Célia Maria Giglio (2001) reforça a característica preponderante da Inspeção da Instrução Pública da Província de São Paulo nas questões educativas: “invadir os domínios da prática dos professores, regular-lhes os métodos de ensino, o uso dos compêndios e outra série de elementos que compunham a atividade de ensino” (GIGLIO, 2001, p.416).

A revisão bibliográfica sobre a inspeção da instrução pública nas províncias brasileiras no século XIX nos permite aferir alguns pontos interessantes para a presente tese. Apesar de todos os estudos apontarem o papel central da inspeção da instrução pública e detalharem suas funções regulamentadas e relatadas, não se sobressai na análise da prática daquele que inspeciona outra ação que não seja a de fiscalização e punição. Essa característica já havia sido por nós apontada durante a dissertação, contudo, mesmo em trabalhos posteriores à defesa do mestrado, ainda comparece em destaque a faceta dupla do vigiar e punir em detrimento à outras ações que estavam à ela atreladas, tais como: a orientação do trabalho do professor; a discussão teórica sobre os sistemas de ensino que perpassa seus relatos; a parceria que alguns traçavam com os professores, fazendo eco às suas demandas e partindo em defesa dos mesmos quando necessário; etc. Um segundo ponto interessante recai sobre a pouca inserção das pesquisas referentes à inspeção nas províncias. A temática comparece em inúmeros estudos que se voltam para a instrução pública, no entanto, poucos ainda se detêm como questão central na análise de sua organização, função, demandas, proposições. Das dezenove províncias²⁰ existentes durante o período aqui investigado, apenas sete (Alagoas, Maranhão, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e São Paulo) contam com estudo específico sobre o tema. E, por fim, a relação direta entre a inspeção e a questão da leitura, principalmente se considerarmos que ela era a responsável, em todas as províncias, pela seleção dos livros que seriam utilizados nas escolas e pela sua distribuição. A revisão dos trabalhos nos mostra que, independente ainda da leitura que os responsáveis pela

²⁰ Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Paraná, Paraíba, Pernambuco, Goiás, Grão-Pará, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, São Paulo, São Pedro do Rio Grande do Sul e Sergipe.

instrução pública faziam para balizar as suas ideias e proposições para o ensino, eles deveriam estar a par minimamente do que era considerado pertinente de ser lido e adotado nas escolas, do que circulava não somente em sua província, quanto em outras que por eles fossem observadas.

Diante desse quadro de atuação direta dos inspetores na decisão dos livros utilizados nas escolas realizamos outro levantamento, em periódicos da área²¹ e no banco de teses da CAPES. Identificamos a recorrência de estudos que se voltam para a circulação, editoração, usos e sentidos dos livros e impressos no século XIX, contudo, essa extensa produção acadêmica não contempla a questão da circulação de saberes entre os Inspectores Gerais da Instrução Pública no Brasil. Observando os trabalhos apresentados nas reuniões anuais da ANPED durante a última década, no Grupo de Trabalho História da Educação (GT 02), seis tomaram a circulação de livros como objetivo da análise²² e três realizaram o recorte no Oitocentos. Christianni Morais (2003) é a primeira a relacionar o livro com a “difusão das práticas de letramento”. Segundo é possível observar no trabalho da referida autora, o projeto de constituição de uma Biblioteca Pública e de uma Sociedade de Leitura na Vila de São João Del Rei no século XIX, tinha como sentido norteador permitir o acesso de um número maior de pessoas ao escrito, uma vez que isso era “capaz de submeter à ordem pública e ainda levar nação brasileira a ingressar na corrida constante que culminaria com o progresso (MORAIS, 2003. p.05)”. A circulação do livro escolar é o alvo de Ana Maria Galvão (2005) que ressalta duas características do mesmo: era visto com uma função de extrema importância na e para a instrução, ao mesmo tempo em que era uma mercadoria e, “desse modo, era também avaliado pelos que estavam à frente da educação provincial (GALVÃO, 2005. p.13)”. O terceiro trabalho, de Vivian da Silva (2006) tem como foco os “saberes em viagens” contemplados nos livros que eram utilizados nas Escolas Normais e por professores, em Portugal e no Brasil, entre 1870 a 1970. A autora articula a construção da escola pública com as leituras dos manuais, feitas pelos educadores, chamando de “viagem dos saberes” os conhecimentos

²¹ HISTEDBR-Online; Revista Brasileira de História da Educação (RBHE); Cadernos de História da Educação (CHE); Revista de História da Educação - Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação Brasil (RHE-ASPHE).

²² Morais, 2003; Galvão, 2005; Silva, 2006; Toledo, 2007; Madeira, 2010; Martins, 2011. Os livros de leitura, no século XIX, também foram contemplados no estudo de Tambara (2003) e as fábulas, publicadas nos jornais e periódicos, no trabalho de Jinzenji (2008).

pedagógicos neles contidos e que foram reelaborados a partir das representações dos professores e do lugar que os livros ocuparam nas mais diversas partes do mundo. Resumidamente, os três trabalhos abarcam o corpus de uma biblioteca pública, livros escolares e manuais pedagógicos, tendo como recorte o século XIX. Nenhum estudo voltou-se para a compreensão específica da circulação de obras entre os inspetores gerais de instrução pública, sejam as citadas em seus relatos ou as que efetivamente comparecem em sua biblioteca física (pessoal). Esses senhores, bem como os outros sujeitos responsáveis pela instrução nas províncias brasileiras, citavam autores e títulos em suas proposições para a inspeção e para o ensino. Mesmo os livros não sendo a única forma de se ter acesso ao impresso²³, eles contribuía para o trânsito de ideias no século XIX entre os responsáveis pela instrução pública.

Voltando a atenção para as comunicações apresentadas nos Congressos Luso-Brasileiros de História da Educação, foi possível identificar diferentes trabalhos que abordaram a circulação de ideias e modelos escolares em livros e impressos diversos, até porque, com exceção do último encontro, privilegiou-se um eixo de discussão específico para a temática²⁴. Há um movimento crescente em tomar os livros (livros escolares/didáticos, manuais pedagógicos) e os impressos (jornais, revistas, almanaques, relatórios de governo, legislação, etc.) como fonte para o estudo da educação brasileira no Oitocentos. Todavia, somente um trabalho, de autoria de Marta Carvalho (2006), analisou a biblioteca particular de um diretor geral de instrução pública. A autora teve acesso à biblioteca do professor Francisco Azzi, que foi diretor de instrução, em 1933/34, em São Paulo e observou a circulação e algumas apropriações de modelos culturais, demonstrando que o impresso tem essa função de circular modelos pedagógicos, servindo como suporte material e que a montagem de bibliotecas funcionava um pouco como um dispositivo de constituição de um repertório de saberes pedagógicos (CARVALHO, 2006. p.141). Sua análise se volta para as práticas de leitura, observadas por intermédio das “marcas de leitura” deixadas por Azzi. Por essas

²³ Em seus trabalhos, Maria Beatriz da Silva (1999:140) e Maria Lúcia Spedo Hilsdorf (2002:201) evidenciam este acesso ao universo da escrita por meio da oralidade. Márcia Abreu (2001) reforça que “por meio da cultura oral, iletrados também poderiam entrar em contato com conteúdos registrados por escrito (ABREU, 2001, p.02)”.

²⁴ No VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação (2006) foi o eixo 5 (Imprensa, impressos e discursos nacionais) e no VII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação (2008) foi o eixo 1 (Circulação de ideias, discursos e modelos educativos, manuais, imprensa e iconografia).

marcas a autora consegue chegar à interpretação e correções que o professor fez dos livros que leu.

A procura por veios, brechas, frestas que ajudem a compreender as proposições dos inspetores e demais responsáveis pelo ensino paranaense se faz constante. Ao cotejar os trabalhos acerca da história do livro e da leitura com os que tomam a sua circulação no século XIX, percebemos uma lacuna onde cabe ainda investigar a ação da inspeção do ensino em relação aos títulos por ela manuseados e indicados²⁵. Remetendo a esses espaços vazios, Carlo Ginzburg (2007) mostra a intenção que teve ao lidar com as fontes sobre o moleiro Menochio²⁶ e conciliar as relações com as hipóteses lançadas e as estratégias narrativas: “transformar as lacunas da documentação numa superfície uniforme (GINZBURG, 2007, p.265)”. E não seria este o sonho, mesmo que não declarado, de todo o historiador? Lucien Febvre (1977) já afirmava que o historiador nunca se resigna, pois, estar nesse lugar “é tentar tudo, experimentar tudo para preencher as lacunas da informação (FEBVRE, 1977. p.213)”. Jacques Le Goff (2005) relembra que a *história nova* tem o cuidado com a escrita da história a partir dos problemas, construída “com ajuda de hipóteses e conjecturas, por um trabalho delicado e apaixonante” (LE GOFF, 2005. p. 42-45). Preencher as brechas da documentação é perseguir as hipóteses – tal como “o ogro” que fareja o rastro, os indícios muitas vezes não são perceptíveis ao olhar (BLOCH, 2001. p.54) – e levantar as questões, indicando possíveis caminhos de interpretação, afinal, as frestas existem “num sentido relativo, e não absoluto (a documentação histórica é sempre falha, por definição). Mas novas exigências de pesquisa criam novas lacunas (GINZBURG, 2007. p.420).”

E o passado, como pontua Jacques Le Goff (2005), “nos queima os dedos (LE GOFF, 2005. p.233)” a cada documento encontrado que permita uma aproximação entre as referências, pessoas e objetos que circularam no Paraná em prol da inspeção e instrução pública. Para tanto, a *biblioteca dos inspetores*, fonte que instigou o início desta tese, será

²⁵ Observando o levantamento da produção da linha de História e Historiografia da Educação da Universidade Federal do Paraná, organizado por Marcus Levy Bencostta e Diana Gonçalves Vidal (2010), é possível perceber que a presente tese se enquadra em duas demandas de produção ainda pouco enfrentadas pelos pesquisadores da linha: história dos livros e práticas de leitura (1,7%) e a visita ao século XIX – 1850/1889 – (9,40%) (BENCOSTTA e VIDAL, 2010, p.306 e 308).

²⁶ Remetendo ao livro *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*.

analisada em sua relação com outros documentos categorizados dentre as *fases construídas*²⁷ neste trabalho. Na primeira categoria estão as *fontes produzidas pelos inspetores no exercício da função*.

Compreendemos que estes inspetores falavam de um *lugar*²⁸ que lhes conferia legitimidade nos assuntos referentes ao ensino. Os documentos são: relatórios de inspeção, correspondências trocadas com os professores e presidentes de província, as atas do Conselho Literário e os relatórios de presidentes e professores, pelas menções feitas à inspeção. Em alguns relatórios, como no do inspetor geral Bento Fernandes de Barros (1871), aparece a indicação de uma biblioteca de referência sobre o ensino, com o título do livro utilizado e a página de onde foi tirada. Nestes casos, o movimento de análise envolveu a leitura das obras referenciadas contrapondo com as ideias elencadas pelos inspetores. Operar com essa documentação governamental é uma ação que já realizamos na dissertação, mas que ainda requer um grande esforço, seja pela quantidade ou pela busca por novas informações. Rever as fontes em outro tempo e com outro olhar pode levar a pistas diferentes.

Na segunda categoria estão as *fontes produzidas na relação com a família*. São cartas trocadas entre a família Marcondes – residente em Palmeira (PR) e integrante de uma elite campeira – que faziam parte do acervo pessoal de Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá e que foram organizadas posteriormente pelo seu filho, Moysés. Ao lidar com este acervo de quase cinco mil páginas manuscritas, muitas vezes com letras tão miúdas que são quase ilegíveis, lembrei-me de Michel de Certeau (2002) quando escreve que “em história, tudo começa com o gesto de *separar*, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho (CERTEAU, 2002. p.81)”. Com as *cartas particulares*, trocadas entre a família Marcondes com seus amigos, os diários, os cartões postais, fez-se necessário realizar primeiro uma redistribuição que permitisse operar com o número expressivo, seguindo o *fião da escrita* de forma a montar um grande mapa das relações que se mantiveram, a distância, pela correspondência afetiva.

²⁷ Como lembra Ginzburg (2007), as fases que marcam a pesquisa não são dadas, todas são construídas, desde “a identificação do objeto e da sua relevância; a elaboração das categorias pelas quais ele é analisado; os critérios de evidência; os modelos estilísticos e narrativos por meio dos quais os resultados são transmitidos pelo leitor (GINZBURG, 2007, p.275)”.

²⁸ Lugar aqui compreendido no sentido certeuniano: ele possui uma ordem “segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência” sendo, “portanto, uma configuração instantânea de posições” (CERTEAU, 1994. p.201).

Diversos trabalhos na História da Educação tiveram como fonte as cartas, diários e cartões postais enviados durante viagens. Esse tipo de documentação pode nos informar sobre o remetente e o destinatário, como também nos permite contemplar o outro, inscrito nos lugares por onde o emissor esteve, com quem conversou, o que observou. Ana Chrystina Mignot (2007) lança mão das cartas e cartões postais da educadora Antonia Ribeiro de Castro Lopes para acompanhar tanto sua circulação pelas instituições educativas, quanto suas propostas no século XX. Segundo a autora, “tomando por base as observações feitas nas escolas visitadas e no Instituto Jean-Jacques Rousseau, ela [a educadora] não se limitou a divulgar a experiência em artigos, entrevistas e conferências” quando regressou a sua cidade após vários meses em viagem por países europeus; a professora Antonia Ribeiro de Castro “viajara para conhecer, observar e intervir (MIGNOT, 2007. p.270)”. A publicação das cartas trocadas por Ulla²⁹ com sua amiga Grete, que havia ficado na Alemanha, também é um exemplo das possibilidades de compreender as experiências e ideias sobre e para o ensino por meio de uma correspondência pessoal (BINZER, 1994). A possibilidade de trabalhar com diários que mencionem ideias para a educação aparece no estudo feito por Mirian Leite (1997) quando cita o relato de Maria Graham que foi governanta de D. Pedro I e de Dona Leopoldina (LEITE, 1997). Antes de ser o primeiro inspetor geral da província, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá viajou à Paris, Inglaterra, Bélgica, Holanda, Alemanha, Suíça, Itália, Grécia, Espanha, registrando o que observava em um *caderno de notas* (MARCONDES, 2009. p.26-30). Teria ele registrado alguma prática de ensino observada nestes países? Talvez as cartas nos informem...

Anne Vincent-Buffault (1996) pesquisou o exercício da amizade em cartas trocadas nos séculos XVIII e XIX e aponta que esta escrita íntima entre homens tornou-se privilegiada no Setecentos, atreladas às redes políticas e familiares dos sujeitos. A autora sustenta que “a importância crescente da correspondência participa da lenta evolução que confere ao escrito um lugar preponderante em relação à cultura oral, ao uso da fala e do gesto”, o que permite também observar as representações que o remetente faz de si e do outro, uma vez que “a constituição da expressão escrita de si requer a exposição ao outro social ou geográfico (VINCENT-BUFFAULD, 1996. p.18-19)”. Identificamos que estes documentos (cartas, diários, postais), em confronto com as outras fontes, são valiosos para “dar voz a um silêncio,

²⁹ Jovem professora alemã que veio ao Brasil em 1881 para trabalhar, ficando até 1884, nas províncias do Rio de Janeiro e São Paulo.

ou efetividade a um possível”, para “transformar alguma coisa, que tinha sua posição e seu papel, em alguma outra coisa que funciona diferente (CERTEAU, 2002. p.83)”.

A terceira categoria é formada pelas *fontes produzidas pela imprensa periódica*. Realizando analogias, Analete Schelbauer (2006) escreve que “a imprensa tem se configurado enquanto fonte de pesquisa que possibilita a constituição do retrato de um tempo histórico (SCHELBAUER, 2006. p.3579)”. Pretendemos aqui ampliar esse “retrato histórico”, olhando para países citados pelos inspetores e reduzi-lo voltando-nos para o Paraná. No formato maior, optamos por buscar na imprensa periódica voltada para assuntos da inspeção do ensino, referências a práticas ou ideias educativas no Brasil, bem como o modo como as ideias sobre outros sistemas de ensino apareciam representadas. Isso porque localizamos outros sujeitos que produziram farto material sobre o ensino (seja pela sua observação da instrução em outros países ou pela proposição de práticas para a inspeção na sua localidade). Na leitura mais acurada, os jornais foram: *Dezenove de Dezembro* (1854-1890); *Gazeta Paranaense* (1882-1889); *O Paranaense* (1877-1881) e *Província do Paraná* (1876-1882). Contudo, periódicos de outras províncias brasileiras foram consultados, por amostragem, bem como os do Paraná, em um exercício de contraposição das folhas noticiosas com os outros documentos aqui mencionados. A utilização da imprensa periódica também se dá por entender que ela se constitui como uma fonte que pode trazer, em notas de serviços e propagandas, indícios de outros ambientes frequentados por estes inspetores gerais onde discussões sobre a instrução pudessem ser travadas, onde pudessem construir ou manter uma rede de sociabilidades.

Perpassando as categorias de materiais empíricos aqui selecionadas, está outra, a das *fontes sobre a instrução de outros países*. São trechos de inspetores de ensino ou daqueles que eram responsáveis pela inspeção em alguns dos países mencionados pelos Inspectores/Diretores Gerais da Instrução Pública do Paraná, no século XIX. O cotejamento entre esses documentos externos com os locais foi possível graças ao doutorado sanduíche realizado na Universidade de Macerata (Università Degli Studi di Macerata – Dipartimento di Scienze della Formazione dei Beni Culturali e di Turismo), Itália, tendo como orientador o Professor Doutor Juri Meda. Nos sete meses de estudo na Universidade italiana pude realizar pesquisa no Centro de documentação e pesquisa sobre a história do livro escolar e da literatura para a infância (CESCO) da Universidade de Macerata, na Biblioteca Nacional de Florença, com sede em Florença, no Arquivo do Estado em Roma, com sede em Roma, na

Biblioteca Saint Geneviève, e na Biblioteca Nacional da França, ambas em Paris, França. A intenção era menos de estudar exaustivamente a inspeção nos países indicados pelos paranaenses, mas identificar e compreender o movimento de ideias de referência entre os países europeus, seja este evidenciado nas fontes – como jornais e relatórios sobre o ensino – ou por meio de outros estudos que já se voltaram para esse objetivo. A intenção era adentrar um pouco mais na discussão conceitual utilizada no presente estudo, principalmente naquela que é o seu cerne: a história local que se integra à outra e outra formando uma rede, entendendo aqui como *conexão*, em um movimento onde percebemos que, em um mundo conectado, tal como sugere Serge Gruzinski, os temas estudados pela história já não podem ser vistos de forma isolada e local. Faz-se necessário rompermos com o local, o nacional – não somente nesse deslocamento físico para outro país como no nosso olhar para o outro enquanto investigamos nossos temas – e incluir as fronteiras continentais do conhecimento.

Diante dessas informações iniciais, acompanharemos alguns dos responsáveis pela inspeção e instrução paranaense durante quatro capítulos. O primeiro *“A repartição central do ensino faz chegar a sua ação nos estabelecimentos de instrução e educação por meio das inspetorias de distrito”*, tem a intenção de demonstrar a estrutura da inspeção e identificar as redes de sociabilidades que se formaram junto com a constituição da Inspetoria da Instrução Pública do Paraná. No segundo, *Saberes em percurso: escrever e ler sobre a instrução e a inspeção*, buscaremos perceber como e por quem era tratada a questão do ensino na província e os periódicos que permitiram a sua circulação. No terceiro capítulo, intitulado *Saberes em percurso: livros indicados, cartas e a biblioteca organizada*, o escopo é a correspondência familiar de determinados paranaenses, visando apreender o que apontavam como importante para a instrução, se mencionavam lugares ou sistemas de ensino por eles observados e identificar a organização das leituras em suas bibliotecas pessoais. Por fim, o capítulo *“Sente-se o poderoso esforço que se faz para desenvolver a instrução pública”*, cujo o foco se volta para as exposições, conferências, congressos e associações que se voltavam para as questões da instrução pública dentro e fora do Paraná, mas que contavam com a participação da província e de seus representantes, no debate sobre a instrução.

Quanto a sequência narrativa da tese, optei por dividi-la entre alguns dos responsáveis para inspeção e instrução pública paranaense, pelos espaços por onde esses inspetores circulavam (Assembleia Legislativa, Clubes e Associações Literárias, Congressos e Conferências sobre o Ensino, países visitados), pela colaboração que deram para a construção

de algumas legislações sobre o ensino e, por fim, pelos seus escritos relacionados com a instrução pública primária. Destaco que a condução da trama é feita por determinados inspetores que, dependendo da temática discutida, compareceram com uma prática ou tiveram uma presença maior, devido sua atuação dentro do contexto investigado. Dentre os sujeitos que auxiliaram na compreensão historiográfica, está um inspetor que teve a experiência de uma viagem de formação antes de assumir a função e outro que organiza a legislação do ensino paranaense, que acabou servindo como base para as futuras reformulações legais. Os capítulos demonstram os usos e as apropriações de uma inspeção que, depois de estruturada, consolidava sua prática. Penso que é importante que você, leitor, compreenda as minhas escolhas, ou seja, o que *costura* a minha trama narrativa antes que vire a página seguinte... Boa leitura!

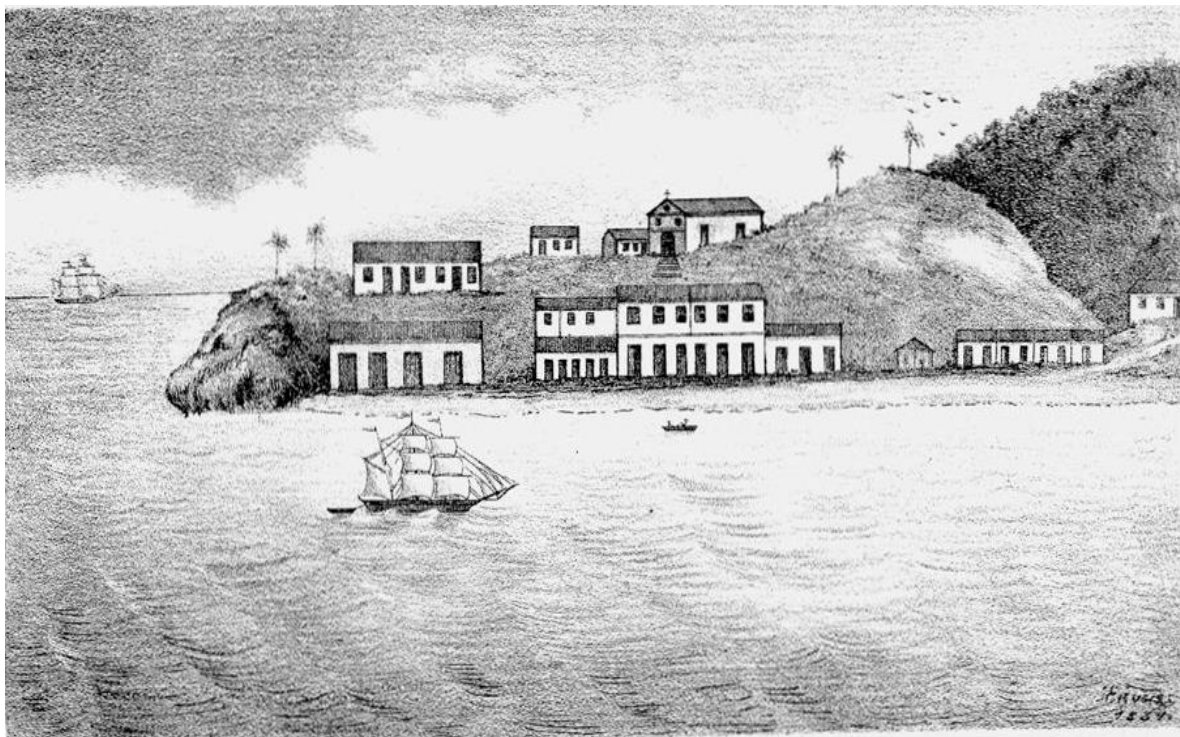


Figura 1: A chegada à Baía de Guaraquessaba
Fonte: Revista do Paranã (1887)

“O sol rubro e sombrio, além, dourando, no acaso, a fimbria do ocidente, parecia mergulhar no abismo entre a floresta e o céu; levando, numa tristeza de infortúnio, a luz acariciadora e quente. Estamos no mar, ainda perto da praia esbranquiçada. O vapor indolente balouçava-se no dorso líquido das ondas, enorme e negro, esperando a hora da partida. Os passageiros burburinhavam em lidar apressado e alegre. No convés olha-se, em abstração divinal de prece, a vastidão inquieta e sem fim do mar. Na praia esbranquiçada e triste, inúmeros lenços brancos agitavam-se no ar mandando o último adeus nas asas da saudade. Esses alvos pedaços de linho e de cambraia, como interpretes daquelas almas, aumentavam ainda mais a dolência do crepúsculo. A luz esmaecia.... desaparecendo; e o nevoeiro fino e vaporoso levantava-se como nuvem de melancolia. Uma estrela no empíreo tremeluzindo, como se viesse espreitar, curiosa, a tristeza da terra, anunciava a noite. Nas entranhas do vapor cantigas trêmulas e chorosas mostravam querer afugentar as lágrimas de despedida; e, com o derradeiro alento que o dia soltava nas garras da noite, espalhavam-se as primeiras sombras mudas como um segredo e medonhas como o crime. Mais uma vez – a última! – lançamos o olhar angustioso para a cidade latente na escuridão e apenas chegou-nos aos ouvidos murmúrio longínquo e entristecido como um soluçar da natureza. Partimos...”

(CLUB CURITIBANO. Silveira Netto, 1894:02)

1. “A REPARTIÇÃO CENTRAL DO ENSINO FAZ CHEGAR A SUA AÇÃO NOS ESTABELECIMENTOS DE INSTRUÇÃO E EDUCAÇÃO POR MEIO DAS INSPETORIAS DE DISTRITO”³⁰

(...) essa trama não se organiza, necessariamente, em uma sequência cronológica: como um drama interior, ela pode passar de um plano para outro (VEYNE, 1998, p.42).

Como já mencionado, durante a dissertação nossa intenção foi perceber a organização da inspeção na província do Paraná, por meio da legislação e dos escritos dos que por ela eram responsáveis, durante o período de 1853 a 1883. Na presente tese nosso foco se amplia, tanto no recorte cronológico, quanto nos motivos de identificar essa estrutura: compreender como os inspetores operavam essa reorganização da inspeção, por onde circularam e o que apontaram como pertinente ser utilizado no ensino na província paranaense. Sinalizamos que todos os capítulos apresentarão a relação entre o que comparecia nos periódicos e o que debatiam os responsáveis pela inspeção, no entanto, aqui delineamos uma síntese da sua estrutura no Paraná, para que o leitor a tenha em mente quando seguir adiante no texto. Nesse sentido, esse estudo toma os sujeitos responsáveis pela inspeção e instrução pública paranaense no período que abarca a separação oficial do Paraná como comarca da província de São Paulo³¹ (1853) até a década de 1890, quando o novo regulamento de ensino é organizado, já no período Republicano. Sobre a emancipação paranaense, o período posterior evidencia o rompimento com os elos administrativos da província de São Paulo, permanecendo os econômicos e os legislativos. Se atentarmos para a

³⁰ Relatório do Inspetor Geral Joaquim Ignácio Silveira da Mota (1858, p.03).

³¹ A Lei nº 704, de 29 de agosto de 1853 – “eleva a comarca de Curitiba na província de São Paulo a categoria de província, com a denominação de Província do Paraná”. Curitiba foi eleita capital da recém-criada província considerando: os interesses políticos (de liberais e de conservadores), o aspecto geográfico (a cidade estava na região central do Paraná) e o fator populacional (apontada como a região mais populosa). Antes de Curitiba outros dois locais foram cotados como possíveis capitais: Guarapuava e Paranaguá. As discussões eram acaloradas para que Paranaguá fosse escolhida, indicando a questão do Porto como um importante diferencial, já que a comunicação com outros locais seria mais rápida do que em Curitiba (WACHOWICZ, 2010). Marcelo Pastre (2009) pontua que a emancipação da província paranaense foi uma concessão do governo imperial para aplacar o descontentamento dos liberais com a excessiva interferência do poder central nas províncias e com os impostos cobrados pelas exportações. Era uma região que despertava o interesse do poder central, pois o comércio de animais – com os tropeiros que vendiam seus rebanhos em Sorocaba – e a exportação da erva-mate ganhava destaque, sem contar o crescimento paulatino da agricultura. Entretanto, o que o autor evidencia é que existia o fator econômico, mas que a Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul, foi considerada nesta concessão, pois o governo imperial ponderou o risco de alargamento da onda revolucionária até o Paraná e, deste, até a província de São Paulo (PASTRE, 2009. p.18).

legislação do ensino paulista, que ainda normatizava as ações dos partícipes da instrução paranaense, segundo a lei paulista nº 34, de 16 de março de 1846, a inspeção do ensino, em cada lugar que houvesse aula³² pública, seria feita por uma comissão formada por três sujeitos, residentes próximos às escolas, consistindo em “um nomeado pelo governo e dois pela Câmara Municipal, sendo um sacerdote, o qual poderá ser o pároco (Título 5, art. 25, DA INSPEÇÃO DAS ESCOLAS E EXAMES DOS ALUNOS)". Pelo menos sete comissões de inspeção continuaram constituídas no Paraná, mesmo após a emancipação. Maria Luiza Marcílio (2005) reforça que com a lei nº 34, de 16/03/1846, foi definido na província paulista o programa de ensino para as escolas de primeiras letras e que a inspeção estaria à cargo das Câmaras Municipais, que nomeavam a comissão inspetora. Segundo aponta em seu estudo, não havia remuneração para os sujeitos que inspecionavam as escolas e “a maior parte das comissões nomeadas nunca atuou” na província paulista (MARCÍLIO, 2005. p.68).

Pertinente destacar que, antes da emancipação do Paraná, estava em vigor o Regulamento para a Instrução Pública da província de São Paulo, de 08/11/1851, que reformula a estrutura da inspeção do ensino (SÃO PAULO, Regulamento de Instrução Pública, 1851, art.1º). Todavia, aparentemente, ele não entrou em prática na comarca paranaense (no que se refere à estrutura da inspeção: Inspetor Geral, Conselho de Instrução e inspetores de ensino), nem mesmo após sua emancipação, prevalecendo as comissões de inspeção (MUNHOZ, 2012; BARBOSA, 2012). O motivo dessa permanência de atuação das comissões, mesmo após a publicação de uma legislação contrária, não sabemos. Nossa análise interpretativa é a de que permaneceram atuando no território paranaense devido a distância da capital paulista, onde se encontrava o Inspetor Geral que geria os inspetores de distrito. Talvez fosse mais prático deixar na função, independente de como essa agora fosse

³² Ressaltamos que “aula pública” comparece nos relatórios de presidentes de província, inspetores e professores durante o período como sendo o local onde se oferecia a instrução. Muitas vezes outras denominações são utilizadas, como cadeiras ou escola. Havia um esforço entre os governantes de sinalizar que as aulas públicas deveriam ser ofertadas em locais específicos, subsidiados pelos cofres públicos, e não nas casas dos professores, como muitas vezes encontramos na documentação. Em relato apresentado à Assembleia Legislativa, o primeiro presidente da província afirma: “Onde houver edifício público, destine-se para o estabelecimento das escolas; e para os lugares, em que não haja, convém que o governo seja habilitado com quantia suficiente à alugar prédios com proporções de ter em si as escolas, porque não convém dissimular que constranger os professores à alugar à sua custa casas maiores do que precisam para si e suas famílias, afim de dar aula à seus discípulos é um meio indireto, mas bem eficaz, de reduzir consideravelmente os seus já tão parcos vencimentos” (VASCONCELLOS, 1854, p.13).

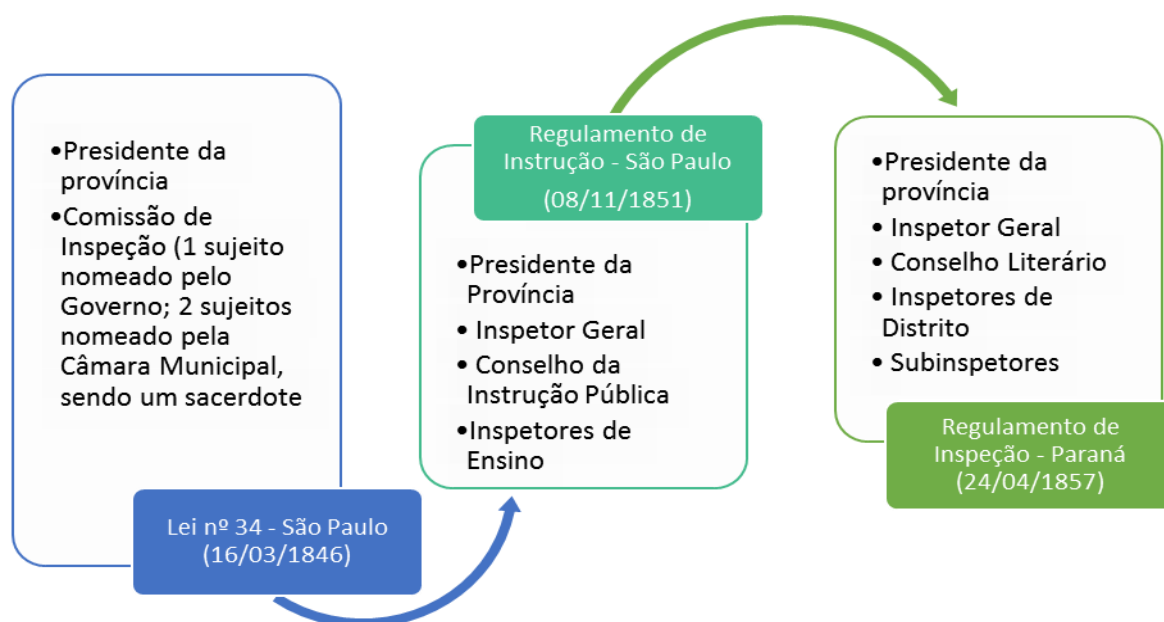
configurada pela legislação, esses senhores que ali já estavam. Como demonstrado durante o mestrado (BARBOSA, 2012), muitos desses sujeitos que faziam parte das comissões de inspeção paulista continuaram exercendo a função como inspetor de distrito após a promulgação da lei nº 17, de 14 de setembro de 1854, que criou os referidos cargos na província do Paraná. Essa permanência de inspetores nos cargos, apesar da mudança de nomenclatura e reorganização da função, nos mostra que era importante manter pessoas que já tinham certa prática na inspeção da instrução, mesmo que ela fosse reconfigurada.

A iniciativa de romper com o elo legal paulista iniciou-se com duas ações: a primeira, foi a reorganização da estrutura da inspeção do ensino paranaense e a segunda foi a nomeação do primeiro Inspetor Geral de Instrução Pública, que teve, entre suas atribuições, de pensar na contratação e redistribuição de inspetores do ensino e de assumir o compromisso de refletir e propor nova legislação. A reorganização da estrutura da inspeção no Paraná, por meio legal, se deu a partir da lei nº 17, de 14 de setembro de 1854, que instituiu a função do Inspetor Geral da Instrução Pública (IGIP) – nomeado pelo presidente da província, responsável pela instrução primária e secundária – e a existência dos inspetores de distrito em cada lugar onde houvesse uma escola. Entretanto, a função de cada integrante da Inspetoria de Instrução Pública continuou sendo pautada pelo Regulamento de Instrução Pública da Província de São Paulo, de 1851, até que o regulamento paranaense fosse pensado, o que ocorreu em 1857. O rompimento com a legislação paulista de ensino se deu por partes, primeiro se organizou a estrutura e manteve as funções delimitadas pelo regulamento que já continha as especificações dos cargos criados, para depois se pensar em um regimento próprio da província, elaborado de acordo com o seu contexto. O responsável por essa construção foi o Inspetor Geral Joaquim Ignácio Silveira da Mota, que em 1856 formulou os regulamentos paranaenses³³, sendo aprovados no ano seguinte.

A estrutura da inspeção do ensino e as funções do Inspetor Geral – “chefe de repartição e intermediário” entre o governo e os demais responsáveis pela instrução na província – foram delineadas no Regulamento de Inspeção (1857). Ao todo foram vinte tópicos destinados a delimitar o papel do Inspetor Geral, que, em síntese, era: inspecionar, instruir, dirigir todos os empregados da instrução; prestar contas e informação ao presidente e

³³ Regulamento de Ordem Geral para as escolas da Instrução Primária (08/04/1857); Regulamento de Inspeção da Instrução Pública da Província do Paraná (24/04/1857) e o Regulamento para a Secretaria da Inspetoria Geral da Instrução Pública do Paraná (30/10/1857).

emitir relatório até o último dia do ano; manter a disciplina e observância às leis nas escolas; criar e presidir os concursos e exames dos professores; julgar a suspensão e repreender professores quando necessário, incluindo os particulares; visitar as escolas da província (por si ou por pessoa de reconhecida ilustração a quem delegar); convocar os Conselhos Literários sobre qualquer objeto concernente ao ensino; orientar a escrituração dos livros da escola (matrícula, mobília e utensílios); organizar a tabela de mobília e utensílios que cada escola deveria ter; propor a nomeação do seu secretários, dos inspetores de distrito e subinspetores e alteração dos distritos; autorizar a experiência de novos métodos de ensino e expedir regulamentos sobre o programa de estudos nas escolas, exames e habilitação de professores (PARANÁ, Regulamento de Inspeção, 1857. art.3º). O modo como a Inspetoria Geral da Instrução Pública da província do Paraná se estruturou nos primeiros anos de sua existência está disposto abaixo:



Organograma 1: Estrutura da Inspeção do Ensino no Paraná Comarca e Província (1846-1857)
Fonte: Legislação da província de São Paulo e da província do Paraná – Elaborado pela autora

No Regulamento de Inspeção foi descrita a função dos Conselhos Literários: visitar as escolas e os estabelecimentos onde houvesse aula dentro do distrito de instrução, fazer o exame do estado da instrução primária e secundária no referido, bem como do plano geral e particular de estudos de cada escola, observando os livros, o regime, a economia, a habilitação dos professores e dando relato de tudo ao Conselho, ao Inspetor de Distrito e ao Inspetor Geral da Instrução Pública. Os Conselhos Literários seriam formados pelos vigários,

presidentes das Câmaras ou delegados das mesmas, subinspetores e inspetor de distrito, com uma sessão anual.

Porém, nos documentos trocados entre as autoridades do ensino (professores, subinspetores, inspetores de distrito/paroquiais, inspetor geral e representantes da câmara, quando nomeados a responder como tal), nos anos posteriores ao Regulamento de Inspeção (1857), não foram encontradas muitas referências à atuação do Conselho Literário. As funções como visitar as escolas, lançar o termo de visita no livro competente, discorrer sobre o estado da instrução no respectivo distrito e sobre os assuntos referentes ao ensino ainda continuavam exercidas, pelo menos em sua maioria, pelos inspetores e subinspetores, auxiliados pelas câmaras municipais quando necessário (BARBOSA, 2012, p.216).

Apesar da ausência de documentos que comprovem a sua atuação, conselheiros foram nomeados pela Inspetoria para o Conselho Literário do distrito de Curitiba, Castro e Paranaguá (BARBOSA, 2012, p.217). Nas décadas seguintes, a estrutura da inspeção sofreu novas mudanças:



Organograma 2: Estrutura da Inspeção do Ensino no Paraná Província e Estado (1874-1890)

Fonte: Legislação do Paraná – Elaborado pela autora

Notamos que o Regulamento de 1874 previa a existência do Conselho de Instrução, formado pelo presidente da Câmara, pelo inspetor paroquial, o pároco e o coletor das rendas

provinciais. Esse conselho tem função semelhante ao anterior, contudo, agrega-se o arrolamento escolar³⁴ de todos os menores em idade de frequentar a aula, a publicação na imprensa ou a fixação em lugares públicos dessa listagem e a imposição de multas à pais e tutores que não enviassem as crianças às escolas. Ao contrário dos primeiros Conselhos Literários, os de Instrução deixaram registros de sua atuação nas correspondências de governo³⁵, de acordo com o previsto na legislação. Em 1876 o conselho recebe nova nomenclatura e desdobramento de função. Chamado de Conselho Literário, deixa de ter a função de arrolamento da população em idade escolar e de ser um conselho em cada distrito para ser uma instituição localizada na capital, que enviava pareceres com as medidas que julgava pertinentes para o ensino na província, julgava as faltas cometidas por professores, indicava compêndios para as aulas primárias e secundárias, bem como métodos de ensino³⁶. Era formado pelos professores do Instituto Paranaense e Escola Normal e dirigido pelo Diretor Geral da Instrução Pública. Por sua atuação articulada e entrecruzada com a inspeção e instrução pública, “os Conselhos na província podem ser comparados como braços da inspeção” (BARBOSA, 2012, p.242).

Como esboçado de forma resumida, durante o período aqui investigado ocorreram alterações quanto à nomenclatura de algumas funções da Inspetoria, porém, as orientações para a inspeção continuaram praticamente sem muita transformação, até a criação da Superintendência do Ensino Obrigatório, em 1883³⁷. Segundo o disposto em regulamento, cada localidade (cidade, vila ou povoação) era uma circunscrição escolar, dividida em distritos e cada uma dessas teria um superintendente. Quando o número fosse maior que quatro superintendentes, haveria um chefe para a Superintendência do Ensino Obrigatório. Todos os envolvidos, chamados de “auxiliares do ensino obrigatório”, eram nomeados pelo presidente da província e não recebiam remuneração para tal atividade. Cabia aos superintendentes do ensino obrigatório a promoção, fiscalização e informação sobre a

³⁴ O termo “arrolamento escolar” comparece na documentação investigada e tem o mesmo sentido de inventário escolar, uma lista de todos os menores que estavam em idade de frequentar as aulas.

³⁵ Ver BARBOSA, p.214.

³⁶ Cabia ainda ao Conselho Literário a organização da folha de pagamento dos professores do Instituto Paranaense e Escola Normal, registrando as reuniões em livro ata.

³⁷ A Superintendência do Ensino Obrigatório, transformada posteriormente em Superintendência do Ensino e com algumas reformulações, se manteve atuando por 33 anos, sendo extinta pela lei nº1. 555, de 04 de março de 1916.

frequência escolar³⁸. Os deveres e as atribuições dos chefes da Superintendência do Ensino Obrigatório tinham algumas semelhanças com os dos superintendentes:

Organizar a propaganda e efetividade da obrigação escolar na circunscrição de sua alçada; fiscalizar e ajudar o serviço dos superintendentes dos distritos; visitar as escolas e informar sobre o estado e necessidade delas; reunir os superintendentes em junta, quando o julgar conveniente para deliberarem sobre o serviço do ensino obrigatório; enviar ao presidente da província, por intermédio do Diretor Geral da Instrução Pública, um relatório trimensal sobre o serviço do ensino obrigatório em sua circunscrição; propor ao presidente da província o nome de um cidadão idôneo para o cargo de roupeiro dos alunos indigentes; ordenar por escrito, anuindo ao pedido dos superintendentes, que o roupeiro forneça roupas às crianças nominalmente designadas; superintender o serviço desses fornecimentos dando conta dele em seu relatório trimensal; solicitar das repartições fiscais, câmaras municipais ou associações particulares, organizada para esse fim, a quantia ou os vestuários necessários para o fornecimento das crianças indigentes; propor, quando julgar conveniente ao presidente da província, a nomeação de algumas senhoras para comporem uma comissão auxiliar da obrigatoriedade do ensino; solicitar às autoridades civis, policiais ou eclesiásticas os auxílios e informações convenientes ao desempenho dos direitos e deveres escolares; assistir aos exames gerais dos direitos e deveres escolares (PARANÁ, REGULAMENTO DO ENSINO OBRIGATÓRIO. 1883, art. 13º).

Nota-se na atribuição dada aos chefes das Superintendências do Ensino Obrigatório e aos superintendentes, que ocorreu um deslocamento das obrigações que eram, anteriormente, dos inspetores paroquiais e dos professores. Até então, cabia aos inspetores paroquiais verificar a matrícula e a frequência nas aulas públicas e particulares e, havendo disparidade, devia se reportar ao Diretor Geral da Instrução. Era o inspetor paroquial que julgava se os motivos das faltas dos alunos, mesmo previstos na legislação³⁹, eram legítimos (art.32º). Previsto em regulamento, inspetor paroquial e professores trabalhavam em “comum acordo” na observância da matrícula e frequência (art.35º), cabendo ao último transmitir todos os

³⁸ “Promover a frequência às escolas, fazendo propaganda assídua entre as famílias de seus respectivos distritos, do dever escolar, envidando todos os recursos de persuasão, estimulando as indiferenças; dissuadindo os preconceitos; convencendo as recalcitrâncias e reagindo com os meios coercitivos que este regulamento prescreve contra as obstinações rebeldes; visitar frequentes vezes as escolas e informar o inspetor paroquial das irregularidades que nelas verificarem; pedir vestuário para as crianças, privadamente indigentes de seu distrito, ao chefe da superintendência; oferecer um relatório trimensal ao chefe da superintendência, sobre o serviço a seu cargo” (PARANÁ, REGULAMENTO DO ENSINO OBRIGATÓRIO. 1883, art. 12º).

³⁹ São consideradas causas legítimas para a interrupção da frequência nas escolas, a juízo do inspetor paroquial: doenças das crianças, falecimento de algum membro da família, viagens urgentes, mau tempo, distância de 2 km da sede da escola (PARANÁ, REGULAMENTO DO ENSINO OBRIGATÓRIO. 1877, art.32º).

meses as listas das faltas (art.13º) e declarar mensalmente o nome dos alunos presentes e o dos seus pais e tutores (art.14º). Quanto à vestimenta dos alunos, contava a inspeção com a participação das Câmaras Municipais, que a fornecia para os meninos considerados indigentes e que, por não terem vestuário, não frequentavam a escola (art.15º) (PARANÁ. Regulamento do Ensino Obrigatório, 1877). A criação da Superintendência do Ensino Obrigatório elimina essas funções e configura um grupo seletivo de senhores para lidar com a matrícula e frequência, ficando ao encargo dos inspetores paroquiais a observação da parte administrativa (livros dos termos de visita, livros de matrícula, arrolamento do mobiliário e dos materiais escolares, licenças de professores) e pedagógica (método utilizado, exames de alunos).

Em relatório, o presidente Luiz Alves Oliveira Bello (1884) descreve as suas impressões da instrução pública quando assumiu o cargo, pontuando que seu estado não condizia com o que era esperado, sendo necessária uma reforma, principalmente que pensasse em uma “inspeção assídua e dedicada” (BELLO, 1884, p.34). Em suas palavras: “procurei, visitando com assiduidade as aulas, fazendo-as frequentar pelos superintendentes do ensino obrigatório, corrigir vícios de métodos antiquados e estimular o zelo dos preceptores” (Ibidem, idem). Nesse sentido, ele reforça que tinha a preocupação com a estrutura da inspeção, das escolas suficientes para o número de alunos, em relação com a instituição do ensino obrigatório e foi isso que levou em consideração ao propor à Assembleia Legislativa Provincial a reforma na legislação, que acarretou na publicação do Regulamento do Ensino Obrigatório, de 03/12/1883. Quanto ao debate sobre o ensino obrigatório, existente entre os responsáveis pela inspeção e instrução pública em diferentes províncias e países, o presidente reage de forma prática, demonstrando que tem ciência e que segue com a reforma sem pensar nas objeções teóricas.

Há muito que essa medida, da frequência imperativa, estava na legislação do país, como um desideratum, mas também como um compromisso. O regulamento de 17 de fevereiro de 1854, na Corte a consagra; os conselheiros Eusébio de Queiroz, em 1863, Paulino de Souza em 1870, João Alfredo em 1874, e a comissão parlamentar da instrução pública em 1880 insistiram sobre a urgência de adotá-la, e ofereceram ideias e projetos, quase todas as províncias, inclusive esta, tem em suas coleções legislativas decretos, regulamentos; no entanto, o ensino obrigatório continuava uma aspiração platônica e uma reforma de interesse palpitante. (BELLO, 1884, p.39).

Sua escrita nos deixa entrever que estava ciente das proposições legais feitas na Corte e que, não somente na capital do Império como também em outras províncias, havia um

esforço legislativo para com as questões do ensino. O presidente diz que se fez algumas perguntas quando pensou na reforma do ensino na província paranaense: “a inspeção do ensino em todo país é como tem sido feita até aqui, nas localidades? Não são gratuitas essas funções? Não há inspetores que têm assinalado por seu zelo vivaz e desinteressado? Não os há mesmo na província?” E ainda, “por que não havia de acertar com um grupo de cidadãos, tomados entre os mais grados de todas as opiniões políticas, capazes de se incumbirem ativa e tenazmente das obrigações que lhes prescrevesse o regulamento da frequência imperativa?” (BELLO, 1884, p.39). Por fim, retoma artigos do Regulamento de 1883 e enfatiza: “a base de todo o serviço é a comissão de superintendência, tudo depende dela, e pela medida de seu zelo se poderá aferir a situação próspera ou paralisada da frequência imperativa na localidade de sua alçada” (BELLO, 1884, p.40). Para além do debate sobre a constituição do ensino obrigatório na província paranaense e como ele comparece em outros locais, o que veremos ao longo dos próximos capítulos, nos interessa nesse momento o reforço que o presidente Oliveira Bello faz do papel da inspeção do ensino para a efetiva constituição da obrigatoriedade e a indicação de que ela deveria ser formada por cidadãos zelosos e que tivessem diferentes opiniões políticas e de constituição partidária diversa, ou seja, inspetores que mesmo opinando e pensando de forma desigual tivessem o zelo e a preocupação com o desenvolvimento da instrução como cerne de sua prática. Ele dividiu a província em 17 circunscrições do ensino obrigatório:



Organograma 3: Divisão da Província em Circunscrições do Ensino Obrigatório
 Fonte: Relatório de Oliveira Bello, 1884 – Elaborado pela autora

Cada circunscrição listada era regida pelo Chefe da Superintendência do Ensino Obrigatório que a subdividia em distritos, onde atuavam os superintendentes do ensino obrigatório. Dessa forma, tecia-se uma rede de inspeção da instrução pública, abarcando não somente a verificação e orientação quanto à métodos, compêndios, utensílios escolares, mapas, relatórios, etc. – que ainda estava a cargo dos inspetores paroquiais – como também o acompanhamento intensivo da matrícula, frequência e arrolamento das crianças entre 7 a 14 anos que não estivessem ainda na escola – papel dos superintendentes do ensino obrigatório. Finalizando, Oliveira Bello pondera: “o esforço das comissões, a solicitude dos superintendentes; não era uma roda mais do mecanismo burocrático o que me propunha criar, era uma instituição popular (...)” (BELLO, 1884, p.40). E pensando dessa forma, nomeou aqueles que estariam à frente das Superintendências do Ensino Obrigatório em todas as cidades e vilas da província paranaense:

Local da Superintendência do Ensino Obrigatório	Chefe da Superintendência do Ensino Obrigatório
Curitiba	João Pereira Lagos
Palmeira	Moysés Marcondes de Oliveira e Sá
Lapa	Conrado Caetano Erichsen
Antonina	João Manoel Ribeiro Vianna
Campo Largo	Augusto Lobo de Moura
Ponta Grossa	Vicente Machado da Silva Lima
Palmas	Estevão Ribeiro do Nascimento
Morretes	José Jacintho Linhares
Rio Negro	João Bley
São José dos Pinhais	Joaquim Ignácio Silveira da Motta Júnior
Guarapuava	Ernesto Dias Laranjeiras
Castro	José Alfredo de Oliveira
Anhaia	Antonio de Souza Dias Negrão
Assungui	Padre Celso Cesar da Cunha
Porto de Cima	José Ribeiro de Macedo
Arraial Queimado	Gabriel Ribas Cordeiro Netto

Quadro 1: Os responsáveis pelas Superintendências do Ensino Obrigatório
 Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos Relatórios de presidentes da Província (1884 a 1886)

Não consta nos relatórios subsequentes ao de Oliveira Bello (1884) quem era o Chefe da Superintendência do Ensino Obrigatório da 16ª circunscrição (Tibagi) ⁴⁰. Durante esse período, as escolas de Tibagi eram visitadas pelo inspetor paroquial Zeferino Alves de Castro Machado. Talvez, na falta de um trabalho próprio do superintendente do ensino obrigatório, a Diretoria Geral da Instrução Pública lançasse mão do inspetor paroquial, contudo, não temos o registro dessa transferência de função.

Ainda sobre o quadro anterior, com exceção de José Ribeiro de Macedo, Antonio de Souza Dias Negrão, Vicente Machado da Silva Lima e Gabriel Ribas Ribeiro Neto, todos os outros chefes das superintendências haviam exercido a função de inspetor anteriormente na província, ou seja, estavam a par de como funcionava a instrução e o papel daquele que a inspeciona. Quatro deles – João Pereira Lagos, Moysés Marcondes de Oliveira e Sá, Augusto Lobo de Moura e Ernesto Dias Laranjeiras – haviam sido Diretores Gerais da Instrução, o que os daria um conhecimento amplo de todo o funcionamento da estrutura da inspeção na província. Eram sujeitos que, como veremos nos próximos capítulos, foram constantes não somente na função de inspetores como também nos debates de questões sobre a instrução que

⁴⁰ Até o momento também não encontramos essa informação nas correspondências de governo. Em 1888, Júlio de M. Taques aparece na documentação como o Chefe da Superintendência do Ensino Obrigatório de Tibagi (AP0848, 25/01/1888, p.249).

ocorriam na Assembleia Legislativa, nas Sociedades e Clubes Literários e nas folhas periódicas que circulavam no Paraná. O que podemos observar é que a estrutura e papel da inspeção paranaense se modifica, porém os sujeitos que a compõe se mantêm, na grande maioria dos casos.

Durante o ano de 1884 é possível encontrarmos as convocações que João Pereira Lagos fez para os superintendentes dos 16 distritos em que estava subdividida a circunscrição da capital: “o Chefe da Superintendência do Ensino Obrigatório convida os senhores superintendentes para uma reunião que realizar-se-á amanhã, a 1 hora da tarde, no Palácio da Presidência, afim de tratar de assunto de interesse do mesmo ensino” (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 20/01/1884, p.03). Essa primeira convocação, assim como outras notícias das Superintendências do Ensino Obrigatório, ocorreu no mês seguinte à publicação do Regulamento do Ensino Obrigatório (1883) no jornal (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 13/12/1883, p.01). Acompanhando esses desdobramentos no jornal após a divulgação da legislação, podemos indicar que a reestruturação da inspeção foi rápida. E isso não pode ser visto como um trabalho menor, se considerarmos que, além dos chefes eram nomeados os superintendentes, o que demandava tempo e noção de quem, em cada localidade, teria o mínimo de conhecimento sobre o ensino para exercer tal atividade.

Em 1885 a Assembleia Legislativa Provincial, com a assinatura do deputado **Generoso Marques dos Santos**, que já havia exercido a função de Inspetor Geral da Instrução, decreta que “o diretor geral da instrução pública é o chefe do ensino obrigatório em toda a província (art.1º)”, competindo a ele a inspeção do serviço realizado pelas Superintendências, o recebimento de todos os relatórios trimestrais realizados pelos Chefes das Superintendências do Ensino Obrigatório, bem como a compilação dos mesmos para o envio no relatório final ao presidente da província, constando mapa demonstrativo da frequência escolar comparando-o com os dados do ano anterior (art.2º). O decreto suprime o cargo de inspetor paroquial nos locais onde já fosse estabelecido o ensino obrigatório, sendo que “as atribuições que pertenciam a estes funcionários serão exercidas pelos chefes da superintendência do ensino obrigatório” (art.3º) (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 29/10/1885, p.02). Tal normatização demonstra que houve um reforço legal do papel central que se mantinha do Diretor Geral da Instrução Pública, independentemente das funções desenvolvidas pelos chefes das superintendências que, além de serem responsáveis pelo trabalho dos superintendentes, eram pessoas que já haviam exercido papel fundamental na

inspeção da instrução, o que poderia causar alguns estranhamentos dentro da hierarquia da Diretoria Geral da Instrução Pública.

Outro ponto interessante é a supressão dos inspetores paroquiais. A princípio, a obrigatoriedade abarca praticamente todas as cidades e vilas da província, no entanto, não existiam somente as escolas públicas primárias, havia as escolas subvencionadas e as particulares, que continuavam recebendo a visita do inspetor paroquial, pois não seguiam a exigência da matrícula e frequência imperativa. Essa disposição continua nos anos posteriores e, em 1889, o presidente da província, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, com a aprovação da Assembleia Legislativa, cria cem escolas primárias subvencionadas, cabendo aos inspetores paroquiais exigir dos professores a remessa trimestral “e competentemente rubricados dos mapas de frequência, filiação, idade, moralidade e aproveitamento dos alunos, para serem transmitidos à diretoria da instituição pública” (PARANÁ. Regulamento, 31/10/1889, art.5º).

Tempos depois, a inspeção da instrução pública novamente sofre mudanças quanto a estrutura e funções, por meio do Regulamento da Instrução Pública de 1890. As Câmaras Municipais ganham uma responsabilidade oficial, sendo independentes da direção central do ensino as escolas por elas criadas com recurso próprio (art.30º) e devendo fornecer aos alunos pobres penas, tintas, papel e os compêndios necessários (art.16º). Não existem as Superintendências do Ensino Obrigatório, contudo, as atribuições a elas conferidas poderiam ser deslocadas às “comissões para promover a frequência escolar” presididas pelos inspetores literários (art.33º). Os referidos inspetores deveriam visitar as escolas uma vez por semana (art.54º), sendo seus substitutos natos os juizes de paz (art.50º). À Congregação da Escola Normal coube a função de organizar o regimento da Escola Normal, bem como tratar das questões a ela relativas e ainda assumiu a função que antes era do Conselho Literário de 1876, tendo como competência a emissão de “parecer sobre todos os assuntos relativos à instrução, que não forem de mero expediente (art.52º)”. Além desses, ainda existiam os delegados especiais, nomeados eventualmente pelo governo do Estado para exercer a inspeção, que poderiam ter o auxílio do Pedagogo da Escola Normal para “visitar e fiscalizar as escolas, assim como indicar aos professores os métodos e programas conveniente (PARANÁ. Regulamento da Instrução Pública do Paraná, 1890, art.54º)”.

No mesmo ano, o governador Américo Lobo Leite Pereira assinou o decreto nº84, de 21/05/1890, que cria a função do Superintendente Geral do Ensino Público, responsável por

toda a inspeção no Paraná e com a incumbência de, no prazo de dois meses, apresentar ao governo “um regulamento completo para o ensino primário e secundário” (PARANÁ. Decreto nº84, 21/05/1890, art. 2º). Aquele que exercia a função de Diretor Geral da Instrução Pública passa a Diretor do Instituto Paranaense e da Escola Normal (Ibidem, art.4º). Podemos indicar que o momento de instituição desse decreto, rompeu com uma estrutura que se manteve durante toda a segunda metade do Oitocentos no Paraná. Não somente pela criação de um cargo, mas pela função centralizadora que dessa reorganização decorreu. Até então, como veremos em detalhes nos próximos capítulos, o Diretor Geral da Instrução contava com uma estrutura que o auxiliava nas decisões sobre o ensino e, nas décadas de 1880 e 1890, à essa estrutura ainda era agregada comissões nomeadas para pensar as reformas, como a que organizou o Regulamento da Instrução Pública do Paraná, de 1890. Antes do decreto nº84, José Joaquim Franco Valle era o Diretor Geral da Instrução Pública. Como previsto, ele passou a ser o diretor do Instituto Paranaense e da Escola Normal, sendo nomeado Vicente Machado como Superintendente Geral do Ensino Público.

Voltemos rapidamente o olhar para o paranaense **Vicente Machado da Silva Lima (1860-1907)**. Segundo descreve Maria Nicolas (1954), ele era bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo (cursando no período de 1876 a 1881) e, assim que se formou, foi nomeado promotor público de Curitiba (1881). Exerceu cargos diversos no Paraná, tais como: juiz municipal e de órfãos, em Ponta Grossa, chefe de polícia, presidente da Câmara, deputado federal e “presidente e membro de diversas comissões de alto valor político” (NICOLAS, 1954, p.162). Pelas páginas dos jornais paranaenses confirmamos sua presença em vários cargos na província e verificamos que ocorreu uma reunião dos seus amigos, na tipografia do jornal A República, no qual era redator⁴¹, para comemorar a sua nomeação “para o importante cargo de Superintendente do Ensino Público” (A REPÚBLICA, 23/05/1890, p.03). Dois dias depois, os detalhes da reunião foram publicados. Sabemos que, da tipografia do jornal, o grupo foi precedido pela banda de música do 17º batalhão de infantaria até a casa de Vicente Machado, onde ocorreram vários brindes e discursos sobre a nomeação, com a festa se estendendo até as dez horas da noite, para os amigos mais íntimos (A REPÚBLICA, 25/09/1890, p.03). Contudo, a atuação de Vicente Machado no ensino paranaense não se

⁴¹ No dia seguinte, saiu uma nota no jornal *Sete de Março*, cujo redator era Justiniano de Mello e Silva (um dos que organizaram o Regulamento da Instrução Pública, de 1890): “Vicente Machado, redator de República desta cidade, passa a ser Superintendente do Ensino Público por decreto criado” (SETE DE MARÇO, 24/05/1890, p.04).

iniciou com essa nomeação. Um ano após sua formação como bacharel em Direito, Vicente Machado foi professor interino de Filosofia e Noções de Direito Público, no Instituto Paranaense (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 28/06/1882, p.03). Dois anos depois, uma nota no jornal nos informa que foi criada a 6ª circunscrição do ensino obrigatório na província:

A importante cidade de Ponta Grossa, seguindo o exemplo de suas co-irmãs, pediu a decretação da obrigatoriedade do ensino. Acedendo a tão louvável pedido, o Exmo. Sr. Dr. Presidente da Província nomeou chefe da superintendência naquela cidade o Dr. Vicente Machado da Silva Lima. Já não é uma grandiosa esperança a obrigatoriedade do ensino na província; é uma esplêndida realidade que perpetuará o nome, já por muitos títulos distinto, do Exmo. Sr. Dr. Luiz Alves Leite de Oliveira Bello (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 05/02/1884, p.03).

Notamos que o jornal enfatiza que o pedido pela obrigatoriedade do ensino partiu da cidade de Ponta Grossa e não da presidência da província ou da Diretoria Geral da Instrução Pública. A nota também informa que a obrigatoriedade do ensino não estava apenas no planejamento, mas já se configurava como uma realidade, elogiando ainda Oliveira Bello, que organizou o Regulamento do Ensino Obrigatório (1883). E Vicente Machado comparece como aquele que iniciaria a ação da Superintendência do Ensino Obrigatório em Ponta Grossa. Sua indicação para a função pode ter sido feita não somente pelas ações que já desempenhara na província, como também por ser ele presidente da *Sociedade Protetora do Ensino Obrigatório em Ponta Grossa* (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 17/02/1884, p.01). Tudo indica que tal sociedade, assim como a homônima que existia em Vila de Palmas, tenha sido uma das instituições que se manifestaram em favor da criação da circunscrição do ensino obrigatório em Ponta Grossa. Em fevereiro de 1884, o presidente da província comunica às Sociedades Protetoras do Ensino em Ponta Grossa e Vila de Palmas que, de acordo com os artigos 51 e 53 do regulamento, resolve declarar ali estabelecida a obrigatoriedade. Segundo o disposto em tais artigos:

Art.51º O presidente da província ordenará que se cumpram as disposições deste regulamento, declarando instituído de fato o ensino obrigatório, nas cidades, vilas ou povoados, que estejam em condições adequadas, e onde, ou pela câmara municipal ou por alguma associação ou outros meios, se ofereçam elementos para a formação e manutenção do fundo escolar. Art. 53º Cada circunscrição receberá para distinguir-se um número de sua inscrição, na lista das localidades em que o ensino obrigatório estiver efetivamente

consagrado (PARANÁ. REGULAMENTO DO ENSINO OBRIGATÓRIO, 03/12/1883, art. 51 e 53).

Conforme o regulamento, as sociedades, em conjunto com as Câmaras Municipais, ofereceriam a base para a efetivação da obrigatoriedade do ensino. No relatório que Vicente Machado envia ao presidente Oliveira Bello, ele descreve como organizou a reunião da *Sociedade Protetora do Ensino Obrigatório em Ponta Grossa*, que contava com mais de cinquenta sócios, cada um pagando uma mensalidade de 1\$000, “convindo notar que muitos cidadãos generosos auxiliavam com quantia muito superior mensalmente” (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 22/04/1884, p.01).

(...) Reuniram-se a convite meu, no salão da Câmara Municipal, diversos cidadãos, que, estimulados pela generosa propaganda com que V. Exa. procurava tornar obrigatório o ensino primário na província, e para que com eficácia pudesse ser posto em prática o Regulamento de 3 de dezembro, resolveram criar uma associação que ficou denominada - *Protetora do ensino obrigatório*, com o fim de auxiliar a infância indigente. (...). Das crianças arroladas, apenas 8 reclamam vestuário, de modo que com a receita avantajada poderá a referida associação criar prêmios, concorrer para o melhoramento do material escolar e outros benefícios em prol do ensino público. Como presidente da associação Protetora do Ensino tudo farei por bem utilizar o que a generosidade do povo dispensa a favor das crianças (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 22/04/1884, p.01).

Como Vicente Machado informa, a *Sociedade Protetora do Ensino Obrigatório* dispunha de condições financeiras para garantir um fundo escolar para auxiliar a efetivação da obrigatoriedade na cidade de Ponta Grossa, fornecendo a base material para a permanência das crianças nas escolas. Naquele mesmo ano, Vicente Machado e outros oito superintendentes⁴² receberam o grau da Imperial Ordem da Rosa⁴³ “pelos relevantes serviços prestados ao ensino obrigatório” (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 25/09/1884, p.02). Com exceção de Vicente Machado, Manoel Pedro dos Santos Lima e João Manoel Ribeiro Vianna, todos os que receberam a Imperial Ordem da Rosa já haviam exercido a função de inspetor da

⁴² Generoso Marques dos Santos, João Pereira Lagos, Moysés Marcondes de Oliveira e Sá, Manoel Pedro dos Santos Lima, Augusto Lobo de Moura, Conrado Caetano Erichsen, João Manoel Ribeira Vianna, José Jacintho Linhares.

⁴³ A Imperial Ordem da Rosa era um ordenamento brasileiro de honra, que premiava militares e civis, sendo brasileiros ou estrangeiros, que se distinguiram por sua fidelidade ao Imperador e pelos serviços prestados ao Estado (SILVA, 2011).

instrução na província. Destes, quatro foram Inspetores/Diretores Gerais da Instrução Pública: Generoso Marques dos Santos, João Pereira Lagos, Moysés Marcondes de Oliveira e Sá e Augusto Lobo de Moura. O recebimento do título honorífico nos indica o destaque dado a Vicente Machado e outros superintendentes do ensino obrigatório, como também nos permite identificar que, a maioria daqueles que o receberam, já possuíam experiência na função de inspetor do ensino. Tal permanência nos possibilita apontar que as mudanças de cargos e papéis desempenhados na Inspetoria/Diretoria Geral da Instrução Pública não ocasionavam necessariamente a renovação do quadro de inspetores. Aqueles que exerceram a direção da inspeção na província ou que na sua função como inspetor paroquial/distrital se destacaram, foram nomeados como chefes das Superintendências do Ensino Obrigatório em sua localidade. Contratavam-se novos inspetores e superintendentes do ensino, mas se mantinha nas funções centrais da inspeção aqueles que, de preferência, já possuíam uma experiência maior.

Durante o período que Vicente Machado esteve como Superintendente Geral do Ensino no Paraná, todas as correspondências, ofícios e questões de governo foram a ele encaminhados. Nesse sentido, muitos inspetores literários enviavam seus relatórios e mapas das escolas por eles visitadas, professores solicitavam licença⁴⁴ e livros de matrícula⁴⁵, entre outros. Mesmo com toda a centralidade de decisão, bastaram nove meses de instituição do cargo de Superintendente Geral do Ensino para que se voltasse à estrutura antiga. Em 1891, nas páginas de outro periódico, lemos a notícia: “pelo governo foi suprimido esse cargo, verdadeiro sorvedouro dos dinheiros públicos, depois de ter demitido o respectivo superintendente, Dr. Vicente Machado. Muito bem!” (O GUARANY, 04/03/1891, p.03). Dois meses depois, com a publicação do Regulamento do Ensino Obrigatório, a organização da inspeção mantém a sequência de cargos já conhecida: governador do Estado, Diretor Geral da Instrução, inspetores literários e comissões de ensino (PARANÁ. Regulamento do Ensino Obrigatório, 14/05/1891).

De forma resumida, essa é a estrutura da inspeção paranaense que nos acompanhará durante este estudo. Adiante veremos como ela se constituiu, por quem foi pensada e como foi pensada. Veremos os responsáveis pela inspeção e instrução paranaense circulando por

⁴⁴ Como o fez a professora Alzira Braga dos Santos, de Ponta Grossa, cidade onde Vicente Machado desenvolveu a Superintendencia do Ensino Obrigatório, em 1884 (AP0900, 26/10/1890, p.09).

⁴⁵ Como o fez a professora Fernandina Mendes de Castro Amaral, de Pirahy (AP0898, 10/09/1890, p.170).

outros territórios, lendo e escrevendo sobre o ensino, propondo reformas na legislação. Veremos que, apesar das grandes distâncias geográficas, considerando os meios de transportes disponíveis (embarcações, carros por tração animal, cavalos e o trem a vapor, este último nas décadas finais do Oitocentos, no Paraná), a comunicação ocorria e as trocas eram realizadas. É para esse intercâmbio em diferentes espaços sociais⁴⁶ que nos voltaremos, acompanhando alguns dos responsáveis pela inspeção e instrução pública primária. O foco nos inspetores não visa apenas os acontecimentos vividos por um homem, mas utiliza desse espaço de tempo para perceber as redes sociais e políticas que foram tecidas por ele, ao seu redor e para além de sua pessoa. A seguir, identificaremos os responsáveis pela Inspeção da Instrução Pública na província do Paraná.

1.1 A escolha dos Inspectores Gerais: formação acadêmica e formação do olhar

O primeiro Inspetor Geral da Instrução Pública do Paraná, nomeado em 20 de setembro de 1854⁴⁷, aos 27 anos de idade, foi **Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá**. A ele é creditado a reorganização dos distritos literários de instrução, a participação em uma comissão para se pensar a reformulação da legislação do ensino na província, indicada pelo primeiro presidente da província, Zacarias Goes e Vasconcellos, além da função que era esperada, frente à Inspetoria de Instrução Pública (BARBOSA, 2012). Entre essas funções, estava a de emitir relato sobre o estado do ensino e indicar possíveis reformulações, como o fez sete meses depois de ser nomeado, demarcando que a província deveria criar novas escolas, pois isso garantiria a melhoria do trabalho do professor e a eficácia do ensino. Segundo informa “as escolas sofrem ainda grande falta de utensílios e de edifícios apropriados, com o que são ainda mais onerados os professores e atingidos em sua matéria de ensino (IIP136.6,

⁴⁶ Os espaços sociais aqui são compreendidos, tal como aponta Marco Morel (2005), como um ambiente público onde vozes, ideias, gritos, gestos, cenas, opiniões, divergências e convergências se intercalam e conferem ao Estado, à sociedade e à nação a sua tessitura de sociabilidades; uma “cena ou esfera pública, onde interação diferentes atores, que não se confunde com o Estado; a esfera literária e cultural, que não é isolada do restante da sociedade e resulta da expressão letrada ou oral dos agentes históricos diversificados, e os espaços físicos ou locais onde se configuram estas cenas e esferas” (MOREL, 2005. p.18). Um local público que, aliado à circulação por meio da imprensa dos temas ali debatidos, atuava também como formador de opinião.

⁴⁷ A data em questão comparece no livro “Primeiros Assentamentos dos Funcionários da Instrução Pública (1854)”: 14/09/1854, a Inspetoria de Instrução Pública é criada; 20/09/1854, ato nomeia Jesuíno como Inspetor Geral e 22/09 1854 como a data em que assumiu o cargo (BCEPR, Livro 124, p.01). No jornal O Dezenove de Dezembro essa nomeação aparece publicada um mês depois (O dezenove de dezembro, 14/10/1854).

23/05/1855)". Indica a existência de uma cadeira de latim no Lyceo⁴⁸, no que concerne ao ensino secundário, e relata o que viu nas visitas às escolas de Campo Largo e de Palmeira, dizendo que no primeiro local faltava ao professor “infelizmente habilitação suficiente e energia ou pulso para manter a disciplina indispensável do estabelecimento (...)”, propondo ainda a criação de uma escola para meninas (IIP136.6, 23/05/1855). Do lugar em que cresceu e que morava sua família, escreve: “a escola de Palmeira está provida interinamente, é melhor governada que aquela que acabo de falar, porém o quadro do ensino, como a grande parte das escolas da província, é restrito (Idem)”, completando que se ensinava leitura, caligrafia, rudimentos de Aritmética, Doutrina Cristã e Gramática Nacional. Acompanhar Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá por meio da correspondência de governo é perceber sua ação constante nos assuntos referentes ao ensino, ainda que não fizesse nenhuma reforma legislativa quanto à estrutura da inspeção e a normatização de sua prática.

Apesar da sua letra miúda e quase indecifrável em alguns trechos, seu relato tem uma cadência na forma como foi organizado: escreve sobre as impressões que acumulou nos meses como inspetor, sobre o que viu pessoalmente nas escolas e o que pensa que deveria ser feito. No último caso, ele se mostra condescendente com a situação econômica na província, que “[podia] não ter recursos necessários para obter os melhoramentos que [tinha]⁴⁹ a indicar (IIP136.6, 23/05/1855)". Voltemos a atenção para as suas propostas:

A regeneração do ensino, pois, em meu humilde alvitre, depende de medidas legislativas que tenham por fim: 1º apresentar os vencimentos dos professores em ordem a oferecer-lhes senão um futuro brilhante, ao menos uma cômoda honestidade; 2º a criação de um estabelecimento pedagógico que forme os professores, não só no conhecimento das matérias de ensino, como no dos métodos mais apropriados para inocular no espírito fraco e delicado da infância aquelas doutrinas que devem desenvolvê-lo docemente, e deixe em seu coração esses princípios de que dependerá mais tarde sua felicidade moral; 3º interpor por qualquer modo os inspetores no exercício de suas funções, de modo que o professor encontre nele, não só um juiz severo, sirva o dedicado coadjuvador para o alcance de sua sublime e quase religiosa missão (IIP136.6, 23/05/1855).

Durante quase dois anos que esteve como Inspetor Geral, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá demonstrou em seus escritos três pontos cruciais para o bom desenvolvimento da instrução pública na província: o papel do professor (desde sua valorização monetária,

⁴⁸ A escrita foi mantida conforme aparece na fonte.

⁴⁹ Estava escrito “pode” e “tenho”, mas por questão da coerência gramatical foi trocado por podia e tinha.

função⁵⁰, até sua formação); o provimento material das escolas (seja em consonância aos pedidos de professores⁵¹ e inspetores de ensino ou pelo que observou ao visitar as escolas) e a constituição/prática da inspeção da instrução. Como veremos um pouco mais adiante, nos anos posteriores, essa tríade se fará presente nos discursos de outros inspetores gerais, de presidentes de província e de professores, sendo acrescida, com maior ênfase a partir da década de 1870, pela discussão acalorada em torno da obrigatoriedade do ensino⁵².

O relatório do Inspetor Geral, com suas descrições e proposições, suscita algumas questões. A primeira é: como sujeitos como ele, sem experiência nos assuntos da instrução pública, sabiam o que era esperado de sua função? Pela legislação, parece ser a resposta mais plausível. Neste período vigorava a indicação esboçada no Regulamento de Instrução Pública de São Paulo (1851) e as competências esperadas do cargo eram: instruir os inspetores de distrito e professores sobre os seus deveres; prestar ao presidente e ao conselho de instrução as devidas informações sobre o ensino; assistir as sessões do conselho de instrução assim como os concursos e exames; conceder licença a professores; organizar a divisão das escolas primárias e secundárias (criação, remoção, reunião ou supressão); repreender professores e multa-los se necessário, incluindo professores e diretores de escolas particulares; visitar as

⁵⁰ Em 1854 foi publicado no jornal da província seu comunicado intitulado “O proceder de um professor Interino”, onde escreveu a “primeira coisa realmente a falar de instrução”: “a necessidade de espalhar por todas as classes a instrução e moralidade, elementos indispensáveis da paz e da civilização, colocando o preceptor da mocidade na delicada e importante tarefa de formar a geração nova para a vida social e doméstica; demanda de V.M. o mais acurado zelo no desempenho das nobres e trabalhosas funções que exerce” (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 28/10/1854. p.05).

⁵¹ Podemos ver a resposta a um pedido seu na seção do governo, no jornal: “pela leitura do seu ofício de hoje sob o número 1 fiquei inteirado de se achar instalada com 16 alunos a cadeira de Palmas. Quanto as lousas, traslados e catecismos, que se tornam precisos para a dita escola, autorizo a V.M a ministra-los ao respectivo professor, como ele pede, apresentando a esta presidência a conta para ser devidamente satisfeita” (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 07/02/1855. p.01).

⁵² Tal afirmativa não desconsidera que a obrigatoriedade comparece na província paranaense por meio da lei nº 17, de 14 de setembro de 1854, em seu artigo 12º: “o ensino primário é obrigatório em um círculo de uma légua das escolas públicas, os pais, tutores, curadores e protetores, que dentro dele morarem e tiverem em sua companhia meninos maiores de 07 anos e menores de 14, e meninas maiores de 07 anos e menores de 10, são obrigados a dar-lhe à instrução primária, exceto se provarem pobreza, sob pena de incorrerem na multa de 10\$000 a 15\$000, conforma as circunstâncias”. Após a Lei nº 17, o *Regulamento de Ordem Geral para as Escolas da Instrução Primária*, de 08 de abril de 1857, apenas ratifica o que estava disposto no presente artigo. A lei que instituiu a obrigatoriedade no Paraná foi a lei nº 381 de 1874 que determinou, em seu artigo 1º, que o ensino primário era obrigatório para todos — meninos, de 07 a 12 anos, e meninas dos 07 a 10 anos — que residissem dentro das cidades, vilas e freguesias em que houvesse aula pública ou particular subsidiada, não tendo eles impossibilidade física ou moral. O *Regulamento Orgânico da Instrução Pública*, de 16 de julho de 1876, retoma a lei, porém não traz nenhum detalhamento. O *Regulamento para o Ensino Obrigatório da Província*, de 03 de dezembro de 1883, intensifica a discussão e ampliação do ensino obrigatório com a criação das Superintendências do Ensino Obrigatório, responsáveis pela fiscalização e efetivação do mesmo.

escolas da província; orientar como deveria ser a escrituração dos livros de móveis e utensílios, assim como o de matrícula das escolas; organizar uma tabela de mobília e utensílios que cada escola primária ou secundária deveria ter; propor a divisão de distritos; nomear ou demitir os inspetores de distrito e multa-los quando necessário e apresentar ao final do ano um relatório completo sobre o estado da instrução na província. (SÃO PAULO, Regulamento de Instrução Pública, 1851, art. 4º).

O direcionamento legal das funções estava posto, mas como realmente dissertar sobre a instrução na província? Como organizar sua prática frente ao cargo? Visitar as escolas permitiria perceber as demandas urgentes, as dificuldades, o número de matrícula e frequência. Conversar com os professores possibilitaria apurar um pouco mais o que se viu, escutar as hipóteses de porquê os pais não enviavam os filhos para as escolas e em que o ensino poderia melhorar na província. Paralelo a isso, ele poderia lançar mão do estudo de livros que falassem sobre a instrução ou da leitura de periódicos que abordassem a temática em outras províncias, em busca de similitudes ou diferenças. Contudo, se tomou a leitura de autores e textos que dissertassem sobre a instrução e a educação, de modo geral, não referenciou em seus relatos oficiais, ao contrário de outros inspetores gerais que acompanharemos.

Talvez tenha lido algumas folhas noticiosas de São Paulo, devido a legislação do ensino utilizada ainda no Paraná, ou do Rio de Janeiro, pela localização da Corte e as referências das decisões administrativas imperiais. Nos jornais da província paulista pode ter observado uma discussão acalorada da legislação entre os deputados, com a aprovação dos decretos propostos pela Comissão de Instrução, como o que criou o cargo de Inspetor Geral (O CONSERVADOR, 25/06/1850. p.01) e posteriormente o Regulamento de Instrução Pública (O COMERCIAL, 28/11/1851. p.01).

Das páginas de alguns jornais que circularam na província do Rio de Janeiro, na década de 1850, pode ter visualizado não somente o que era concernente ao ensino local e sua organização – pois podemos localizar o debate do tema na Câmara dos Deputados, referentes às propostas de reformas⁵³ –, como também o que ocorria em outros países, uma vez que os periódicos publicavam notícias estrangeiras sobre o assunto⁵⁴. Em um desses momentos, foi

⁵³ Principalmente nas páginas do jornal Diário do Rio de Janeiro, na década de 1850.

⁵⁴ Assim como ocorria no jornal paranaense *O Dezenove de Dezembro*, os periódicos do Rio de Janeiro também recebiam publicações de outras províncias e países, fazendo transcrições literais ou resumos, tal como noticiou o

transcrito o artigo publicado no periódico de Lisboa, *Revolução de Setembro*, onde o Ministro do Reino de Portugal escreve sobre a instrução como “questão nacional” e as causas, em sua opinião, para o seu não progresso: “1º a falta de pagamentos de professores (...); 2º a insuficiência de grande número de professores. E o governo não cria as Escolas Normais (...); 3º o diminutivo número de escolas públicas (...); 4º a pouca afluência dos alunos. E o governo não propõe ao poder legislador que a instrução primária seja obrigatória (O AMERICA, 21/08/1850. p.03)”.

Avançando alguns anos nas páginas do jornal *Reformista*, encontramos um artigo que apontava a forma descentralizada da instrução pública no país, onde cada província organizava a oferta de acordo com seus contextos, chamando atenção para a falta de respeito para com os professores (públicos e particulares), no geral. Segundo aponta, “(...) o magistério não é hoje uma missão elevada e nobre, mas um simples meio especulativo de subsistência, e a autoridade do governo não procura informar-se da capacidade científica, e menos da moral” dos professores e, em se tratando da instituição que fiscalizava o serviço dos mesmos, complementa que esta deveria existir “com a Direção Geral da Instrução Pública, [porque entendiam] ser conveniente a criação especial de um ministério, a cujo cargo esteja este importante objeto (...) (REFORMISTA, 05/09/1853. p.04)”.

O tema continua sendo abordado dias depois, com a observação da necessidade de criar escolas, de ter pessoas competentes para reger a cadeira e cuidar da inspeção, pois, como descrevem: “é inconveniente o modo porque a instrução pública é fiscalizada atualmente. As diretorias de instrução pública são uma verdadeira *sine cura* e não só desprezam a fiscalização das escolas públicas, como (...) as escolas e colégios particulares (REFORMISTA, 23/09/1853. p.03)”.

Vemos nos jornais citados uma caracterização dos problemas concernentes a instrução pública semelhante com o que foi esboçado pelo Inspetor Geral Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, na província do Paraná. Mais do que interpretar essa semelhança como uma transposição do que acontecia com a instrução de uma província para outra, ou tomar como uma verdade dos desdobramentos em prol da instrução, as notícias nos jornais operam como um elemento que nos permite apontar que, independente da veracidade de tudo que ali está escrito, havia um debate intenso sobre a instrução em circulação. As pessoas que liam os

Compilador: “pela barca inglesa *Empiress*, (...) proveniente de Liverpool, recebemos jornais (COMPILADOR, 29/08/1852. p.05)”.

jornais, incluindo – por que não? – o Inspetor Geral da Instrução do Paraná, tomavam ciência das principais questões em torno do tema: legislação, materialidade, professores, inspeção e obrigatoriedade. Representações conectadas por meio dos escritos e discursos de diferentes sujeitos⁵⁵.

Ao mesmo tempo em que o jornal era efêmero⁵⁶, no sentido em que a sua vida útil era do tamanho do dia de sua publicação ou da necessidade do seu leitor, ele era promotor de certos padrões, se pensarmos na sua publicação cotidiana e na sua inserção na vida de diferentes pessoas. Como afirma Antoine Prost (1995), antes da existência ou circulação maior de outros meios de comunicação, “a opinião pública penetrava no âmbito doméstico sob uma única forma: a imprensa (PROST, 1995. p.142)”. Não somente no que caracterizamos como doméstico no sentido de uma casa, mas nos diferentes ambientes sociais: clubes e associações literárias, bibliotecas públicas e particulares, barbearias, cafés, entre outros. O jornal pode ter dado subsídios para o Inspetor Geral Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá compreender as demandas da instrução em outros locais, comparando ou não com o que ocorria no Paraná, para formular ou não o seu próprio relato. Independentemente da confirmação de seu contato com tais leituras, podemos apontar um cruzamento de assertivas e proposições para o desenvolvimento efetivo do ensino.

Pertinente destacar que os Inspectores Gerais eram indicados pelo presidente da província e que a maioria, ao assumir o cargo, não tinha experiência com a instrução, além do fato de ter sido aluno (nos cursos de bacharelado Medicina, Direito, Teologia) ou ter uma experiência na estrutura da inspeção⁵⁷. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, por exemplo, não

⁵⁵ Compartilhando da ideia de diferentes estudos que buscam entender o papel da imprensa e/ou sua utilização como fonte para a compreensão do processo histórico-educacional, aqui ela é tomada como fonte de veiculação de informações importantes (e como todo documento, passível de ser criticado e interpretado), muitas vezes vinculada ao pensamento de um grupo de editores ou do proprietário do periódico, muitas vezes funcionava como uma ferramenta política e de transmissão das decisões tomadas pelo governo (CANDIDO, 1992; CATANI e BASTOS, 1997; FARIA FILHO, 2002; ARAUJO e SCHELBAUER, 2007). A imprensa seria uma das formas de se ter contato com o pensamento de determinados sujeitos, como os responsáveis pela instrução, pois, como demarca Bruno Bontempi (2004), “a imprensa, a quem a sociedade teria outorgado o direito e o dever de fiscalizar o poder público, a fim de evitar os abusos e desvios autoritários do Estado e dar visibilidade à coisa pública, tornou-se por isso a cadeira cativa do intelectual (BONTEMPI, 2004. p. 5)”.

⁵⁶ CANDIDO, 1992.

⁵⁷ Conforme disposto no Regulamento de Inspeção (1857), o inspetor de distrito de Curitiba ou o secretário da Inspetoria Geral da Instrução substituiriam o Inspetor Geral da Instrução quando este não estivesse à frente do cargo.

foi professor, inspetor de distrito ou secretário da Inspetoria e não pertencia a uma família com histórico na docência. Indicar bacharéis era uma prática vista pelos governantes como promissora para o desenvolvimento das estruturas administrativas. No quadro abaixo podemos visualizar o conjunto de Inspectores Gerais da Instrução Pública do Paraná, discriminado o ano de sua função e a formação acadêmica:

ANO DE ATUAÇÃO	INSPETOR/DIRETOR GERAL	FORMAÇÃO⁵⁸
1854 a 1856	Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá	Direito (PE)
1856 – 1859 – 1860 – 1861 – 1862 – 1863 – 1864 – 1865	José Lourenço de Sá Ribas	Direito (SP)
1856 a 1860	Joaquim Ignácio Silveira da Mota	Medicina
1857 – 1861	Augusto Lobo de Moura	Direito
1858 – 1859 – 1860 – 1870 – 1871	Bento Fernandes de Barros	Direito (PE)
1860	José Candido da Silva Muricy	Medicina
1860	Joaquim Dias da Rocha	Medicina
1864	Joaquim José do Amaral	Direito
1865	Laurindo Abelardo de Brito	Direito (SP)
1865	Bruno Henrique de Almeida Seabra	-
1865	Ernesto Dias Laranjeira	Direito (SP)
1865 – 1866	Sérgio Francisco de Souza Castro	Direito (SP)
1866	Generoso Marques dos Santos	Direito (SP)
1862 – 1863 – 1866 a 1870	Ernesto Francisco da Lima Santos	Direito (PE)
1870	Gustavo Augusto de Castro	Medicina
1871 – 1873 – 1874	João Francisco de Oliveira e Sousa	-
1871 – 1874	Tertuliano Teixeira de Freitas	Direito
1874 – 1875 – 1883 – 1884 – 1885	João Manoel da Cunha	-
1875 – 1876 – 1877 – 1878 – 1879 – 1880 – 1883 – 1885 – 1886	João Pereira Lagos Júnior	Direito
1876	Justiniano de Mello e Silva	Direito
1878 – 1879 – 1880 – 1881 – 1882	Euclides Francisco de Moura	Direito
1878	Constante Affonso Coelho	Direito
1879	Pedro Ribeiro Moreira	Direito
1880 – 1881 – 1882	Francisco Alves Guimarães	Direito (SP)
1882 – 1883 – 1885 1889 – 1890	José Joaquim Franco Valle	Medicina

⁵⁸ O espaço preenchido por um traço indica que a formação acadêmica do Inspetor/Diretor Geral da Instrução não foi encontrada.

1882 – 1883	Moysés Marcondes de Oliveira e Sá	Medicina
1884	Carlos Vieira da Costa	-
1886 – 1887 – 1888	Luiz Antonio Pires de Carvalho e Albuquerque	Direito (PE)

Quadro 2: Inspetores/Diretores Gerais e sua Formação Acadêmica⁵⁹

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de jornais que circularam na província e correspondências de governo

Os bacharéis formados nos cursos de Direito da província de São Paulo e Pernambuco foram a maioria à frente da Inspetoria de Instrução Pública do Paraná. Os primeiros cursos jurídicos brasileiros foram implantados cinco anos depois da Independência do Brasil (1822)⁶⁰ e os estudos que se voltam para o ensino nos referidos cursos têm demarcado que, desde a sua discussão até o efetivo funcionamento, o objetivo foi a construção de um pensamento jurídico nacional que se distinguisse com o da antiga metrópole, Portugal, e que se mantivesse dentro da perspectiva do ideal liberal, mesmo que possa ser apontado discrepâncias quanto ao que se entendia e praticava como tal⁶¹. Antonio

⁵⁹ Um quadro com as fotos ou imagens dos Inspetores Gerais/Diretores Gerais se encontra no Apêndice I. Infelizmente não encontramos uma imagem para cada inspetor, mas a maioria consta representada no referido quadro.

⁶⁰ A Lei de 11 de agosto de 1827 criou os dois cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, um na cidade de São Paulo e o outro na cidade de Olinda. Os cursos durariam cinco anos e a divisão curricular ficou assim dividida: 1º ano (Direito Natural, Público, Análise de Constituição do Império, Direito das Gentes e Diplomacia); 2º ano (Continuação das matérias do ano antecedente e Direito Público Eclesiástico); 3º ano (Direito Pátrio Civil, Direito Pátrio Criminal com Teoria do Processo Criminal); 4º ano (Continuação do Direito Pátrio Civil e Direito Mercantil e Marítimo); 5º ano (Economia Política, Teoria e Prática do Processo adotado pelas Leis do Império) (BRASIL, Lei de 11/08/1827. art. 1º).

⁶¹ De forma breve, a historiografia identifica que o discurso do pensamento liberal europeu foi incorporado na legislação brasileira, como a Constituição de 1824, e nos cursos jurídicos fundados em São Paulo e em Recife, contudo, os ideais liberais na Europa apregoavam a luta contra a monarquia absolutista, a igualdade e a liberdade, enquanto que no Brasil a prática mostrava-se desconexa, uma vez que a desigualdade econômica aumentava, manteve o processo de discriminação racial e de práticas pautadas no favor e no clientelismo (BASTOS, 1978; ADORNO, 1988; WOLKMER, 2000; LOPES, 2002; BRANCO, 2014). Roberto Schwarz (1977) demonstra em seu estudo que as ideias liberais no Brasil estavam “fora do lugar” até porque o contexto de constituição do liberalismo brasileiro ser diverso do liberalismo europeu. Sobre as críticas sobre as diferenças entre a concepção e a prática ele escreve: “no fastígio em que estava ela, a Europa, e na posição relativa em que estávamos nós, ninguém no Brasil teria a ideia e principalmente força de ser, digamos, um Kant do favor, para bater-se contra o outro. De modo que o confronto entre esses princípios tão antagônicos resultava desigual: no campo dos argumentos prevaleciam com facilidade, ou melhor, adotamos sofregamente os que a burguesia europeia tinha elaborado contra árbitro e escravidão; enquanto na prática, geralmente dos próprios debatedores, sustentado pelo latifúndio, o favor reafirmava sem descanso os sentimentos e as noções que implica” (SCHWARZ, 1977. p.17). Por sua vez, ao escrever sobre formação acadêmica no curso de bacharel em Direito de São Paulo, no século XIX, Sergio Adorno (1988) explicita que essa formação liberal foi construída sob a égide do “dilema democrático” pelo qual passava o liberalismo brasileiro e que, “em outras palavras, o impasse consistiu em “conciliar” a natureza patrimonial do Estado brasileiro sob o regime monárquico com o modelo

Carlos Wolkmer (2000) demonstra que os cursos jurídicos eram pensados de acordo com as necessidades governamentais e que existia uma divisão no tipo de formação ministrada: Recife ficou responsável pelo teor científico, pela “criação de um centro intelectual, produtor de ideias autônomas” e São Paulo pela constituição de intelectuais que assumiriam cargos no governo provincial ou que se tornariam jornalistas (WOLKMER, 2000. p. 83-84).

Em discurso proferido em homenagem ao centenário de nascimento de Generoso Marques dos Santos, um dos Inspectores Gerais da Instrução listados no quadro anterior, Arthur Ferreira dos Santos pontua que “a sua ida para São Paulo afim de receber as láureas acadêmicas na velha Faculdade de Direito, tinha o sentido de uma orientação predeterminada para o noviciado da política” e que “o período acadêmico coincidiria com a plena eclosão dos ideais de democracia, incorporados como princípios de governo, aos costumes políticos da Europa” (SANTOS, 1944, p.18). Na escrita laudatória, o autor nos deixa entrever a representação de que a formação intelectual no curso jurídico paulista contribuía para a inserção política daquele que o cursava, tal como apontou Carlos Wolkmer (2000) em seu estudo. Generoso Marques dos Santos assumiu interinamente o cargo de Inspetor Geral da Instrução um ano depois de concluir o curso, com 22 anos de idade, sendo também deputado provincial. Como vemos, uma inserção rápida na carreira política e administrativa na província paranaense.

Sergio Adorno (1988) pontua que a criação e inauguração dos cursos jurídicos brasileiros teve como pretensão alcançar a autonomização política da sociedade, por meio do individualismo político e do liberalismo econômico e que podemos observar que durante o século XIX, “o Estado brasileiro erigiu-se como um Estado de Magistrados”, um estado que buscava formar “uma elite intelectual aberta para a modernidade (ADORNO, 1988. p. 78 e 95)”. O autor afirma que:

(...) o bacharel acabou por constituir-se, portanto, em sua figura central porque mediadora entre interesses privados e interesses públicos, entre o estamento patrimonial e os grupos sociais locais. A criação de uma verdadeira *intelligenza* profissional liberal, nascida no bojo da sociedade agrária-escravista, compreendida na sua grande maioria, de bacharéis, promoveu a ampliação dos quadros políticos e administrativos, sedimentou a solidariedade intra-elite de modo a rearticular as alianças entre os grupos sociais representantes do mundo rural e do mundo urbano e, sobretudo,

jurídico liberal do exercício do poder”; isso só foi possível na medida em que o liberalismo se distanciou dos princípios democráticos e se tornou conservador (ADORNO, 1988. p.55).

possibilitou a separação entre poder doméstico e poder público, fundamental para a emergência de uma concepção de cidadania (ADORNO, 1988. p.78).

Em seu livro, Sérgio Adorno (1988) demonstra como os estudantes do curso jurídico brasileiro no século XIX eram formados para o exercício do poder, tendo acesso posteriormente aos órgãos centrais do governo (executivo, legislativo e judiciário), sendo que alguns seguiram a carreira acadêmica e a jornalística. Retomando o quadro que elenca a formação dos Inspectores Gerais do Paraná podemos concordar que se efetivou o exercício do poder dos bacharéis no órgão que detinha a responsabilidade do ensino na província, apesar da presença dos médicos.

O quadro exposto anteriormente comprova que entre 28 Inspectores Gerais, a maioria (18) se formou como bacharel em Direito. No entanto, está entre os 6 que se formaram em Medicina o Inspetor Geral Joaquim Ignácio Silveira da Mota, que foi o responsável por organizar os regulamentos de instrução e inspeção da província do Paraná. A formação dos responsáveis pela inspeção e instrução pública pode contribuir como uma pista para entender algumas de suas proposições, contudo, o quadro também aponta para uma interpretação interessante quando nos detemos nos anos em que estiveram no cargo: a circulação. Em um ano o cargo poderia ser ocupado interinamente por diferentes indivíduos, seja porque o Inspetor Geral nomeado precisou se ausentar por motivo pessoal ou para compor assento na Assembleia Legislativa. Nessas ocasiões outros eram chamados para substituí-los. Assim como ocorreu nas vezes em que o Inspetor Geral Joaquim Ignácio Silveira da Mota esteve impossibilitado de permanecer em suas funções, sendo substituído por José Lourenço de Sá Ribas, Bento Fernandes de Barros, José Candido da Silva Muricy e Joaquim Dias da Rocha. Dois advogados e dois médicos substituindo o inspetor que era médico por formação. Esses senhores, enquanto inspetores interinos, tinham pleno poder para dispor da função. Joaquim Dias da Rocha, por exemplo, era Inspetor Geral Interino quando o presidente da província encaminhou ofício pedindo um parecer do Catecismo enviado pelo bispo Diocesano “a fim de servir para o ensino da doutrina cristã nas aulas de instrução pública primária da Província” (CODICE 0951, 24/09/1860). Outro Inspetor Geral Interino, Joaquim José do Amaral, ficou à frente da Inspeção por dois meses e nesse período exonerou e nomeou inspetores, concedeu e caçou licença a professores, pediu regulamento para ser distribuído, etc. (BARBOSA, 2012, p.64). São ações que nos permite assinalar que, tendo uma atuação mais marcante ou não, os

Inspetores Gerais Interinos não ocupavam o cargo apenas *pro forma* ⁶². Sendo advogados ou médicos, eles desenvolveram uma rede quando se relacionavam como inspetores do ensino.

Seria muito difícil acompanhar toda a trama tecida por um Inspetor Geral ou ao seu redor, quanto mais se tentarmos fazer esse caminho interpretativo com todos os que exerceram tal função. Deteremo-nos em alguns, seja por ter sido o primeiro inspetor, ou por ter sido o que organizou ou propôs reformas, pela sua atuação diferenciada ou não, mas que deixou pistas para preencheremos algumas lacunas históricas.

No caso do primeiro Inspetor Geral da província, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, tal conexão com os assuntos relativos a instrução pode ter ocorrido pelas redes de sociabilidades que estabeleceu antes mesmo de sua indicação para o cargo. Não podemos afirmar porquê ele foi nomeado e não outro. Um conjunto de fatores podem ter contribuído para isso, como ser ele pertencente à família considerada como uma das que compunham a “elite campeira do Paraná”, além dos laços políticos estabelecidos por seu progenitor e ter a formação de bacharel em Direito (BARBOSA, 2012. p.44). Características que também poderiam ser encontradas em outros sujeitos de sua geração, como, por exemplo, José Loureiro de Sá Ribas e Salvador José Correia Coelho, que foram seus colegas no curso jurídico na província de São Paulo. O segundo sujeito, Salvador José Correia Coelho, é mencionado por Rocha Pombo (1990) entre o nome dos filhos “das famílias mais abastadas de Curitiba, Paranaguá, de Castro e da Lapa” que estudavam em São Paulo “chegando a formar-se e distinguir-se” (POMBO, 1990. p.101).

Com a mesma faixa etária, Jesuíno Marcondes, José Lourenço de Sá Ribas e Salvador Coelho tinham uma viagem em comum no currículo, além dos momentos passados em sala de aula e do poder econômico, político e social de suas famílias. Os três percorreram o trajeto de São Paulo até o Paraná, pelo litoral, em novembro de 1844, quando Jesuíno frequentou o primeiro ano do curso jurídico. Segundo relata Salvador Coelho (1995), “éramos estudantes da academia de São Paulo” e “íamos de férias para as terras de nosso nascimento” (COELHO, 1995. p.20)⁶³. Uma viagem por terra e por mar, descendo o litoral, onde

⁶² Na dissertação identifiquei que no curto espaço de dois meses como inspetor geral interino, Joaquim José do Amaral demitiu inspetores, pediu o regulamento para ser distribuído entre professores, visitou escolas e emitiu parecer sobre o estado em que encontrou organizado os livros da inspetoria (BARBOSA, 2012).

⁶³ Como ressalta Cassiana Lacerda Carollo na introdução da obra *Passeio à minha terra*, Salvador Coelho escreveu seu relato de viagem contrapondo dois momentos: o do registro da mesma escrito no *tempo dos acontecimentos* (1844) e o de elaboração do livro como um todo, em 1860, denominado por ela como o *tempo da*

compartilharam momentos de contemplação da natureza (“o sol ostentava o disco luminoso por entre delgadas e rasgadas nuvens” – p.20); de intempéries (“o litoral é infestado de nuvens de mosquitos que sobremaneira vexam o viajante” – p.45); de surpresas engraçadas (quando Jesuíno caiu do cavalo, tentando três vezes até conseguir montar novamente e sendo descrito: “depois da peripécia grandes foram as risadas que soltamos, lembrando-nos do ingresso, desenvolvimento e desenlace do episódio” – p.49); de “paquera” (“o sexo mimoso, eminentemente recatado, porque as jovens que estavam às janelas olhavam-nos de longe e quando íamos aproximando fugiam das sacadas” e depois que eles passavam, elas voltavam “aos mesmos sítios de observação” – p.57). Trocas comuns em uma viagem de passeio. Contudo, Salvador Coelho (1995) deixa pistas de que as conversas dos jovens também eram pautadas por assuntos voltados para a política e economia, dentre outros. Em Iguape, ainda na província de São Paulo, foram abordados por moradores que perguntaram de onde vinham e para onde iam. Satisfeita a curiosidade inicial, foram informados pelos três jovens de “como ia a política do país, o que de novo corria sobre a mesma no Rio de Janeiro e na capital de São Paulo (COELHO, 1995. p.58).

A política e seus embates acompanhou Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá. No relato memorialístico escrito sobre ele pelo seu filho Moysés Marcondes de Oliveira e Sá, as amizades que o pai de Jesuíno (José Caetano de Oliveira, conhecido depois como Barão de Tibagi) estabelecera com liberais⁶⁴ são elencadas como sendo “úteis a seu jovem filho, na

escrita. Essa distinção fica mais evidente em umas passagens do que em outras, como, por exemplo, quando se remete ao Paraná como província, sendo que no período da viagem ele ainda era comarca da província de São Paulo. (COELHO, 1995. p. 12).

⁶⁴ Durante o período imperial existiam dois partidos políticos: Liberal (cujos integrantes eram denominados, pejorativamente, de luzias) e o Conservador (apelidados, da mesma forma, como saquaremas). Na dimensão político-partidária da província do Paraná, esses dois partidos também aparecem contemplados pela atuação de seus sujeitos, nem sempre de forma pacífica e, mesmo quando a violência era deixada de lado, as tensões e os embates permaneciam, de forma velada ou direta. Ao tratar sobre a política paranaense no século XIX, com a instalação do Paraná como província, Cecília Maria Westphalen (1996) detalha como eram escolhidos os integrantes da Assembleia Legislativa Provincial, com base no Ato Adicional de 1834, e que “as condições de elegibilidade dos deputados provinciais, gerais e dos senadores eram também fundadas nas suas rendas e propriedades (WESTPHALEN, 1996. p.55)”. Ser liberal ou conservador e estar compondo o corpo da assembleia tinha a ver com suas redes de relações e também com o seu capital econômico. Em tese defendida esse ano, sobre a constituição da classe política no governo paranaense (de 1853 a 1889), Alessandro Alves (2014) demonstra que o vínculo de parentesco entre os sujeitos à frente da Assembleia Legislativa Provincial perpassou o que ele denominou de três grandes grupos: o Clã Sá Ribas, o Clã Guimarães e Correia e o Clã Oliveira e Sá e Alves de Araújo. Resumidamente, o autor descreve: “O *quarteto saquarema* (conservadores) no Paraná era composto por Manoel Antonio Guimarães (Visconde de Nacar, 1813-1893), Manoel Francisco Correia (Senador Correia, 1831-1905), Manoel Eufrásio Correia (1839-1888) e Agostinho Ermelino de Leão (1834-1901). Ambos

orientação de seus estudos” e aparecem como uma das causas do desentendimento de Jesuíno com um dos professores do curso jurídico de São Paulo, o que acarretou em sua ida para Olinda, para dar sequência aos estudos, se formando em 1849 (MARCONDES, 2009. p.19). Todavia, a veia política não era algo somente dele ou de sua família, se observarmos outros paranaenses ou se estendermos nosso olhar para diferentes províncias. O ímpeto de discursar sobre a política e se posicionar parece ter sido uma constante em Jesuíno, ao ponto de seu pai aconselhar em cartas seguidas⁶⁵ para que ele e seus colegas paranaenses que estudavam em Olinda não se voltassem para os partidos. Em suas palavras: “tenho de vos recomendar muito positivamente que não tomeis parte em nenhum dos partidos dessa Província, cujo obséquio também imploro dos vossos colegas desta comarca, aos quais, por esta, dirijo meus cortejos”. (MARCONDES, 2009. p.21).

O pedido/conselho de seu pai pode ter sido feito em razões bem pontuais, específicas da província de Pernambuco, devido a Insurreição Praieira⁶⁶. Entretanto, em suas cartas nos

parentes entre si. Em Curitiba, propriamente dito, dois líderes conservadores se destacavam, eram eles, Manoel de Oliveira Franco (Brigadeiro Franco, 1814-1875), membro do clã familiar Sá Ribas e Tertuliano Teixeira de Freitas (1834-1910), mas que por motivos específicos, principalmente referente a questão familiar, não eram tão coesos como os quatro primeiros. (...) O *quarteto luzia* (liberal) no Paraná era composto por Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá (1827-1903), Antonio de Sá Camargo (Visconde de Guarapuava, 1808-1896), Manoel Alves de Araujo (1836-1908) e Antonio Alves de Araujo (1833-1888), parentes entre si, e líderes incontestáveis deste partido político, que tinham ainda o apoio de José Lourenço de Sá Ribas (1820-1890) da família Sá Ribas, unindo outro importante clã familiar, com raízes específicas em Curitiba. Ao final da monarquia, por decisão própria, abandonam a política o Dr. Jesuíno Marcondes e Manoel Alves de Araujo, ambos saindo do Paraná, e os demais, por idade avançada ou falecimento, não mais atuam na política” (ALVES, 2014. p.336).

⁶⁵ O conselho de Caetano José de Oliveira a Jesuíno foi feito em carta do dia 22 de agosto de 1848 e depois em 03 de setembro de 1848 (MARCONDES, 2009. p.21).

⁶⁶ Conhecida como *Revolta Praieira* ou *Revolução Praieira*, devido à associação com o jornal onde circulava os princípios de tal movimento: *Diário Novo*, situado na Rua da Praia, no Recife. De forma geral, o movimento é estudado pelo viés político da disputa entre liberais (praieiros) e conservadores (gabirus) na província de Pernambuco. Antonio Pinto Chichorro da Gama, liberal, ficou no cargo como presidente da dita província por quatro anos. Foi substituído, pela indicação do Imperador D. Pedro II, por Araújo Lima, conservador. Em termos gerais, esse seria o estopim de uma revolta que teve, pelo menos, cinco manifestações violentas entre 1845 a 1848, com espancamentos, roubos e mortes. Segundo resume Wellington da Silva (2009), “É que, neste espaço de tempo, a disputa entre conservadores e liberais acabou se transformando em um sério confronto armado. Após a queda do gabinete liberal, em 1848, e a ascensão de um ministério conservador, sob a direção de Araújo Lima, os políticos liberais pernambucanos viram a estrutura de poder, que havia sido montada enquanto eles dominaram o cenário político provincial, ser desmontada pouco a pouco. Inconformados com a situação e sem terem a força necessária, como afirmou Joaquim Nabuco, para esperarem pela sua vez, como tinham feito os seus adversários, os praieiros resolveram pegar em armas para recuperar os espaços perdidos – se lançando em uma rebelião que chegou, a um só tempo, ao ápice e declínio no dia 2 de fevereiro de 1849, quando as tropas rebeldes desfecharam um frustrado ataque à capital da província” (SILVA, 2009. p.31). Na década de 1840,

deixa entrever que sua intenção inicial não era que o filho seguisse carreira diplomática, contudo, mediante a exposição de Jesuíno de suas pretensões, ele concordou. Caetano José de Oliveira lembrou ainda o desentendimento do filho no curso de Direito em São Paulo como uma justificativa de seu zelo para que ele se tornasse lente de uma cadeira (“queria que voltásseis a nossa província habilitado mesmo para isso, para que vossos antagonistas conhecessem que, se um dia vos tentásseis por uma cadeira dessas, estaríeis habilitado a obtê-la”), porém reforçou que as pretensões diplomáticas não seriam efetivadas sem esforço de Jesuíno, “por terem caído os nossos amigos da política que adotamos, e estarem na política presente homens que me são desafetos (...) (Idem, ibidem).

Podemos aferir que a escolha de Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá para o cargo de Inspetor Geral de Instrução Pública estava pautada em um movimento político, no sentido de que desde a sua formação o próprio já assim havia escolhido. Alessandro Alves (2014) escreve que “o primeiro liberal que foi ao encontro do novo presidente foi o jovem bacharel Dr. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, ainda na cidade de Santos, São Paulo, ele que será nomeado diretor geral da instrução pública (...) (ALVES, 2014. p.34)”. Ir ao encontro do primeiro presidente da província pode ter várias interpretações, desde um pedido direto de participação no governo até a cordialidade e o ato de se pôr a disposição de forma velada. Todavia, o que indica algumas das cartas que o presidente Zacarias Goes e Vasconcellos enviou a Jesuíno, entre os anos de 1854 a 1855, é que havia um apreço entre os dois, uma cordialidade entre as suas famílias. Em janeiro de 1854, Zacarias escreve sobre a chegada da mãe de Jesuíno a Curitiba:

Eu e minha senhora cumprimentamos a Ex. Sr. Cherubina, que contou-nos ontem haver chegado a esta cidade. As nossas circunstâncias domésticas com quanto, graças a Deus, já mui melhores, não são ainda as que desejamos, e embaraçam-nos não pouco. Desejava saber quando volta ela a sua Palmeira (VASCONCELOS, 15/01/1854 – aproximação de leitura).

ocorre uma dissidência do Partido Liberal, denominado popularmente como “Partido Praieiro”. Várias famílias poderosas entram nessa disputa, incluindo a divisão de opiniões dentro da mesma, como na dos Cavalcanti, onde dois irmãos ficam ao lado dos conservadores e o terceiro filiou-se ao Partido Liberal. Contudo, Joaquim Nabuco demonstra em seus textos que não estavam na pauta do movimento somente as questões políticas em torno da sucessão entre o gabinete liberal e conservador e o rompimento com o poder centralizador monárquico, mas havia uma grande parte de questões sociais envolvidas (MATOS, 1950; CARVALHO, 2003).

Nesse momento, Jesuíno ainda não havia sido nomeado Inspetor Geral da Instrução Pública (IGIP). A carta pode nos indicar uma cortesia do presidente da província, mantendo uma relação aberta com as famílias do seu território. Contudo, ao escrever sobre as suas “circunstâncias domésticas”, algo de foro íntimo, podemos perceber que havia um diálogo mais próximo entre os dois. Zacarias Goes e Vasconcellos e sua família chegam à Curitiba em um momento que a cidade se estrutura como capital de uma província. No ano da emancipação, eram poucas casas construídas (308)⁶⁷, havia 27 quarteirões, as ruas eram iluminadas por dois lampiões de azeite de peixe⁶⁸ e, na estatística do ano de 1854, aparece que a população total da província era de 67.268 habitantes, sendo que na capital era de 6.791 (VASCONCELOS, 1854, mapa nº14). Quando Zacarias escreve a Jesuíno, ele e sua esposa estavam há um mês em Curitiba, ainda em fase de adaptação e organização da vida doméstica.

A nomeação de Jesuíno para o cargo de Inspetor Geral da Instrução Pública envolveu a complexidade das relações que traçou, em uma junção do fator político, do econômico, do social. Em grande parte, essa nomeação se deu pela sua ligação familiar e paterna ou por falta de opção de outros sujeitos. Moysés Marcondes ressalta que:

Não era, nem podia ser, grande a riqueza de homens aptos pela 5ª Comarca a recém-nascida Província, para tantas funções novas que a transformação acarretava. Note-se, porém, entre parênteses, que não é para ser tomada muito ao pé da letra a alusão, que frequentemente se tem feito, à nossa pobreza de homens, naquele tempo. Não abundavam, é certo, nem poderiam abundar, homens plenamente exercitados em funções administrativas ou em processos e praxes burocráticas; mas não faltavam totalmente os que, experientes das atividades e forças vivas do meio, além de conhecedores das necessidades reais da nova província, pudessem auxiliar lhe eficazmente a administração (MARCONDES, 2009. p.32).

Como acompanhamos até aqui, Jesuíno estudou com paranaenses tanto no curso de Direito na província de São Paulo quanto na província de Pernambuco. Seus dois companheiros da viagem de São Paulo ao Paraná, em 1844, por exemplo, exerceram em algum momento de sua vida o papel de inspetor do ensino. Salvador José Correia Coelho foi inspetor de distrito em Mogi das Cruzes, cidade onde exerceu outros cargos, como o de juiz

⁶⁷ Em descrição sobre o período da emancipação, Romário Martins (1982) pontua que essa “nos encontrou, mal saídos da mentalidade da vida sertaneja de 1693. As casas de Curitiba, em regra eram de taipa ou pedras secas, de um só pavimento quase todas sem assoalho de madeira, mas de terra socada. (MARTINS, 1982. p.23)”.

⁶⁸ Ruy Wachowicz (2010) escreve: “o centro da vila era iluminado por 30 lampiões de azeite de peixe. Mas, no ano da instalação da província, existiam apenas dois em funcionamento” (WACHOWICZ, 2010. p.89).

(O YPIRANGA, 29/08/1868. p.03). José Lourenço de Sá Ribas foi inspetor geral depois de Jesuíno, em 1856 (BARBOSA, 2012). Logo, esses mesmos sujeitos também poderiam ter se candidatado como deputados pela província ou sido nomeados diretamente pelo presidente Zacarias Goes e Vasconcellos, que em 1853 era conservador, enquanto Jesuíno era liberal. A formação em bacharel em Direito também contribuiu para essa indicação.

Se antes se constituía Coimbra no centro universitário a que recorriam todas as vocações da antiga Colônia, agora, bem mais perto, a Academia de Olinda, em Pernambuco, transformava-se em laboratório das cogitações científicas das novas gerações, que se inebriavam das crenças doutrinárias e dos generosos sentimentos de brasilidade depurado nos movimentos nativistas (VARGAS, 2008. p.20).

Jesuíno se formou em Olinda na década seguinte a Zacarias Goes e Vasconcellos, a diferença de idade entre eles era de doze anos. Jesuíno tinha 26 anos quando Zacarias, com 38 anos, assumiu a presidência da província paranaense. Dois sujeitos que, em tempos diversos, foram formados não somente para as demandas jurídicas como também para as administrativas, considerando que em outras províncias muitos desses cargos eram ocupados por bacharéis. Três redes de relações explicam a sua indicação para o cargo: política, familiar e a profissional. A rede de sociabilidades tece essas relações. Ela se constitui na convivência com a família, com os seus pares e com a sociedade no geral, podendo ser temporária ou permanente e, tomando o aspecto geográfico, essa rede se amplia se pensarmos na circulação desse sujeito para além do grupo ou local de nascimento e residência. Se atentar para aquilo que Norbert Elias (1999) chama de redes sociais concebidas como teias, no sentido de que a sua trama permite uma comunicação de mão dupla, pois:

Um dos aspectos elementares e universais de todas as configurações humanas é o de que cada ser é interdependente – cada um pode referir a si mesmo como “eu” e aos outros como “tu”, “ele”, “nós”, “eles”. Não há ninguém que nunca tenha estado inserido numa teia de pessoas (ELIAS, 1970. p.139).

Pensando nessa teia que se forma ao longo da nossa convivência social e que nos possibilita trocas, observações, aprendizagens e ensinamentos, é pertinente tentarmos acompanhar um pouco mais a vida desse primeiro inspetor geral entre o ano da conclusão do seu curso de Direito até a indicação para o referido cargo. Uma *teia de pessoas* e de países que viajou, locais que visitou, cartas e livros que leu e enviou – independente de já ser Inspetor Geral – pode nos auxiliar na apreensão de como esses sujeitos estruturaram a

instrução na província paranaense na segunda metade do século XIX. A *representação* da viagem como mais uma ferramenta de educação comparece nas páginas de alguns periódicos durante o período, como no Jornal do Comércio, publicado em Curitiba e utilizado no início do presente item.

Todos os grandes filósofos da antiguidade viajaram. Thales empregou a sua mocidade em correr a Ásia e a instruir-se no Egito. Solon recolheu conhecimentos de todos os povos sábios. Pitágoras viajou no Egito, na Caldéia, na Índia; correu todo o Peloponeso e as principais cidades da Itália. Platão, depois de ter visto as cidades da Grécia, fez a viagem a Memphis, onde viveu longo tempo: observou uma parte do Oriente e voltou pela Itália. Entre nós, ainda que as viagens pareçam menos necessárias, por se acharem todos os conhecimentos encerrados nos livros e difundidos pela imprensa em toda a terra; pode, contudo, julgar-se que o universo composto pelas mãos dos homens, seja semelhante ao universo real da natureza? Ideias adquiridas pela reflexão lenta e fria do gabinete, podem acaso comparar-se à viveza e força das que devem nascer do espetáculo do mundo? O homem que lê, acredita sobre a fé d'outro; o homem que vê, julga por si mesmo; pergunta à natureza, e pode arrancar-lhe segredos até então escondidos. Quando se tem corrido por uma multidão de grandes objetos, então é que a alma se costuma a ver bem e a comparar com justiça. O espírito dilata-se com o espaço que deseja abraçar. Descartes dizia que o seu melhor livro era o mundo. Seria para desejar que todos os homens, que se destinam ao governo da sociedade, empregassem dez anos ao menos em viajar. A história natural, que se liga com todas as ciências físicas, faria imensos progressos; a história da espécie humana, de onde pende a história moral, teria enfim o seu princípio. Para que as viagens se fixassem com utilidade para o gênero humano, conviria, ou que os filósofos fossem ricos ou que os ricos fossem filósofos (JORNAL DO COMÉRCIO, 31/05/1884. p. 03).

O texto tem como título *Utilidade do Viajar*. Ele se torna interessante para a presente discussão por alguns aspectos: pelo local que circulou (Paraná); pelos filósofos que cita e os locais por onde viajaram (muitos desses aparecerão nas citações dos inspetores de ensino); a importância que se dá para a imprensa e para o livro como difusores de conhecimento (mostrando um contraponto forte com a oralidade) e a *representação* de que a viagem – por tudo que o homem vê – e os livros – por tudo que o homem lê – eram necessários para a formação do homem, principalmente para aqueles que estivessem a frente de cargos governamentais. Atentando-nos para a última característica, percebemos que o texto exprime uma prática muito comum ao longo do Oitocentos: brasileiros que tinham condição financeira, concluía seus estudos na faculdade e saíam para viagem de complementação de sua formação no exterior. Ao retornar, muitos desses assumiram cargos públicos, de direção,

como o de Inspetor/Diretor Geral da Instrução Pública (Jesuíno), na última província emancipada no Império.

1.2. Saberes em percurso: redes de sociabilidades

Ao nos ocuparmos de viagens e viajantes terminamos nos atentando para os mais diversos aspectos da realidade histórica. Tem a ver não só com a circulação de homens, e de mulheres, mas também com a circulação de bens, dos saberes, das práticas intelectuais, das técnicas e das tendências (MAZZEI, 2013. p.09 – tradução nossa)⁶⁹.

A pesquisadora italiana Rita Mazzei (2013) reforça em seu estudo que os historiadores devem considerar que a circulação do homem/mulher carrega, intrinsecamente, o trânsito dos bens culturais e das ideias. Analisando os trajetos de diferentes grupos, do século XV ao XVII na Europa (mercadores, embaixadores, intelectuais, peregrinos, turistas com objetivos específicos – como a saúde por meio do banho nas águas termais –, estudantes, mulheres, pessoas famosas ou não), a autora aponta momentos em que as *redes de sociabilidades* entre os sujeitos era formada ou reforçada, desde a organização mais simples da viagem – como o meio de transporte – até as mais complexas, como o meios de comunicação e de sustento. A viagem comparece como forma antiga e universal da vida humana e o que muda, ao longo dos tempos, como bem demonstra a historiadora, são os motivos para fazê-la.

O deslocamento de uma pessoa pode ser investigado pelo percurso territorial – analisando os seus motivos, os locais que passou e as aquisições que fez – e pelo percurso imaterial – aquilo que apreendeu das experiências sociais que travou ao longo da sua viagem. Nesse sentido, a viagem contribui também para a (re)formulação da identidade do indivíduo, do seu modo de pensar sobre determinados assuntos. É possível apontarmos que os motivos que levaram a maioria dos homens que exerceram a função de Inspetores Gerais da Instrução Pública no Paraná a viajar não estavam relacionados diretamente com uma demanda da província por estudos sobre o ensino em outros países ou até mesmo em território nacional.

⁶⁹ Ad occuparsi di viaggi e di viaggiatori si finisce per abbracciare con sguardo largo i più diversi aspetti della realtà storica. Si ha che fare non solo la circolazione degli uomini, e delle donne, ma anche con la circolazione dei beni, dei saperi, delle pratiche intellettuali, delle tecniche e delle mode. (MAZZEI, 2013, p.09).

Geralmente esses sujeitos⁷⁰ viajavam por motivos pessoais, seja por aprofundamento de sua formação acadêmica ou por passeio e visita à parentes e conhecidos. **João Manoel da Cunha**, que exerceu esporadicamente a direção da Inspetoria de Instrução Pública entre 1875 e 1885 foi uma das exceções. O jornal noticiava em agosto que, no dia 24 de julho de 1876, o referido partiu para a Europa:

Dois motivos determinaram a viagem deste senhor: abraçar seu digno filho, nosso talentoso patrício e amigo, Dr. Brazilio Ityberê, *e ver e estudar alguma coisa que possa ser utilmente aplicada à nossa esperançosa província, pela qual tanto se interessa*. Quem conhece a inteligência e o espírito investigador de que é dotado este nosso velho amigo, não duvidará do bom êxito dos seus esforços, nem das vantagens que deles nos resultarão. Desejamos-lhe boa viagem e toda sorte de prosperidades. (PROVÍNCIA DO PARANÁ, 05/08/1876. p.02 – *grifos nossos*).

O filho em questão, Brazilio Itiberê da Cunha⁷¹, assim como o pai, cursou Direito em São Paulo, sendo diplomata brasileiro em muitos países, como o Paraguai, Bolívia, Itália, Alemanha. Segundo sua biografia, publicada no Almanach do Paraná, ele morou em Roma por dez anos (foi Secretário de Legação, no Quirinal, e depois no Vaticano), sendo íntimo da música clássica, convivendo com Liszt, Rubinstein, Sgambatti; morou na França e na Bélgica; viajou por todo o Oriente e “no Egito andou com o célebre Gordon Pachá, com quem visitou as cataratas do Nilo”, esteve na Palestina e em Jerusalém (ALMANACH DO PARANÁ, 1900. s/p). Não nos é possível apurar toda a rede de relações que Brazilio Itiberê da Cunha possuiu no exterior, contudo, como pondera Norbert Elias (1993), quando escreve sobre os processos civilizadores e as relações neles imbricadas, a dinâmica social acaba sendo construída por ações e planos, situações e impulsos emocionais e racionais que, mesmo sendo realizados por pessoas isoladas, formam um “tecido básico”, como fibras que se entrelaçam de forma amistosa ou não. Uma rede de interdependência. (ELIAS, 1993, p.194).

É nessa teia de trocas e de dependências construídas pelos sujeitos, mas que se amplia para além deles, que se insere João Manoel da Cunha, nascido no Rio Grande do Sul⁷²,

⁷⁰ No decorrer da presente tese, “sujeito”, como pondera Michel de Certeau, é entendido como categoria fundante para o historiador, tal como lugar, tempo, espaço, narrativa. Categoria histórica que constitui em si mesma objetos históricos.

⁷¹ Sobre Brazilio Itiberê da Cunha e sua atuação como diplomata e relação com a sua formação como músico no período em que exerceu tal papel, ver: NEVES, 1996; ALMEIDA, 2001.

⁷² Nasceu em Santana do Livramento, em 01/02/1821, e faleceu em 01/08/1887.

advogado⁷³, músico, deputado provincial, subdelegado de polícia⁷⁴, procurador fiscal da Fazenda⁷⁵, tenente coronel da Guarda Nacional da Capital, professor e Diretor Geral da Instrução Pública. Desde os primeiros anos de publicação da folha noticiosa paranaense, O Dezenove de Dezembro, é possível acompanhar suas ações. Foi presidente da *Sociedade Dramática Popular Recreio Curitybano* (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 21/05/1856. p.02) e suas composições eram tocadas em locais nacionais: sarais familiares⁷⁶, bailes, apresentações no teatro (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 17/03/1858, p.04), bem como poemas declamados em casamento (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 26/09/1860. p.03) e em locais estrangeiros, como a sua missa à Nossa Senhora do Rocio, cantada na Basílica de *San Giovanni*, em Roma (O ESTADO DO PARANÁ, 19/02/1925. p.02). Como professor público de latim e francês em Paranaguá e músico que era, organizou uma banda e recebeu elogios de alguns senhores, entre eles Lourenço Ferreira de Sá Ribas, que exerceria a função de subinspetor de ensino naquela cidade (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 28/02/1855. p.04). Ainda como docente, mas já em Curitiba, foi convidado a fazer discurso no *Lyceo* “por ser o professor mais antigo” (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 05/07/1871. p.04), atuando também como um dos avaliadores no exame de francês, junto com Ernesto Dias de Laranjeira, que havia sido Inspetor Geral da Instrução em 1865. Foi ainda Inspetor Geral da Instrução Pública, interinamente, por oito meses, entre os anos de 1874 e 1875 (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 19/08/1874, p.01). Entre suas atuações como advogado, estava a sociedade desfeita com Sérgio Francisco de Castro, com a ressalva de que nutria e continuaria a nutrir com o mesmo “as mais estreitas relações de amizade” (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 25/06/1863. p.04). O sócio em questão também seria Inspetor Geral de Instrução Pública dois anos depois, sendo o responsável por indicar “a criação de uma comissão especial para estudar o sistema, plano e desenvolvimento da instrução pública na província”, tendo a si próprio como um dos eleitos, junto com Dias da Rocha e João Manoel da Cunha (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 01/04/1865).

⁷³ Matriculado no curso jurídico na Faculdade de Direito de São Paulo, cursou até o 3º ano e tirou carta provisória para o exercício da profissão (DIÁRIO DO PARANÁ, 09/12/1956, p.03).

⁷⁴ Exerceu a função de subdelegado de polícia do distrito da Capital (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 18/02/1857, p.05).

⁷⁵ Foi procurador fiscal interino da Fazenda (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 16/01/1858, p.03).

⁷⁶ Como a soirée musical em que esteve presente, em 1884. (JORNAL DO COMMERCIO, 06/12/1884, p.03).

Como podemos ver rapidamente, João Manoel da Cunha tinha uma participação importante na inspeção e instrução pública paranaense, tanto no desempenho de funções diretamente a elas ligadas, quanto na rede de relações que construiu em torno delas. Voltemos a nossa atenção ao período em que viajou para visitar seu filho na Europa e observar os locais em que passaria. Naquele momento, como descreve Vasti de Sousa Almeida (2001), seu filho, Brazílio Itiberê, estava na Itália, tendo residido em Roma, de 1873 a 1882, período que pode ser apontado como um dos mais intensos na vida musical do referido, “particularmente no que se refere ao desenvolvimento de atividades análogas às hoje desempenhadas pelos adidos culturais” (ALMEIDA, 2001, p. 34). Pai e filho estavam na Itália poucos anos depois da efetivação da unificação do território (em 01/07/1871), um movimento que, na história italiana, é reconhecido como *risorgimento*, ou seja, ressurgir das regiões até então dominadas por outros países, como a França e a Áustria, a terra que seria denominada como Reino da Itália. Um período, que se estendeu de 1815 a 1870, caracterizado por lutas e alianças políticas, bem como embates físicos entre as tropas das potências estrangeiras com as tropas das regiões que lutavam pela unificação, como a de Piemonte-Sardegna. Entre os anos de 1866 a 1870, a capital era Florença e Roma não fazia parte do Reino da Itália, pois manteve a aliança entre o clero e a França, contudo, em 1870 ocorreu a retirada das tropas francesas do território romano, possibilitando o processo de unificação e transferência da capital. Nesse sentido, João Manoel da Cunha chega à capital do Reino da Itália, Roma, seis anos depois de a mesma ter sido efetivada como tal. O mapa a seguir permite a visualização de como estava organizado o território italiano na década de 1870:



Figura 2: Mapa da Itália em 1870

Fonte: Carta Geográfica Escolar (1848-1918) – CESCO, Macerata

No que concerne à instrução pública e a organização da sua estrutura administrativa, havia quase duas décadas que na Itália vigorava a legislação que delineou, para todo o território, um sistema público e estatal a todos os níveis (elementar, secundário e universitário) e deixou em transição alguns espaços de iniciativa privada e local: a denominada Lei Casati⁷⁷, de 15 de novembro de 1859. Com 380 artigos, tal lei repartiu a

⁷⁷ A lei levou o nome de Gabrio Casati, Ministro da Instrução Pública do Reino da Sardenha. A princípio, a lei estava de acordo com a situação do ensino da região do Piemonte e da Lombardia, mas depois da proclamação do Reino da Itália, em 1861, ela passou a vigorar em todo o território italiano.

instrução pública em três ramos (primário, secundário e superior) e instituiu que a instrução elementar estava dividida em dois níveis, inferior (ensino religioso, leitura, escrita, aritmética elementar, língua italiana e noções elementares do sistema métrico) e superior (mesmo conteúdo anterior e ainda caligrafia, contabilidade, geografia elementar, exposição dos fatos notáveis da história nacional, ciências físicas e naturais) (art.315º); cada um desses com duração de dois anos (art.316º) e que era gratuita em todas as comunas (art.317º), sendo obrigação dos pais e responsáveis a condução da criança à escola elementar e o não cumprimento passível de punição pelo Estado (art.326º). Quanto à Administração Central da Instrução Pública, cabia ao Ministro da Instrução Pública, ao Conselho Superior da Instrução Pública, aos Inspectores Gerais dos Estudos Superiores, aos Inspectores Gerais dos Estudos Secundários Clássicos, aos Inspectores Gerais dos Estudos Técnicos e Primários e das Escolas Normais (art.2º). Todos os Inspectores Gerais citados eram nomeados pelo rei e faziam parte do Conselho Superior de Instrução Pública (art.17º) (ITÁLIA, Legge Casati, 1859).

A disposição legal nos informa da organização pensada para o território italiano. No período em que realiza a viagem para a Europa, meados da década de 1870, João Manoel da Cunha – advogado, professor, inspetor geral, envolvido com os assuntos da instrução paranaense e indicado para a observação de tudo que visse durante a viagem – possivelmente tomou conhecimento da referida legislação. Sabemos que esteve em visita ao filho por quase um ano⁷⁸ e que tinha a incumbência de *ver e estudar alguma coisa* que pudesse ser útil à província paranaense, o que talvez tornasse possível ter ele contato com aquilo que circulava sobre a inspeção e instrução pública em território italiano. Em revistas voltadas para a instrução e educação, como a *La donna e la Famiglia*, pode ter lido notícias específicas sobre a estrutura e condição do ensino italiano e romano, como a que emitiu os dados estatísticos da instrução pública em Roma (população de 203.000 habitantes, com quase 24.000 frequentando as escolas, Universidades e Seminários, frequência de 7.300 meninos e 2.148 meninas e 878 jovens mais 1078 moças que viviam em institutos de caridade) e terminou afirmando: “são estes belos números que mostram como Roma não é inferior a nenhuma outra

⁷⁸ No relatório que o presidente Adolpho Lamenha Lins apresentou à Assembleia Legislativa Provincial consta: “concedi por ato de 27/07/1876 ao tenente coronel João Manoel da Cunha, comandante do Primeiro Batalhão de Reserva da Guarda Nacional da Capital, um ano de licença para retirar-se para fora do Império” (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 03/03/1877. p.01). No jornal paranaense saiu um convite para a missa cantada, que seria realizada pelo Reverendo Vigário Agostinho Machado Lima, na Igreja Nossa Senhora da Luz, em homenagem ao seu amigo João Manoel da Cunha, para agradecer pelo regresso da viagem que fez à Europa (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 16/05/1877. p.03).

cidade na difusão e progresso da instrução pública” (LA DONNA E LA FAMIGLIA, 1870, p.222 – tradução nossa⁷⁹).

Ida Zambaldi (1975) explicita que o movimento que localizava a necessidade de uma escola para o povo em busca da transformação da Itália como nação, ganha força entre as décadas de 1850 e 1860, principalmente após a unificação do país, em 1861. Havia dois centros de grande atividade popular: a Toscana e o Piemonte, mas que estes centros tinham comunas e províncias chamadas de *promotores*, por colocarem em prática as iniciativas para a instrução (ZAMBALDI, 1975, p.83). Entre as discussões locais e nacionais sobre livros adotados, métodos, divisão da administração da instrução, entre outras, os centros promotores como Florença, na Toscana, colocavam em circulação as questões educativas. No final da década de 1860, um documento sobre o ordenamento das escolas, principalmente no que se relacionava com as funções administrativas, foi publicado pelo Ministro da Instrução Pública. Nele, é disposto que haveria um Conselho formado por inspetores e autoridades escolares locais cuja função seria saber e acompanhar o que acontecia em prol da educação e da instrução nas comunas. Aos inspetores caberia o exame e relato de tudo que se referia às escolas locais ao Conselho. Na apresentação do projeto de lei para reformar a instrução primária, *Documenti sull’ordinamento delle scuole* (1866), são expostos dados estatísticos das escolas do Reino da Itália e considerações sobre a instrução pública na Inglaterra, na Escócia, nos Estados Unidos, apontando para a discussão sobre a escola obrigatória. Segundo o descrito no documento, seguindo o apresentado pelo Conselho, a culpa pelo não desenvolvimento esperado da escola italiana era dos professores e dos métodos empregados. O apelo pela instrução pública eficiente estava atrelado à necessidade de constituição de uma nação: “portanto, a educação na nossa Itália é uma necessidade não somente intelectual e moral, mas é uma necessidade econômica e política. Se trata da vida de uma nação, especialmente quando é posta em contato com outras cuja cultura progrediu” (ITALIA. Documenti sull’Ordinamento delle Scuoli, 1866, p.119 – tradução nossa⁸⁰).

⁷⁹ (...) sono queste assai belle cifre che mostrano come Roma non sia inferiore a nessun’altra città per diffusione e progresso della pubblica istruzione (LA DONNA E LA FAMIGLIA, 1870, p.222).

⁸⁰ Perciò la istruzione nella nostra Italia è una necessità non solamente intellettuale e morale, ma è una necessità economica e politica. Si tratta di vita di una nazione, specialmente quando è posta in contatto con altre di progredita cultura (ITALIA. Documenti sull’ordinamento delle scuole, 1866, p.119).

Ao estudar a constituição da instrução pública italiana no século XIX, Giovanni Vigo (1971) conclui que entre os anos de 1861 a 1881 ocorreu grande desenvolvimento, em comparação com aquilo que poderia ser chamado de um período medíocre, que o antecedeu. Até então, era grande a reclamação por parte dos envolvidos com a instrução pública de que as estruturas escolares eram insuficientes em relação à população que delas necessitava. Essa insuficiência era justificada de dois modos: primeiro, o número de escolas não acompanhava a demanda e, segundo, em muitos locais as poucas escolas que existiam não tinham condições materiais, políticas e administrativas para o seu funcionamento (VIGO, 1971. p.16).

No primeiro caso se tratava de aumentar o número de aulas e de professores. No segundo, se tratava de se fazer aceitar o princípio da instrução em si, de vencer a oposição que vinha de autoridades municipais e religiosas, da ignorância dos pais, das restrições dos orçamentos municipais, ou mesmo da impossibilidade de encontrar em algumas vilas pessoas que sabiam ler e escrever (VIGO, 1971. p.16 – tradução nossa⁸¹).

Ainda segundo o autor, esses obstáculos pareciam intransponíveis antes da unificação, contudo, com o desenvolvimento econômico gradual e a manutenção de recursos feita pelo governo, eles foram diminuindo consideravelmente (VIGO, 1971). Marzio Barbagli (1974) pontua que a historiografia italiana tem demonstrado o período em questão como aquele em que imperavam ‘condições singulares’, com relação direta entre a economia e o desenvolvimento adequado da instrução pública primária (BARBAGLI, 1974. p.114-115). A leitura de alguns documentos que relatam o estado da instrução pública e de periódicos entre as décadas de 1860 e 1870, nos permite observar os aspectos que compareciam como fundamentais para a concretização do desenvolvimento do ensino elementar: o papel do professor, os métodos e livros utilizados, a organização e efetivação da direção da instrução (inspeção) e a obrigatoriedade. Em relatório, o inspetor Cavalli (1864), da província de Massa-Carrara, na região da Toscana, informa o estado do ensino e reforça: “você sabe melhor do que eu que a escola vale tanto quanto vale o professor e que todo o resto é muito pouco, quando os professores são inferiores à sua missão” (CAVALLI, 1864, p.07 – tradução

⁸¹ Nel primo caso si trattava di aumentare il numero delle aule e dei maestri. Nel secondo si trattava di far accettare il principio stesso dell'istruzione, di vincere le opposizioni che venivano dalle autorità comunali e religiose, dall'ignoranza dei genitori, dalle ristrettezze dei bilanci comunali, o perfino dall'impossibilità di trovare in alcuni villaggi persone che sapessero leggere e scrivere (VIGO, 1971, p.16).

nossa⁸²). Nas edições quinzenais da revista *La Gioventù. D'Educazione e D'Istruzione*, a importância dos livros e dos métodos é recorrente entre os temas da instrução pública primária. Quanto aos primeiros, muitas vezes são representados como relíquias, como ferramentas imprescindíveis: “os livros escolares, quando são apropriados e sabiamente escolhidos, são um verdadeiro tesouro para a instrução de qualquer classe e de qualquer grau” (*La Gioventù. D'Educazione e D'Istruzione*, 15/09/1862, p.209 – tradução nossa⁸³). Em outra revista, alguns anos depois, a pertinência dos mesmos continua em pauta e, em artigo de Celestino Guzzino sobre a escola elementar, a grande dificuldade na composição das escolas elementares seria, “principalmente a falta que se tem de um bom livro de leitura, adequado em todos os aspectos às escolas” (*Rivista Italiana D'Istruzione e D'Educazione*, 01/10/1870. p.68 – tradução nossa⁸⁴).

A reorganização do papel da inspeção foi o destaque no regulamento da comuna de Argenta, na região da Emilia-Romagna. Nele, o Diretor da Instrução Pública comparece como secretário e porta-voz do Ministro da Instrução para todos os assuntos relativos a ela e, mesmo com a ajuda da Câmara Municipal e de todos os funcionários da escola (professores, delegados municipais, comissários e inspetores do ensino), seria dele a competência pedagógica para tramitar sobre os temas e decisões. O Diretor da Instrução Pública tinha como função visitar as escolas bimestralmente e estabelecer, após a observação, as ações mais rentáveis para o desenvolvimento do ensino (ITALIA. Regolamento Comune de Argenta, 15/09/1860, p.30). Em Roma, até a década de 1870, era a Congregação dos Estudos, instituída em 1824, que detinha as “funções de departamento central de coordenação e controle de tudo que concernia ao âmbito da instrução”, desde o ensino universitário até o primário, gerindo os funcionários que faziam parte dessa estrutura (ITALIA, Congregazione degli Studi, 2009. p.XI – tradução nossa⁸⁵).

⁸² Voi sapete meglio di me che la scuola tanto vale quanto vale il maestro e che tutto il resto è ben poco, quando gli insegnanti sono inferiori alla loro missione (CAVALLI, 1864, p.07).

⁸³ I libri scolastici, ove siano opportuni e sapientemente coordinati, sono un vero tesoro per l'istruzione di qualunque classe e di qualunque grado ella sia (LA GIOVENTÙ. D'EDUCAZIONE E D'ISTRUZIONE, 15/09/1862, p.209).

⁸⁴ (...) principalmente la mancanza che si sente di un buon libro di lettura adatto in tutto e per tutto alle scuole. (RIVISTA ITALIANA D'ISTRUZIONE E D'EDUCAZIONE, 01/10/1870, p.68).

⁸⁵ (...) funzioni di dicastero centrale preposto al coordinamento e al controllo di tutto ciò che afferiva all'ambito dell'istruzione. (ITALIA, Congregazione degli Studi, 2009, p.XI).

Nos periódicos italianos específicos sobre o ensino, pode-se acompanhar o crescente debate sobre a obrigatoriedade nas décadas de 1860 e 1870, com posicionamentos a favor e contra. Em um desses momentos, Carolina Poletti critica o ensino obrigatório que, em sua opinião, ia contra os princípios de liberdade individual (de mover-se, pensar, falar, copiar e tomar consciência) se tomassem como base que esta frequência obrigatória era em escolas municipais, com programas estabelecidos pelo governo, construindo um vínculo onde se aprenderia necessariamente aquilo que o governo quisesse. Por outro lado, aponta que compreende ser necessário que as classes humildes tenham conhecimentos de leitura, escrita e a base da aritmética e nesse momento cita Leibnitz, mesmo apontando que o pensamento é um pouco exagerado: *datemi l'istruzione pubblica per un secolo, ed io cangerò il mondo*. Segundo ele, “a ação do estado sob a instrução, sob a educação, não é uma ideia moderna. Ela remonta a Aristóteles. Mas agora outras ideias [de uma absoluta, inteira liberdade de ensino] vão surgindo e a cada dia ganham novos e respeitáveis seguidores” (RIVISTA ITALIANA D'ISTRUZIONE E D'EDUCAZIONE, 01/10/1870, p.69 – tradução nossa⁸⁶). No mesmo artigo, o autor justifica o seu posicionamento citando os sistemas de ensino de outros países: na Inglaterra a liberdade do ensino era inteira, uma vez que a instrução se fazia pela iniciativa de particulares e de associações; a Áustria teria tentado seguir o caminho da Prússia, que mantinha a instrução pública obrigatória, mas os resultados não foram os esperados e tiveram que ser renunciados; na Espanha havia as Comissões Comuns que deveriam incentivar a instrução, mas não obrigavam ninguém a recebê-la a força; na Bélgica o ensino primário é livre, qualquer um é livre para aprender ou não, porém é gratuito e disponível para todos que reclamam de tal benefício (RIVISTA ITALIANA D'ISTRUZIONE E D'EDUCAZIONE, 01/10/1870, p.71). Quando investigamos os documentos e periódicos italianos, conseguimos perceber que citar e até mesmo comparar a forma como a instrução pública estava organizada em outros países da Europa era ali uma prática constante, assim como ocorria em terras brasileiras.

Percorrendo alguns dos periódicos voltados para a instrução no Brasil, durante a década de 1870, encontramos a Conferência Literária, na província do Rio de Janeiro, apresentada por Manuel Jesuino Ferreira. Nela, o referido declara que o Brasil tem condições

⁸⁶ L'azione dello stato sopra l'istruzione, sopra la educazione, non è una idea moderna. Essa rimonta ad Aristotile. Ma oggi altre idee vanno serpeggiando, e di giorno in giorno acquistando nuovi e rispettabil proseliti, le quali idee sono quelle di una assoluta, intera libertà d'insegnamento (RIVISTA ITALIANA D'ISTRUZIONE E D'EDUCAZIONE, 01/10/1870, p.69).

de se equiparar às “nações altamente civilizadas” (Inglaterra, França, Holanda, Alemanha, Bélgica, Suíça, Estados Unidos), diminuindo a ignorância da população por meio da “vulgarização do ensino, do mestre, dos livros, da emulação, da escola. Um sem o concurso do outro pode comparar-se a um maquinismo que funciona como uma peça estragada; funciona, porém mal” (A INSTRUÇÃO PÚBLICA, 10/05/1874. p.185-188). Sobre a instrução obrigatória, pondera que muitos a consideram como o “primeiro elemento da instrução”, contudo, as condições geográficas brasileiras impedem que ela seja implementada com eficácia. E justifica:

Apesar da propaganda de Julio Simon, Charles Robert, Victor Durruy, ela não foi ainda decretada em França, e a França tem apenas duzentas e quatro mil milhas quadradas com trinta e seis milhões de habitantes, e a França é três vezes menor do que cada uma de nossas províncias do Amazonas e Mato Grosso, e duas vezes do que a do Pará, as quais têm: a 1ª oitenta mil almas; a 2ª quarenta mil e a 3ª duzentas mil!! Na Bélgica é mais de 13 vezes menor do que as províncias da Bahia e Minas Gerais, as quais têm cada uma mais de 130.000 milhas quadradas, ambas com uma população de pouco mais de dois milhões de habitantes, enquanto que a Bélgica, que como vos disse é 13 vezes menor do que cada uma delas, tem quase cinco milhões de almas. Na Inglaterra, uma ilha apenas, com as dimensões pouco mais ou menos das nossas mais pequenas províncias e que tem uma população de cerca de 20 milhões de habitantes, em quanto a de qualquer delas não passa de alguns milhares de almas, o ensino ainda não é obrigatório. Ultimamente na Itália, por causas que não convém averiguar, caiu na respectiva Câmara a lei do ensino obrigatório, dando lugar a uma crise ministerial, da qual resultou a retirada do ministro da instrução pública. Verdade é que em outros países como na Prússia, na Suíça, nos Estados Unidos o ensino é obrigatório; mas esta mesma exceção serve para confirmar a regra de que a ideia pode ser justa e útil, mas que pode deixar de ser realizável dadas certas condições, à vista de certas dificuldades, que nestes países não se encontram (A INSTRUÇÃO PÚBLICA, 10/05/1874. p.188).

O conferencista lança mão da comparação territorial para demonstrar os limites da imposição do ensino obrigatório nas províncias brasileiras, seguindo o que outras nações faziam. Alguns pontos merecem destaque nesta sua apresentação: primeiramente, nela verificamos a obrigatoriedade na pauta das discussões brasileiras durante o mesmo período que estava sendo discutida em outros países, como a Itália; segundo, o modo de se remeter as ações do *outro*, não com um olhar que visa pô-las em prática, mas que sinaliza que existem contextos diferentes entre os países mencionados e o Brasil – principalmente a questão da extensão geográfica brasileira – e que, apesar da obrigatoriedade do ensino ser uma ideia pertinente, a sua apropriação dependia de adequações, reformulações e não somente

transposições. As ideias sobre a obrigatoriedade estavam relacionadas, tendo o olhar voltado quase para os mesmos países, porém, estavam passíveis de críticas, aceites e refutações.

Como mencionado, estando na Itália, João Manoel da Cunha pode ter tomado conhecimento de alguns dos temas debatidos pelos responsáveis pela instrução pública primária italiana. Contudo, tão interessante quanto buscar nas possíveis leituras de periódicos e relatórios oficiais publicados enquanto lá esteve, é também identificar nelas algumas semelhanças com o que estava na pauta das discussões no Paraná, durante o mesmo período. No mestrado, foi feito o mapeamento nos relatórios de Inspectores Gerais e presidentes da província paranaense os países e os autores/pensadores citados entre as décadas de 1850 a 1880⁸⁷. Naquele momento, a intenção era identificar as prováveis referências desses inspetores, mas não a circulação deles e de suas propostas para a instrução. No entanto, tal mapeamento nos mostra que, durante as décadas de 1860 e 1870, países como França (organização da instrução pública, estatísticas, educação secundária e Escola Normal), Holanda (modelo de instrução primária), Alemanha (ensino religioso, instrução pública, concursos, ginástica nas escolas) e Estados Unidos (ensino primário, obrigatoriedade) são recorrentes nas citações (BARBOSA, 2012, p.127) e que o alemão Leibnitz é mencionado durante todo o período, inclusive, com a mesma frase citada pelo italiano Carolina Poletti (*datemi l'istruzione pubblica per un secolo, ed io cangerò il mondo*). Se lançarmos o olhar para outras províncias brasileiras e periódicos, talvez encontraremos menções ao mesmo autor. No extrato do relatório do presidente da província paranaense, Frederico José Cardoso de Araújo Abranches, publicado na revista *A Instrução Pública*, no Rio de Janeiro, Leibnitz é citado: “dai-me um século de instrução pública e eu mudarei o aspecto do mundo” (A INSTRUÇÃO PÚBLICA, 26/04/1874).

No ano anterior à sua partida para a Europa, João Manoel da Cunha emitiu seu relatório sobre o estado da inspeção e instrução pública na província do Paraná para o então presidente Frederico José Cardoso de Araújo Abranches. Nele, escreve sobre os quatro problemas que identificou na província: escolas, mestres, discípulos e métodos. Sobre a primeira, informa que pode ser em um prédio simples e modesto, porém deve ser cômodo e arejado, com uma varanda que possibilite a socialização dos alunos antes de entrarem para a classe e para exercícios de ginástica, sem contar a decoração do local, feita com “as máquinas

⁸⁷ Ver capítulo II, item 1: “*Não marchamos na retaguarda das outras províncias do Império*”: representações da instrução e inspeção, em Barbosa, 2012.

de centuplicar as forças da inteligência, de suavizar os processos do trabalho mental e de fazê-lo expandir-se em abençoados produtos” (cartas, murais, mapas, quadros, régua, compassos, lousas, livros, compêndios, papel, tinta, lápis, bancos, carteiras, mesas). Ele aponta: “muitos outros requisitos exigem as circulares dos ministérios da instrução pública da França e da Bélgica, e são os mesmos em prática na Alemanha e Estados Unidos”, reforçando que no segundo país citado, era exigido desde 1862 que houvesse um terreno ao lado da escola para o ensino rudimentar da agricultura (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 17/03/1875. p.03). Sobre o trabalho do professor, identifica-o como um sacerdócio, pois não traz fortuna e raras vezes é reconhecido com a fama: “sacerdote inquebrantável do dever, não faz um apostolado de ofício, mas delicia-se nas paternais funções de seu santo ministério; não calcula com o sutil que lhe pagam, mas com os corações que forma para a edificação de um povo inteiro” (Ibidem, idem).

Os discípulos/alunos são representados como “cera mole”, devendo receber “boas e generosas impressões” tanto dos professores quanto dos pais que são por ele classificados como “os verdadeiros diretores e inspetores do ensino público” e que seu auxílio e preocupação com os filhos farão deles “os redutores da infância, redimindo vossos próprios filhos” (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 17/03/1875. p.03). E, para isso, fazia-se necessário pensar a prática. Segundo escreve, “o método é o processo interior essencial, e o modo o processo exterior e accidental: todo o ensino supõe, portanto, um método e um modo: uma parte intrínseca e outra extrínseca” (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 20/03/1875. p.03). O professor também precisaria ter conhecimento de exercícios de ginástica – “e as escolas devem ter a capacidade e os instrumentos e meios necessários para que ela seja com esmero ensinada” – e entender sobre música – “que saibam ao menos a música vocal para ensiná-la à infância” e que cantem o hino no começo das aulas (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 24/03/1875, p.02). Outros países também são citados, como: Grécia, Inglaterra, França, Prússia e Estados Unidos, sem contar os sujeitos e as ideias que defendiam, como Eugene Rendu, Voltaire, Froebel, Rousseau, Descartes, Platão, Pitágoras, entre outros.

O cotejamento entre o que o Inspetor Geral João Manoel da Cunha escreveu antes de sua viagem com o que circulava na Itália em algumas revistas e documentos sobre a instrução no mesmo período, permite-nos perceber aproximações nos debates paranaenses e italianos sobre o ensino. As viagens, mesmo sendo com dimensões distintas – familiares, profissionais, de formação, políticas, culturais –, criam uma rede de conexões no sentido de que, o inspetor

que viaja e que assume durante esse deslocamento um olhar protagonista e atento, provavelmente vivencia e se aproxima de contextos e debates sobre a instrução. Mais que uma viagem de observação para transposição do que viu para o que seria feito na província do Paraná, a turnê pela Europa pode ter demonstrado que, apesar das diferenças quanto a economia, organização política e territorial, estrutura da inspeção nas diferentes regiões, entre outras, as questões debatidas sobre a instrução pública primária e as nações citadas são semelhantes durante o período. A viagem serviria para esmiuçar o olhar, socializar, conhecer e formar opiniões pelo que observou e não somente pelo que leu aqui do Brasil. Se continuássemos o movimento de ir até a documentação sobre a instrução na Itália durante o período em que o inspetor brasileiro lá esteve e retornar à documentação paranaense, provavelmente perceberíamos outras similitudes que até aqui permitem aventar que as ações e proposições para o ensino estavam conectadas e não sobrepostas ou copiadas.

Como vimos, durante a sua vida pública na província paranaense, João Manoel da Cunha, ora esteve atuando diretamente nos assuntos do ensino, ora, envolvido com pessoas ligadas à inspeção e instrução. Podemos acompanhar o homem que circulava em viagens internacionais e nacionais⁸⁸ com o objetivo de visitar o filho e também estudar os locais e as ações neles desenvolvidas. Em algumas dessas viagens nacionais participou diretamente de eventos ligados ao ensino, como quando foi nomeado para participar do Congresso da Instrução⁸⁹, na Corte (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 23/05/1883, p.02), enquanto exercia novamente o cargo de Diretor Geral de Instrução Pública.

A organização do Congresso da Instrução ocorreu durante as reuniões preparatórias, entre os meses de janeiro a maio de 1883 e sua realização estava prevista para o dia 01 de junho de 1883. O Congresso não aconteceu, porém, foram enviados os pareceres sobre as

⁸⁸ Pelo jornal é possível acompanhar suas chegadas e saídas do Paraná, como no dia em que retorna de sua viagem à Corte, junto com sua família (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 24/09/1879. p.03).

⁸⁹ Em março de 1881 ocorreu uma Conferência no salão da escola pública localizada na Freguesia da Glória, no Rio de Janeiro (essas reuniões, devido à localidade, ficaram conhecidas como as Conferências da Glória) e se discutiu a pertinência de organizar um congresso de instrução e uma exposição pedagógica, possibilitando a adesão de vários países. O Congresso da Instrução foi convocado pelo Conselheiro Leão Velloso, ministro do Império, em 1882, sendo indicado o Conde d'Eu para a presidência do mesmo. No entanto, foi adiada a realização do Congresso e da Exposição Pedagógica, porém, como esse adiamento foi feito posterior aos convites enviados, tanto nacionalmente quanto internacionalmente, os organizadores do Congresso optaram por realizar uma exposição dos trabalhos ou temas discutidos. As conferências que seriam apresentadas no Congresso da Instrução foram publicadas no ano de 1884, organizadas em atas das reuniões e os pareceres das questões debatidas.

questões envolvendo a instrução primária, secundária, profissional e superior. A inspeção compareceu como a 11ª questão a ser debatida, sob o título de “Medidas conducentes a tornar efetiva a inspeção do ensino primário e secundário”. Em seu parecer sobre a inspeção, o Dr. Manoel José de Menezes Prado cita a organização da instrução na França e nos Estados Unidos, utilizando autores como Leroy-Beaulieu, Hippeau, Laveleye e Rice (superintendente do ensino na cidade de Nova Iorque). O referido parecerista explica que na França, “segundo diz Leroy-Beaulieu”, haviam circunscrições administrativas chamadas de academias e que “uma academia é uma reunião de escolas primárias e secundárias ligadas a um corpo central de estabelecimentos de instrução superior” (PRADO, 1884. p.04). Cada academia tinha um reitor e inspetores que o auxiliavam e que dividiam com ele a função de inspecionar os estabelecimentos superiores, secundários (públicos e particulares) e os métodos de ensino que eram utilizados no ensino primário. Ele reforça que existem os inspetores da instrução primária, que seguem as ordens dos inspetores da academia e que “são retribuídos, nomeados mediante concurso e encarregados de dar o seu parecer ao inspetor acadêmico sobre os auxílios e animações de todo o gênero, relativos à instrução primária, examinam ainda se as somas concedidas são empregadas conforme seu destino, etc.” (PRADO, 1884. p.04). Além desses inspetores, o conselho departamental nomeava os delegados para inspecionar as escolas locais. Sobre a inspeção nos Estados Unidos, mencionando Hippeau, o parecerista informa que em cada estado “os negócios gerais relativos à instrução pública são administrados por uma comissão central que, segundo os lugares, toma o nome de junta de educação ou junta dos comissários das escolas” (PRADO, 1884. p.05).

A inspeção é representada pelo outro parecerista, o Conselheiro Josino do Nascimento Silva, como “a vida da escola”, responsável pela garantia da unidade e uniformidade do ensino, mas que não tem como pretensão a criminalização daquele que seria inspecionado: o professor. Em suas palavras: “bem se compreende que não tenho agora presente ao espírito a inspeção suspeitosa, que em cada professor vê um criminoso, em cada escola um foco de abusos e no ensino um acervo de ideias falsas, processos caducos e meios estranhos aos mais triviais princípios da pedagogia” (SILVA, 1884. p.01). Segundo complementa, “ainda não está completa a organização da inspeção” e caberia ao governo imperial determinar o modelo de relatório que garantisse as informações necessárias sobre a inspeção e instrução pública, “em moldes determinados e uniformes”, pensando ele que “a publicação de todos os relatórios de cada um inspetor, seja qual for a esfera em que

trabalhem, completará os meios conducentes a tornar efetiva a inspeção no ensino primário e secundário” (SILVA, 1884. p.03).

Tendo o inspetor paranaense João Manoel da Cunha acesso ao referido parecer de Manoel José de Menezes Padro, perceberia nele as indicações de modelos de inspeção em outros países e da importância de relatórios detalhados sobre a inspeção, feita desde o inspetor paroquial ou de distrito (aqueles que estavam mais próximos da escola) até o Inspetor Geral da Instrução Pública, que compilaria todos os relatos. Uma indicação de como, por meio dos relatórios da inspeção, se colocava em circulação o que acontecia na instrução pública. O Congresso da Instrução de 1883 não ocorreu, contudo, durante o período, aconteceram as Conferências da Glória⁹⁰, que também propiciavam o ambiente de debate sobre a instrução pública. Possivelmente, participar dessas discussões não era ação esperada somente do inspetor paranaense, indicado pelo governo provincial para essa missão, como também de Inspectores Gerais de outras províncias que seguiram em viagem com tal objetivo. Alessandra Schueler e José Gonçalves Gondra (2008) explicitam que, “no decorrer do século XIX, professores, diretores de escola, inspetores de ensino, médicos e políticos envolvidos com projetos educacionais buscaram, nas viagens, os “códigos de civilização” e o incremento de seu capital intelectual” (SCHUELER e GONDRA, 2008. p.438). Investigando a presença de outros senhores envolvidos com o ensino e que participaram do Congresso da Instrução, encontramos João Barbalho Uchôa Cavalcanti⁹¹, Diretor Geral da Instrução Pública da província de Pernambuco, que atuou como parecerista, na 12ª e 28ª questões⁹².

João Barbalho Uchôa Cavalcanti, bacharel em direito pela Faculdade de Recife, em 1867, exerceu a função de promotor público e de curador-geral dos órfãos, sendo nomeado Diretor Geral da Instrução Pública em 1873 (A PROVÍNCIA, 31/10/1873. p.02). Não era a primeira vez que ele viajava à Corte por motivos ligados ao ensino. Em 1879, como

⁹⁰ Sobre as Conferências da Glória ver: CARULA, 2007a.

⁹¹ Nasceu em Serinhaém, Pernambuco, em 13 de junho de 1846 e faleceu no Rio de Janeiro, em 31 de outubro de 1909. Seu pai, Álvaro Barbalho Uchoa Cavalcanti foi senador do Império, representando a província pernambucana de 1869 a 1899. No período Republicano, João Barbalho Uchoa Cavalcanti foi deputado no Congresso Constituinte, tornando-se um dos principais parlamentares que atuaram na organização da Constituição de 1891. Foi ministro do Supremo Tribunal Federal (1897) e fundou em Recife o jornal Tribuna, periódico republicano e com inclinação abolicionista (JUNQUEIRA, 2015).

⁹² A 12ª intitulada Coeducação dos sexos nas escolas primárias, nos estabelecimentos de instrução secundária e nas escolas normais e a 28ª: Meios de desenvolver a instrução primária nos municípios rurais.

demonstram José Gonçalves Gondra e Alessandra Schueler (2008), o referido Diretor Geral, durante sua licença de três meses, foi para a Corte, para a província do Rio de Janeiro e para a província de São Paulo com o objetivo de visitar as escolas, estudar o funcionamento das mesmas que, segundo aponta em seu relatório, eram instituições de províncias consideradas por ele como mais adiantadas e, de posse das informações, analisar que medidas poderiam ser adotadas nas escolas de Pernambuco (GONDRA e SCHUELER, 2008. p.440). Seu relatório foi publicado posteriormente como um estudo sobre o sistema de ensino primário e da organização pedagógica das escolas por ele visitadas. Por meio do relato da sua viagem pedagógica é possível acompanharmos, como demonstra o estudo dos autores aqui citados, “a difusão e a circulação intraprovincial de ideias e modelos pedagógicos; as apropriações e as representações construídas a respeito das escolas visitadas”, bem como “os efeitos comparativos que produz em relação à sua própria experiência como inspetor” (GONDRA e SCHUELER, 2008. p.439). Essa viagem de observação de João Barbalho Uchoa Cavalcanti também nos permite apontar que os Inspectores/Diretores da Instrução não apenas exerciam suas funções nas províncias, como também circulavam e participavam de eventos voltados para o ensino, que permitiam o aprofundamento das questões sobre a instrução e favoreciam o debate e a aproximação com outros sujeitos responsáveis pela mesma.

O Congresso da Instrução para onde se dirigiram o Inspetor Geral paranaense e o pernambucano foi noticiado na folha “O Grêmio dos Professores Primários”⁹³:

Acha-se publicado o programa das questões que deverão ser discutidas em um congresso convocado pelo ministério do Império para começar suas conferências no 1º de junho vindouro. Por ora, nada podemos avançar sobre suas vantagens e conveniências para as províncias. Não deixaremos, porém, sem reparo que desejando-se perscrutar os melhores métodos, meios e modos de mais vantajosamente transmitir-se a instrução primária, tivessem sido tão escassos com os professores públicos de cada uma das províncias e mesmo da própria Corte, ao passo que poderão conquistar um assento no congresso funcionários da instrução pública que só os fins políticos os colocaram nesses lugares. Por ocasião do congresso haverá uma exposição propriamente pedagógica. Presidirá o congresso S. A. o Sr. Conde d’Eu. Aguardaremos os resultados (O GRÊMIO DOS PROFESSORES PRIMÁRIOS, 25/03/1883. p.04).

⁹³ Folha quinzenal, que publicava sobre o movimento do Grêmio dos Professores Primários (biblioteca, organização e deliberações do Conselho Diretor) até os assuntos referentes à instrução pública pernambucana.

A notícia é acompanhada por uma crítica de que a participação dos professores, aqueles que lidavam diretamente com os métodos de ensino e o cotidiano escolar, não estava numericamente contemplada, enquanto que seria grande a participação de funcionários do ensino indicados politicamente. Seriam estes funcionários da instrução os Inspectores e Diretores Gerais do Ensino? Tudo nos leva a crer que sim, uma vez que esses inspetores eram indicados pelo presidente da província, um cargo de confiança e que, com algumas exceções, não era exercido por professores e sim por bacharéis em direito, médicos, fazendeiros, comerciantes, etc. Acompanhando as notícias sobre o Congresso da Instrução na imprensa pernambucana, encontramos três meses depois uma carta do aluno mestre Alberto Pradines, aluno do 3º ano da Escola Normal, ao seu professor Vicente de Moraes Mello, “por ocasião do embarque do professor para a Corte”:

Em reconhecimento disso nós, os alunos mestres do Curso Normal, unidos num só laço fraternal, viemos saudar-vos pela vossa eleição como membro do Congresso Pedagógico em que ides representar; e como também pelo incremento que vai ter a instrução primária e secundária do nosso charro torrão, quando ao chegardes lá assumirdes o cargo importantíssimo de que estais encarregado (O GREMIO DOS PROFESSORES PRIMÁRIOS, 10/06/1883. p.03).

A carta do aluno e a sua publicação nos indica que o referido congresso contou com a participação de professores, como o pernambucano em questão. Para além disso, ela nos permite observar uma representação de que este era o espaço profícuo para o debate sobre a instrução e para a circulação e aquisição de conhecimento. Espaço este que já estava legitimado pelas Conferências da Glória, frequentadas tanto por moradores da província do Rio de Janeiro e da Corte, como de outras localidades. Como veremos no quarto capítulo, essas mesmas conferências populares realizadas na escola da Glória, em três salas que ficavam no andar superior, foram idealizadas por outro paranaense, o Conselheiro Manoel Francisco Correa⁹⁴. Como demonstra Karoline Carula (2007b), além de propor as

⁹⁴ Manoel Francisco Correia Júnior nasceu em Paranaguá, em 1/11/1831 e faleceu no Rio de Janeiro, em 05/01/1905. Estudou desde os 12 anos em um colégio de Nova Friburgo, na província do Rio de Janeiro, onde seus pais fixaram residência. “Foi secretário do Governo do Rio; oficial de gabinete de um ministro de Estado; presidente da Província de Pernambuco; conselheiro de Estado Extraordinário; deputado e senador pela província do Paraná e ministro de Negócios Estrangeiros no Gabinete de 07 de abril de 1871”. Sobre as instituições em que fez parte: “fundou a escola de Vila Isabel e o Asilo Santa Isabel, a sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e a Associação Mantenedora do Museu Escolar. Presidiu a Associação Protetora da Infância Desamparada, a Sociedade Amantes da Instrução, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (...). Era sócio fundador da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual

conferências, Manuel Francisco Correa coordenava as mesmas e convidava aqueles que seriam os oradores, uma prática que permitia não somente a circulação dos conferencistas, como também fazia aparecer mais ainda o seu próprio trabalho. Ainda, segundo aponta a autora, “as conferências populares eram espaços de sociabilidades” e “se constituíram como um importante espaço formador de opinião pública, que reverberava em outro – a imprensa” (CARULA, 2007b. p.94-98). Viajar e frequentar espaços como o das Conferências da Glória e do Congresso da Instrução era construir redes, ampliar conhecimentos, debater propostas e repensar a prática da inspeção e da instrução pública em suas províncias, a partir de tudo que viu e ouviu. Percebemos que existiam lugares em comum onde as experiências de inspetores e demais responsáveis pela instrução pública brasileira eram expostas, debatidas, representadas e reconectadas com o que ocorria em outros países. Nos próximos capítulos, veremos algumas ações na província do Paraná decorrentes desses espaços que eram frequentados e dirigidos por paranaenses na Corte e na província do Rio de Janeiro. No momento, acompanharemos outro paranaense que exerceu a função de Inspetor Geral da Instrução Pública e que também saiu em viagem para a Europa.

1.3. O jovem Jesuíno e a velha Europa: tempo de ver e ler o mundo

Onde quer que chegue, o viajante vê o que merece ser visto; observa de perto a vida, as artes, o trabalho e os costumes de cada povo e de cada região; e assim acumula bom lastro de noções e experiências novas, tão necessário a estabilidade e segurança da cultura (MARCONDES, 2009. p.28).

Esmiuçando a obra “Pai e Patrono”, escrita por Moysés Marcondes de Oliveira e Sá, encontramos uma pequena descrição sobre a primeira viagem de Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá para a Europa, em 1850. Em diversos momentos, Moysés escreve que essas e outras passagens foram retiradas do “caderno de notas” de seu pai. O livro em si é fruto de uma produção de memória que, como alerta Michael Pollack (1992), é constituída por pessoas, por personagens, que acabam por construir uma imagem do passado por meio de

foi vice-presidente. São de sua iniciativa a instituição das conferências populares da Glória, instaladas a 23 de novembro de 1873 e a fundação da Associação Promotora de Instrução de Meninos, instalada a 1º de janeiro de 1874; e da primeira Escola Normal da Capital do Império, a 23 de março desse ano” (NICOLAS, 1954. p.67-68).

fragmentos concretos sobre os quais produzem um significado⁹⁵. Dessa forma, o texto final disposto na obra não é neutro, mas essa observação não exclui as potencialidades de análises históricas. Como ressalta o mesmo autor, o material fornecido pela história é a base de fomento da memória e, como tal, “pode, sem dúvida, ser interpretado e combinado a um sem número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também modificá-las (...) (POLLACK, 1989. p.08)”. Em função disso, a obra serve como pista e base para acompanharmos Jesuíno pela Europa, mas será contrastada com outras fontes e referências, de forma que nos ajude a compreender como a formação ampliada por meio das viagens também contribuiu para a indicação de Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá para a função de primeiro inspetor geral paranaense.

Em dezembro de 1850, recém-formado em Direito, partiu Jesuíno para a Europa, seguindo do Rio de Janeiro em direção ao Havre⁹⁶. Etienne Sauthier (2010) ressalta que podemos apontar uma proximidade com a Europa graças ao progresso técnico do século XIX (barcos a vapor, rotas regulares entre a Europa e a América do Sul, entre outros), o que contribuiu para configurar uma viagem desse porte como um treinamento, uma passagem obrigatória para qualquer membro da elite brasileira. O historiador frisa que uma viagem assim, “acumulando custos da travessia, os custos de viagens internas para o continente europeu, os custos de várias despesas com habitação e lazer (teatros, restaurantes, cafés, cabarés, etc.)”, exigia um alto poder aquisitivo, nesse sentido, apenas uma pequena parte da população brasileira poderia dispor desse deslocamento (SAUTHIER, 2010. p.01).

⁹⁵ Michael Pollack (1992) destaca que a memória tem elementos que a constitui: “Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada” (POLLACK, 1992. p.212).

⁹⁶ Havre era um dos trinta portos de onde se podia chegar ou embarcar no início do século XIX. Segundo nos informa Marie-Claire Boscq (2012), os americanos foram os responsáveis por estabelecer, desde 1816, uma navegação regular de paquetes transatlânticos a partir do Havre. Na segunda metade do Oitocentos as “travessias foram assumidas exclusivamente pelos Estados Unidos e pela Inglaterra” (BOSCQ, 2012. p.04).

A despesa com tal viagem parece ter sido a principal preocupação de seu pai, José Caetano de Oliveira, futuro Barão de Tibagi⁹⁷, e por isso a mesma foi adiada após a formatura de Jesuíno. Em novembro de 1850, o pai escreve que “se o estado de suas finanças aconselhava a retardar a viagem, o amor paternal e a esperança que tenho em um filho, que adoro, fazem com que me sujeite ao sacrifício (MARCONDES, 2009. p.25)”. Autorizada a partida e demarcado o tempo de duração da viagem – dois anos – Jesuíno pode aproveitar a oportunidade de uma segunda formação. Ao longo de dois anos ele visitou oito países: França, Inglaterra, Bélgica, Holanda, Dinamarca, Suíça, Áustria e Itália.

Jesuíno chega e permanece na França no período conhecido como Segunda República (1848-1852). Um contexto pós Revolução de 1848⁹⁸ culminado de instabilidade, com movimentos revolucionários eclodindo na península Itálica, nos Estados germânicos, em grande parte do Império da Áustria e na Suíça, sem contar outras formas esporádicas de debates intensos na Espanha, Dinamarca, Romênia, Irlanda, Grécia e Inglaterra. Um período em que as fronteiras geográficas eram diversas do que encontramos alguns anos depois, como no caso da Itália, em que alguns estados eram controlados pela Áustria e as lutas nacionalistas em prol da unificação estavam em evidência⁹⁹. Pode ter acompanhado as notícias e debates

⁹⁷ O título nobiliárquico de Barão de Tibagy foi dado pelo Imperador D. Pedro II em 1858.

⁹⁸ Em fevereiro de 1848, na França, aconteceu uma revolução de caráter popular, liberal e socialista. Ocorreu a derrubada do “rei burguês” Luís Felipe de Orleans, com a organização de um governo provisório liderado por Louis Blanc. De um lado os socialistas lutavam pela instalação de oficinas nacionais que operassem com a socialização dos lucros e de outro lado estava a oposição da burguesia. Com a intensificação da instabilidade político-social, ocorreu o massacre de milhares populares, com exílio de outros, pelas tropas do general Cavagnat (Massacre Cavagnat) e a suspensão dos direitos individuais. Em meio a essa crise e o encaminhamento para uma guerra civil de proporções ainda maiores, surgiu a candidatura de Luís Bonaparte à presidência, sobrinho de Napoleão Bonaparte. Sendo o seu tio uma referência carismática nacional, não foi difícil toma-lo como uma referência plausível e decisiva para superar a divisão polêmica em que se encontrava o país. Dessa forma, no final de 1848 ele foi eleito como presidente da Segunda República, governando até 1851, quando, com um golpe de Estado (Golpe do 18 Brumário) transformou-se em um ditador, para no ano seguinte, por meio de um plebiscito nacional, ser coroado como Napoleão III, dando início ao que conhecemos como Segundo Império Francês (1852-1870).

⁹⁹ Os estados da península italiana ficaram sob forte influência do Império Austro-Húngaro e da Igreja Católica, após o período napoleônico e o Congresso de Viena (1814). A Península estava dividida em estados independentes: Reino do Piemonte-Sardenha, Ducados de Parma, Modena e Tosacana (governados por duques subservientes à Áustria), Reino Lombardo-Veneziano (governado pela Áustria), Reino das Duas Sicílias (governado pela dinastia Bourbon) e Estados Pontifícios (governado pelo Papa). O período de 1815 a 1870 é conhecido como *Risorgimento* (devido aos movimentos revolucionários italianos). A primeira fase (1848 a 1849) contou com manifestações grandes, como as ocorridas nos reino de Piemonte e Sardenha e ao sul, no reino das Duas Sicílias e no da Lombardia, com a instituição do Poder Legislativo eleito pelo povo, no entanto, o domínio austríaco ainda se fazia presente, uma vez que o exército sardo-piemontês foi derrotado. Em um segundo momento (1850 a 1860), o primeiro ministro piemontês, Camilo Benso di Cavour, com o patrocínio militar do rei francês Napoleão III, derrota o exército austríaco. No terceiro período (1861-1870), ocorreu o

sobre as revoluções e os desdobramentos disso para o contexto europeu, assim como pode ter percebido as diferenças – seja de políticas diversas, culturas, idiomas, instrução, economia – de cada lugar que passou, nem que fosse pelo exercício da comparação com o que já tinha como referência. Na França podemos dizer que Paris foi seu *porto seguro*, pois lá se matriculou em cursos e tinha o apoio da colônia brasileira. Em descrição sobre esse período:

Jesuíno Marcondes, atencioso para com todos os seus patrícios, associou-se preferencialmente com grupo mais homogêneo, onde ia firmar estimáveis amizades que lhe iam de durar toda a vida. Carvalho Moreira, depois Barão de Penedo, Domingos J. G. de Magalhães, futuro Visconde de Araguaia, então encarregado de negócios em Nápoles, Barbosa da Silva, Werneck, Odorico Mendes, o polígrafo Caetano Lopes de Moura, outros ainda acolheram-no de braços abertos, em convívio afetuoso e de elevação intelectual (MARCONDES, 2009. p.27).

Deixando de lado a parte romantizada da chegada de Jesuíno à França, a passagem acima permite investigarmos quem aparece referenciado como parte de *um grupo mais homogêneo*, que integrava essa *Communauté Brésilienne à Paris*. Segundo indica o historiador Raphael Quintela (2013), a historiografia não tem se dedicado a estudar os brasileiros na referida colônia, como no período em que lá esteve Jesuíno, talvez se utilizando do argumento de que ainda era pouca a presença da população brasileira na França ao longo do século XIX¹⁰⁰ (QUINTELA, 2013. p.53). Contudo, mesmo sem uma população brasileira organizada e representativa em Paris, Jesuíno se encontrou com alguns conterrâneos.

O primeiro brasileiro citado, Francisco Inácio de Carvalho Moreira (1815-1906), nasceu em Pernambuco e estudou na Faculdade de Direito em Olinda, iniciando o curso em 1834. Mesmo local e curso que fez Jesuíno e, antes dele, o primeiro presidente da província paranaense. Contudo, com Carvalho Moreira acontece o oposto do que ocorreu com Jesuíno. Ele inicia os estudos e, devido a divergências de opiniões com os professores, foi para São Paulo, concluindo o curso em 1839. Exerceu a carreira, sendo um dos fundadores e segundo presidente do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros (IOAB). Foi diplomata, atuando

estabelecimento do Rei Vitor Emanuel II (1861), do Reino da Itália. Em 1866, com o auxílio da Prússia, o Reino da Itália ganhou da Áustria e voltou a ter controle de Vêneto e a anexação de Roma e Veneza ocorreu em 1870.

¹⁰⁰ Ele indica que “a presença brasileira na França no século XIX pode ser explicada graças a diversos fatores políticos e culturais. Existem dois fatores que contribuem para uma migração temporária ou definitiva para a França: o primeiro é de ordem interno. O Brasil se abre ao efeito internacional após a posse de D. Pedro I e o ato de proclamar a Independência do Brasil em 1822. O segundo é devido o lugar que Paris ocupa no mundo cultural do século XIX: <a capital das letras e do conhecimento>” (Idem, p. 54).

como Ministro do Brasil nos Estados Unidos e enviado extraordinário como Ministro Plenipotenciário do Brasil, em Londres (1855-1889). Sua vida no exterior teve início em 1852 e perdurou até o final do século XIX (MENDONÇA, 2006).

Alguns anos antes de sua partida do Brasil, Carvalho Moreira fez parte do coro da Assembleia Legislativa Provincial de Sergipe que discutia a organização da legislação e algumas emendas e, em uma de suas falas, se põe contrário à imitação ou transplante de qualquer situação vivenciada em outros países: “o orador nada teme, e crê que o Brasil nada tem com os movimentos da Europa (...) (MENDONÇA, 2006. p.53)”. Todavia, nos anos que passou em serviço e viagem por diversos países – como Estados Unidos, Portugal, França, Inglaterra, Itália – Carvalho Moreira se mostrou encantado com a Europa e que, “de Londres a Paris, [teve] sucessivamente o contato dos dois empórios do mundo – o da economia e o da inteligência (Idem, p.93)”. No acompanhamento de suas viagens como diplomata é possível observarmos que o Brasil era foco de interesse de outras nações, como relata no seu encontro com o Ministro de Guerra e secretário interino do Departamento do Estado norte-americano, Mr. Conrad: “(...) a este respeito, *circula neste país e baila nos textos de seus estadistas*, de que o Amazonas é um intenso tesouro oculto e desconhecido para o Brasil (...)” (Ibidem, p.95 – *grifos meus*). O diplomata tinha oportunidade não somente de conhecer outros países como apreender o que circulava sobre o Brasil e emitir opinião, expondo sua visão e pondo em trânsito suas ideias.

O segundo conterrâneo de Jesuíno, Domingos José Gonçalves Guimarães (1811-1882), nasceu no Rio de Janeiro e cursou Medicina. Foi Ministro do Brasil residente na Áustria, Estados Unidos, Argentina e Santa Fé. Junto com Francisco Sales Torres Homem e Manuel de Araújo Porto Alegre¹⁰¹, lançou em Paris a revista *Nitheroy*, em 1836. Apontado atualmente como um dos introdutores do romantismo no Brasil (BARROS, 1973; Andrade, 2009). A revista citada teve apenas dois números e, como explica Débora Andrade (2009), se

¹⁰¹ “Os futuros Visconde de Araguaia, Barão de Santo Angelo e Visconde de Inhomirim não precediam de famílias abastadas oriundas da aristocracia agrária. Eram filhos de comerciantes ou profissionais liberais que, através da dedicação ao estudo, às letras e à arte e, sobretudo, auxiliados pelas relações estabelecidas com os “grandes do Império”, tornaram-se políticos, diplomatas e funcionários do Estado durante o reinado de Pedro II. Gonçalves de Magalhães e Sales Torres Homem, amigos desde a infância, formaram-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, fundada por D. João VI, mas, frustrados com as perspectivas da carreira médica, foram aprofundar os estudos segundo suas verdadeiras aptidões. Araújo Porto Alegre, recém-chegado do Rio Grande do Sul ao Rio de Janeiro, onde estudaria pintura na Academia Imperial de Belas Artes, foi o primeiro a partir para a França, em 1832, acompanhando seu mestre e professor de pintura histórica, Jean-Baptiste Debret, então licenciado por problemas de saúde” (ANDRADE, 2009. p.420).

apresentava com o objetivo de proporcionar uma leitura que se desviasse “das acaloradas disputas partidárias que ocupavam grande parte da imprensa no período regencial”, todavia, seus organizadores não se desviaram da política (ANDRADE, 2009. p.419-420).

Outra preocupação do grupo de editores foi contribuir para o desenvolvimento civilizatório da sociedade brasileira através da conjugação de temas relacionados às Artes e as Ciências. Tomada como exemplo editorial por outros periódicos editados na Corte, a *Nitheroy* assinalou o início de uma nova fase da história da imprensa nacional caracterizada pelo engajamento dos homens de ciências e letras no processo de consolidação do ideário de Nação. Assumindo como missão a tarefa de reformular as bases da cultura nacional, os responsáveis por esta publicação explicitaram as suas intenções políticas logo no primeiro editorial da revista (SANTOS, 2010. p. 09).

Os dois números foram publicados quatro anos antes de Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá ter contato com Domingos José Gonçalves Guimarães. A primeira publicação contava com seis artigos¹⁰² e no segundo, ao dissertar sobre a escravatura e a relação da mesma com a criação de profissões industriais, Torres Homem chama atenção para o fato de que, independente do pai ser comerciante ou lavrador, quer para o filho uma formação para cargos políticos:

O rico lavrador envia o filho estudar nas capitais ilustradas da Europa não ciências, que relação tem com a agronomia, e lhe prestam indispensáveis luzes, mas sim aquelas, à que os prejuízos e o desprezo da indústria soem dar certo verniz de aristocracia. Para que o mercador dedique o filho ao seu próprio estado, é de mister, que inteiramente desvalido seja dos meios de fortuna; na hipótese contrária, as escolas de São Paulo e de Olinda o aguardam (NITHEROY, Nº1, 1836. p.80).

Percebemos a representação de que o melhor caminho para o jovem em formação, se o pai tivesse posses ou fizesse um sacrifício financeiro, era trilhar os cursos jurídicos das províncias de São Paulo e Pernambuco ou seguir para as *capitais ilustradas da Europa*. Como sabemos, foi com esforço que o pai de Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá financiou sua primeira viagem, mas, mesmo assim, o jovem não deixou de realizá-la e de entrar em contato

¹⁰² Artigos publicados no primeiro número: Astronomia, por Torres Homem (p.02 a 34); Considerações Econômicas sobre a Escravatura, por Torres Homem (p.35 a 82); Reflexões sobre o crédito público e sobre o Relatório do Ministro da Fazenda, por Torres Homem (p.83 a 131); Ensaio sobre a História da Literatura do Brasil, por Magalhaens (p.132 a 159); Ideias sobre a Música, por Porto Alegre (p.160 a 183) e Viagem Pitoresca ao Brasil (1816 a 1831, de Debret, por Magalhaens (p.184 a 187) (NITHEROY, nº 1. 1836).

com outros sujeitos que apontavam essa permanência de formar o indivíduo para cargos políticos.

É possível identificar, na leitura da revista, um reforço constante da representação de civilidade do continente europeu e modelo para outros países, como o Brasil. Em um desses momentos, Magalhães ao escrever sobre a Independência do Brasil (1822) a compara com a Revolução de 1830, na França, que derrubou o rei Carlos X:

O Brasil, que parece pautar suas ações, e seguir as pegadas da Nação Francesa, no ano seguinte ao de 1830 em que caiu do trono da França o rei que o ocupava, acordou movimentos e experimentou ele; e a coroa, que cingia a fronte de um Príncipe Português, reservado pela Providência para assinalar-se na terra de sua Pátria, e cujo coração não palpitava de amor por sua Pátria adotiva, passou para o Jovem Imperador, que fora ao nascer pelas auras da América bafejado, e pelo sol dos trópicos aquecido. Assim tem sempre o Brasil medrado, olhando para a França, e nós nos lisonjeamos que ele não retrogradará, tomando esta grande mestra por guia (NITHEROY, nº1, 1836. p.150-151).

O texto truncado dificulta um pouco a leitura, mas o que nos interessa apontar nesse momento é a ideia, passada pelo autor, de que os passos brasileiros – nesse caso se referindo aos desdobramentos políticos – deveriam se pautar nos passos franceses. Podemos interpretar que tal convicção exposta no texto se assemelha a uma sugestão de transposição e modelo a ser copiado. José Gonçalves Gondra (2002), demarca que é possível observarmos na historiografia brasileira e em relatos de viajantes no século XIX a ideia de que o Brasil deveria ser integrado a uma nova ordem de “Estados Nacionais modernos e civilizados”, sendo que Inglaterra e França eram recorrentemente apontados como referência para o projeto civilizatório (GONDRA, 2002. p. 162).

Se reportar a outros países como modelos também é ação comum quando nos voltamos para o tema da inspeção e instrução pública. Nos primeiros vinte anos após a emancipação da província do Paraná, os presidentes e os inspetores gerais, no que concerne a inspeção e instrução pública primária, indicam a França – quando mencionam a lei Guizot, a inspeção da instrução, o ensino obrigatório e a sua gratuidade para os pobres –; a Alemanha, quanto a obrigatoriedade e inspeção do ensino; a Holanda, quanto a inspeção; Inglaterra, com o que se refere a organização do ensino e obrigatoriedade; Portugal, Espanha e Bélgica com o ensino obrigatório (BARBOSA, 2012. p.141). Alguns desses países foram visitados por Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá nas duas viagens que fez à Europa (décadas de 1850 e 1870).

Voltando aos sujeitos que Jesuíno encontrou, Paulo Barbosa da Silva (1790-1868) comparece como o terceiro brasileiro que estava na França na chegada do paranaense. Ele nasceu em Sabará, Minas Gerais, exercendo nessa província o cargo de deputado. Cumpriu ainda com o papel de diplomata em questões na Rússia, Alemanha, Áustria e França, porém em 1851 não estava mais com nenhuma obrigação oficial. Quando encontra com Jesuíno já havia ele exercido a função de mordomo-mor imperial¹⁰³ no Brasil, cargo este que legitima um poder político nas relações que travava, mas que acarretava ônus, com algumas sérias desavenças políticas (GENOVEZ, 2002).

O quinto¹⁰⁴ brasileiro que Jesuíno teve contato em Paris foi Manuel Odorico Mendes (1799-1864), natural de São Luís, Maranhão. Ele, em 1816, iniciou o curso de Medicina em Coimbra, Portugal, onde encetou um contato maior com o escritor e político português Almeida Garret e cursou Filosofia, lendo Voltaire e Rousseau. De volta ao Maranhão, trabalhou com o jornal de sua autoria, o *Argos da Lei* (1825). Foi deputado pela Assembleia Legislativa do Império (1826-1829) e deputado na província de Minas Gerais, em 1844. Três anos depois, já viúvo e fora da política, se mudou para a França, com os filhos, se dedicando a traduções e, entre elas, a publicação de *Eneida Brasileira*, versão do épico de Virgílio¹⁰⁵ (JORGE, 2000; CONTO, 2008; PINHEIRO, 2010).

Por último, o baiano Caetano Lopes de Moura (1780-1860), que em 1803 foi para a França onde estudou na Faculdade de Medicina e no Hospital de Vai-de-Grace. Segundo aponta Cláudio Veiga (1978), ele foi um escritor engajado na causa napoleônica. Viveu também em Portugal, entre 1824 a 1834, mas retornou a França, onde se ocupou, a pedido de D. Pedro II, com a produção e pesquisa histórica. Nesse momento, no quesito médico,

Seus clientes são sobretudo brasileiros de passagem por Paris. Seu principal cliente foi o escritor maranhense Odorico Mendes, a cuja família deu

¹⁰³ Segundo explica Patrícia Genovez (2002), “o Mordomo-mor (major domus), o maior da casa do rei, pela sua denominação e pelo fim da sua instituição, era um oficial que, principalmente, tinha à sua conta as despesas da Casa Real. O lugar superior cabe ao Mordomo-mor a quem estavam sujeitos os oficiais e criados. Na Casa Imperial tratava de todos os interesses do Imperador e de outras incumbências (...) (GENOVEZ, 2002. p.220)”.

¹⁰⁴ Moysés Marcondes cita que Werneck era um desses sujeitos, o quarto nessa narrativa, contudo, pela falta de descrição maior de sua pessoa, não foi possível apontar com precisão quem teria sido.

¹⁰⁵ Em notícia publicada no jornal maranhense O Imparcial há um detalhamento sobre sua morte: “fato curioso da biografia de Odorico é que foi durante a visita a Londres, após uma estadia na Itália, onde conheceu o túmulo de Virgílio (em Pausilipo), que veio a falecer. E morreu, sugestivamente, dentro dum vagão de trem antes de alcançar seu destino, de parada cardíaca” (O IMPARCIAL, 10/05/2009. p. 01).

assistência. Em 1851, em carta dirigida a Paulo Barbosa da Silva, antigo mordomo da Casa Imperial, e que voltará a sê-lo, faz minucioso interrogatório médico (VEIGA, 03/06/1976).

Propositalmente, Moysés Marcondes de Oliveira e Sá ao elencar esses sete sujeitos como exemplos da convivência de seu pai fora do Brasil, pode ter buscado reforçar a imagem de Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá como um homem bem relacionado. Não temos o caderno de notas de Jesuíno, sendo assim, não podemos perceber em seus registros que tipo de relacionamento travou com essas pessoas. Entretanto, é possível estimar algumas redes interpretativas tomando a sua circulação pela Europa e a convivência com esses sujeitos que tinham transitado por outros países. Dos cinco que aqui foi possível localizar, três eram médicos. Talvez, por sugestão de um deles, tenha ido Jesuíno para a cidade de Vichy¹⁰⁶, ainda na França, para se curar dos “incômodos da viagem e da alternada saúde (MARCONDES, 2009. p.26)”, por ser este um local de fontes de águas termais que continham, entre outras substâncias, bicabornato de sódio e gás carbônico, e eram indicadas para tratamento de fígado, vesícula, estômago, pâncreas e intestino. Essas águas termais eram procuradas muitas vezes com uma dupla intencionalidade: pelas “estâncias de cura e repouso” ou pela “cura e prazer”, uma vez que “os divertimentos ali existentes, aliás, exerciam mais atração nos visitantes das termas do que propriamente a busca da saúde (NUNES E TAMURA, 2012. p.253)”. Moysés Marcondes também relata essa dupla característica:

Vichy, além dos proveitos para a saúde, ia proporcionar-lhe outros de várias espécies. Concorria aquelas águas gente da melhor sociedade de toda a Europa. Com seus dotes naturais de sociabilidade, Jesuíno Marcondes conquistou ali relações das mais distintas e apreciáveis, e que lhe foram de grande utilidade como complemento de sua formação; e ainda para a obtenção de facilidades raramente ao alcance de estrangeiros. Foi por esse intermédio, por exemplo, que ele penetrou na aristocracia de vários Estados, assistiu a festas de corte e pode visitar palácios e coleções artísticas particulares, geralmente vedada aos viajantes e ao grande público (MARCONDES, 2009. p.27).

¹⁰⁶ Antonio Bispo (2013) ressalta que as águas de Vichy eram conhecidas há muito por suas características medicinais, entretanto ganhou notoriedade como capital hidroterápica francesa e como local propício para inserções políticas no Oitocentos. Em suas palavras: “a principal figura feminina que desencadeou o movimento que levou ao florescimento de Vichy no século XIX foi Laetitia Bonaparte (1750-1836), a mãe de Napoleão (1761-1821), que ali realizou estação de águas em 1799. Sob sua influência, Napoleão mandou que ali se instalasse o Parque das Fontes [Parque de Sources], em 1812, marcando decisivamente a aura imperial bonapartista que passou a caracterizar Vichy” (BISPO, 2013. p.02).

Moysés Marcondes não descreve detalhadamente o registro de seu pai quanto aos outros proveitos. A princípio, são ressaltadas as potencialidades de relacionamento de Jesuíno e os benefícios artísticos e sociais.

Com Carvalho Moreira, entre outros, pode ter conversado sobre a Inglaterra, principalmente sobre a Exposição Universal de Londres¹⁰⁷, onde esteve em 1851, e descreveu na carta que enviou em setembro do mesmo ano: “os ingleses têm direito de se ufanarem de seu progresso; porque resolveram o problema da liberdade dentro da ordem (MARCONDES, 2009. p.27)”. Segundo Nicolau Leitão (1994), a Exposição Universal de Londres tinha um duplo objetivo: o industrial (mostrar a superioridade da indústria do Império Britânico) e o moral (mostrar a moral vitoriana com os cânones: “a religião, o trabalho, a paz, o comércio livre, a responsabilidade cívica dos cidadãos, todos perfeitamente enquadrados na magnífica organização da sociedade britânica”, de constituição monárquica”) (LEITÃO, 1994. p.19). Quanto a instrução elementar inglesa, era dividida entre as escolas paroquiais mantidas por indústrias e por taxas da comunidade, as escolas de senhoras e a escola lancasteriana, monitorial ou mútua¹⁰⁸ – criadas por Andrew Bell e Joseph Lancaster. Cynthia Veiga (2007) aponta que, a partir da década de 1840, ocorreu uma defesa entre setores da sociedade inglesa sobre a necessidade de intervenção do Estado no ensino elementar, para que o mesmo se tornasse eficiente. Com isso, algumas iniciativas foram profícuas, tais como: a fundação da Associação Nacional de Escolas Públicas (1850) – com imposto para manutenção das escolas e organização da fiscalização de professores –, a criação do Departamento da Educação (1856), a organização e controle dos exames para “incrementar a frequência e o desempenho dos alunos (VEIGA, 2007. p.102-103)”. Em algum momento de sua estadia em Londres, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá pode ter tido contato com essa movimentação de reorganização da instrução elementar inglesa.

¹⁰⁷ A Exposição Universal de Londres (1851), ou como era chamada: Great Exhibitions, Expositions Universelles e World's Fair, foi a primeira a se direcionar para o grande público mundial, mas antes delas outras exposições locais já aconteciam na França. Ao longo da segunda metade do século XIX, as Exposições Universais funcionaram como vitrines dos países participantes e da nova etapa da industrialização, com a demonstração dos avanços técnicos-científicos (PESAVENTO. 1997).

¹⁰⁸ Cynthia Veiga (2007) explica que: “as escolas mútuas previam um modelo de ensino no qual os alunos mais adiantados se tornavam monitores e ensinavam os outros. Esse tipo de escola funcionava em salões, reunia grande número de estudantes – o que gerava economia e exigia disciplina – e difundiu-se por vários países europeus, nas Américas e em outros continentes. Por volta da década de 1850, porém, a eficácia das escolas lancasterianas passou a ser questionada (VEIGA, 2007. p.102)”.

O que podemos identificar, logo de início, é que todas as nações¹⁰⁹ que Jesuíno depois visitou participaram da Exposição Universal de Londres. Sua primeira viagem após o evento foi para a Bélgica, “país de alta civilização e magníficos progressos, dizia ele (MARCONDES, 2009. p.27)”. Na Holanda, segundo Moysés Marcondes (2009:28), Jesuíno teria se encantado com a natureza e tudo que o remetia à lembrança de Palmeira; de lá teria passado à Alemanha, onde “visitou museus, monumentos, ruínas e tudo quanto mais merecia ser visitado”, retornando depois a Paris para o início dos cursos, para depois, na primavera, seguir viagem à Suíça, Áustria e Itália. (MARCONDES, 2009. p.28). Em 07 de maio de 1852 Jesuíno escreve ao seu pai informando sobre o aproveitamento da sua viagem:

Uma viagem à Europa para um jovem que sai dos bancos de uma academia, é como, para o homem que sempre viveu nas planícies, aos pés da alta montanha, de onde descortina horizonte imenso e vê todas as coisas ao mesmo tempo, e com um único olhar. *As ideias alargam-se destas alturas*, e julga-se dos homens e das coisas fora de relações mesquinhas que não permitem jamais imparcialidade, quando se está preso a círculo limitado. Os Estados e os governos passam nesse grande teatro de censura, com todos os seus defeitos e com todas as suas qualidades, sem prevenções de partido que cegam sempre o juízo do mais imparcial julgador. Enfim, o quadro vivo do mundo, tal qual ele é, com seus vícios e suas virtudes, constitui por si só imenso cabedal, para compensar todas as despesas e todos os incômodos da minha longa viagem (Marcondes, 2009, p.31 – *grifos meus*).

Percebemos que Jesuíno justifica ao pai que o investimento em sua viagem e a saudade ou outros percalços que a mesma proporcionou aos familiares acabava sendo compensado pela aprendizagem que teve ao longo desse período. Um conhecimento este, segundo ele, não somente de contemplação dos outros países, mas de observação de seus defeitos e de suas potencialidades. Esse é um ponto importante para pensarmos que este sujeito, como outros, não miravam os países apontados como civilizados apenas para a efetivação de um transplante de modelos e de ideias. O olhar direcionado era reflexivo, percebia elementos relevantes e outros que não mereciam ser destacados. Viajar, para ele, era *alargar as ideias*, como pontuou acima.

¹⁰⁹ Trinta e quatro nações aceitaram participar da Exposição Universal de Londres: Alemanha, França, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Holanda, Suíça e Toscana – que mais tarde será uma região da Itália – que foram as nações visitadas por Jesuíno; além de: Hungria, Brasil, Bremen, Chile, China, Egito, Espanha, Estados Unidos, Grécia, Hamburgo, Hanôver, Ilhas Sociedade, Lubeck, México, Mecklebrug-Strelitz, Nova Granada, Oldemburgo, Pérsia, Peru, Portugal, Roma, Rússia, Sardenha, Schleswig-Holstein, Suécia, Tunes, Turquia (LEITÃO, 1994. p.66).

A viagem permite um alcance diferenciado de formação do indivíduo; no percurso observa-se não somente o local em que se está como aquele que deixou, em constante movimento de comparação e formação do sujeito de forma a abarcar aspectos do convívio real e cotidiano, como também do intelectual e específico. Como pontua Daniel Roche, “é preciso estudar as trocas reais que houve no domínio das relações sociais, e não somente as trocas do domínio intelectual (PALLARES-BURKE, 2000. p.173)”. Identificar a rede de sociabilidades, quem os sujeitos encontravam e as pessoas que estabelecia ligações, nos permite compreender melhor as escolhas e os percursos dos mesmos como partícipes do ensino paranaense.

Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá realizou três viagens à países da Europa antes de fixar sua residência definitivamente em Genebra¹¹⁰, na Suíça. A primeira viagem, como vimos anteriormente, foi em 1850, a segunda foi em 1861 e a terceira na década de 1880, acompanhado da esposa Domitila. Três momentos distintos tanto para o sujeito (no primeiro era um jovem recém-formado, no segundo já pertencia a classe política da província e no último não estava sozinho, era uma viagem de um homem maduro com sua esposa) quanto para os locais que visitou. Voltaremos a nossa atenção para a Itália da sua primeira viagem, seguindo a indicação do seu filho de que “as impressões colhidas por ele da viagem à Itália foram das mais profundas e duradouras” (MARCONDES, 2009. p.28).

Talvez o filho tenha percebido essa relação maior com o país devido ao modo de incursão feito pelo pai: “especialmente à Itália, transportado pelas diligências ou veturinos da época, parando em aldeias, pernoitando em estalagens da estrada” – Jesuíno tinha oportunidade com esse tipo de deslocamento de ver muitas coisas pelo caminho e conversar amiúde com moradores e viajantes como ele – “com muito menos conforto, é certo, mas em contato muito mais íntimo com a vida nacional, regional, e com criações artísticas dispersas e belezas da paisagem (Ibidem, idem)”. Não podemos excluir do seu percurso as escolas, assim como não podemos localizar, no mesmo, a sua presença. Seguiremos a investigação pela instrução nesse trajeto e pelos fragmentos que possam uni-la ou não à passagem do futuro Inspetor Geral da Instrução Pública do Paraná. O que nos interessa, para além dessa relação direta entre Jesuíno e a instrução italiana, é identificar como estava organizada a inspeção e

¹¹⁰ Algumas cartas, já no final da vida, são enviadas de Nice, na Suíça. Contudo, vários obituários apontam para a sua morte em Genebra. Neste estudo optou-se por localizá-lo com residência final em Genebra e trabalhar com a localização de envio das cartas, conforme as mesmas forem aparecendo na discussão.

instrução pública primária na Itália, país que estava entre os referenciados pelos inspetores e responsáveis pelo ensino paranaense ao longo do período aqui investigado.

Seguindo ainda o narrado por Moysés Marcondes, que lançou mão dos cadernos de viagem do seu pai, Jesuíno chegou na Itália de navio, pelo mar Mediterrâneo, sendo Nápoles o seu primeiro destino. Do Reino das Duas Sicílias, ficou alguns dias e tornou ao navio partindo para o Estado Pontifício. Seu filho transcreve um trecho de seu diário onde narrou seus últimos momentos em Nápoles:

A última impressão que trago de Nápoles é uma das mais agradáveis que em mim produziu essa bela e luxuriosa cidade. Todos os encantos de suas risonhas e pomposas perspectivas se desenharam, do mar, com o mais belo colorido. O Vesúvio, Portici, Sorrento, Castelmare, Baia, Capri, Ischia, tudo se mostrava aos meus olhos extasiados, em maravilhoso espetáculo, como que para me fazer saudades. Realmente Nápoles, para quem preza o belo da natureza, é um dos mais lindos recantos do mundo. E todos estes lugares falam muito a imaginação, pelas recordações que despertam. O Vesúvio parece ser o monstro que guarda este jardim das Hesperides. Essas duas ilhas tão bonitas que estão a entrada do golfo, sob céu tão transparente, a cidade, que sobe em anfiteatro por verdejantes colinas; tudo faz de Nápoles uma habitação de encanto (MARCONDES, 2009. p.29).

Uma descrição poética do que viu. Talvez seja por isso que o filho a tenha escolhido, dentre todas as outras anotações que provavelmente haviam no seu diário de viagem. Interessava, possivelmente, mostrar o pai e a sua capacidade de descrição, bem como o local por onde percorreu. Do relato que foi escolhido, podemos tirar a informação de que Nápoles era uma cidade grande (“pomposa”) e bem cuidada (“bela e luxuriosa”). Por outro lado, o mapa a seguir nos auxilia na visualização de como estava dividida a Itália durante o período em que Jesuíno fez sua primeira viagem:



Figura 3: A Itália entre 1815 a 1859

Fonte: Carta Geográfica Escolar (1848-1918) – CESCO, Macerata

Giuseppina della Valle Pauciullo (2005) escreve sobre a história da instrução em Nápoles e podemos identificar em seu estudo que, o período de visita de Jesuíno, coincide com um momento delicado de reação à política anterior (de 1849 a 1860), onde muitos professores ilustres, que eram liberais, foram presos ou seguiram para o exílio¹¹¹. Antes

¹¹¹ Angelo Semeraro (1999) aponta que o princípio de organização da administração pública da instrução já estava presente desde o decreto de 1806, no que concerne a instrução primária e o de 1808, com a instrução secundária. Contudo, em 1821 acontecem as reações, os movimentos revolucionários, com o ingresso da armada

daquele período havia uma Comissão Provisória de Instrução, mas que foi substituída pelo Conselho Geral da Instrução Pública (decreto de 28/06/1849). A educação secundária e média era ministrada nos colégios e liceus das ordens religiosas, mas por uma ordem real, os professores de toda a província deveriam ser eclesiásticos, o que foi deliberado por Conselho Ordinário em dezembro de 1849 (DELLA VALLE PAUCIULLO, 2005. p.41-42).

São pontos exemplares das iniciativas de organização do ensino napolitano: a reforma da instrução pública no Reino de Nápoles (projeto de lei para o ensino primário e reforma do ensino secundário) apresentada pela Comissão para a Reforma da Educação, por meio do Secretário Francesco De Sanctis, bem como a Constituição concedida por Ferdinando II (29/01/1848) e a iniciativa do Instituto Lombardo de Ciência, Letras e Artes – de “promover o estudo de algumas propostas sobre o estado da educação na Lombardia, a frequência, a distribuição, a educação (DAL PASSO, 2015, p. 02).

No Relatório sobre a Reorganização da Instrução Primária elaborado por De Sanctis se enfatiza a diferença entre instrução e educação (mais relacionada à religião) e se afirma que somente pela educação “será possível conseguir aquele consórcio amoroso de inteligências, que faz de todo um povo uma família de irmãos e de amigos”. Ao segundo ponto se propõe que “esse tipo de educação, a primária, a popular, ou se você quiser chama-la de elementar, (deve) ser obrigatória e gratuita (DAL PASSO, 2015. p.02).

Quanto à inspeção do ensino, foi organizada anteriormente pela legislação de 20/12/1806, que aprovou a proposta do Ministro do Interior Giuseppe Capeceletro e criou o novo ordenamento escolar, com uma Direção Geral composta de um presidente e quatro diretores, com o dever de vigiar tanto a escola primária quanto a secundária, os colégios, os conservatórios de música, as escolas de belas artes, sendo responsável por examinar o método, a capacidade e a moral dos professores, bem como vigiar os livros escolares. “Era previsto ainda um Conselho, ligado diretamente a Direção Geral, composto por três conselheiros ordinários e cinco extraordinários, estes últimos escolhidos entre os professores da Universidade de Nápoles, um por Faculdade” (DELLA VALLE PAUCIULLO, 2005. p.23).

Antes de seguirmos viagem com Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá é pertinente destacar, olhando o mapa, que as divisões entre as regiões também significavam

austriaca em Nápoles. “Uma Junta Permanente da Instrução Pública e uma Junta de Apuração iniciaram na escola suas atividades de restauração destituindo e enviando para as prisões reais professores públicos e privados suspeitos de ideias constitucionalistas e restringindo a liberdade de imprensa” (SEMERARO, 1999. p.22).

ordenamentos específicos para a instrução. Como explicou Luciano Caimi¹¹², na Itália, antes e depois do período *pós unitário* havia uma “notável diferença socioeconômica e cultural entre as várias regiões e amplas e diversas repercussões sobre os processos de alfabetização entre elas” (CAIMI IN SANI E TEDDE, 2003. p. VIII). De posse da historiografia italiana sobre a instrução na Itália, na primeira metade do Oitocentos, é possível apontarmos resumidamente que a instrução estava destinada a formar o sujeito que poderia fazer a diferença para a nação, principalmente quando se avança nos anos e na efetivação da unificação italiana. Uma instrução que tinha um duplo significado: educar (moralmente) e instruir o sujeito (conteúdos). Para Pietro Causarano (2005), o governo local e a escola são elementos centrais para a organização administrativa do Reino da Itália e que, no caso da região da Toscana (que podemos ver em amarelo no mapa):

Instrução e educação populares se apresentam para os liberais moderados da Toscana como face de uma mesma moeda: a instrução deveria fornecer um quadro mínimo de alfabetização e conhecimento úteis a destacar-se em uma sociedade que, supostamente e lentamente, vinha se modernizando e secularizando; a educação deveria ao invés mediar as consequências potencialmente perigosas, sejam estas da modernização ou da própria educação, respeito aos sistemas de normas e valores sociais e de crenças e à orientações culturais tradicionais colocados sob forte tensão e cada vez mais incapazes de conter os espaços simbólicos e materiais dos novos conflitos sociais emergentes (CAUSARANO, 2005. p.14 – tradução nossa¹¹³).

Giorgio Chiosso (1992) observa que a escola, em síntese e de forma que abarca todo o território italiano, “foi vista ao mesmo tempo como fator de liberação e de promoção social e fator de homologação e de disciplinamento enquanto orientada à difusão de uma nova visão de mundo, assim como de conhecimento e de habilidade”, com orientações organizadas de forma hierárquica, do mais alto poder até a escola popular. Sobre o analfabetismo, o autor indica a existência de um esforço em conter os números altos, quando comparados com a França e a Prússia (CHIOSSO, 1992. p.335-336). Por sua vez, Aristide Gabelli (1953) frisa

¹¹² Na introdução do livro organizado por Roberto Sani e Angelino Tedde (2003).

¹¹³ Istruzione ed educazione popolari si presentano per i moderati liberali toscani come facce di una medesima medaglia: l'istruzione dovrebbe fornire un quadro minimo di alfabetizzazione e conoscenza utili a districarsi in una società che, suppur lentamente, si viene modernizzando e secolarizzando; l'educazione dovrebbe invece temperare le conseguenze potenzialmente pericolose, sia della modernizzazione che dell'istruzione stessa, rispetto a sistemi di norme e valori sociali e di credenze e a orientamenti culturali tradizionali messi sotto forte tensione e sempre più incapaci di contenere gli spazi simbolici e materiali dei nuovi conflitti sociali emergenti (CAUSARANO, 2015, p.14).

que o intento da instrução é formar o ser humano, “formar homens de cabeça clara, e quanto a isso não se pode ser diferente entre um país a outro.” Ele continua: “na Itália, como na Alemanha, na França, na Suíça, na América, não se pode assinalar outro fim. (...) Mas aliado a isso, as escolas devem ter uma intenção nacional (GABELLI, 1953. p.13)”.

Voltando-nos ao trajeto percorrido por Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, sabemos que de Nápoles ele seguiu para Roma, no Estado Pontifício (marcado em rosa, no mapa). Tudo nos leva a crer, pelo relato exposto por seu filho (de que viajou muitas léguas por “campos bonitos e férteis, mas incultos e quase desertos”), que não viu nenhuma instituição escolar. Na saída de Roma a situação foi diversa, pois relatou a passagem por pequenas aldeias e estalagem (MARCONDES, 2009. p.29 e 31). Ele ficou um mês em Roma e todos os dias, quando retornava ao hotel, escrevia vários apontamentos sobre a cidade. Segundo aquele que leu suas anotações:

Para quem percorre esses cadernos, passados anos, e cujas notas, como mais frequentemente sucede, nunca foram desenvolvidas, o que mais lhe pode interessar, sob o ponto de vista biográfico, é o que neles se denuncie de observação, perspicácia e disposições mais íntimas de quem os traçou (MARCONDES, 2009. p.29).

Sabemos, por meio das suas anotações aqui mencionadas, que se emocionou ao visitar o Coliseu e, em suas palavras, “tudo, tudo eleva a alma, neste lugar, a alturas da religião; e o coração sente esse Deus de humildade (...). Tornei a casa, a meia noite, sumamente comovido” (MARCONDES, 2009. p.30). A religiosidade esteve presente em sua visita. Foi à Basílica de São Pedro assistir a missa nas festividades da quinta-feira Santa. Esteve em audiência com o papa Pio IX. No momento de partida, escreveu em seu caderno: “A grande metrópole do mundo antigo, pela conquista, ainda o é do moderno, pela Religião (Ibidem, idem)”. A religião foi o foco de Jesuíno durante o mês e, vale aqui destacar, era junto a ela e ao serviço religioso que foi organizada a instrução primária no Estado Pontifício (MAPRIGHINI, 1842). Roberto Sani (2007) informa que, se desejamos descobrir “o endereço” do início da política escolar educativa em Roma, podemos começar pelo projeto de reforma da instrução (Metodo Generale di Pubblica Istruzione ed Educazione per lo Stato Pontificio) que foi desenvolvido pela Comissão de Cardeais criada pelo papa Pio VII, que depois foi promulgado em 1816. Essa reforma foi reformulada pelo papa seguinte, Leone XII, com a constituição do Quod Divina Sapientia (1824) que continha 27 artigos, nos quais estabeleciam as normas gerais para o reordenamento dos diversos setores da instrução, tendo

dois princípios fundamentais: o da uniformidade e o da centralização (SANI, 2007. p.19). O autor reforça que havia uma crescente exigência para a alfabetização e educação civil e religiosa da população romana e depois da promulgação da reforma, foi organizada uma Comissão (um organismo assistencial instituído por Leone XII em 1826) responsável pelas escolas paroquiais gratuitas e a escola conhecida como “papal”, onde professores ensinavam a doutrina cristã, ler e escrever, os rudimentos do cálculo (nas femininas, trabalhos domésticos) a crianças entre 5 a 10 anos (Ibidem, p.25).

Ida Zambaldi (1975) detalha que o método utilizado era o individual e, portanto, cada escola não podia acolher mais de 60 alunos. No caso de ultrapassar esse número, era obrigatória a contratação de um professor auxiliar com os mesmos requisitos do professor responsável pela escola. Os alunos que não eram pobres, pagavam uma leve mensalidade. Uma Comissão do Clero era responsável por visitar as escolas, assistir as aulas, escolher os livros e distribuir prêmios entre aqueles que se destacavam (ZAMBALDI, 1975. p.103).

Quando Jesuíno lá esteve, já na década de 1850, a instrução primária em Roma passava por um movimento de expansão, dirigido por religiosos e populares movido, entre outros motivos, pela evolução demográfica funcional da cidade, como demonstram os dados de incremento da população entre 1815 a 1870 (SANI, 2007. p.38). Apesar desse crescimento das instituições educativas e das crianças atendidas, o que era ensinado se manteve como anteriormente: ler, escrever, contar e trabalhos domésticos para as meninas.

Ao escrever sobre a história da escola e das instituições educativas na Itália, Gaetano Bonetta (1999), demarca que a primeira metade do Oitocentos é para a escola italiana um período decisivo, pois no seu decorrer amadurecem a configuração institucional e a condição sócio-política para a sua afirmação, o que pode ser observado no Reino de Piemonte-Sardenha:

Que, já em 1802, se completa uma reforma substancial da escola, que, inspirada no modelo francês moderniza a sua estrutura e seus programas, lançando assim as bases para o que será o quadro e a natureza cultural da escola no estado moderno do Piemonte em 1848 e, posteriormente, ao estado italiano (BONETTA, 1999. p.71).

Ainda segundo o autor, as principais características dessa escola eram: a ordem primária, a constante reafirmação da gratuidade da instrução elementar, a definição dos seus conteúdos, a organização administrativa e a sua municipalização. Em 1822 foi publicado o Regulamento “que permitiu uma consolidação e uma expansão da instrução em cada formato

(infantil, normal, profissional, etc.) e depois, em 1848, uma nova revisão do sistema de ensino (BONETTA, 1999. p.72)". Gianfranco Bandini (1997) escreveu, em específico, sobre a instrução em Luca, na Região da Toscana (em amarelo, na parte mais central do mapa) no período de 1805 a 1847. Para o autor, investigar a instrução é também se deparar com uma das funções do estado: o controle da mesma. A administração escolar era tão importante e particular que era necessário dispor de um órgão estatal específico: a Direção da Instrução Pública.

Era uma organização embrionária, confiada ao Ministro da Justiça (com um encargo especial para a instrução pública, ao qual competia nomear os professores), as comunas (que teriam o dever de providenciar as habilitações dos professores), aos juizes de paz ("encarregados de vigiarem se os professores da escola primária para exercerem exatamente as suas obrigações"). Se trata de uma repartição de funções e encargos limitada e de facilmente baixa avaliação, mas em realidade são o fundamento da administração escolar (BANDINI, 1997. p. 62 – tradução nossa¹¹⁴).

Tratar e escrever sobre a estrutura específica criada para fiscalizar, supervisionar, orientar, propor e determinar as ações e questões referentes a instrução pública é também falar daqueles que constituem essas práticas. A Direção da Instrução Pública ou outros nomes que ganhou tal setor administrativo, não é uma entidade abstrata, disforme, sem identificação. É justamente o contrário. Ela é formada por homens que possuíam, algumas vezes em maior ou menor grau, posicionamentos diversos, formações distintas, percursos de vida desiguais. São os sujeitos os propositores das reformas e aqueles que as colocam em prática e em circulação, por meio de seus novos posicionamentos e reinterpretações.

Ferruccio Vendramini (2011) acompanhou um desses sujeitos, o italiano Francesco Gazzetti, nascido na comuna de Belluno¹¹⁵, no Reino da Lombardia-Vêneto (em amarelo, na parte alta do mapa). O viu frequentar, ainda jovem, "um ambiente propício para a cultura belunese", desde a dinâmica das leituras até os teatros e cafés, escrevendo pelo menos dois artigos para um periódico. Traduziu ainda a obra do Padre Gregório Girard (1756-1850), grande entusiástico do método mútuo de ensino e, em 1857, ele foi nomeado Diretor da

¹¹⁴ Era una organizzazione embrionale, affidata al Ministro della Giustizia (con un incarico speciale per la pubblica istruzione, cui spettava la nomina dei maestri), ai comuni (che avrebbero dovuto provvedere all'abitazione dei maestri), ai giudici di pace ("incaricati d'invigilare sui maestri delle scuola primarie perchè adempiano esattamente i loro obblighi"). Si tratta di una ripartizione di funzioni e incarichi limitata e facilmente sottovalutabile, ma in realtà sono le fondamenta dell'amministrazione scolastica. (BANDINI, 1997, p.62).

¹¹⁵ O autor informa que Gazzetti nasceu em 19 de março de 1813 (VENDRAMINI, 2011. p.14).

Escola Elementar Maior e Real Inferior. O autor mostra que depois Francesco Gazzetti atuou na publicação de livros para a instrução, algumas vezes em parceria com Vincenzo De Castro, que havia sido professor em Palermo (Reino das Duas Sicílias, de verde no mapa) e inspetor de escola em Ivrea e Abbiategrosso (comunas do Reino de Lombardia-Veneto) (Vendramini, 2011. p. 26 - 66). É possível identificar que os sujeitos, por meio da estrutura administrativa, teciam a instrução pública e alguns deles permaneceram no debate sobre o ensino por boa parte de sua vida. No caso da referida região,

Os inspetores controlavam a estrutura do alto, inseridos entre a autoridade política e a realidade escolar local. O inspetor chefe ou geral residia em Veneza, juntamente com o governo. Era, pois, os inspetores provinciais, colocados à frente da Delegação, que era o máximo órgão político administrativo local. A província era subdividida em Distritos e cada distrito tinha o seu inspetor, que estava em “simbiose” com a autoridade política “equivalente”, que era o comissário distrital (VENDRAMINI, 2011. p.88 – tradução nossa¹¹⁶)

Os inspetores eram responsáveis pelas escolas elementares onde, desde o Regulamento para Escolas Elementares da Lombardia-Veneto (1818), estava confirmada a obrigatoriedade de ensino e sua gratuidade para meninos e meninas, “ingrediente fundante da escola primária e popular já conhecida no período napoleônico (VENDRAMINI, 2011. p.88)”. Segundo o mesmo regulamento, as escolas menores estavam sob a jurisdição paroquial, que repassava as informações ao inspetor de distrito e este, por sua vez, deveria visitar as escolas das suas dependências pelo menos uma vez ao ano¹¹⁷. Os professores

¹¹⁶ Gli ispettori controllavano la struttura dall’alto, inseriti tra autorità politiche e realtà scolastiche locali. L’ispettore-capo o generale risiedeva a Venezia in collegamento con il govern. C’era poi l’ispettore provinciale, posto a fianco della Delegazione, cioè il massimo organo politico-amministrativo locale. La Provincia era suddivisa in Distretti ed ogni Distretto aveva il suo ispettore, anche questo in “simbiosi” con l’autorità politica “equivalente” e cioè il commissario distrettuale (VENDRAMINI, 2011, p.88).

¹¹⁷ Giovanni Genovesi (1969) resumidamente escreve sobre a organização na Lombardia-Veneto feita por meio do Regulamento de 1818: “as escolas elementares se distinguiam em *menores*, de duas classes, e *maiores*, de três ou quatro classes, e *técnicas*. A quarta classe da escola maior, dita *real*, servia de classe de ligação com as escolas técnicas que, porém, não foram abertas. O programa das escolas menores compreendia: religião, leitura, escritura, aritmética, pesos e medidas, as primeiras lições para expor suas ideias ordenadamente. Nas primeiras três classes das escolas maiores se adicionava: história sacra, Vangelo, leitura e escrita de latim; esta última disciplina era substituída nas classes femininas por trabalhos domésticos. Na classe *real* se adicionava ainda: princípios de arquitetura, geometria, mecânica, estequiometria, desenho, geografia, história natural e física. O ensino religioso foi dado aos párocos, que também eram diretores da escola primária local. Para ensinar teria que ter a habilitação para o ensino e os professores foram treinados em uma escola de método estabelecido em cada local da província. Os maestros das escolas menores frequentavam um curso trimestral de metódica, com oito lições semanais, feito por diretor de uma escola maior; os professores das escolas maiores frequentavam, ao invés, um curso semestral. Às aulas era adicionada a formação prática nas classes elementares. A hierarquia para

recebiam uma carta informando a data da visita, que durava o dia inteiro, com antecedência e era requisitada a presença das autoridades locais (párocos ou outros representantes). “Terminada a inspeção o professor se retirava; o pároco e a autoridade comunal expunham eventuais observações de sua função, depois o professor era chamado” para escutar o que dele foi dito e assinar o protocolo da visita, assim como todos os outros presentes (ZAMBALDI, 1975. p.93-94 – tradução nossa¹¹⁸).

Na Lombardia havia ainda as “escolas festivas”, onde Ferrante Aporti ministrou aulas aos adultos e adolescentes, investigando as razões para o baixo desempenho educacional das escolas que afetam a educação na primeira infância, na escola primária. A intenção era trabalhar as deficiências na formação desses adolescentes e adultos com diferentes tipos de exercícios e prevenir que os mesmos não se voltassem para o vício e o ócio. Contudo, essa iniciativa não durou muito tempo (LANZARA, 1984. p.03).

O que podemos identificar é que, independente da região, do poder administrativo, dos movimentos revolucionários, a estrutura da inspeção e da instrução pública italiana foi organizada ainda na primeira metade do século XIX. Os autores demarcam altas taxas de analfabetismo, falta de condições para a aula pública primária (materiais e espaço) e uma longa história de lutas pela constituição unitária do território que contribuíram para um quadro que, muitas vezes, não foi o ideal para a instrução primária. Contudo, esse quadro ainda não está completo. Como pontua Gianfranco Bandini (1997), a história da instrução pública/popular na Itália, na primeira metade do Oitocentos, ainda possui muitas lacunas que valem a pena ser investigadas. Os estudos que se atêm a regiões ou cidades contribuem para desvelar práticas e sujeitos que ainda não são conhecidos. “A dimensão local pode constituir, em boa parte, uma situação privilegiada onde os problemas educativos e escolásticos possam ser lidos através de um grande exame documentário” (BANDINI, 1997. p. 07 – tradução nossa¹¹⁹).

a escola elementar era assim composta: inspetor chefe da escola elementar por toda a Lombardia, residente a Milano [Veneza], inspetores provinciais, inspetores de distrito com obrigação de visitar anualmente as escolas de suas dependências. A instrução elementar era obrigatória dos 6 aos 12 anos, com multa pecuniária leve para as faltas, mas apenas 1,58% dos obrigados pela lei frequentava. As Comunas e o Estado dividiam as despesas com a escola (GENOVESI, 1969. p.04).

¹¹⁸ Terminata l’ispezione il maestro si ritirava; il Parroco e l’autorità comunale esponevano eventuali lagnanze a suo carico, poi il maestro veniva richiamato (ZAMBALDI, 1975, p.93-94).

¹¹⁹ La dimensione locale può costituire, in buona sostanza, una situazione privilegiata dove i problemi educativi e scolastici possono essere letti attraverso un ampio vaglio documentario (BANDINI, 1997, p.07).

A província do Paraná é a nossa *dimensão local* e Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá foi o nosso foco inicial devido a sua indicação como primeiro Inspetor Geral da Instrução Pública e seu percurso anterior em países da Europa que, como a Itália, passavam por um momento de organização dos seus sistemas de ensino. Quando retorna ao Brasil e assume a função de Inspetor Geral, muitas de suas ações foram pautadas pela legislação em vigor, como a reformulação dos distritos literários (IIP 53.6, 05/10/1854), prevista no Regulamento de Instrução Pública de São Paulo: “propor a divisão de distritos (São Paulo, RIP-SP, 1851, art. 4º, § 16)”. Seguir o descrito na legislação não é necessariamente deixar de pensar sobre a ação desempenhada. Fazia parte dessa ação o movimento de conhecer as escolas de perto, de visitar essas realidades, percurso este realizado pelo referido Inspetor Geral no primeiro ano, de forma mais pontual e no segundo ano, abarcando as escolas que estavam no centro da província (IIP130.6, 25/04/1855). Elaborar a proposição ou não de novos distritos exigia também verificar se essa era uma ação pertinente para a instrução na província. Jesuíno justifica a criação dos distritos literários:

Concorrendo para a boa inspeção das escolas públicas e particulares, que os mestres tenham sempre em presença o juiz de sua conduta, e que esse seja pessoa especialmente interessada no progresso do ensino de seu Distrito, me parece de mister, reformar a atual divisão literária da Província, fazendo um Distrito em cada povoação que tiver a escola pública ou particular, ficando desta sorte preenchida a disposição do art. 15º da lei novíssima, nº 17, de 14 de setembro de 1854 (IIP53.6, 05/10/1854).

Podemos observar que ele se remete a legislação vigente, mesmo que de forma equivocada quanto ao artigo mencionado que trata do assunto, pois não era o 15º¹²⁰ e sim o seguinte: “em cada povoação onde existir uma escola pública ou particular haverá um inspetor da instrução do distrito (Paraná, Lei nº 17, 14/09/1854, art.16º)”. No entanto, há um posicionamento que está para além do cumprimento da legislação: o modo como ele representa os inspetores de distrito – *juiz da conduta* dos professores. Comparando com as funções dos inspetores de distrito elencadas no regulamento paulista, nenhuma remete à ação de um juiz, sendo ainda demarcado que “os inspetores tratarão bem aos professores e não os admoestarão na presença dos alunos” (SÃO PAULO, Regulamento de Instrução Pública, 1851, art. 13º).

¹²⁰ “Haverá um inspetor geral da instrução pública tanto primária como secundária, de nomeação do presidente da província, que o conservará enquanto bem servir” (PARANÁ, Lei nº17, 14/09/1854, art.15º).

De acordo com alguns dicionários da primeira metade do século XIX, um juiz era aquele que fazia executar as leis e administrar a justiça, o que julgava alguma obra (Pinto, 1832), a pessoa que era árbitro, julgador, conhecedor (FONSECA, 1833). Seriam essas as ações esperadas dos inspetores de distrito: julgar o trabalho e a conduta do professor e fazer cumprir a legislação. A inspeção como aquela que vigia, controla, fiscaliza. Segundo Ida Zambaldi (1975) o controle rigoroso da ação do maestro era o objetivo da inspeção feita nos distritos de Roma (ZAMBALDI, 1975. p.103). Redi Sante Di Pol (2002) aponta que no Reino da Sardenha, o Ministério da Instrução Pública promoveu o ordenamento unitário e centralizado do sistema escola (1847) lançando mão da Secretaria de Estado da Instrução Pública, “suprema direção da instrução pública” com o dever de supervisionar e de constituir “um útil centro de unidade e de ação diretiva nas coisas que se relacionavam ao ensino”; sem contar o Conselho Superior da Instrução Pública que agiria em todos os assuntos da escola e da cultura (DI POL, 2002. p. 72). A representação da inspeção italiana como aquela que vigia e controla todos os assuntos e responsáveis pelo ensino se conecta com a representação do inspetor paranaense que a caracteriza como “juiz da conduta” do professor.

O Inspetor Geral Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá sabia da sua posição central em todos os assuntos referentes a escola. Em ofício enviado ao presidente Zacarias, ele informava que já havia emitido a circular aos inspetores de distrito pedindo “a mais exata fiscalização nos mapas trimensais de frequência, que [deveriam] ser trimensalmente enviados a [sua] repartição” para que ele os compilasse e realizasse a estatística do ensino na província (IIP134.6, 12/05/1855). Novamente podemos perceber os inspetores de distrito na função de fiscalização do controle de frequência dos alunos e, conseqüentemente, do trabalho dos professores em fazer esse registro. Em outro momento, ele solicita auxílio da polícia local (inspetores de quarteirões) para verificar a presença de estabelecimentos particulares de instrução que tivessem professores sem a habilitação devida, para que medidas pudessem ser acionadas pela Inspetoria Geral da Instrução Pública e pelo governo provincial (IIP140.22, 04/06/1855). Uma ação conjunta que permite o controle e supervisão das ações dos professores sem autorização para exercerem a função. Em seu estudo, o italiano Gianfranco Bandini (1997) também localiza essa função de poder e de controle como uma das ações fundamentais da escola italiana oitocentista (BANDINI, 1997. p.62).

Contudo, diferente do ano anterior em que inicia sua função como Inspetor Geral, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá modifica suas impressões sobre a função dos inspetores

das escolas, talvez movido pela sua observação mais amiúde, por meio das visitas, ao papel do inspetor e ao desempenho do professor. Entre suas três indicações do que deveria ser melhorado na província, cita a orientação que deve ser dada aos inspetores para o exercício de suas funções, “de modo que o professor encontre nele, não só um juiz severo, sirva o dedicado coadjuvador para o alcance de sua sublime e quase religiosa missão” (IIP136.6, 23/05/1855). O inspetor de distrito como o sujeito que teria a função de ajudar o professor, não somente o que vigia, fiscaliza e pune. Uma mudança sutil na escrita é evidente no sentido, que nos permite apontar que a sua prática e vivência na direção da instrução, em confronto com sua formação e com tudo que possa ter lido e ouvido sobre a instrução até aquele momento, o fez reformular a visão do papel desses sujeitos dentro da estrutura da inspeção.

O momento de nomeação de Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá para o cargo de Inspetor Geral da Instrução Pública é também um período de construção de uma proposta para a inspeção e instrução na província do Paraná. Podemos apontar o presidente Zacarias Goes e Vasconcellos como o primeiro que organiza as ideias que colheu entre professores e demais pessoas da província e escreve um relatório com questões que considera urgentes para o ensino. O presidente elege sete pontos para a sua explanação, “com intento de fazer progredir o ensino primário”: “vencimento dos professores, inspeção, objeto e graus do ensino, ensino obrigatório, método a adotar-se na escola, número de alunos essencial à existência da aula, escolas do sexo feminino (VASCONCELLOS, 1854. p. 12)”. A importância de se pensar a reforma na legislação sobre o ensino e inspeção perpassa o seu relato e quando trata do ensino obrigatório, enfatiza:

Nos países que presam a civilização do povo, e veem nas escolas a origem dela, aprender as matérias do ensino primário é mais que um direito, é uma rigorosa obrigação, imposta a todos, sob certas penas. Assim o deveis considerar e dispor na legislação da nova província (VASCONCELLOS, 1854. p. 16).

Ele não menciona que países seriam estes, mas um pouco antes em seu relatório, escreve sobre o objeto e graus do ensino, critica a lei da província de São Paulo (lei nº 34, de 16 de março de 1846), reforçando que “a lei paulistana, imitando a lei francesa de 28 de junho de 1833, divide o ensino primário em dois graus – elementar e superior – mas mutilando por tal modo o pensamento de Guizot, que dificilmente o reconhecemos na cópia (VASCONCELLOS, 1854. p.14)”. Ao se remeter a lei francesa como referência imitada pela legislação paulista, podemos aventar que ele incluía, entre os *países que presam a civilização*

do povo, a França. A crítica que ele faz à divisão do ensino primário é pertinente ser esmiuçada, no entanto, aqui também é interessante destacarmos que o presidente escreve como se fosse um leitor ou estudioso do pensamento do político francês François Pierre Guillaume Guizot¹²¹. Tal ação pode se configurar como um esforço de conhecer e demonstrar como outros sujeitos, de nações consideradas naquele momento como referências, pensaram e organizaram os sistemas de ensino, ou uma preocupação em mostrar aos paranaenses que estava inteirado das principais tendências.

Diante dessa primeira menção a França, por meio da legislação, em relatório oficial da província paranaense, direcionamos o olhar para a inspeção e instrução pública no referido país. No que concerne a organização do ensino francês, é possível apontarmos que a ideia de uma educação pública, função do estado, comparece como uma das responsabilidades do Ministério do Interior da França, após a Revolução Francesa (FRANÇA, DÉCRET DE L'ASSEMBLÉE NATIONALE, Loi 25/05/1791, p.224), quando se falou pela primeira vez em “escola primária” (TALLEYRAND, 1791). Com o intento de educar e instruir a criança e o jovem para o enfrentamento dos problemas nacionais, ecoando os ideais da Revolução Francesa, a educação nacional seria função do Estado, democrática, patriótica, laica, gratuita. Um Comitê de Instrução Pública foi fundado em outubro de 1791, com uma comissão composta de vinte e quatro sujeitos com o objetivo de pensar a instrução nacional (FRANÇA, DÉCRET (...) DU 14/10/1791. p.23). Segundo explica André Chervel (1992):

A Revolução Francesa, em seus inumeráveis textos teóricos ou por discursos parlamentares, havia se pronunciado muito claramente por um caminho contínuo desde a escola primária até as grandes escolas. Mas a constituição

¹²¹ François Pierre Guillaume Guizot (1787-1874) ingressou na vida política após a Revolução Francesa (1789), com o objetivo de manter no plano político e legislativo o apelo positivo dos princípios de igualdade e liberdade difundidos durante o período revolucionário. François Furet e Mona Ozouf (1989) descrevem o esforço de se construir “uma filosofia política coerente em torno de três conceitos, de soberania da razão, de capacidade política e de representação cognitiva. O conceito de soberania da razão permitiu não abandonar a noção subjetivista de soberania, que foi fundadora na tradição francesa constituindo-a num lugar efetivamente vazio de poder (o conceito de soberania da razão é, além disso, suscetível de ser declinado em registros indiferentemente espiritualistas ou racionalistas – soberania de Deus ou soberania de verdade” (FURET e OZOUF, 1989. p.963). Pensando nos programas voltados para o ensino, o apelo legal era ensinar as bases da razão, da justiça, de verdade e cidadania, sob os alicerces da educação moral e religiosa das crianças. Guizot “adota, contra toda evidência e, em particular, contra suas convicções profundas (ele próprio é de confissão protestante) a pedagogia dos freis das Escolas cristãs e de fato a pedagogia obrigatória da escola pública. O que se desenvolve assim, é uma escola do exercício que ele escolhe contra os dois outros modelos que prevalecem então: o velho modelo do ensino individual das pequenas escolas, ou seja, da lição articulada com o exercício oral, ou sua formalização no uso de classes numerosas, denominadas pelos filantropos protestantes e anglófilos de ensino mútuo” (Hénbrard, 2007, s/p). A *Lei Guizot* foi organizada em quatro capítulos: Da Instrução Primária e Seu Objeto (Título I); Das Escolas Primárias Privadas (Título II); Das Escolas Públicas Primárias (Título III) e Das Autoridades Responsáveis pela Instrução Primária (Título IV).

do ano III e o decreto de 3 de Brumário do ano IV (25 de outubro de 1795) que estabeleceram uma instrução pública, fundada sobre a escola primária e a escola central, faziam já uma distorção aos princípios democráticos fixados, porque, apesar dos argumentos de Lakanal, o ensino primário real da época não se constituía em “vestíbulo” para as escolas centrais, pelo menos da forma como elas eram desejadas (a realidade era muitas vezes diferente). E no célebre texto redigido para tentar salvar as escolas centrais *in extremis*, Destutt de Tracy expõe a teoria das duas classes da sociedade francesa: a classe trabalhadora e classe erudita, que possuem suas necessidades específicas de ensino. Como consequência, “deve haver dois sistemas completos de instrução que não possuem nada em comum entre si”. É preciso conceber o ensino primário como um conjunto fechado em si mesmo, e que não permita desembocar nas escolas centrais (CHERVEL, 1992. p.102).

Acompanhando os documentos da Assembleia Nacional Legislativa da França nos anos posteriores, assim como os do Ministério, é possível identificarmos que a instrução se manteve na pauta das iniciativas – mesmo com distinção quanto às suas finalidades dentro da estrutura de ensino – com a criação de outras comissões, bem como o Departamento de Instrução Pública (1802). Segundo a Lei Geral de Instrução Pública, de 01 de maio de 1802, a instrução estava dividida entre as escolas primárias estabelecidas nas comunas, escolas secundárias, liceus e escolas especiais (art.1º); sendo responsabilidade dos prefeitos e conselhos municipais a escolha dos professores (art. 3º). A inspeção do ensino comparece no item do Liceu, com a criação do cargo do Inspetor Geral, nomeado pelo Primeiro Consul, com a função de visitar pelo menos uma vez por ano os liceus, revendo todas as partes de ensino e administração, emitindo a contabilidade e apresentando um relatório ao Governo (art.17º) (FRANÇA, LOI GENERALE SUR L’INSTRUCTION PUBLIQUE, 01/05/1802).

Marie-Madeleine Compère (2002) sinaliza a existência de formas de inspeção antes mesmo da instituição da referida legislação, mas que devemos evitar cair na armadilha da busca da origem das mesmas em documentos antigos que se assemelhem nas funções desempenhadas. A historiadora francesa demarca ainda que, uma visita regular e eficaz da inspeção, seja por um indivíduo ou uma comissão feita para isso, pode se configurar em um poder maior do que o de um diretor da escola, principalmente se considerarmos que o seu relatório “inclui uma descrição ou visão geral, uma apreciação ou julgamento; (...) a inspeção ou, para usar o termo antigo, a visita é de alguma forma inerente ao funcionamento das instituições de ensino”, principalmente quando nos voltamos para as práticas por meio dos documentos que ela tem produzido (COMPÈRE, 2002. p.13).

A organização da Universidade Imperial na França, em 1808, permitiu uma reconfiguração da organização da instrução pública. Philippe Savoie (2002) explicita que havia ligação entre os Inspetores Gerais da Universidade e os homens comuns que exerciam a inspeção, bem como professores, que também tinham lugar na hierarquia, entre os membros do Conselho Superior e os reitores; mas demarca que os funcionários das escolas primárias (sejam elas municipais ou particulares, laicas ou congregacionais) não faziam parte desse grupo (SAVOIE, 2002. p.36).

Segundo o decreto de 1808, a educação pública de todo o Império estava sob o encargo da Universidade¹²², sendo que nenhum estabelecimento de instrução/formação poderia ser aberto sem a autorização do reitor (art.2º); quanto a inspeção, os vinte Inspetores Gerais¹²³ eram nomeados pelo Grão-Mestre, entre o corpo universitário (art.90º) e se dividiam em cinco ordens de visita dentro da estrutura da instrução pública, devendo reconhecer o estado da educação e disciplina das escolas, colégios, faculdades, pensionatos e demais instituições, examinar os alunos, acompanhar a gestão e a contabilidade (art.91º). Em cada Academia haveria um ou dois inspetores específicos que, de acordo com a ordem dada pelo reitor, seria responsável pela inspeção das escolas e dos distritos, especialmente as faculdades, instituições, pensionatos e escolas primárias (art. 93º) (FRANÇA, DÉCRET IMPÉRIAL PORTANT ORGANISATION DE L'UNIVERSITÉ, 17/03/1808).

Diferentes historiadores apontam o decreto de 1808 como aquele que realmente reorganizou as bases da instrução pública na França¹²⁴. Teria Jesuíno Marcondes se atentado para a questão do ensino na França? Desde a década de 1830 que o movimento em favor da escola primária gratuita e laica estava na pauta dos responsáveis pelo ensino francês – Guizot, com a lei de 28 de junho de 1833, resultado de muitos projetos e que determina que em cada comuna as autoridades locais deveriam abrir uma escola primária; a criação do Manual Geral de Instrução Primária para os professores, em 1832, detalhando o papel e deveres dos

¹²² Sendo assim distribuídas: as Faculdades de aprofundamento científico e graduação; as escolas secundárias, para as línguas antigas, história, retórica, lógica e elementos de ciências matemáticas e físicas; os colégios e escolas secundárias das comunas, para as línguas antigas elementares e os primeiros princípios da história e da ciência; as instituições, escolas dirigidas por professores particulares, onde a educação é semelhante ao dos colégios; os pensionatos, escolas pertencentes à proprietários privados; pequenas escolas, escolas primárias, onde se aprende a ler, escrever e as primeiras noções de cálculo (FRANÇA, DÉCRET IMPÉRIAL PORTANT ORGANISATION DE L'UNIVERSITÉ, 17/03/1808, art.5º).

¹²³ Na descrição legal o número não poderia passar de 30 Inspetores Gerais.

¹²⁴ Ver: Rioux, 2002.

mesmos; a criação do cargo de inspetores primários, em 1835; Carnot, com o projeto apresentado em 30/06/1848 e a democratização do ensino primário, tornando-o gratuito e obrigatório; Parieu, com a lei de 09/01/1850 e Falloux, com a lei de 15/03/1850. (GONTARD, 1985. p. 235). Cynthia Veiga (2007) pondera que, durante o Segundo Reinado na França (1852-1870), novas leis educacionais foram pensadas e a Lei Falloux foi uma que ganhou destaque, instituindo o cargo de inspetor escolar e reforçando “a fiscalização do trabalho e da ação moral dos professores, embora mantendo os baixos salários (VEIGA, 2007. p.98)”. Do contexto da instrução por meio do relato de Jesuíno, nada sabemos. Sendo ele ávido por conhecimento e atento a tudo ao seu redor, pode ter se atentado para o ensino, mas de forma geral, sem grandes apontamentos, já que até então não tinha deixado pistas de que pretendia ser futuramente Inspetor Geral da Instrução Pública.

No Brasil, especificamente na província paranaense, o presidente Zacarias Goes e Vasconcellos quando emitiu seu relatório, em 1854, também não mencionou a reorganização do ensino francês ocorrida há 46 anos, e sim uma legislação recente, feita pelo Ministro Guizot, em 1833¹²⁵. Antes disso, a seu pedido, o professor mais antigo da capital, João Baptista Brandão de Proença, havia enviado um relato sobre o ensino na província, apontando que a lei em vigor “imitou a lei francesa de 28 de junho de 1833”; que os salários dos professores, visto seu papel no ensino, deveriam ser repensados e reajustados; que os inspetores de distrito tinham a importante função de fiscalizar se os pais que não mandavam seus filhos para a escola estavam ministrando em casa “a necessária instrução religiosa e intelectual (BAPPR, PROENÇA, 1979, p.48)” e que a obrigatoriedade deveria ser considerada como elemento importante para o desenvolvimento da instrução, tal como ocorria em outros países, como a Prússia, Alemanha e Bélgica “e alguns outros países da culta Europa” (Idem, p.47).

Três elementos centrais evidenciados pelo professor: reforma na legislação, que fosse condizente com o contexto paranaense, ordenados e provimentos vitalícios de professores e efetivação da obrigatoriedade. Tanto o professor Proença quanto o presidente Zacarias não mencionam a legislação mais recente francesa, que reorganizava a inspeção: a lei de 15 de março de 1850, conhecida como Lei Falloux, devido o nome de seu proponente, Frederic Pierre Alfred de Falloux. O quadro abaixo apresenta o cotejamento entre as duas legislações, com o foco nos artigos que tratam da inspeção:

¹²⁵ Sobre o cotejamento entre a lei Guizot, de 1833, com a legislação paranaense, ver BARBOSA, 2012.

Lei Guizot – 28/06/1833	Lei Falloux – 15/03/1850
Escola primária (privada ou pública) – (art.3º)	Escola primária (livre ou pública) – (art.17º)
Cada município é obrigado a manter pelo menos uma escola primária básica – (art.9º)	Educação primária gratuita a todas as crianças cujas famílias são incapazes de pagar por ela – (art.24º)
	Conselho Superior de Instrução Pública composto por bispos e arcebispos, pastores, rabino, conselheiros estaduais, conselho Universitário, pessoas do ensino livre, juízes – (art.1º)
Haverá uma escola em cada município e um Comitê Municipal/Local composto pelo prefeito, pároco ou pastor e um ou vários sujeitos residentes notáveis nomeados pelo Comitê de Distrito/Comuna. Nos municípios com população de diferentes religiões reconhecidas pelo Estado, fará parte do comitê de fiscalização municipal o pároco ou sacerdotes mais velhos e ministros de todos os outros cultos designados pelo consistório – (art.17º)	A inspeção das escolas públicas gratuitas será realizada pelos Inspectores Gerais, reitores e inspetores de ensino, inspetores primários, representantes distintos, como o prefeito e o padre, ou o membro do Consistório Judaico em termos de instrução pública – (art. 18º) A inspeção das escolas públicas será exercida em conformidade com os regulamentos deliberados pelo Conselho – (art.21º)
Entre os membros do Comitê de Distrito/Comuna: prefeito da cidade ou o mais velho dos prefeitos da capital do distrito; representante da justiça; pastor; ministro de cada uma das religiões no distrito; um dos referidos sujeitos (diretor da escola, professor, governador...); um professor da escola primária residente na circunscrição da comissão nomeada pelo Ministro da Educação; três membros do Conselho Borough ou habitantes designados pelo referido; membros do Conselho do Condado; o advogado do rei – (art.19º)	A inspeção das escolas primárias será especificamente atribuída a dois inspetores superiores. Haverá, além disso, em cada distrito, um inspetor primário, escolhido pelo Ministério de Instrução Pública após consulta ao Conselho Acadêmico. Dois bairros serão reunidos para a inspeção, sendo determinado as regras e obrigações a serem seguidas pelos inspetores do ensino primário – (art.20º)

Quadro 3: Papel da Inspeção do Ensino Segundo a Legislação Francesa
 Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da Lei Guizot (1833) e Lei Falloux (1850)

A primeira lei, de 1833, foi responsável por promover a expansão da instrução primária, principalmente pela regulação de que cada município com mais de 500 habitantes deveria manter pelo menos uma escola primária, seja por suas próprias posses, por si mesmo ou pela reunião com vários municípios vizinhos (art. 9º) e que cada província seria responsável pela manutenção de uma escola primária de formação de professores, com a mesma indicação de que fosse por si mesma ou pela reunião de várias províncias vizinhas (art.11º). Sendo a instrução pública primária dever do Estado, inspecionar as escolas fazia parte da obrigação. Xavier Darcos (2008) explicita que “se procedeu então a realizar por toda

França uma gigantesca inspeção nacional extraordinária das escolas, que foi confiada, até o final do ano de 1833, a uns quinhentos inspetores” que visitaram os 426 distritos franceses (DARCOS, 2008, p.30). Tal movimento e sua continuidade contribuiu para que as propostas para a inspeção fossem fortalecidas e comparecessem na lei Falloux, de 15 de março de 1850¹²⁶.

Voltando ao contexto brasileiro, uma busca pelos jornais e periódicos que circularam entre as décadas de 1830 a 1850 nas províncias de São Paulo¹²⁷, Rio de Janeiro¹²⁸, Paraná e Bahia¹²⁹, nos mostra que o nome do político francês Guizot estava em evidência, talvez por ser um período recente a sua atuação como Ministro da Educação (1832 a 1837) e como Ministro das Relações Externas (a partir de 1840 até a sua obrigada saída, em fevereiro de 1848). A maioria das folhas noticiam as questões políticas e econômicas envolvendo Guizot, como: “a *Presse*, jornal do ministério, comparando a atual posição financeira da França com a da Inglaterra, exalta a administração de Mr. Guizot, a quem supõem que se deve tal vantagem (O COMÉRCIO, 27/03/1843, p.03)”. Ou a atuação do “Gabinete Guizot” na relação com a Áustria e o movimento revolucionário na Itália (REVISTA AMERICANA, 1847 e 1848). O jornal baiano *Correio Mercantil* publicou duas páginas sob o título *O Sr. Guizot e a Escola Doutrinária*¹³⁰, onde descrevia o homem e sua influência política, como no trecho abaixo:

O nome de Guizot é certamente um dos mais consideráveis do tempo presente. Pode-se dizer isso sobre o seu valor pessoal, o contestar a importância dos atos em que teve parte, mas, cumpre reconhecer que se acha posto na primeira linha na discussão dos interesses políticos em litígio.

¹²⁶ Importante nos atentarmos que durante esse período ocorreram os movimentos revolucionários de 1848, o que acabou repercutindo nas discussões sobre o ensino, devido as posições políticas de cada um dos sujeitos envolvidos diante da República e da Monarquia. Durante o governo provisório de 1848, Lazare Hippolyte Carnot (1801-1888) foi escolhido como Ministro da Instrução Pública. Ele instituiu uma Comissão que deveria pensar a legislação para a instrução pública. Ele marcou em seus posicionamentos a importância de promover melhorias nas condições dadas aos professores primários, lutando pela existência de manuais que mostrassem aos cidadãos seus direitos e deveres. Contudo, seu projeto de lei não se efetivou, sendo retirado por Falloux em 1849 e dissolvida a Comissão. Barthelemy Saint-Hilaire, que presidia a Comissão, publicou um relatório seguido do projeto no *Moniteur*, em 21/04/1849 (BUISSON, 1911. s/p).

¹²⁷ Por esta ter sido a referência com periódicos antes da emancipação paranaense.

¹²⁸ Devido a presença da sede do Império.

¹²⁹ Onde nasceu o presidente Zacarias Goes e Vasconcellos.

¹³⁰ A mesma cópia da vida política de Guizot foi publicada anteriormente pelo jornal *O Despertador*, na província do Rio de Janeiro (O DESPERTADOR, 29/11/1839. p.02).

Quando o Sr. Guizot fala, quer guarde o silêncio quem entra ou saia do ministério. A ele atribui-se sempre o secreto pensamento dos discursos, dos coros e dos atos do governo; as intenções e a responsabilidade moral da política. Embora não seja ministro ou ocupe uma das pastas menos importantes, a opinião o supõe de fato presidente do conselho (CORREIO MERCANTIL, 13/01/1840. p.01).

Os jornais da Bahia e de São Paulo aqui consultados nos informam um pouco da circulação do nome, mas não da sua participação direta na regulamentação do ensino. Todavia, se não remetem diretamente a Guizot, trazem a França como país de referência quando se discute sistemas de instrução. Em discurso promovido ao Curso Jurídico de São Paulo, em maio de 1848, Almeida Areas fala das diversas instituições que contribuem para o desenvolvimento de uma nação e que países como Alemanha, França, Inglaterra e Estados Unidos poderiam comprovar o que dizia com suas práticas (ENSAIOS LITERÁRIOS, 1848. p.53). A escola primária, bem como o ramo da administração a ela concernente, comparece como uma das instituições elencadas pelo autor, que afirma:

Eu bem sei, Senhores, e assim me ensina a leitura dos documentos oficiais das administrações locais e da administração geral – que ensaios de unidade e uniformidade e centralização parcial aqui e ali tem sido feitos; que melhoramentos se puderam realizar em algumas localidades do nosso Império; que em algumas províncias há um plano nos estudos, e um método de ensino; mas noutras há completa desorganização no tocante ao ensino público. Este contraste entre o aperfeiçoamento e o vício – este desencontro no funcionar desvairado dos estabelecimentos de ensino – nocivos completamente à regularidade e ordem que deve presidir a esta matéria – provam em favor da necessidade de sanar o defeito que apontávamos – e que é forçoso reconhecer à primeira vista neste ramo da administração e das leis. O pensamento da centralização e da uniformidade do ensino é um pensamento de ordem e de civilização num país qualquer e não redundando em prejuízo dos interesses especiais das localidades (...). Importância essa reforma *a criação de um Ministério de Instrução Pública; - de Conselhos de Instrução, quer gerais, quer locais; - de um ou mais grandes centros Universitários; - de centros parciais de ensino regular e completo em todas as instituições, quer nas superiores, quer nas secundárias e primárias: importa ainda a vigilância atenta e cuidadosa da administração sobre aqueles a quem tem de ser confiada a instrução da mocidade nos Institutos Particulares*. Este melhoramento poderia alcançar para nós as vantagens que oferece a ilustração – *a organização deste ramo nos países mais adiantados do que nós* – como na Prússia, na Saxônia, na França e em alguns países da Europa (ENSAIOS LITERÁRIOS, 1848. p.55 – grifo nosso).

O trecho é um pouco extenso, entretanto ele nos permite identificar a presença de pontos importantes em circulação sobre o ensino: necessidade de uma reforma na legislação,

que ampliasse a estrutura existente, com a criação dos Conselhos de Instrução; que a inspeção fosse feita também nas instituições particulares e a afirmação que tais sugestões eram colocadas em prática com êxito em *países mais adiantados do que nós*. O teor do seu discurso é a favor da centralização do ensino, com a criação de um Ministério de Instrução Pública, tal como o já existia na França, como vimos até agora.

Muitos jornais da província do Rio de Janeiro citam Guizot e sua atuação na França¹³¹, contudo, seleciono três pela sua relação com a instrução. O primeiro trecho, retirado do periódico O Sete de Abril, faz parte do discurso do “Sr. Arcebispo da Bahia” quando estava na pauta da Câmara dos Deputados a discussão do orçamento:

Serei menos severo para com o Nobre Ministro acerca da gratificação de 600\$000rs concedida a um Inspetor das Aulas de Instrução Primária, e que uma emenda pretende suprimir. Estou persuadido que o Governo, encarregado de fiscalizar a conduta dos professores e o desempenho dos seus deveres, não pode dispensar-se de ter um Agente ou Delegado de sua confiança que faça as suas vezes e o informe do estado das escolas; e não vejo que uma tal comissão, toda dependente do árbitro do Governo, possa em rigor ter o nome de emprego público, ou que para isso seja necessária uma lei. O que duvido, porém, é que tal inspeção produza os bens que eu desejo, e que não venha a ser mais do que uma inútil e vã formalidade. Se, pois, o Nobre Ministro me assegura que ele empenhará o seu zelo para que esta inspeção se torne profícua e melhore o deplorável estado da maior parte das Escolas Primárias; se ele afiança que as visitas do Governos não se limitarão a promover somente o ensino material da leitura e da escrita, *mas sobretudo o Ensino Moral e Religioso tão recomendado pela nossa Legislação, fazendo (para explicar-me na frase de um sábio também Ministro, Mr. Guizot) que a atmosfera das escolas e colégios seja toda moral e religiosa*; se, enfim, promete que para essa inspeção não será convidado nenhum dos Irmãos Moraes: eu votarei de bom grado pela mencionada gratificação (O SETE DE ABRIL, 13/07/1836, p.01 – grifo nosso).

Além de expressar um descontentamento com a supressão do pagamento dado ao inspetor, debate esse que era uma constante na província do Paraná na segunda metade do Oitocentos, o trecho em itálico permite-nos perceber que a mesma preocupação com a

¹³¹ Seria um esforço inumano conferir cada jornal que circulou na década de 1830 até 1853, de acordo com o movimento traçado até aqui. Contudo é possível citar os que foram lidos: Le Nouvelliste (1847-1848), Courrier du Brésil (1854), por serem em francês; O Despertador (1839) – que além de publicar a cópia da vida política de Guizot também publicou um extrato do discurso do mesmo na Câmara dos Deputados, na França, na discussão do projeto de resposta à fala do trono (O DESPERTADOR, 12/03/1839, p.02); a folha A Aurora Fluminense (1829 a 1831) – que publicou um trecho do livro Cours d’Histoire e escreveu: “rogamos aos nossos leitores que meditem bem este pequeno extrato de Mr. Guizot, e o confrontem tanto com os nossos tratados e Relações Diplomáticas como com o § 8º do art. 102º da nossa Constituição” (A AURORA FLUMINENSE, 18/02/1829, p.640).

instrução religiosa e a sua fiscalização pelos inspetores compareceria dezoito anos depois no relato feito pelo professor Proença de que os inspetores de distrito tinham a função de fiscalizar se as crianças que eram educadas em casa e não nas escolas tinham “a necessária instrução religiosa e intelectual (BAPPR, PROENÇA, 1979. p.48). Contextos e tempos diferentes, mas uma preocupação que persiste entre os que discutiam a inspeção e instrução pública.

A discussão política sobre organização orçamentária e elaboração de legislação continua nos meses seguintes no periódico citado e novamente o nome de Guizot aparece: “e não vê esse Governo, cujo órgão tanto se apraz de seguir as opiniões de Parlamentares franceses, de invocar arestos do Governo de França e de citar Molé, Guizot e outros” e continua, “não vê esse Governo que mesmo naquele país, onde há tantas ilustrações em uma e outra Câmara, é a Administração e não a Oposição quem usa da *iniciativa*, quem propõe leis de interesse geral, provincial e municipal (O SETE DE ABRIL, 09/08/1837. p.01- grifo da fonte)”. Retirando a discussão política, de oposição e governo, podemos perceber a assertiva de que a França e os sujeitos responsáveis pelas legislações eram tomados como modelo, como referência.

A princípio as informações sobre a França ou outros países europeus citados nos diferentes discursos e escritos publicados nos jornais e mencionados em relatórios, como o do professor Proença e o do presidente da província, no Paraná, podem ter sido retiradas dos próprios periódicos que chegavam do exterior e que muitas vezes eram transcritos, quase que na íntegra, nas folhas brasileiras¹³², ou por meio de cartas enviadas pelos correspondentes que estavam fora do país¹³³. Outra hipótese explicativa é a que considera uma terceira via de circulação: a dos livros.

Diretamente, Guizot não escreveu sobre a reforma que fez na instrução pública francesa. Alguns de seus livros são elencados nos anúncios de livrarias, publicados em jornais

¹³² Como ocorreu com a publicação da discussão da Câmara dos Deputados na França, publicado no jornal da província da Bahia: “retirado dos jornais franceses, com participação do Ministro Guizot (O COMÉRCIO, 18/03/1843, p.02)”.

¹³³ Outro periódico da província da Bahia registrava de onde provinham suas informações: “(...) pelo vapor inglês Teviot, entrado ontem de Southampton via Lisboa, Madeira, Tenerife e San Vicente, recebemos as cartas de nossos correspondentes de Lisboa, Porto e Paris (...). (O CONSTITUCIONAL, 15/02/1853. p.03).

brasileiros¹³⁴, porém, é difícil encontrar as obras que tratam de suas ideias sobre educação, como *Méditations et études Morales* (1856), onde o autor deixa claro, desde o prefácio, a importância da junção entre o ensino e a educação religiosa para a formação do ser humano. Fabienne Reboul-Scherrer (1994) escreve que muito do pensamento de Guizot pode ser encontrado nos escritos de sua primeira esposa, Pauline de Meulan¹³⁵, com quem publicou entre os anos de 1811 a 1814 os *Annales de l'Education*. Sobre a produção de Pauline, a autora pontua:

Nesses textos emerge uma concepção de infância e educação, que se deve tanto ao seu caráter moralista quanto a sua experiência familiar. No entanto, se no ensino Pauline de Meulan tem um caráter pessoal, burguês, não é menos certo que os grandes princípios que o fundamentam também tenham assumido a ação subsequente de Guizot. Para a jovem, a criança é capaz de ter inteligência, vontade, consciência moral, e o recém-nascido é um ser humano (...). Todas essas noções estão presentes em Guizot, mas com a abordagem psicológica e pedagógica, combinada com a do administrador e político, muito antes dele se preocupar diretamente com a organização de um sistema nacional de instrução pública. Como a sua esposa, ele concebe a criança como um indivíduo que, como tal, merece uma abordagem personalizada, uma educação ativa e Guizot afirma fortemente a necessidade de uma educação moral e religiosa. Ele insiste, porém, sobre a legitimidade da normalização sob a supervisão do Estado (...) (REBOUL-SCHERRER, 1994. p.61).

Entre as mudanças ocasionadas por Guizot no sistema de ensino francês, que poderiam ser conhecidas por todos que tivessem acesso a legislação de 1833, ou à discussão para a sua efetivação, publicada nos jornais da época, ter acesso aos seus escritos poderia ajudar no entendimento de suas intenções, de seu pensamento. No entanto, ler os textos de

¹³⁴ Como o anúncio da Livraria Frutuoso, da Bahia, que elenca duas obras de Guizot em seu acervo: *Histoire de La Revolution d'Angleterre* e *Cours d'histoire moderne*. (O CONSTITUCIONAL, 15/02/1853. p. 04).

¹³⁵ Elisabeth Charlotte Pauline de Meulan (1773-1827) era quatorze anos mais velha que Guizot quando se casaram, tendo publicado seu primeiro romance em 1799. Segundo Fabienne Reboul-Scherrer (1994), “era uma mulher das letras, emitindo a cada mês artigos publicitários, crítica moral e literária e dramática” (Reboul-Scherrer, 1994. p.61). Para além de sua participação nos Anais da Educação, ela escreveu: *L'Écolier* ou *Raoul et Victor* (1821); *Les Nouveaux Contes* (1823); *L'Éducation Domestique* ou *Lettres de famille sur l'éducation* (1826) e *Une famille* (1828), publicado após sua morte. Nicole Pellegrin (2006) salienta que existia um movimento que interpretava o relacionamento dela com Guizot como importante para seu avanço na carreira, contudo, como demonstra a autora, Pauline era uma mulher forte, independente, e o “trauma do período revolucionário e o primeiro Império são evidentes na formação do seu pensamento, especialmente em seu pensamento sobre educação” (Pellegrin, 2006. p.280). Pellegrin demarca que “a correspondência privada entre François e Pauline reflete claramente sua cumplicidade intelectual”, o relacionamento do casal Guizot contava com uma balança equilibrada no quesito pensamento, e que apesar da situação econômica do casal não ser muito boa, a esposa soube aproveitar do prestígio de seu marido como historiador e político (PELLEGRIN, 2006. p.282).

Guizot, em francês, não era uma tarefa para todos, por mais que o idioma fosse utilizado e legitimado no século XIX¹³⁶. Não quer dizer que somente os menos favorecidos, iletrados, sem acesso a formação acadêmica e cultural não tinham conhecimento do idioma, pois o não entendimento pode esbarrar em outros impedimentos, como a própria capacidade individual de apreensão de uma outra língua. Uma publicação em tom de “anedota”, feita pelo jornal do Rio de Janeiro, expressa que talvez essa dificuldade fosse recorrente:

Certo Deputado Provincial, Membro da Comissão da Força Pública, querendo fazer uma alteração na Guarda Nacional, consultou a outro para saber o que faria e como se havia de dirigir. O outro sinceramente respondeu-lhe: Leia Guizot, que tratou amplamente esta matéria. – Ora, o outro que nem sabe a sua própria língua, quanto mais a francesa na qual escreveu Guizot, zangou-se com a resposta e deu cavaco (O SETE DE ABRIL, 13/07/1836. p.04).

A publicação enfatiza a incapacidade de leitura do deputado, como também nos indica uma quarta via de circulação que era muito comum: a oral. Se a resposta dada ao deputado fosse diferente, se o outro sujeito tivesse respondido o que Guizot discutiu sobre o assunto, ele teria escutado e talvez apreendido a ideia geral. Não era incomum a percepção de leitura se confundir com fala e audição, nos séculos XVIII e início do XIX. Roger Chartier (1997) indica ser a leitura oral uma das mais utilizadas tanto nos momentos de lazer quanto nos usuais encontros políticos, sem contar os meios urbanos, entre a classe de operários. Com o tempo a prática da leitura em voz alta foi ficando mais restrita, nos salões literários, nas igrejas, nos encontros familiares, contudo, ela não se perde totalmente (CHARTIER, 1997).

Um dos grandes momentos de escutar ideias sobre a educação, no Brasil, era nos debates das Assembleias Legislativas, onde os deputados geralmente citavam suas referências para embasar sua fala ou quando era feita a leitura dos relatórios dos presidentes da província. Os relatórios muitas vezes circulavam nesses espaços, eram publicados em parte ou integralmente nos jornais, como também eram enviados para as outras províncias durante o século XIX. Sendo assim, as ações do governo, bem como as referências que citavam,

¹³⁶ Maria Beatriz Nizza da Silva (2013) escreve que no Rio de Janeiro o *saber francês* no século XVIII não era um conhecimento de todos, independentemente da classe social, já que a autora localiza que não somente a elite letrada dominava o idioma. A autora demarca que o conhecimento do idioma francês acabava por se configurar como “chave de acesso às notícias”, até porque o número de pessoas que liam inglês ainda era irrisório. “É certo que ao Rio de Janeiro chegavam notícias da França através de gazetas ou escritos franceses, mas a maior parte da população carioca não dominava o idioma francês, e, portanto, tais textos eram comentados por quem fosse capaz de os ler, e alguns eram mesmo traduzidos, chegando a circular manuscritos (SILVA, 2013. p.218-219)”.

também entravam em contato com um número maior de sujeitos, fora aqueles que usualmente teriam acesso a este documento, no sentido geográfico.

Pensando nesse percurso que alguns relatórios de governo poderiam percorrer entre uma província e outra, é possível identificar nos referidos que, entre os anos que antecedem a reorganização da província do Paraná (de 1850 a 1853/4), a instrução pública primária se fez presente, com suas demandas e descrição do seu estado, bem como o debate em torno da sua fiscalização, feita pela inspeção do ensino. Esta, com diferenças de organização em sua estrutura e forma de atendimento entre uma província ou outra, é alçada como um elemento essencial para o efetivo desenvolvimento da instrução na maioria dos relatórios em que foi citada, tal como o fez Francisco Antonio Ribeiro, presidente da província de Pernambuco: “a inspeção é indispensável, e convém que seja severa para não tornar o ensino público uma ilusão (...) (RIBEIRO, 10/03/1853, p.07)”. No ano seguinte, o presidente da província de Alagoas faz a primeira menção direta a uma referência francesa: “como observa o Sr. Cousin, a sorte das escolas públicas depende em última análise e essencialmente de sua administração” (SARAIVA, 08/03/1854. p.09).

Entretanto, quando nos voltamos para as referências, seja de países e seus sistemas de ensino ou dos sujeitos que os pensaram, percebemos que a menção nos relatórios dos presidentes e vice-presidentes das províncias brasileiras era ainda modesta e não ocorria em todos os relatos¹³⁷. Na província do Rio de Janeiro foi citada, em 1851, a inspeção na Prússia e Holanda, quando o presidente Luiz Pedreira Couto Ferraz escreveu sobre a organização do regulamento feita por ele¹³⁸. Dois anos depois, os sistemas de ensino e a inspeção comparecem no relatório do comendador João Pereira Faro: “hoje todos os países que tem reformado o seu sistema do ensino público, tomaram por modelo os regulamentos holandeses. Assim na Prússia, em França, na Bélgica e na Espanha tem-se dado à autoridade pública toda a força na inspeção das escolas (FARO, 23/09/1853. p. 19)”.

¹³⁷ No que se refere a instituição de Escolas Normais e dos Liceus, alguns relatórios mencionam França, Bélgica, Prússia, Holanda e Áustria. Para isso, ver: Silva, 08/03/1852, p. 18; Saraiva, 08/03/1854, p.10; Wanderley, 10/03/1854. p.03 (relatório de inspeção, anexo).

¹³⁸ “Aí deixei bem clara a minha opinião de que baldados seriam todos os sacrificios com a instrução pública se uma inspeção zelosa não os auxiliasse constantemente, como na Holanda e na Prússia, onde o ensino das escolas é tão proficuo e oferece tão vantajosos resultados” (FERRAZ, 05/05/1851. p. 41).

No ano anterior, o presidente da província de São Paulo, José Thomaz d'Araújo também pontuou sobre a inspeção: “quanto à fiscalização, as ideias do Regulamento, para cujo desenvolvimento fora de mister um grosso volume, tem por si a autoridade da legislação dos *países mais cultos da Europa*, a exemplo de outras províncias importantes (...) (ARAÚJO, 10/05/1852. p.11- grifo nosso)". O presidente João Lins Sinimbú, da província do Rio Grande do Sul, escreveu que a reforma da instrução pública deveria começar pelos professores “que dela se encarreguem; assim como fazem os holandeses e os alemães (SINIMBÚ, 06/10/1853, p.18)".

A leitura dos relatórios de presidentes das outras províncias brasileiras, nos quatro anos que antecederam a emancipação do Paraná, permite destacar três pontos importantes. O primeiro é que havia uma pauta semelhante nas ações que deveriam ser desenvolvidas para a melhoria da instrução pública primária. Como vimos, o presidente da província paranaense, Zacarias Goés e Vasconcellos, elencou sete dessas ações (vencimento de professores, inspeção, graus e objetos do ensino, métodos, obrigatoriedade, escolas do sexo feminino) que acabam comparecendo nas demandas das outras províncias. Os contextos eram diferentes, a forma de organização da estrutura de inspeção e instrução pública não era igual em todo o território brasileiro, contudo, as demandas, as necessidades se faziam semelhantes, tanto na descrição do que faltava desenvolver quanto naquilo que algumas já haviam conseguido avançar.

O segundo ponto se refere a recorrência na indicação geral de alguns países. O professor paranaense Proença, ao tratar da importância da instituição do ensino obrigatório na província, indica que esse foi o caminho tomado na Prússia, Alemanha, Bélgica *e alguns outros países da culta Europa*. A menção a esses países, bem como a Holanda, também é feita em alguns relatórios de presidentes sem detalhar como as ações ou sistemas de ensino ocorriam realmente. A representação de que na Europa estavam os países cultos também se faz presente nos relatórios, funcionando quase como uma explicação por si só. Bastava indicar os *países mais cultos da Europa*, sem referendar detalhadamente suas práticas, ideias ou sistemas, para validar o que se escreveu ou propôs para o desenvolvimento da instrução pública primária. Como um acordo tácito.

Apesar dessa generalização e semelhança ao indicar os referidos países, o terceiro ponto nos mostra uma desigualdade na citação específica. Nenhum relatório mencionou Guizot ou a legislação de 1833, como fez o primeiro presidente da província do Paraná. Nem

mesmo Falloux, quando o assunto era a organização da inspeção. E isso é pertinente, no ponto de vista da circulação, porque podemos aferir, cotejando com os jornais, que apesar das semelhanças quanto a representação dos países considerados modelos de civilidade e progresso da instrução, não se evidencia uma transposição do debate ou do conteúdo da proposta para o ensino entre uma província e outra. Esse percurso permite apontar que os sujeitos responsáveis pela reconfiguração inicial da inspeção e instrução na província paranaense certamente estavam de posse de parte dessas demandas e debates semelhantes, visto que as fronteiras geográficas não eram empecilhos para esse movimento, contudo, fundamentam a sua proposta de modo próprio, sem transplantar referências ou modelos.

Voltando-nos ao primeiro Inspetor Geral da Instrução Pública do Paraná, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, não podemos indicar que o mesmo tenha se atentado para a organização da instrução pública na Itália – país que tanto o impressionou, antes de ser nomeado inspetor– ou para qualquer outro país por ele visitado. Se, como escreve seu filho – “o que viu e aprendeu, nas viagens realizadas, já não foi pouco (MARCONDES, 2008. p.28)” – talvez tenha lançado o olhar para além da Igreja em Roma, quem sabe percebendo a estrutura que dava suporte e manutenção as escolas, ou visto, além dos encantos de Nápoles, a existência da direção geral formada por 4 inspetores e a ênfase na educação primária obrigatória e gratuita. Mas essa é uma interpretação no campo das possibilidades que, contudo, não pode ser descartada totalmente. No entanto, ao confrontarmos suas ações enquanto esteve no cargo – provimento de livros para as escolas (IIP128.6, 13/04/1855), preocupação com a instituição do ensino obrigatório (IIP127.6, 13/04/1855), aluguel de espaços para as aulas (IIP133.6, 10/05/1855), indicação dos inspetores que lhe pareciam “capazes de bem desempenhar as funções desse cargo” (IIP56.6, 12/10/1854), entre outras – não podemos desconsiderar que as mesmas estavam conectadas com o que ocorria, de formas e contextos diferentes, em outros locais, como no território italiano. Um indício de que, mesmo sem transpor o que viu – e se viu – ou o que leu, escutou para a realidade da instrução paranaense, as ideias em torno do que era necessário para o desenvolvimento da mesma, por meio da inspeção, estavam sincronizadas. O local, sendo ele em território brasileiro ou não, possuía experiências, práticas, que estavam conectadas.

2. SABERES EM PERCURSO: ESCREVER E LER SOBRE A INSPEÇÃO E INSTRUÇÃO

De um ponto de vista interno a um dado sistema educativo nacional e no âmbito da constelação discursiva empenhada nas questões da reforma e preocupações práticas desse sistema, referências a “exemplos do estrangeiro”, a “experiências do mundo” ou a “situações mundiais” são, de fato, entendidas como algo mais que histórias contemporâneas de educação noutros países, objetivamente investigadas. Espera-se que tais referências sirvam de “lições”, que forneçam “ideias estimulantes” e “novos impulsos para a definição de políticas”, ou para delinear um “quadro de referência” para a especificação de reforma (SCHRIEWER, 2001. p.16).

Segundo o investigador alemão Jürgen Schriewer, ao nos atentarmos para as citações educativas indicadas nos debates sobre o ensino e nas proposições de reformas, podemos considerar que ter um *quadro de referência* não necessariamente significa uma forma de transpor ou copiar diferentes realidades, configurando uma homogeneidade nas práticas ou momentos de compartilhamento das mesmas. O autor nos mostra que a forma como determinadas referências são apropriadas ou não, depende de um conjunto de investigação que se inter-relaciona, envolvendo o contexto político e cultural, bem como as configurações históricas e intelectuais (SCHRIEWER, 2001).

Essas inter-relações são embutidas e reformuladas por redes de relações sociais mais envolventes. Desse modo, o impacto da educação, que se pode observar em diferentes países, como também as estruturas da modernidade alcançadas em cada um deles, são consequências das diversas condições contextuais dominantes em diferentes sociedades, que, por sua vez, influenciam essas mesmas condições contextuais de maneiras diversas” (SCHRIEWER, 1995, p. 267).

Nesse sentido, é pertinente considerarmos que não existem trocas passivas e verticais, principalmente quando se trata das relativas a educação. Essas trocas sempre serão mediadas, debatidas, re-significadas e, muitas vezes, refutadas. A existência não é de pensamentos e proposições compartilhadas ou transplantadas, mas conectadas por uma rede – que se desenvolve de várias formas e vertentes – ligada pela externalização do olhar. Como Jürgen Schriewer (2001) explica, é olhar para si próprio e para os “estímulos externos (...), como um sistema que se abre ao exterior” (SCHRIEWER, 2001. p.16).

A rede de comunicação sobre a instrução aqui trabalhada passa, desde documentos como relatórios de presidentes da província e de inspetores gerais, notícias e artigos publicados em jornais e revistas que circularam na província do Paraná e em outras províncias brasileiras, até a biblioteca indicada como referência quando o assunto era a inspeção e instrução pública. O paranaense que tivesse acesso aos jornais publicados na província, sendo alfabetizado, poderia ler sobre a organização da instrução, a legislação de ensino vigente, a lei de orçamento com os salários de cada integrante da instrução, bem como das visitas feitas pelos inspetores a algumas escolas e os ofícios encaminhados e recebidos. Nesse momento, percorreremos as folhas noticiosas paranaenses e as de outras províncias, na tentativa de identificar que questões sobre a instrução pública eram tratadas nas páginas dos impressos e o “quadro de referência” traçado.

Em agosto de 1853 a comarca foi elevada à Província do Paraná e em 19 de dezembro do mesmo ano ocorreu a posse do primeiro presidente, Zacarias Goés e Vasconcellos, dando início a instalação da mesma. Informações já por nós conhecidas, mas que ganham destaque na publicação do primeiro jornal a circular na província, que em seu nome homenageou a data da posse do presidente: o jornal *O Dezenove de Dezembro*¹³⁹. Logo na página inicial, os leitores se depararam com a lei nº 704, marco da emancipação da província paranaense e, depois dela, um texto de apresentação do jornal que abarcava duas características da imprensa:

A imprensa, como todas as instituições e coisas humanas, tem um lado bom e outro mau, pois se é origem fecunda de vantagens sociais, também com razão se lhe atribuem males gravíssimos. Às vezes solta e desenfreada como a anarquia, a imprensa atropela tudo, nada é para ela sagrado, nada inviolável; não há poder, que respeite, nem preceito a que submeta-se; ataca e escarnece do que é mais precioso ao homem; subverte e desmorona sem nada edificar, e no lugar das ilusões apenas deixa o malogro e o desespero: *eis o seu lado mau*. Outras vezes, porém, desveladamente ocupada em investigar só a verdade útil e profícua ao país, a imprensa, tomando a iniciativa do bem, discute as questões do maior interesse para a sociedade, orienta e dirige a opinião na senda do progresso e dos melhoramentos e serve de fanal ao poder. Debaixo desse aspecto, ela tributa profunda homenagem à moralidade, e sem curvar-se ao espírito do partido, nem ao interesse pecuniário, declara guerra à mentira, a hipocrisia, e às paixões vis e odientas: *eis o belo da imprensa*. (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 01/04/1854. p.01 – *grifos meus*).

¹³⁹ No referido jornal eram publicados: as leis e resoluções da Assembleia Provincial, os relatórios da presidência e documentos oficiais, regulamentos e deliberações do governo (VASCONCELLOS, 1854, p.13). O governo da província pagava à Tipografia de Candido Martins Lopes inicialmente 60 mil réis por mês para impressão dos atos oficiais no jornal (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 10/06/1854. p.03).

Não há assinatura após o texto. Pode ter sido escrito pelo seu proprietário, Candido Martins Lopes, que teve uma tipografia anteriormente na cidade de Niterói, na província do Rio de Janeiro¹⁴⁰ e estava acostumado com o *métier* de tipógrafo. A dicotomia que observamos entre as características da imprensa e a descrição que delas é feita, nos deixa entrever uma perspectiva que será observada por muitos autores que têm se dedicado a pesquisar a imprensa no Brasil, seja como objeto ou como fonte, no século XIX: o posicionamento de um texto publicado nos jornais acabava por refletir o interesse ou proposição daquele que o escrevia e para quem era direcionado e, muitas vezes, do partido ao qual a folha era filiada. Quando pondera sobre *para quem escrevia o jornalista no início do século*, Isabel Lustosa (2000) sintetiza: “(...) uns para os outros e para D. Pedro” (LUSTOSA, 2000. p.26).

Podemos apontar que a história da imprensa no Brasil tem o seu marco inicial com a fundação da Imprensa Régia no Rio de Janeiro, em 1808¹⁴¹; e que, ao longo do século XIX, os

¹⁴⁰ Osvaldo Pilotto (1976) descreve que Candido Martins Lopes veio para o Paraná com a sua tipografia a convite do primeiro presidente da província, Zacarias Goes e Vasconcellos. Imaginando esse deslocamento, o autor pondera: “foi, certamente, uma aventura, transportar via marítima, até Antonina, o material e, depois, trazê-lo em lombo de burro, pela estrada do Itupava, a Curitiba” (PILOTTO, 1976. p.07).

¹⁴¹ Por decreto assinado pelo príncipe regente D. João, em 13 de maio de 1808, a Imprensa Nacional foi criada, com o nome de Impressão Régia. No decorrer dos anos recebeu outros nomes, tais como: Real Officina Typographica, Tipographia Nacional, Tipographia Imperial, Imprensa Nacional, Departamento de Imprensa Nacional, e, novamente, Imprensa Nacional. De forma resumida, essa criação foi possível graças a transferência da Corte de Portugal para o Brasil, com a vinda da Família Real. Segundo demonstra Lilia Moritz Schwarcs (2002:185 a 285), essa transferência decorre de uma série de fatos ocorridos no panorama europeu desde o final do século XVIII (entre a Inglaterra, França, Espanha e Portugal) e devido à política de neutralidade e de defesa que Portugal assumiu durante os desenlaces. “Foi em julho de 1807, imediatamente após a assinatura do tratado de Tislit, que Napoleão deu um basta: Portugal que se decidisse, e logo. (...) O recado era curto e grosso. Estava na hora dos portugueses declararem guerra à Inglaterra. O ministro português em Londres deveria ser retirado e a saída do inglês de Lisboa, exigida; os portos seriam fechados aos navios dessa nação e, por fim, seriam presos os ingleses em Portugal, e confiscadas as suas propriedades. E mais: para realizar todas as tarefas dava o prazo de um mês, até 1º de setembro. Após esse período, o não-cumprimento das exigências seria considerado uma declaração de guerra contra a França e a Espanha, que também assinava a nota” (SCHWARCS, 2002. p.197). Após muitas considerações e decisões, encerrou-se em 25/11/1807 a sessão do Conselho do Estado com a indicação do embarque iminente para o Brasil. A biblioteca real foi catalogada e condicionada em 28 caixas a bordo da nau Medusa, junto com tipógrafos. Foi uma correria em terras portuguesas e também na Colônia para adaptar minimamente o Rio de Janeiro para a chegada da Corte. “E a tarefa não era das menores. Afinal, no início do século XIX, o Rio era uma cidade pequena, e seu núcleo principal se limitava pelos morros do Castelo, de São Bento, de Santo Antonio e da Conceição. (...) Tinha não mais que 46 ruas, quatro travessas, seis becos e dezenove campos ou largos” (SCHWARCS, 2002. p.235). A vila foi adaptada e adaptando-se ao longo dos anos posteriores às exigências de manter em território a família real e a Corte portuguesa, que atracou com quase 15 mil pessoas. Em 10 de setembro de 1808 o primeiro jornal era impresso no país: a Gazeta do Rio de Janeiro.

impressos acabaram desempenhando um papel singular na política do Império, como podemos observar em alguns fatos, como na luta pela independência, no movimento abolicionista, entre outros. Como estudado por diferentes autores, o detalhamento do olhar sobre esse ou aquele periódico e o confronto entre outros, permite-nos observar que ideais e determinados interesses eram esboçados apaixonadamente, que a escrita funcionava como mais uma arma na luta de cada um. Até o final do Oitocentos, principalmente nas capitais das províncias brasileiras ou onde tinha maior concentração populacional e desenvolvimento do comércio e da indústria, ocorreu uma reestruturação das pequenas folhas tipográficas, com o aparelhamento de equipamentos gráficos e uma configuração das mesmas como empresas jornalísticas. (SODRÉ, 1966; LUSTOSA, 2000; BARBOSA, 2007; CAPELATO, 2008; MARTINS e LUCA, 2008).

No Paraná, Amélia Corrêa (2006) acompanhou a trajetória e discurso de alguns redatores no final do século XIX, com o objetivo de perceber vestígios do pensamento republicano. A autora descreve as redes de sociabilidade desses sujeitos, identificando os jornais como fontes privilegiadas para a compreensão de ideários políticos¹⁴², evidenciando que “a análise dos discursos republicanos mostrou que a política paranaense no final do século XIX era mais um resultado de alianças e desavenças entre grupos do que fruto de posicionamentos ideológicos” (CORRÊA, 2006. p.209). O objetivo desse capítulo é identificar o pensamento educacional nos jornais e revistas periódicas que circularam no Paraná e em outras províncias brasileiras durante o período, tendo o cuidado em perceber, como ressalta Maria Lúcia Pallares-Burke (1998), que a partir do século XVIII, o jornalismo, em conjunto com o romance, se configura como uma das fontes mais importantes para a apreensão da história da educação em diferentes países (PALLARES-BURKE, 1998. p.145), no entanto, o jornal aqui não é tomado como objeto de verdade, deve ser confrontado com outras fontes, ele é uma *representação*. Uma representação das ideias que circulavam, das ações praticadas e que nos auxilia nessa empreitada de buscar aquilo que os responsáveis pela instrução paranaense discutiam e apontavam como importante para o ensino na província.

A instrução pública primária comparece nas páginas dos periódicos paranaenses em diferentes momentos, como nos discursos dos membros da Assembleia Provincial Legislativa (publicados no jornal *O Dezenove de Dezembro* e demais jornais da província); no

¹⁴² Demarcamos que existem estudos que se voltam para uma análise de periódicos ilustrados que circularam na segunda metade do Oitocentos, com o objetivo de perceber outras interlocuções para além da discussão política que se fazia quase que cotidianamente nos jornais. Ver: KNAUSS, et. al., 2011.

detalhamento da composição da estrutura do ensino (contratação, licenças, demissões, concursos, exames de professores; nomeação, substituição e exoneração de inspetores do ensino; compra e distribuição de utensílios para as escolas; exames de alunos); nos relatórios de presidentes da província; na publicação da legislação; anúncios sobre aulas e colégios particulares e de locais onde comprar livros e objetos escolares; em publicações de autores anônimos e excertos ou textos completos que circularam em jornais de outras províncias.

Nas quatro décadas aqui estudadas, foi possível encontrar evidências da circulação de 150 periódicos paranaenses (jornais e revistas) na província. Na década de 1850 somente dois periódicos foram publicados: *O Dezenove de Dezembro* (1854) e *O Jasmim* – Periódico Literário e Recreativo (1857). Os dois eram impressos na tipografia de Candido Martins Lopes, contudo, ainda são escassas as informações sobre *O Jasmim*. Assim como *O Dezenove de Dezembro*, *O Jasmim* também apresentou os objetivos de sua publicação no primeiro número, descrevendo que a intenção era promover a distração – “recrear os nossos leitores e, mui particularmente, o belo sexo” – e que o nome fora escolhido em homenagem a flor – “que nos é mais predileta: jasmim”. Em seguida, reforça como se posicionará como imprensa:

Preenchido assim o dever de civilidade, prescrito pelo jornalismo, diremos uma palavra acerca do nosso programa: respeitar a moral e a religião, acatar a vida privada e o sagrado lar das famílias, ridicularizar o vício com todas as forças de que podemos dispor, *tornando-nos alheios inteiramente à política*, e não tocando em questões pessoais com o fim de ferir a suscetibilidade de quem quer que for, visto que não desejamos, de maneira alguma, condenar crenças que constituem o orgulho de seus sectários. Eis o nosso propósito. (O JASMIN, 20/09/1857, p.01 – *grifos meus*).

Notamos a necessidade de se apresentar reforçando uma posição de contrário às discussões que pudessem se inserir em questões políticas. Talvez seja por isso que não encontramos menção à instrução pública no periódico, pois, como veremos um pouco mais adiante, ter essa pauta acabava por provocar alguns posicionamentos políticos, a favor ou contra sobre o que estava acontecendo na província. No entanto, se voltarmos a atenção para a educação, alguns trechos interessantes são encontrados. No primeiro número de *O Jasmim*, que começou a circular aos domingos – talvez por ser o dia da semana em que pudesse ser lido por todos da família após chegarem da missa ou após o almoço, em momento de descanso e confraternização, principalmente se considerarmos que a intenção era que fosse lido pelas mulheres, mas que divertisse também os homens – encontramos a demarcação do papel da mãe: ser aquela que dava carinho aos filhos, “velando em sua educação, tratando de

desviá-los daqueles princípios, que lhes possam atrair más consequências?!” (O JASMIM, 20/09/1857. p.02). Nas duas semanas seguintes, o discurso foi sobre *A Educação da Mocidade*:

A educação deve ser o primeiro passo para conseguir-se a boa harmonia e a grande obra da reorganização, que principiou com o século 19. (...) O regime do governo monárquico é diferente do republicano; já se vê pois, que se faz mister uma educação para a mocidade, apropriada e conveniente ao caráter do governo, por isso a educação não deve ser feita em particular pelos pais; porém pela nação em geral, nas escolas comuns, debaixo do mesmo regime, a fim de lhes inspirar o amor das letras, a obediência das leis, o gosto pela pátria e pela constituição do estado em que há de viver (O JASMIN, 27/09/1857. p.02 e 03).

Educar e instruir são duas ações representadas de forma diversa na segunda metade do século XIX. Por educação se entendia as práticas ligadas à família (hábitos, condutas, valores), por outro lado, a instrução se referia às práticas escolarizadas (conhecimento dos conteúdos escolares, títulos adquiridos, norma escolar vivenciada)¹⁴³. Essa diferença fica mais evidente quando temos contato com um grande volume de fontes sobre ensino (relatórios, cartas e ofícios de inspetores e professores, conferências sobre o ensino, relatórios de presidentes de província), contudo, muitas vezes ela é dividida por uma linha tênue, praticamente inexistente. Tomando o periódico *O Jasmim*, ora a educação comparece como uma prática de responsabilidade da família, portanto, uma educação doméstica¹⁴⁴ – “é, pois, a educação a essencial coisa com que os pais devem dotar seus filhos, e esta se estende tanto física como moral” (O JASMIM, 18/10/1857. p.01) – ora ela é de responsabilidade do governo (educar e instruir), devendo ser ministrada também *nas escolas comuns*. Mas, e nos outros periódicos? Como a instrução pública primária aparece representada? Que jornais e revistas circularam no Paraná nessas quatro décadas? Perguntas que nos instigam quando

¹⁴³ Diferenciação indicada em outros trabalhos, como de Anjos 2011; Barbosa, 2012; Anjos 2015.

¹⁴⁴ Em estudo recente, Anjos (2015) demonstra que famílias paranaenses, na segunda metade do século XIX, educavam as suas crianças por meio da recorrência das práticas religiosas, por ações de correções e admoestação, assim como por meio de conselhos familiares, como os feitos pelos pais. A instrução doméstica, realizada por um preceptor na residência da criança não é descartada como uma ação contratada e exercida por algumas famílias, porém, a percepção dessas outras práticas de transmissão de hábitos e comportamentos que não somente os escolares/pedagógicos auxiliam-nos na compreensão da amplitude de se pensar a educação doméstica. O historiador demonstra em sua tese que a família atuava como um filtro cultural na educação da criança e que a Igreja e o Estado tinham um papel importante no âmbito familiar. Em suas palavras, “a família, (...) era a instância mediadora da educação da criança, para qual se dirigiam as representações sociais e à qual cabia efetivá-la” (Anjos, 2015, p.411).

voltamos o olhar para esses impressos. O quadro a seguir nos auxilia na resposta quanto a quantidade, pois evidencia um volume considerável de periódicos, principalmente a partir da década de 1880, quando o número dobra.

PERÍODO	JORNAL/REVISTA
Década de 1850 ¹⁴⁵	O Dezenove de Dezembro
	O Jasmim
Década de 1860	A Phenix (Paranaguá)
	Comércio do Paraná (Paranaguá)
	Correio Oficial
	Imprensa Livre (Paranaguá)
	O Clarim
	O Dezenove de Dezembro
	O Esfolia Gato
	O Mascarado
	O Paraná (Paranaguá)
	O Povo (Paranaguá)
	Última Hora
Década de 1870	Almanack da Província do Paraná
	Antonina (Antonina)
	Echo da Liberdade (Paranaguá)
	Echo do Paraná (Paranaguá)
	Echo Literário
	Estado do Paraná
	Gazeta do Paraná (Paranaguá)
	Iris Paranaense
	O Conservador (Paranaguá)
	O Constitucional
	O Dezenove de Dezembro
	O Diabo Azul
	O Gaúcho
	O Paranaense
	Operário da Liberdade
	Opinião da Liberdade (Paranaguá)
	O Povo (Paranaguá)
	O Reverbero
	Província do Paraná
	Revista da Associação Paranaense
Década de 1880	25 de Março
	A Arte
	A Campanha (Castro)
	A Cidade da Lapa (Lapa)
	A Escova (Paranaguá)
	A Evolução
	A Farpa
	A Idéa
	A Lapa (Lapa)

¹⁴⁵ No jornal O Dezenove de Dezembro foi anunciado a circulação do periódico *Jornal das Senhoras*, mas não foi possível apurar em outras fontes se realmente circulou (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 11/04/1855). Contudo, um mês depois, novamente é noticiado sua presença em território paranaense, caso alguém se interessasse, ele poderia ser adquirido na tipografia do jornal. A descrição do mesmo era: “(...) se publica na Corte, e é redigido por uma senhora. Além dos seus excelentes e variados artigos, traz sempre figurinos das modas e as mais modernas peças de músicas” (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 09/05/1855).

Década de 1880

Almanack da Província do Paraná

A Locomotiva (Antonina)

A Luta

A Luz (Paranaguá)

A Mocidade

A Mocinha

A Opinião

A Ordem (Paranaguá)

A Razão (Paranaguá)

A Reforma

A República

A Tribuna

A Trombeta (Paranaguá)

Aurora (Paranaguá)

A Verdade

A Verve (Paranaguá)

A Vida Literária

A Violeta (Paranaguá)

Brazil Livre

Club do Comércio (Paranaguá)

Clube Literário

Correio dos Campos (Castro)

Correio do Paraná (Paranaguá)

Cruz Machado

Curityba

Der Beobachter

Der Erzachier

Der Pionier

Despertador Lapeano (Lapa)

Deutsche Blatter

Deutsches Wochenblatt

Deutsche Volkszeitung

Diário Popular

Dynamite

Echo dos Campos (Castro)

Echo da Marinha (Paranaguá)

Echo do Paraná

Echo Paranaense

Evolução

Folha do Paraná

Galeria Illustrada

Gazeta Antoninense (Antonina)

Gazeta de Curityba

Gazeta Paranaense

Jornal do Comércio

Livre Paraná (Paranaguá)

Noticiador

O Antonina (Antonina)

O Artista

O Bilontra (Paranaguá)

O Commercial (Paranaguá)

O Cruzeiro

O Dezenove de Dezembro

O Diabinho

O Diluculo

Década de 1880	O Escolar (Campo Largo)
	O Escolar (Morretes)
	O Futuro (Paranaguá)
	O Guahyra (Campo Largo)
	O Gusycuru (alemão ilustrado)
	O Guttemberg (Paranaguá)
	O Imparcial
	O Itiberê (Paranaguá)
	O Labor (Antonina)
	O Liberal
	O Mequetrefe (São José dos Pinhais)
	O Mosqueteiro
	O Movimento
	O Nhundiaquara (Morretes)
	O Painei (Paranaguá)
	O Paraná
	O Paranaense
	O Pássaro Azul
	O Patriota
	O Pharol (Castro)
	O Pharol (Paranaguá)
	O Porvir
	O Povo (Morretes)
	O Progresso (Paranaguá)
	O Realismo
	O Santelmo
	O Trabalho (Morretes)
	O Trabalho (Paranaguá)
	O Trovão
	O Vagalume
	O Vigilante (Paranaguá)
	O Yapó (Castro)
	Pátria Livre (Paranaguá)
	Província do Paraná
	Quinze de Novembro
	Revista do Paraná
	Revista Paranaense
	Sete de Maio
	Sete de Março
	Sinhá (Paranaguá)
	Treze de Maio (Paranaguá)
	Vida Literária
	Vinte e Oito de Setembro

Quadro 4: Jornais e Revistas do Paraná (1854-1889)

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir do jornal Dezenove de Dezembro (1854-1883), Almanach do Paraná (1889) e O Sapo (1900).

Além do número de publicações por décadas – 1850 (2 periódicos); 1860 (11 periódicos); 1870 (21 periódicos) e 1880 (106 periódicos) – o quadro permite observarmos os lugares de produção de alguns deles. Percebemos que, até o final da década de 1870, Curitiba e Paranaguá foram os centros de produção dos impressos aqui investigados. Entendemos que Curitiba tem esse lugar de destaque por estar em uma posição central no território paranaense,

o que contribuiu para a sua escolha como capital e não Paranaguá, mas que também permitia um escoamento de produtos, pessoas, impressos por terra à diversas direções da província; por ser o município com maior população e que possuía grande parte dos eleitores, o que demandava um número maior de leitores e de difusão de ideias por meio do impresso; e por ter ali, desde o início da emancipação da província, a tipografia de Candido Martins Lopes, responsável pelo jornal oficial, *O Dezenove de Dezembro*. Paranaguá, por sua vez, era uma cidade que usufruía do prestígio e da importância de ter o porto e por ele estar ligada ao intercâmbio comercial nacional e internacional. No que concerne à instrução, tinha Paranaguá pontos a seu favor, como a fundação do Colégio dos Jesuítas na primeira metade do século XVIII e a nomeação dos primeiros mestres régios. Anibal Ribeiro Filho (1972) ao escrever sobre o Clube Literário de Paranaguá, criado em 1872, caracteriza a cidade no século XIX:

A vila com o passar dos séculos havia se transformado em cidade importante, com ruas calçadas, largos e logradouros públicos bem cuidados, extenso cais à margem do rio Itiberê onde atracavam barcos nacionais e estrangeiros, imponentes sobrados de arquitetura sóbria e notáveis para a época, destacando-se entre eles o palácio do Comendador Manoel Antão Guimarães, à rua (hoje) Visconde de Nacar, onde está instalada a Prefeitura Municipal de Paranaguá (FILHO, 1972, p.05).

Segundo a descrição do autor em sua obra, Paranaguá na segunda metade do século XIX contava com um comércio em desenvolvimento, com o hospital da Santa Casa de Misericórdia, com importantes irmandades e confrarias religiosas, com peças apresentadas no Teatro Paranaense (fundado em 1839) onde as damas circulavam com trajes de gala comprados de modistas no Rio de Janeiro, Buenos Aires e Paris, assistindo “as memoráveis récitas e peças teatrais encenadas por companhias dramáticas, cômicas, líricas e burlescas, vindas dos mais famosos palcos da Europa ou do Rio” (FILHO, 1972, p.05). Uma cidade que teria condição de contar com suas próprias folhas noticiosas, como constatamos no quadro anterior.

As longas distâncias para percorrer todo o território paranaense dificultavam a distribuição dos periódicos, mas não a vetava totalmente¹⁴⁶. Pelo menos o jornal *O Dezenove de Dezembro* tinha ampla circulação, uma vez que por ele os funcionários do governo provincial recebiam notificações (autorização para pagamentos, para licenças, para envio de

¹⁴⁶ As notícias de outras províncias e da Corte, por meio de impressos, também chegavam ao Paraná, com dias de atraso. Assim que os jornais chegavam era noticiado, como, por exemplo: “Notícias da Corte – chegou hoje a mala com jornais até 26” (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 03/10/1863. p.02).

material, para exonerações, etc.) e não era lido somente por adultos interessados diretamente nos assuntos comerciais, culturais e políticos de suas páginas; na falta de livro para ensinar a ler, alguns professores o utilizavam em suas aulas, sendo assim, as informações ali existente, mesmo já passado algum tempo, chegavam até as crianças do ensino público primário¹⁴⁷. Essa situação se assemelha ao que descreveu Maria Lúcia Pallares-Burke (1995) de que, observada a existência de uma lacuna entre os espaços educativos, a imprensa, informalmente – ou não, nos casos paranaenses em que era usada na escola – supriu algumas vezes esse lugar, acabando por acumular três funções: “de agente de cultura, de mobilizadora de opiniões e de propagadora de ideias” (PALLARES-BURKE, 1995. p.145).

Pertinente aqui informar que a maioria dos jornais e revistas elencados no quadro anterior não foi encontrada para a consulta, se perdendo com a passagem dos anos. E ainda que todos estivessem guardados em um único arquivo, seria uma tarefa hercúlea percorrer as diversas edições de cada periódico. Contudo, a ausência deles para a consulta não nos priva de identificar a presença de um importante eixo de circulação na província paranaense. As informações estavam em trânsito. Tinham suporte para isso, mesmo que esse seja menor após a emancipação, mas ele não era inexistente. Entretanto, alguns dos títulos anunciados no quadro foram encontrados, lidos e suas informações sobre a instrução foram cotejadas com as existentes no jornal *O Dezenove de Dezembro* – único que se manteve durante todo o período do Paraná como província (1854-1889) – com o objetivo de perceber como as ideias e propostas para a instrução estavam ali representadas.

Entre os anos de 1854 a 1860 o jornal *O Dezenove de Dezembro* foi o único responsável pela circulação de notícias sobre a província do Paraná. Era nas seções “Anúncios Administrativos”, “Expediente do Presidente”, “Expediente do Secretário”, “Governo da Província”, “Governo Provincial”, “Parte Oficial”, que os atos oficiais do governo paranaense eram publicados. Mesmo depois de dividir a publicação das notícias oficiais com outras folhas, após este período, o jornal continua como o grande veículo de comunicação. É possível encontrarmos ofícios durante todo o período respondendo que recebeu *O Dezenove de Dezembro*, assim como fizeram, por exemplo, Antonio Cândido Ferreira de Abreu, juiz de direito de Príncipe (Lapa) e o promotor público Conrado Erichsen, acusando a recepção de

¹⁴⁷ Em 01/11/1875 o professor de Campo do Cupim comunicou à Inspetoria de Instrução Pública deficiência de livros para o ensino dos alunos e pediu jornal para aproveitar, no lugar dos livros (AP0473, 01/11/1875. p. 159). Uma semana depois, o inspetor geral João Pereira Lagos comunica ao presidente da província o pedido do professor de Campo do Cupim para enviar exemplares do jornal *O Dezenove de Dezembro* para o ensino das crianças pobres (AP0474, 08/11/1875. p.28/29).

circulares e do referido jornal (AP0375, 1872. p.05 e 120). Antes de ser utilizado para fins ordinários, após a data de expedição e leitura, o jornal se configurava como ferramenta de correspondência oficial e, como vimos, podia ser lido por todos.

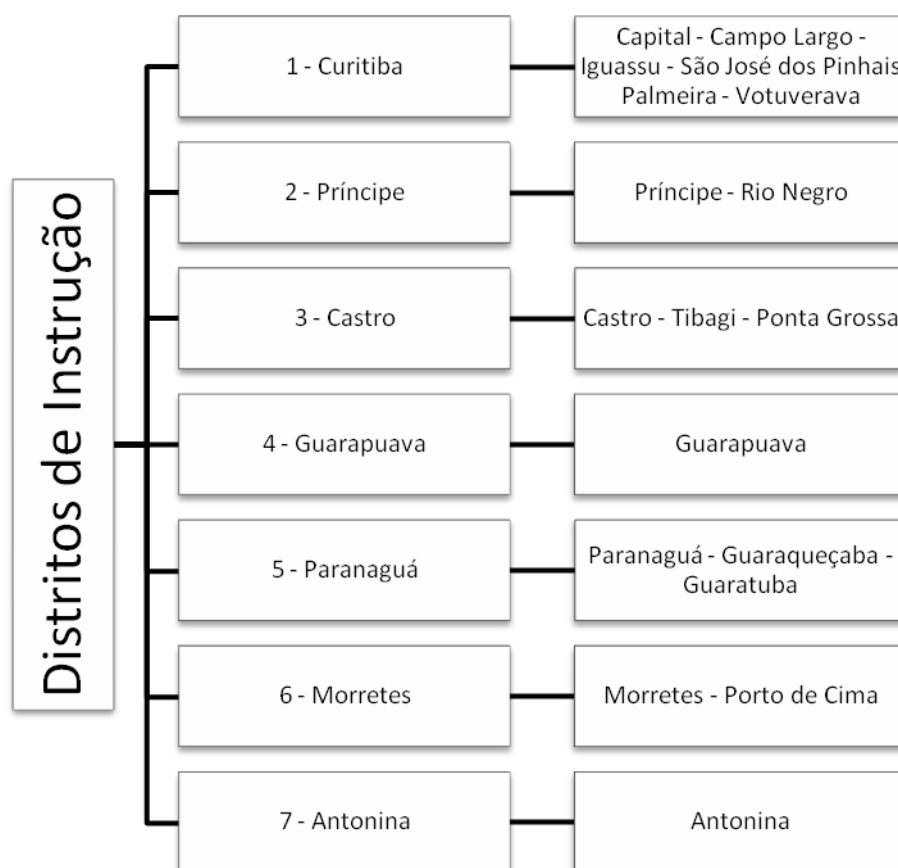
Essa característica oficial do jornal lhe dá sua segunda função, funcionar como uma correspondência do governo com os demais integrantes de sua estrutura. O jornal comparece como esse *lugar social* de circulação e debate de diversas questões, principalmente àquelas ligadas diretamente às demandas da província do Paraná e é por ter esse predicado que pensamos ser pertinente acompanhar como a inspeção e instrução pública primária comparece representada em suas páginas, ou seja, com quais temas, estruturas, questões sobre o ensino o leitor ordinário teria contato ao percorrer seus olhos pelo jornal ou ouvir sua leitura.

A primeira menção a organização da instrução pública paranaense comparece nas páginas do jornal nos “Anúncios Administrativos”, em abril de 1854, com a publicação de editais para o preenchimento das cadeiras de primeiras letras do sexo feminino (Paranaguá, Castro, Guaratuba e Príncipe) e do sexo masculino (São José dos Pinhais, Guarapuava, Campo Largo, Ponta Grossa, Rio Negro, Tibagi, Guaraqueçaba e Porto de Cima) (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 08/04/1854. p.04). A chamada pública para o preenchimento das vagas nas cadeiras chegava até os professores pelas páginas do jornal. Três meses depois, no primeiro relatório do presidente Zacarias de Goes e Vasconcellos (1854), identificamos que todas as cadeiras femininas foram preenchidas e, das masculinas, somente a de Guarapuava ainda necessitava de professor. Seguindo a leitura do periódico ou os ofícios enviados da presidência aos inspetores de ensino locais/câmaras municipais, os professores ficaram sabendo dos editais e se apresentaram para a maioria das cadeiras.

A província estava dividida em três comarcas, segundo proposto pelo deputado José Lourenço de Sá Ribas na Assembleia Provincial¹⁴⁸: Curitiba (Capital, São José dos Pinhais e Príncipe); Marinha (Paranaguá, Antonina, Morretes e Guaratuba) e Castro (Castro e Guarapuava) (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 22/07/1854. p.03). Pelo relatório do presidente Zacarias Goés e Vasconcellos (1854) é possível traçar a divisão da instrução

¹⁴⁸ No discurso de encerramento da primeira legislatura da província, o presidente da Assembleia provincial Joaquim José Pinto Bandeira (1854) explica: “a necessidade de uma nova divisão judiciária era há muito tempo sentida, porque constituindo a Província uma só comarca, nem o respectivo magistrado podia cumprir a lei, percorrendo as vezes, nela recomendada nem os crimes terem aquela pronta punição que tanto concorre para a repressão dos delitos; por isso e para que a Justiça possa com mais prontidão exercer a sua ação nos lugares mais remotos, foram criadas mais duas comarcas, removendo-se assim aqueles inconvenientes (BANDEIRA, 1854. p.49).

pública primária nesse primeiro momento de reorganização do ensino na província: sete distritos de instrução e as vilas que eles comportavam, totalizando dezoito locais onde haveria aulas públicas primárias.



ORGANOGRAMA 4: Distritos de Instrução na Província do Paraná (1854)¹⁴⁹

Fonte: Elaborado pela autora com base no relatório do presidente Zacarias de Goes e Vasconcellos (15/07/1854)

Voltando-nos para o jornal, em outubro do mesmo ano os paranaenses souberam que **Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá** era o primeiro Inspetor Geral da Instrução Pública da província¹⁵⁰ (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 14/10/1854. p.02). E foi ele que propôs a redivisão dos distritos de instrução, passando para vinte:

¹⁴⁹ Elaborado pela autora a partir da leitura do relatório do presidente Zacarias.

¹⁵⁰ A troca de inspetores gerais, inspetores de distrito, paroquiais e professores foi noticiada ao longo de todo o período.

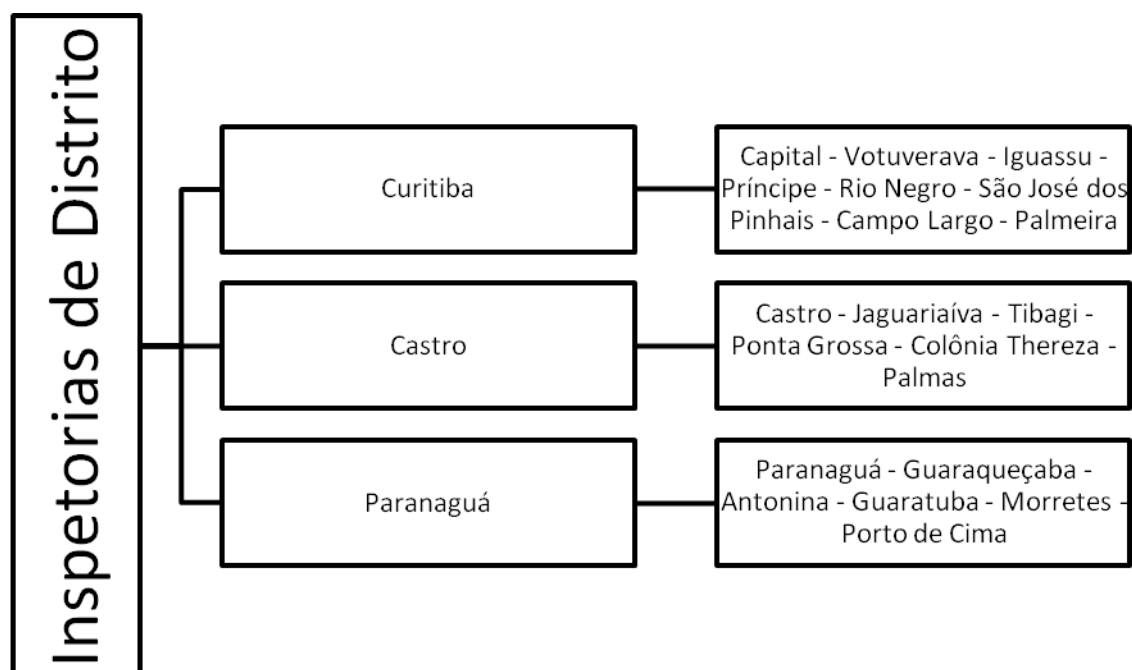


ORGANOGRAMA 5: Distritos de Instrução propostos por Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá¹⁵¹

Fonte: Elaborado pela autora com base no jornal O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 04/11/1854, p.02

Em ofício sobre essa redivisão, enviado ao presidente, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá cita a lei nº 17, de 14/09/1854, que criou o cargo de inspetor geral e inspetores de distrito nos locais que existissem escolas (IIP53.6, 05/19/1854). Tal organização sofreu outra mudança em 1857, após ter sido decretada pela Assembleia Provincial e sancionada pelo vice-presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes a lei nº 08, de 02 de março de 1857, publicada também no jornal. Segundo a lei, a Inspeção de Instrução Pública passava a contar com os serviços de um secretário, foram instituídas conferências de professores, o salário dos inspetores de distrito ficou estabelecido (360U000 anuais), o governo foi autorizado a criar asilos de indigentes ou mistos com o ensino de ofícios mecânicos e diminuiu os distritos de instrução para três, e cada um seria uma sede da inspeção de distrito, com subinspetores em cada local que houvesse escola, sem contar que junto a cada inspeção seria organizado o Conselho Literário (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 08/04/1857. p.01).

¹⁵¹ Elaborado pela autora a partir das edições do jornal O Dezenove de Dezembro.



ORGANOGRAMA 6: Inspetorias de Distrito

Fonte: Elaborado pela autora com base nas Correspondências de Governo (1857) e no Relatório de Motta (1858)

Comparando as três divisões de distritos de instrução ocorridas até então, podemos observar que da primeira para a segunda dois locais foram incluídos: Jaguariaíva e Palmas. Da segunda reorganização para a terceira, o número de locais com instrução pública primária permaneceu o mesmo, mas Guarapuava até o momento estava sem professor e no seu lugar entrou a Colônia Thereza. A reorganização foi feita menos pelo atendimento e mais pelo valor gasto no pagamento dos inspetores que visitariam as escolas. Até o momento, os inspetores de instrução, com exceção do Inspetor Geral, não eram remunerados. Reorganizando a instrução com três inspetorias de distrito, o pagamento anual seria para três inspetores de distrito e não para vinte. A inspeção se estruturou da seguinte maneira: Inspetor Geral (Joaquim Ignácio Silveira da Mota), inspetores de distrito (Curitiba: Bento Fernandes de Barros, Castro: Vicente Ferreira da Silva Bueno e Paranaguá: Cônego Gregório José Lopes Nunes, que eram remunerados) e os subinspetores para cada lugar onde houvesse escola, que não recebiam nenhum valor para isso. Esses subinspetores possuíam outros cargos públicos, como delegados e subdelegados de polícia, presidentes da Câmara Municipal, juízes, ou eram religiosos (padres, vigários), tendo alguns fazendeiros e comerciantes. Era necessário ser uma pessoa com uma profissão remunerada, pois, como subinspetor não recebia nenhum valor.

As informações no jornal são curtas, objetivas. Muitas vezes os atos oficiais são diretamente dirigidos a um determinado leitor – “ao inspetor geral”, “ao chefe de polícia”, “ao

juiz de paz”, “a tesouraria da província”, etc. – e os assuntos tratados não ficam claros, algumas vezes a sensação que temos é que somente os destinatários conseguem identificar a resposta ou o conteúdo subjetivo da mensagem. O leitor eventual – o comerciante, pais e responsáveis por crianças matriculadas em escolas da província, alunos que aprendiam a ler com o jornal – enfim, todos aqueles que não estavam envolvidos diretamente com a organização da inspeção e instrução pública tinham acesso a informações mais detalhadas quando o jornal publicava os relatórios dos presidentes de província, inicialmente em suplementos anexados ao periódico. Podemos apontar pelo menos quatro formas mais evidentes da circulação oficial do relatório do presidente da província: primeiro, pela notícia de que seria apresentado na Assembleia Provincial¹⁵²; em seguida, pela exposição oral feita na referida assembleia, que poderia durar algumas horas¹⁵³; terceiro, pela sua publicação¹⁵⁴ e quarto pelo envio para as diferentes instâncias que deveriam tomar conhecimento do seu conteúdo¹⁵⁵. O relatório do presidente da província e os atos oficiais dividiam espaço com as sessões da Assembleia Legislativa Provincial. É possível dizermos que ali funcionava o palco de embates sobre a instrução pública.

Em cada província do Império havia uma Assembleia Legislativa, eleita a cada dois anos, tendo entre suas funções a responsabilidade de fixar as despesas provinciais e municipais, criar e suprimir empregos, decretar obras públicas e impostos, fixar a força policial, respeitar a Constituição e leis gerais e legislar sobre a instrução pública e privada,

¹⁵² Na nota publicada diretamente ao secretário de governo: “(...) ordena-me que lhe declare, para o fazer constar a Assembleia Legislativa Provincial, que amanhã ao meio dia [o presidente] se apresentará na sala das sessões da mesma assembleia a fim de ler seu relatório” (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 12/08/1854. p.02).

¹⁵³ Em uma das notas sobre a exposição oral do relatório o leitor do jornal ficou sabendo que “ao meio dia sua Exc.^a o Sr. Conselheiro presidente da província apresentou-se no recinto da mesma Assembleia e fez a leitura do seu relatório, que concluiu depois das três horas da tarde” (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 15/07/1854. p.04).

¹⁵⁴ Como o relatório que seguiu no anexo do jornal, anunciado na seguinte nota: “com este número damos aos nossos assinantes, em SUPLEMENTO, o importante relatório do Exm Sr. Conselheiro Zacarias de Goes e Vasconcellos ao passar a administração desta província ao Exmo. Sr. Doutor Theófilo Ribeiro, de Rezende” (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 09/05/1855. p.03).

¹⁵⁵ “Remeto a VMS [Câmaras Municipais, Chefe de Polícia, Tesouraria, Comandante do corpo provisório ou da companhia policial, Administrador do Correio, Delegado do Diretor das Terras Públicas, Diretor Geral dos Índios, Inspetor da Alfândega de Paranaguá, Capitão do Porto, Comandante da Fortaleza, Juizes de Direito, municipais e de paz, Delegados de Polícia e Vigários] o exemplar incluso do relatório, que em 6 do corrente mês me foi apresentado por parte do Exm. presidente da província, conselheiro Zacarias de Goes e Vasconcellos, na ocasião em que me passou a administração da mesma província” (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 04/07/1855. p.03).

primária e secundária, não cabendo a ela a instrução superior. As leis e resoluções criadas pela Assembleia Legislativa dependiam praticamente da sanção do presidente da província (Ato Adicional, 1834)¹⁵⁶. Os jornais e revistas periódicas contribuíam para a circulação dessa função e de uma representação do *lugar* que a mesma ocupava na sociedade:

A Assembleia Provincial *como instituição e como poder, ocupa uma esfera superior ao presidente de província*. Como instituição porque ela é de eleição popular, não está sujeita à responsabilidade, é o parlamento na província. Como poder, porque tem a iniciativa das leis, e pode fazê-las, ainda mesmo com o veto do presidente da província, adotando-as por dois terços de votos de seus membros (PROVÍNCIA DO PARANÁ, 27/02/1876 – *grifos meus*).

Acompanhando as reuniões da Assembleia Legislativa da província do Paraná, identificamos momentos de formulação do sistema da inspeção e instrução pública primária envoltos em debates e posicionamentos acalorados de opiniões. Em fevereiro de 1857, por exemplo, por meio das páginas do jornal, podemos observar a discussão sobre o aumento de verba para a instrução pública na província, ocorrida na Assembleia Legislativa. O fomento do debate descrito como um “incidente desagradável” foi o aumento do salário dos professores. Discussão acalorada, divergências de opiniões, tendo como resultado a saída de oito deputados da plenária, em um movimento de protesto. Depois de uma reorganização desse impasse, com a chamada de suplentes, o aumento foi aprovado e, dos doze deputados que votaram a favor, oito já haviam exercido a função de inspetor do ensino desde a emancipação da província. Por fim, o referido acréscimo no salário dos professores se converteu em gratificação àqueles que fossem considerados aptos e habilitados ao magistério, segundo o crivo da Inspetoria de Instrução Pública do Paraná. Contudo, o aumento da verba para a instrução, de forma geral, permitiu que os regulamentos (de Ordem Geral para a Instrução e da Inspeção), propostos pelo inspetor geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta, em 1856, saíssem do papel e fossem aprovados em 1857 (BARBOSA, 2012. p.75-82).

¹⁵⁶ Sobre a política paranaense no século XIX, Cecília Maria Westphalen (1996) explica que a província do Paraná estava dividida em paróquias e as eleições eram diretas e censitárias. As eleições primárias ocorriam nas paróquias. “Os cidadãos brasileiros e estrangeiros naturalizados, com renda igual ou superior a cem mil réis, podiam eleger os eleitores de província que, por sua vez, podiam votar e eleger deputados à Assembleia Legislativa Provincial (depois de 1834) e à Câmara dos Deputados, e o Senador vitalício” (WESTPHALEN, 1996. p.55). Os deputados provinciais tinham mandato de dois anos, enquanto o senador e o deputado geral de quatro anos. Segundo a autora, “as condições de elegibilidade dos deputados provinciais, gerais e dos senadores eram também fundadas nas suas rendas e propriedades” (Ibidem, idem).

Três anos depois, a 4ª Legislatura da província do Paraná se reuniu, sendo apresentado o relatório do presidente José Francisco Cardoso, cujo primeiro parágrafo exortava o papel daqueles que ali estavam:

O dia da instalação de vossos trabalhos legislativos rememora a província a era solene em que costumais provê-la de medidas úteis e profícuas; e testifica com a vossa reunião o exercício sublime de uma das mais sábias prerrogativas do Ato Adicional à Constituição do Império (CARDOSO, 1860. p.01).

Sobre a instrução pública, informa que o sistema é o mesmo demonstrado em relatório passado, que o analisando reconhecia a necessidade de modificação e que diria “alguma coisa sobre a inspeção do ensino que, na frase de alguém, é a mola real de toda a instrução primária” (CARDOSO, 1860. p.42). Ao se referir à eficácia de uma inspeção constante do ensino, independente de grandes distâncias e do número de escolas, o presidente cita a Holanda, a Prússia e a França e levanta uma questão: “e por ventura tê-la-á obtido o Regulamento de 24 de abril de 1857?”, se referindo ao regimento que há três anos estava em vigor na província. A construção de sua escrita deixa a entender que não.

Ele aponta as dificuldades de locomoção dos inspetores de distrito entre as escolas e que recebiam pouco para isso, aponta ainda que nos locais onde as escolas eram atendidas por juízes e promotores públicos, quando havia júri, a inspeção do ensino não funcionava, pois, os professores, sabendo a data da visita anteriormente, já se preparavam para ela. Critica os Conselhos Literários: “compostos pelos vigários, presidentes de câmaras e subinspetores de paróquia; eu vejo em tal criação uma instituição raquítica ou sem vida” (Ibidem, p.43). Para referendar sua escrita, além dos países citados, relembra o relatório do presidente Zacarias Goes e Vasconcellos. Esse modo de articular sua fala com a de outros sujeitos colocava em circulação na Assembleia Legislativa não somente o praticado em outros países, mas o apontado por aqueles que estavam à frente da instrução na província. Por fim, emite o seu parecer:

Minha opinião é que elimineis todo esse cortejo de inspetores e conselhos, deixando os das paróquias, sob imediata direção do digno inspetor geral. Na apurada escolha de indivíduos junto às escolas antevejo a verdadeira e natural inspeção. Nas diferentes hierarquias existentes, noto o mais das vezes um entrave lançado à ação da autoridade superior, que cumpre se reflita enérgica e instantaneamente. Tenho fé que assim disposto, todas as molas funcionarão com acerto e o expediente guardará a celebridade precisa (CARDOSO, 1860. p.43).

Vinte dias depois, em discussão sobre a lei do orçamento, **Joaquim Ignácio Silveira da Mota** se pronunciou a respeito do que apontou o presidente na primeira sessão. O discurso e os comentários, publicados no jornal *Dezenove de Dezembro*, ocupam quase cinco páginas. Os trechos aqui selecionados são extensos, porém pertinentes para a nossa interpretação.

(...) E eu não me demorarei em corrigir os meus erros, se porventura os resultados práticos me vierem arredar da convicção em que estou de que o atual sistema é de mais real mérito pedagógico do que aquele porque se lhe quer substituir. (...) Sr. Presidente, vou considerar o juízo crítico do governo acerca da nossa inspeção do ensino primário. Sua Excelência ocupou-se exclusivamente da inspeção local que entende dever reduzir aos atuais subinspetores, agentes paroquiais da inspeção. Poder-se-á descobrir nesta indicação uma medida econômica, mas não ligar-lhe mérito pedagógico. A inspeção local nessas proporções ficará reduzida a corpo sem alma. As dificuldades financeiras que se antolham ao digno administrador, e os bons desejos de removê-las induziram-no a uma apreciação menos exata do mecanismo da nossa inspeção. Isto resultou talvez de ser a questão encarada somente pela face financeira. É verdade que a economia é tão insignificante, que encarada a questão pela sua verdadeira face não admitiria hesitações: é uma despesa de 1:440U000, essa que fazem os quatro inspetores de distrito da província. Realmente em abstrato pode-se julgar excesso de inspeção; mas se estudar o mecanismo dela há de se reconhecer que esses empregados são a alma do corpo da inspeção local. Tirados, fica o ensino sem unidade e entregue ao critério e discrição dos que o praticam. Isto é lógico. E, pois, não posso concordar que sejam tais funções consideradas sinecuras e os encarregados delas formando um cortejo, para mero aparato (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 31/03/1860. p. 02).

Como havia ocorrido no ano de 1857, a discussão sobre a instrução e inspeção do ensino acabou se relacionando com a questão do orçamento. O debate na Assembleia, registrado e transcrito nas páginas do jornal, teve como cerne o papel e eficácia da inspeção da instrução na província paranaense. Retomemos o relatório do presidente José Francisco Cardoso, que salientou a organização da inspeção em três países e citou o relato de Victor Cousin¹⁵⁷:

¹⁵⁷ O francês Victor Cousin (1792-1867) cursou a Escola Normal em Paris, lecionando ali posteriormente até 1820, dois anos antes dela ser fechada. Estudou textos filosóficos – Platão, Hegel, Locke, Descartes, Proclus, etc. – sendo conhecido pela sociedade intelectual francesa por sua erudição. Tornou-se membro do Conselho de Instrução em 1830. Reaberta a Escola Normal, em 1826, ele ministrava ali suas palestras, sendo ali uma grande fonte de circulação do seu pensamento. Em 1834 foi diretor da Escola Normal. Foi enviado pelo Ministro para estudar os métodos de ensino na Alemanha. No seu retorno, apresenta seu projeto para o ensino ao Ministro da Instrução Pública Guizot. Quando este sai do cargo, em 1840, Cousin o assume (BRITANNICA, 2015).

Sem analisá-los em cada um dos pontos, em que reconheceis a necessidade de modificações convenientes, direi alguma coisa sobre a inspeção do ensino que, na frase de alguém, é a mola real de toda a instrução primária. Na verdade, Senhores, a experiência demonstra nos países cultos que sem ela não medram vantagem os estabelecimentos de instrução. A Holanda, que passa por tão bem organizada no ramo de serviço que trato, assentou as bases do ensino público na vigilância incessante dos inspetores respectivos. Igual procedimento tiveram a Prússia e a França, e com justo aplauso assim se exprime o Sr. Cousin: “Se quereis seriamente a educação do povo, acreditai que tudo vem do governo que lhe derdes”. “Se fraco e mal seguro, a instrução primária poderá ter momentos de passageiro brilho, caindo bem depressa em languidez deplorável”. Dá-lhe, porém um governo rigoroso e ativo, e seu espírito se comunicará, imprimindo movimento e vida” Se ali, onde a população é imensa e as distâncias se não conhecem, pela rede de caminhos que existe, foi mister basear a eficácia no ensino pela inspeção acurada e constante; avalie qual não deve ser entre nós, onde a escassa população habita um vastíssimo território. E por ventura tê-la-á obtido o Regulamento de 24 de abril de 1857? (CARDOSO, 1860. p.42).

A fala do presidente vem seguida da proposição de que fosse suprimida ou reformulada a inspeção do ensino feita pelos inspetores de distrito, visto o não funcionamento eficaz da mesma. O presidente da Assembleia Legislativa Joaquim Ignácio Silveira da Mota, que também era o Inspetor Geral do Ensino, mas estava afastado por tomar assento como deputado naquele momento, respondeu ao trecho acima quando o presidente cita o francês Victor Cousin, e frisou:

Mas, Sr. Presidente, para quem se apodera dos princípios professados por esse grande filósofo, ao proferir essas palavras, não cabe à conclusão que condenas os inspetores de distritos. Porque tais palavras exprimem a admiração pela lei holandesa de 1806, que Cousin apresenta como modelo de constituição primária. E o grande mérito dessa lei, segundo o escritor citado, consiste em ter constituído a instrução primária criando as autoridades prepostas à escola; e estas autoridades são os inspetores dos distritos. Ouçamo-lo: “a lei prussiana e a lei holandesa instituem, sob o título de inspetores, funcionários assalariados, tomados a vontade, onde quer que haja a capacidade exigida, e que respondem ao governo por toda a instrução primária em um distrito determinado. Aí está o verdadeiro governo da instrução primária, e é na organização mais ou menos desse governo, ao meu ver, está a questão vital da educação do povo”. Destes princípios não se pode tirar a conclusão que foi tirada por Sua Excelência (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 07/04/1860. p.04).

Desse embate entre o presidente da província e o presidente da Assembleia e Inspetor Geral podemos tirar alguns pontos interessantes para a nossa análise: o modo como citam o texto em favor da sua proposição, a circulação do referido relato de Victor Cousin, a organização da inspeção nos países mencionados em cotejamento com o que os dois

presidentes apontam e a própria postura de luta por uma estrutura da inspeção no Paraná. Quanto ao primeiro ponto, os dois optaram por fazer uma citação direta do que Victor Cousin, segundo eles, havia escrito. O trecho aparece entre aspas, marcando a entrada da fala do francês em suas assertivas. Para isso, teriam que ter acesso à obra em questão ou a trechos dela, pelo menos, o que nos remete à sua circulação. Não excluindo a capacidade de cada um em citar uma obra literalmente a partir do que escutou, mas, essa primeira utilização do texto escrito entre aspas na publicação e não somente mencionado, pode nos indicar que tiveram acesso ao mesmo.

Apesar de não dizerem, provavelmente a referência utilizada tratava-se do relato de Cousin sobre a Instrução Pública na Alemanha, Prússia e Holanda, feito em 1831 (COUSIN, 1841). A compilação das cartas relatando o que viu e dos documentos que o francês enviou para o Ministério de Instrução totaliza mais de 500 páginas, separando o observado em quatro seções: “organização geral da instrução pública; instrução primária; instrução secundária ou ginásio; instrução superior ou Universidade”. Segundo informa, seu método consistia em ler os regulamentos, as leis e documentos referentes ao ensino pela manhã e, à tarde, visitar e observar as instituições (COUSIN, 1841. p.57). As formas de aquisição e circulação do referido livro fazem parte do segundo ponto importante da presente análise. O livro com o relato de Cousin era vendido, pelo menos, nas livrarias da província do Rio de Janeiro¹⁵⁸ e de São Paulo¹⁵⁹. Sua compra também poderia ser feita por meio dos diversos leilões de bibliotecas inteiras¹⁶⁰, como no intitulado “leilão extraordinário de livros novos”:

(...) estas obras são pela maior parte totalmente novas: estas obras se recomendam pela sua escolha, são de boas e últimas edições e dos melhores autores, entre os quais se acham Victor Hugo, Capefigue, G. Sand, Chevalier, Thiers, Victor Cousin, Rossi, B. Constant, Cooper. de Staës, de Abrantes, J. Bentha, de Gerando, Lherminier, etc., etc., etc., as obras de Voltaire, edição de luxo, de Didot, boa encadernação. É preciso advertir ao respeitável público que estes livros, tendo sido mandados vir da Europa por

¹⁵⁸ Notícia no jornal de que acabava de chegar livros franceses, com a indicação de Cousin entre os autores (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 24/01/1834. p.02) ou mesmo indicação completa do título seguido do autor (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 18/02/1835, p.02; 28/09/1847, p.03).

¹⁵⁹ “Livros Barátíssimos”, sendo o de Cousin citado entre eles (CORREIO PAULISTANO, 02/01/1855. p.04).

¹⁶⁰ Os leilões de livros algumas vezes vinham com títulos em destaque, como: “grande leilão de uma rica biblioteca escolhida” (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 07/07/1847. p.03) ou normalmente evidenciados como “leilão de livros” (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 12/08/1844. p.03); nestes casos, ambos traziam o livro de Victor Cousin entre os títulos.

encomenda feita de uma pessoa que se retirou desta Corte, e tendo o comissário ordem de os vender por qualquer preço, para se remeter ao seu, importe o mais breve possível serão arrematados sem reserva alguma (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 05/07/1844. p.03).

O trecho do leilão acima nos permite vislumbrar outro possível meio de ter acesso ao livro: encomendando-o diretamente aos exportadores. Ou o interessado pela leitura poderia adquirir o livro diretamente na livraria, nos leilões ou ainda ganhá-lo como presente, pegar emprestado, etc. Os jornais contribuía para a circulação do título e lugares de venda, bem como a demonstração de algumas ideias do autor, quando citado por terceiros ou em trechos de outras obras ali transcritos. As três primeiras formas, que envolvem a compra, nos indicam que o livro de Victor Cousin estava disponível, caso o presidente da província do Paraná ou o Inspetor Geral Silveira da Mota o tivessem comprado, já que o citam na íntegra em suas proposições.

A procura pelo livro e pelo seu autor (Victor Cousin) nos jornais das duas províncias já citadas, bem como na paranaense, nos mostra que trechos de outra obra, *Philosophia Popular*, foram publicados¹⁶¹, que sua biografia foi feita¹⁶² e que ele foi mencionado nos debates e proposições das Assembleias Legislativas – na do Rio de Janeiro, por duas vezes a sua viagem a Prússia foi citada¹⁶³ e na de São Paulo foi citado na discussão sobre a importância dos professores para o ensino¹⁶⁴ e durante o debate sobre a gratuidade da instrução primária¹⁶⁵. Apesar dessas indicações de presença, entre tantas outras, nenhum trecho do seu livro sobre a instrução na Alemanha, Prússia e Holanda foi citado, principalmente algum que tratasse diretamente sobre a inspeção¹⁶⁶.

No Paraná, antes do debate acirrado na Assembleia Legislativa, o Inspetor Geral Silveira da Mota, em seu discurso na reunião da assembleia geral da sociedade *Amante do*

¹⁶¹ DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 16/01/1850, p.01.

¹⁶² DIÁRIO DE SÃO PAULO, 02/03/1867, p. 01 e 02.

¹⁶³ DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 23/07/1853, p.03 e 31/08/1853, p.02.

¹⁶⁴ CORREIO PAULISTANO, 06/04/1856, p.02.

¹⁶⁵ CORREIO PAULISTANO, 07/04/1856, p.03.

¹⁶⁶ Uma ressalva se faz necessária: até agora não foi encontrado nenhuma citação direta do livro, principalmente da parte que trata da inspeção, nos jornais das províncias entre os anos de 1840 a 1860. Contudo, como é uma tarefa quase inumana revisar todos os periódicos existentes no período durante o estudo de quatro anos, não desconsidero que outro trabalho possa encontrar tal menção.

Bem Público, mencionou o francês quando tratou da relação entre a caridade e ensino: “a lei da devoção segundo o sr. Cousin não admite constrangimento”, complementando que a sua intenção ali era “provar que na liberdade da caridade e na liberdade do ensino a vossa virtude cristã deparou com um grande incentivo a preparar a humanidade para as vias da regeneração” (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 25/08/1858. p.03). Não desconsiderando a junção do seu papel como Inspetor Geral e como palestrante, que não deixa de relacionar o ensino aos votos que faz das ações da nova diretoria da sociedade, o discurso em questão nos permite mais uma vez indicar que Silveira da Mota leu a obra de Cousin e não somente ouviu falar dela nos diferentes locais que frequentava. A tradução do material no Brasil, no que se referia à instrução pública na Prússia, seria feita anos depois, em um movimento de efetivação da circulação sobre o que se passava em outros países. Como Arlete Gasparello e Heloísa Villela (2006) ponderam,

para compreender como as novas ideias educacionais repercutiram no Brasil e como serviram de base a uma pedagogia nacional, a análise das produções de diferentes sujeitos tornou-se relevante. Situados em instâncias diferenciadas de poder – na docência, na imprensa, na política, na administração – tiveram seu interesse voltado para questões educacionais participando ativamente na configuração intelectual daquele período. Nesse processo atuaram de formas diferenciadas como mediadores intelectuais, divulgadores de ideias, princípios e práticas, recriando-os e construindo propostas para o ambiente brasileiro da época (GASPARELLO e VILLELA, 2006. p.4439).

As autoras chamam a atenção para essa organização de sujeitos que se colocaram na posição de “divulgadores de novos modelos”, sendo Joaquim Teixeira de Macedo o responsável por traduzir o livro sobre a instrução na Prússia, em 1871. A prática de traduzir livros para o português, mesmo sem ser os que se referiam às ideias educacionais, já ocorria nas décadas anteriores. O livro *Philosophia Popular*, de Victor Cousin, por exemplo, contava com uma tradução feita por Moraes e Valle, sendo vendido pelo tradutor ou pelo jornal do Rio de Janeiro, com a seguinte propaganda: “esta obra, na qual trata das principais questões filosóficas (...) deve ser lida por todos, estando sua linguagem ao alcance de qualquer pessoa” (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 26/02/1849. p.03). Uma evidência a mais para a possível circulação das ideias de Cousin por meio dos seus livros e novamente uma pista de que a leitura em português tornava a obra mais acessível a todos.

O debate na Assembleia era sobre a manutenção ou não da estrutura da inspeção, principalmente no que se referia aos inspetores de distrito e a manutenção dos seus salários

perante a eficácia de suas ações. Tanto o presidente Cardoso quanto Silveira da Mota voltaram o olhar para o que o francês Cousin relatou sobre a inspeção nos países visitados por ele, principalmente na Prússia. Segundo esse relato, a Prússia estava dividida em dez Províncias e cada uma dessas estava desmembrada em Departamentos (Regierungsbezirke) – onde havia o governo central, feito por uma espécie de Conselho de Prefeitura e Regência (Regierung) –, que se dividiam em Circunscrições (Kreis), sendo uma última divisão em Comunas (Gemeinde). A instrução primária era responsabilidade do Departamento, mesmo que se reporte ao Ministério. Havia o Departamento de Educação, Culturas e Assuntos Médicos (Ministerium des Offentlichen Unterrichts, der Geistlichen und Medicinal-Angelegenheiten) e dentro dele um Conselho para Instrução Pública (que tinha à frente um homem célebre, conhecido pelos seus ensinamentos e trabalho, que poderia ser auxiliado por professores, pois esses tinham conhecimento da instrução, e, ao final, emitiria um relatório sobre o estado do seu departamento) (COUSIN, 1841. p.60).

Seguindo ainda o descrito por Cousin, o ensino secundário estava sob a responsabilidade das Universidades, sendo que em quase todas as províncias havia uma (a inspeção era organizada de forma diversa). Quanto a instrução primária, segundo a legislação vigente, a fiscalização e todos os demais assuntos ficava ao encargo do Setor de Instrução Pública, que havia em cada Departamento (Regierungsbezirke), fazendo parte do Conselho de Prefeitura e Regência (Regierung). O responsável seria o Conselheiro/Diretor Geral da Instrução Pública Primária, funcionário assalariado, nomeado pelo Ministro, que também deveria visitar as escolas, orientar e zelar pelo bom desempenho dos demais inspetores e das escolas, manter e gerir a correspondência com os envolvidos na inspeção e ensino, tendo a função de manter a comunicação com o presidente do Departamento (Regierungsbezirke), em nome do Conselho de Prefeitura e Regência (Regierung), no que se referia à instrução pública primária. Havia em cada circunscrição (Kreis) o inspetor que ficava responsável pelas escolas do seu círculo de fiscalização e ele se correspondia com as comissões e inspetores locais, de cada comuna (Gemeinde). Em cada comuna haveria uma escola e uma comissão que a administrava e fiscalizava, formada por alguns sujeitos notáveis e pelo padre/pastor da paróquia. Em municípios grandes, com mais de uma escola, haveria uma comissão sênior, responsável pelas outras (COUSIN, 1841. p. 61).

Percebemos alguns elementos comuns nessa estrutura, quando olhamos para o que estava em vigor na província do Paraná, como as funções do Conselheiro/Diretor Geral da

Instrução Pública Primária, que se assemelham com as do Inspetor Geral de Instrução Pública na província paranaense. Contudo, as características respeitam, de forma distinta, os seus próprios ritmos de criação e contextos diversos, bem como a diferença na estrutura da administração pública como um todo. O Presidente da Assembleia/Inspetor Geral Silveira da Mota afirmou que a lei holandesa de 1806 não eliminou os funcionários da inspeção muito menos os seus vencimentos, e convida:

Agora, quem quiser se dar ao trabalho de ler o regulamento A, que baixou em virtude dessa lei holandesa, verá no seu art. 5º e no art. 2º da instrução C, que a cada inspetor é marcado um distrito, mais ou menos extenso, que lhe habilitará, se for possível; e no art. 5º destas instruções ver-se-á que é obrigado a visitar as escolas duas vezes por ano: nos artigos 9, 10 e 11 daquele regulamento acham-se os casos em que se nomeiam os subinspetores ou comissários intermediários do inspetor de distrito e das escolas. Senhores, o texto do art. 9º, do regulamento de 24 de abril de 1859¹⁶⁷, põe patente a identidade da nossa instituição dos inspetores de distritos com a holandesa, explicada na instrução C à lei primitiva; e tão melindrosas funções, não podemos esperar no nosso país, na vasta escala dos subinspetores, sem manifesta ofensa dos princípios da ciência (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 07/04/1860. p.04).

O texto é um pouco confuso, mas Silveira da Mota parece lançar ali a sua carta final para convencer os outros deputados de que a proposta do presidente Cardoso não era apropriada: a comparação entre as legislações citadas. O que acompanhamos no debate não é somente o presidente da Assembleia Silveira da Mota se pronunciando e contestando o presidente da província, mais sim o Inspetor Geral do Ensino que defende as suas proposições de organização da inspeção, bem como a permanência dos sujeitos que ali já estão desempenhando a sua função. Um posicionamento de defesa da importância da inspeção e de tomar parte efetivamente desse grupo. No seu argumento cita a Lei de Educação (De Onderwijswet van) da Holanda, de 03/04/1806, responsável por reorganizar o ensino primário, criando uma estrutura que possibilite a sua efetivação. Segundo a referida lei, em cada Departamento seriam formados os Conselhos Departamentais e, nele, haveria a Comissão de Educação, de onde se nomearia o responsável pela instrução primária, que seria o elo entre os inspetores e demais membros/autoridades da comissão e do departamento (HOLANDA, Lei da Educação. 03/04/1806). Antes desta lei, a função de inspetor escolar foi introduzida pela Lei da Educação de 15 de junho de 1801, na qual o inspetor de escola tinha a

¹⁶⁷ Aqui pode ter sido um erro de impressão. Se referia ao Regulamento de Inspeção 24 de abril de 1857.

responsabilidade pela inspeção da educação e tudo o que a ela era concernente. Desde a lei de 03 de abril de 1806 que se formou os *schoolopzieners* dentro de um departamento da Comissão de Educação. Por Soberana Ordem de 6 de março de 1815, a base da educação de 1806 foi continuada. Os Departamentos foram divididos em distritos e cada um destes teve um inspetor escolar do distrito, ou, como eram chamados: *Schoolopzieners District* ou somente *schoolopzieners* (HET DRENTS ARCHIEF, Schoolopzieners in Drenthe. 1808-1855). Contudo, Silveira da Motta não se refere a Lei da Educação mais recente holandesa (1857) e sim aos artigos que estavam “na instrução C”, como ele chama, que é parte da continuação da Lei da Educação de 1806, que trata do Regulamento para os órfãos, escola primária e educação na República Batavian (Reglement voor het Lager Schoolwezen en Onderwijs binnen de Bataafsche Republiek). Podemos observar a legislação citada pelo presidente da Assembleia/Inspetor Geral no quadro abaixo, em comparação com a o regulamento específico para a inspeção paranaense:

Lei de Educação na Holanda (03/04/1806)	Regulamento de Inspeção no Paraná (24/04/1857)
As escolas especiais estão divididas em classes, tais como: Departamental, regional, espiritual, religiosa ou mantida por outros fundos públicos de qualquer natureza ou às custas de uma ou mais pessoas específicas; passando por fiscalização, manutenção, financiamento, subvenções. (Art.2º)	Os inspetores dos distritos serão escolhidos entre as pessoas que possuem graus acadêmicos, ou que estejam de reconhecida ilustração, haverá um em cada comarca. (Art. 8º)
Cada circunscrição tem seu especial inspetor de distrito (Schoolopzieners District), que mantém o elo com a superintendência ao realizar suas funções. (Art. 5º)	Os inspetores dos distritos por si e pelos subinspetores tomarão o maior cuidado em que a inspeção pública seja elevada a um ponto uniforme, melhorada e de utilidade mais direta e geral, e neste empenho procurarão: 1ºAdquirir perfeito conhecimento do número e da situação das escolas primárias, assim como do estado do ensino que fazem; 2ºAdquirir perfeito conhecimento da população para representar sobre a criação de escolas que sejam precisas para satisfazer as necessidades de ensino; 3ºEmpregar todos os meios possíveis para avaliar dos alentos e comportamento moral e civil dos professores, a fim de representar sobre a conveniência, de encorajar e recompensar o zelo e o mérito desde a primeira escala do professorado, e para melhoramento de sorte compatível com a legislação. (Art. 9º)
As cidades menores, aldeias, manchas, zonas, vilas ou regiões próprias podem contar com uma escola pública, mas não duas especiais (art.2º). É considerada a existência também das escolas de segunda classe (art.3º n.2). O inspetor do distrito (art.5º) terá o direito de consulta na criação das escolas e será nomeado pelo governo local, onde existem tais escolas, sendo ele também local, conhecido pelas pessoas, podendo recomendar professores. (Art.9º)	
Em todos os locais que houver uma escola pública, escola especial, escola para o sexo feminino, contará com um inspetor do	Compete ao inspetor do distrito: visitar as escolas e estabelecimentos públicos particulares de instrução, ao menos duas vezes ao ano O professor deve

<p>distrito. Será nomeada pelo Conselho Municipal uma Superintendência Local sobre as escolas primárias e a educação. Todas as pessoas e o inspetor escolar do distrito compõem o Comitê Escolar Local, que funcionará de acordo com o que decidiu a Comissão de Educação Departamental. (Art. 10º)</p> <p>Nas grandes cidades ou locais a inspeção do ensino pode ser feita pelos inspetores ou semelhantes, podendo ser indicado pelo Comitê Escolar local dois ou mais membros, que devem visitar as escolas, se preocupar com a educação e relatar tudo que dizem a respeito da mesma. (Art.11º)</p>	<p>copiar o termo de visita e remeter ao Inspetor Geral (Art.10º (§6º))</p> <p>Em cada distrito da província haverá uma corporação com o título de Conselho Literário de Distrito (Art.12º). Este conselho será composto por vigários, presidentes das câmaras ou seus delegados, subinspetores, que se reunirão sob a presença do inspetor do distrito, em sessão ordinária anual. (Art. 13º)</p>
--	--

Quadro 5: Artigos das leis de instrução pública holandesa indicados por Silveira da Mota
 Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da Lei de Educação da Holanda (03/04/1806) e do Regulamento de Inspeção do Paraná (24/04/1857).

O confronto entre os artigos da legislação holandesa, mencionados por Silveira da Mota, com os artigos do regulamento de inspeção do Paraná nos permite perceber as semelhanças entre as duas propostas no que se refere ao cargo dos inspetores dos distritos e do Conselho Literário. Contudo, quando nos voltamos para as competências dos inspetores dos distritos, o que é geral na lei holandesa comparece de forma detalhada no regulamento paranaense, em 17 ações envolvendo: os professores – recebimentos dos mapas trimestrais de frequência, admoestação e repreensão caso não estivessem no cumprimento do dever, conferências com data marcada e prazo para comparecimento, presença nos exames das classes e nos anuais de habilitação nas matérias das escolas, conceber licenças e empossar os mesmos nas escolas –, os subinspetores – exigir deles a “informação circunstanciada” do número de escolas existentes no município e os mapas trimensais enviados pelos professores –, os Conselhos Literários – convocá-los uma vez por ano e ser o seu presidente –, as escolas – visitá-las, vedar sua abertura se não fosse autorizada pelo inspetor geral, abrir, numerar e rubricar todos os livros de inventário, matrícula e inspeção, inventariar os móveis – e ainda solicitar às autoridades policiais os mapas da população para tomar as providências para o cumprimento da legislação e enviar o relatório de tudo o que foi realizado no distrito ao Inspetor Geral da Instrução até o dia 08 de dezembro (PARANÁ, REGULAMENTO DE INSPEÇÃO, 1857. art.10º). Nota-se que a base foi a legislação holandesa, todavia a *apropriação* que dela fez o inspetor nos mostra reformulações, como no caso do auxílio das

autoridades policiais, detalhamentos das competências que são próprios à realidade brasileira e paranaense. O *quadro de referência* foi a lei holandesa, mas não significou uma transposição.

No discurso na Assembleia Legislativa, Silveira da Mota tentava demarcar a importância dos inspetores de distrito, comparando-os com os inspetores da Holanda (*schoolopzieners*), que também visitavam as escolas da sua circunscrição, tal como na província do Paraná. A citação da lei não ficava clara para quem a ela não teve acesso, contudo, as quase três páginas seguidas de sua argumentação permitem que o leitor geral reflita sobre a permanência dos inspetores dos distritos na província. Considerando os valores dos salários que pretendiam cortar (360U000 – trezentos e sessenta contos de réis anuais, para cada), dentro do valor total da despesa orçada no ano anterior à discussão (54:397U665), não parece que a retirada dos inspetores de distrito impactaria as contas provinciais. O subinspetor do Liceu, por exemplo, recebia 1.600U00, mais do que os inspetores de distrito e igual ao Inspetor Geral (1.600U000) (PARANÁ, Lei nº 58, 09/03/1859). Como tentou demonstrar Silveira da Mota, o salário dos inspetores de distrito não era o problema para o orçamento da província: “é verdade que a economia é tão insignificante, que encarada a questão pela sua verdadeira face não admitiria hesitações: é uma despesa de 1:440U000, essa que fazem os quatro inspetores” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 07/04/1860. p.03). Contudo, um deputado replica: “na província do Rio de Janeiro foram suprimidos” (Ibidem, idem). Tal comentário nos informa que os deputados estavam cientes do que circulava sobre a inspeção em outras províncias e comparavam com o cenário paranaense. Todavia, Silveira da Mota não aceitou tal explanação e respondeu contrariado:

Não sei a que bom vem esse aparte, e nem a razão porque se me está repetindo esta comparação; quando a reforma ali efetuada tende a colocar as coisas no estado que aqui temos. O que vejo ali é a identificação com o sistema que aqui foi aprovado pelo governo, isto é, convertem-se os inspetores gerais em inspetores de distritos, para dessa arte tornar-se localizada a inspeção inteligente no centro de um certo número de subinspetores ou inspetores de paróquia, como lhe quiseram chamar. Como, pois, tem-se a lembrança de se me vir citar esse exemplo como confirmativo da reforma aqui indicada, quando lhe é diametralmente oposto? O que vejo não só ali como em quase todas as províncias do Império é que a *una voce* levanta-se o brado contra a inutilidade dessa inspeção, de paróquia, gratuita. (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 31/03/1860. p. 02).

O inspetor frisa que, ao contrário do que ele vê como um desmerecimento do trabalho da inspeção local em outras províncias, a prática tem mostrado, no Paraná, que esse trabalho é importante, que os inspetores locais não deveriam ter seus cargos suprimidos. Nesse momento novamente é possível identificar que, apesar de estudar a legislação holandesa e conhecer a inspeção do ensino em outras províncias, não havia uma transposição e sim uma *apropriação* para o contexto específico paranaense, que era diverso dos outros locais. Um modo de pensar a inspeção a partir das demandas e questões da província do Paraná, por mais que as informações sobre outros locais e a prática da inspeção circulassem.

Para reforçar o valor dado por ele à inspeção e a instrução pública, Silveira da Mota cita um trecho do seu relatório: “é por isso que no meu primeiro relatório em 1856, escrevi, tratando da inspeção local (...)” e apontando que “do modo porque se acha organizada a instrução pública há excesso e míngua de inspetores”, eram 16 naquele momento, no sentido de que o excesso se dá na hora de sistematizar os dados colhidos das escolas, mas a falta se faz na hora de fiscalizar todas elas, devido ao número de sujeitos para tal tarefa (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 07/04/1860. p.03). Esse ato de retornar ao pensamento esboçado no relato, faz com que o mesmo seja posto novamente em trânsito, lembrando as suas ideias e possibilitando que as mesmas agora circulassem em outro suporte que não o de relatório de inspeção: estava nas atas da Assembleia Legislativa e publicado em jornal.

Seguindo sua contra-argumentação, ao que esboçou o presidente da província, Silveira da Mota observa que a inspeção deve contratar mais pessoas aptas e não retroceder em número de inspetores, que devem cumprir com o disposto no regulamento e visitar as escolas duas vezes ao ano. Ao que um deputado retruca: “mas as visitas certas e esperadas fazem com que o professor se prepare e apresente-as em melhor estado do que o ordinário” (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 31/03/1860. p.04). Silveira da Mota responde que o inspetor da instrução tem capacidade, no acompanhamento dos alunos no ano anterior e do professor, formar um conceito do método utilizado pelo mesmo e da assiduidade do trabalho. Novamente observamos um posicionamento de defesa para com aqueles que formavam a estrutura da inspeção da instrução paranaense. Contudo, os deputados bradam: “não apoiado” (Idem). Na sequência, Silveira da Mota retoma trechos do relatório do presidente onde citava a inspeção em outros países como modelo a ser seguido e os contradiz. Por fim, toma o assunto dos Conselhos Literários e cita o que foi esboçado sobre os mesmos: “(...) é uma mera congregação dos inspetores, subinspetores, párocos e presidentes das câmaras para trocarem

ideias sobre a situação da instrução pública no distrito”; feita essa descrição, ele complementa: “sendo, pois, uma instituição de mera consulta, que mal pode fazer?” (Ibidem, idem, p.05). Ao final do discurso os deputados se expõem mais:

O Sr. Dr. Sá Ribas: apoiado, muito bem.

O Sr. Dr. Silveira da Mota: senhor presidente, nem sei como vou. Mas, do meu desalinho os culpados são os nobres deputados que abraçaram as ideias do relatório, e que não me quiseram traçar as raias dentro das quais eu me devera haver nesta discussão.

O Sr. Dr. Correia: nós nada temos com o nobre deputado, não combatemos o orçamento; quem lhe há de responder há de ser o Sr. Dr. Laurindo, que é o relator da comissão.

O Sr. Dr. Silveira da Mota: pode ser, quem sabe se será o Sr. Dr. Laurindo o que se encarregará de me responder; seja quem for, desejo ouvir os competentes.

(Entra no recinto o Sr. Dr. Laurindo)

O Sr. Dr. Correia: há de pedir a palavra e responder.

O Sr. Dr. Laurindo: estas são as minhas ideias, que tenho sempre defendido; ao nobre deputado e a seus amigos é que cabe responder, porque não se mostram satisfeitos com a situação da instrução pública.

O Sr. Dr. Silveira da Mota: está satisfeito o nobre deputado? (para o Sr. Dr. Correia) Suba pois à tribuna e venha mostrar os defeitos da nossa situação na instrução pública, e não esteja declinando desse dever, se é que o nobre deputado está nas ideias da reforma.

O Sr. Dr. Correia: não sou obrigado a falar em todas as matérias, há de ter resposta.

O Sr. Silveira da Mota: creio ter dito quanto é bastante para explicar as minhas convicções acerca dos pontos em que se propõe alteração na inspeção da instrução primária. Vou passar agora à instrução secundária; e, deixando aquela, devo consignar que a lei que criou a nossa inspeção local, proposta por mim, foi aprovada por esta assembleia na sessão de 1857. *Eram então deputados os mesmos, mais ou menos, que aqui se acham hoje, e nenhuma emenda apareceu e nem contradição à sua passagem* (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 31/03/1860. p.06 – *grifos meus*).

Ao final de sua fala Silveira da Mota provoca os deputados com o comentário de que eram os mesmos que aprovaram o regulamento em 1857. Comparando com o número de deputados naquele biênio (20), onze realmente estiveram presentes na Assembleia Legislativa de 1856-1857, incluindo Francisco José Correia¹⁶⁸, que se exime de expressar opinião quando inquirido. Situação semelhante ocorreu na Assembleia Legislativa lembrada e na atual: Silveira da Mota não defendia a inspeção da instrução e o regulamento somente como deputado, mas como Inspetor Geral do Ensino, cargo que deixara naquele ano. Pela segunda

¹⁶⁸ Francisco nasceu em 1807, formado em Direito pela Faculdade de Coimbra, Portugal (NICOLAS, 1954. p.63).

vez lutava para aprovar suas ideias para a instrução e inspeção do ensino em uma sessão da Assembleia Legislativa.

Os trechos do discurso de Joaquim Ignácio Silveira da Mota, contrapostos com os dos deputados, nos deixam entrever que as opiniões se divergiam quanto a reorganização da inspeção na província. Interessante identificarmos que esse nosso entendimento é possível também pelo registro feito em ata, que discrimina a fala de cada deputado e não somente a ideia discutida. Sabemos quando o uruguaio Laurindo Abelardo de Britto¹⁶⁹ adentra o recinto da discussão, assim como sabemos para que Silveira da Mota dirige a Francisco José Correia a pergunta: *está satisfeito o nobre deputado? A prática escriturística* nas sessões da Assembleia Legislativa não se configura apenas como o registro das vozes daqueles senhores, ela acaba por esboçar um movimento de organização da história e do fazer história e contribui para compreendermos como as propostas de estrutura e função da inspeção paranaense foram debatidas e estavam disponíveis para leitura nas páginas do jornal. Não é distanciar a língua da escritura, muito menos igualá-las em uma escala comum, é perceber que “a oralidade se insinua sobretudo como um desses fios de que se faz, na trama – interminável tapeçaria – de uma economia escriturística” (CERTEAU, 1994. p.223).

Outro ponto interessante no modo como a descrição nos foi apresentada é poder perceber a provocação que Silveira da Mota fez a Laurindo Abelardo de Britto, que, como tal, havia sido inspetor de distrito em Castro¹⁷⁰, nomeado pelo Inspetor Geral da Instrução e, portanto, saberia dizer como nenhum outro deputado se realmente a função era relevante ou não para a instrução pública primária. Pelo que vimos, ele endossa o pensamento de Silveira da Mota, dizendo que defende as mesmas ideias. Naquele momento Laurindo Abelardo de Britto não inspetor, porém, se considerarmos que aquele que exerceu a função de inspetor não apenas executava um papel, mais se tornava um partícipe do ensino a partir de sua prática como tal, podemos apontar que ele continuava defendendo aquilo que vivenciou e que acreditava ser ainda a melhor solução para a instrução pública primária na província.

Quanto ao momento de debate na Assembleia, publicado no jornal, não desconsideramos que havia uma tensão a mais entre os partidos representados pelos deputados naquela sessão, devido ao apoio ou não ao governo do presidente José Francisco

¹⁶⁹ Laurindo nasceu em 1828, em Montevidéu. Se formou em Direito na província de São Paulo e em 1852 já exercia o cargo de promotor público da comarca de Curitiba (NICOLAS, 1954, p.78).

¹⁷⁰ O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 11/07/1855, p.03.

Cardoso. Alessandro Cavassin Alves (2014) fez um levantamento nos jornais da época sobre as ações e tensões do governo de Cardoso – *O Dezenove de Dezembro* e o *Correio Oficial* (tipografia que o referido presidente levou para Curitiba e que teve aprovação do seu orçamento pela Assembleia Legislativa) – e identifica algumas críticas à sua administração: nomeava pessoas do seu interesse para cargos públicos; rompeu com a publicação dos atos oficiais no jornal de Cândido Martins Lopes devido a um desentendimento com o proprietário (mesmo os dois sendo do mesmo partido (liberal) e destituiu Lopes do cargo de subdelegado de Curitiba); era intransigente e impunha suas vontades políticas (ALVES, 2014. p.95). No período de discussão sobre a inspeção e o orçamento na Assembleia as suas ações administrativas, chamadas também de “cardosadas”¹⁷¹, no sentido pejorativo, já contavam com os ápices de impopularidade, o que o afastaria no ano de 1861 devido a pressões políticas. Contudo, antes de sua saída, apoiou a candidatura de Silveira da Mota como deputado, demonstrando, como escreve Alves, as “contradições do jogo político” (ALVES, 2014. p.106).

É pertinente retomar que o debate acalorado na Assembleia Legislativa prorrogou o prazo de suspensão da função dos inspetores dos distritos, mas não por muito tempo, ocorrendo em 1863 (PARANÁ, Lei nº 97, 11/04/1863). A estrutura da inspeção e daqueles que com ela colaboravam aparece constantemente nas páginas dos jornais. Em 1864, estava Joaquim José do Amaral exercendo interinamente o cargo de Inspetor Geral da Instrução quando dirigiu uma circular para os subinspetores¹⁷²:

Haja V.S. de pôr em efetividade o art. 33 do regulamento de 08 de abril de 1857, que obriga o ensino dentro de um círculo de um quarto de légua; devendo para tal V.S. pedir o concurso das autoridades policiais. Esta inspetoria espera que V.S. empregará todo o seu zelo e solicitude, afim de que a disposição do citado artigo seja fielmente observada, pois que com tão salutar medida muito e muito lucrará a mocidade, que muitas vezes desejosa de cultivar o seu espírito, vê-se obrigada no entretanto a conservar-se no

¹⁷¹ Devido a sua impopularidade, desmandos e intransigências suas ações ficaram conhecidas como “cardosadas” e aqueles que o apoiavam também eram assim denominados. Nas páginas dos jornais é possível acompanhar os que se colocavam a favor de sua gestão e os que criticavam (WESTPHALEN, 1996; ALVES. 2014).

¹⁷² Alguns anos depois, pelas páginas do jornal, a população no geral e os interessados diretos ficaram cientes de que os cargos dos subinspetores foram extintos, sendo suas funções transferidas aos presidentes das Câmaras Municipais, quando necessário (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 06/10/1869. p.02).

estado de embrutecimento, levada pelos caprichos e desleixos de seus pais (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 30/03/1864, p.02).

O referido artigo prescreve a obrigatoriedade por local específico enquanto não houvesse os asilos¹⁷³, conforme pensado pelo Inspetor Geral Joaquim Ignácio Silveira da Mota. No regulamento não há nenhuma relação da obrigatoriedade e da sua efetivação com a ajuda de policiais. A circular do inspetor interino nos deixa entrever uma representação de que, para se fazer cumprir o ensino no círculo de um quarto de légua da escola, era preciso o uso obrigatório de “autoridades policiais”. Um arrolamento de crianças e imposição de frequência feito por policiais e não somente por inspetores. O leitor do jornal confirmaria essa relação dias depois, quando o chefe de polícia recebeu a ordem para que mandasse as autoridades policiais às ruas, para que elas fizessem “executar restritamente a disposição do art.33 do Regulamento 08/04/1857” (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 13/04/1864, p.01).

Como o jornal publicava as sessões da Assembleia Legislativa, era possível acompanhar as leis e reformas ali votadas e discutidas. Comissões eram indicadas pelos presidentes da província para estudar a instrução e pensar em propostas efetivas para o seu desenvolvimento. Os debates dos resultados e a conclusão a que chegavam eram feitos na “sala das comissões” na Assembleia Legislativa. Em uma dessas reuniões de retorno das comissões para pensar o ensino, foi publicado que:

A legislação da instrução pública deve necessariamente compreender regras, que tenham por objeto a inspeção, gestão e plano fundamental do ensino. (...). Ficam restabelecidas as inspetorias de comarca, assim como as de paróquia; devendo estas obedecer às prescrições daquelas, que por seu turno darão a junta conta de todos os seus atos (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 15/07/1865, p.03).

Pelas páginas do jornal observamos uma inspeção que se estrutura, representada como aquela que vigia e pune professores pelo não cumprimento de seu trabalho, tal como regulamentado, ou como aquela que é a base para o bom funcionamento e desenvolvimento da instrução, principalmente quando o tema discutido era a obrigatoriedade do ensino. Efetivar o ensino obrigatório esbarrava em diversas questões, tais como: quantidade de escolas para atender o número de crianças que aumentaria com a imposição da frequência e,

¹⁷³ "Enquanto não se estabelecerem casas de asilo para os indigentes, o ensino na província só será obrigatório dentro de um círculo de um quarto de légua" (PARANÁ. REGULAMENTO DE ORDEM GERAL, 08/04/1857, art.33º).

consequentemente, orçamento suficiente para cumprir com as despesas de criação de escolas e seu aparelhamento material (livros didáticos, livros de registro (matrícula, frequência, visita), mobílias e utensílios escolares), bem como a contratação de professores para todas as escolas criadas, que estava ligada à uma outra discussão que era a da formação desse profissional.

A discussão sobre a matrícula dos alunos e a manutenção de sua frequência nas escolas fez parte dos escritos de professores, inspetores, presidentes de província e legisladores durante todo o período provincial, com a instituição de leis que tornavam o ensino obrigatório nas décadas de 1850, 1870 e 1880. As opiniões entre os responsáveis pela instrução pública primária se dividiam quanto à realização da obrigatoriedade do ensino. Gizele de Souza e Juarez dos Anjos comprovaram, na documentação referente ao ensino na província paranaense, a existência de alguns obstáculos que impediam o estabelecimento do ensino obrigatório: “a insuficiência de escolas para a oferta do ensino e a impossibilidade da província de aumentar o seu número”, “a pobreza das famílias, somada à incapacidade da província em vir em seu auxílio” e a dificuldade em “efetivar um levantamento cuidadoso de quantas crianças viviam em cada casa para poder-se exercer a necessária vigilância e coação das famílias para envio dos filhos à escola” (SOUZA e ANJOS, 2013, p.193 e 194).

Em 1867, parte do relatório que o presidente Polidoro Cesar Burlamaque apresentou à Assembleia Provincial em 15/03/1867 foi publicado no jornal. Nele o presidente retomou o art.33 do Regulamento de 1857, mesmo artigo citado anos antes pelo Inspetor Geral Interino Joaquim José do Amaral.

É verdade que o art.33 do Regulamento restringe a obrigação do ensino a um círculo de um quarto de légua. Mas mesmo assim as dificuldades são insuperáveis. Dentro de um tal circuito podem existir muitos pais pobríssimos, que não tenha, nem ao menos, meios de dar vestido decente a seus filhos, e que, para se manterem, precisem do auxílio deles na cultura da terra, e em outros misteres da vida. (...). Vão lá a casa do pobre as autoridades policiais, vá o presidente da câmara municipal, vá o subinspetor, vá o professor, empreguem quantos meios inquisitoriais quizerem, o resultado será sempre o mesmo: o pai não pode mandar o filho a escola. Multá-lo-eis por isso? Mas ele não tem como pagar a multa (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 27/04/1867, p.01).

O presidente apresenta um impasse à Assembleia Legislativa e à população: a questão econômica tanto dos cofres provinciais quanto dos pais e responsáveis pelas crianças que deveriam obrigatoriamente frequentar a instrução pública primária. Sobre as escolas existentes, ele descreve: “são insalubres, acanhadas e de péssima construção; não

proporcionam as acomodações precisas ao grande número de alunos, que dever-se-á esperar, se, por meios coercitivos, eles forem arrastados a elas” (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 27/04/1867, p.01). Um ponto interessante na apresentação do presidente Burlamaque é a sua saída em defesa dos pais. Ele demonstra que a situação era mais complexa do que arrolar quem eram os alunos em idade escolar, fazer a chamada pública e impor a sua matrícula e presença aos pais, seja essa imposição feita por uma autoridade policial, ou uma da inspeção ou uma do ensino (professor). Por mais que os pais/responsáveis sejam representados na documentação consultada como aqueles que não valorizavam a instrução, o que o presidente evidencia é que, independente de concordar que o ensino era importante e saber que seria multado caso não enviasse os filhos para a escola, o que impelia as famílias pobres, em primeiro lugar, era a subsistência de seus integrantes. Segundo o presidente, “será indispensável a criação de asilos de infância, caixas de beneficência, e bibliotecas populares escolhidas e bem montadas, porque não basta ao aluno pobre a gratuidade do ensino” (Ibidem, idem).

Restituídas às coisas o seu verdadeiro valor, aos termos sua legítima significação, compreende-se que não é o ensino que se quer tornar obrigatório, mas sim a escola. Escola obrigatória, tal é a ideia predominante hoje em matéria de educação (BURLAMAQUE, 1867a, p.29).

Ler o jornal era também se deparar com essa discussão sobre o ensino obrigatório e os impasses para a sua efetivação na província. No seu relatório, o presidente Burlamaque traz à responsabilidade do governo provincial a criação de mais escolas e do suporte para o funcionamento das mesmas antes de se impor a obrigação do ensino. Além de emitir sua opinião sobre o assunto, os presidentes indicavam outros países como referência. Um leitor assíduo do jornal *O Dezenove de Dezembro* e que se interessasse pela instrução na província, encontraria na publicação dos relatórios algumas informações sobre o ensino obrigatório em outros locais, principalmente da metade da década de 1860 em diante, como podemos verificar no quadro seguinte:

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA	CITAÇÕES SOBRE O ENSINO OBRIGATÓRIO
Polidoro Cesar Burlamaque (1867)	Deixemos que lá na velha Europa preconizem esse sistema. Eles têm razão, porque lá os estabelecimentos de instrução são perfeitamente

	montados, tem rendas próprias, e sustentam-se mais com a retribuição dos alunos, com o produto das subscrições particulares, com as subvenções de diferentes sociedades, de que com o auxílio dos cofres públicos. Mesmo assim, a França, a Inglaterra, a Bélgica, a Espanha, e Portugal não se animaram ainda a lançar mão de medida desta ordem. A maior parte dos Estados Unidos seguem o nosso sistema.
José Feliciano Horta de Araújo (1868)	O sistema eminentemente descentralizador nos Estados Unidos não medrou em Inglaterra, onde hoje as associações continuam a fundar as escolas, subsidiadas pelo Estado, que por este meio legitimou a suprema inspeção que exerce sobre todo o serviço. A França não tem querido adotar o sistema alemão. O ensino é livre. O poder central administra; a vigilância compete ao <i>maire</i> e ao cura. O departamento e o estado coadjuvam a comuna, que por falta de rendas não pode fundar escolas. Na Alemanha está, em geral, adotado o princípio da obrigatoriedade do ensino, que há produzido excelentes resultados. Ali também a direção e fiscalização do ensino opera-se com a ingerência imediata dos poderes públicos.
Venâncio José de Oliveira Lisboa (1871)	Discordo inteiramente do estabelecimento do ensino obrigatório, não porque tenha a pretensão de opor-me a sua excelência preconizada por escritores notáveis, mas porque entendo que além das dificuldades práticas que oferece, está fora da alçada dos poderes provinciais. Criar o ensino obrigatório sem estabelecer meios de o tornar efetivo, é reduzi-lo a um mero conselho. Para torna-lo efetivo era preciso ou estabelecer multas, como fez o Regulamento de 1857, quando o aceitou, ou penas indiretas privando os pais ou tutores de certos direitos.
Adolpho Lamenna Lins (1876)	O ensino obrigatório, ideia modernamente aflagada por todas as inteligências, e realizada por alguns países, como entre outros a Alemanha, os Estados Unidos e a Inglaterra, também valeu algumas judiciosas considerações do atual inspetor de instrução pública. Pensa ele que se deverá ensaiar o sistema da obrigatoriedade nos centros populosos, onde mais eficaz se torne o corretivo da lei, e mais fácil a inspeção. Algumas províncias, e mesmo esta, decretaram tão importante medida; mas infelizmente ela não recebeu ainda a sanção do tempo e dos costumes.

Quadro 6: A Obrigatoriedade do Ensino nos Relatórios de presidentes, publicados no Dezenove de Dezembro
 Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir do Jornal O Dezenove de Dezembro (1860-1877)

Nos quatro relatórios elencados, sete são os países citados: Alemanha, Bélgica, Espanha, Estados Unidos, França, Inglaterra e Portugal. Ao final do século XIX praticamente todos os países europeus criaram leis sobre a educação primária obrigatória e estatal. Ao se voltar para o estudo sobre o ensino obrigatório, o norte americano Murray Rothbard (2013) demarca que “o primeiro sistema obrigatório estatal no mundo moderno foi estabelecido em 1559 pelo Duque Cristopher, Píncipe-eleitor de Württemberg. A frequência era obrigatória, era anotada e os faltosos eram multados. Outros estados germânicos logo seguiram este exemplo”, sendo, portanto, a Alemanha considerada como o estado pioneiro na efetivação da obrigatoriedade (ROTHBARD, 2013, p.30). O autor ainda escreve que, “no geral, todo país na Europa tinha estabelecido a educação obrigatória em 1900, com exceção da Bélgica, que se seguiu em 1920” (Ibidem, p.40) ¹⁷⁴.

Na Espanha, a Lei de Instrução Pública de 09/09/1857, conhecida como *Ley Moyano*¹⁷⁵, previa a instrução pública primária como obrigatória, para crianças entre seis e nove anos, podendo ser ministrada nas escolas ou em casa e gratuita. Apontada como uma “lei que regula o ensino geral na Espanha” (MANRIQUE, 2000, p.39), a lei centraliza instruções em território espanhol, como a própria estrutura (inspetores especiais (reitores das Universidades), inspetores gerais (diretores da Escola Normal ou professores da Escola Normal Central), inspetores provinciais, aqueles que seriam formados na Escola Normal e Central e que já tivessem exercido a docência por 5 anos na escola pública e 10 dias em escola privada) e função da inspeção (Inspetores Gerais visitam as escolas normais e vigiam os trabalhos nas províncias e os inspetores provinciais visitam as escolas primárias) (MANRIQUE, 2000, p.39 a 42). Seguindo o artigo 8º da Ley Moyano, os pais e tutores que não cumprissem com o dever de garantir a escola aos seus filhos e tutelados seriam admoestados e compelidos pela autoridade a fazê-lo, bem como multados. O Código Penal Espanhol de 04 de outubro de 1877 reforça que os pais e responsáveis pelos menores de 15 anos serão castigados com multas e repressão caso não obedecessem os preceitos sobre

¹⁷⁴ Marc Depaepe (2000) quando escreve sobre a educação na Bélgica, demonstra que ocorreu uma reforma em 20 de julho de 1880, feita pelo Ministro da Educação, Pierre Van Humbéeck, quando o currículo nacional foi introduzido no país. Segundo aponta o autor, na circular ministerial que acompanhou a reforma curricular, o ministro não fez a tentativa de separar educação intelectual de educação moral e que este caracterizou a última como sendo muito importante. Nas palavras do ministro, citado por Depaepe, “o currículo da atual escola primária é universal e obrigatório” (DEPAEPE, 2000, p.60). Um currículo obrigatório, no entanto, uma instrução que não se organiza com a obrigatoriedade da frequência até início do século XX.

¹⁷⁵ Claudio Moyano Samaniego, Ministro.

instrução primária obrigatória ou abandonassem o cuidado das crianças (RUIZ-CALDERÓN, 2003, p.41).

Nos Estados Unidos, a obrigatoriedade no ensino foi local. Em Connecticut, em 1805, foi organizada uma lei obrigando todos os pais e responsáveis a educar as crianças sobre a sua tutela; Boston, em 1845, discutia a legislação contra a evasão escolar e Massachusetts comparece como o primeiro estado que estabeleceu o sistema de educação compulsória em seu território, em 1852. A discussão entre os responsáveis pela instrução sobre a obrigatoriedade em território norte americano perdurou por toda a segunda metade do Oitocentos. “Massachusetts começou a marcha e os outros estados o seguiram, principalmente nas décadas de 1870 e 1880” (ROTHBARD, 2013, p.49).

Xavier Darcos (2008) demonstra que a constituição do sistema de instrução pública na França, tal como o entendemos no século XIX, abarca uma reforma política e social que perpassa as discussões do período de Guizot e depois de Duruy, seguido de Ferry, mas que também os antecede, se tomarmos o período de 1789 até a virada do século XX e o que caracterizou como “guerra escolar”. Tal “guerra” que se deu sempre entre “partidários da escola pública e da escola privada, entre republicanos anticlericais e monárquicos clericais, estimulou e acelerou paradoxalmente a expansão de uma instrução autenticamente nacional depois” (DARCOS, 2008, p.42 – tradução nossa¹⁷⁶). Segundo o autor, a obrigatoriedade do ensino prevista na legislação ocorre com a lei de 28 de março de 1882, elaborada pelo Ministro da Instrução Jules Ferry, mas que, mesmo antes dela, pelas questões revolucionárias características da França, a instrução conseguia atingir quase toda a população em idade escolar.

As crianças não esperavam que a escola fosse obrigatória para dela participar massivamente: mais de 80% dos jovens franceses já estavam escolarizados regularmente antes de 1882. Depois da aprovação da lei, não foram mais numerosos porque ela autorizava a abandonar a escola os alunos que obtivessem seu certificado de estudos em 11 ou 12 anos. Além disso, até 1892 não se promulgou nenhuma lei que proibia o trabalho de crianças menores de 13 anos em fábricas, ou seja, dez anos após a escolaridade obrigatória promulgada (DORCAS, 2008, p.42 – tradução nossa¹⁷⁷)

¹⁷⁶ “(...) partidarios de la escuela pública y de la escuela privada, entre republicanos anticlericales y monárquicos clericales, estimuló y aceleró paradójicamente la expansión de una instrucción autenticamente pública” (DORCAS, 2008, p.42)

¹⁷⁷ Los niños no esperaron a que la escuela fuese obligatoria para asistir a ella masivamente: más del 80% de los jóvenes franceses ya estaban escolarizados regularmente antes de 1882. Después de la adopción de la ley, no

Seguindo o disposto na lei de Jules Ferry, haveria uma comissão municipal – formada pelo prefeito, presidente da câmara, delegados locais nomeados pelo inspetor escolar, membros nomeados pelo Conselho de Instrução – estabelecida em cada comuna, para acompanhar e encorajar a frequência escolar (art.5º) e, o pai ou responsável pela guarda da criança, deveria informar ao prefeito da cidade, com antecedência de quinze dias do retorno das aulas, se ele pretendia dar o ensino na família ou em escola pública ou privada. No segundo caso, deveria informar também qual a escola escolhida (art.7º) (JORNAL OFFICIEL DE LA RÉPUBLIQUE FRANÇAISE, 29/03/1882, p.01).

Podemos aferir, segundo estudo sobre o sistema de inspeção feito por Deirdre Focquaert (2011), que até 1830, na Inglaterra, não havia a participação do Estado na instrução do povo, sendo esta da iniciativa da Igreja. Em 1834 foi criada uma Comissão do Conselho Privado para avaliar os assuntos referentes à educação; em 1839 uma prévia do que seria a inspeção do ensino comparece nas ações do governo, com a instituição de 30 inspetores para controlar o uso de subsídios para a educação (Her Majesty's Inspectorate – HMI). E, em 1856 foi fundado o Departamento de Educação, sendo nele incluída a inspeção, em 1860. Na década de 1860 foi construído o relatório Taunton (1868) sobre o ensino secundário, mas que continha nele o apelo por uma autoridade educativa central e um sistema de autoridades locais de instrução. Tal relatório abriu caminho para a construção da lei Forster, adotada no ensino primário em 1870: escola pública primária nos locais onde a iniciativa privada inexistia ou era inadequada. As escolas eram mantidas por subsídios estatais, taxas de fundos e taxas escolares (FOCQUAERT, 2011, p.02 a 08). A lei Forster, ou Lei de Educação (Education Act), permitia que a frequência fosse obrigatória em locais indicados pelos conselhos municipais. Murray Rothbard (2013) aponta que na década de 1876, outra legislação criou os “conselhos escolares e a frequência era obrigatória em todas as áreas remotas, exceto onde as crianças viviam a mais de duas milhas da escola” e que, somente em 1880, outra lei permitiu que esses mesmos conselhos decretassem e aplicassem a frequência obrigatória (ROTHBARD, 2013, p.41).

fueron más numerosos porque esta autorizaba a abandonar la escuela a los alumnos que obtuviesen su certificado de estudios a los 11 ó 12 años. Además, hasta 1892 no se promulgó la ley que prohibía el trabajo de los niños menores de 13 años en las fabricas, es decir, diez años después de la enseñanza obligatoria (DORCAS, 2008, p.42).

Em Portugal, por sua vez, o decreto de 20/09/1844, assinado por Costa Cabral, criou o Conselho Superior de Instrução Pública, que tinha como objetivo dirigir e inspecionar o ensino primário, secundário e o superior. Neste estava previsto a obrigatoriedade de frequência em um quarto de légua das escolas primárias para as crianças de 7 aos 15 anos, com multa de 500 a 1\$000 réis aos pais/responsáveis que não enviassem os filhos para as escolas. Porém, caso os pais demonstrassem pobreza excessiva ou que a falta da criança no trabalho por ela realizado acarretava em prejuízo para a família, poderiam não ser cobrados quanto a frequência dos mesmos nas aulas (JUSTINO, 2014). Antonio Nóvoa (1987) explicita que, quando se pensava nas intenções de reforma da legislação em Portugal, diversas eram as questões debatidas entre os partícipes do ensino, tais como: o da responsabilidade da família, a constituição da moral, a representação da instrução nacional, a gratuidade e liberdade do ensino, a obrigação escolar, a inspeção do ensino, entre outras. O autor reforça que havia um clamor pela educação, que:

Este “grito” em favor da instrução pública, do desenvolvimento de uma educação popular, é unânime entre os escritores e intelectuais do século XIX português. O estabelecimento de um sistema nacional de educação, controlada pelo Estado, permitindo o livre acesso a todas as classes sociais à uma educação básica, é um tema central do discurso educacional da época (NÓVOA, 1987, p.342 – tradução nossa¹⁷⁸).

Mesmo com todo o movimento de organização da inspeção¹⁷⁹ e instrução pública em Portugal, David Justino (2014) conclui que o princípio da obrigatoriedade estava previsto em lei, mas que não se concretizava em todo o território como o almejado, sendo mais uma “construção retórica” durante a segunda metade do Oitocentos (JUSTINO, 2014).

Nos relatórios dos presidentes da província do Paraná, evidenciados no quadro anterior, percebemos a referência de que, em geral, na Europa estava posta a obrigatoriedade do ensino, contudo, listam que França, Inglaterra, Bélgica, Espanha e Portugal não efetivaram o ensino obrigatório, ao contrário da Alemanha e Estados Unidos. No final da década de 1870, o presidente Lamenha Lins soma a estes dois países a Inglaterra. Contrapondo com os

¹⁷⁸ Ce “cri” en faveur de l’instruction publique, du développement d’une éducation populaire, est unanime chez les écrivains et les intellectuels du XIX siècle portugais. La mise en place d’un système d’instruction nationale, contrôlé par l’État, permettant l’accès gratuit de toutes les classes sociales à une éducation de base, est un thème central des discours pédagogiques de cette époque (NÓVOA, 1987, p.342).

¹⁷⁹ Ver Nóvoa, 1987, p.340 e 341; 416 e 417.

estudos sobre esses mesmos países durante o período em que os presidentes paranaenses os referenciam, identificamos que as informações não estavam equivocadas. O leitor dos relatórios publicados no jornal paranaense receberia essas indicações dos países e também localizaria a existência do debate sobre a obrigatoriedade, que era internacional, mas que os três primeiros presidentes listados se opunham à sua efetivação na província. No entanto, o quarto presidente remete seu relato à análise feita pelo Inspetor Geral, provavelmente se referindo à João Pereira Lagos, e pontua que seria interessante a efetivação da obrigatoriedade, mas que ela ainda deveria passar pela provação advinda da prática e do tempo. Os presidentes da província evidenciam em seus relatórios não somente o conhecimento sobre o assunto, mas seus posicionamentos, mesmo indo ao contrário do que era feito em outros locais. Era um momento de reforma na legislação paranaense e os relatórios publicados demonstram que havia uma conexão do que era proposto sobre a frequência obrigatória, mas que a província seguiria aquilo que os responsáveis diretos pela instrução pública primária indicassem e não uma transposição do que estava posto em outros países e províncias.

Como já observado anteriormente, nos escritos e debates na Assembleia Legislativa feitos pelo Inspetor Geral **Joaquim Ignácio Silveira da Mota**, também é possível localizarmos a conexão com referências internacionais na construção da legislação da província paranaense. Podemos acompanhar esses debates porque a prática de transcrever as sessões da Assembleia Legislativa a princípio ficou a cargo do jornal *O Dezenove de Dezembro*. Entretanto, com o passar dos anos e o surgimento de outros jornais e revistas paranaenses é possível acompanharmos as críticas e comentários sobre o que foi decretado pela Assembleia Legislativa nos jornais *O Paranaense*, *Província do Paraná*, *Gazeta Paranaense*, como também saber da data de sua instalação, início das sessões e integrantes, como na notícia dada em fevereiro de 1876: “instala-se no dia 15 do corrente a assembleia provincial. Já se acham nesta cidade diversos deputados, entre eles o nosso simpático patrício o Sr. Leocádio José Correia, que vai fazer sua estreia” (PROVÍNCIA DO PARANÁ, 13/02/1876). Voltando-nos para esse período de início das sessões, era vinte o número de deputados¹⁸⁰ que assumiram os trabalhos no biênio de 1876/1877 e destes, quatro já haviam

¹⁸⁰ Comendador Antonio Ribeiro de Macedo, Dr. Bento Fernandes de Barros, Major Bento Florêncio Munhoz, Padre Francisco José Correa de Bittencourt, Tenente Coronel Joaquim Antonio Guimarães, Tenente Coronel José Celestino de Oliveira, Tenente José Ferreira de Barros, Tenente Coronel José Florentino de Sá Bittencourt, Tenente José Lourenço de Vasconcellos Chaves, Padre Jordão Homem Pedroso, Dr. Leocádio José Correia, Dr.

exercido a função de inspetor do ensino (Antonio Ribeiro de Macedo, Bento Fernandes de Barros, Joaquim Antonio Guimarães, Ricardo de Souza Dias Negrão) e um exerceria futuramente (Leocádio José Correia). Foi para eles que se dirigiu o presidente da província, Adolpho Lamenha Lins:

É com mais viva satisfação que venho assistir à instalação de vossos trabalhos. A província aguarda ansiosa a reunião de seus eleitos, porque de suas luzes e patriotismo espera uma série de medidas úteis e proveitosas que, *removendo os embaraços com que ela atualmente luta*, concorram eficazmente para o seu engrandecimento e prosperidade. (LINS, 1876, p.01 – *grifo nosso*).

A fala do presidente deixa entrever uma expectativa, seja dele ou realmente da sociedade paranaense, de que a Assembleia Legislativa conseguisse desenvolver leis e propostas que contribuíssem para o desenvolvimento da província. Quanto aos *embaraços* com que a província lutava, poderia o presidente estar se referindo à dificuldade de dar conta dos cofres públicos, notícia alardeada nos jornais. A solução da Assembleia Legislativa foi decretar a tomada de um empréstimo para cumprir com os compromissos, contudo, a crítica a esse posicionamento foi ferrenha. Em um dos jornais, o título da notícia aparecia em destaque: *O empréstimo de Rs 500:000\$000*, acompanhado da frase “acha-se, pois, a província à porta do banqueiro” (PROVINCIA DO PARANÁ, 08/04/1876, p.01). Na leitura das folhas diárias e periódicas é possível identificarmos que, muitas vezes, quando o governo e os membros da Assembleia Legislativa eram liberais, suas ações eram contestadas pelos conservadores e vice-versa. Entretanto, independente da veracidade dos argumentos políticos, a circulação dos discursos dos deputados nos jornais e revistas contribuía para colocar em trânsito as ideias e propostas que por eles eram debatidas, interessando aqui as que se voltavam para a inspeção e instrução pública.

No relatório apresentado à Assembleia Legislativa, o presidente Lamenha Lins detalha a organização e estado da instrução na província e inclui na sua descrição o relato feito pelo Diretor Geral da Instrução Pública João Pereira Lagos. Posicionando-se sobre a instrução, o presidente informa à Assembleia Legislativa que “muito se tem feito em prol da instrução pública”, desde a promulgação de leis e regulamentos sobre o ensino até o acordo tácito entre os responsáveis pelo mesmo, visando o seu desenvolvimento, contudo, como

Manoel Euphrásio Correia, Tenente Coronel Manoel Ferreira Ribas, Tenente Coronel Manoel José da Cunha Bittencourt, Major Manoel Ricardo Carneiro, Major Mathias Taborda Ribas, Major Norberto José Miranda, Olegário Rodrigues de Macedo, Tenente Ricardo de Souza Dias Negrão e Tertuliano Teixeira de Freitas.

aponta, “os resultados não correspondem aos sacrifícios feitos”. Em sua lista de motivos para tal situação, estava a falta de instrução profissional (Escolas Normais), o não apoio da sociedade escolar no geral (apatia dos pais, ausência dos alunos, não compreensão dos benefícios da instrução), o baixo salário dos professores e a falta de estímulo em que exercem a função, a inutilidade dos concursos públicos para o magistério e “a fiscalização incompleta, ou descuidada nos lugares onde não se pode fazer sentir a inspeção central”. (LINS, 1876, p.42-43).

Para reforçar seus posicionamentos, o presidente cita o Diretor Geral de Instrução Pública e o seu “luminoso relatório” quando abordou “algumas medidas de utilidade intuitiva”, tais como: a proposta de divisão das cadeiras de ensino por entrâncias¹⁸¹, com os professores passando hierarquicamente da primeira até a última; a efetivação do ensino obrigatório (“pensa ele que se deverá ensaiar o sistema da obrigatoriedade nos centros populosos, onde mais eficaz se torne o corretivo da lei, e mais fácil a inspeção”); fornecer acesso à escola para o mais pobres, responsabilizando nisso as municipalidades; focar na inspeção das escolas (“... reduz-se [a inspeção] à mera disposição da lei, sem a mínima realidade”) e, por fim, a criação de uma Escola Normal na província. (LINS, 1876, p.49).

Dois meses depois da exposição, o presidente escreve: “faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa Provincial decretou e eu sancionei” a lei nº 456, cujo artigo 1º autorizava o presidente a reformar o regulamento da instrução pública (PARANÁ. LEI Nº456, 12/04/1876). Três meses depois foi publicado o Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província do Paraná, de 16/07/1876. Comparando com o regulamento que o antecede – Regulamento da Instrução Pública Primária, de 13/05/1871 – identificamos que algumas das ideias para a instrução anunciadas na sessão da Assembleia Legislativa foram incorporadas ao documento legal de 1876. Da parte exposta pelo presidente em relatório, a falta da instrução profissional seria suprida nas aulas do Curso Normal (“os alunos diplomados da Escola Normal terão direito a ser providos nas escolas que vagarem, de qualquer categoria que sejam” – art.19), o papel da inspeção do ensino e do seu representante direto, o Diretor Geral da Instrução Pública, foi esmiuçado no *Título VI Da Inspeção e Direção da Instrução* e a regulação dos concursos de magistério se deu em um capítulo

¹⁸¹ A de primeira entrância seria a cadeira/aula localizada na freguesia ou no bairro; a de segunda entrância seria a da vila ou lugar próximo à cidade e a de terceira entrância seria a da cidade. Para maior conhecimento sobre as divisões do ensino relacionadas ao trabalho docente ver FRANÇA, 2014.

próprio. (PARANÁ. Regulamento de Instrução (...), 1876). No que concerne às proposições do Diretor Geral João Pereira Lagos Júnior, todas compareceram no regulamento:

PROPOSTA DO DGIP	REGULAMENTO DE INSTRUÇÃO (1876)
Divisão das cadeiras	As escolas públicas do ensino elementar serão classificadas em três entrâncias do seguinte modo: 1ª entrância, cadeiras de povoados e bairros; 2ª entrância, cadeiras de vilas e freguesias; 3ª entrância, cadeiras de cidades e mais localidades em que for exequível este sistema. (art. 10).
Ensino Obrigatório	É obrigatório o ensino primário nas cidades. (art. 4).
Acesso à escola aos mais pobres e responsabilidade das municipalidades	As Câmaras Municipais fornecerão aos alunos pobres nas escolas públicas, à requisição do professor, penas, tinta, papel e compêndios necessários. Sob proposta do Conselho Literário, poderá a presidência mandar fornecer esses objetos, quando não o façam as Câmaras Municipais. (art. 37).
Foco na Inspeção das Escolas	Compete ao Diretor da Instrução: Visitar e inspecionar todas as escolas, colégios, casas de educação e estabelecimentos da instrução primária e secundária, públicos e particulares. (art. 120 § 4º)
Criação da Escola Normal	A instrução normal será dada no Instituto Paranaense e seu curso se dividirá em dois anos. (art. 15).

Quadro 7: Proposições do DGIP e efetivações no Regulamento de Instrução (1876)

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir do Regulamento de Instrução (1876) e do Relatório Lins (1876)

Durante a dissertação, foram apontadas pistas¹⁸² que reforçavam a hipótese de que “a apreciação dos inspetores gerais nos seus relatórios é mais um elemento de circulação na província – além dos jornais, revistas e livros – e, como tal, o presidente construía seu relatório pelo do inspetor geral” (BARBOSA, 2012, p.116). Contudo, com exceção do que sugere o Inspetor Geral Joaquim Ignácio Silveira da Mota e o Diretor Geral Moysés Marcondes de Oliveira e Sá¹⁸³, quando reorganizam ou propõem mudanças na legislação na

¹⁸² Nos relatórios, os presidentes muitas vezes se remetiam ao relato do Inspetor Geral, dizendo que dele extraiu alguns elementos importantes.

¹⁸³ Durante a pesquisa e escrita da dissertação, identificamos que o presidente Oliveira Bello, por ter proposto a reforma da legislação com o projeto do Regulamento do Ensino Obrigatório, publicado em 1883, comparece na documentação paranaense como o idealizador de tal norma. No entanto, no cotejamento das proposições que Moysés Marcondes de Oliveira e Sá fez no seu relatório, um ano antes, com o que ficou legalmente decretado no Regulamento de 1883, identificamos a permanência de ideias centrais do Diretor Geral da Instrução. Moysés apresenta um panorama estadunidense onde havia opositores e defensores do ensino obrigatório, citando o Superintendente do Ensino do Kansas e indicando a organização de uma comissão local de fiscalização do ensino, com distritos escolares bem demarcados e que fosse criado um fundo escolar para colocar em prática tal

província, não foi aprofundado o cotejamento entre o que citavam os Inspectores/Diretores Gerais, os presidentes de província e o que efetivamente comparece no registro legal posterior. O exercício de investigação aqui feito nos mostra que, mesmo quando não eram os responsáveis diretos pela formulação do regulamento, os Inspectores/Diretores Gerais continuavam contribuindo efetivamente para a sua formulação. Os presidentes de província eram, hierarquicamente, os responsáveis pela inspeção e instrução pública, contudo, suas ideias para o ensino, no debate com as professoras pelos inspectores/diretores gerais, se mesclavam ou deixavam prevalecer as indicações daqueles que estavam direta e cotidianamente relacionados com a inspeção.

Quando cotejamos as informações do jornal com outros documentos, como as correspondências de governo e os relatórios de presidentes, inspectores e professores, identificamos que é grande a relação da efetivação da obrigatoriedade do ensino com o papel esperado dos pais e responsáveis quando o assunto era a educação escolar da criança. É recorrente a reclamação dos responsáveis pelo ensino de que os alunos não frequentam a escola porque têm outros afazeres, como ajudar os pais na lavoura, no comércio, nos demais serviços domésticos, ou porque os pais/responsáveis não consideram importante a instrução dada nas escolas. Encontramos menção ao papel dos pais meses após a emancipação da província, quando o professor da Freguesia de Ponta Grossa, Aprigio Guilherme Antonio, pede demissão e relata que “os pais de família não cooperam em coisa alguma” e que “os pais privam seus filhos de frequentarem a Aula Nacional” (IIP39.6, 15/07/1854). Anos depois, inspector paroquial de Guarapuava, Francisco Manoel de Assis França, escreve à Inspetoria remetendo os mapas das escolas públicas e os termos de exames de alunos, sustenta que não ficou satisfeito com o número de alunos examinados e reforça:

Tenho conhecido que a pouca influência dos pais de família para a frequência dos alunos nas escolas concorre para este mau resultado, pois a maior parte do tempo deixam os alunos de comparecer na escola, por mais que eu esteja sempre a pedir a cessação deste mal, não tenho podido conseguir o desaparecimento dele (AP0640, 1881, p.140).

O Inspector Geral da Instrução João Franco de Oliveira Souza (1872) descreve em seu relatório que, a seu ver, as principais causas que dificultavam o desenvolvimento efetivo da

estrutura, sem onerar os cofres públicos. Todas as suas proposições comparecem no Regulamento do Ensino Obrigatório (1883) proposto pelo presidente Oliveira Bello (BARBOSA, 2012, p.119 a 124).

instrução pública no Paraná eram: a formação inadequada dos professores e a má remuneração dos mesmos, somadas à extensão do território da província paranaense que dificultava as ações da Inspetoria da Instrução Pública, à falta do ensino obrigatório e o compromisso dos pais em enviar os filhos para as escolas. Sobre essa última causa, escreve:

A indiferença, pertinácia e má vontade de muitos pais são outros tantos males que afetam o ensino. Pais ignorantes não sabem avaliar as vantagens que resultam do saber, nem ligam importância alguma à educação dos filhos, para eles vale tanto a ciência como a mais crassa ignorância. Também muitos meninos deixam de frequentar as escolas pela pobreza dos pais que não os podem dispensar do trabalho, e quando o podem não possuem suficientes meios de vesti-los de modo a poderem comparecer nas escolas, nem podem fornecer-lhes os objetos que precisam (SOUZA, 1872, p.02).

Em relatório apresentado à Assembleia Legislativa, o presidente Adolpho Lamenha Lins (1876) argumenta que era grande o esforço na província para desenvolver a instrução, principalmente se fosse considerada a publicação anual de leis e regulamentos sobre o ensino, contudo, entre as causas que impediam que a intenção fosse colocada em prática estava “o desconhecimento dos pais das vantagens da instrução e ausência dos alunos” (LINS, 1876, p.42-43). Apesar da presença maciça de críticas aos pais, alguns professores em suas localidades, apontavam que havia interesse dos mesmos na educação dos filhos, assim como o fez o professor Joaquim Duarte de Camargo, de Castro, em relatório enviado ao Diretor Geral Moysés Marcondes de Oliveira e Sá:

Os pais de família, compenetrados do grande dever de educar seus filhos, tem concorrido para que nas escolas haja pouco mais ou menos uma frequência regular. Se o ensino, porém, fosse obrigatório em toda a Província havia indubitavelmente nas escolas mais animação, mais frequência e por conseguinte mais progresso. (...). Em verdade se pode dizer que, se puser em prática o Regulamento de 06 de julho de 1877, que trata do ensino obrigatório, desaparecerão as ingratidões, as escolas serão mais frequentadas e os alunos disputarão entre si com mais vantagens a palma da glória em tão árdua tarefa (AP0657, 01/12/1882, p.232).

Tendo ou não a compreensão dos pais da importância da instrução para os filhos, os relatos dos partícipes do ensino deixam claro a crescente recorrência de que era urgente, para o desenvolvimento da instrução, que a mesma fosse obrigatória. Poderíamos recorrer a vários outros registros, porém, os trechos retirados dos documentos da Inspetoria da Instrução Pública e de relatórios de presidentes de província confirmam, primeiramente, que o debate sobre a responsabilidade da família esteve presente nos relatos de professores, inspetores e

presidentes durante todo o período. Um segundo ponto possível é confrontar esse debate, que cresce com o passar dos anos na documentação sobre o ensino na província, com a legislação vigente, como no quadro abaixo:

LEGISLAÇÃO	ARTIGOS
Regulamento de Ordem Geral – 08/04/1857	Os pais, tutores e protetores são obrigados, quando não mandem às escolas públicas os meninos de 7 anos que tiverem em sua companhia, a provar com certificado de qualquer instituidor particular, visto pelo respectivo subinspetor ou pelo inspetor de distrito, que por tal modo recebam a instrução primária. A transgressão dos artigos 33 e 34 sujeita à multa de 10 a 50\$000 e ao duplo nas reincidências aplicadas pelo inspetor geral que dará conta ao governo, à vista de cuja ordem será feita a cobrança. Trinta faltas não justificadas perante o inspetor ou subinspetor sujeitam os pais, tutores e protetores dos alunos à mesma multa do artigo antecedente. (art. 34º, 35º e 36º).
Instruções para os exames – 28/11/1859	Os alunos que se retirarem da escola antes do exame final sujeitam os pais, tutores ou curadores à multa do art.35º do regulamento de 08/04/1857, salvo apresentando certificado de se haver matriculado em outra escola, provando idade maior de 15 anos. (art.7º).
Lei nº 381 – 06/04/1874	Cabe ao Conselho de Instrução: impor aos pais, tutores ou patronos a multa de 10 a 50\$000, podendo ser repetida e aumentada até o máximo em caso de reincidência, se findo o prazo do parágrafo antecedente, não mandarem à escola os menores sob sua guarda, ou não ministrarem-lhes por qualquer modo a instrução primária, nem apresentarem razões justificativas de omissão. (art. 5º§3º).
Regulamento de Instrução Pública – 01/09/1874	Os pais, tutores ou patronos, que, findo o prazo do art.38º§2º, não mandarem à escola os menores sob sua guarda, ou lhes não ministrarem a instrução primária por qualquer modo, serão admoestados para que o façam dentro de dez dias; e não o fazendo incorrerão na multa de 10\$000 a qual poderá ser repetida e elevada até 50\$000 progressivamente, no caso de reincidência, salvo justificando a omissão. Da aplicação de uma pena à outra, deve ser esperado o prazo de um mês. (art.72º).
Regulamento para o Ensino Obrigatório – 06/07/1877	Os pais, tutores, ou outros quaisquer representantes legais das crianças que completarem seis anos, são obrigados a fazê-las frequentar regulamente as escolas públicas primárias, nas cidades da província. Os representantes legais das crianças cujas ausências não forem consideradas pelos inspetores paroquiais como justificadas serão citados por escrito para comparecerem dentro do prazo de dois dias e prevenidos de modo expresse de que só serão tomadas em considerações as provas produzidas imediatamente. Se o acusado se apresentar, os debates se farão verbalmente e a sentença será pronunciada logo. Se ele não comparecer, a sentença será dada a revelia e lhe será notificada. (art.1º, 18º e 19º).
Regulamento do Ensino Obrigatório – 03/12/1883	São responsáveis pela obrigação do ensino primário: os pais, tutores, protetores em relação às crianças, que tiverem sob sua guarda ou autoridade, e também os proprietários ou administradores de quaisquer estabelecimentos mercantis ou industriais a respeito dos seus operários ou empregados. A instrução obrigatória pode ser ministrada nas escolas públicas, particulares ou no seio da família

	pelos pais, tutores, protetores ou pessoa de sua escolha. Os pais e os outros responsáveis pela instrução das crianças, que as não fizerem matricular em uma escola pública ou particular ou não provarem que elas recebem o ensino na família, decorridos 15 dias da abertura das aulas, serão advertidos em particular pelo superintendente do distrito e por ele induzidos sumariamente ao cumprimento da obrigação escolar. (art.5º, 6º, 30º)
--	---

Quadro 8: Papel dos pais/responsáveis na manutenção da criança na escola.

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da Legislação paranaense (1854-1890).

O quadro legislativo comprova que a família era chamada à responsabilidade para com a frequência da criança na escola primária, mesmo estas crianças, como relatado por professores e inspetores, sendo umas das pessoas da família que trabalhavam na lavoura, no comércio ou em outros afazeres. Ao observarmos a legislação, percebemos que o papel dos pais ganha gradualmente destaque maior. A legislação acaba sendo a efetivação de um debate construído entre os partícipes do ensino (professores, inspetores, presidentes, deputados e legisladores). Uma construção social da legislação feita não somente pelo que ouviram e debateram na Assembleia Legislativa, como também pelo que leram em relatórios e correspondências de ensino enviados por professores, inspetores e presidentes da província.

2.1. Inspeção e instrução: o Inspetor Geral Silveira da Mota e suas proposições

Joaquim Ignácio Silveira da Mota foi o terceiro nomeado para o cargo de Inspetor Geral da Instrução Pública do Paraná. Antes dele, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá e José Lourenço de Sá Ribas haviam exercido tal função. Contudo, como Silveira da Mota escreve em seus relatórios, coube a ele organizar “um novo sistema de instrução pública” para a província¹⁸⁴ (MOTA, 1857, p.40/1859. p.06). De sua atuação na Inspetoria Geral da Instrução o presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes (1858) escreve que suas ações “deram à minha administração a glória de marcar a época do renascimento da instrução pública na província” (CARVALHAES, 1858, p. 58). Uma província que, segundo demonstra Marcelo Pastre (2001), lutava por configurar sua infraestrutura de acordo com as condições financeiras, o que não era uma tarefa conciliativa que tivesse muito sucesso, uma vez que o valor sempre era menor para as mudanças propostas, incluindo na instrução (PASTRE, 2001. p.05).

¹⁸⁴ Sobre os detalhes dessa organização, ver BARBOSA, 2012 e ANJOS e BARBOSA, 2013.

Se deve a Silveira da Mota a constituição de um local específico para a Inspetoria Geral da Instrução Pública, em uma das salas do Liceu. No seu primeiro relatório, relativo ao ano de 1856 quando iniciou na função, escreve que não havia um espaço apropriado para o funcionamento da Inspetoria, bem como faltava um secretário para auxiliá-lo na repartição. Segundo escreve ao presidente da província, uma secretaria bem montada e organizada era fundamental para manter a ordem na correspondência com os “empregados do ensino” e não prejudicar o sistema de instrução, conservando assim a regularidade no serviço, “que é essencial para se apreciarem os vícios e defeitos, que se vão notando, e remediá-los com medidas reclamadas para observação e estudo perseverante” (MOTA, 1857^a. p. 4-5). Notamos que, para o inspetor Silveira da Mota, a organização *escriturística* era fundamental não somente para uma inspeção que fiscaliza, mas para uma que estuda os problemas em busca de soluções, de orientações. A inspeção como uma função de estudo para a melhoria do sistema de ensino. No ano seguinte, ele sinaliza em seu relato que havia necessidade de maiores investimentos nos salários daqueles que o auxiliavam na secretaria da inspetoria (secretário e o porteiro) e na remuneração dos inspetores de distrito (MOTA, 1859. p.2-3). Voltamos o olhar para esse sujeito e suas formulações sobre o ensino na província paranaense, nos três anos que esteve como Inspetor Geral da Instrução¹⁸⁵, devido a essa reorganização da inspeção, tanto no sentido físico e burocrático, quanto no que concerne ao desempenho prático e proposição da reforma da instrução.

Poucas informações existem sobre a sua vida pessoal. Algumas acabam sendo desconstruídas, devido a permanência do sobrenome em outras províncias. Andrade Muricy (1976), em seu livro de memórias, descreve Silveira da Mota como um homem “elegante, de formação mundana requintada, e de nome que valia por uma qualificação de aristocracia” e que “foi-lhe fácil, mesmo fora da Medicina, impor-se em tal meio” (MURICY, 1976. p.18). O curso superior foi feito na Alemanha e o *meio*, ao qual se remete Muricy (1976) era o do grupo político e econômico das oligarquias dominantes na província¹⁸⁶. Ele não fazia parte,

¹⁸⁵ No quarto capítulo, acompanharemos as proposições de Joaquim Ignácio Silveira da Mota em quatro conferências sobre a instrução pública, feitas entre a década de 1860 a 1870, compiladas e publicadas em 1878.

¹⁸⁶ Sobre as oligarquias políticas dominantes, ver BALHANA *et al*, 1996, p.113. Magnus Pereira (1996) aprofunda em seu estudo a existência de dois grandes eixos econômicos no Paraná no século XIX: desde o cultivo, fabricação e venda da erva mate até o comércio de invernagem de gado na região dos Campos Gerais. O autor aponta que o segundo grupo conseguiu uma certa hegemonia, quando a análise se volta para o ordenamento jurídico e econômico na sociedade paranaense provincial, e que estes grandes fazendeiros formaram seus filhos fora do Paraná, seja nos cursos jurídicos e de medicina em outras províncias (São Paulo,

no sentido de nascimento, mas o vemos debatendo as questões sobre a inspeção e instrução pública inserido no mesmo, sem se sentir acuado por não ser do Paraná, como no item anterior.

Joaquim Ignácio Silveira da Mota nasceu na Bahia, em 1818 e faleceu no Rio de Janeiro, em 1891. Mudou-se para o Paraná em 1842, enquanto este ainda era Comarca da província de São Paulo. Segundo Maria Nicolas (1954), “desde logo conquistou posição de relevo político, tendo sido deputado à Assembleia Provincial de São Paulo”, depois sendo deputado provincial do Paraná, delegado de polícia em Curitiba – em 1851, quando houve um conflito com vítimas, em São José dos Pinhais e Inspetor de Ensino (NICOLAS, 1954. p.76-77). Morava na Chácara dos Mota, na aldeia do bairro Portão (MURICY, 1976. p.37) e foi colaborador nas revistas francesas de Medicina: *Repetoire Pharmacien* e *Boletin de Therapeutique Médicale et Chirurgicale* (1879-1880). Ficou à frente da Inspetoria Geral da Instrução Pública do Paraná de 1856 a 1859, alterando os momentos de licenças¹⁸⁷ e de afastamento para compor a Assembleia, quando então tomava o seu lugar na Inspetoria Geral da Instrução um inspetor interino.

Pela data de nascimento de Silveira da Mota e de fixação de sua moradia no Paraná, podemos indicar que tenha seguido seus estudos na Alemanha por volta dos 18 anos, provavelmente na década de 1830. Um período complexo do ponto de vista político e econômico – de 1814 a 1830 – conhecido cronologicamente como o período da Restauração, onde a política internacional europeia foi reconfigurada mediante a três princípios: equilíbrio e legitimidade (uma tentativa de manter, nos territórios atingidos pela expansão napoleônica, governantes legítimos, tentando conter as manifestações revolucionárias) e intervenção (um compromisso de que os países interfeririam quando houvesse um movimento revolucionário de grandes proporções)¹⁸⁸. Jacques Le Goff (2015) explicita que no período após o Congresso

Pernambuco, Rio de Janeiro) ou no exterior e que estes, formados bacharéis, nunca “concederam grandes espaços à burguesia do mate, mesmo quando no final do século XIX, esta detinha em suas mãos o domínio econômico da Província (PEREIRA, 1996, p.10-11).

¹⁸⁷ No seu último relatório, informa ao presidente que seguiu para as visitas das escolas de Vila do Príncipe (Lapa) e que “estava com grave enfermidade no pulmão” (MOTA, 1859, p.40).

¹⁸⁸ O processo de unificação na Alemanha, ocorrido a partir da segunda metade da década de 1840 e concluso em 1871 foi inverso ao vivido na Itália, no mesmo período, porque a unificação econômica, por meio da área de livre comércio *Zollverein* (1834), ocorreu antes da política, favorecendo o caminho. Otto Von Bismark, ministro do Rei Guilherme I, da Prússia, foi o grande líder da revolução germânica, defendendo a unificação pela força militar, com o fortalecimento do exército prussiano e adotando uma política externa agressiva. Paulatinamente

de Viena (1815) é possível identificarmos “uma Europa autoritária que não concede liberdade às populações” e que “todas as revoluções populares de 1848 faliram”, principalmente considerando o fato da abolição da República na França e a proclamação do sobrinho de Napoleão como imperador (Napoleão III) (LE GOFF, 2015. p.89). No entanto, o autor aponta que não há como negar que “a Europa foi o primeiro continente em que foi dada às crianças a possibilidade de aprenderem a ler e escrever, de frequentarem as escolas” e que o ensino universitário também compartilha de um grande crescimento ao longo do Oitocentos, sendo modernizado, abarcando histórias e as ciências. Cita ainda a universidade fundada por Humboldt, em Berlim, como exemplo desse pensamento que se volta para o moderno (Ibidem, p. 97-98).

Ethel Kauffmann (2008) sinaliza a inauguração de universidades importantes para a formação daqueles que exerceriam papéis centrais na configuração política e econômica da sociedade alemã, como a fundação da Universidade de Halley (1694), que “[rompia] com as tradições escolásticas de ensino e [promovia] a ideia de uma educação que predominasse um crescimento autônomo do indivíduo” e a Universidade de Berlim (1810) que acabou se configurando como um modelo para as outras universidades posteriores (KAUFFMANN, 2008. p.05). Por sua vez, Jacques Le Goff (2015) elenca alguns cientistas e os progressos da ciência, ao longo do século XIX, que acabaram se configurando como marcos, como “Claude Bernard (1813-1878) que funda a medicina experimental e descobre que o fígado produz açúcares; o químico e biólogo francês Louis Pasteur (1822-1895) que descobre os micróbios e a vacina contra a raiva”, entre outros (LE GOFF, 2015. p.98). O interessante é que o autor escreve que esses cientistas se comunicavam sobre suas pesquisas e invenções e que “existia uma rede europeia de comunicação científica” (Ibidem, p.99). Estando um jovem estudando medicina, provavelmente estava informado sobre alguns desses desenvolvimentos científicos, seja por meio da leitura ou por assistir as aulas na Universidade. Podemos aventar mais do que isso: estando um jovem na Alemanha estudando, como o fez Joaquim Ignácio Silveira da Mota, poderia se atentar para a existência dessa *rede de comunicação* e a importância de manter uma rede como essa em seus próprios círculos de convivência.

saiu vitorioso de grandes intercessões políticas internacionais, com potências que se posicionavam contra a descentralização alemã e o fortalecimento da mesma, como com a Dinamarca, na Guerra dos Ducados em 1864, com a Áustria, na Guerra das Sete Semanas em 1866, com a França, na Guerra Franco-Prussiana em 1871 (MEDAWAR e PYKE, 2003. p.26-27).

Não sabemos qual Universidade Silveira da Mota cursou, todavia, Paulo Pancrácio (2012), ao tratar da história da Medicina internacional no século XIX, verifica que na primeira metade do referido ocorreu um grande desenvolvimento do pensamento clínico, “um período de investigação positiva, de indagações diagnósticas e de estudos que condiciona alterações profundas nas mais diversas áreas da medicina” e que entre 1840 a 1850 isso ganha um impulso maior, graças aos conhecimentos microbiológicos (PANCRÁCIO, 2012. p. 05). Ainda segundo o autor, na Alemanha, com exceção de Lucas Schoenlein (1793-1864), que seria apontado como o “fundador da clínica moderna no país”, os médicos/clínicos praticavam ainda uma medicina que apontou como “«romântica»” e que, progressivamente essa visão foi abandonada “para dar lugar a uma orientação no sentido da observação e da experimentação direta” (Ibidem, p.11).

O que sabemos de Silveira da Mota é que, apesar de sua atuação intensa na administração pública – como Inspetor Geral da Instrução, deputado, delegado – não deixou sua profissão de formação, exercendo-a em paralelo às suas demais obrigações e se mantendo em contato com as discussões por meio das revistas aqui mencionadas. Acompanhando-o pelas páginas do jornal vemos, em uma nota de agradecimento feita por Manoel Francisco Alves¹⁸⁹, que dez anos depois de ter sido Inspetor Geral da Instrução continuava exercendo a medicina.

Voltando à sua atuação como Inspetor Geral da Instrução, verificamos que seus três relatos anuais sobre o estado da educação paranaense são detalhados, divididos em até onze itens de exposição. Nos três perpassa a dificuldade encontrada para garantir que a inspeção fosse realizada, devido a extensão do território paranaense, ao problema do orçamento e da organização e efetivação do sistema de ensino. É claro que são momentos diferentes e podemos perceber as semelhanças na escrita como também o que a difere. No primeiro, o vemos constituir as bases para a organização da inspeção e da instrução na província. No segundo, ele já demonstra as dificuldades encontradas, como as geográficas: “porém, os melhores desejos nutridos pelos distintos funcionários, que dirigem os distritos, e suas luminosas precauções, não puderam vencer as distâncias, em que se acham colocadas as escolas” (MOTA, 1858. p.39). Notamos nesse trecho, cujo assunto também seria tratado no

¹⁸⁹ Agradecimento: “Sofrendo, há mais de dois anos, de um cancro no lábio inferior, recorri ao Sr. Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Motta que, com prontidão, desvelo e caridade livrou-me desse flagelo no dia 14 do corrente. Agradecendo cordialmente, com minha família, este ato humanitário, pedimos-lhe desculpa, se, testemunhando-o publicamente, ofendemos sua reconhecida modéstia” (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 22/09/1869. p. 04).

ano seguinte, que o Inspetor Geral defende o trabalho dos inspetores de distrito. Não era somente exercer a fiscalização hierárquica, mas também adentrar às dificuldades e perceber-se como parte de toda uma estrutura, indo em defesa da mesma quando necessário. No terceiro relatório as defesas continuam as mesmas, mas o foco se volta para a efetivação da criação de um asilo na província, já indicado no seu primeiro relato, e para a explicação do porquê os Conselhos Literários criados não funcionavam segundo o que era esperado pela legislação em vigor e pela sua proposição.

Podemos afirmar que no seu primeiro relatório ele aponta quais são os seus principais posicionamentos sobre a inspeção e instrução pública. Logo nas primeiras páginas afirma que o governo não deveria deixar o povo na ignorância, principalmente para não sentir depois o atraso dentro do “movimento industrial e inteligente, que aparecerá com a provocação à imigração estrangeira”, para que os paranaenses e brasileiros no geral não ficassem em condições desiguais (MOTA, 1857^a. p.03). Ele pondera sobre as legislações, a instrução e a ação esperada: “desta necessidade se há de o governo compenetrar, se quiser sinceramente promover a felicidade pública, e de constituir-se força motora desse movimento regenerador da nascente província” (Ibidem, p.09). O inspetor Silveira da Mota chama atenção para o papel do Estado: tomar para si efetivamente a responsabilidade e controle da instrução pública. Um governo que não regula não pode ser chamado de governo, no sentido de que não se trata de um caráter regulador autoritário o pretendido, mas aquilo que, como aponta Norberto Bobbio (2009), não reduz o controle do Estado e sim indica a percepção do *lugar* que esse mesmo deve ocupar na proposição de políticas. Elaborar um regulamento para a inspeção e instrução é o esperado desse lugar e ação. O Estado entendido como aquele que é responsável pelo “ordenamento político de uma comunidade” (BOBBIO, 2009. p.63).

Seguindo com o relato de Silveira da Mota, percebemos que, como muitos dos sujeitos que foram responsáveis pela inspeção ou instrução pública primária ao longo do período, ele também se vale de referências para sustentar suas propostas. No quadro abaixo é possível visualizarmos quando ele lança mão de autores, utilizando citações dos mesmos ou os indicando em sua escrita:

Autor/país	Situação referenciada	Citação
Leibnitz	Reforma da Instrução	“Eu sempre pensei que se reformaria o gênero humano se a educação da mocidade fosse reformada” (p.03) - citação
Lerminier	Importância da	“Lançai a instrução sobre a fonte do povo, vós lhe

	Instrução	deveis esse batismo” (p.04) - citação
Cousin	Necessidade de escolas boas	“Segundo a opinião de uma grande autoridade nesta matéria, Mr. Cousin, a falta de escola é um mal, porém uma escola ruim é uma calamidade” (p.09) – indicação
Degerando	Necessidade de instrução	“Em toda a outra coisa a privação se faz sentir, ela traz a necessidade, o desejo, a demanda; sucede precisamente o contrário em matéria de instrução: quanto maior é a falta menor é a procura” (p.09) – citação
Rey de Grenoble	Asilos	“(…) criação de asilos para o dia, segundo o plano de Mr. Rey de Grenoble” (p.11) – indicação
Guizot	Salário dos professores	“A sua glória é exaurir-se em sacrifícios apenas lembrados daqueles que dele tiram proveito” (p.20) – citação
Rousseau	Ensino de Geometria – sobre o livro utilizado	“Seria, porém, conveniente que se publicasse alguma coisa em proporções mais pequenas, que segundo o método físico preconizado por J. J. Rousseau fosse habituando as crianças a conhecer exatamente as primeiras ideias, sem se meter nas mais complicadas abstrações geométricas, que dificilmente serão concebidas por crianças” (p.27) - indicação
Garret	Silabários para o ensino	“Não tenho definitivamente me pronunciado sobre os silabários que convém adotar, porque ocupo-me de estudar o que melhor convenha para associadamente ao conhecimento das letras e das sílabas ir-se imprimindo ideias de zoologia e de botânica vulgares, a fim de que na idade conveniente, como já disse o Sr. Garret, o método das classificações ache noções dispersas que reunir, e suficiente base para o sistema” (p.27) – indicação
	Educação Feminina	“Hoje, atentos as conveniências sociais, uma educação tal como foi traçada pela lei de 46 com acréscimo do estudo de francês que na minha reforma indiquei, tem proporcionado os meios suficientes para edificar o espírito e o coração de uma menina, porque, segundo o Sr. Garret, não foi esse sexo destinado, como diriam nossos avós, para fazer meias e arrumar baús, mas também não nasceu para frequentar a palestras, o foro e a tribuna” (p.33) - indicação
Lord Brougham	O papel do poder público para com a instrução	“Será o instituidor e não mais o canhão que de ora em diante se tornará árbitro dos destinos do mundo” (p.28) – citação
Emílio de Girardin	Educação Feminina	“Instruir uma menina é abrir-se uma escola no seio de uma família, segundo o Sr. Emílio de Girardin, e pois é um meio muito eficaz, para conseguir maior soma de proveito na educação, o da instituição de escolas para as meninas em todas as localidades” (p.33) – indicação

Quadro 9: Referências de autores e sistemas de ensino de países europeus
 Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir do Relatório de Mota (1857a)

Silveira da Mota indica dez sujeitos e suas ideias para a instrução pública primária¹⁹⁰ que o auxiliavam na construção do seu planejamento do que seria melhor para o ensino na província. O primeiro a ser citado foi o alemão Gottfried Wilhelm Leibniz¹⁹¹ (1646-1716), descrito em verbete como um “autodidata na biblioteca de seu pai”, que frequentou o curso de Direito na Universidade de Leipzig, se formando em 1666, onde entrou em contato com o pensamento de Galileu, Bacon, Hobbes, Descartes, entre outros, atuando em várias áreas com projetos de mecânica, geologia, topologia (BRITANNICA, 2015). Filósofo, matemático, uma de suas grandes teorias sobre o indivíduo é a de que ele não pode ser entendido ou formulado ou percebido individualmente, apesar do seu caráter único, o *princípio do indivíduo* é que seu valor existencial só pode ser mensurado em conjunto com tudo que o cerca e que o constitui como tal, ou seja, só pode ser explicado pelo todo e não pelo que lhe é específico, principalmente pela vontade divina¹⁹². Marcos César Seneda (2007) chama atenção para a tese de Leibniz sobre os dois tipos de verdades (as de raciocínio e as de fato) e que, para o autor, a contradição entre essas duas verdades impossibilita que a existência seja alcançada fora da esfera do intelecto e da vontade divina, acabando por lançar uma “tese que terá impacto direto em toda a filosofia moderna e contemporânea: a da irreducibilidade da existência em face da essência”, por meio do princípio da contradição (SENEDA, 2007. p.127).

A educação do indivíduo comparece na obra de Leibniz como um todo, contudo não é ela o mote de desenvolvimento de seus argumentos, ela é mais um dos temas que o auxiliam no debate da constituição do homem. Quando escreveu sobre o método de aprender e ensinar jurisprudência¹⁹³, Leibniz (2012) conclui que não existia um homem, ilustre ou não, mas que em suas meditações pessoais não desejasse um modelo melhor de ensino, até pela preocupação com a inteligência de seus filhos. Ele continua dizendo ser possível encontrar

¹⁹⁰ Sobre a instrução secundária, cita a constituição do sistema de Roma, a conversão do Liceu em Curitiba em Internato, “nas proporções dos ginásios da Alemanha”, Benjamin Constant e os ginásios na Prússia (MOTA, 1857^a. p.38 a 40).

¹⁹¹ Optou-se aqui pela escrita do nome de acordo como está no livro consultado (Leibniz) e não como comparece nas fontes (Leibnitiz).

¹⁹² Para maior detalhamento de sua teoria, ver RUSSEL, 1968.

¹⁹³ A obra foi publicada em Lipsia, 21 de junho de 1646 e depois em Hannover, em 14 de novembro de 1746. José Renato Cella (2010) explica que nos séculos XVII e XVIII desenvolveu-se uma necessidade de elaborar um sistema de Direito justo, com tentativas de laicização do direito natural, que passava a ser concebido como um sistema de direito racional. Segundo o autor, “foi esse o ideal de Grotius, Pufendorf, Leibniz e Christiam Wolf. Tal concepção vê a possibilidade de enunciar o direito a partir de um sistema dedutivo” (CELLA, 2010. p.5497).

filhos de pessoas cultas que ao final da primeira idade estão educadas, mas que isso se deve “não tanto pela grandeza de inteligência, quanto pela arte do ensinamento” (LEIBNIZ, 2012. p.12).

Como o inspetor Silveira da Mota não nomeia a obra de onde retirou a citação, fica difícil identificá-la com precisão. O que podemos perceber é que o filósofo alemão referenciado comparece de forma semelhante nos escritos de outros sujeitos no século XIX, como o do presidente da província paranaense, André Fleury (1865) ao afirmar: “dai-nos a educação da primeira infância e nós reformaremos a sociedade” e dizendo ser esse o pensamento encontrado em “Bacon na Inglaterra, Leibnitz na Alemanha, Fénelon e João Jacques Rousseau em França, como muito bem observa Girardin” (FLEURY, 1865. p.14). Notamos que a relação entre reformar a educação e consequentemente a sociedade por meio daqueles que se educam também comparece no escrito do presidente, contudo, a menção feita se volta diretamente para outra obra, de Emilio de Girardin. Independente de como essa compreensão do presidente se deu – seja por ter acessado diretamente a obra de Girardin, escutado algo sobre ela ou lido o escrito de alguém que a ela se ateve – podemos identificar que permanecia o entendimento de que por meio da educação se reformaria a sociedade, ou, como aponta José Murilo de Carvalho (2007), percebe-se o reforço da necessidade de “normatização da vida coletiva” (CARVALHO, 2007. p.11).

O movimento de referenciar Leibniz pode também ser visto nos jornais da província do Rio de Janeiro, São Paulo e da Bahia¹⁹⁴, entre as décadas de 1840 a 1860. O escolhido aqui não é trazer todas as citações, contudo, uma ganhou espaço devido ao teor semelhante ao escrito por Silveira da Mota. Havia um periódico da Sociedade Instrutiva da Bahia que, segundo a mesma, “sua alta missão [abrangia] um e outro objeto, isto é, a instrução do povo e da mocidade” e, entre as justificativas dadas, estava: “porquê da educação dependem todos os destinos de um povo, e com razão julgava o profundo Leibnitz, que nela estava encerrado todo o segredo da reforma do mundo” (O MUSAICO, 12/06/1846. p.185-186). Dez anos antes de Silveira da Mota escrever seu relatório, a relação de Leibniz com a educação e o poder de modificar a sociedade estava posta na folha baiana. Se teve acesso ao periódico quando este foi publicado ou depois, não menciona em seu relato. A semelhança na utilização

¹⁹⁴ A escolha por essas províncias para a investigação nos jornais se deu por ser a Corte localizada na província do Rio de Janeiro, pela proximidade não somente geográfica como também de ex-comarca da província de São Paulo e a da Bahia por ter sido o local onde nasceu e viveu Joaquim Ignácio Silveira da Mota antes de fixar residência no Paraná.

do mesmo autor nos indica duas possibilidades: a primeira é a de que ele pode ter acessado tal periódico, o que nos confirma a hipótese de que o inspetor escreveu a partir do que leu sobre a instrução, e a segunda é a de que, apesar de não ter lido essa publicação em específico, o inspetor Silveira da Mota, que estudou na Alemanha, teve acesso a estudos e discussões do referido autor e os colocou em circulação na província. Em conexão com outros sujeitos que também se remetiam a Leibniz, pela relação da sua filosofia com aspectos educativos, religiosos¹⁹⁵, filosóficos¹⁹⁶, entre outros. O que também nos confirma a hipótese de que escreveu a partir do que leu.

Ao contrário de Leibniz, o segundo autor citado, o francês Jean Eugène Lermnier (1803-1857) era contemporâneo a Silveira da Mota. Como o Inspetor Geral do Paraná, Lermnier (1833) também citava Leibniz quando se dispunha a discutir as reformas jurídicas. Em 1833, quando então era professor de História da Legislação Comparada no Collège de France¹⁹⁷, o advogado¹⁹⁸ Lermnier escreveu sobre o movimento de renovação que acontecia no norte da Europa e como a política deveria ser tratada diante das mudanças, sua função e papel perante as nações. Segundo apontava, a França tinha uma “fisionomia nova”, no sentido de divisão administrativa, organizando as prefeituras (comunas); com exposição pública dos produtos industriais; com a religião restaurada e a instrução pública organizada (LERMINIER, 1833. p.261). Quanto à instrução, provavelmente estava se referindo à reforma empreendida por Guizot, cujo projeto, no tempo da escrita e publicação do referido livro¹⁹⁹, já estava por ser aprovado. O autor demarcava que ainda era necessário pensar em um código civil, uma vez que, em sua concepção, caberia à França dar à Europa o exemplo de um sistema de leis praticáveis, coerentes, imparciais e duráveis. E nesse momento, se remete às concepções de “Bacon, Leibnitz, assim como de Frederic, Cattherine, Tanucci (Ibidem,

¹⁹⁵ Como no periódico baiano O Noticiador Catholico, de 30/05/1848, p.1-2.

¹⁹⁶ Na publicação intitulada “Encerramento de um curso de Filosofia”, com a discussão em torno da questão da origem das ideias (O CREPÚSCULO, 10/03/1846, p.26) ou no periódico paulista Ensaio Litterarios do Atteneu Paulistano, 1852, nº2, p.337.

¹⁹⁷ Informação que está na capa do seu livro (LERMINIER, 1833. capa).

¹⁹⁸ LERMINIER, 1829.

¹⁹⁹ No prefácio o autor assina como Paris, 09 de junho de 1833 e a lei Guizot foi publicada em 28 de junho de 1833.

p.262). Antes disso, já havia escrito um capítulo sobre a filosofia do direito segundo Leibniz, no livro *Introdução Geral à História do Direito* (LERMINIER, 1829. p.140 a 156).

A caracterização da importância do Direito e da constituição legal para a sociedade acaba sendo um ponto em comum entre as propostas dos autores citados com as do inspetor Silveira da Mota. Mas de onde provém a frase que o inspetor cita como sendo de Lerminier? No livro intitulado *Dez anos de Ensino*, Lerminier expõe desde o começo que aquela seria uma resposta às críticas que recebeu – quando foi obrigado a abandonar a cátedra no Collège de France devido seu pensamento político – e que iria “expor seus direitos como um professor e os seus sentimentos como político”, não para se justificar perante a opinião pública, à França ou à Europa, mas porque, como apontavam os seus amigos, não deveria se calar frente as acusações (LERMINIER, 1839. p.2-3). Diante disso, o vemos explicar cada pensamento em sua obra, evidenciando o que entende por política e a que ela deve servir, como no trecho abaixo:

Um homem não foi feito somente para projetar ideias, mas para espalhá-las e aplicá-las; e a política é para mim não só uma ciência, mas uma arte. É a arte prática, é a arte que dá poder de ideias e de mudar teorias em fatos. (...) Entre a relação entre as ideias e os fatos é que nasce a política (LERMINIER, 1839. p.18).

Uma proposição muito próxima à ação desempenhada por Silveira da Mota na província do Paraná: expor as ideias sobre a instrução (ao presidente da província), espalhá-las (pelo jornal e entre seus pares na Assembleia Legislativa) e aplicá-las (por meio dos regulamentos e da prática da Inspeção Geral da Instrução Pública). Ao contrário de Leibniz, que conseguimos apontar pelo menos uma conexão de suas propostas com aquilo que circulou sobre o autor no periódico da Sociedade Instrutiva da Bahia, com Lerminier encontramos, durante o mesmo período investigado, a relação com o Direito e a legislação em geral maior do que com a instrução²⁰⁰. Sabemos que seus livros eram vendidos, fossem durante a “liquidação de uma livraria de Paris”, (CORREIO MERCANTIL, 1852. p. 04) ou por meio de leilão (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 31/08/1853. p.04) e catálogos de livrarias (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 28/10/1854. p.05); ou seja, havia a possibilidade de adquirir, ler,

²⁰⁰ Sobre a forma como se deve legislar: “(...) o legislador deve refletir na sua obra os traços e a vida de uma nação, tornando-os mais puros e belos” (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 24/04/1858, p.01). No discurso de Francisco Ignácio de Carvalho Moreira, na sessão pública do instituto dos Advogados Brasileiros, por meio da obra *Philosophie du Droit* (GAZETA DOS TRIBUNAES, 10/02/1846, p.04).

refutar, concordar e citar o autor. Entretanto, seja pela semelhança da prática política de Silveira da Mota no desempenho da sua função como Inspetor Geral da Instrução, pelo modo como concebe o papel da legislação ou pela citação do trecho da referida obra (“*versez la lumière sur la tête du peuple, vous lui devez ce baptême*” – LERMINIER, 1839. p.28), percebemos a existência de indícios pertinentes de que ele escreveu a partir do que leu no livro, do que estudou e não somente do que ouviu sobre a obra de Lerminier ou do que circulou nos jornais.

Quando pesquisamos cada autor citado por Silveira da Mota, percebemos a relação entre a circulação da obra – por meio dos periódicos e jornais impressos, livros, relatórios de governo e de inspetores, discursos nas Assembleias Legislativas, etc. – e os vestígios de que ela realmente foi lida pelo referido inspetor. No item anterior o vimos citar Victor Cousin. Continuando a alicerçar seu pensamento em sujeitos que, ao longo da carreira, tiveram papel de destaque em discussões sobre política e instrução, o inspetor cita Lord Henry Broughamand Vaux (1778-1868), jornalista e chanceler inglês, cuja participação na organização de leis na Inglaterra teve lugar nas páginas do jornal Diário do Rio de Janeiro nos anos de 1843 e 1844. Em uma dessas publicações, intitulada *Cartas sobre a Inglaterra – Lord Brougham – A reforma da Legislação*, a ação do referido na Câmara da Comuna, dissertando sobre a reforma da legislação foi exaltada:

Hoje o pensamento do antigo chanceler se volve para outra direção: ele está muito menos preocupado em reformar as leis que codificá-las e reduzi-las a um texto preciso. Tendo tido mais de uma ocasião de apreciar, no curso de suas viagens à França, a vantagem que resulta, para todos as classes e para todos os indivíduos, de acharem as leis do país reunidas sob a forma de um código claro e conciso (...) (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 09/04/1844. p.01).

A publicação reforça a necessidade de se pensar uma legislação que permita à população compreender seu sentido, que fosse clara e direta. E identifica que, essa característica, o inglês pôde presenciar *no curso de suas viagens à França*, o que contribui para legitimar a representação do país como referência para as reformas feitas também na Inglaterra e, ainda, evidenciar a circulação daquilo que se observou. O leitor brasileiro teria esses aspectos também para pensar enquanto tomava ciência das ações de Lord Brougham: a importância de reformas na legislação e a forma como elas deveriam ser propostas, assim como as possibilidades de observar um outro país e seu sistema poderia contribuir ou não para

a reformulação legal em outros locais. Seja com tal interpretação ou não, o inspetor Silveira da Mota acaba por mencionar Lord Brougham no seu relatório atrelado ao papel do poder público como o “árbitro dos destinos do mundo”, que, como um juiz, seria responsável pela efetivação das normas. “Citar Lord Brougham em um relatório, ao referenciar um pensamento, poderia ser uma tática do inspetor para, além de demonstrar seus conhecimentos sobre o assunto, conseguir que suas ideias fossem aceitas” (BARBOSA, 2012. p. 159). Mas, além de criar subterfúgios para as reformas por ele organizadas, mencionar tal sujeito é chamar a atenção para a responsabilidade do poder público para com a instrução. Não somente ele como Inspetor Geral da Instrução, com parte da responsabilidade, mas o presidente e os demais integrantes da Assembleia Legislativa que aprovavam as leis para a instrução pública na província.

Na sequência dos sujeitos que indica, o seu pensamento coaduna com o do francês Joseph-Marie de Gérando (1772-1842) de que a instrução, assim como a caridade, não deve ser feita somente em situações emergenciais, mas que deve ser pensada de forma a superar o problema efetivo da carência (GÉRANDO, 1846. p. 20 e 103)²⁰¹. Ao referenciar o jornalista e político francês Émile de Girardin (1802-1881) e o português João Baptista da Silva Leitão – Almeida Garrett (1799-1854), que exerceu o cargo de chefe da Repartição do Ensino Público, o inspetor Silveira da Mota se voltou para a educação das meninas. Na década anterior ao seu relatório, na província da Bahia, o poema de Almeida Garrett era publicado²⁰², assim como a carta que ele escreveu para Abílio César Borges²⁰³ e alguns dos debates na Câmara dos Deputados em Portugal em que ele esteve presente²⁰⁴. Uma circulação que colocava Almeida Garrett em evidência.

A carta à Abílio César Borges, que futuramente seria um dos grandes fornecedores dos seus próprios livros para a província paranaense, veio em resposta ao envio do periódico da *Sociedade Instrutiva da Bahia*. O seu conteúdo veremos no próximo capítulo, mas, para além dele, o ato de enviar um número do periódico à Almeida Garrett, seja com objetivo comercial ou outros, aponta para o reconhecimento do destinatário como um sujeito ligado

²⁰¹ Ver BASTOS, 1999, p.120; BARBOSA, 2012, p.160-161.

²⁰² Ode a Saudade (O CREPÚSCULO, 10/01/1846, p.178).

²⁰³ O CREPÚSCULO, 10/01/1846, p.180.

²⁰⁴ CORREIO MERCANTIL, 17/03/1840, p.1-2.

diretamente ao debate sobre a instrução e educação e, portanto, interessado na leitura. Outro ponto interessante é a função desempenhada por Abílio César Borges²⁰⁵ no mesmo período de Silveira da Mota: Diretor Geral da Instrução da província da Bahia, entre 1856 a abril de 1857. Era seis anos mais jovem que Silveira da Mota, porém, assim como ele era baiano e médico, com formação na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1841-1846). Segundo aponta Diane Valdez (2006), sobre a sua prática frente ao cargo de inspetor do ensino, seus relatórios eram “muito bem escritos, diferentemente de outros que pudemos verificar” (VALDEZ, 2006. p.53). Os temas tratados nos seus relatórios estavam em consonância com os da província paranaense: instrução primária e secundária, Liceu, inspeção, métodos, organização das cadeiras de ensino, abolição de castigos físicos, etc. Por essas proximidades – nascimento, formação, atuação como inspetor no mesmo, indicação dos livros de Abílio no Paraná – podemos tomá-lo como um contraponto para pensarmos as ideias de referência e sua circulação por meio dos relatórios de dois inspetores de províncias diversas e distantes uma da outra.

Assim como Silveira da Mota e no mesmo ano, Abílio César Borges aponta a importância da criação de asilos, iniciativa tomada pelos países onde o ensino era obrigatório e o governo “providencia em favor daqueles que, paupérrimos, estão na impossibilidade de cumpri-la: é assim que na Alemanha há as casas de asilo para a infância desvalida, e que as comunas são obrigadas a concorrer ao ensino da mesma” (BORGES, 1856. p.20). A criação de asilos é justificada por Silveira da Mota como uma solução para acolhimento de crianças indigentes, como foi a sua ideia inicial²⁰⁶, e depois como um local onde os pais pudessem deixar os filhos em segurança durante o dia, enquanto iam para o trabalho nas plantações de erva mate. A criança entraria de manhã e sairia à tarde, tendo que levar a sua própria refeição. Ficariam livres de acidentes e “outra [razão] não menos importante é a eficácia do meio econômico de proporcionar a conveniente instrução elementar, debaixo de vigilante inspeção que combateria nas crianças os maus hábitos de palavras e ações” (MOTA, 1857^a. p.12).

Quase três anos antes, na província do Rio de Janeiro, o asilo era previsto no Regulamento da Instrução Primária e Secundária da Corte (1854) como um local para

²⁰⁵ Sobre Abílio César Borges e sua trajetória ver: GONDRA, 1999; TEIXEIRA, 1952; VALDEZ, 2006.

²⁰⁶ Silveira da Mota pontua que o presidente anterior tinha aprovado a ideia e até enviado a sua circular sobre os asilos para a publicação no jornal, contudo, a despesa de manutenção de locais como esse não permitiu a criação até aquele momento.

meninos pobres, maiores de 12 anos, sem roupa decente para frequentar escola e que estivessem vagando em situação de “mendicidade”. Nesses casos, o menino seria recolhido e levado para uma das casas de asilo ou entregue para os párocos, coadjutores ou professores de distrito, estes últimos receberiam um pagamento mensal por esse acolhimento. Depois de cursarem a instrução de primeiro grau seriam enviados para as “companhias de aprendizes dos arsenais” ou para a companhia dos “Imperiais Marinheiros” ou ainda para as “oficinas públicas ou particulares, mediante um contrato”, sendo os proprietários dessas últimas fiscalizado pelo juiz de órfãos (RIO DE JANEIRO. Regulamento da Instrução..., 1854, art. 62º e 63º). Essa proposta de casas de asilo foi concretizada vinte anos depois, com a criação do Asilo de Meninos Desvalidos (1874)²⁰⁷. Apesar das semelhanças com o que propôs o inspetor do Paraná – meninos pobres - a configuração final do asilo como um local onde os alunos passariam o dia e retornariam para as suas casas no final da tarde era diversa do que se propunha na Corte.

Seguindo com a indicação dos sujeitos e ideias de referências citados por Silveira da Mota e Abílio César Borges, notamos um ponto em comum quando os dois se remetem à Almeida Garrett ao tratarem dos livros que seriam utilizados nas suas respectivas províncias. No caso do diretor baiano é mais fácil identificar a obra a que se refere, pois ele tem a prática de referenciar as obras que cita utilizando notas de rodapé em seu relatório, deixando uma biblioteca de referência indicada para o leitor que quisesse se aprofundar ou saber que título era utilizado. Dessa forma, ao tratar dos livros e da “importância de estudar as línguas clássicas”, ele indica o “Visconde de Almeida Garrett” e o seu “Tratado de Educação”. (BORGES, 1856. p.39). Apesar da correspondência com Almeida Garrett antes de ser diretor geral, Abílio César Borges não o menciona em seu relatório quando trata da instrução diretamente, como o fez Silveira da Mota ao relacioná-lo com a educação das meninas. A historiadora Diane Valdez (2006) indica que Abílio César Borges não era adepto da instrução feminina no sentido alemão (jardineiras) e à criação de jardins de infância (Ibidem, idem).

Ainda sobre a educação feminina, o inspetor Silveira da Mota pode ter lido a obra de Almeida Garrett intitulada *Da Educação* (1830), composta de “doze cartas dirigidas a uma senhora ilustre [D. Leonor da Câmara²⁰⁸] encarregada da instituição de uma jovem princesa

²⁰⁷ Sobre essa configuração ver, entre outros: SCHUELER, 1999, 2000; RIZZINI, (2005).

²⁰⁸ Essa senhora era Marquesa de Ponta Delgada, nomeada por D. Pedro IV como preceptora da educação da sua filha (AZEVEDO, 2011).

[Maria]” onde o autor delimita que as meninas deveriam ser ensinadas pela mãe, pelas mulheres da família, em espaço privado (GARRETT, 1830, p.20). Em seu tratado sobre a educação, Almeida Garrett explica que se baseou no “cidadão de Genebra”, Jean-Jacques Rousseau, e aponta que o método do referido ao acompanhar o Emílio do berço à sua integração social foi tomado como exemplo para elaborar o seu livro (Ibidem, p.10), contudo, ele propõe estender tal tipo de acompanhamento voltando o olhar também para a formação escolar (Idem, p.17). Observamos, ao longo de seu tratado, que a obra de Rousseau comparece como importante referência, assim como o pensamento de outros autores são citados, como Aristóteles, Plutarco, Locke, Condillac, etc. Quando nos voltamos, como agora, para a leitura indicada nos relatórios dos inspetores, percebemos neles uma rede que se construiu de autores, ideias, locais de referência para a organização da proposta de educação e instrução; rede esta que estava em conexão com aquilo que os partícipes do ensino no Brasil apontavam como pensamento legitimador de suas propostas. Podemos quase imaginar uma das várias linhas que configuram essa rede: Silveira da Mota citava Garrett, que por sua vez citava Rousseau. Ou outra conexão: Silveira da Mota citava Lerminier, que por sua vez citava Leibnitz, que por sua vez citava Aristóteles.

De posse de suas leituras, o inspetor Silveira da Mota aponta no seu relatório que pensar a escola para as meninas era definir um local institucional que garantisse que as mesmas aprendessem o necessário para se tornarem boas esposas e mães. Como esposa bem-educada, a mulher participaria ao lado do marido do convívio social, das sociedades literárias, dos teatros, cuidando da casa, cozendo suas roupas, etc. Como mãe, estas funções eram agregadas a de monitorar a educação das filhas e filhos. Nas palavras do inspetor:

Formar mães dignas deste nome, capazes de exercer com discernimento esta primeira das funções sociais, tal deve ser o fim da instrução das meninas. (...) A filha será sempre boa esposa se o seu coração e o seu espírito for moldado pelo espírito e coração de uma boa mãe. (MOTA, 1857a, p.33).

Nesse ponto a concepção de Silveira da Mota para a educação feminina coadunava com a de Abílio César Borges, que escreveu: “o futuro de um menino, dizia Napoleão I, é sempre olhar a obra de sua mãe” (BORGES, 1856, p.13). Mas se o inspetor do Paraná citava Almeida Garrett ao tratar do tema, o diretor da Bahia sugere acrescentar prendas domésticas e

música na instrução das meninas e escreve um trecho do livro *Sur l'instruction publique dans les états Sardes*²⁰⁹ (1846), de J. Depoisier:

O poder das mulheres é imenso. (...) Delas depende a religião das raças futuras: sua influência prolongada pode determinar sentimentos de piedade em seus filhos, que o tempo não tem poder de destruir: elas cultivam as disposições cujos germes foram semeados pelo próprio Deus (BORGES, 1856. p. 13).

Referências diferentes, mas que apontam o mesmo caminho para a instrução das meninas: como um sacerdócio, caberiam a elas a educação própria para o papel de mãe, nem mais nem menos. Alessandra Schueler (1999) localiza que esse tipo de formação da mulher, com o objetivo de compor a vida doméstica e familiar enquanto a dos homens preparava para a vida pública e profissional era a concepção comum no período imperial quando se pensava no ideal da instrução primária para as meninas (SCHUELER, 1999). Voltando à província do Paraná, para formar mães e esposas dignas era preciso pensar e criar escolas para que as mesmas pudessem frequentar. Silveira da Mota evidencia que existiam escolas para as meninas, contudo, “poucas são as escolas de província que exercitam as meninas em trabalhos de agulha, e as que o fazem limitam-se a algumas costuras” (MOTA, 1857^a. p.34). Ele elogia a professora de Antonina por se esmerar no ensino de bordados e de utilização de diversos tecidos de linho e de lã e indica às demais: “seria conveniente que esse exemplo fosse imitado por todas as professoras, porque a mulher, quer nascesse em palácios, quer nas choupanas, *a agulha é o seu emprego natural*” (Ibidem, idem – *grifos meus*). No início da sua escrita sobre a educação das meninas, citando Garrett, ele escreve que “não foi esse sexo destinado, como diriam nossos avós, para fazer meias e arrumar baús”, contudo, na página seguinte demarca que a costura era a função natural da mulher, indicando que as outras professoras deveriam priorizar tal ensinamento.

Acompanhando as propostas do inspetor Silveira da Mota com as ações por ele geridas à frente da Inspetoria Geral da Instrução, percebemos que ele acabou por achar um jeito de conciliar o que pensava sobre a constituição do asilo com a oferta de educação feminina, em casos bem pontuais, por meio da subvenção de escolas (o auxílio que a província dava para escolas particulares em locais onde não houvesse o atendimento público). Pelas páginas do jornal *O Dezenove de Dezembro*, legislação, relatórios e correspondências de

²⁰⁹ Em sua nota de rodapé: Depoisier. Inst. Publi. dans. les États Sardes.

governo localizamos a preocupação dos responsáveis pela instrução de que as escolas subvencionadas recebessem três alunos pobres e órfãos durante o ano letivo – não necessariamente nessa ordem e nem com esta dupla característica – mas, alunos que depois de educados se dedicassem ao ensino público como uma forma de retribuição. As crianças, durante o período estudado, são depositárias de uma série de expectativas e a sua formação, bem como dedicação posterior ao ensino público, comparece como um do viés possível para aquilo que se esperava como fruto da escolarização. No caso das meninas pobres atendidas por esse sistema, rompia-se com a formação da futura esposa e mãe para agregar a esta uma profissão: ser professora.

Atentando-nos para a educação feminina, o inspetor Silveira da Mota (1857) informa que “no mês de agosto apareceu Mme. Gabrielle Jeanne, filha do engenheiro Taulois²¹⁰, pretendendo fundar um colégio” e que ela ganharia a ajuda de 30U000 mensais “por cada uma das três alunas mandadas admitir como pensionistas, com a cláusula de se sujeitarem ao magistério público” (MOTA, 1857a, p.14). Quando procurado pela referida, Silveira da Mota emitiu uma carta ao presidente pedindo que fosse enviado a referida lei que autorizava a subvenção para que ele soubesse como “reger na expedição da licença” (IIP205.22, 01/08/1856). Ele faz menção à lei nº34, de 16/03/1846, todavia, a referida lei era a nº05, de 10/04/1856, que autorizava a subvenção anual de um conto e duzentos mil réis para pessoa habilitada estabelecer um colégio para educação de meninas (art.1º) e que neste seriam “ensinadas, além das matérias que constituem o ensino primário, as línguas francesas e inglesa, canto, piano, costura, bordado e mais matérias que o governo julgar dever compreender no quadro do ensino” (art.2º).

²¹⁰ Pierre Louis Taulois ou como era conhecido no Paraná, Pedro Taulois, foi morar na colônia Thereza. A colônia foi fundada em 1847, pelo médico belga João Maurício Faivre (substituído em abril de 1859 por Gustavo Rumbesperger), próxima ao rio Ivahy, município de Candido de Abreu. Dentre os fundadores e desbravadores, José Niepce da Silva, no artigo *A execução técnica e as condições de tráfego da E.F.PR*, cita: “(...) Pedro Taulois, e outros tantos, que aqui se fixam definitivamente, embora desiludidos da realização daquele maravilhoso sonho que os levou a afrontar os perigos da vida sertaneja daquela época” (SILVA, 1935, p.42). Pierre Louis Taulois era casado Zoe Taulois, pais de Gabrielle Jeanne, que fundou o colégio em Curitiba e de Eugenie V. Cadeac, que fundou o colégio em Paranaguá. Por meio dos relatórios dos presidentes é possível acompanhar o engenheiro, que era inspetor geral da mediação e marcação das terras públicas da província, no Assunguy (REZENDE, 1854. p.23) ou quando chega com os “agrimensores, desenhadores, escreventes” na província (VASCONCELLOS, 1855. p.08).

Não foi, portanto, Silveira da Mota que propôs a referida lei ou subvenção, contudo, ele que organiza a integração entre a educação para as meninas e a inserção de pobre ou órfãs como alunas. Dois dias antes de pedir ao presidente a legislação para fazer o contrato de licença, foi publicado a seguinte nota: “consta que o senhor Inspetor Geral da Instrução Pública trata de procurar 3 meninas pobres para pensionistas gratuitas do colégio de Madame Tulois, estabelecido nesta cidade”. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 30/07/1856, p.01). No mesmo dia ele envia ao presidente Vicente Pires da Motta a proposta do Comendador Gonçalves de Moraes Pereira que, como tutor, oferecia “sua pupila indigente” e Candido Gonçalves Guimarães, pai e contínuo da tesouraria da fazenda, que indicava sua filha para o referido colégio, informando: “sujeitando-se os proponentes a condição que hei exigido, de se dedicarem as educandas ao magistério público, por um contrato. No meu conceito me parecem aceitáveis as propostas, porque uma e outra menina são realmente pobres e de boa família” (IIP202.22, 30/07/1856). No seu relatório ele distingue as meninas Leocádia e Francisca, dos respectivos sujeitos da proposta, como as “duas pobres” e a terceira, Anardina, filha do professor da Capital João Baptista Brandão de Proença²¹¹, “em retribuição aos serviços prestados pelo pai” (MOTA, 1857^a. p.40-41).

Ariclê Vechia (1996) sustenta que Madame Zoe Tulois e as suas filhas Gabrielle e Eugenie tinham a intenção de criar o colégio em Curitiba, contudo, devido as condições oferecidas, optaram por Paranaguá primeiro e tinham como função formar principalmente boas esposas e mães, que depois exerceriam uma benéfica influência na educação dos filhos (VECHIA, 1996). No caso das meninas pobres e ou órfãs, elas seriam, antes de tudo, futuras professoras. Mesmo com as dificuldades, a situação das mulheres Tulois era favorável para a obtenção da subvenção, pois já tinham no currículo a propaganda do colégio regido pela mãe, Zoe, em Petrópolis, na província do Rio de Janeiro (PANIZZOLLO, 2006), bem como a inserção cultural, se considerarmos que Zoe Tulois pintava quadros e participava de exposição na Academia Imperial de Belas Artes, como demonstra Ragnaia Macedo (2006),

²¹¹ O confronto com o relatório e a correspondência de governo nos permite afirmar o nome do professor Proença, não dito o relatório: “certo das ideias de V Ex.^a, da conveniência de animar a classe dos professores, julguei acertado, como retribuição de serviços feitos, reservar um dos lugares de pensionista gratuita no Colégio de Madame Tulois; para uma filha do professor público de 1^a letras, desta capital, João Baptista Brandão da Proença que, sobre ser o mais antigo da Província, é senão o mais hábil ao menos um dos que se aprova essa qualificação” (IIP203.22, 31/07/1856).

“na terceira Exposição Geral, em 1843, são louvados os retratos infantis de Dona Zoe Taulois, apresentando Cena de Família: os filhos do Sr. R.” (MACEDO, 2006. p.2006).

A propaganda ocorreu também por meio do relatório do vice-presidente Henrique de Beaurepaire Rohan (1856) quando pondera que “não há na província os meios necessários para dar às meninas à instrução que mais lhe convenha”, dizendo que para isso os pais as enviam para o Rio de Janeiro ou se contentam aqui em “apenas saber ler, escrever e nos trabalhos de agulha” (ROHAN, 1856, p.34). Argumenta ainda que se querem tomar providência, “chegou ao Paraná a família de Pedro Taulois, bem conhecida, por seus honrosos precedentes, e pela longa prática adquirida em colégios que tem funcionado sob sua direção” e que ela está em Paranaguá, mas, “tenciona subir, no caso que se lhe proporcionem os meios de manter o estabelecimento que projeta montar” (Ibidem, idem).

Com indicação e os meios necessários, como a subvenção, o colégio foi organizado e passou a funcionar na Capital paranaense também, além de Paranaguá. Pelo relatório sabemos que aceitou duas alunas pobres e uma pelo mérito do seu pai professor, preenchendo as três vagas subvencionadas pela província. No ano de 1857 um crime ganha as páginas do jornal *O Dezenove de Dezembro*: Manoel Ribeiro de Lara mata a esposa, Maria Joaquina de Almeida, e deixa com isso filhos pequenos sem assistência. Na sessão “expediente do presidente” sai a seguinte nota:

Em todo caso, essas infelizes crianças, que ficaram de um casal tão mau aventurado, em idade de não compreender toda a extensão de sua desgraça, merecem a proteção do governo, a filantropia dos curitibanos. Temos fé que nem um desses auxílios lhes faltará na sua tão dolorosa orfandade (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 22/08/1857. p.04).

Não existia na província um local, como o asilo de tempo integral pensado pelo inspetor Silveira da Mota, para atender essas crianças. Dias depois, outra nota no jornal pergunta ao juiz municipal de órfãos da Capital a idade dos filhos de Maria Joaquina de Almeida, se entre eles havia alguma menina e se pela idade poderia ser esta admitida no colégio de Madame Taulois “como pensionista da província” (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 12/09/1857, p.03). No relatório do vice-presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes (1858), tem-se a informação de que “saiu a menina Leocádia e foi substituída pela infeliz Belisária, filha menor de Manoel Ribeiro de Lara, que em acesso de loucura assassinou a mulher” e que foi feito o contrato com o tutor da mesma, “que se obrigou a dedicá-la ao magistério público” (CARVALHAES, 1858, p.56). A solução para as órfãs e pobres

continuava a ser a matrícula no colégio subvencionado e o compromisso firmado de ser professora futuramente, devolvendo, portanto, o investimento feito pela província. Uma contrapartida pelo ensino recebido. Cotejando com as iniciativas feitas pelo diretor geral baiano, Abílio César Borges, no mesmo período, continuamos vendo pontos em comum, quando referenciava a iniciativa das irmãs de caridade receberem meninas órfãs e pobres, contudo, não havia um acordo entre a província e a instituição que colocasse, a longo prazo, um critério para esse atendimento²¹². As ações voltadas para a educação das meninas nos relatos dos responsáveis pela inspeção e instrução nas províncias eram contemporâneas e estavam conectadas, com cada um operando de acordo com o seu contexto e ideias para a instrução.

Continuando a olhar os sujeitos indicados e os relatórios do Inspetor Geral da Instrução Joaquim Ignácio Silveira da Mota, o vemos citar Victor Cousin de formas distintas: no primeiro a intenção era evidenciar que o francês se preocupava não somente com a falta de escolas para os alunos, mas com a sua qualidade; no segundo o objetivo foi demonstrar a importância da inspeção de distrito para o referido sujeito: “é da constituição do governo do ensino que depende seu futuro – tudo nasce e acaba aí, é nele que está o nervo da educação do povo, segundo Mr. Cousin” (MOTA, 1858. p.42). Abílio César Borges também citava Victor Cousin, no livro *De l’instruction em France*, no seu relatório quando discorria sobre a obrigatoriedade do ensino: “(...) ela é absolutamente indispensável, e que não conhece um país onde falte uma lei tal, e onde a instrução do povo seja florescente” (BORGES, 1856. p.19). As citações são para assuntos diferentes, mas o olhar para a França para legitimar sua proposta por meio do conhecimento do que circulava sobre o ensino era o mesmo.

Como já acompanhamos nos debates na Assembleia Legislativa, Silveira da Mota possuía conhecimento do livro onde Victor Cousin relata o que viu durante sua viagem de observação à Alemanha, Prússia e Holanda. No seu segundo relato, esse é o único sujeito

²¹² Segundo Diane Valdez (2006): “mesmo integrando as entidades filantrópicas laicas, Abilio mantinha o discurso religioso na assistência aos necessitados. As duas instâncias se misturavam, seu sentimento cristão se unia ao projeto de civilizar, sobretudo no que se referia à infância empobrecida. Como exemplo, podemos citar seu Relatório de 1857, no qual ele teceu elogios ao Colégio N. S. dos Anjos, de Salvador, dirigido pelas irmãs de caridade. O estabelecimento educava meninas abastadas e recebia também meninas órfãs, que, segundo o Diretor, não eram tratadas com luxo (que não convinha a raparigas paupérrimas), porém com ‘necessária limpeza’, conveniente a ricos e pobres. As meninas se ocupavam dos ‘exercícios de espírito’ durante uma parte do dia, e no tempo restante aprendiam serviços manuais adaptados, além de fazerem todo o serviço de criadas para as meninas ricas e para si mesmas” (VALDEZ, 2006. p.35).

mencionado além das “práticas dos países civilizados”, porém não cita quais eram os mesmos. Comparado com o relatório anterior, podemos apontar que no seguinte Silveira da Mota foi comedido nas citações. Talvez porque, até aquele momento, depois de aprovado e publicado os regulamentos de inspeção e da instrução por ele elaborados, não pensasse ser necessário demarcar a importância de tal função por meio de outras referências. Contudo, ele nos deixa entrever sua *estratégia*²¹³ para marcar o *lugar* conferido à inspeção:

Sabe-se já do que se passa em muitas escolas e as inspetorias vão-se tornando seu legítimo complemento: assim, a escola que recebe uma visita dá um passo, corrige um erro que é com critério advertido por pessoa competente. *Na folha oficial já se tem publicado visitas feitas às escolas desta capital e cidade de Castro pelos respectivos Doutores inspetores dos distritos.* O cônego inspetor do distrito de Paranaguá já visitou a todas as escolas e aulas do seu distrito, menos as de Guaratuba e Guaraquessava (MOTA, 1858, p. 42 – *grifos meus*).

Ao publicar os termos de visita dos inspetores de distrito no jornal *O Dezenove de Dezembro* não somente o Inspetor Geral da Instrução, o secretário da Inspetoria e o presidente da província tomavam conhecimento dos detalhes da situação do ensino em determinada escola. A população no geral ficaria a par do que era inspecionado nas aulas, como isso era demonstrado no termo de visita, além de perceberem o papel do inspetor de distrito dentro da instituição da Inspetoria Geral da Instrução Pública do Paraná. Essa preocupação de dar a ver a inspeção também nos demonstra que Silveira da Mota sabia que por essa via se atingiria mais pessoas, ou seja, ele sabia que muitas pessoas liam o jornal. O conhecimento do que ocorria na Inspetoria seria lido e comentado.

No seu terceiro e último relatório, dividido em dez itens²¹⁴, o inspetor Silveira da Mota retoma alguns pontos da estrutura da inspeção e da instrução que ainda precisavam, segundo ele, melhorar. Ele escreve sobre as dificuldades orçamentárias e que “tudo se torna difícil quando se trata de iniciar praticamente um sistema e de fazer a aplicação de princípios” e complementa que a intenção do ensino público é promover a educação nacional, contudo,

²¹³ Estratégia aqui utilizado no sentido abarcado por Michel de Certeau (1994), como desenvolvimento de ações, procedimentos, por parte daquele/es que detêm o poder, aquele considerado o forte, com o objetivo de fazer valer seu pensamento, suas intenções. Em contraposição a estratégia do forte tem-se a tática do fraco, que subverte a primeira (CERTEAU, 1994).

²¹⁴ Estrutura do relatório: Apresentação, Inspetoria Geral de Instrução Pública, Inspetoria de Distrito, Subinspetoras de escolas, Conselho Literário, Estado da Instrução Pública, Instituição Primária, Ensino Particular, Estatística, Orçamento.

em suas palavras, “a este trabalho, que é muito sério e transcendente, se antepõe o espaço e as distâncias da província, os prejuízos, as paixões, a liberdade e a idealidade de seus habitantes” (Mota, 1859, p.04 e 06). Percebemos que a sua prática como Inspetor Geral da Instrução Pública – lidando com a demarcação da importância da inspeção para o ensino, a organização completa da materialidade escolar, as visitas que ele mesmo fazia às escolas e as que delegava ciente pelos relatórios dos inspetores de distrito e subinspetores, a compilação e arquivamento de toda a correspondência de instrução junto ao secretário da Inspetoria e todos os outros afazeres concernentes – pesava sobre o seu escrito, mostrando a dificuldade de lidar com problemas maiores envolvendo as pessoas e suas ideias, que muitas vezes iam contra as suas propostas para a inspeção e instrução pública. Além das dificuldades na efetivação de um “sistema de instrução pública”, ele aponta duas outras no que se referem à instrução: “1º fazer com que a família mande à escola; 2º no emprego dos meios, quer em relação ao professor, quer a família, para que o estudo se faça judiciosamente e fique completo” (MOTA, 1859. p.08). E nesse momento ele descreve qual seria o papel da Sociedade organizada por ele e outros sujeitos na província:

Em auxílio dos poderes públicos, e no empenho de atingir a esse *desideratum*, promovemos a criação de uma sociedade que se denomina – Amante do Bem Público – cujo fim principal, é espalhar pelo povo a instrução pública e proporcionar às classes laboriosas e menos afortunadas, conhecimentos próprios e usuais, devendo para isso criar casas de asilo com ensino interno ou junto às escolas nos lugares em que essa necessidade seja mais sensível pela disseminação da população. Quem conhece os benefícios que igual instituição na Holanda tem produzido a instrução pública, não se pode deixar de compenetrar das vantagens de uma criação desta ordem entre nós (MOTA, 1859. p.08).

O inspetor retorna ao posicionamento do seu primeiro relatório sobre a importância do asilo, ainda não posto em prática na província, apesar de ser previsto na legislação. Notamos que agora o argumento ganha reforço com a criação da Sociedade e no detalhe de que essas casas poderiam funcionar junto às escolas. Esse é o único momento em que ele cita diretamente um país como referência no relatório. Ao final da sua narrativa, ele torna a enfatizar a característica da sociedade e o auxílio do governo: “logo que a sociedade particular Amante do Bem Público ofereça garantias para realizar a criação das casas de asilo na província, o governo poderá auxiliá-la com as quotas marcadas sob a rubrica – asilos – tomando as precisas cautelas” no sentido do emprego do dinheiro (MOTA, 1859. p. 39).

Podemos identificar que Silveira da Mota, ao longo dos três anos como Inspetor Geral da Instrução Pública, não abandonou a sua ideia de criação de um asilo para a instrução de crianças pobres e/ou órfãs, contudo, na impossibilidade do mesmo, ele lança mão de *táticas* que possibilitam que um atendimento semelhante se configure: primeiro foi aliar à subvenção das escolas de ensino feminino à presença de meninas carentes/órfãs e a garantia de que elas formariam parte dos futuros docentes da província; e a segunda foi compor a direção de uma Sociedade que tinha como objetivo ofertar e ensino e a construção de casas de asilos, considerando ainda a possibilidade das mesmas poderem então usar o dinheiro que estava destinado aos asilos na província, que ainda não existiam.

Logo no início do seu relatório, Silveira da Mota escreve que as dificuldades e as resistências aparecem quando tenta-se imprimir “a doutrina do movimento” no ensino, unindo a teoria e a prática. “Tanto mais que em matéria de instrução a procura está na razão, inversa da privação. (...) E será com a educação que se habilitará a exercitar a razão sem aniquilar a imaginação, porém colocando-a sob o governo daquela” (MOTA, 1859. p.07). Por ter feito Medicina na Alemanha, o inspetor provavelmente estudou e leu sobre o conceito de razão e a filosofia da moral preconizados pelo prussiano Immanuel Kant (1724-1804). Como pontua Walter Bruford (1975), Kant fez a defesa de um sistema de cultura e civilização que deveria ser pensado seguindo o que chamou de “moralidade verdadeira”, visando o bem público, promovendo a transformação moral por meio da capacidade do sujeito em utilizar a sua razão. Para tanto, a formação deveria ser ministrada em institutos públicos. Tal posicionamento teria sido um dos contributos para a reconfiguração do ensino superior em Berlim (1810), onde a Filosofia tinha um lugar central, de unificação entre todos os saberes (BRUFORD, 1975). Para Silveira da Mota:

Se tivéssemos de dissertar sobre a necessidade de levar a humanidade ao seu fim pela educação, e de fazer em abstrato encarar as vias e os meios de chegar a esse fim, pela instrução, fácil seria, socorrendo-nos as luzes da filosofia, achas na síntese ou na análise asado instrumento, para fazer chegar ao alcance de todos, verdades físicas, morais e filosóficas. *A nossa tarefa é diversa e dependente da harmonia na apreciação dos fatos, para com um jogo de deduções ou induções, regular a aplicação dos princípios formulados e estudar os seus resultados.* Tomar uma coleção de notícias sem unidade, apanha-las, todas, e da circunferência faze-las convergir para o centro, sem que da sua diversidade se ressinta o reflexo, que de todas devemos apresentar a V. Exa., é por certo árdua e ingrata tarefa, que demanda mais felizes recursos do que aqueles que dispomos. (MOTA, 1859, p. 06 – *grifos meus*).

Temos nesse relatório, ao contrário dos seus outros, um Inspetor Geral da Instrução Pública que explica ao presidente que tem o conhecimento necessário sobre as teorias para se alcançar a efetivação da educação por meio da instrução, mas que isso, sem a prática como inspetor aliada à realidade paranaense não teria os resultados esperados. Ele nos permite perceber indícios de que havia em sua prática dois movimentos: aquele que depende de tudo que leu e teve contato durante sua formação (teoria) e a apropriação que desse repertório faz quando analisa e *estuda* os dados da instrução na província, levantados por ele ou pelos inspetores de distritos e subinspetores (circulação), realizando *um jogo de deduções ou induções*. Desde o primeiro relatório, o inspetor Silveira da Mota nomeia sujeitos de diferentes nacionalidades para corroborar a sua proposta, contudo, não significa que a “coleção de ideias e princípios professados pelas nações cultas” fossem transplantadas para a província paranaense. Ele acaba por dar o tom daquilo que desejava exaltar, mas se permitia buscar alternativas de acordo com a realidade da província, como no caso dos asilos.

No caso desse espaço para as crianças pobres, percebemos que o inspetor paranaense e o diretor baiano tinham a Alemanha como ponto comum²¹⁵. O confronto da atuação desses dois baianos que durante o mesmo período estiveram à frente da inspeção da instrução pública, nos permite identificar que as ideias de referências estavam conectadas, contudo, cada um apresentava a proposta para o ensino de acordo com suas próprias percepções e formulações, o que permite semelhanças como também pontos muito diversos, como a indicação do diretor baiano de que a instrução deveria ser paga, mesmo que minimamente, pelos pais e responsáveis.

2.2. Os inspetores da instrução paranaense em outros espaços sociais

Viver é estar em relação. Antes, durante ou depois de ter uma função social que classifica o seu trabalho – como inspetor da instrução pública – esses senhores eram filhos, pais, maridos, deputados, conselheiros, advogados, médicos, presidentes-secretários-membros de associações, enfim, frequentavam diferentes espaços sociais e tinham sua rede de contato

²¹⁵ Pertinente lembrar que outros países e sujeitos, como a França e Girardin também são citados no relato do inspetor da província da Bahia, porém, com questões diversas das citadas pelos inspetor da província do Paraná. Quando cita a França e a Universidade de Paris, Abílio trata da formação de professores (p.08). Com Girardin, o foco recai no poder que a instrução, com os códigos que a ela pertencem, de inserir realmente o cidadão (p.19). Abílio cita ainda Áustria, Suíça, Inglaterra, Dinamarca, Prússia, Londres (BORGES, 1856).

onde debatiam e faziam circular suas ideias. Os espaços aqui observados eram aqueles identificados pela sua esfera pública e política, ou seja, locais onde os sujeitos, geralmente os homens, se encontravam e conversavam sobre política, educação, literatura, economia, ações sociais e culturais. Roger Chartier (2003)²¹⁶ sustenta que no século XVIII, na França, “vários princípios organizam a esfera pública política, que surge, diretamente da esfera pública literária, nos salões, nos cafés, nos periódicos” e que pode-se definir, primeiramente, que era “um espaço em que as pessoas privadas fazem uso público de sua razão” (CHARTIER, 2003. p.33). Ao acompanharmos alguns dos inspetores paranaenses nesses espaços percebemos que, em tese, as funções e discussões ali travadas não estavam ligadas diretamente às suas funções no trabalho, no sentido de obrigação, mas, observando-as a miúdo, identificamos que muitos dos assuntos estão interligados com o que faziam.

Nos anos que sucedem a emancipação da província e a escolha de Curitiba como capital, podemos observar um esforço de organização de espaços onde a população pudesse se encontrar. Quando o viajante Auguste Saint-Hilaire passou por Curitiba, três décadas antes da emancipação da província, fez um inventário do que viu: cidade construída em partes baixas de uma planície, com ondulações, circulada de matas e campos, tinha três igrejas feitas de pedra (destacando a Igreja Nossa Senhora da Luz, que ficava na praça, mas que não tinha torre e sino), possuía nos arredores nascentes utilizadas pela população, as ruas eram largas e as calçadas só eram feitas em frente de algumas residências, as casas eram de construções modestas (mesmo as residências de pessoas indicadas como abastadas):

A cidade tem uma forma quase circular e se compõe de duzentas e vinte casas (1820), pequenas e cobertas de telhas, quase todas de um só pavimento, sendo, porém, um grande número delas feita de pedra. Todas as casas, como ocorre em Minas e Goiás, possuem o seu quintal, mas não são bananeiras, mamoeiros ou cafeeiros que se veem ali, e sim macieiras, pessegueiros e outras árvores frutíferas europeias (SAINT-HILAIRE, 1978. p.71).

A descrição feita por Saint-Hilaire poderia ter servido como base descritiva para a pintura de Curitiba em 1827, de autoria do francês Jean-Baptiste Debret²¹⁷:

²¹⁶ Roger Chartier (2003) abarca em sua análise a esfera pública e política quando discute a obra de Jürgen Habermas, especialmente, a *L'Espace Public*. O autor demonstra como esses espaços públicos se integraram com a opinião pública (CHARTIER, 2003. p.33-50).

²¹⁷ Há um debate sobre algumas das pinturas de Jean-Baptiste Debret, como as que retratam o Paraná, não terem sido feitas durante viagens do pintor. Nessas interlocuções, aponta-se que o pintor francês não se afastou tanto da Corte, no Rio de Janeiro, como nos deixa entender suas pinturas. Ele teria utilizado esboços, indicações de outras pessoas, como seus alunos, para compor a paisagem de muitos locais no Brasil. O pintor ficou no Brasil por um período de 15 anos (1816-1831). Situação semelhante foi indicada por Thiago Costa (2013) no álbum de Debret

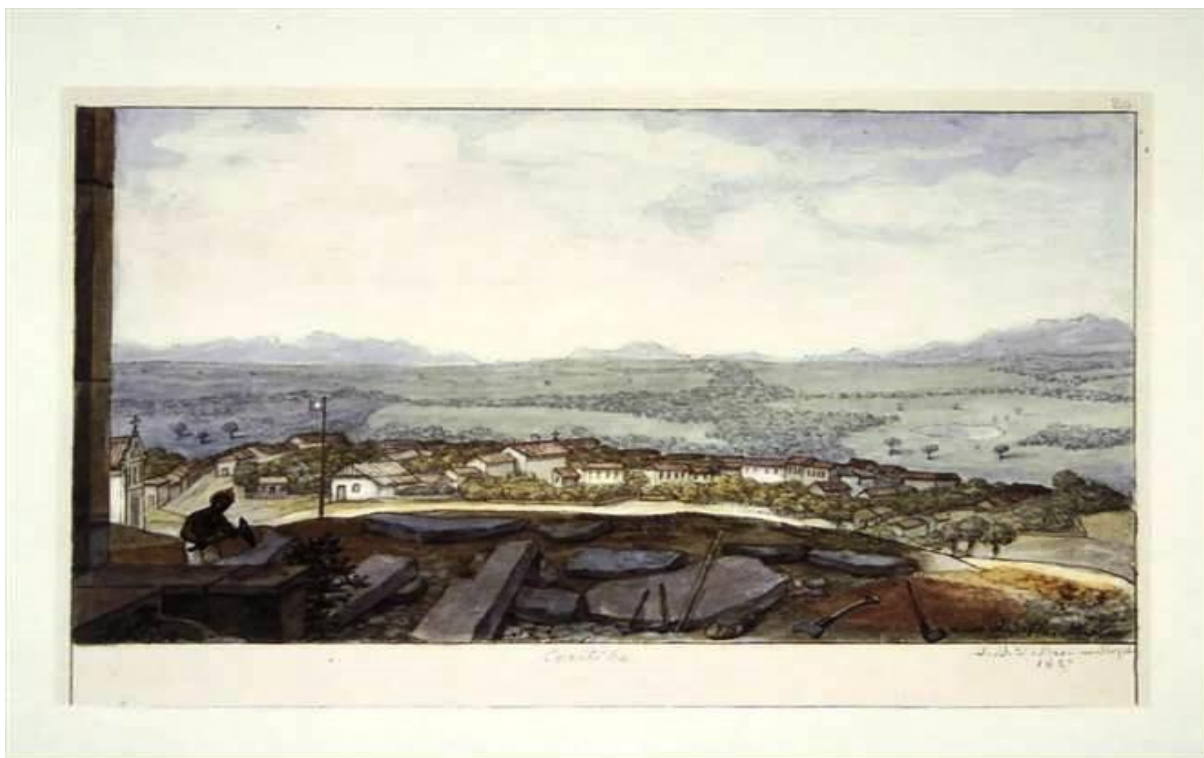


Figura 4: A Comarca de Curitiba na década de 1820-1830
Fonte: DEBRET, 1970

No alto da construção onde trabalha sem camisa o homem negro, podia-se visualizar a cidade “construída numa das partes mais baixas de uma vasta planície ondulada que, como já disse, apresenta uma agradável alternativa de matas e campos (...)” (SAINT-HILARE, 1978. p.71). Apontando para anos posteriores ao do viajante Saint-Hilare, já é possível identificar na tela uma torre na Igreja e algumas construções mais altas e maiores que outras. Nesse momento, provavelmente os encontros sociais aconteciam no espaço religioso e nas reuniões familiares, pois não havia outro local para tanto²¹⁸.

Em publicação de documentos sobre o Paraná, os dados apresentados como sendo do ano de 1847 informam que Curitiba possuía mais habitantes que a cidade de São Paulo (6.000) e que se exportava milho, feijão, batata inglesa e erva mate, bem como possuía

sobre a Itália. Porém, como afirma o autor, não ter estado nesses locais pessoalmente não desmerece a produção do pintor e muito menos a sua contribuição na representação dessas paisagens, mas “mostra que o autor estava consciente dos motivos em voga do universo editorial da época e já tinha planos para a publicação de uma obra com o assunto de costumes. Tal projeto seria materializado apenas anos mais tarde, com seu álbum ilustrado sobre o Brasil” (COSTA, 2013, p.49). Para saber mais sobre o pintor e sua iconografia, ver: COSTA, 2011; DEBRET, 1954, 1970; CASILLO, 2005.

²¹⁸ Magnus Pereira (1996) informa que no Paraná enquanto Comarca da província de São Paulo possuía “vilarejos que permaneciam quase sempre vazios, e que adquiriam aspecto movimentado somente nos dias de ofícios religiosos, com a presença dos proprietários rurais e suas famílias” (PEREIRA, 1996, p.111).

numerosas estâncias e invernadas de gado, muar e *vacun*, concluindo que “seu destino não podia ser mais entravado pela falta de autonomia” (RODRIGUES, 1953, p.07). Em *O Paraná no Centenário*, Rocha Pombo (1980) informa que a cidade de Curitiba estava composta em 1853 por 150 a 200 residências, com oito ou dez ruas no total, sem iluminação pública, com quatro igrejas (POMBO, 1990). O acompanhamento do jornal *O Dezenove de Dezembro* permite-nos comprovar algumas dessas informações e acrescentar outras, como a constante reclamação da lama nas ruas sem calçadas, falta de iluminação e a circulação de porcos e cães pelas mesmas (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 20/05/1854. p.04).



Figura 5: A Capital do Paraná – Curitiba (1855)
Fonte: Revista do Paraná (1887)

Se tomarmos como referência a torre da Igreja, que aparece nas duas imagens, podemos interpretar que na litografia acima, de autoria do americano John Henry Elliot, temos uma visão invertida de Curitiba. Se antes estávamos no alto, olhando para a planície e a vegetação posterior à cidade²¹⁹, agora temos o alto do morro como ponto final de nosso olhar, apesar de não ter nenhuma construção. Na tela de Debret podemos contar, pelo formato dos telhados identificáveis, cerca de trinta construções, excluindo a Igreja. Na imagem de Elliot o

²¹⁹ Na Revista do Paraná a informação é que a imagem foi “tirada da estrada do Arraial ou talvez do Alto da Glória” (REVISTA DO PARANÁ, 30/10/1887. p.06).

número está em torno de quarenta. Como *representações*, as imagens permitem visualizarmos possíveis trajetos que a população fazia dentro da cidade de Curitiba, que a partir da década de 1850, com a emancipação e o crescimento dos engenhos do mate – com seus industriais e comerciantes – contava com uma população trabalhadora em expansão: “empregados burocráticos e trabalhadores jornaleiros, (...) os profissionais liberais e funcionários públicos, (...)” bem como o crescimento do “comércio varejista, dando espaço a muitas outras personagens urbanas” (PEREIRA, 1996. p.111).

Nos primeiros anos após a emancipação, a população no geral dispunha de poucos locais de convivência. Os homens poderiam frequentar a Casa de Bilhar na Rua das Flores, onde havia “o bom café de uma hora da tarde até as oito da noite” (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 10/06/1854. p.04). Para todos, homens e mulheres, foi fundada no mesmo ano a Sociedade Harmonia. Desde junho o jornal²²⁰ noticiava a sua organização e a justificativa anunciada para tal empreendimento foi:

Com a instalação da província, com a harmonia dos partidos políticos, deveria também aparecer alguma coisa em favor da harmonia das famílias; na nossa opinião uma sociedade de bailes, organizada com esse pensamento, muito concorrerá para estreitar as relações íntimas entre os diversos grupos da grande família paranaense, e que os acontecimentos políticos haviam sobremaneira afrouxado (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 01/07/1854. p.03).

Com a diretoria organizada e instalada com mais de setenta sócios²²¹, o primeiro baile ocorreu em setembro e, segundo nota no jornal: “esteve brilhante e muito concorrido” (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 16/09/1854. p. 03). Um espaço de baile e diversão que se propunha harmônico não somente pela música, mas por poder recepcionar sujeitos de diferentes opiniões políticas²²². Entre esses, era sócio o presidente da província, Zacarias

²²⁰ Chamada para a reunião para eleger a diretoria da Sociedade Harmonia (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 24/06/1854. p.06).

²²¹ A diretoria ficaria na função por quatro meses. Formada por: Dr. Antonio Francisco de Azevedo (presidente); Henrique de Beaurepaire Rohan (vice); José Lourenço de Sá Ribas (secretário) e Benedito Eneas de Paula (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 08/07/1854. p.03).

²²² Quando o trecho do jornal trata da “harmonia entre os partidos” se refere, indiretamente, a divisão política partidária existente no Paraná no Oitocentos entre os Liberais (apelidados pejorativamente de Luzias) e os Conservadores (da mesma forma apelidados de Saquaremas), que eram os dois partidos brasileiros existentes no Império. Os integrantes do Partido Liberal, de forma pontual, lutavam pela descentralização e em prol da autonomia das províncias brasileiras, enquanto os membros do Partido Conservador eram contra as modificações constitucionais e apoiavam um governo que se mantivesse centralizador. No Paraná os liberais eram, em sua maioria, fazendeiros de gado e no grupo dos líderes conservadores estavam os comerciantes do litoral,

Goes e Vasconcellos, e o nosso conhecido José Lourenço de Sá Ribas, que futuramente seria nomeado inspetor de distrito em Curitiba²²³, promotor público²²⁴ e inspetor do Liceu²²⁵. Circular pelo baile, dançar, conversar e se divertir também poderia funcionar como uma vitrine, onde o sujeito via e era visto pelos outros.

Dois anos depois, a seção *Ao Correr da Pena*, no jornal *O Dezenove de Dezembro*, noticiava que a companhia teatral voltaria a se apresentar em Curitiba no verão, que havia uma companhia de teatro local e particular ensaiando para se apresentar e levantava o seguinte questionamento: “quando se organizará também uma boa sociedade de baile? As nossas belas são diferentes das outras? Não terão poder bastante para fazerem criar-se uma associação, em que lhes cabe completa ditadura?” (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 09/07/1856, p.03). No final de novembro de 1856 temos notícia do baile da Sociedade Terpsichore, em Paranaguá, em comemoração ao seu aniversário de fundação e com discurso que apontava o número de sócios (41) – “são quase todos pessoas das mais gradas desse país” – e se apresentava como “civilizadora instituição” (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 03/12/1856. p.04). Em Curitiba, por sua vez, outra instituição²²⁶ era organizada e ministrava bailes: a Sociedade Recreio da Juventude. E é nela que o médico José Candido da Silva Muricy²²⁷ recebeu um baile em sua homenagem porque sairia temporariamente da província (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 26/12/1857. p.04). Posteriormente Dr. Muricy também exerceria a função de Inspetor Geral da Instrução Pública.

produtores da erva mate. A historiografia tem apontado que no período entre 1853 a maio de 1857 ocorreu um momento propício a uma política de conciliação entre esses partidos, mesmo que em alguns momentos ainda possamos perceber suas tensões latentes nas fontes aqui investigadas (CARNEIRO, 1994, p.21-35; BALHANA *et al*, 1969. p.149). Maria Cecília Westphalen (1974) escreve sobre Paranaguá e o Paraná, de forma geral: “A situação era difícil, com a sociedade local dilacerada por intrigas e inimizades, tanto que, pelas dissensões políticas, não mais podiam conviver nos bailes e no teatro. Era, aliás, a situação de toda a província, e desejava o presidente harmonizar os ânimos e proscrever os nomes de farrapo e cascudo que um partido aplicava ao outro por escárnio” (WESTPHALEN, 1974. p.547).

²²³ O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 24/10/1855.

²²⁴ O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 21/05/1856.

²²⁵ O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 05/11/1859.

²²⁶ No jornal também temos notícia de outra sociedade que se reuniu no salão do teatro em Curitiba, a Sociedade Recreio Curityba. (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 04/06/1856, p.04).

²²⁷ O Dr. José Candido da Silva Muricy nasceu em Salvador, em 1827, e faleceu em Curitiba, em 1879. Foi fundador da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba/PR; fez parte da Comissão Central da Exposição Provincial do Paraná (“recebeu medalhas e menções honrosas, tanto do Governo brasileiro como do Júri de Filadélfia, pelos produtos expostos em 1875”); lutou contra a febre amarela e “recebeu o hábito de Cavaleiro da Ordem da Rosa pelos serviços prestados aos habitantes de Paranaguá junto a essa doença”. (NICOLAS, 1954, p.502-503).

No ano seguinte outra sociedade foi inaugurada na província paranaense: a Sociedade Amante do Bem Público. Tinha como presidente o então Inspetor Geral da Instrução Pública (IGIP) Joaquim Ignácio Silveira da Mota. Médico formado na Alemanha, frequentava desde salões do Império até as farmácias e esquinas, onde podia ser visto em diálogo acirrado mencionando “Kant e Hegel, Wieland e Lessing, Goethe e Schiller, em alguns momentos de trato intelectual” (MURICY, 1976. p.32). Como comprovamos em seu relatório, quando escreve sobre razão e moral, provavelmente estava se referindo a filosofia de Kant, o mesmo que costumava citar nesses encontros públicos. Na primeira reunião da Sociedade Amante do Bem Público, no dia 30 de maio de 1858, foi aprovada a constituição da diretoria e esboçado o objetivo de tal instituição:

A instrução do povo é hoje um programa universal, uma crença, uma religião sublime. Todos dizem que o grande-velho menino – o povo – precisa ser remido e emancipado pela instrução, que é a primeira das felicidades, a soberana de todas as leis, a base de todo o edifício político, a maior garantia de ordem pública, e da nacionalidade. Pois bem: seja esse o nosso programa, abracemos essa grande religião, e trabalharemos pelos seus triunfos, como verdadeiros apóstolos. (...) Aí estão os primeiros trabalhos, que o atestam, aí vemos a Sociedade Amante do Bem Público à oferecer garantias para ela. (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 02/06/1858. p.03).

Uma instituição que, diferente das outras vistas até agora, tinha como objeto principal a discussão e análise da instrução, ou seja, do “bem público”, representação que o nome da sociedade já nos permite entrever. Seguindo o rastro dos nove nomes indicados em sua diretoria, sete já haviam exercido a função de inspetor da instrução pública: Silveira da Mota (presidente da sociedade e inspetor geral desde 1856); Bento Fernandes de Barros (secretário da sociedade e inspetor de distrito em Curitiba (1857) inspetor geral interino em 1858); José Lourenço de Sá Ribas (tesoureiro da sociedade e inspetor de distrito em Curitiba em 1855); Laurindo Abelardo de Brito (diretor da sociedade e inspetor de instrução em Castro, 1855); Manoel de Oliveira Franco (diretor da sociedade e inspetor da instrução em Curitiba, 1854) e o Padre João Baptista Ferreira Bello (diretor da sociedade e inspetor da instrução em São José dos Pinhais, 1854). Entre os suplentes da diretoria estava o professor João Baptista Brandão de Proença, que exercia uma atuação diferenciada no que se referia ao

ensino na província, emitindo até mesmo parecer sobre a instrução a pedido do presidente Zacarias Goés e Vasconcelos²²⁸.

No dia 15 de agosto ocorreu a cerimônia de posse da diretoria da Sociedade Amante do Bem Público, no Paço da Assembleia Provincial, quando decidiram convidar D. Pedro II para ser o protetor da sociedade. Para tal convite, elegeram cinco representantes: José Ignacio Silveira da Mota, o Barão de Antonina, conselheiro Zacarias Goes e Vasconcellos, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá e Antonio Candido da Cruz Machado “por ter sido um dos representantes da nação que mais se esforçou para a elevação da comarca Curitiba à categoria de província”²²⁹ (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 18/08/1858. p.03). O primeiro era formado em Direito na Faculdade de São Paulo, foi deputado na Assembleia Legislativa de São Paulo quando esteve responsável pela pasta de Instrução, Educação, Catequese e Civilização dos Índios (1843), atuando também com seu irmão, Joaquim Ignácio Silveira da Mota, na legislatura paulista de 1853²³⁰. O segundo, João da Silva Machado – o Barão de Antonina – exerceu grande influência política e econômica no Paraná em diversas funções: “tropeiro, líder político local, empreiteiro de estradas, deputado provincial, militar, sertanista/indigenista, barão de Antonina, senador pela recém emancipada província do Paraná, barão com grandeza (...). (ALVES, 2012. p.53). O terceiro havia sido o presidente da província e, por fim, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, que no ano anterior foi deputado na Assembleia Legislativa Provincial Paranaense (1856-1857) na comissão permanente das Câmaras Municipais e na de Instrução Pública, Educação e Catequese dos Índios (NICOLAS,

²²⁸ Sobre o professor Proença e sua relação com a inspeção e instrução pública no Paraná ver MUNHOZ, 2012 e BARBOSA, 2012.

²²⁹ Sobre a atuação de Cruz Machado, Aparecida Bahsl (2007) escreve: “em 1853, surgiu um projeto do Senado para a criação da Província do Paraná. Em sua defesa, Antônio Cândido Cruz Machado teve papel preponderante, rebatendo as críticas dos políticos contrários a essa medida. Cruz Machado, então deputado pela Província de Minas Gerais, aludiu às inúmeras tentativas de emancipação da Comarca. Por fim, em 20 de agosto daquele mesmo ano, a proposta foi aprovada. Transformado em lei, o documento definia a denominação oficial de Província do Paraná em relação ao território que antes compreendia a Quinta Comarca; Curitiba transformou-se, automaticamente, em capital da Província. A lei nº 704, sancionada em 29 de agosto de 1853, criando a Província do Paraná, teria inaugurado a história regional, transformando-se em ato fundador. Objeto de culto, a lei passou a ser celebrada, nas comemorações anuais que marcavam o aniversário de criação da Província” (BAHSL, 2007, p.25).

²³⁰ No ano de 1843 José Ignácio Silveira da Mota (1811-1893) atuou também nas pastas de Redação e na de Constituição, Justiça e Força Policial. (ANAIS DA ASSEMBLEIA PROVINCIAL DE SÃO PAULO, 1843, p.423, 188, 362). Em 1853, foi deputado e senador do Império, com a pasta de Comércio, Indústria, Estradas e Obras Públicas, enquanto seu irmão, Joaquim Ignácio Silveira da Mota era pelas pastas de Constituição, Justiça e Força Policial e pela da Fazenda (ANAIS DA ASSEMBLEIA PROVINCIAL DE SÃO PAULO, 1853, p. 410, 412, 554).

1954. p.74). A missão de convidar D. Pedro II para ser o protetor da referida sociedade coube àqueles que até então exerceram posições de destaque na província ou em representação a ela, sem contar que esses senhores atuaram também na organização ou discussão da instrução pública primária paranaense.

Contraopondo os sujeitos da Sociedade Amante do Bem Público com suas funções e com a proposta da referida instituição descrita no jornal, percebemos a existência de um intercâmbio intelectual em prol da instrução nos primeiros anos posteriores a emancipação da província paranaense. Na primeira reunião aqui citada, os sócios esboçavam as consequências esperadas ou, podemos dizer, os efeitos sociais pretendidos a longo prazo com a aquisição da instrução: um avanço da sociedade em todos os aspectos e o fortalecimento da nacionalidade. As relações travadas por esses senhores nos primeiros anos após a emancipação da província e que permanecerão atuantes na instrução pública paranaense nos anos posteriores, eram relações de intercâmbio, interação e interdependência.

Nas décadas seguintes é possível notarmos uma ampliação desses canais de comunicação na província, com o surgimento dos Clubes Literários. O quadro abaixo permite visualizarmos uma amostra desses clubes e das sociedades paranaenses por décadas:

DÉCADA	CLUBE	LOCAL²³¹
1850 - 1860	Club Curitybano	Curitiba
	Sociedade Amante do Bem Público	Curitiba
	Sociedade Harmonia	Curitiba
	Sociedade Recreio Curityba	Curitiba
	Sociedade Recreio Familiar Curitybano	Curitiba
	Sociedade Recreio da Juventude	Curitiba
	Sociedade Terpsichore	Paranaguá
1870	Alpha Litterária	Morretes
	Associação Litterária Lapeana	Lapa
	Associação Recreio Litterário	Curitiba
	Atheneu Acadêmico	-
	Club Antoninense	Antonina
	Club Democrático Antoninense	Antonina
	Club dos Estudantes	Curitiba
	Club Juvenil	Curitiba
	Club de Leitura Pitanguyense	Ponta Grossa
	Club Litterário	Paranaguá
	Club Litterário Curitybano	Curitiba
	Club Litterário Campo Languense	Campo Largo
	Club Litterário Flor do Paraná	Curitiba

²³¹ Os traços indicam que a localidade do referido clube ou associação não foi localizada nas fontes consultadas.

1870	Club Litterário Juventude	Curitiba
	Club Litterário Porto Cimensense	Porto de Cima
	Club Litterário São Joseano	São José dos Pinhais
	Club da Sociedade Heimat	Curitiba
	Ensaio Litterários	-
	Grêmio Literário	-
	Retiro Litterário	-
	Sociedade Propagadora de Ensino	Curitiba
1880	Associação Litterária Onze de Setembro	Assungui
	Club Amante do Progresso	-
	Club Cavalheiro do Luar ²³²	-
	Club Curitybano	Curitiba
	Club do Comércio	Paranaguá
	Club Democrático Antoninense	Antonina
	Club Dr. Pedroza	-
	Club dos Estudantes	Curitiba
	Club Gymnastico Paranaense	Paranaguá
	Club de Leitura Porto-Cimensense	Porto de Cima
	Club Litterário	Paranaguá
	Club Litterário Alpha	Morretes
	Club Litterário Arraialense	Arraial Queimado
	Club Litterário Campo Languense	Campo Largo
	Club Litterário Flor do Paraná	Curitiba
	Club Litterário Guaraquessavano	Guaraquessaba
	Club Litterário Júlio Peixoto	Curitiba
	Club Litterário Minerva	Curitiba
	Club Litterário Superaguyense	Superagui
	Club Recreio da Juventude	Curitiba
	Club Redenção	Castro
	Club Republicano	Curitiba
	Club União dos Artistas	Paranaguá
	Grêmio Litterário Clarimundo Rocha	Curitiba
	Sociedade Emancipadora Antoninense	Antonina
	Sociedade Germania	Curitiba
	Sociedade Litterária Dramática Recreativa da Mocidade	Curitiba
	Sociedade Litterária Dr. Pedrosa	Curitiba
	Sociedade Litterária Palmeirense	Palmeira

Quadro 10: Sociedades e Clubes Literários da província do Paraná (1853-1890)

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos periódicos paranaenses

²³² Também encontrada como Sociedade Litterária Recreio Cavalheiros do Luar.

A motivação de se constituir como um espaço de discussão que inclui o debate sobre a instrução pública permanece nos clubes literários, assim como foi esboçado pela Sociedade Amante do Bem Público. Contudo, nas décadas posteriores, é possível acompanharmos com maior detalhamento os trâmites de organização e estrutura desses clubes nas páginas dos periódicos paranaenses. Identificamos, por exemplo, que era de praxe enviar ofício à presidência da província comunicando a criação do clube – como o fez o Club Literário de Paranaguá (O DEZENOVE DEZEMBRO, 11/09/1872. p.02) e remeter o estatuto do mesmo – como procedeu o Club Antoninense (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 10/09/1873. p.01). A composição da diretoria dos clubes também é esmiuçada, seguindo quase a mesma estrutura em todos: presidente, vice-presidente, primeiro secretário, segundo secretário, orador, tesoureiro (podendo acrescentar mais um orador, um procurador e um zelador/bibliotecário). Alguns clubes tinham seu próprio periódico, onde podiam publicar seus discursos e outros assuntos literários e noticiosos²³³. Em suas reuniões, ou “festim literário”, os oradores oficiais dos clubes exerciam sua função, mas a palavra poderia ser passada a convidados ilustres ou os temas poderiam ser debatidos pelos mais jovens, como no caso do Club Flor do Paraná, cujas sessões ocorriam no colégio Curitybano (PROVÍNCIA DO PARANÁ, 1879, p.02). São nessas pequenas informações que podemos tecer a rede que une diferentes sujeitos que estiveram envolvidos com a inspeção e instrução pública paranaense. A “festa literária” em comemoração ao segundo aniversário do Club Litterário Campo Languense – “(...) uma associação, que tem por fim promover o desenvolvimento e a educação intelectual” – foi noticiada no jornal, evidenciando de quem foi a ideia de criação do clube, que houve orquestra na comemoração e informações sobre a biblioteca do referido (O PARANAENSE, 09/12/1877. p.02). O presidente indicado era Arthur Henrique de Figueiredo Mello, inspetor paroquial de Campo Largo naquele ano e no próximo²³⁴.

Em dez meses de atuação do Club de Leitura Porto Cimensense seu relatório também compareceu nas páginas do jornal. Nele identificamos o movimento dos livros da biblioteca do clube, bem como dos sócios, além dos nomes dos professores que ministravam a aula noturna primária – “sócios dignos de louvor pelo serviço que estão prestando à instrução pública” – e a intenção de tal instituição: “(...) teremos cumprido o nosso dever, lançando uma

²³³ O Reverbero (Club dos Estudantes); A Mocidade (Club Amante do Progresso); O DILÚCULO (Club Recreio da Juventude); Club Litterário (Club Litterário de Paranaguá); O Santelmo (Club dos Estudantes), entre outros.

²³⁴ Conferir quadro dos inspetores paranaenses (APENDICE II).

pequena pedra para a construção do edifício gigante que se alevante da civilização e do futuro” (PROVINCIA DO PARANÁ, 30/01/1876. p.02-03). Na presidência de tal instituição estava Antonio Ribeiro de Macedo, inspetor paroquial de Porto de Cima nos anos de 1869, 1875, 1877 e que, na reorganização da inspeção²³⁵ assumiria o cargo de Chefe da Superintendência do Ensino Obrigatório de Campo Largo nos anos de 1887 e 1888. Por sua vez, o vice-presidente do clube, Manoel Salustiano Gonçalves Marques, ocupou a função de inspetor do ensino em Porto de Cima sete vezes, distribuídas entre as décadas de 1850 a 1880²³⁶. De Morretes, a sociedade Alpha Litterária exaltava que “magnífica é a causa da instrução; ela tende a estabelecer uma felicidade perfeita para o gênero humano, fazendo-o comensal do banquete dos anjos” (PROVINCIA DO PARANÁ, 09/12/1876. p.03). Entre os componentes de sua diretoria estava Manoel Ricardo do Nascimento, como primeiro secretário, mas que em 1869 tinha sido inspetor do ensino em Morretes. É possível evidenciar que esses locais foram ocupados por sujeitos que participaram ou que participariam da inspeção da instrução pública, sem contar os professores. A rede de sujeitos envolvidos com o ensino se fortalecia e/ou ampliava também por meio desses espaços.

Atuação de destaque em clube literário teve também Leocádio José Correia²³⁷. Médico requisitado em Paranaguá, conservador, abolicionista, deputado na Assembleia Provincial, discursou como orador do Club Litterário entre os anos de 1880 e 1885. Antes disso, viajou pela primeira vez a Curitiba em 1876 e, “à noitinha, Leocádio, Dr. Muricy e o Dr. Trajano Reis costumavam encontrar-se na confeitaria do alemão Kuntz, na Rua Ipiranga, para um bate papo amigável e troca de impressões do dia a dia (...)” (CORREA, 1995. p.212). Uma rede que se entrelaça em diferentes espaços. O Club Litterário de Paranaguá fazia parte de sua rotina quando estava em sua cidade. Ministrava ali um curso de francês para jovens associados e escrevia versos para o jornal do clube, sendo “seu local de frequência obrigatória para conversa diária com os melhores amigos à noite (...)” (CORREA, 1995. p.157). Orador instituído, em uma de suas falas discorreu sobre a inauguração de escolas em Paranaguá:

Todos os governos, todos os pensadores dirigem suas vistas para a instrução popular, a aspiração sôfrega da era, a expectativa profética da humanidade,

²³⁵ Regulamento para o Ensino Obrigatório, de 03 de dezembro de 1883.

²³⁶ Os meses que ficou na função foram nos anos de 1857, 1858, 1861, 1864, 1870, 1882 e 1884.

²³⁷ Leocádio José Correia nasceu em Paranaguá, em 1848 e ali morreu, em 1886 (NICOLAS, 1954, p.504).

na frase eloquente e expressiva de um vulto da tribuna brasileira (CORREIA, 15/07/1882. p.24).

O vulto ao qual se refere, segundo nota de rodapé, era o presidente da província do Paraná, Oliveira Bello, em discurso que este fez na Escola Normal da Corte. Leocádio José Correia cita tanto o brasileiro quanto outros autores – como Homero, Virgílio, Byron, Voltaire, Duruy, Victor Hugo, Bonuet, Fenelon, Moliere, entre outros – na tentativa de referendar suas ideias. Reforça que “instruir é construir” e que o século XIX “constitui um marco legítimo do progresso social: ele tem sido um século fecundo, um século de atividade, de reformas, de luzes e de surpresas!” (CORREIA, 09/08/1882. p.30). O clube como o espaço para esboçar as suas *representações do mundo social* e a sua erudição, por meio da articulação com diferentes referências, de acordo com o tema abordado. Quem discursava era o médico, cidadão parnanguara e também, a partir do ano de 1885, o inspetor paroquial da cidade. Função esta que tinha sua prática estampada na seção *Inspetoria Parochial das Escolas*, no periódico de Paranaguá, *O Futuro*. Se continuássemos seguindo o *fio do nome* de cada sócio ou integrante de diretoria dos clubes e associações literárias, possivelmente encontraríamos outros inspetores de ensino entre eles. Discutir sobre a instrução pública comparece como uma prática que ultrapassa os momentos à frente das inspetorias de ensino.

Entendemos que os envolvidos com essas sociedades contribuíam para a divulgação e circulação de ideias para e sobre a instrução pública, servindo também de referência para que crianças e jovens seguissem os seus passos e também propusessem associações, como o *Club dos Estudantes* – dirigido pelos alunos do Instituto Paranaense, possuindo uma publicação própria e quinzenal – e o *Club Juvenil* – “uma associação literária, composta de estudantes menores, e de diversas escolas desta cidade [Curitiba]”, cujo o presidente, Sérgio Franco Souza Castro Júnior, era filho de inspetor geral²³⁸ (O REVERBERO, 30/10/1879. p. 03). O Clube dos Estudantes, seguindo o rastro dos outros até agora citados, enviou um ofício à Inspetoria da Instrução Pública do Paraná:

Temos a honra de comunicar a V.S que, ontem, as quatro da tarde, fundamos nesta cidade uma sociedade denominada Club dos Estudantes e esperamos de V.S que, como digno Diretor Geral da Instrução Pública, se digne auxiliar-nos em toda e qualquer coisa que de V.S houver mister para futuro

²³⁸ Seu pai era Sérgio Franco Souza Castro, que esteve a frente da Inspetoria de Instrução Pública do Paraná em alguns meses entre os anos de 1865 e 1866. Tal inspetor geral nasceu em São Paulo, em 1831, recebendo o grau de bacharel em Direito naquela província (NICOLAS, 1954. p.98).

engrandecimento de nossa sociedade. Deus guarde a V.S. (O REVERBERO, 30/10/1879. p.04).

Percebe-se no ofício uma intenção semelhante à esboçada pelos outros clubes literários existentes: a preocupação em desenvolver a sociedade e, para tanto, escrevem ao diretor-geral, Euclides Francisco de Moura, pedindo direção para levarem adiante tal pretensão. Todavia, tal ofício servia também para marcar o lugar do novo clube e a ação de seus jovens integrantes. O diretor-geral respondeu no dia seguinte, “louvando tão prestante ideia e os nobres intuitos dessa associação, faço sinceros votos pela sua prosperidade” (O REVERBERO, 30/10/1879. p.04). Tanto o ofício quanto a resposta foram publicados no jornal do clube, um movimento que sinaliza aos leitores que era do conhecimento da instância responsável pela instrução na província a sua atuação. Anos depois observamos um convite no jornal dos estudantes *O Santelmo*:

Propõe-se aos estudantes residentes nesta capital, a formação de um Club Literário Estudantil. Os que aprovarem (com certeza todos aprovarão), queiram ter a bondade de mandar dizer a esta redação, para que se publique os seus nomes e marque-se o ponto e dia da primeira reunião. É sumamente indispensável a formação do dito club, pois a desunião dos estudantes nesta capital é muito grande (O SANTELMO, 02/07/1888. p.04).

Notamos no trecho acima que os estudantes definem que tal clube era um lugar político, necessário e de articulação. Escrevendo sobre Domingos Nascimento, no periódico *Vida Literária*, Leôncio Correia relembra: “fizemos os nossos ensaios no Club dos Estudantes e no Reverbero, vimos alguns pela primeira vez as nossas produções em letras redondas” (VIDA LITERÁRIA, 10/08/1887. p.01). Acompanhar a participação tanto dos jovens quanto dos adultos e inspetores de ensino nos clubes e associações literárias paranaense permite-nos identificar esses espaços como locais de formação de opiniões e de relações, sendo parte da pauta a instrução pública e a sua capacidade de permitir o progresso da nação como um todo

2.3. Movimento dos Portos: inspetores paranaenses em viagem

Uma das hipóteses traçadas na tese é a de que os responsáveis pela inspeção e pela instrução pública paranaense frequentavam espaços sociais que permitiam o convívio e também colaboravam para a formação dos sujeitos e para a circulação de suas ideias sobre o ensino. Existiam locais onde os paranaenses podiam se encontrar rapidamente, para uma

conversa, como o Hotel do Paranã, que ficava aberto até as dez horas da noite, contando com “bons petiscos, excelente café e companhia” (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 30/01/185. p.04) ou o Hotel Itiberê, em Paranaguá, que contava com uma confeitaria e botequim em anexo (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 24/12/1859. p.04). Espaços informais de convivência e que, por terem essa característica, se torna difícil mapear neles a presença dos responsáveis pela inspeção e instrução. Todavia, como veremos ao longo desse item, os responsáveis pelo ensino paranaense não estavam somente na Assembleia Legislativa do Paraná ou nos clubes e sociedades literárias discutindo a instrução, eles também estavam em movimento. E neste se mover, podemos incluir um outro espaço de convivência onde possivelmente ocorria oportunidades de discussão do ensino: os navios, como esse abaixo, que chegava à Baía de Paranaguá.

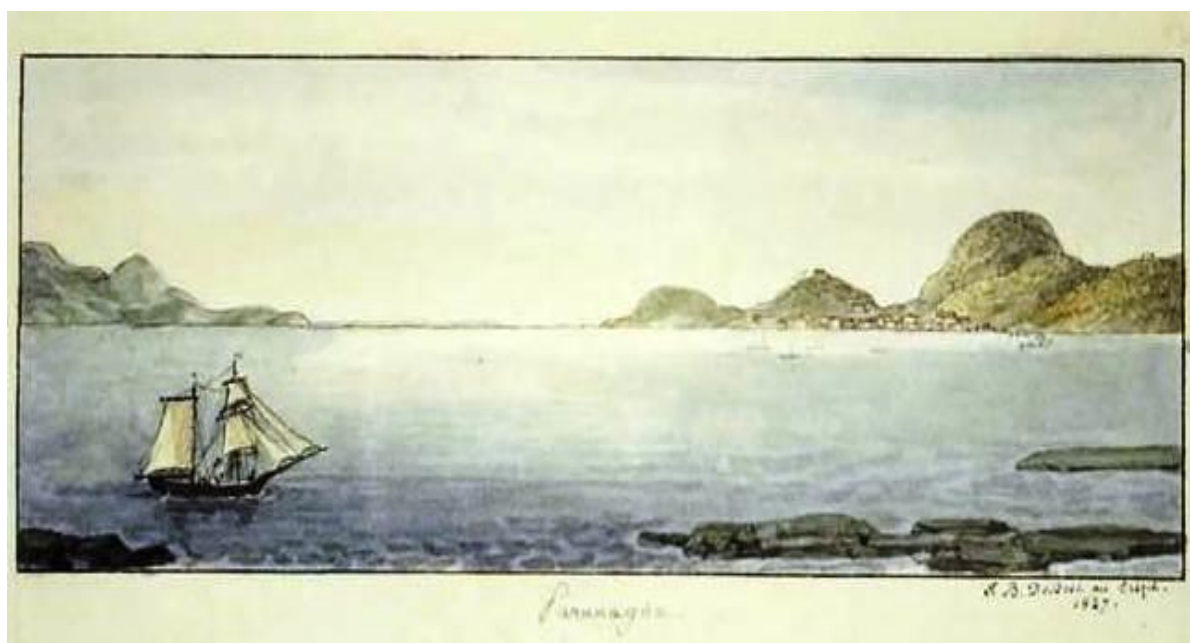


Figura 6: A chegada à Baía de Paranaguá
Fonte: Debret, 1970

A pintura acima pouco nos informa das características da cidade de Paranaguá ou do seu porto em si. Pequenos pontos na margem do mar se diferenciam da paisagem referente às partes mais altas da imagem, como se fosse, ao longe, a cidade de Paranaguá. Seria a Rua da Praia? Antonio Vieira dos Santos (1952) descreve a referida rua como a mais movimentada, onde se encontravam os estaleiros de Ricardo Carneiro dos Santos, de José de Souza Guimarães e de Manoel Francisco Correia, por exemplo. Na mesma rua estava o velho

colégio fundado pelos jesuítas e as residências de Manuel Francisco Correia e de Manuel Antonio Guimarães, podendo se ver a noite, do mar, pequenos pontos luminosos das referidas casas e dos 36 lampiões que cuidavam da iluminação das dez ruas principais da cidade. (SANTOS, 1952. p.13). Talvez tenha sido uma imagem muito semelhante a essa que Leocádio José Correia tenha visto tantas vezes em suas partidas e chegadas à cidade quando embarcou “num vapor inglês, mais próprio para a carga, podendo todavia acomodar um punhado de passageiros. A faculdade de Medicina o esperava” (HOERNER JÚNIOR, 1979. p.25).

O rapaz de 19 anos que embarcava para estudar medicina tinha frequentado o “Collegio Velho”, construído pelos jesuítas em Paranaguá, e se acostumou com as viagens marítimas para estudo, quando cursou o Seminário Episcopal em São Paulo, concluído posteriormente no Colégio Episcopal no Rio de Janeiro (O SAPO, 20/05/1900; CORREA, 1939; NICOLAS, 1954). Foram seis anos de idas e vindas de navio, onde Leocádio pode ter aproveitado para conhecer novas pessoas. Ao chegar ao Rio de Janeiro, em março de 1868, levando na bagagem roupas e livros, remeteu carta ao pai, onde dizia: “apesar do desconforto do vapor, tão bem apregoado por estimados conhecidos de V.mce, cheguei e instalado me encontro (...)” (HOERNER Jr, 1979, p.29). O vapor (navio) é aqui considerado como meio de transporte que o levaria para a formação nos estudos e também como um espaço de integração entre as pessoas, um local de estabelecer contatos. Como escreve o jovem Leocádio ao seu pai, ele contou com o apoio de conhecidos durante a viagem. Uma oportunidade que os sujeitos tinham de conversar sobre diferentes assuntos e também de estreitar laços.

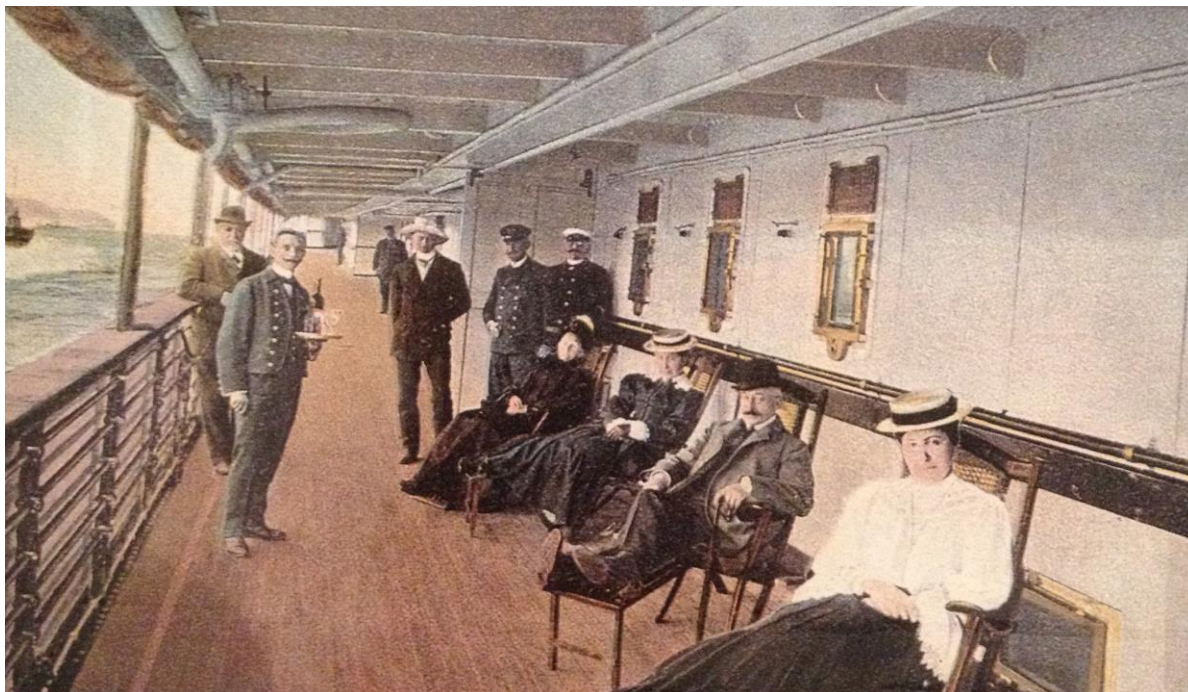


Figura 7: Socialização no convés de um navio
Fonte: Gerodetti, 2006

A imagem acima, mesmo sem data e descrição de quem eram as pessoas ali representadas, registra a possibilidade de encontro nesses espaços. Notamos a presença de um garçom e de dois sujeitos fardados, bem como três senhores e senhoras. Provavelmente se trata de um cartão postal ou propaganda utilizada pelas companhias marítimas ou ainda uma feita como *souvenir* durante a viagem, pois são com esses tipos de imagens que João Emilio Gerodetti (2006) lidou ao compor o registro de diversas empresas de navegação que atuaram no Brasil no século XIX e XX. Não há conversa no momento de captação da imagem, os olhares de todos se voltam para a nossa direção, como se fossemos a pessoa que fez o registro. Contudo, a disposição dos corpos (cadeiras com mulheres e um senhor sentados confortavelmente e prestes a serem servidos pelo garçom, bem como o senhor recostado na mureta do navio, de frente para o grupo) sugere que a conversa e a admiração do mar eram as opções naquele momento, sem contar a possibilidade de dormir um pouco, é claro. Essa parece ter sido a intenção do autor da mesma: demonstrar que no navio havia momentos de conforto e de sociabilidade entre os passageiros.

Voltando para o nosso viajante Leocádio José Correia, que seria futuramente médico e inspetor de distrito de Paranaguá, podemos indicar que ele não era o único a cruzar o oceano entre uma província e outra, de navio, para estudar. Pelos jornais e folhas periódicas

publicados ao longo da segunda metade do século XIX podemos identificar os sujeitos saindo para estudo ou enviando seus filhos, como o fez Joaquim Ignácio Silveira da Mota com o seu filho Joaquim Ignácio Silveira da Mota Júnior, que foi estudar Direito em São Paulo (CORREIO PAULISTANO, 28/11/1868. p.01). Os jovens das famílias que possuíam condições de seguir seus estudos nas províncias de São Paulo, Rio de Janeiro ou em Pernambuco tinham, no tempo da viagem de navio, a possibilidade de estabelecerem vínculos ou não.

Quando o assunto é o deslocamento por meio das embarcações, podemos considerar que na Baía de Paranaguá encontravam-se as duas principais entradas de embarcações no Paraná, no século XIX: o cais de Paranaguá e o de Antonina. O primeiro era o mais utilizado, contudo, os navios maiores eram obrigados a atracar a uma milha de distância, na ilha da Cotinga²³⁹. Com o crescimento da movimentação comercial do porto a ampliação do cais, realizada em 1850, foi necessária. (WESTPHALEN, 1974. p.541). Do jornal, vem o comunicado assinado por F. B. de Castro que dá pistas da existência de tensão quanto a utilização de um porto ou de outro:

A vila de Antonina, situada em frente a um vasto canal, cujo fundo há pouco sondado, é autenticamente reputado excelente e superior ao de Paranaguá, é pois, o porto cujo ancoradouro oferece todas as vantagens não só para a nossa província, como também para as vias de comunicação da importante província de Mato Grosso (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 08/07/1854).

O comunicado continua com o autor afirmando ser preferível para o comércio e a economia de outras cidades e vilas da província, como Morretes e Porto de Cima ter o Porto de Antonina do que o de Paranaguá. Anos depois, sobre Antonina e a utilização do seu cais de forma mais assídua, o Barão de Teffé emitiu o parecer de que “a posição topográfica da cidade é excelente, seu aspecto pitoresco e o clima de todo o município ameno e salubre” (...), diz ainda que muito estudou a Bahia de Antonina e as diferenças de nível, e conclui: “uma bóia como a atual é suficiente para prevenir os navegantes, tanto mais que ai há bastante espaço e nunca constou ter este recife ocasionado qualquer avaria, mesmo aos grandes navios de vela, que frequentam o porto” (TEFFÉ, 1877. p.14-19).

²³⁹ O mapa da Baía de Paranaguá permite visualizarmos tanto a ilha de Cotinga quanto a Ilha do Mel, locais de onde os navios se aproximavam para os passageiros passarem para embarcações menores e seguirem viagem (ANEXO I).

Acompanhando as chamadas de saída de navios do Paraná no jornal é possível identificar o tipo de navio escolhido – se de carga com possibilidade de carregar passageiros ou se somente de passageiros (como, por exemplo, “o veleiro brigue Jovem Anninha, forrado e pregado de cobre, e com bons cômodos, recebe passageiros e alguma carga. Trata-se com o capitão Lázaro, no porto de Antonina, onde se acha fundeado” (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 23/09/1854. p.04), os nomes dos viajantes que partiram, as mercadorias e as encomendas que chegaram e saíram. O jornal também nos informa, por meio dos seus anúncios, que eram nas viagens que algumas pessoas faziam suas anotações ou pequenos diários do que viam: “cadernos em forma de careiras, para assentos de viagem, vendem-se nesta tipografia” (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 10/02/1858, p.04). O comércio desse tipo de caderno específico indica que a escrita, durante os deslocamentos, era uma das ações feitas pelas pessoas. Pensando ainda nas mercadorias, as famílias mais abastadas utilizavam dos navios para suas compras, como o fez o pai de Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá ao pedir ao filho, por carta:

Preciso que encarregues ao Luis Gaudes para mandar pelo primeiro vapor duas camas francesas iguais a duas do Padre Camargo. Devem ter 5 palmos de largura, e devem vir dois mosquiteiros de filó já prontos e quero dois colchões de penas para as ditas camas, porém que sejam baratos (...). Quero mais um aparelho de porcelana fina com o friso dourado para chá, também que venha quando vier as camas (...) (OLIVEIRA, PALMEIRA, 30/07/1856).

O tropeiro, que veio de família humilde, demonstrava o desvelo em aparelhar sua casa com objetos de luxo, como as camas com colchões de pena e o aparelho de chá de porcelana. Anos depois, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá estava em Sorocaba a negócios e visitando seu cunhado e irmã, que zelavam naquele momento pela educação de seu filho Moysés Marcondes de Oliveira e Sá, quando envia carta à sua esposa, Domitila: “escrevi-te ontem por terra e o faço hoje pelo correio de mar que talvez chegue aí mais depressa. (...) Mando inclusa uma cartinha de Moysés, nosso filhinho querido” (SÁ, SOROCABA, 06/1863). Os navios como suporte importante de circulação de pessoas, cartas²⁴⁰, livros e as

²⁴⁰ João Emílio Gerodetti (2006) localiza algumas Companhias Marítimas que transportavam correspondências ao longo do século XIX, principalmente da França para o Brasil (GERODETTI, 2006. p.174-175). Um empenho que demonstra que a troca de correspondências não era somente local, entre os familiares, mas intensa também quando se voltava para um universo geográfico maior, como o contato entre nações. Paulo Comelli (1994) informa que “entre os anos de 1845 e 1848, conforme avisos publicados na imprensa da época, barcos mercantes faziam regularmente a navegação entre Le Havre e Rio de Janeiro, partindo sempre no dia 16 de cada mês, e que

ideias neles contidos. Uma carta pessoal, como a enviada por Jesuíno a esposa, tornava a distância geográfica do ente querido suportável e trazia consigo informações importantes da família, sobre como estavam, o que faziam, entre outras.

No Paraná, logo após a emancipação, o governo provincial emitiu comunicado ao administrador interino dos correios sobre o envio e recebimento de correspondências pelo Porto: “Concordo em que haja uma mala de correio extraordinário todas as vezes que ao Porto de Paranaguá chegar o vapor da carreira, e mesmo qualquer outro que traga correspondência da Corte”, autorizando as devidas providências (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 01/07/1854. p.02). Os livros enviados de outras províncias para os clubes literários também passavam pelo porto antes de seguir sua viagem por terra. Em 1876, o *Club Litterário* de Paranaguá recebeu de Dias da Silva Júnior, proprietário da tipografia Carioca, da província do Rio de Janeiro, “72 volumes de obras diversas, que por intermédio do Sr. Comendador Manoel Antonio Guimarães daquela cidade, o mesmo senhor oferece à biblioteca daquele clube” (GAZETA DO PARANÁ, 06/05/1876, p.02). Pelo navio também chegavam os bilhetes da Loteria, como o de Silveira da Mota, remetidos por Augusto Moreira Pinto, em benefício da Casa de Saúde Nitherohyense (CORREIO MERCANTIL, 21/02/1859. p.01). Mapear essas relações marítimas é também identificar nelas possíveis oportunidades de trocar ideias de referência sobre a instrução. No caso dos livros enviados para o Clube Literário, esse indício é mais forte, pois, como vimos, esses eram locais onde as pessoas se encontravam, tinham acesso aos livros, debatiam suas ideias, enfim, colocavam em circulação aquilo que viam, liam, escutavam e pensavam.

Em seu estudo, Cecília Westphalen (1998) demonstra que diferentes embarcações frequentavam o porto de Paranaguá – sumacas, bergantins, lanchas, galeras, escunas, patachos, barcas, iates, polacras, cutres, corvetas, etc. – e a redistribuição de mercadorias estrangeiras importadas pelo porto do Rio de Janeiro ali chegava por ligeiras embarcações. Esmiuçando o movimento do porto, a sua natureza e o alcance da circulação de navios, pessoas e mercadorias é possível caracterizá-lo, como fez a autora, como um *sedutor* e como local de *vidas cruzadas* (WESTPHALEN, 1998, p.67; 199; 357). Maria Helena Machado (2005) reforça essa característica quando escreve sobre os navios a vapor permitirem a ligação

era atendido pelos paquetes franceses Rose, Emilie, Amélie, Achille, Oriental, Ville de Rouem e Génio” e que “em 1851 a companhia inglesa The Royal Mail Steam Packet Company inaugura a sua linha de paquetes a vapor para a América do Sul, cuidando, inclusive, do transporte de correspondência”, sendo que, com a França, o Brasil concluiu a convenção postal em 1860 (COMELLI, 1994).

entre lugares e integração entre as pessoas, um deslocamento geográfico, ideológico, social que se instaurou e cresceu rapidamente ao longo do Oitocentos. Segundo a autora:

De fato, na história dos transportes, a introdução das máquinas a vapor nas embarcações teve resultados tão profundos quanto estarrecedores, permitindo o transporte transoceânico rápido de pessoas contadas em milhares, cargas medidas em toneladas, produtos e armas letais. Tais eventos possibilitaram que europeus e norte americanos, já na primeira década do XIX, começassem a envisionar um mundo em constante movimento, alcançado através das travessias marítimas. E o século XIX construiu toda uma nova cultura do navio e das viagens marítimas (MACHADO, 2005. p.03).

Os navios transportavam representantes diretos da província – como Antonio Pereira Rebouças Filho que seguiu para a Corte para assistir à inauguração da Exposição Nacional (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 15/09/1866. p.03), e também aqueles que tinham um poder maior de decisão sobre as vidas paranaenses, como os presidentes, nomeados pelo Imperador. Percebemos que a chegada do primeiro presidente da província do Paraná era aguardada por meio das cartas, como a de João da Silva Machado, o barão de Antonina, que escreveu para Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá contando que estabeleceu uma associação para comprar erva mate, beneficiá-la para depois colocar a venda e, em meio aos comentários dos negócios, relembra: “nada de presidente e nem do vapor Paranaense, para quem se espera alguma notícia” (MACHADO, ANTONINA, 08/12/1853). Uma semana depois, o barão torna a escrever à Jesuíno sobre a erva mate, das ações que subiram, da importância do comércio, reforçando: “ponha-se a frente da pregação para tirar da apatia um povo que se acostumou por falta de comércio direto a beira mar, aonde entreguem cargas na planta do navio, e dele recebam o que importaram” (MACHADO, ANTONINA, 15/12/1853 – leitura aproximada). Na discussão sobre negócios e espera daquele que estaria no principal cargo político e administrativo da província (o presidente Zacarias), percebida na troca de cartas, é possível identificarmos que a esfera de atuação dos sujeitos que exerceriam ou exerceram a função de Inspectores/Diretores da instrução pública era ampla e seus rendimentos não estavam condicionados somente ao salário referente ao cargo de inspetor, sem contar que alguns desses senhores, como os da família Marcondes de Oliveira e Sá, utilizaram do porto como forma de escoamento e recebimento de produtos e demais objetos.

Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá estava à frente da Inspeção de Instrução Pública quando anunciou suas viagens ao presidente da província. Em algumas correspondências de

governo os motivos para tais viagens são negócios, pessoais e cuidados com a saúde. A resposta a um desses pedidos de saída da província foi dada pelo presidente Zacarias Goes e Vasconcellos: “vá, sim, vá ao Rio, e não lhe dê cuidado o transtorno da distância porque, vindo no vapor de novembro, ainda chegará a tempo de me ajudar” e termina a carta com um “divirta-se” (VASCONCELLOS, 26/10/1854). A carta de Zacarias nos deixa entrever o meio de transporte utilizado – o navio – e que os dois possuíam uma relação de trabalho e de amizade; ao inspetor de ensino e deputado era esperada a ajuda no retorno, quando se iniciariam os trabalhos na Assembleia Legislativa, ao inspetor de ensino e amigo era desejada boa viagem, com o “divirta-se”.

As viagens poderiam ser realizadas por terra, como os tropeiros já faziam há muito tempo. Encontramos, em 1855, o presidente da província em compromissos de governo por vários locais antes de embarcar para o Rio de Janeiro no vapor Recife. Ficou na Fazenda do Butiá, “cujo proprietário, o sr. Manoel Alves dos Santos, o hospedou magnificamente e toda a sua comitiva”; depois foi para Campina Grande e colocou a pedra fundamental da capela, passou pelo Penedo da Graciosa onde dormiu no rancho do engenheiro Villalva, por fim partiu para Antonina e se hospedou na casa de Joaquim Alves de Araújo antes de embarcar (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 09/05/1855. p.03). Por terra e por água as relações durante as viagens iam se fortalecendo e as oportunidades de trocas estavam presentes.

Encontramos muitos dos senhores que exerceram ou exerceriam a função de inspetor da instrução saindo do Paraná por navio e se deslocando por outros portos. Em 1860 o jornal *Diário do Rio de Janeiro* noticiava: “a bordo do vapor Imperador, procedente de Santa Catarina, chegaram ontem os srs. Dr. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá e Joaquim Ignácio Silveira da Mota” (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 05/10/1860. p.01). Naquele ano e no seguinte, ambos estiveram como deputados pela Assembleia Legislativa do Paraná. Foi um ano de debate intenso sobre a permanência ou não do cargo dos inspetores de distrito e do Conselho Literário na Assembleia. Teriam conversado durante a longa viagem? E se trocaram palavras, poderiam ter discutido sobre a instrução paranaense? Pelo menos sabemos, pelas atas da discussão sobre a instrução, que Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá não se opôs ao que Joaquim Silveira da Mota, presidente da Assembleia e Inspetor Geral afastado defendia: que era a permanência dos cargos dos inspetores. Infelizmente, *se e do que* conversaram não podemos saber. É nos permitido acompanhar a circulação desses sujeitos e aventar a hipótese de que esses percursos não eram feitos em períodos de longos silêncios, mas de trocas, de

oportunidades de estreitamento de laços ou de chances de conhecer novas pessoas, brasileiros e estrangeiros.

Quando Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá retornou de sua viagem de dois anos pela Europa, tomou o vapor Fluminense saindo de Santos em direção ao Rio de Janeiro. Estavam ali em viagem um francês, um alemão e seis portugueses (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 25/10/1852. p.04). Talvez, por serem esses viajantes de países por onde Jesuíno havia passado nos últimos anos, possa ter estabelecido algum contato, uma conversa de convés sobre seus países de origem ou outros assuntos debatidos entre os que compartilhavam de um percurso de viagem. Esse momento de conhecer outra pessoa durante a viagem não era algo impossível. Segundo relato por meio de anotações de Leocádio José Correia, enquanto ele estava indo para a Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro, vendo Paranaguá ficar ao longe e divagando em pensamentos, um marujo sueco chamado Wilhelm aproximou-se dele e puxou conversa, em francês. “Leocádio, que tão bem aprendera o idioma francês no seminário, tinha agora uma excelente oportunidade de conversa”, o que fizeram até o fim da viagem. (CORREA, 1995. p.26). Alguns anos depois, como deputado, Leocádio e o tenente Chaves “apresentaram um utilíssimo projeto sobre reforma da instrução pública” (ensino secundário e Normal) (25 DE MARÇO, 25/03/1876. p.02). Formado e exercendo medicina, teria Leocádio estudado sobre a instrução, em paralelo, para propor reformas? Ou foi a junção da sua prática como inspetor e sua vivência no geral, a partir do que escutou e observou ao longo da vida que o auxiliou nesse papel? Ambientes como o convés dos navios em que viajou, os livros que leu e de que ouviu falar e as sociedades/clubes que frequentou podem ter contribuído para estreitar o conhecimento com pessoas de outras nacionalidades e perspectivas.

Situação semelhante pode ter ocorrido dois anos depois, quando Jesuíno saiu do Paraná no vapor Mensageiro que partiu de Santa Catarina, onde estavam dois portugueses e um belga, além de Antonio Alves de Araújo (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 13/11/1854. p.04). Este, por sua vez, nasceu em Morretes e era concunhado²⁴¹ de Jesuíno. Segundo descreve Maria Nicolas (1954), Antonio Alves de Araújo foi um homem que circulou por diferentes países no desejo de “aperfeiçoar sua educação em ambiente de nível cultural superior ao do seu torrão natal” e, com isso, circulou “pelos principais países da Europa, da

²⁴¹ Irmão do marido de uma das irmãs de Jesuíno, contudo, no jornal era tratado como cunhado, na intenção de evidenciar benefícios políticos devido a ligação familiar dele com Jesuíno.

Ásia, visitando Jerusalém e Egito” (NICOLAS, 1954. p.75), como também na Alemanha, em 1886²⁴². Tinha-se nessa viagem um cenário propício para a troca de impressões sobre outros países visitados por esses sujeitos: a rede familiar e o espaço para a interação.

Futuramente Antonio Alves de Araújo também exerceria, entre outras funções, a de inspetor do ensino em Antonina (1857) e a movimentação desses dois sujeitos seria retratada nos jornais da província²⁴³. Naquele ano em que viajou com Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, no entanto, o Comendador Antonio Alves de Araújo e tenente coronel do 4º batalhão de infantaria, tinha uma casa em Curitiba, na Rua das Flores, alugada para a província (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 09/09/1854. p.02). Nos dois anos que se seguiram a viagem, duas vezes foram publicados poemas sobre a sua pessoa, com elogios à sua virtude (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 01/08/1855. p.04 e 09/01/1856. p.03). Contudo, como liberal e devido a sua relação próxima com Jesuíno, Antonio Alves Araújo teria o seu nome ligado ao primeiro de forma jocosa, na crítica do jornal de que na chapa de Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá para as eleições só havia seus parentes (O PARANAENSE, 13/07/1879. p.04).

Essas notícias, quando compiladas, evidenciam o elo que existia entre Jesuíno e Antonio, que provavelmente permita ser em uma viagem o momento propício para a troca de ideias sobre diferentes assuntos. As pessoas saíam e voltavam, outras chegavam pela primeira vez ou iam definitivamente embora, mercadorias e objetos diversos eram trocados, ou seja, um local favorável para fortalecer as redes existentes ou criar outras novas com diferentes sujeitos.

Entretanto, nem todos estão propícios a utilizar longos períodos dentro de um meio de transporte para a interação com outros passageiros, seja por timidez, por desinteresse nessa prática, ou por outro motivo qualquer. As viagens também podiam ser silenciosas e individuais, tendo como companhia um livro ou a leitura de um jornal. Moysés Marcondes de Oliveira e Sá (2009) relata que seu pai era um leitor curioso, crítico, que fazia associações

²⁴² Em 1886 temos notícia de outra viagem realizada por Antonio Alves de Araújo para a Alemanha, por motivo de exportação da erva mate. Cecília Westphalen (1998) demarca que o comércio da erva mate sofreu uma crise crescente entre as décadas de 1860 em diante, modificando tal panorama no final do século XIX, com movimentos de equilíbrio e desequilíbrio na exportação. O jornal *A República* noticia a viagem e informa que “(...) a dificuldade de introdução do Matte na Europa é devida – para vergonha nossa, ao gosto e cheiro da fumaça. Pelo menos é o que diz o Sr. Comendador Antonio Alves de Araújo, que esteve na Alemanha tratando de introduzir lá o matte” (A REPÚBLICA, 06/02/1886. p.02).

²⁴³ Como na nota *Hóspedes Distintos*: “acham-se nesta capital, há alguns dias, os exmos. Srs. Conselheiro Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá e Comendador Antonio Alves de Araújo” (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 13/03/1879. p.03).

com suas experiências, que recebia jornais, revistas e livros nacionais e estrangeiros em sua casa, em Palmeira, e que relia alguns livros que mais gostava, frisando ainda que “Jesuíno Marcondes nunca viajava sem transportar alguma leitura interessante ou útil” (MARCONDES, 2009. p.62). Jesuíno tinha por hábito registrar em seu caderno de notas os autores que leu, como o fez com as referências estudadas durante o curso de Direito – Labruyere, Vauvenargues, Montaigne, Lamartine, Hugo, Bryon, Garrett, Petrarcha, Lucena, Camões, Herculano, Blane, Guizot, Shakespeare. Alguns desses autores o acompanharam na sua primeira viagem à Europa, poucos anos antes de se tornar inspetor geral da instrução pública, como informa Moysés, “seus exemplares de Dante, Petrarcha, Ariosto, Tasso, do teatro de Goethe, e de Milton foram lidos entre 51 e 52” (MARCONDES, 2009. p.60). Informações que nos permitem indicar que momentos de leitura, de lazer e de aprendizagem eram possíveis durante uma viagem.

Na década seguinte continuamos acompanhando as entradas e saídas de Jesuíno dos portos entre Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro. Viajando a negócios pessoais, resolvendo pequenas compras para familiares ou em serviço, muitas vezes estavam com ele escravos e a família²⁴⁴. Os homens circulavam e as informações sobre eles também estavam em trânsito. No ano de 1861, o mesmo jornal do Rio de Janeiro noticiou o resultado da eleição paranaense e momento de tensão entre os candidatos liberais e o governo do então presidente da província, conservador. Os cariocas e sul fluminenses, conhecidos ou não de Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, foram informados de que ele tinha uma família e amigos poderosos.

Vendo o presidente que os não podia vencer, nem pela violência, porque as famílias desses cavalheiros²⁴⁵ possuem muitos membros, que espalhados pelos diversos lugares da província, tem relações que não podem ser destruídas por um governo de dias, além disso, amigos dedicados por eles se interessam (...) (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 28/02/1861).

²⁴⁴ Pelo jornal *O Correio da Tarde*, vemos a nota informando que o vapor Pirahybuna saíria do Rio de Janeiro, da Rua do Rosário e na saída do dia anterior estava Jesuíno, sua mulher e três escravos (O CORREIO DA TARDE, 11/05/1858, p.03). Em 1861 viajava sozinho tendo um escravo para ajudá-lo, como era mais rotineiro (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 12/05/1861, p.02). No ano seguinte, o vemos com a família chegando ao Rio de Janeiro, pelo paquet francês a vapor Estremaduce, onde viajavam pessoas de diferentes nacionalidades (franceses, três irmãs de caridade, ingleses, alemães, um russo, dois suíços, um polonês com a família, um casal de italianos de Roma com mais quinze italianos, espanhóis, um americano e portugueses). (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 20/04/1862, p.03).

²⁴⁵ O jornal se referia a Jesuíno e ao outro candidato José Mathias Ferreira de Abreu.

Jesuíno estava sujeito às críticas e à divulgação de suas ações consideradas inadequadas. No jornal *Chronica Fluminense* foi publicado o conteúdo do ofício do Marquês do Paraná, enviado ao presidente da província Henrique Beaurepaire Rohan²⁴⁶, em março de 1856, falando sobre a demissão de Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá do cargo de fiscal interino da tesouraria do Ministério dos Negócios da Fazenda. A justificativa alardeada para tal demissão foi: “por não servir bem, como demonstra o irregular estado em que se acha a seção do contencioso da mesma tesouraria (...)”. (CHRONICA FLUMINENSE, 08/03/1865. p.03). A informação de nove anos atrás vinha de encontro com sua atuação como ministro na Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e Obras Públicas²⁴⁷, nomeado em 1864 por D. Pedro II²⁴⁸. No ano de 1865 Jesuíno atuava como ministro, assinando leis²⁴⁹, propondo ações na secretaria de estado e, de forma positiva ou não, estava em evidência. Manobra política ou não, a notícia do jornal colocava seu nome e suas ações novamente em evidência.

É possível destacarmos que, durante o período aqui investigado, diferentes sujeitos que teriam papel crucial dentro da estrutura da inspeção e do ensino paranaense estavam em circulação por terra e, nesse caso, por embarcações entre as províncias e países. Entre esses, vimos aqui Zacarias (presidente), Leocádio (inspetor de distrito em Paranaguá), Joaquim (inspetor geral), Jesuíno (Inspetor Geral), Antonio (subinspetor em Antonina) e perseguindo as páginas dos jornais, encontramos ainda João Manuel da Cunha (Diretor Geral, com destino a Europa e “a quem desejamos feliz viagem”) (GAZETA PARANAENSE, 10/02/1883, p.02), Justiniano de Mello e Silva (Diretor Geral, “de volta de sua viagem a Antonina o grande pedagogo”) (A LUTA, 20/08/1887, p.04). Em diligências ou em navios tinham tempo, companhia e situação favorável para a troca de ideias sobre a instrução e para a leitura de livros que os auxiliassem no papel de inspetores de ensino ou de formuladores de propostas para a inspeção e instrução pública.

²⁴⁶ Beaurepaire Rohan ficou na presidência da província paranaense de 27/07/1855 a 01/03/1856.

²⁴⁷ Esse ministério foi criado pelo decreto nº 1067, de 28 de julho de 1860: “cria uma nova secretaria do estado com denominação de Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas”. (BRASIL. COLEÇÃO DE LEIS DO BRASIL, 1860, p.15).

²⁴⁸ Sua nomeação para tal cargo deixou vaga sua cadeira na Assembleia Legislativa do Paraná, ocorrendo novas eleições. (BRASIL. ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1865, p.04).

²⁴⁹ Decreto nº 3443, de 12 de abril de 1865: “hei por bem aprovar o Regulamento para o serviço dos correios do Império, que com esta baixa, assinado por Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, do meu Conselho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, que assim o tenha entendido e faça circular”. (BRASIL. REGULAMENTO (...) DOS CORREIOS, 1865).

3. SABERES EM PERCURSO: LIVROS INDICADOS, CARTAS ENVIADAS E A BIBLIOTECA ORGANIZADA

Minhas mãos, escolhendo um livro que quero levar para a cama ou para a mesa de leitura, para o trem ou para dar de presente, examina a forma tanto quanto o conteúdo. Dependendo da ocasião e do lugar que escolhi para ler, prefiro algo pequeno e cômodo, ou amplo e substancial. Os livros declaram-se por meio de seus títulos, seus autores, seus lugares num catálogo ou numa estante, pelas ilustrações em suas capas; declaram-se também pelo tamanho. Em diferentes momentos e em diferentes lugares, acontece de eu esperar que certos livros tenham determinada aparência, e, como ocorre com todas as formas, esses traços cambiantes fixam uma qualidade precisa para a definição do livro. Julgo um livro por sua capa; julgo um livro por sua forma (MANGUEL, 1997, p.149).

Livros²⁵⁰ organizados em prateleiras, ordenadamente. Livros catalogados, com títulos descritos em fichas. Livros referenciados, com indicação de páginas e autores. Livros voltados para a educação, utilizados na reflexão de sua prática. Livros de romance, poesia, biografia, lidos em momentos de prazer e fruição. Livros sugeridos e presenteados. Essa breve disposição é a que encontramos quando a busca se volta para a biblioteca dos sujeitos que eram responsáveis pela instrução e inspeção do ensino no Paraná, a partir da segunda metade do século XIX. Na categoria dos partícipes do ensino paranaense estão inseridos os presidentes de província, os inspetores gerais, os inspetores de distrito e subinspetores, professores e demais representantes do governo; todos aqueles que, em algum momento, se constituíram ou se instituíram como inspetores da instrução pública, não somente pela função conferida pelo cargo como também pela função social adquirida.

Antônio Batista e Ana Maria Galvão (2005) explicitam que, dentro de um conjunto complexo, os dois elementos centrais de toda a leitura são os *textos* e seus *leitores*. Quanto aos textos, os autores demonstram que sua compreensão depende de três fatores: do *autor* –

²⁵⁰ Acompanhar a história do livro e da leitura é, como descreve Robert Darnton (2010), trilhar um caminho antigo, podendo retroceder à Renascença, ou antes. Contudo, a investigação “começou a sério no século XIX, quando o estudo dos livros como objetos materiais levou ao crescimento da bibliografia analítica na Inglaterra” (DARNTON, 2010, p.123). O autor chamou de *circuito de comunicação*, o processo envolvendo os autores, editores, impressores, distribuidores, vendedores até chegar ao leitor, que “encerra o circuito porque ele influencia o autor tanto antes quanto depois do ato de composição”. O leitor é o último elo, mas também é o primeiro, visto que o autor, antes de exercer este papel, é também leitor de outras obras e escritores, sempre procurando desenvolver suas noções de gênero, de estilo e uma ideia geral do empreendimento literário (Ibidem, p.125).

mesmo identificando suas limitações dentro do contexto de produção, distribuição e sentido dado à sua obra; da *manifestação linguística* – entendendo que ela, por si só, não garante todos os elementos para a interpretação, dependendo da cooperação do leitor para isso; e da *imobilidade, a estabilidade e a unidade* – os textos se movimentam no tempo e no espaço social, eles assumem características, significados e usos diversos, por isso é importante nos estudos da leitura a distinção entre lidar com textos ou com impressos, e, pensando nos processos de produção, distinguir se é do texto, do livro ou do impresso. Do outro lado do conjunto, está o leitor, que pode desenvolver formas de relação e apropriação que não necessariamente foram pensadas pelos produtores do texto e “constituir, desse modo, um novo texto, com novos objetivos, novos usos, novos significados”. Segundo identificam em seu estudo, as pesquisas que se voltam para práticas de leitura têm buscado apreender a constituição social e histórica desses dois elementos – “o texto (e o impresso), de um lado, e os leitores (e as comunidades de intérpretes), de outro, assim como os modos de ler que nas relações entre esses dois elementos emergem” (BATISTA e GALVÃO, 2005, p.22 a 26).

A historiadora Natalie Davis (1990) analisou o contexto do uso de livros impressos em ambientes populares na França, no século XVI, entre aqueles que liam e os que, sendo analfabeto, liam pelos ouvidos, e evidenciou que a relação da palavra impressa com o mundo rural não exterminou uma cultura própria e nem mesmo serviu como uma transformação passiva do que lia/ouvira, daquilo que circulava. A autora nos deixa entrever que identificar um conjunto de literatura impressa e buscar a relação entre elas e os sujeitos – o leitor, o receptor – no século referido é uma pesquisa interessante, contudo, como reforça, “é particularmente importante compreender que as pessoas não necessariamente concordam com os valores e ideias dos livros que lêem” (DAVIS, 1990, p.159). Essa é uma característica que, para aqueles que têm uma familiaridade com a leitura, parece ser clara. Contudo, investigar a relação do impresso com o sujeito é não desconsiderar essa primeira realidade.

Outro aspecto que não deve ser deixado de lado: ter determinado título de impresso em meio a seus acervos não quer dizer que o tenha lido. Muitas explicações podem ser dadas para a posse de um impresso, tais como: ter ganhado de presente, ter comprado, mas nunca ter tido tempo para ler, ter herdado o mesmo, enfim, poderíamos elencar outras hipóteses para uma permanência do livro na estante de uma biblioteca e não sua leitura. Todavia, localizar alguns títulos pertencentes a biblioteca de um sujeito pode nos ajudar nas pistas do que circulava sobre determinado tema. Pertinente é buscar o contexto que determinadas obras

percorreram, os seus usos, percebendo-as também como uma ferramenta de relações para além de seus intentos. Ou, nas palavras de Natalie Davis (1990) em seu estudo:

(...) poderemos entender melhor as relações entre a palavra impressa e o povo se fizermos duas coisas: primeiro, se complementarmos a análise temática dos textos com evidências sobre os públicos, que possam oferecer um contexto para o significado e os usos dos livros; segundo, se considerarmos um livro impresso não apenas como uma fonte de ideias e imagens, mas como um mensageiro de relações (DAVIS, 1990, p.159).

A posse de um acervo particular, tenha ele sido lido ou não, indicava uma distinção. Tal situação é demonstrada por Luiz Carlos Villalta (1999) como evidente a partir do século XVIII, quando a composição de uma biblioteca apresentava diferenciação no próprio grupo sócio profissional em que o proprietário estava inserido, ocorrendo a sobreposição de uma ‘elite dentro da elite’, “que não resumia seus interesses às obras profissionais, ou mesmo religiosas, cultivando expectativas de, em seu recreio literário, refletir sobre o homem, a natureza, a divindade e o Estado” (VILLALTA, 1999, p. 414).

De modo semelhante, Paulo Vinícios Santana (2010), ressalta que o século XIX é um período fecundo para estudos que tenham como foco a posse de livros em acervos pessoais. Ele encontrou nos inventários *post-mortem* os títulos desses livros, especialmente os que eram de posse do clero, e classificou o Oitocentos como uma “época pertinente para o estudo de posse de livros devido a sua peculiaridade do ponto de vista de transições das mais diversas formas”, desde a produção de livros e mercado nacionais quanto a transformações políticas e econômicas que permitiam a sua expansão (SANTANA, 2010, p.02). Com o mesmo tipo de fonte, os inventários, Eufrásia de Castro (2003) reforça que ter um determinado livro em uma biblioteca pessoal não significava, necessariamente, adquirir um hábito de leitura, entretanto, estes acervos podem servir como indícios das “relações estabelecidas entre os proprietários e a cultura escrita” (CASTRO, 2003, p.37)²⁵¹.

²⁵¹ Outros estudos tomaram as bibliotecas particulares e a prática de leitura no século XIX como objeto, tais como: MORAIS, 1998; MOYSÉS, 1998; FERREIRA, 2000; NASCIMENTO, 2003; SOUZA, 2006; SILVA, 2008. Por sua vez, Cristiane de Souza (2006) identificou na biblioteca de Sílvia Romero, as leituras pedagógicas que ele realizou ao longo de sua biografia (SOUZA, 2006, p.18).

No aspecto geral, o caminho percorrido durante a nossa análise abarca os livros impressos que circularam no Paraná, após a emancipação deste como comarca da província de São Paulo (1853). No quesito livros impressos estão incluídos aqueles que eram indicados pelos Inspetores Gerais e presidentes da província para serem utilizados nas escolas e os títulos que comparecem na biblioteca catalogada por Moysés Marcondes de Oliveira e Sá.

Podemos apontar, como primeiro esforço de criação de um local específico para a leitura, a inauguração da Biblioteca Pública do Paraná (BPP). Ernani Straube (2006) escreve que não havia nenhuma biblioteca e livraria na recém-inaugurada província para atender a demanda de professores, alunos e população no geral, o que fazia necessária a instituição da mesma. Antes dele, Júlio Estrella Moreira (1960) justifica a criação da biblioteca em uma das salas do Liceu:

Curitiba, naquela época, apesar de ser a capital da nova Província, era uma cidade pequena, com diminuta população, carecendo de *elementos materiais* necessários ao desenvolvimento do ensino no Liceu, recém-criado. *Não havia livrarias onde os alunos pudessem adquirir livros e material escolar*, sendo preciso encomendá-los em outras capitais, Rio de Janeiro e São Paulo, principalmente, quando não, em outros países. Foi esse um dos principais motivos que influiu no ânimo dos dirigentes da Província para a criação de uma biblioteca a fim de servir aos alunos e onde pudessem eles estudar e preparar suas lições (MOREIRA, 1960, p.V – *grifos meus*).

Notamos que a criação da Biblioteca Pública do Paraná aparece atrelada a um objetivo claro, entre outros: local onde professores e alunos pudessem adquirir livros para seus estudos sem ser necessário comprar. Uma biblioteca que disponibilizaria livros e referências para a instrução. E, para isso, deveria comprar os livros que eram utilizados, pelo menos, na maioria das escolas da província. Deveria se atentar para os *elementos materiais*, ou seja, uma atenção para a composição do espaço educativo com aquilo que lhe era específico, uma preocupação de composição da cultura escolar material.

Se observássemos outras bibliotecas públicas e/ou particulares perceberíamos que a constituição de tal espaço segue características e objetivos próprios de seus organizadores. Ao nos atermos a esses aspectos, acabamos por lidar com um acúmulo de percepções sobre a importância desse espaço e o que ele significava. Como explica Roger Chartier (1996), a palavra “biblioteca” teve o seu sentido ampliado ao longo dos séculos XVII e XVIII, passando a ser caracterizada e pensada, simultaneamente, como coleções: de livros, de textos, de enciclopédias e dicionários, de catálogos das coleções, enfim, de uma saída para a

organização de empreendimentos editoriais que visavam elaborar volumes acessíveis à população, com o conhecimento distribuído em coleções (CHARTIER, 1996, p.11-112). Organizar esse espaço de leitura e aquisição do conhecimento, bem como mantê-lo e muni-lo com os livros e textos impressos, ainda segundo o historiador, acaba coincidindo com “o sonho de uma biblioteca que reúna todos os saberes acumulados, todos os livros jamais escritos” que acabou percorrendo a história da civilização ocidental (CHARTIER, 1996, p.107).

Luiz Antonio Silva (2010) se atentou para as bibliotecas públicas brasileiras no século XIX descritas por viajantes. Segundo o autor, a primeira biblioteca criada foi a da Bahia, em 1811, e a maioria dos escritos que se reportam a esses locais deixam transparecer uma certa surpresa, uma admiração de encontrar bibliotecas no país; “talvez, no imaginário europeu sobre o Brasil, não houvesse espaço para instituição do saber, o que causou espanto aos visitantes” (SILVA, 2010, p. 79 e 85). Entre os comentários sobre as bibliotecas, aponta ainda que a Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, era a mais aclamada, com caracterizações como: “lugar para instruir a nação”, instituição organizada com “requinte de civilização”, “instituição que honraria a cidade” e era “comparada as bibliotecas europeias e tida como um estabelecimento com que o Brasil se aproximava dos maiores países da Europa” (Ibidem, p.85). A investigação de Luiz Antonio Silva (2010) confirma, por meio da observação do *outro*, a representação das bibliotecas como local de conhecimento legítimo e que a sua criação comprovava uma preocupação com a instrução da nação e com o movimento de civilização.

Acompanhando a legislação paranaense, a lei nº 27, de 07/03/1857, autorizou o estabelecimento de uma biblioteca pública na província e, um ano depois, foi publicado o *Regulamento da Biblioteca Pública*, em 23/03/1858. No mesmo constava que a biblioteca funcionaria em uma das salas do Liceu (art.3º) todos os dias, menos aos domingos e nos dias santos/festividade nacional, por um período de seis horas (das 8h ao 12h e das 15h às 17h) – (art.14º). Os livros seriam divididos entre obras de Teologia, Jurisprudência, Ciências e Artes, Belas Artes, História, constando ainda para o público a leitura de manuscritos, mapas e jornais (art.4º). Dois artigos versavam sobre o objetivo de tal instituição:

Art.1º A Biblioteca Pública desta cidade tem o depósito de obras científicas e literárias por doação e compradas à custa do Cofre Provincial. Art. 2º Prestando gratuitamente aos amigos das letras meios de estudos profícuos e variados, tem a Biblioteca por fim a propagação dos conhecimentos

humanos (PARANÁ, Regulamento Biblioteca Pública do Paraná, 23/04/1858).

A Biblioteca Pública do Paraná demorou cerca de dois anos para conseguir formar o seu acervo e poder ser aberta ao público²⁵². A citação anterior nos permite observar que a ela se instituiu uma responsabilidade de “propagadora dos conhecimentos humanos”. Ser a biblioteca pensada de acordo com a sua carga simbólica foi uma prática comum na formulação das mesmas, como pondera Lilian Schwarcz (2002:35). Cláudio DeNipoti (2008) também observa essa característica em outras bibliotecas brasileiras do século XIX, como na Biblioteca da Marinha (1858) e na Biblioteca do Exército Brasileiro (1885)²⁵³, e explicita:

Fosse como parte da tentativa de criar a nacionalidade e a identidade brasileira, fosse como empenho de afirmação da superioridade de um modelo político sobre seu antecessor (o republicano sobre o monárquico, por exemplo), ou ainda como construção da civilização, as bibliotecas brasileiras do século XIX - e também as europeias - foram dotadas de uma aura redentora, verificável na sua documentação - na forma de civilização e como delimitadora de papéis sociais (DENIPOTI, 2008, p.240).

O papel das bibliotecas, seus acervos, a materialidade que a constituiria como tal (móvel, prédio, etc.) foram pensados pelos sujeitos, ou seja, assumiram formatos semelhantes a todas as outras existentes, mas também específicos, se considerarmos seus formuladores. Em seu relatório, o presidente Francisco Liberato de Mattos (1859) informa à Assembleia Legislativa Provincial que a lei do orçamento daquele ano considerou a despesa com a Biblioteca Pública do Paraná e que foi disponibilizado um montante de 4:316\$000 (quatro contos e trezentos e dezesseis réis) para a compra de livros: “obras de escritores portugueses na importância de 1:200\$, e de outros na de 1:500\$000, além dos que já se acham nesta capital na importância de 1:200\$000” (MATTOS (a), 1859, p.17). Sobre a organização dos livros que compunham a biblioteca, Júlio Estrella Moreira (1960) escreve:

Acentuados e beneméritos foram os serviços prestados no interior da província na tarefa de angariar dinheiro e de doações em livros, sobressaindo

²⁵² Júlio Estrella Moreira (1960) escreve que “o tempo que mediou da data da lei que instituiu a biblioteca até a sua inauguração oficial, no dia 25 de fevereiro de 1859, foi dedicado aos trabalhos preliminares, arrecadação de dinheiro, confecção de móveis, regulamentação, aquisição de livros na Corte, em Lisboa e Paris, e aos demais detalhes dos quais dependia o bom êxito do notável empreendimento” (MOREIRA, 1960, p.VII).

²⁵³ Segundo demonstra em seu estudo, os objetivos de tais bibliotecas foram retirados de dois catálogos: Catálogo Metódico dos Livros Existentes na Bibliotheca da Marinha (1858) e do Catálogo da Biblioteca do Exército Brasileiro (1885). O autor ainda cita a biblioteca do Club de Paranaguá.

entre muitos o capitão Domingos Martins de Araújo e o vigário Damaso José Correia na vila de Castro, *barão de Tibagi e Jesuíno Marcondes na freguesia de Palmeira*, capitão Miguel José Correia na vila do Príncipe, tenente coronel Manoel de Oliveira Franco nos arredores de Curitiba, Antônio de Sá Camargo (mais tarde Visconde de Guarapuava) em Guarapuava, e muitos outros espalhados por toda a província (MOREIRA, 1960, p.VII – *grifos meus*).

Todos esses senhores em algum momento, direta ou indiretamente por meio de seus familiares, contribuíram para a organização ou manutenção da instrução pública na província, todavia, um dos mencionados, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, havia sido o primeiro Inspetor Geral da Instrução Pública do Paraná. Ele e seu pai, o barão de Tibagi, comparecem como um dos doadores de livros para a biblioteca. Os motivos que os levaram a essa doação não podemos saber – seja por demarcação social na sociedade paranaense, posicionamento político, estreitamento de alianças, etc. – porém, independente do que os motivou, a presença de Jesuíno pode nos servir como um indício de que ele estava atento para os benefícios que uma biblioteca poderia trazer não somente para a política na província, se inserindo no movimento que percebia esses espaços como mais um dos instrumentos propícios para se alcançar uma civilização almejada, como também para a população paranaense no geral, que não possuía uma biblioteca particular. A participação de Jesuíno foi um pouco além da doação; ele também foi responsável pela compra e envio de livros, como informa o presidente Francisco Liberato de Mattos (1859) em outro relatório:

Tendo-me noticiado o Dr. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá haverem chegado, de Lisboa ao Rio de Janeiro, pela barca – Tejo – as obras em português, de cuja aquisição, pelo patriotismo e bondade de que tantas provas tem dado, quis encarregar-se, recebendo para isso a quantia de 1:200U rs.; solicitei do Sr. Ministro da Fazenda ordem para serem despachadas na alfandega livres de direito, e aguardada solução a respeito. Não se encontraram todas as encomendas, como em carta de 31/01 declararam os negociantes F. L. Pinto e Companhia ao referido Dr. Marcondes, existindo por isso uma parte daquela quantia em poder do mesmo para ser aplicada como melhor lhe convier (MATTOS, 1859b, p.12).

O trecho nos mostra de onde vieram alguns dos livros da Biblioteca Pública do Paraná (de Lisboa, Portugal), como vieram (no barco Tejo), o nome de quem comercializava tal aquisição (F. L. Pinto e Companhia) e, finalmente, a responsabilidade de compra que Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá possuiu ao ficar com o valor que restou para futuras aquisições para a biblioteca, de forma que lhe conviesse. Ainda no relatório do presidente

ficamos sabendo que a inauguração ocorreu no dia 25 de fevereiro de 1859, constando no acervo 294 livros e que o José Lourenço de Sá Ribas era o bibliotecário (Idem). Este senhor, o guardião dos livros, por sua vez, também foi Inspetor Geral da Instrução Pública, substituindo Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, além de terem sido colegas no curso de Direito, em São Paulo. Nas semelhanças de responsabilidades com a organização e manutenção do acervo da Biblioteca Pública do Paraná tais sujeitos tiveram contato direto com o mesmo. Podemos afirmar que leram alguns dos livros que escolheram (no caso de Jesuíno) ou organizaram por temas (no caso de José Lourenço)? Infelizmente, ainda não dispomos dessa resposta. Contudo, a presença desses dois sujeitos nos permite indicar que provavelmente estavam a par de todo o percurso necessário para se montar uma biblioteca e que contribuíram na demarcação da importância desse ambiente específico para a leitura.

A constituição do acervo da Biblioteca Pública contou com o financiamento de diversos paranaenses, como é possível acompanharmos nas páginas do jornal *O Dezenove de Dezembro* ao longo dos primeiros anos. E dentre esses doadores estavam sujeitos envolvidos diretamente com a inspeção do ensino, como podemos conferir na “lista dos senhores subscritores para a criação da biblioteca pública”, com o nome de 12 pessoas que contribuíram e, dentre eles, Joaquim Ignácio Silveira da Mota (Inspetor Geral da Instrução Pública), que doou 10U. Desses doadores foi arrecadado 219U para a Biblioteca Pública e, futuramente, alguns desses senhores exerceriam o papel de subinspetores na província, tais como: Padre Francisco de Paula Prestes (São José dos Pinhais – 1862), Vigário Antonio Braga de Araújo (Guaraquessaba – 1866) e Francisco Pinto de Azevedo Portugal (Campo Largo – 1870). Independente dos motivos de cada doador, é possível identificarmos uma rede que foi se formando entre os responsáveis pela inspeção e instrução em prol da disponibilização de um espaço para a leitura.

E essa familiaridade nos direciona para a busca pelos livros indicados pelos partícipes do ensino na província do Paraná. Essa indicação pode ser percebida por meio de duas discussões: os livros que escolhiam ou apontavam como os ideais para serem utilizados nas escolas – por meio de relatórios, ofícios e publicações no jornal – e segundo, os que compõem a biblioteca de referência dos inspetores, que podemos encontrar em seus escritos oficiais ou ainda em cartas, como as trocadas pela família Marcondes de Oliveira e Sá.

Como apontado durante a minha dissertação, é possível identificar a reorganização oficial da *forma escolar*²⁵⁴ na província do Paraná por meio da ação do Inspetor Geral Joaquim Ignácio Silveira da Mota (BARBOSA, 2012). No seu primeiro relatório ele organiza os materiais e utensílios para cada escola do sexo masculino e feminino, bem como os livros que deveriam ser utilizados. Nas fontes, muitas vezes esses livros são nomeados como compêndios e manuais. De acordo com o período e local, os livros usados na escola recebem determinadas classificações, como: livros escolares, livros didáticos, manuais pedagógicos, manuais escolares, livros isolados, entre outros. (BATISTA, 2000). Segundo Antonio Batista, Ana Maria Galvão e Karine Klinke (2012) os livros didáticos se encaixam no grupo dos materiais pedagógicos que são destinados, especificamente, ao “modo de organização do ensino, como quadros-negros, cartazes, materiais de ensino” (BATISTA, GALVÃO, KLINKE, 2012, p.28). Como apontam os autores, os livros escolares podem ser ainda divididos entre isolados (“são aqueles que menos claramente apresentam suas funções escolares”) e de séries graduadas (“tendem a apresentar uma clara destinação à escola, ao trabalho com leitura, vinculam-se, com maior ou menor grau de explicitação, a uma série ou nível e organizam-se em lições ou unidades”) (BATISTA, GALVÃO, KLINKE, 2012, p.35).

Quando se trata de manuais didáticos, Gilberto Alves e Carla Centeno (2009) os classificam como “instrumentos do trabalho didático” com “funções precisas que interferem profundamente na relação educativa” (ALVES e CENTENO, 2009, p.470). Alain Choppin (1992) distingue como manuais aqueles livros que são pensados para servir como suporte escrito para uma disciplina, na escola, se destinando à uma série, ou a um grau, ou um programa de disciplina. Sua utilização se direciona tanto para o uso em sala de aula quanto para o uso em casa (CHOPPIN, 1992, p.16). Maria Helena Bastos (2008) mostra como os manuais escolares são direcionados para o ensino secundário, em especial os manuais franceses utilizados no Imperial Colégio D. Pedro II. Aqui identificaremos como manuais ou compêndios os livros que eram utilizados nas escolas primárias da província do Paraná, segundo a orientação da Inspetoria Geral da Instrução Pública.

Essa orientação do que caberia a cada escola legitimou os pedidos dos professores, que tinham como embasar seus pedidos por meio da determinação do que deveria ter na sua aula, segundo a Inspetoria. Dessa forma, no livro de controle da Inspetoria, organizado por

²⁵⁴ VINCENT; BERNARD; THIN, 2001, p.10-12.

Silveira da Mota, é possível perceber o que era comprado nos fornecedores da província do Rio de Janeiro, abrindo assim “o caminho para a intensificação de um comércio que tem a escola e os alunos como o principal alvo” (BARBOSA, 2012, p.189-190) e contribuindo para a “homogeneidade da base material do ensino” e, conseqüentemente, “impulsionando o comércio escolar” (VIDAL e SILVA, 2011, p.23)²⁵⁵.

Oficialmente, o Inspetor Geral Joaquim Ignácio Silveira da Mota (1856) prescreveu em seu relatório nove compêndios para as aulas de instrução pública na província do Paraná e em 1859 indicou outro catálogo de livros, que foi publicado no jornal (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 07/03/1860, p.04). No mesmo período o Inspetor Geral Bento Fernandes de Barros (1858), enquanto esteve no cargo interinamente, organizou os livros que deveriam ser utilizados para a instrução feminina, como pode ser visto no quadro abaixo:

LIVROS PRESCRITOS		
1856 – Instrução primária	1858 – Instrução feminina	1859 – Instrução primária
Gramática de Coruja	Manual do Ensino Primário, de Lunel	Alfabeto de Roquette
Lições de História do Brasil, de Coruja	História e Geografia do Brasil, do Coruja e do Padre Pompeo	História do Brasil, de Coruja
Compêndio de Aritmética de Manoel Augusto de Figueiredo	Francês: Gramática de Sevene (tradução de prosa e leitura); Merceaux choisies de Fenelon ou Petit Careme de Massillon (verso art poetique de Boileau)	Aritmética de Figueiredo
Poesias do Padre Caldas	Método de Piano, de Hunten	Poesias do Padre Caldas
Catecismo de Fleury		Catecismo de Doutrina Cristã, Rudimentos de Moral Religiosa do Manuel de Lunel
Cartilha do Pimentel		Gramática de Cavalcanti
Obra de Ottoni		
Caligrafia de Cirylo Dilermando da Silveira		História de animais (Alfabeto de Roquette)
Compêndio de Ventura		

Quadro 11: Compêndios indicados pela inspetoria da instrução

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir do Relatório do Inspetor Geral (31/12/1856) e do jornal Dezenove de Dezembro, 17/02/1858 e 07/03/1860

²⁵⁵ Durante a dissertação conseguimos apontar a organização de um comércio na província paranaense por meio dos livros e objetos escolares, contudo, a configuração aqui abordada é diversa, uma vez que tento agora identificar os livros propostos pela inspeção, a justificativa para tal adoção nas escolas da província, bem como os locais onde os mesmos estariam disponíveis. O diálogo com a dissertação nos permitiu um ponto de partida, que foi a compreensão dos sujeitos e suas ações dentro da estrutura da inspeção, contudo, o estudo anterior não contemplava os desmembramentos das proposições dos inspetores e, nesse sentido, a presente tese assume uma configuração diferente.

O inspetor Silveira da Mota não apenas indica a obra como também explica o porquê de sua utilização: *Gramática de Coruja* “para ligar e combinar as palavras e saber delas fazer uso e emprego”; *Lições de História do Brasil, de Coruja* para “auxiliar o progresso intelectual dos alunos com o moral” e “apanhar a cadeia de sucessos mais notáveis que hão ocorridos desde as primeiras peregrinações da civilização na nossa terra”; *Compêndio de Aritmética de Manoel Augusto de Figueiredo* “empregado da tesouraria de fazenda da província” paranaense, cujo livro contém “os rudimentos necessários para o ensino nas escolas primárias”; *Poesias do Padre Caldas* com o propósito de “exercitar a leitura animada, com entonação e metrificação da voz”; *Catecismo de Fleury* “adotado pela Assembleia paulistana e traduzido pelo Conselheiro Manoel Joaquim Amaral Grugel”; *Obra de Ottoni*, “porém, seria conveniente que se publicasse alguma coisa em proporções mais pequenas, que segundo o método físico preconizado por J.J.Rousseau fosse habituando as crianças pequenas”, com o intuito de “conhecer exatamente as primeiras ideias, sem se meter nas mais complicadas abstrações geométricas, que dificilmente serão concebidas por crianças” (MOTA, 1856).

Silveira da Mota recomenda os livros de acordo com o que era utilizado em outras províncias, como no exemplo do *Catecismo de Fleury* em que cita diretamente a província de São Paulo, e segundo a comprovação prática dos resultados, como o *Compêndio de Aritmética de Manoel Augusto de Figueiredo*. Independentemente de ser essa escolha de acordo com o que circulava e era utilizado nas outras províncias, construindo uma homogeneidade que impulsionava a comercialização, trazer a explicação do porquê cada livro foi escolhido, também nos indica pistas de suas referências para a instrução, como no caso do livro de geometria, *Obra de Ottoni* e a sua contraposição com o pensamento de Rousseau.

Cristiano Benedicto Ottoni (1811-1896) era o autor do livro de aritmética indicado. Nasceu em Minas Gerais, fez o curso de engenharia na Academia Militar no Rio de Janeiro e escreve o livro referido na década de 1840. Segundo Maria Ângela Miorim (2011), que lidou com suas memórias, ele tentou ser professor de Geometria no curso de Direito em São Paulo, porém sua solicitação foi indeferida devido a intervenção do Marquês de Paranaguá, “que havia dito ao D. Pedro I, que os Ottoni eram inimigos, pela oposição que faziam à monarquia” (MIORIM, 2011, p. 05). Quando ele assumiu a cátedra na Academia da Marinha, em 1844, o livro de geometria adotado era o de Francisco Vilela Barbosa, o Marquês de Paranaguá, o mesmo senhor que esteve como Ministro da Marinha quando Cristiano Ottoni foi preso devido as rebeliões de Minas e de São Paulo, em 1842. Quando então tomou posse

definitivamente da cátedra na Academia da Marinha escreveu uma crítica aos Elementos de Geometria de Barbosa tendo “a vingança como um dos seus motivos”, como ele mesmo escreve, bem como a intenção de “fundar alguma reputação científica” (Ibidem, p.07). Conseguiu, em termos, os seus dois intentos com a obra no Paraná: ela foi adotada nas escolas da província do seu “inimigo político”, o que seria uma segunda vingança caso ele soubesse disso ou caso Silveira da Mota estivesse de par desses acontecimentos, e uma afirmação do conteúdo científico ideal para o ensino de matemática. Percorrer o caminho de elaboração do livro, por meio das memórias de Ottoni, permite visualizarmos as possíveis conexões invisíveis que se formaram antes da indicação da obra nas escolas paranaenses.

As histórias de vida e de escrita da obra estavam conectadas com um representante do Paraná e depois se conectariam com a história dos pequenos paranaenses nas escolas da província. Mas isso aconteceria, segundo o inspetor Silveira da Mota, enquanto não se publicasse uma obra que considerasse, em sua composição e método, as características das crianças pequenas segundo o que preconizava Rousseau. De acordo com Mariano Naradowski (2001), a conformação da pedagogia moderna tomava o referido autor “como a fonte inesgotável de reflexões a respeito da infância e dos processos mais gerais de educação e infantilização” (NARADOWSKI, 2001, p.30). Ao citar Rousseau, o Inspetor Geral da Instrução Pública acatava a concepção de que a criança tinha maneiras de pensar, de sentir, de compreender o mundo e os conteúdos escolares, como os da matemática, de um modo próprio. Como também mostrava aos outros que estava a par do que era atual no campo pedagógico.

No seu relatório, Silveira da Mota justifica que indicar tais livros contribuía “para acabar com esse estado arbitrário, e imprimir no ensino o caráter de uniformidade, que lhe convém” (MOTA, 1856, p.25). As orientações dos livros utilizados, como no exemplo do quadro apresentado anteriormente, também estavam na mira dos negociantes e tipografias no Paraná, como podemos observar no anúncio: “a 1:000 réis Arithmetica Pratica mandada adotar pelo governo para uso das escolas da província, vende-se nessa tipografia. Abater-se-á 20 por cento a quem comprar 25 exemplares” (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 15/12/1858, p.04). Nota-se, em tais anúncios, que a indicação da Inspetoria Geral da Instrução Pública do Paraná, por meio dos seus inspetores gerais, contribuía para a circulação comercial dos títulos. É claro que haviam outros livros para a instrução primária e secundária que já estavam em uso antes das orientações dos inspetores, bem como aqueles utilizados pelos professores nas aulas

e colégios particulares, que também eram considerados pelos comerciantes paranaenses, como os títulos Atlas de Geografia e Noções de Geografia (Gautier), Cartas Escolhidas (Padre Vieira), Novo Método de Gramática Latina (Padre A. Pereira), Sintaxe (Dantas), O Lusíadas (Camões), Alfabeto Português (J. F. Roquette). Aqueles que não estivessem contemplados na lista, poderiam ser requisitados: “recebe-se encomendas para quaisquer obras ou publicações periódicas” (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 20/11/1858, p.04).

A Inspetoria Geral da Instrução indicava os livros e dava forma ao comércio entre as livrarias paranaenses/de outras províncias e aqueles que necessitavam dos livros – seja para a manutenção de uma biblioteca pessoal ou de alguma sociedade, por ser responsável por algum aluno, por ser professor ou outro motivo qualquer – poderiam recorrer às livrarias ou às bibliotecas dos clubes literários. Sobre a presença de bibliotecas e clubes literários organizados no Paraná na segunda metade do século XIX, Cláudio DeNipoti (1994) pondera que “ainda que possuir, instituir ou frequentar bibliotecas fossem hábitos da época, havia aqueles que viam nesse hábito um mero exercício de arrivismo ou pedantismo”, porém, “se as bibliotecas particulares têm que ser utilizadas de forma condigna por seus proprietários, as bibliotecas públicas aparecem como essenciais à educação de um povo” (DENIPOTI, 1994, p.17-18). Essa contribuição para a educação era uma das justificativas da criação da Biblioteca Pública do Paraná, como vimos. No *Dicionário Bibliográfico do Paraná*, organizado por Júlio Estrella Moreira, é possível localizar alguns compêndios que serviriam para professores e alunos consultarem, a maioria com data de publicação a partir de 1870. Contudo, é possível localizar a presença da *Gramática da Língua Nacional – dedicada à mocidade paranaense* (1857), de S. J. Cavalcanti (MOREIRA, 1960, p.191).

Em novembro de 1857 foi publicado um anúncio de que a Gramática da Língua Nacional, de S. J. Cavalcanti, sairia pela tipografia do jornal (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 04/11/1857, p.04). Alguns dias depois, e nos meses que se seguiram, a nota continuou a ser publicada, mas já informando o custo (2U000) e a disponibilidade da compra do compêndio (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 25/11/1857, p.04). Um ano depois, em seu relatório, o Inspetor Geral Silveira da Mota informa: “para evitar encomendas para fora, resolvemos adotar a gramática do Sr. Cavalcanti, que se publicou nesta capital e que me parece não ser inferior à de Coruja” (MOTA, 1859, p.12). A troca das gramáticas, que também pode ter sido motivada por acordos políticos entre o governo provincial e a tipografia do jornal *O Dezenove de Dezembro*, poderia favorecer àqueles que tinham dificuldade em

conseguir os livros indicados, caso morassem ou dessem aulas em locais em que o comércio não dispunha dos mesmos. Naquele mesmo ano, a professora Emília Erichsen, que ministrava aula pública para 13 meninas em Castro, escreveu:

Nenhuma menina aprende história, por não ter ainda chegado um só dos livros mandados vir do Rio de Janeiro; as que aprendem geografia o fazem em compêndios de Freese, que aqui mesmo se arranjam, e conto que V.S. não levará a mal esta pequena infração dos regulamentos, com a qual tive em vista não perder tempo, aproveitando os livros que havia (MOTA, 1859, p.31).

Sabemos, pela indicação dos livros para a instrução feminina, que *História e Geografia do Brasil*, do Coruja e do Padre Pompeo eram os livros didáticos oficiais. Os compêndios de História e Geografia mencionados pela professora, eram do Diretor do Instituto de Nova Friburgo, na província do Rio de Janeiro (FREESE, 1843). Tudo indica que tal título faz parte daquele grupo de compêndios para a instrução que eram comercializados localmente, de acordo com a demanda de professores particulares e públicos de determinada região.

O relato da professora nos informa que também era para a província do Rio de Janeiro que se voltavam os pedidos de compêndios e que tinha consciência de que a sua ação, mesmo sendo uma *tática* para ensinar o quanto antes às meninas, estava passível de punição. Isso porque havia uma orientação oficial quanto aos títulos que deveriam ser utilizados nas escolas primárias públicas, apesar de não ser dada a condição para que todas as tivessem. Seu ofício é diverso de outros daquele ano não somente pelo posicionamento de que solucionou um problema a seu modo e o comunicou, mas também porque ele acabou tendo uma dupla circulação: primeiro pelos sujeitos responsáveis pela inspeção (do subinspetor para o inspetor de distrito, deste para o inspetor geral) e em segundo por todos aqueles que tivessem acesso ao relatório do Inspetor Geral Silveira da Mota, pois o seu relato foi o único contemplado nas descrições feitas pelos inspetores das 35 aulas da província (21 masculinas e 14 femininas) e publicado na íntegra.

O apelo pela organização de livros didáticos já comparecia na fala do vice-presidente Henrique de Beaurepaire Rohan, em 1856, quando reportou em seu relatório o “vício” no modo em que as crianças aprendiam a ler na província: “cartas particulares”. Termina o seu relato solicitando obras específicas para o ensino, uma vez que as cartas continham assuntos muitas vezes impróprios para as crianças, sem contar os erros de grafia e que estas deveriam

ser abolidas do uso em sala de aula (ROHAN, 1856, p.32). Havia na província aulas em que os professores utilizavam livros, muitas vezes comprados com o seu dinheiro, sem financiamento da província (BARBOSA, 2010). Contudo, a solicitação do presidente aponta para a falta dos livros, pelo menos nas escolas em que ele teve contato, e a importância dada aos mesmos como o material ideal para ensinar a ler e escrever.

Talvez em resposta à demanda apontada pelo presidente ou devido aquilo que viu enquanto visitou algumas escolas na província paranaense, o Inspetor Geral Joaquim Ignácio Silveira da Mota analisa diferentes livros para serem adotados nas escolas e emite seu parecer aos presidentes, ao longo do período. Em 1856 ele envia um ofício ao presidente sobre a tradução inglesa do livro *Fáceis lições sobre matéria de dinheiro para a mocidade*: “julgo que se pode adotar o livro para leitura da última classe, porque embora pareça sugerido pelo industrialismo britânico e adotado aos seus hábitos, ele fornece noções econômicas exatas e certas que, adotadas, convém saber” (IIP244.22, 29/12/1856). Dezoito dias depois, escrito pelo presidente no próprio ofício, foi dada a resposta: “aprovou-se e responde, 18/01/1857”. No início do ano de 1857 ele envia outro ofício ao presidente informando: “na receita de livros que mandei vir da Corte inclui a nova Gramática do Sr. Lopes que tem sido muito elogiada pelos jornais de melhor forma”. (IIP249.22, 05/01/1857). Acompanhar os ofícios enviados e recebidos pelo inspetor Silveira da Mota é identificar na sua prática os momentos em que ele escolhia um livro que leu e que apontou como pertinente para a instrução, mesmo com algumas ressalvas, e as vezes que escolhia por ter sido esse livro indicado e legitimado por outros, cuja a crítica comparecia publicada nas folhas noticiosas que ele lia. A sua justificativa para tal escolha era permeada pela leitura. No quadro abaixo podemos visualizar o número de escolas públicas que existiam em cada paróquia de instrução pública primária na província, que receberiam os livros comprados pela Inspetoria Geral da Instrução enquanto o inspetor Silveira da Mota esteve na função:

Escolas Públicas	Relatório de 1856	Relatório de 1857	Relatório de 1858
Curitiba	4	4	4
Iguassu	1	1	1
Votuverava	1	1	1
Palmeira	2	-	1
Campo Largo	2	2	2
São José dos Pinhais	2	2	2
Príncipe	3	3	2
Rio Negro	1	1	1
Castro	3	3	3

Tibagi	-	-	1
Jaguariaíva	-	-	-
Ponta Grossa	2	2	-
Guarapuava	2	2	2
Palmas	1	1	1
Paranaguá	5	5	5
Antonina	2	2	2
Morretes	3	3	2
Porto de Cima	1	1	1
Guaraqueçaba ²⁵⁶	1	1	1
Guaratuba	2	2	2
Colônia Thereza	-	-	1
TOTAL	38	36	35

Quadro 12: Número de cadeiras providas entre 1856 a 1858²⁵⁷

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos relatórios do inspetor Joaquim Ignácio Silveira da Mota (1856 a 1858)

O quadro nos permite visualizar as 20 paróquias de ensino e mais a Colônia Thereza que possuíam cadeiras de instrução pública primária criadas na província, bem como o número de escolas em cada um deles. No primeiro relatório do inspetor Silveira da Mota foi detalhada, na tabela nº2, como deveria ser a distribuição de utensílios para as escolas existentes. No que se refere aos livros, eles teriam duração estimada de um ano com o aluno, devendo ser restituído ao professor quando finalizassem as leituras, ao final do ano (MOTA, 1856). Os títulos são aqueles que já conhecemos. Nos quadros²⁵⁸ seguintes é possível visualizarmos a distribuição de livros para as escolas durante os três anos em que Silveira da Mota esteve como Inspetor Geral da Instrução Pública:

²⁵⁶ É importante destacar que as fontes apresentam o mesmo local escrito de duas formas diferentes: Guaraqueçava e Guaraqueçaba. Optou-se por manter a grafia que aparece na fonte em cada momento.

²⁵⁷ Os traços (-) no quadro indicam que não havia escola funcionando naquela localidade, segundo o relatório do inspetor.

²⁵⁸ A organização dos quadros de distribuição esbarra na lógica da pessoa que fez o registro escrito no livro da Inspetoria Geral da Instrução Pública. Nem sempre o secretário ou o próprio Inspetor Geral Silveira da Mota registrava o nome do livro seguido do nome do autor, como era normalmente citado: Aritméticas de Figueiredo, História do Brasil do Coruja, Cartilha do Pimentel, etc. Talvez por considerarem como um dado óbvio, já que era o livro indicado oficialmente. Contudo, optou-se por manter a descrição feita no registro do livro da Inspetoria. Sendo assim, foi mantido em separado onde estava escrito somente Cartilhas, História do Brasil, Gramática e Aritmética.

Cidade Material	Paranaguá	Guaratuba	Curitiba	Antonina	Vila do Príncipe	Rio Negro	Castro	TOTAL
Cartilhas do Pimentel	06	15	59	30	20	10		140
Cartilhas							31	31
História do Brasil do Coruja	04	16	18	06	02			46
História do Brasil							04	04
Gramática do Coruja	06	15	16	03	03			43
Aritmética de Figueiredo	06	15	36	30	20	20		127
Aritmética							31	31

Quadro 13: Livros enviados para as escolas em 1857

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir do CODICE 0119

Cidade Material	Paranaguá	Guaratuba	Curitiba	Palmas	Vila do Príncipe	Rio Negro	Castro	Votuverava	Colônia Thereza	Morretes	Ponta Grossa	Guarapuava	TOTAL
Cartilhas do Pimentel				01									01
Cartilhas	49	16	16		10	03	15	04	15	06	12	12	173
História do Brasil do Coruja													-
História do Brasil	07				10	03	09		06	04	04	04	47
Gramática do Coruja				03									03
Gramática	26	04	30		10	03	11	02	16	02	04	04	112
Aritmética de Figueiredo			16	06	03				16				41
Aritmética	49	16	09	06	07	03	08	02		06	02	04	112
Compêndio de Moral religiosa								02					02

Quadro 14: Livros enviados para as escolas em 1858

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir do CODICE 0119

Cidade Material	Guaratuba	Vila do Príncipe	Rio Negro	Guaraquessava	Morretes	Porto de Cima	Guarapuava	TOTAL
Cartilhas do Pimentel								-
Cartilhas				01	12	03		16
História do Brasil do Coruja								-
História do Brasil	01			03		06	04	14
Gramática do Coruja								-
Gramática	03			01	08	01		13
Gramática de Cavalcanti			03			01		04
Aritmética de Figueiredo								-
Aritmética				03	08	04	04	19
Compêndio de Moral Religiosa	08	12		05	03			28
Rudimentos de Moral Religiosa			04			05	10	19
Catecismo de doutrina cristã			04			08	10	22
Poesia do Padre Caldas				01		01		02

Quadro 15: Livros enviados para as escolas em 1859

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir do CODICE 0119

Nos primeiros envios registrados no livro da Inspetoria aparece o reforço de que seriam para alunos mais necessitados: “para serem distribuídos proporcionalmente aos alunos pobres das escolas” (CODICE 0119). Em ofício enviado ao presidente da província em 1856, logo depois de ser nomeado como Inspetor Geral da Instrução, Silveira da Mota escreve que

recebia pedidos de mobília de todos os distritos de instrução e que a falta da mesma prejudica o ensino e que também havia “completa deficiência de livros, traslados, papel, penas, ardósias e tinteiros” e que, segundo ele, parecia “conveniente que estes objetos se encomendem para a Corte e deles tenha provisão esta Repartição, a fim de distribuí-los pelas Escolas de modo a satisfazer as precisões dos alunos pobres” (IIP201.22, 07/08/1856).

O inspetor demonstra desde o início na função que tinha a concepção de que os materiais e mobília escolares eram ferramentas essenciais para o desenvolvimento do ensino na província e que os livros deveriam ser distribuídos, à custa do governo provincial, para aqueles que não os pudessem comprar. No livro de distribuição de materiais da Inspetoria esse foi o primeiro reforço no envio, depois podemos observar que deixou-se de mencionar os alunos pobres para enviar diretamente às escolas, por intermédio dos inspetores de distrito ou dos professores e seus procuradores. Mas a orientação que permaneceu ao longo do período foi a distribuição primeira para os alunos pobres. E nos anos seguintes, em outras gestões, podemos acompanhar a mesma indicação, assim como fez o Inspetor Geral Ernesto Francisco da Lima Santos elencando no livro da Inspetoria os compêndios “fornecidos à alunos pobres”. (CODICE 0121, 26/08/1865). No início a distribuição de materiais e livros escolares era feita no final do ano, como observa o inspetor Silveira da Mota:

Inclusa remeto a V.Exa. a relação e importância dos objetos mandados vir do Rio de Janeiro para a instrução pública dessa província. Reservo-me para fazer a distribuição para as escolas no mês de dezembro a fim de que sirvam desde a abertura delas no início do ano. Os tinteiros, como havia encomendado de metal, por serem de mais duração, e que se prestassem a estes livros sobre os caixilhos dos traslados, não foram encontrados, por isso passei a encomendar de vidro ou de louça sobre a chapa metálica (IIP236.22, 28/11/1856).

O inspetor nos deixa entrever que tem uma estratégia para a distribuição, justificada pelo objetivo de que os materiais e livros, ao serem entregues em dezembro estariam prontos para utilização no próximo ano letivo. Essa distribuição, se tudo funcionasse a contento, também possibilitava a organização da estatística de quantas escolas receberam e quanto durou cada material, até o próximo pedido ser feito pelo professor ou pelo inspetor de distrito. Outro ponto que merece ser destacado é a explicação que dá para a compra dos tinteiros, pois ele demonstra não somente a preocupação com a durabilidade, mas com a forma que seriam utilizados. Não era apenas fornecer tinteiros para as escolas, mas compreender como o material se integrava e contribuía para a prática docente.

Comparando os quadros com os números de paróquias com escolas, percebemos que no ano de 1857, das 17 que contavam com aulas públicas primárias, 7 receberam todos os compêndios que eram indicados pela Inspetoria Geral da Instrução Pública (Cartilhas, História do Brasil, Gramáticas e Aritméticas). Um total de 422 livros distribuídos naquele ano. Em 1858, o número de paróquias atendidas subiu para 11, incluindo a Colônia Thereza. Todas do ano anterior receberam livros, com exceção de Antonina. Manteve-se prioridade na distribuição dos livros já mencionados e apenas Votuverava recebeu o compêndio de Moral Religiosa. Nesse ano foram distribuídos 491 livros. No ano seguinte, 1859, o número de paróquias que receberam livros diminuiu para 6, porém incluiu duas que até então não haviam sido contempladas: Porto de Cima e Guaraquessava. Estas receberam todos os compêndios indicados pela Inspetoria. No total foram distribuídos 137 livros.

Em três anos, das 20 paróquias que existiam na província 14 receberam livros, somando à estas a Colônia Thereza. Faltaram: Tibagi e Jaguariaíva – que não tinham cadeiras providas – e Iguassu, Palmeira, São José dos Pinhais e Campo Largo – o que totalizaria pelo menos 6 escolas²⁵⁹ sem ter sido contempladas, seguindo o registro da Inspetoria. Entretanto, no ano seguinte, 1860, Palmeira e São José dos Pinhais receberam todos os livros indicados, Iguassu foi contemplada em 1861 e Campo Largo em 1865 (CODICE 0119). Pelo livro da Inspetoria (1857 a 1866) é possível identificar que a distribuição não se deu de maneira uniforme em um ano para todas as escolas. Ela foi feita paulatinamente, sendo que o fluxo de alunos e a utilização do material e sua durabilidade muitas vezes não acompanhou essa distribuição, acarretando em momentos de falta dos compêndios nas escolas para todos os alunos. Todavia, para além daquele que não é contemplado ou do que falta nas escolas, esta organização iniciada pelo inspetor Silveira da Mota nos permite acompanhar o esforço em aparelhar as escolas e fazer circular os manuais didáticos. Podemos indicar que o referido inspetor creditava à leitura um papel importante na instrução primária.

Nos anos seguintes percebemos que a distribuição de livros para as escolas não cessou. Entre as informações de organização da estrutura da instrução na província (exoneração, contrato e licença de inspetores, subinspetores e professores; processo disciplinar de professores; relação com as câmaras municipais; elaboração e envio de relatório de inspeção) registradas no livro de correspondência entre a presidência de governo e a

²⁵⁹ Considerando que Palmeira inicia em 1857 com 2 cadeiras, mas depois passa para 1.

Inspetoria Geral da Instrução Pública, também consta a indicação de livros para as escolas, como quando o presidente escreveu ao inspetor geral informando que mandou exemplares do compêndio de sistema métrico do “Conselheiro do Estado, Cândido Baptista de Oliveira”: “recomendo a V.M que faça ensaiá-lo nas escolas de instrução primária da província determinando aos respectivos professores que informem no fim do presente ano os resultados que colheram e defeitos que notarem na sua doutrina e método” (CODICE 0951, 03/03/1865). A recomendação de que se colocasse em prática o compêndio nas salas de aula e que fosse avaliado pelo professor evidencia que não bastava ter sido aprovado pelo governo ou passado pelo crivo do presidente ou do inspetor geral. A dinâmica de avaliação do livro também passava pela prática do docente.

Incluído no movimento de prover as escolas, podemos indicar a distribuição de objetos e materiais escolares, que também comparece no livro da Inspetoria durante o mesmo período. Pelo jornal o Inspetor Geral era notificado do recebimento de livros didáticos e os professores, bem como os comerciantes (que poderiam perceber na indicação da compra uma demanda futura para suas livrarias) e a população no geral ficavam cientes das aquisições oficiais do governo, como podemos acompanhar em notas como a publicada em 1863: “remetido ao Inspetor Geral. 80 exemplares do Cathecismo de Agricultura do Dr. Antonio Castro Lopes para serem distribuídos pelos professores de 1ª letras do sexo masculino” (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 30/05/1863, p.03). A imprensa, que servia como comunicação oficial do governo, também era uma “indústria regida pelas mesmas leis que outras”, como ponderam Lucien Febvre e Henri-Jean Martin (FEBVRE e MARTIN, 1992, p.173). Como no caso do jornal paranaense, a imprensa tinha ganhos e demandas como qualquer instituição, principalmente quando estava a serviço do governo. Quando as publicações envolviam os compêndios para a instrução, a imprensa proporcionava a circulação de quais eram os indicados pela Inspetoria Geral da Instrução e quais eram vendidos na província, um movimento onde os livros e impressos comparecem também como “mercadoria”, no sentido de serem fabricadas pelos homens e por eles comercializada.

Em 1857, Joaquim Ignácio Silveira da Mota, como presidente da Assembleia Legislativa, discursou sobre a instrução na província na seção do dia 07 de março. Segundo ele, as providências “para se executarem estudos que coloquem a província a par da civilização da época” já haviam sido tomadas, fora isso, falou da importância da educação pedagógica para os professores, da organização do “governo do ensino” (inspeção), da

pertinência da instituição das conferências de professores e da “fundação de asilos para indigentes ou mistos” (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 11/03/1857, p.04). Como já vimos anteriormente, Silveira da Mota usava do espaço da Assembleia Legislativa para expor suas proposições e para debater quando pensava ser a crítica à inspeção sem fundamento. Entretanto, nesse dia ele informou aos presentes que:

Curando muito atentamente dos meios de proporcionar uma boa cultura ao espírito e ao coração do povo, e no empenho de habilitar-vos com o melhor plano de educação nacional, colhido com o estudo dos aperfeiçoamentos que a instrução pública tem experimentado nos países mais adiantados, autorizastes ao governo a mandar uma pessoa de reconhecida habilitação fazer provisão de todos esses melhoramentos, em relação aos métodos de ensino, constituição das escolas e casas de asilo, estabelecimentos de estudos secundários, preparação pedagógica e notícia dos melhores livros elementares (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 11/03/1857, p. 04).

Faltam-nos informações importantes, tais como: quem foi essa pessoa escolhida e para onde ela se dirigiu para “fazer provisão de todos esses melhoramentos”? Pela fala do presidente da Assembleia Legislativa essa pessoa não visitaria outras províncias e sim outros países. O Paraná, se os planos apontados por Silveira da Mota deram certo, se inseriu no circuito já trilhado por outros países, de enviar um sujeito para observar e depois relatar o que viu. Era essa a sua providência para colocar a “província a par da civilização da época”: enviar uma pessoa para estudar outros sistemas de ensino. E dentre as orientações do que deveria ser observado estavam os livros escolares para o ensino elementar. No momento de sua fala já havia, como Inspetor Geral da Instrução, determinado quais os livros deveriam ser adotados nas escolas da província, todavia, ele demonstra que tinha a hipótese de que poderia existir outros compêndios melhores, mais apropriados dos que aqueles que ele escolheu. O movimento de olhar para o que o outro país estava fazendo para poder comparar com o que tinha sido proposto no Paraná. A reformulação da inspeção e da instrução pública já estava feita, porém, o inspetor manteve uma postura de que o estudo sobre todos os assuntos envolvendo a instrução deveria ser uma busca constante, o que justificava o envio de uma “pessoa de reconhecida habilitação” nessa empreitada.

Além de organizar a legislação que regulamentava a inspeção e a instrução pública na província, o Inspetor Geral Joaquim Ignácio Silveira da Mota também foi responsável por pensar o funcionamento efetivo das escolas, desde o provimento de material e mobília escolar até a divisão de como os mesmos estariam nas aulas. Um alcance de ações que dificilmente

veremos em conjunto na prática de outros que o sucederam. Ele acaba por fundar o modo como um Inspetor Geral da Instrução deveria trabalhar na Inspetoria, quais eram efetivamente suas obrigações e como isso era feito, deixando os registros de sua atuação nos livros da Inspetoria.

3.1. Leitura em família: cartas pessoais, cargos públicos

Até o momento a interpretação histórica teve como base o diálogo com os relatórios dos inspetores e presidentes da província, os jornais, livros e periódicos que circularam durante o período e os estudos que avançaram em determinadas discussões aqui elencadas. As cartas aqui comparecem como a categoria de fontes produzidas na relação com a família e amigos – no caso dos Marcondes de Oliveira e Sá e de outras cartas privadas – e produzidas durante o exercício do trabalho, como as correspondências de governo e outras enviadas profissionalmente. Neste e no próximo item, a nossa intenção é identificar o mapa das relações que se mantiveram por esse tipo de comunicação.

Muitas cartas do acervo da família Marcondes de Oliveira e Sá indicavam, logo no início, a relação entre o remetente e o destinatário: *prezado filho. Amada filha. Minhas queridas irmãs. Mano* [irmão]. *Prezada filha. Amigo. Minha boa amiga* [esposa]. São meios de organização da escrita epistolar, que pode ser encontrado em outros acervos do mesmo estilo e período. As cartas circulavam e levavam com elas a saudade, conselhos, notícias, etc. Mary del Priore (2013) teve o auxílio das cartas particulares da família imperial para contar a história de Isabel de Bragança e seu marido, Gastão de Orléans, o Conde D’Eu. Por meio das cartas de sua filha Isabel, enquanto ela estava em Paris, D. Pedro ficou sabendo do motivo de atrasarem a viagem de retorno: a gravidez da princesa (DEL PRIORE, 2013, p.190). Notícias felizes e outras nem tanto, como demonstra a autora, quando escreve sobre a saída da família para o exílio, após a proclamação da República, em 1889.

As cartas também podem ser pensadas, pelos seus remetentes, para educar, como demonstra Maria Helena Camara Bastos (2002), nas quarenta e uma cartas escritas por José Lino Coutinho para a educação de Cora, sua filha, que foram editadas e publicadas. A autora reforça essa passagem do privado e íntimo, que é característica da carta familiar ou entre amigos, para o público, quando esta é socializada a grupos maiores. Segundo demonstra, a relação do íntimo com a escrita verdadeira, pelo menos no que significa a verdade para aquele que escreve, acaba sendo uma recorrente.

Assim, a carta se autentica por seu caráter íntimo, por se apresentar como discurso espontâneo; como ato sob a forma de discurso produzido por um não-escriptor; por não ser destinado à publicação; por ser escrito na primeira pessoa por alguém que cria um efeito de verdade. É nesse caráter privado, íntimo da correspondência, que prólogo e advertências ao leitor reafirmam a intenção de uma verdade (BASTOS, 2002, p.89).

As cartas pensadas como forma de informação pública, de organização de uma escritura de governo, são outro aspecto que podemos abordar ao lidar com esse tipo de documentação. Os Inspectores Gerais da Instrução Pública do Paraná tinham sobre a sua responsabilidade a organização das correspondências concernentes a instrução, bem como toda a documentação a ela referida, como mapas de matrícula, exames, relatórios de professores, termos de visitas de inspetores de distrito e inspetores paroquiais/subinspetores²⁶⁰.

Da gestão do Inspetor Geral da Instrução Joaquim Ignácio Silveira da Mota encontramos o livro de registro das correspondências de governo emitidas pela Inspetoria. Entre os registros do que foi pedido e enviado para as escolas de materiais e mobília, compra de livros e demais assuntos referentes a instrução, encontramos a correspondência trocada pelos Inspectores/Diretores Gerais da Instrução das províncias. Graças ao livro de registro sabemos que o Diretor Geral da província de Pernambuco, Joaquim Portella, escreveu ao inspetor Silveira da Mota felicitando-o pela nomeação ao cargo e se colocando à disposição “quer em relação ao serviço público quer ao particular” (CODICE 1021, 15/10/1856). Na mesma data o inspetor Silveira da Mota recebeu a correspondência enviada pelo Diretor Geral Abílio César Borges, da província da Bahia:

Agradeço cordialmente a V.S. a remessa do seu *precioso relatório* com que me honrou em data de 30 mês de junho do ano corrente, e aproveitou a oportunidade para oferecer a V.S. o meu prestar nessa província, *quer em*

²⁶⁰ O Regulamento de Inspeção, de 24/04/1857, determinou que o Inspetor Geral teria um secretário para o auxiliar (REGULAMENTO DE INSPEÇÃO, 1857, art.6), mas ele era o responsável por entregar a Inspetoria de Instrução em ordem ao sucessor. Entre as competências do IGIP, no Regulamento de Instrução, de 12/04/1876, estava “manter a correspondência oficial com todos os serviços do ensino” (art.120 § 5º). O presente regulamento é o primeiro a trazer uma seção voltada para a escrituração, com a indicação de todos os livros que deveriam constar na Diretoria de Instrução Pública e, entre eles, o de registro da correspondência com o presidente da província e outro das demais correspondências compreendidas as instruções e ordens que fossem expedidas pela diretoria (REGULAMENTO DE INSTRUÇÃO, 1876, art.148). Após este, nenhum outro regulamento abordou a organização da correspondência ou documentos da instrução.

relação ao serviço público quer ao particular de V.S. (CODICE 0121, 15/10/1856 – grifos meus).

Notamos a mesma indicação de que o inspetor paranaense podia contar com o inspetor baiano nos assuntos particulares e nos públicos, o que pode nos indicar ser essa mais uma expressão comum utilizada nesse tipo de correspondência do que algo específico da relação entre os dois sujeitos, apesar de sabermos que os dois tinham muito em comum: eram naturais da Bahia, médicos e dirigentes da instrução. Contudo, a carta de Abílio nos aponta para outro aspecto: ela foi enviada em resposta ao relatório de instrução que recebeu de Silveira da Mota. Era o primeiro relatório do Inspetor Geral do Paraná, onde traçou a base de seu trabalho, indicou o estado da inspeção e da instrução na província e os referenciais em que se ancorava. Esse relatório, impresso, foi posto em circulação para outras províncias²⁶¹ e, a partir dele, as ideias de Silveira da Mota também circularam.

No segundo ano como Inspetor Geral da Instrução, Silveira da Mota, já de posse desse lugar social de práticas e escritas a ele conferido, amplia a circulação do seu segundo relatório sobre a instrução na província paranaense – “tenho a honra de oferecer a V.S um exemplar do meu relatório sobre a instrução pública desta província” – enviando para o Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Bahia, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Piauí e São Paulo (CODICE 1021, 27/04/1857). É possível indicar que as inspetorias e diretorias de instrução pública se conectavam por meio da correspondência de governo, de envios de relatórios²⁶² e da leitura dos mesmos, independentemente das barreiras geográficas. Os inspetores e diretores gerais tinham também, nos relatórios de seus pares, as indicações de ideias de referência para a instrução. Fios de uma teia de leitura oficial sobre o ensino deixados pela correspondência de governo.

Os inspetores de distrito, subinspetores, inspetores paroquiais, inspetores municipais, inspetores literários – nomenclaturas diferentes usadas ao longo do período, mas que mantêm atribuições semelhantes – também organizavam livros com suas correspondências de governo, apesar da maioria ter se perdido ao longo do tempo. Todavia, no livro de

²⁶¹ Logo abaixo tem o registro “idêntico ao da Paraíba, Manrique Victor de Lima” (CODICE 0121), ou seja, outro responsável pela instrução de outra província que escreve confirmando que recebeu o relatório enviado pelo inspetor Silveira da Mota.

²⁶² Durante o período encontramos o registro de recebimento de relatórios de outras províncias, como a correspondência enviada pelo presidente ao Inspetor Geral de São Paulo agradecendo os referidos exemplares recebidos (CODICE 0951, 18/02/1866).

correspondência expedida pelo inspetor paroquial de Paranaguá, Leocádio José Correia, acompanhamos o envio de carta ao Reverendo Vigário da Paróquia, Padre Marcello Anunziata, comunicando que entrou no exercício do cargo, “função de que V.Rev.^a é legítimo e legal representante moral” (CORREIA, 05/10/1885, p.02), pedido e envio de livros, circular aos professores sobre estatística do ensino, termos de visita das aulas e comunicado sobre os exames. O livro de correspondência de Leocádio José Correia é um livro copiador, um livro onde ele reescrevia a correspondência que enviava. Essa prática, que possivelmente foi incorporada de seu tirocínio pessoal, tornou possível que acompanhássemos parte de suas ações enquanto inspetor paroquial.

Manter uma relação epistolar requer assiduidade e disposição para ler e escrever. Sendo essa relação de amizade ou familiar, algumas tendências semânticas podem ser observadas, tais como: carinho, respeito, ternura, afeição, confiança, aprovação, zelo, delicadeza, estima, deleite, alegria, pesar, admoestação, encorajamento. As historiadoras Maria Helena Camara Bastos, Maria Teresa Santos Cunha e Ana Chrystina Mignot (2002) demarcam que esse foro de compartilhamento da vida e de diferentes assuntos e questões exige tempo, reflexão e disciplina e tem a ausência e a distância como motores para a sua existência; elas complementam ainda que:

A carta não apenas aproxima, mas fala a respeito de quem a escreve e revela sempre algo sobre quem a recebe, permitindo aquilatar a intensidade do relacionamento entre os missivistas. Escrever cartas é, para muitos, além de uma emoção, uma forma de ousar, de ser transparente e vulnerável com a pessoa que se convida a participar desse processo, porque estamos escrevendo para alguém. Como resultado, constrói-se a confiança, cresce a intimidade (BASTOS, CUNHA e MIGNOT, 2002, p.06).

Durante três gerações a família Marcondes de Oliveira e Sá trocou cartas. O arquivo familiar demonstra uma rede de ideias para a economia, política e cultura da família, como também uma rede de afetos, tecida entre pais e filhos (as), entre cunhados, entre irmãos e entre amigos. Uma rede de sociabilidade. Acordos que se iniciaram pela pena de José Caetano de Oliveira, o Barão de Tibagi, quando este ainda não era detentor de tal titulação. Em 1853 responde a carta enviada pelo capitão Hipólito José Alves. Pelo teor da mesma identificamos que o referido capitão tinha pedido apoio em uma candidatura e que José Caetano, mesmo ciente das qualidades do candidato, tinha motivos pessoais para refutá-la. Vejamos:

Sinto dentro d'alma não poder condescender com V. S (...) mas a qualidade de pai me impõe o rigoroso dever de apoiar a candidatura de meu filho, que com justiça se julga com direito (ilegível) além de contar com os serviços prestados por seu pai (...). Sou bastante amigo do Dr. Azevedo para dispensar (ilegível - ilegível) empenho a favor da sua candidatura, quando eu estivesse em estado de poder apoiá-la, e conheço de sobra as excelentes qualidades que (ilegível), e abonam na conduta na representação nacional; mas meu amigo vê que ele ocupa um lugar distinto na magistratura com um ordenado correspondente, ao que meu filho, em cuja educação me tenho esforçado, está desempregado. (ilegível) meu filho é nosso patrício, e que este título só se deve impornos o dever de trabalhar mais para sua elevação, para que nossos negócios serão por ele tomados na devida consideração (...) (OLIVEIRA, PALMEIRA, 06/04/1853).

Notamos que José Caetano não rompe com os laços políticos, mas aponta para um reforço que viria da candidatura e eleição do seu filho, neste caso, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá. O interessante é perceber que ele reforça a necessidade do filho ter uma renda e que investiu muito em sua educação. Investimento esse que se iniciou quando o filho foi estudar em São Paulo, depois passando para Olinda e, com a formatura, seguindo para a Europa. Anos de investimento em sua educação e instrução. Pelas cartas, muito anteriores à nomeação de Jesuíno como primeiro Inspetor Geral da Instrução Pública na província, percebemos que seu pai via nos seus estudos a possibilidade de um futuro brilhante e que para isso se concretizar, todo esforço econômico que fizesse valeria a pena.

Tanto José Caetano quanto Jesuíno demonstram em suas cartas que a instrução era um dever a ser cumprido pelas crianças e jovens da família. Para o primeiro, a instrução apurada do filho garantiria um lugar distinto na sociedade, a instrução aparece muitas vezes representada como um *elemento de vitória*. Para Jesuíno, providenciar a instrução para os filhos e seus descendentes era importante pois garantiria os elementos de inserção em uma sociedade letrada (BARBOSA e ANJOS, 2014). Em trabalho sobre as práticas educativas da família Marcondes de Oliveira e Sá (o conselho paterno, o exemplo, a correção dos filhos como castigo moral e a leitura de livros em voz alta, nos encontros familiares), observadas no confronto da obra *Pai e Patrono* com as cartas do acervo familiar, os autores evidenciam que

Na documentação interrogada [perceberam] que a instrução diferenciada das novas gerações, somada a certa educação que transmitisse hábitos e comportamentos caros aos valores familiares, era a verdadeira argamassa a unir as diferentes dimensões do mundo dos Marcondes de Sá e, principalmente, a garantir a sua continuidade (BARBOSA e ANJOS, 2014, p.14).

Pelas cartas, como a citada anteriormente, identificamos que o pai, José Caetano, via na candidatura do filho, Jesuíno, a oportunidade de sua inserção na carreira política e, conseqüentemente, de sua distinção no modo de lidar com negócios e política. Mesmo vivendo e se relacionando com os membros e assuntos do partido liberal, José Caetano não tinha se embrenhado nesse caminho, seguindo na gerência e consolidação dos negócios da família. Observamos a instrução como o alicerce que garantiria essa distinção, cimentada pelas relações que o pai já possuía e que se fortaleceram com o filho. Relações como a que se estabelece entre o Barão de Antonina (João da Silva Machado) e o “amigo Jesuíno”, como declara em algumas cartas. Nelas podemos ver que se entendem quanto a negócios e política.

Em julho de 1853 vemos que o barão de Antonina estava exultante quanto a discussão sobre a emancipação do Paraná como comarca da província paulista: “tenho agora boas esperanças da separação e que passe esta pressão: como hoje todos os curitibanos desejam essa medida (...)” (MACHADO, São Paulo, 30/07/1853). Um mês depois, escreve que envia o nº 379 do jornal Ipiranga para que seja transcrito no Jornal do Comércio “o artigo do Coritibano sobre a estrada da Graciosa (...)” (MACHADO, São Paulo, 18/08/1853). A carta como meio de se colocar em circulação o impresso, de forma conjunta, como sugestão de leitura ou, como neste caso, indicação para publicação. Onze dias depois escreve sobre os empregados contratados para a função de inspetores da tesouraria, sobre decretos e regulamentos e reforça: “esta sua resolução de querer vir antes para a sua província do que para a Europa, para ali se há de arranjar suficientemente” (MACHADO, São Paulo, 29/08/1853 – leitura aproximada). Ao final da carta, com letras miúdas, estava a frase: “congratulo-me com V.S. pela separação”, uma alusão direta à emancipação da província (Idem). Como já vimos, Jesuíno chegara da Europa em 1852, contudo, como indica a carta, poderia ter pretensão de voltar, porém ficou e com a separação da província assumiu o cargo de Inspetor da Instrução Pública do Paraná. Em relação a sua candidatura a deputado geral, Moysés Marcondes de Oliveira e Sá escreve sobre a circular que o pai enviou em 18 de outubro de 1853, onde expunha suas ideias ao eleitorado:

Aí se congratulava com seus patrícios curitibanos pela emancipação administrativa tão longamente ambicionada e, só então, conquistada. Antevia um futuro risonho e próspero para a nova província, se seus filhos unidos lhe mantivessem a dignidade moral e cooperassem no seu progresso. Assegurava que qualquer que fosse a cor do governo, o simples fato da existência de um centro local de administração concorreria para o desenvolvimento e salvaguarda dos interesses materiais da província; mas

que outro tanto não podia afirmar dos interesses de ordem moral e política. Província pequena e ainda fraca corria grande risco de ser avassalada, se seus filhos não estivessem prontos a levantar-se e a protestar contra toda imposição vinda de fora. Sem isso o governo geral não encontraria resistência contra suas indébitas intervenções. Dependendo dele todos os cargos públicos, desde o presidente, seu primeiro delegado, até o carcereiro, só restava a província, como arca santa de suas liberdades, a urna eleitoral. (...). Entende, pois, que os curitibanos devem ser os homens a quem se confiem os interesses dela. Convém fazer sentir ao governo, desde o primeiro dia, que tal não é o caso, e que dispomos de gente idônea, para não aceitarmos imposições de fora. Só os filhos da terra, que nela tem interesses, família, amigos, e lhe conhecem as capacidades produtivas e as necessidades reais serão bons representantes dela. (...) *Carecemos de criar um sistema de estradas que facilite as comunicações*, descarregando as despesas do transporte e argumentando os rendimentos da produção. *Precisaremos conduzir o comércio pelo Porto de Antonina*, aliviando o interior da província de 50 ou 60 contos, que lhe custará anualmente os transportes de Paranaguá e Morretes, além dos desfalques e deteriorações sofridas pelas mercadorias. A instrução pública precisa ser montada de modo a ser útil tanto aos filhos dos pobres, como aos dos ricos, para a criação de cidadãos prestáveis. Convirá abrir estrada de Palmas a Entre-Rios, afim de atrair para o comércio da província o grande volume de animais ali criados. Deveremos empenhar-nos pela transferência, de Sorocaba para Castro, da feira, a fim de que as vendas de animais possam efetuar nas nossas invernações, a melhor preço, e atrair compradores e capitães de fora (...) (MARCONDES, 2009, p.34-35 – *grifos meus*).

O trecho referente a circular enviada por Jesuíno é extenso, porém nos deixa entrever algumas das questões que eram trocadas por carta entre Jesuíno e o barão de Antonina. Em dezembro de 1853 o barão escreveu sobre a necessidade de se concretizar, efetivamente, o comércio marítimo e na campanha de Jesuíno lá está a lembrança sobre o tema. As estradas, principalmente a da Graciosa, era uma urgência apontada em algumas cartas, como quando o barão escrevia sobre a emancipação e, ao final, pontuava: “tenho boas esperanças de obter aprovação que preciso para acabar nossa estrada da Graciosa” (MACHADO, São Paulo, 30/07/1853 – leitura aproximada). Coincidência ou não, lá estava a observação de Jesuíno da urgência em se criar um sistema de estradas no Paraná. A observação feita pelo barão sobre o retorno de Jesuíno para servir à sua província, deixando de ir à Europa, se assemelha ao reforço que Jesuíno faz da importância de elegerem para deputado quem é do Paraná, os “filhos da terra”. É claro que não podemos demarcar que as ideias de Jesuíno provinham somente de sua correspondência com o barão de Antonina. Entretanto, apontando semelhanças nas trocas, é possível interpretarmos que o percurso das letras no conteúdo das cartas nos dá algumas pistas de como as informações concernentes à província paranaense

circulavam: não somente pela conversa ou debate, mas de forma escrita, por cartas e notícias nos jornais paranaenses e nos de outras províncias brasileiras, enviados inteiros por correio ou em recortes, nas cartas.

Não dispomos das respostas enviadas por Jesuíno ao barão de Antonina, porém, pelas missivas recebidas, percebemos que a comunicação entre os dois foi constante e que por meio dela os pedidos eram feitos. Em 1855 encontramos Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá eleito na primeira Assembleia Legislativa do Paraná. Ele recebe outra carta do barão:

Tenho prazer de acusar recebida a carta que V.S. me escreveu do Rio de Janeiro em 26 do mês findo participando-me do seu próximo regresso à província do Paraná, aonde se faz muito precisa a sua presença para tomar parte nos trabalhos da Assembleia Provincial ajudando ao meu bom amigo o Exmo. Conselheiro Zacarias, a quem hão de alguns guerrear e querer rebaixar os grandes serviços que ele tem prestado à nova província. Muitos hão de perder seu tempo porque sua reputação está bem estabelecida (...) (MACHADO, SÍTIO DOS PINHEIRO, 01/01/1855).

Em 1855 Jesuíno assumiu o cargo de procurador fiscal da província do Paraná, motivo possível de algumas de suas idas ao Rio de Janeiro, bem como para resolver negócios pessoais. Entretanto, neste mesmo período, era o Inspetor da Instrução Pública, mesmo que, ao tomar assento na Assembleia Legislativa, deixasse em seu lugar um inspetor interino. Nas correspondências de governo, assinadas por ele enquanto inspetor geral, é possível acompanhar suas licenças para viagem ao Rio de Janeiro, nas comunicações feitas ao presidente da província (AP 0011, 1854, p.51 – AP 0015, 1855, p.102, entre outras). A carta enviada pelo barão de Antonina evidencia a amizade existente entre o barão e o presidente Zacarias Goes e Vasconcellos e a aposta que o mesmo fazia na atuação de Jesuíno na Assembleia, com a certeza do apoio que daria ao presidente. Mais uma pista que nos ajuda a compreender a indicação de Jesuíno para o cargo de inspetor geral como algo ocasionado pela rede de amizade que se estabeleceu entre ele e ao redor dele.

A correspondência de governo, nesse caso, nos mostra a circulação do sujeito e a correspondência de amizade nos mostra o retorno do mesmo sujeito para assumir assento na Assembleia Legislativa. Naquele ano, dos vinte deputados, cinco já haviam sido inspetores da instrução no Paraná – Antonio José de Faria (Antonina-1854); Francisco de Paula Ferreira Ribas (Castro-1854); Manoel Francisco Corrêa Júnior (Morretes-1854), Manoel de Oliveira Franco (Curitiba-1854) e José Lourenço de Sá Ribas (Curitiba-1855) – e outros cinco exerceriam essa função nos anos posteriores: Joaquim José Pinto Bandeira (Curitiba-1856);

José Joaquim Marques de Souza (Castro-1856); José Mathias Gonçalves Guimarães (Curitiba-1856); Manoel Gonçalves Marques (Morretes e Porto de Cima – 1857²⁶³) e Fernando Antonio de Miranda (Guaratuba-1859). Homens que se reuniam no espaço máximo de discussão e efetivação de políticas para a província; local este onde eram apresentados e lidos os relatórios dos presidentes da província, onde eram debatidas as reformas legais, incluindo as da instrução. Uma circulação das ideias ali apresentadas de forma oral e escrita.

As cartas familiares nos anos em que Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá esteve como inspetor geral e como deputado nos revelam que a proximidade da troca de presidente, como ocorreu com a passagem da administração da província de Zacarias Goes e Vasconcellos para o vice-presidente Theófilo Ribeiro de Rezende (1855), provocava uma insegurança quanto a permanência de Jesuíno em algum cargo. Em julho de 1855, José Caetano de Oliveira escreveu ao filho sobre os negócios, o pagamento de valores de uma fiança ao sogro de Jesuíno e, conseqüentemente, aborda assuntos ligados a política: “nada sei com a mudança do presidente. Presumo ficar apenas (ilegível) do emprego da Instrução Pública, deve escrever ao Zacarias sobre a confirmação do outro” (OLIVEIRA, PALMEIRA, 22/07/1855). A caligrafia pequena e quase indecifrável de José Caetano de Oliveira e as abreviações por ele utilizadas tornam a leitura de todo o texto muito difícil. Sua instrução não ia além do ensino primário, o que nos ajuda a compreender a dificuldade na escrita, contudo, nos assuntos econômicos e políticos, discutia com o filho em pé de igualdade. Mantendo a dinâmica de cartas contínuas ao filho, escreveu oito dias depois sobre o *jogo político*, a chegada do presidente da província, quem era candidato, quem saiu, o que ocorreu no espaço de “debate das letras” (OLIVEIRA, PALMEIRA, 30/07/1855).

Antes dessas duas correspondências, havia escrito outra em que também fazia entender a necessidade de inserção e permanência na política, no cenário administrativo, lançando um comentário no meio da carta sobre a presença de um sujeito no Rio de Janeiro: “(...) que o Mota lá é que está dando as cartas” (OLIVEIRA, PALMEIRA, 18/07/1855). Nos faz falta as respostas de Jesuíno às cartas enviadas pelo pai. Sem elas, pouco ficamos sabendo de como reagiu quando se confirmou, na troca dos presidentes, sua saída do cargo de Inspetor Geral da Instrução Pública. Também não sabemos do que pensou ou comentou sobre a importância do Mota na província do Rio de Janeiro. Pelo que podemos apurar de tal

²⁶³ Também exerceu nos anos de 1858, 1861, 1864 e 1869. Ver apêndice 1.

comentário, o Mota poderia ser Joaquim Ignácio Silveira da Mota, desembargador, juiz da coroa e da fazenda nacional (CORREIO DA TARDE, 24/07/1858, p.02), pai do médico baiano de mesmo nome, que futuramente seria Inspetor Geral da Instrução Pública no Paraná. Nas páginas dos jornais da província do Rio de Janeiro, no período que escreve o pai de Jesuíno, mencionava-se com recorrência o desembargador Mota. O filho, o médico Joaquim Ignácio Silveira da Mota, ganhou destaque quando mencionada sua atuação ligada diretamente ao Paraná – como na notícia dos assassinatos na eleição em São José dos Pinhais, em 1852, quando ele era o delegado de polícia (CORREIO MERCANTIL, 08/12/1852) – ou quando estava em viagem – como na seção de notícias do interior, com a publicação de que “chegou a poucos dias da Corte, onde se achava com licença” (CORREIO MERCANTIL, SUPLEMENTO, Nº 201). Nos anos seguintes veremos uma inversão, o nome do filho (Joaquim Ignácio Silveira da Mota) aparecendo mais que o do pai, seja nas publicações referentes à Assembleia Legislativa do Paraná, seja nas sessões públicas de cumprimento a D. Pedro II na Corte, seja como Diretor da Instrução Pública da província do Rio de Janeiro. A carta funciona como uma ferramenta que nos aponta sujeitos, permitindo-nos a busca pela circulação dos mesmos em contraposição com sua atuação na província paranaense e fora dela.

3.2. Cartas em família: livros, bibliotecas e referências para a instrução

Geograficamente, os fios da teia familiar dos Marcondes de Oliveira e Sá cruzavam o mar, da Europa para o Brasil, quando Jesuíno ficou em Nice, uma cidade francesa, situada no Departamento dos Alpes Marítimos, na região Proença Alpes Costa Azul²⁶⁴. De lá escrevia para sua nora Zulmira sobre a alegria que sentia ao receber cartas de sua família no Brasil e que emagreceu, apesar de não ter ficado muito doente. (SÁ, NICE, 03/03/1894). No mês anterior havia escrito ao seu filho Moysés, também relatando sobre sua saúde e da esperança e felicidade ao pensar no reencontro de toda família em Genebra, na Suíça, onde fixou sua residência. Ele recomenda ao filho:

²⁶⁴ Nice foi anexada ao território francês em 1860. Após esse período, a cidade passou por algumas importantes mudanças, como a construção da malha ferroviária, em 1864; a edificação de um conjunto arquitetônico, tanto nos espaços públicos quanto dos hotéis de luxo, constituindo-se como um ponto de visita de turistas de diferentes nacionalidades. Para compreensão dos limites entre as fronteiras na Europa no século XIX e as unificações, ver COUZIN, 2009.

Venha Moysés disposto, enfim, a tratar-se, e reconhecendo essa necessidade. Em um tratado sobre a educação (ilegível), que estou lendo, vi esta opinião de Herbert Spencer: “a conservação da saúde é um dos nossos deveres; todo prejuízo causado à ela é um pecado físico. Poucos parecem compreender que há no mundo uma coisa chamada moralidade física (...)”. (SÁ, NICE, 24/02/1894).

O tratado a que se refere provavelmente é a obra escrita pelo filósofo inglês Herbert Spencer (1820-1903), *A Educação Intelectual, Moral e Física*, cuja primeira edição datava de 1861. No livro, dividido em três capítulos, Spencer (1929) demonstra a sua tese de que a ciência é o conhecimento de maior valor que perpassa a educação intelectual, a moral e a física, sendo ao mesmo tempo a resposta para as indagações envolvendo o ensino e a aprendizagem como um todo, como meio de conservação de si mesma, da saúde e da vida (SPENCER, 1929, p.49). Sendo pautada em conhecimentos úteis, a tríade educacional permitiria a formação do homem de forma completa, garantindo, por consequência, o seu bem-estar social. Segundo Samuel Mendonça (2013), “a ênfase do filósofo inglês quanto à necessidade da vivência e do aprendizado derivado das experiências domésticas é marcante” e Spencer pode ser considerado como um pensador que se diferencia do proposto na educação tradicional “na medida em que sugere que a curiosidade das crianças não deve ser reprimida, mas incentivada”, sendo fundamental a experiência (MENDONÇA, 2013, p.04).

Herbert Spencer é mencionado em alguns periódicos paranaenses na segunda metade do Oitocentos. Em 1883, na conferência feita por Pao Brasil no Museu Paranaense, o tema era a abolição e a colonização, “consideradas sob o ponto de vista científico e político”. O resumo de sua apresentação foi publicado no Jornal do Comércio e nele são citados: Copérnico, como “o primeiro grande operário da demolição inconsciente do dogma teológico”; Galileu, Kepler e Newton, cuja “verdade astronômica veio aluir os alicerces da fé no sobrenatural”, seguia pontuando sobre a inevitável marcha da civilização e a Lei da Evolução, sintetizando que “por isso seria hoje loucura tentar negar o movimento da Humanidade, depois da descoberta de Darwin, generalizada e comprovada por Herbert Spencer, um velho filósofo”, logo depois conclui seu pensamento: “(...) assim como seria loucura afirmar em nossos dias que a terra é fixa e o sol é quem se move” (JORNAL DO COMÉRCIO, 08/09/1883, p.02). O embasamento de sua fala se pautava na ciência.

Dois anos depois, o nome do filósofo é citado no folhetim *Os Casamentos*, publicado na folha O Futuro, em relação com o que a simplicidade no vestir podia demonstrar sobre a pessoa: “assim Herbert Spencer afirma que os adornos precederam o vestuário, e que quanto

mais selvagem é um povo, tanto mais pensa em adornar-se” e lança a máxima de que “o luxo é, portanto, a antítese da civilização” (O FUTURO, 30/05/1885, p. 01). Na seção de literatura do jornal *Sete de Março*, sob o título de *Abnegação*, novamente encontramos a referência ao autor, para embasar a afirmativa de que as crianças não deveriam ser poupadas dos infortúnios da vida (perda de parentes, amigos, calamidades morais, etc.):

Na sua Introdução à Ciência Social, observa Herbert Spencer que, se o preceito – “viver para si” – é falso, sob uma relação, o preceito oposto – “viver para os outros” – é falso sob uma outra. O preceito racional seria: “viver para si e para os outros”. É tempo, acrescenta o filósofo do Reino Unido, que o altruísmo irracional seja modificado praticamente por um altruísmo racional (SETE DE MARÇO, 29/08/1888, p.01).

Independente da utilização correta dos escritos de Herbert Spencer, as publicações evidenciam uma circulação, mesmo que modesta, em solo paranaense. Não era somente a família de Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá que poderia conhecer a obra por intermédio de outro que a leu e comentou – como mostrado no trecho da carta –, aquele que teve acesso aos jornais também tinha a mesma possibilidade. É claro que a vivência em outro país possibilitava conhecer autores que não eram citados no Paraná. Na mesma carta a Moysés, seu pai escreve: “queres ler um bom livro? Compra o romance histórico de Emile Gebhart²⁶⁵, 1º volume, *Autour d’une tiare*. Junto uma notícia dele” (SÁ, NICE, 24/02/1894). Notamos um duplo movimento de circulação: a indicação do autor e obra por carta e pela notícia que dele circulou na França. Escrevia ao filho e demais familiares sobre os livros que leu durante a vida e que releu quando estava em Genebra: “li D. Quixote, em espanhol, em 1843 ou 1844, em exemplar deixado no sítio por Tobias, quando fugiu para o Rio Grande. Li Robson na adolescência. Estou relendo-o agora” (SÁ, GENEBRA, 18/10/1895). Como sabemos e o trecho em questão confirma, ler um livro não significava tê-lo comprado e nem ser ele pertencente à sua biblioteca. Nas cartas notamos que as leituras podiam chegar às mãos, olhos e ouvidos do sujeito de formas diversas, como a desse esquecimento de Tobias²⁶⁶.

Longe da família, Jesuíno sempre escrevia sobre o que estava lendo e, algumas vezes, remetia suas leituras ou comentários a seus parentes. Envia pelo correio, à Moysés, as

²⁶⁵ Émile Gebhart (1839-1908) era francês e foi professor no Liceu de Nice.

²⁶⁶ Rafael Tobias Aguiar (1795-1857) esteve a frente da Revolução Liberal de 1842, em São Paulo. A passagem pela casa de Jesuíno, em Palmeira, no Paraná, deve ter ocorrido após ter sido ele derrotado na tentativa de depor o presidente da província de São Paulo, que era conservador, o baiano José da Costa Carvalho (Barão de Monte Alegre), quando seguiu para o Rio Grande do Sul, inserindo-se na Guerra dos Farrapos (CARNEIRO, 1980).

Memórias do Duque de Persigni, que foi ministro de Napoleão III (SÁ, NICE, 19/02/1896). Cita artigos, notícias de autores nos jornais que lia em Genebra, como o que apontava as ideias de um padre, de nome Carrey, como desviantes da doutrina católica ortodoxa. Jesuíno escreve que o Padre Carrey declarava ser a caridade insuficiente para que de forma efetiva fossem sanados os problemas sociais dos mais pobres e que era preciso unir a caridade “ao trabalho e esforço enérgico de indivíduos e associações (...), reformar a educação, no sentido de tornar cada um capaz por si mesmo, de fazer seu caminho e vencer as dificuldades que encontre” (MARCONDES, 2009, p.63). Não somente Jesuíno citou a notícia do jornal sobre o referido padre como conversou com o mesmo sobre suas ideias, pois Padre Carrey o visitou tão logo tinha ele lido o referido texto (Ibidem, idem). São pequenos trechos que nos deixam entrever que Jesuíno ampliou sua rede de relações no exterior, incluindo nela, o debate sobre diferentes temas, como o da educação.

Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, quando fixou residência em Nice, leu romances, tratados de educação, jornais – apesar de escrever que “os jornais fatigam-me os olhos e aborrecem-me como os romances” (MARCONDES, 2009, p.63) – memórias, biografias, filosofia, como também escreveu sobre leitura de correspondências: “estou lendo uma correspondência havida, em 1850, entre Renan (Itália) e Berthelot (Paris). É curioso notar quanto estes sábios são destituídos do senso político; principalmente Renan, cujas previsões foram todas desmentidas pelos fatos” (Ibidem, idem). Segundo escreve ao filho Moysés, também leu as cartas do Padre Didon – “até agora, a mais interessante é a que descreve sua entrevista com Leão XIII” (Idem, p.65) – e as cartas de Corina a Lord Oswald. Jesuíno era um leitor de livros, de jornais e de cartas, este último hábito de leitura pode ter impactado na forma como ele escrevia as próprias cartas. O leitor de cartas que deixou, nas suas, uma pista ao filho do quanto esse tipo de leitura ajudava a compreender ações já conhecidas, porém de forma mais detalhadas; a escritura epistolar resguardada e selecionada de modo a exercer uma função social: ser mais uma ferramenta de informação e de constituição de memória. Teria Moysés captado essa importância ou faceta das cartas? Podemos aventar que sim, uma vez que futuramente organizou o acervo das correspondências familiares e selecionou trechos das que depunham a favor da memória que por ele foi construída no livro *Pai e Patrono*. São cartas que mostram um Jesuíno trabalhador, culto, amigo, amoroso, zeloso pelo bem-estar dos amigos e familiares, religioso, bom filho-pai-irmão-marido-cunhado e detentor de ótimas

relações. Antes de trazer as cartas em seu livro, Moysés Marcondes de Oliveira e Sá escreve sobre elas:

As cartas de Jesuíno Marcondes revelam nele, além do mais, um talento epistolar notável e pouco frequente no Brasil. Se algum dia forem elas publicadas - quando o tempo já tiver suprimido recalos pessoas e considerações impostas pela proximidade – será bem possível que seu autor ressurja, em posição honrosa, entre os epistológrafos nacionais (MARCONDES, 2009, p.67).

Aqui vemos nitidamente um reforço de Moysés na construção de uma memória sobre seu pai. O talento epistolar de Jesuíno não deixa de ser notável, contudo, não difere de outros contemporâneos que também deixaram suas cartas ou seus livros copiadores, como as do Barão de Penedo²⁶⁷, cujo contato Jesuíno teve em sua primeira viagem. Moysés também demarca o diferencial que a publicação de tal acervo poderia fazer sobre a história do seu pai, como se nos indicasse que ali veríamos um Jesuíno diferente do que encontramos nas correspondências e documentos de governo.

Continuando sua explanação sobre o pai e as cartas, Moysés cita uma frase que, segundo ele, expressa em poucas linhas a relação que o pai apontava, em uma de suas correspondências, entre o bem falar e o bem escrever: “escrever é falar para o longe. Escrever bem é falar bem” (MARCONDES, 2009, p.67). Diante do percurso que Jesuíno fez ao longo da vida – as viagens, os encontros sociais e a trabalho, as participações nas discussões da Assembleia Legislativa, a inserção nos Clubes Literários, etc. – podemos acrescentar à essa sua assertiva a de que escrever bem é saber ver e ouvir também, uma vez que em suas cartas aponta muito do que viu, do que leu e do que conversou sobre determinados lugares, assuntos e obras. Moysés cita autores para referendar a sua escrita sobre o escrever e falar bem, assim como faz referência a uma publicação de cartas:

No que se refere particularmente as cartas, na sua qualidade de conversação à distância, parece-nos que Victor Giraud, ao tratar dos excelentes dotes epistolares do Joubert, esclareceu completamente o assunto, quando disse: (...) se é muito certo que uma carta é uma conversação à distância, não o é menos que essa conversação é uma conversação escrita e feita para ser lida, não para ser ouvida: e basta isso para alterar singularmente as condições. Que nossos correspondentes tenham a ilusão de nos ouvir conversar, nada

²⁶⁷ As correspondências do Barão de Penedo podem ser encontradas no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB). Até o momento algumas delas foram consultadas, em busca de uma direcionada ou recebida, com o nome de Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá.

melhor, e tal é precisamente o resultado a atingir; mas essa ilusão de pura e simples estenografia de uma livre improvisação familiar não conseguiria produzir; é necessário uma transposição prévia e, senão certo preparo, pelo menos um pouco de arte e, para dizer tudo num *minimum* de estado literário. Este estado particular, localizado à meia encosta entre a verve desordenada da conversação incontida e o esforço refletido da criação artística, não o realiza quem quer um certo dom, é necessário, e um pouco de aplicação não o prejudica. Esta exposição define perfeitamente o valor literário das boas cartas, como manifestação de um dom natural, ou de um talento apreciável (MARCONDES, 2009, p.67).

É um trecho extenso, mas que nos deixa entrever um pouco das leituras do filho na obra dedicada ao pai. O livro que cita provavelmente é *Joubert*, que contém comentários sobre as cartas de Joseph Joubert (1754-1824), feitos por Victor Giraud (1919). A citação da referida obra por Moysés é para nós interessante não somente pela indicação do que leu e pensava como modelo ao organizar as cartas da família²⁶⁸, como também por ter sido Joseph Joubert Inspetor Geral do Ensino Superior na França, entre os anos de 1808 a 1815, a autoridade máxima na estrutura da inspeção francesa. Joseph Joubert fez parte da primeira comissão a inspecionar as escolas de diferentes distritos, tais como, Paris, Versalhes, Orleans, entre outros; seguindo o que estava disposto na lei em 1802, que traçava, como parte das funções do referido cargo, a visita, pelo menos uma vez por ano, às escolas (HAVELANGE, HUGUET e LEBEDEFF, 1986; GUY, 1998; 2002). Infelizmente, ler as cartas de Joubert não teve impacto na atuação de Moysés como Inspetor Geral da Instrução, em 1882, se considerarmos que a referida publicação foi organizada anos depois de sua atuação. Poderia ele ou seu pai terem tido contato com outras obras que citavam as cartas de Joubert e que foram publicadas anteriormente? Considerando a circulação de Jesuíno pela Europa e o gosto pela leitura demonstrado nas cartas, poderia ter caído em suas mãos tais obras. Entre os títulos da biblioteca da família se encontra o *Correspondance de J. Joubert*, organizado por Paul Raynal, com data de publicação de 1914. Assim como tinha o livro *Correspondence entre Victor Hugo et Paul Meurice*, com prefácio de Jules Claretie, de 1909. O movimento de citar a obra em seu livro reforça ao leitor a importância das cartas para compreender a história do homem e de sua família, a importância da escrita.

²⁶⁸ A primeira compilação dos escritos e cartas de Joseph Joubert a seus amigos foi organizada por Paul Raynal, em 1842, contando com uma introdução com uma breve biografia (RAYNAL, 1850). Victor Giraud publicou também *Pensamentos*, obra que inclui o registro do irmão de Joubert (GIRAUD, 1909).

As historiadoras Cécile Douphin e Danièle Poublan (2002) apontam que a operação de conservação de um acervo de escritura epistolar pode servir para indicar o sucesso social de determinada família ou sujeito para aqueles que com ele entrarão em contato, sem contar que repassar e mostrar as cartas às gerações posteriores contribui para a circulação e consolidação dos valores compartilhados por essa família (DOUPHIN e POUBLAN, 2002, p. 81). As autoras também lidaram com um acervo grande de “papéis de família” – três mil cartas – e ressaltam que “habitualmente, as famílias escondem seus segredos. Raras são aquelas que abrem seus papéis” e que o processo de construção de uma correspondência pode incluir “gestos de destruição (cartas queimadas ou jogadas) na erosão do tempo (cartas perdidas ou esquecidas)” (Idem, p.80). As cartas da família Marcondes de Oliveira e Sá podem ter passado por processos parecidos, uma vez que, apesar de maços com cartas que avançam anos de correspondência quase que diária – o que demonstra que esse era um hábito, pelo menos de Jesuíno – temos silêncios grandes em outros momentos. As cartas se perderam ao longo do tempo na família? Provavelmente. As cartas foram selecionadas e guardadas somente aquelas que passaram no crivo do organizador? Não deixa de ser uma hipótese possível.

Regredindo alguns anos, encontramos Jesuíno com a esposa em São Paulo. Ele escreve para sua filha Emília contando de uma fazenda que foi ver, que não servia de residência, mas tinha outras vantagens. Conta que ocorriam as queimadas nos campos, o que poderia contribuir para deteriorar sua saúde, contudo informa que a sua tosse “anda bem comportada” e que toma ao deitar água quente com flores de laranjeira. As cartas para Emília acabam por corroborar a representação de Jesuíno como um pai atencioso e amigo da filha, dividindo com ela informações sobre saúde, negócios, família, sentimentos e dando conselhos. Na referida carta, escreve:

Vou contar-lhe a nossa vida aqui. Acordamos muito cedo, com a talha da cana (...). Em seguida, tomamos café com pão e manteiga. Almoçamos as dez em uma sala reservada, que tem diversas mesas. Temos a nossa sempre a mesma (...). Vamos um passeio a pé até o meio dia ou uma hora, tomamos café em um café vizinho, chamado Café do Chá (...). Então escrevo ou leio até a hora do jantar, 5, e não saímos mais. As 7 ou 8 da noite chegam os jornais do Rio (...). Compramos por dia 4 jornais (ilegível), os dois da manhã e a noite a Gazeta de Notícias e Tribuna. Tua mãe lê todos. São Paulo publica diariamente 6 ou 8 jornais. Fazemos esta leitura por passatempo, porque em geral não vemos nos jornais leitura de grande interesse (SÁ, SÃO PAULO, 15/07/1890 – leitura aproximada).

Apesar de escrever à filha que ele e sua esposa Domitila não viam nos jornais leituras interessantes, seja por hábito adquirido ou por se forçar a manter-se informado devido aos negócios e política, Jesuíno não deixa de lado tal tipo de leitura. Em sua biografia, publicada na Revista do Paraná em 1887, temos não somente o seu retrato fotográfico²⁶⁹ como o descritivo, que o representa como um patriarca e leitor informado, que recebe visitas dos representantes do partido liberal, que o encontram “nas tardes amenas d’estio ou pelas manhãs de primavera, sentado sobre um banco de grés, que se acha resguardado dos raios caniculares por frondosas vimes de alguns salgueiros” – apesar de não estar assinado, tal relato romaneado demonstra que o autor tinha conhecimento dos detalhes da propriedade de Jesuíno – “a ler os periódicos de Curitiba, os jornais da Corte e de certos países europeus, a estudar algum tratado de Economia Rural ou a degustar a vista” – o reforço de que ele estava par do que circulava no Império e nos países da Europa – “senão a fazer saltitar sobre os joelhos os seus interessantes e travessos netinhos, que desconhecem ainda a honradez, prestígio político ou social e serviço pátrios que as ações de tão venerável cidadão traduzem perante a História” – a representação do patriarca em relação direta com sua descendência (REVISTA DO PARANÁ, 22/11/1887, p.01).

As cartas da família Marcondes de Oliveira e Sá nos informam de suas leituras, de suas vivências, mas também nos deixam pistas do modo como eram lidas as informações nelas contidas. A primeira leitura, quase sempre, deveria ser silenciosa e individual, filtrando as informações pessoais, aquilo que poderia ser divulgado a outrem ou que lhe era específico. Em uma das cartas enviadas pelo barão de Antonina à Jesuíno uma indicação clara no envelope: “reservada”, ou seja, um indicativo de que só fosse aberta pelo destinatário (MACHADO, ANTONINA, 28/12/1853). Em outros momentos, acompanhamos Jesuíno escrevendo que tinha lido determinada carta ou trecho para outra pessoa da família, indicando que existiam trechos que eram lidos e compartilhados por todos, como quando envia a carta de Emília para Moysés falando sobre como as crianças estavam no colégio: “da carta de Emília verás que Juca deixa sempre a desejar na ordem, Popó na disciplina. Tila sempre bem. Estella já vai balbuciando palavras inglesas. Bem bom!” (SÁ, NICE, 03/03/1894). O hábito de escrever as cartas em Genebra e Nice ocorria, quase sempre, pela manhã, porém, Jesuíno indica muitas vezes em suas cartas, ao longo do período, o horário ou a parte do dia no

²⁶⁹ Ver Anexo II.

momento de sua formulação: madrugada, noite, tarde, pela manhã. De Genebra, pela manhã, escreve novamente ao seu filho Moysés:

Acabo de ler a tua carta de 3 referindo as doces surpresas da família no teu aniversário e a admirável cartinha de sua filha, que muito bem fizeste em transcrever em extenso. Lia-a a mesa do café a todos: comoveu os grandes por frisar nossos mais íntimos sentimentos da atualidade: as duas pequenas vieram ouvi-la de perto, e Bellinha perguntou-me: o que é pátria, vovô? Interessantíssimo os votos de Estella e a ingenuidade de Bella. (...) Os colegiais partem amanhã para Friburgo. Emília fê-los hoje passarem por uma varrida completa e cortou as unhas de Popó. Tónico, bom menino, muito (ilegível), sempre correto e aprumadinho (SÁ, GENEBRA, 08/04/1894 – leitura aproximada).

A leitura em voz alta, socializada com toda a família, incluindo as crianças. É claro que a carta era da pequena filha de Moysés, portanto, seu teor dificilmente conteria algo impróprio para o ouvido das outras crianças e jovens ali presentes. Contudo, a carta da pequena Estella provocou comentário à mesa do café, como a pergunta sobre o significado de pátria. A explicação dada à neta pelo avô Jesuíno não consta por escrito, todavia, na importância que ele demonstrava pelos pequenos que o rodeavam e pela política e sua pátria, acredito que não tenha ficado Bella sem uma resposta, talvez provocando comentários também entre os outros presentes. Como pondera Anne Vincent-Buffault (1996), a circulação de correspondências familiares ou de amizades permite o acompanhamento das questões íntimas de determinado grupo, contudo,

A carta amistosa cumpre uma segunda função: troca dual mas também circulação de informações culturais sociopolíticas que forma uma rede mais vasta de correspondentes. Os modos de apropriação de cartas participam dos hábitos sociais que matizam o caráter confidencial desses escritos. A carta nominalmente destinada a uma pessoa particular é suscetível de ser lida a um círculo escolhido de conhecidos. Essa leitura ampliada não exclui em absoluto uma leitura solitária, intensiva e participante (...) (VINCENT-BUFFAULT, 1996, p.21).

As cartas da família Marcondes de Oliveira e Sá nos permitem acompanhá-los nas miudezas do cotidiano – hora que levantavam, o que compravam, onde passeavam, o que comiam, onde as crianças estudavam, os sentimentos e amizades que compartilhavam, entre outras – como também nos dão acesso à assuntos mais complexos, como os das escolhas políticas, dos negócios da família e das redes que se formavam ao seu redor. Elas também nos informam das leituras que faziam, os nomes de livros e autores, os jornais brasileiros e

internacionais. A presença de uma leitura religiosa era também uma constante. Em carta, Jesuíno avisa ao filho que Emília enviou de Genebra um jornal católico com “a admirável poesia de Leão XIII, que junto te envio” (SÁ, NICE, 10/02/1894). O Papa Leão XIII ganhou notabilidade pelas suas encíclicas, chegando a ser denominado como o Papa das encíclicas sociais, e também por seus poemas. Em sua encíclica mais conhecida (*Rerum Novarum*, 1891) tratava dos direitos e dos deveres do capital e do trabalho²⁷⁰. Entre os anos de 1890 a 1896 percebemos que existiu uma forte comunicação sobre leituras nas cartas dos Marcondes, o que nos leva a aventar um aumento da biblioteca da família.

Os Inspetores Gerais da Instrução Pública do Paraná deixaram pistas de suas leituras, de títulos de livros com os quais podemos montar uma “biblioteca de referência” para a inspeção, como podemos ver nos relatórios do inspetor Silveira da Mota. Paralelo a isso, outros títulos e autores também eram apontados por inspetores de distritos e inspetores paroquiais ou subinspetores em seus relatórios. A família Marcondes de Oliveira e Sá e a sua biblioteca física e indicada faz parte da nossa análise porque Jesuíno e Moysés (pai e filho) foram Inspetor (1854)/Diretor Geral (1882) na província do Paraná.

Sobre essa biblioteca, Moysés explica que “quando escasseavam, para a leitura, publicações recentes, havia sempre o recurso da biblioteca da casa, bem fornida, como já dissemos, de bons livros e especialmente dos que nunca envelhecem” (MARCONDES, 2009, p.61). Tal relato é um indicativo de que eram leitores assíduos, que eventualmente recebiam material impresso para leitura. E é de se esperar que nem toda leitura recebida era, necessariamente, posta na biblioteca da família – seja porque fosse emprestada ou se deu a empréstimo para outra pessoa, seja porque depois se presenteou a outrem ou até mesmo aqueles periódicos que, por serem recorrentes, eram logo postos fora. A família Marcondes de Oliveira e Sá foi crescendo e se distanciando fisicamente. Jesuíno, certa vez, escreveu de São Paulo para “Mano Pacheco”²⁷¹: “o que sinto mais é ver a família toda dispersa – na Palmeira, Curitiba, Rio Grande, São Paulo e Portugal. Agora vai Matilde para Paris, penso que para residirem lá e Emília com o marido já estão no Rio, onde ficarão” (SÁ, junho de 1891). A família circulava e com ela pode ter circulado alguns dos seus livros. Nesse sentido,

²⁷⁰ O Papa Leão XIII ficou à frente da Igreja Católica de 1878 a 1903. Seu nome era Vincenzo Gicarcchino Raffaele Luigi Prosperi Buzzi (LEÃO XIII. VATICANO).

²⁷¹ Joaquim Pacheco da Silva Rezende, casado com Ana Marcondes, irmã de Jesuíno.

difficilmente teremos acesso a todos os títulos que compuseram a biblioteca dos Marcondes de Oliveira e Sá.

Sabemos, pela organização de fichas e escritos de Moysés Marcondes de Oliveira e Sá, que os títulos da biblioteca familiar foram por ele computados e datilografados, e as cartas que trocaram nos permitem observar não somente um inventário de títulos e a sua difusão por meio de suposições de leitura, mas a contraposição do que estavam lendo, do que citavam como referência de algum pensamento ou como sugestão de leitura. Contudo, possivelmente a biblioteca organizada por Moysés não dispõe de todas as obras que circularam ou foram citadas pela família, pois existia, pelo menos, duas bibliotecas grandes: a que ficava no sítio, em Palmeira/Brasil e a que ficou em Genebra, a qual Jesuíno ressalta: “sinto não poder aproveitar bem tantos livros bons da biblioteca da casa”. (MARCONDES, 2009, p.66). Pelos anos das publicações dos livros na biblioteca organizada e datilografada por Moysés é possível que esta seja mais sua do que da família²⁷², como um todo. No relatório que elaborou quando era Inspetor Geral da Instrução Pública, ele escreve sobre a importância de ter o conhecimento das novas ideias sobre o ensino e pondera:

Não há nação civilizada dos tempos modernos que inveje as glórias da velha Roma, porque os séculos que se passaram, de então para cá, deram uma significação muito diversa a palavra glória. A glória dos tempos antigos, tinha por pedestal carcaças, escudos e povos embriagados; a glória dos nossos dias, levanta-se sobre uma coluna de livros e por meio do vapor e da eletricidade, transmitida pouco a pouco o abraço da confraternização (MARCONDES, 1882, p. 98).

Dois pontos importantes para a nossa análise emergem do relato do Inspetor Geral. O primeiro é a sua noção de que o livro tem um papel importante quando se discute a instrução e a civilidade de uma nação. O livro como a base, a *coluna*, que daria suporte para todas as proposições. O segundo ponto é a junção desse lugar ocupado pelo livro com a circulação (vapor) e o progresso (eletricidade). A representação do livro como o objeto cultural que contribuía para as efetivações de mudanças, uma vez que por ele se adquiria o conhecimento que circulava nesse mundo onde as distâncias eram encurtadas pelos navios e onde operava transformações na sociedade em geral por meio da eletricidade.

No período desse estudo (1854-1890), identificamos onze obras relativas à educação e instrução entre os títulos da biblioteca de Moysés Marcondes de Oliveira e Sá (5 da década

²⁷² Ver o quadro com os títulos das publicações no século XIX no apêndice II.

de 1870, 4 da década de 1880, 2 da década de 1890), com uma presença maior de publicações francesas (BARBOSA, 2012²⁷³). O foco se amplia para além da identificação da presença de um determinado tipo de publicação ou autor citado, mas para a busca de sua circulação na província e como isso comparece ou não nas proposições dos inspetores da família Marcondes de Oliveira e Sá. O quadro abaixo relaciona os títulos com data de publicação dentro do período em que Jesuíno e Moysés exerceram a função de Inspetor Geral/Diretor Geral da Instrução no Paraná, mesmo que as obras, a princípio, não sejam sobre a instrução.

ANO²⁷⁴	TÍTULO	AUTOR
1819	Élégies et Romances	Marceline Desbordes Valmore
1840	Compêndio de História Romana (“mandado traduzir e adotado para uso dos alunos do Imperial Colégio de D. Pedro II, Rio de Janeiro”)	Razoir e Dumont
1842	La Messiade. Poème em vingt chants.	Klopstock
1850	Histoire de la Republique de Venise	León Galibert
1851	Codigo Criminal do Império do Brasil	Josino do Nascimento Silva
1858	The Autocrat of the Breakfast Table	Oliver Wendell Holmes
1864	Improved Pronouncing Dictionary of the English Language	Noah Webster
1866	Novo Diccionario Geral das Linguas Ingleza e Portugueza	D. José de Lacerda
1867	Paris Guide	Pincipaux Écrivains et Artistes de le France
1867	The English Constitution	Walter Bagehot
1871	A New Dictionary of the Portuguese and English Languages	D. José de Lacerda
1872	Les Enfants. Éducation, Instruction - ce qu'il faut faire savoir aux femmes - aux hommes.	Champfleury
1873	Enseignement et Philosophie	G. Tibeerghien
1873	An essay on the principies of mental hygiene	D.A. Galton
1873	Histoire du moyen age a l usage des maisons d education	Delagrave
1874	A Dictionary of Medical Science	Robley Dunglison
1875	Paris em Amérique	Docteur René Lefebvre
1875	English Men of Science. Their Nature and Nurture	Francis Galton
1875	Diccionario Technico e Historico de Pintura	Francisco de Assis Rodrigues
1876	Lettres sur les États-Unis et le Canada	G. de Molinari
1877	L’Imagination. Étude Psychologique	Henri Joly
1877	La Biologie	Dr. Charles Letourneau
1878	The cell doctrine: It’s history and presente state	James Tyson
1878	Histoire de la Russie	Alfred Rambaud

²⁷³ Ao utilizar os títulos da biblioteca na dissertação a intenção foi somente identificar possíveis leituras feitas e citadas pelos inspetores gerais.

²⁷⁴ Ano de publicação da obra, seguindo o informado por Moysés, nas fichas.

1879	A Mulher. Sua Infância, Educação e Influência na Sociedade (Jornal A Província do Pará)	D.C.Sanches de Frias
1879	Le catholicisme et l'instruction publique.	Joseph Tissot
1879	Dictionnaire Général des Lettres. Des Beaux-Arts et Sciences Morales et Politiques	Th. Bachelet
1881	Indian Summer.	L. Clarkson
1881	Les Iles du Pacifique	H. Jouan

Quadro 16: Livros da Biblioteca dos Marcondes de Oliveira e Sá (1819-1881)

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir das fichas catalogadas por Moysés Marcondes de Oliveira e Sá (BPPR)

Outra ressalva se faz necessária: a presença de uma obra com determinada data de publicação não necessariamente indica o período em que foi lida ou adquirida. Contudo, as datas nos apontam possibilidades interpretativas dentro do recorte delimitado. Quanto a circulação das obras na província, encontramos a primeira da lista, *Élégies et Romances*, da poetisa francesa Marceline Desbords Valmore (1786-1859), citada no jornal paranaense *A República*, sob o título de *O século que finda*. O autor de tal artigo, informa que se baseou no texto escrito por Jules Claretie sobre o século XIX, citando-o literalmente:

O século XVIII, esse grande século que havia começado pela luta das ideias e que terminou pela luta das armas, legou ao século XIX toda uma geração de homens admiráveis, que fizeram da França a nação mais gloriosa, apesar das suas desgraças em 1800 a 1900. Fazem cem anos, Michelet, historiador da pátria, tinha um ano, Lamartine, o último dos poetas clássicos, tinha nove anos; Victor Cousin, sete; Thiers, dois; Guizot, refugiado em Genebra, doze anos. Barthelemy e Mery, os poetas da Némésis tinham, o primeiro três anos e o segundo um; *Marcelino Debords Valmore tinha quatorze*; Hugo, Musset, George Sand, Alexandre Dumas, Berllioz, Wagner, Gladstone, Gobbden, Garibaldi, Napoleão III, Mazzani e Bismarck não haviam nascido ainda (A REPÚBLICA, 21/10/1899, p.01 – *grifos meus*).

Até a década de 1870, a alusão à França é recorrente nas citações dos relatórios de presidentes da província paranaense²⁷⁵ quando o foco era a instrução pública (menção à lei Guizot (1833), a inspeção do ensino, a obrigatoriedade e à gratuidade do ensino para os alunos pobres, assim como os franceses Victor Cousin, Guizot, Eugene Rendu, Victor Duruy, Rousseau, Georges Fisch, entre outros). O trecho acima corrobora essa tendência em tomar a

²⁷⁵ Outros países também eram citados durante o mesmo período, como Alemanha, Holanda, Inglaterra, Bélgica, Espanha, Portugal. No entanto, a partir da década de 1870 ocorreu um deslocamento do olhar do sistema de ensino da França para o dos Estados Unidos, incluindo menção à Suíça e Itália.

França como uma sociedade de referência²⁷⁶, citando autores marcantes, dentre eles, Marceline Valmore, mesmo que de forma equivocada quanto ao gênero, apontando-a como Marcelino. Dois meses depois, o mesmo artigo foi republicado no jornal, possibilitando um reforço na sua circulação; se algum leitor não tivesse lido o jornal anteriormente, tomaria o texto como inédito naquela folha noticiosa.

O segundo livro da lista, *Compêndio de História Romana*, de Razoir e Dumont, utilizado no colégio D. Pedro II²⁷⁷, na Corte, não foi mencionado nos jornais paranaenses, apesar de ser um dos livros que eram tomados como referência e exigência nos exames preparatórios para as faculdades, como o disposto no Regulamento das Aulas Preparatórias das Faculdades de Direito, em 1856 (GASPARELLO, 2006, p.02). Maria Helena Câmara Bastos (2008) aponta uma permanência de olhar para a França na escolha dos compêndios utilizados no colégio D. Pedro II e que, o livro *Compêndio de História Romana*, traduzido por Justiniano José da Rocha, foi indicado em 1862 (BASTOS, 2008, p. 50). Olhando no quadro dos títulos aqui evidenciados, ao lado do nome do referido livro, Moysés informa que o mesmo é uma tradução e que era utilizado no colégio D. Pedro II. Não podemos identificar, somente pela data da publicação do livro (1840) e da descrição feita por Moysés, se ele foi comprado por Jesuíno ou pelo filho. A localização de tal título na biblioteca, mediante o conhecimento que temos de sua utilização no ensino secundário e base para o exame do ensino superior, nos permite indicar que a família, sabendo dessa exigência, obteve o referido volume com essa finalidade. Um livro didático para fins didáticos. Uma relação quase evidente, mas que demonstra que a biblioteca se construía a partir das exigências de leitura vinculadas diretamente com a formação escolar e acadêmica dos Marcondes de Oliveira e Sá.

Seguindo ainda a nossa investigação de como os títulos circularam nos periódicos paranaenses, encontramos o autor seguinte, o alemão Friedrich Gottlieb Klopstock (1724-1803), citado em uma crítica literária, no jornal *O Dezenove de Dezembro*, após o autor da

²⁷⁶ Expressão aqui utilizada conforme demarcada por Reinhart Bendix (1978) que, entre suas diferentes investigações, discorreu sobre a função de modelo assumida por sociedades de referência em transformação, durante o processo de modernização europeu. (BENDIX, 1978).

²⁷⁷ O colégio recebe esse nome em homenagem a D. Pedro II, passando ao longo dos anos por algumas especificidades na nomenclatura (VECHIA e LORENZ, 1998). Segundo explica Maria Helena Câmara Bastos (2008),” em 1837, Bernardo Pereira de Vasconcelos, querendo dar ao Brasil o primeiro estabelecimento de ensino secundário oficial, apresentou ao então regente Araújo Lima um decreto, que o transforma no Colégio de Pedro II, a 2 de dezembro de 1837, com internato e externato, tendo por modelo o liceu francês e deveria ser padrão para os demais estabelecimentos de ensino secundário do país” (BASTOS, 2008, p.46).

mesma ter assistido a uma apresentação no Club Thalia e lido uma publicação ao qual chamou de *pionier*, com o intuito de ser irônico²⁷⁸. Segundo reforça na crítica:

Escreveria, de novo, a Messiade do Klopstock, a Metafísica de Kant, o Lohengrin de Wagner u.s.w., ou então, como das outras vezes, eu serviria aos meus leitores, saído do laboratório culinário brasileiro, aquela excrescência litero-cogumelica, que, em consequência da humidade atmosférica, viu a luz do dia, no penúltimo sábado ao roda pé pionereano. Todavia, mudei de pensar (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 10/10/1884, p.02).

Mesmo seguindo o fio do nome das obras e autores catalogados, percebemos que sua circulação nos periódicos paranaenses, com exceção das publicações brasileiras, até onde foi possível investigar, aconteceu anos depois. Valmore foi citada 80 anos depois da data de publicação da edição aqui listada, Klopstock foi 42 anos depois, com o físico Oliver Holmes se passaram 100 anos²⁷⁹. Com o francês Jules François Felix Fleury Husson (1820-1889), conhecido como Champfleury²⁸⁰, o espaço foi de 20 anos entre a obra aqui citada e sua circulação no jornal do Club Curitibano, no texto sobre a *Evolução do Romance no século XIX* (CLUB CURITIBANO, 22/02/1893, p.05).

No livro da biblioteca dos Marcondes de Oliveira e Sá, *Les Enfants*, o autor cita, ainda na introdução, Rabelais, Montaigne, Fenelon, Rousseau, Saint Pierre, Guizot como “bons espíritos antigos e modernos que se esforçaram para moldar uma nação forte”, que de encontro com as correntes civilizatórias, perceberam a falta que a educação fazia (CHAMPFLEURY, 1872, p. XI). Autores citados no Brasil e que compareciam na obra. Das

²⁷⁸ O significado de *pionier*, em português, segundo nota do texto, era sapador, nome dado aos sujeitos que trabalhavam em exercícios braçais, seja na construção de pontes, estradas, ferrovias, carregando peso, etc. A utilização de tal termo parece indicar que aquele que criticou o autor foi tomado pelo mesmo como um trabalhador braçal, sem condição de discutir culturalmente, de igual para igual.

²⁷⁹ O físico Oliver Wendell Holmes foi citado no centenário de comemoração da revista por ele também organizada: “em maio de 1857 um grupo de destacados escritores reuniu-se em Boston para criar uma nova revista mensal. Entre os fundadores encontravam-se os poetas James Russel Lowell e Henry Wadsworth Longfellow, o ensaísta e filósofo Ralph Waldo Emerson, o historiador John L. Mothey e o físico ensaísta Oliver Wendell Homes. Lowell tornou-se o primeiro editor da nova revista e o nome Atlantic Monthly Magazine foi adotado por sugestão de Holmes. O primeiro número apareceu no outono de 1857 e a publicação constituiu desde o seu lançamento um sucesso” (DIÁRIO DO PARANÁ, 12/01/1958, p.07).

²⁸⁰ Champfleury foi crítico de arte e defensor do movimento realista na pintura e na ficção. Foi amigo de Baudelaire e escreveu para a revista L'Artiste, de Paris, em 1844. Foi editor da revista Le Réalisme, entre 1856 a 1857 (CHAMPFLEURY, 2014).

listadas até aqui, ela é a primeira a se dedicar à educação e instrução feminina e masculina, de forma direta com a função dos responsáveis por essas práticas. Ressalta a importância da religião na formação das crianças, bem como o cuidado com o corpo – por meio de atividades físicas e cuidados básicos – e com a mente, realizando atividades educativas que proporcionassem à criança o desenvolvimento das ambições culturais, sendo importante o acesso à bibliotecas com obras diversas, enfatizando também o poder das imagens na educação (CHAMPFLEURY, 1872, p.24-26). Chama ainda atenção para o papel da mãe na formação do sujeito que viaja, que descansa, que é cético ou tem suas crenças, ou seja, que vive as controvérsias do cotidiano, mas que tem na figura materna não um porto para esquecer suas ansiedades e decepções e sim um pequeno alívio enquanto o sujeito forja sua própria identidade e supera suas preocupações (Ibidem, idem, p. 18). Relação materna esta que podemos observar entre Jesuíno e sua mãe, já na idade adulta, por meio do relato memorialístico deixado por Moysés. Nele percebemos que a mãe se constituiu, ao longo da vida de Jesuíno, como o seu porto seguro e os momentos cotidianos em sua presença eram usados para o fortalecimento dessa relação. Segundo escreve o seu filho Moysés:

Raro era o dia, em que lhe não fizesse duas prolongadas visitas. A manhã, pelo menos, era infalível. Vinha cedo, a mãe, como o filho, tinha hábitos matinais. Quando a porta se abria e ele entrava, clareava-se o rosto materno, com sorriso de contentamento. O filho, risonho, aproximava-se e curvado, beijava a mão de sua mãe, pedindo-lhe a benção. Sentava-se a baronesa habitualmente, em uma dessas cadeirinhas baixas que substituíram, para as senhoras, o antigo estrado. Ao lado da sua, havia outras de igual altura e, de frente, algumas mais altas e as de balanço, destinadas aos homens. Jesuíno Marcondes, porém, apesar de dotado de estatura avantajada, instalava-se como podia, na cadeirinha baixa, ao lado da mãe. Ficava assim mais aconchegado a ela, mais filialmente, mais a contento de ambos (MARCONDES, 2009, p.93).

Se Moysés via sempre essa cena, escrita liricamente, ou se dela se lembrava ou tinha ouvido alguém da família narrar, não temos a indicação. Como memória dele ou construída por ele, ela apresenta um Jesuíno como se fosse uma criança no aconchego dos braços da mãe, mesmo esse já sendo um adulto que, em tese, estaria desconfortável em uma cadeira tão baixa. A imagem construída no relato da mãe e do filho é coerente com a representação do papel da mulher como suporte central da família e essencial na formação dos seus descendentes. Ao circular essa imagem de Jesuíno, que já homem ainda evidencia essa

característica da mãe, Moysés acabava por reforçar a concepção da época e ia de encontro com a proposta de um dos livros que compunham a sua biblioteca.

Percorrendo as prateleiras aqui invisíveis de seus livros, encontramos a existência de dicionários e de um Guia de Paris, de 1867. Pelo ano de publicação do referido guia, foi adquirido depois das duas viagens que Jesuíno fez à Europa, o que exclui a possibilidade de tê-lo utilizado. Quanto aos dicionários, ao todo são seis: dois de Inglês (José de Lacerda e de Noah Webster), um de Português e Inglês (José de Lacerda), um de Ciências Médicas (Robley Dungleson), um Técnico e Histórico da Pintura (Francisco Rodrigues) e um de Belas Artes e Ciências Morais e Políticas (Bachelet). Os dicionários fornecem um conjunto de explicações – informações sobre a função gramatical da palavra e seus significados, etimologia, contextos utilizados, níveis de linguagem, entre outras – no entanto, eles também auxiliam na leitura e estudos individuais, ou seja, na busca pessoal pelo conhecimento de determinado assunto ou idioma. Talvez pai e filho tenham utilizado os dicionários de inglês, por exemplo, para estudar o idioma, visto que Moysés fez o curso de Medicina nos Estados Unidos. Seu pai, Jesuíno, escreveu uma carta de recomendação do filho para José Carlos Rodrigues (1844-1922), que estava nos Estados Unidos:

Para o amigo Dr. J. C. Rodrigues. Apesar de não ter a honra de conhecer V.S. pessoalmente, ousou dirigir-lhe esta carta pedindo-lhe um valiosíssimo favor. O Novo Mundo redigido por V.S. com elevada proficiência e patriotismo, tem feito popular e conhecido o nome de V.S. entre as classes mais adiantadas de nossa pátria cuja civilização e bem estar merecem-lhe com tanta atenção. A escolha que fiz dos Estados Unidos para aí educar meu filho Moysés Marcondes, que terá a honra de apresentar-lhe esta, é inspirada na leitura do Novo Mundo. Digne-se pois V.S. servir de pai a meu filho nesse país dirigindo sua educação e guiando-o em tudo que possa lhe ser útil. Ele vai estudar Medicina e desejo que o faça em uma cidade do Norte, onde o clima seja saudável, os costumes puros e a vida barata. Sendo possível, desejo que essa cidade não seja muito distante da residência de V.S. a fim de que meu filho possa cultivar suas relações e aproveitar seus conselhos. Bem singular parecerá talvez a V.S. meu procedimento, mas confiando-lhe meu único filho varão assaz provo a consideração que lhe voto. Se este meu pedido encontrar acolhimento favorável, terá V.S. as bênçãos de uma família inteira. Meu pouco préstimo fica a sua disposição de V.S. e os sentimentos de estima e consideração com que sou (SÁ, PALMEIRA, 19/06/1877 – grifos da carta).

José Carlos Rodrigues era carioca, jornalista, contemporâneo de Jesuíno e assim como ele fez o curso de Direito, porém se formando na Faculdade de São Paulo. Morou em Massachusetts, Nova York e em 1870 estava em Washington. O jornal *O Novo Mundo*, citado

na carta, era de sua propriedade e foi produzido nos Estados Unidos, porém seu público não era somente os imigrantes que lá viviam, ele se destinava aos brasileiros que estavam no Brasil ou em outros países (BOEHRER, 1967; GONÇALVES, 2014). Segundo explica Vanessa Gonçalves (2014), o jornal tinha como cerne de sua proposta informar aos brasileiros o sucesso da república americana e continha entre seu conteúdo, notícias sobre política, agricultura, indústria, literatura e educação, bem como artigos sobre o Brasil, Europa e países da América Latina (GONÇALVES, 2014, p.06).

Como indica Jesuíno na carta, foi pela leitura do jornal que decidiu enviar o filho para estudar nos Estados Unidos. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá poderia ter enviado o filho para algum país da Europa, pois contava com duas viagens (em 1850 e 1861) para ajudar em suas referências para estudo, valor monetário gasto, sem contar as relações pessoais que lá desenvolveu. Todavia, prefere enviar o filho para os Estados Unidos por tudo que *leu* no periódico citado, pedindo a um desconhecido – mas que era uma referência de brasileiro com conhecimento e vivência no referido país – que aceitasse Moysés como se fosse seu filho, no sentido de orientação durante o tempo que lá estivesse.

As obras e seus autores eram mencionados nos jornais paranaenses, mesmo que passados alguns anos. A leitura dos títulos da biblioteca dos Marcondes de Oliveira e Sá em contraposição ao percurso indicado nos periódicos, nos auxiliam na busca pelas referências para a instrução pública que estavam em trânsito durante o período. O inventário feito por Moysés e aqui utilizado é uma das bases que nos ajudam a identificar as dimensões de representação e apropriação do livro e da leitura, contudo, a contraposição com as cartas que contém indicações de livros, anotações sobre leituras feitas, nos permite incluir à esse inventário as marcas de socialização dos textos.

3.3. Nos livros da inspeção a circulação de uma prática

O mapa do Paraná em 1887, disposto a seguir, permite visualizarmos que a distância entre algumas cidades (em vermelho) e a capital não era pequena. Havia locais em que esse percurso era de mais de 300km, como os de Guarapuava e Palmas, com as linhas mais longas no mapa acima. Visitar as escolas dessas localidades, assim como percorrer todas as outras no território paranaense, não era uma tarefa fácil para os Inspectores Gerais da Instrução Pública que deveriam sair em visita partindo de Curitiba, sede da Inspetoria Geral da Instrução.

paranaense em 1857, cada distrito de instrução (Curitiba, Castro e Paranaguá) contava com um inspetor de distrito (ID) responsável pelos subinspetores. O inspetor geral informa em seu relatório seguinte que a província contava naquele momento com 44 escolas, sendo que 35 estavam providas com professores e funcionando e havia 3 inspetores de distrito e 14 subinspetores para visita-las (MOTA, 1858, p.08). No ano seguinte, ele relata:

Muito bons serviços prestaram os inspetores de distritos, que com inteligente trabalho, fazem vigorar o pensamento da benéfica intervenção na educação pública. Ainda não podem fazer todo o bem à esperar de uma inspeção devotada e a razão está na vastidão dos distritos, e nos insignificantes vencimentos que percebem (MOTA, 1859, p.03).

Em muitos momentos as distâncias eram percorridas a cavalo, pois as escolas nem sempre eram perto da residência do inspetor de distrito ou do subinspetor ao ponto de poderem realizar as visitas a pé, como aponta o Inspetor Geral. É ele ainda que, no relatório do ano seguinte, volta a demarcar que mesmo os “melhores desejos nutridos pelos distintos funcionários, que dirigem os distritos, e suas luminosas precauções, não puderam vencer as distâncias, em que se acham colocadas as escolas” (MOTA, 1857, p. 39). Nesse contexto, visitar as escolas era também viajar e, ao lidarmos com os termos das visitas realizadas por esses sujeitos, identificamos para além das questões da escola (materialidade, método, formação dos professores, matrícula e frequência dos alunos, etc.) a circulação dos inspetores e de seus relatos de visita.

Sobre a circulação dos sujeitos, encontramos ofícios e termos de visita indicando as escolas que haviam inspecionado, como os do inspetor de distrito de Paranaguá, Francisco Ferreira Correa. Ele era responsável pelas seguintes localidades: Paranaguá, Guaraqueçaba, Antonina, Guaratuba, Morretes, Porto de Cima. A distância mínima que percorria era de uma média de 40km (Paranaguá a Morretes) e a máxima de 135km (Paranaguá a Guaraqueçaba). Em 1861 podemos acompanhá-lo em algumas de suas viagens até as escolas. De Guaratuba remete ao inspetor geral os mapas trimensais das escolas e um ofício de professor (IIP706.67, 1861). De Morretes informa ter visitado as aulas primárias femininas, encontrando-as funcionando com regularidade, com 22 alunas presentes. Examinou e aprovou três alunas e, ao final, a professora lavrou duas cópias do termo de visita, sendo que uma foi remetida à Inspetoria de Instrução (IIP709.67, 1861). Onze dias depois, em 11/09/1861, fez elogios ao professor de Paranaguá, ao espaço físico e aos utensílios disponíveis na sala, mas apontou que sentiu falta de um pêndulo “para regular as horas e o tempo de trabalho” (IIP718.67, 1861).

Dois dias depois remeteu o termo de visita à cadeira feminina regida pela professora Maria Prudência da Luz, em Paranaguá (IIP713.67, 1861) e depois a da professora Alzira Paula da Costa Lobo – “professora cujo amor à profissão que tão acertadamente adotou não tem sido jamais desmentido em vista do adiantamento progressivo das meninas confiadas aos seus cuidados” (IIP726.67, 1861). No dia seguinte era a escola do professor Francisco Antunes Teixeira, também de Paranaguá, que recebia a sua visita (IIP723.67, 1861). Seis dias depois remeteu o termo de visita da escola de Guaraqueçaba (IIP712.67, 1861). No final do mês de setembro, dez dias depois da última visita, retornou a Morretes e visitou a escola do professor Manoel Libanio de Sousa, onde os alunos examinados “mostraram pouco aproveitamento” e emitiu conselho para que o professor tivesse cuidado com o “adiantamento de seus discípulos e se esforce para que o ensino não seja uma quimera” (IIP717.67, 1861). No mês seguinte estava novamente em Guaraqueçaba realizando exames nos alunos do professor Antonio Manoel Baptista, que se “trajava com toda decência” (IIP727.67, 1861).

É possível destacar que um inspetor de distrito, tal como Francisco Ferreira da Costa, colocava em circulação as suas ideias para a instrução ao visitar as escolas e ao emitir o termo de visita, por escrito e copiado pelo professor/a para ser remetido à Inspetoria. Depois dos inspetores gerais e dos presidentes de província, os inspetores de distrito eram os que mais transpunham as longas distâncias para visitar as escolas. Todavia, em muitos momentos essa ação não era realizada e não encontramos os termos de visita das escolas que eram mais distantes da residência dos inspetores. Geralmente a justificativa está atrelada à falta de tempo e à distância a ser percorrida, como o fez o inspetor de distrito Francisco Alves Guimarães ao Inspetor Geral, escrevendo que gostaria de ter ido a Triumpho, “mas os afazeres meu cargo mais os afazeres no fim de ano, como os do cargo que exerço na judicatura, me impedem de assim preceder”, por fim, diz que recolheu testemunhos de pessoas do local que disseram que os professores cumpriam suas funções (AP0432, 1874, p.78). O inspetor de distrito era remunerado para tal função, contudo exercia o cargo de juiz e devido a essa segunda função delegou a primeira aos habitantes de Triumpho, para que informassem sobre os professores. Possivelmente aos pais ou responsáveis pelas crianças que frequentavam as escolas ou as pessoas de sua relação. Nesse caso, a população exerceu a faceta mais forte da inspeção, que era fiscalizar a escola e o trabalho do professor, sem a contrapartida de orientação do trabalho ou observação e indicação do que estava bom/ruim e como poderia melhorar, que geralmente ocorria quando a visita do inspetor era feita.

Com o passar dos anos, é por meio dos relatos dos subinspetores e depois dos inspetores paroquiais que se tem o grande volume de termos de visita. Escrita essa que permite apreendermos como se dava a inspeção paranaense e os percursos que tais sujeitos percorriam para exercer sua função. O termo de visita pode ser por nós entendido como um modelo do trabalho da inspeção. Não era apenas fiscalizar tudo o que era realizado na instrução pública primária, mas registrar o observado durante a visita, o que exigia um desempenho maior do inspetor no exercício da função. O termo de visita é uma importante modificação do *modus operandi* da inspeção, pois registra o observado em cada escola, com a ciência do professor que transcrevia o mesmo e remetia a cópia para a Inspetoria Geral. E isso nos leva a observar também a circulação do próprio termo de visita. Segundo o Regulamento da Inspeção (1857), seriam inspetores de distrito aqueles que tivessem formação acadêmica ou “reconhecida ilustração” (art.8º) e estes senhores, ao visitar as escolas, fariam:

Os professores ensinar em sua presença e examinarão os alunos que lhes parecer, observarão se os regulamentos são fielmente cumpridos, e no fim da visita lançarão uma nota em livro especial, que deve existir na escola, expondo o número de alunos presentes, o modo porque precedeu o professor, sistema que executou e proveito manifestado pelos alunos examinados, acabando, por proferir elogio se o professor merecer ou por fazer-lhe exortação ou censura se nela houver incorrido. A nota será fielmente copiada e assinada para ser remetida logo ao Inspetor Geral (PARANÁ. Regulamento de Inspeção, 24/04/1857, art. 10º).

A legislação, elaborada pelo inspetor Silveira da Mota, organiza no plano legal uma necessidade da inspeção: saber o que deveria compor o relato de visita. Entretanto, a lei é passível de interpretação, não traz todo o detalhe de sua proposição. Nesse caso, a *estratégia* usada era a publicação no jornal *O Dezenove de Dezembro* de relatos de vista, para serem tomados como modelos. Nesse sentido, o relato emitido pelo inspetor de distrito de Curitiba, Bento Fernandes de Barros, foi o primeiro a circular no jornal integralmente:

A escola marcha regularmente. Há aproveitamento nos alunos, e são observadas as disposições regulamentares, exceto uma, por impossibilidade, e é a falta de um banco fechando o fundo do anfiteatro, na forma das instruções de 27 de dezembro de 1856, por estar a escola em um espaço, que, apesar de não ser pequeno, não comporta um banco tal, que o exige o crescido número de discípulos da terceira classe. Tem esta perto de 40 alunos; para acomodar os quais, existem três bancos. O método seguido no ensino é o simultâneo misto. Observo ao professor, que é necessário tornar menos longo o tirocínio da primeira classe, procurando enviar todos seus esforços para que os meninos aprendam facilmente a conhecer as letras e

retê-las na memória, juntá-las, a formar as sílabas, soletrar e decompor as palavras em sílabas, e assim tudo quanto pertence a primeira classe. Na terceira ainda não se faz os últimos estudos (noções gerais de geometria e leitura de poesia) por não haver livros próprios. O professor tem procurado remediar esta falta, dando algumas preleções em manuscrito; mas isto é mui insuficiente. Em vista do que, louvo ao professor pelo empenho que toma no cumprimento de seus deveres: recomendo-lhe o cumprimento do que disse na minha observação (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 20/06/1857, p. 04).

Notamos que o termo de visita de Bento Fernandes de Barros contempla todos os pontos discriminados no regulamento. Dessa forma, poderia ser usado como uma referência para outros inspetores, por isso a pertinência de ser publicado no jornal. Todavia, ele ainda era um relato sucinto, direto. Talvez fosse interessante dar outras opções para os inspetores, para que pudessem ousar um pouco mais nos detalhes. É possível que esse tenha sido um dos motivos de publicar, dois meses depois, o relato de visita do inspetor de distrito de Castro, Vicente Ferreira da Silva Bueno:

Nos termos do art.10º § 6º do regulamento da instrução pública de 24 de abril de 857, procedi hoje a visita de inspeção na 2ª escola de 1ª letras do sexo masculino desta cidade de Castro, e o que observei aqui o declaro. Acharam-se presentes 40 alunos; queixou-se o professor de pouca frequência destes; os pais muitas vezes os retiram por fúteis pretextos; alguns matriculados lá aparecem como que por distração para conservar a posse. Alguns deles vi bem mal vestidos!! Descalços, sujos, rotos, de poncho alguns! De carapuça outros! É verdade que faz frio, e a sala da escola não é forrada, nem assoalhada. Informa o professor que tem ordenado, pedido, instado com os pais & c. será por desmazelo? Talvez! Notei um grande inconveniente, que muito perturbará os exercícios escolares, é a irregularidade das horas da chegada dos alunos! Vi alguns chegarem passada mais de uma hora! (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 08/08/1857, p.03-04).

Tal como o outro inspetor de distrito, Vicente Ferreira da Silva Bueno também cita a legislação vigente, um reforço que legitima sua fala e o regulamento do ensino. Também aponta o número de alunos, porém, os detalhes sobre as suas vestimentas fez por sua conta, pois não constava no regulamento, muito menos no termo de visita do inspetor de distrito Bento Fernandes de Barros, assim como a observação do tempo de entrada e saída dos alunos. Se ater sobre o tempo não era função do inspetor de distrito, todavia, anos depois, como vimos anteriormente, Francisco Ferreira Correa também discorreria sobre o espaço físico e sobre a necessidade de cronometrar o tempo para o bom rendimento das atividades. Continuando seu relato, Bueno inclui nele a parte em que tem que exortar ou censurar o que viu:

Recomendei muito ao professor que procurasse evitar isso, instando com os pais dos alunos para que os mandem cedo, tomando nota das horas em que alguns chegam, e participando aos pais & c. não vi muita aplicação, atenção e respeito para com o professor em alguns alunos!!! Por mais que este em minha presença os mandasse estudar, nem por isso faziam caso; a muitos vi, sem necessidade, fora de seus lugares! Queixas de uns contra os outros; notando tudo isto ao professor, disse-me que era isso proveniente da falta de castigos físicos; recomendei-lhe a intensidade, fazendo-os ficar em pé, de joelhos por mais ou menos tempo, enfim, que procurasse fazer-se respeitar. Custa-me muito atribuir isto; que observei, somente à má índole de alguns meninos; não sou de opinião que os professores sejam o terror de seus alunos, mas quero que sejam enérgicos, e que se façam respeitar. Somente pela demasiada indulgência para com todos nada se conseguirá de todos. Presidindo a todo o exercício escolástico fiz muitos lerem em minha presença períodos de livros a eles desconhecidos, fiz argumentarem tabuada multiplicando e somando ao mesmo tempo, e perguntando-lhes também; todos satisfizeram. Depois tomei-lhes lição, passei contas a alguns e examinei escritas, & c. alguns leem sofrivelmente; alguns dão esperanças de bem boas letras. Recomendei ao professor que continuasse no exercício recíproco da tabuada entre os alunos, isto não lhes tomando o tempo, exercita-os, estimula-os, e os habilita para as operações aritméticas, ao mesmo tempo que também aproveita aos ouvintes, embora não entrem em exercício. O sistema adotado nesta escola é o comum. O lugar (sala da escola) não serve, não só por não ser forrado nem assoalhado, como já disse, como também por acanhado: impossível é pôr-se aí em execução as instruções de 27 de dezembro sobre a divisão do ensino por classes; menos admitir os móveis determinados por aquelas instruções; banco em anfiteatro, estrados, mesas cadeiras, quadro preto & c., nada disso acomoda aquela sala. Diz o professor que se tivera algum auxílio por conta dos alugueis aumentaria a sala. Isto é muito necessário, principalmente tendo ele como tem maior número de alunos matriculados, que se quisessem vir todos, ou mais dos que vieram hoje, duvido que se pudessem acomodar. Eis o que presenciei, e as providencias que tomei. Faço justiça a este professor declarando, como na presente declaro – que é assíduo de seu magistério, que procura cumprir com suas obrigações; somente é de desejar que seja mais enérgico afim de os alunos lhe obedecerem mais (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 08/08/1857, p. 03-04).

Faz recomendações ao professor, porém o defende quanto à falta de auxílio no pagamento do aluguel da escola, o que dificulta melhorias na casa que serve como sede, sem contar os elogios finais, mas sem esquecer-se de frisar a necessidade de ser duro com os alunos. Essa estrutura dos primeiros relatórios de visita publicados no jornal foi encontrada nos termos dos subinspetores e dos inspetores paroquiais ao longo de todo o período, contudo, cada inspetor dava a ela o seu tom de escrita pessoal. O já citado inspetor de distrito Francisco Ferreira Correa seguia a linha de relato semelhante à de Vicente Bueno, com descrições mais detalhadas. No entanto, tinha sua marca de escrita; iniciava seus termos com o mesmo

parágrafo: “visitando eu, nesta data, a aula da (1^a/2^a/3^a) cadeira de instrução pública, encontrei-a funcionando (...)” (IIP723.67, 1861). Vinte anos depois, inspetores paroquiais como Joaquim Antonio Pereira Alves, de Paranaguá, escrevem sobre os trajés dos alunos – “todos trajavam com mais ou menos decência e conservavam-se com respeito e ordem” – e sobre o espaço físico e material – “a mobília da escola é regular e o salão espaçoso e bem ventilado” (AP0659, 1882, p.58).

Três eram os meios possíveis de se aprender a escrever o termo de visita. O primeiro, aquele que todos deveriam conhecer, era o que estava delimitado no Regulamento da Inspeção (1857). O segundo, os relatos de visita de inspetores de distrito publicados no jornal *O Dezenove de Dezembro*, inicialmente, mas depois contemplados em outras folhas periódicas na província. O terceiro modo era ler o livro de registro de visita da inspeção, que ficava de posse dos professores e professoras. Infelizmente os livros dessas visitas contínuas, com registro cronológico, se perderam ao longo dos anos, ou por ficar sob a guarda do professor e quando este deixava a profissão o levava ou por ter se extraviado no arquivo da Inspetoria Geral da Instrução Pública. O que encontramos, quase sempre, é a cópia da visita, feita e enviada à Inspetoria, pelo próprio professor. Entretanto, é nessa presença, muitas vezes nuançada pela ausência, que conseguimos identificar uma inspeção do ensino que mantinha e colocava em circulação um número grande de documentos que reforçavam e registravam a sua prática. Por eles é possível saber sobre a função do inspetor do ensino não somente pelo diálogo ou por ouvir dizer, mas pela leitura dos que por esse cargo haviam passado.

Da ação dos inspetores que eram responsáveis pela escola, podemos ter notícia também pelos escritos dos professores. Durante o período muitos deles escreveram à Inspetoria Geral da Instrução Pública ou diretamente ao presidente da província relatando o estado da instrução em sua escola. Aprigio Guilherme Antonio, professor de Ponta Grossa, escreveu ao presidente Zacarias pedindo demissão do cargo. A sua justificativa se pautava na dificuldade de exercer o magistério diante de uma população que não colaborava e muitas vezes não via benefício de enviarem os filhos à escola, em suas palavras, os pais “antes tem o prazer de os ver vagarem em uma completa vadiação pelas ruas, já por casas devassas, já por tavernas e outras coisas, criados pois em uma vida perversa, o que será destes jovens no futuro?” (IIP39.6, 15/07/1854). O professor explica que a falta de condições materiais para a aula contribui para que os pais pobres não enviassem os filhos para a escola e, sobre o inspetor da escola, escreve:

Embora haja um Inspetor de Instrução primária que este desvelado confere para a educação da mocidade, o espírito de partido prevalece, e o ódio e a vingança está em seu auge e muito alto. E cabe-me agora louvar o senhor Fernando Peiteado Rosas, Inspetor da Instrução primária desta freguesia – este digno Inspetor, homem probo e verdadeiro pai da mocidade que cuidadoso tem cooperado para o progresso da educação da mocidade, já colocando professores e procurando casa para nela haver ensino, procurando todos os meios para prosperar aqui a instrução primária, já surtindo com papel, penas, tintas e mobília porque a Aula Nacional sempre gemeu com o peso da necessidade (IIP39.6, 15/07/1854).

Naquele momento não havia um Inspetor Geral da Instrução nomeado na província e a correspondência do professor nos deixa perceber como o inspetor de instrução mais próximo era identificado como o grande responsável pelo provimento da escola e pelas orientações sobre o ensino, mesmo com os embates políticos que eram presentes. Treze dias depois, o presidente Zacarias recebe outra correspondência, agora do professor de Paranaguá, Francisco Antunes Teixeira, dizendo que tinha dificuldade de exercer o magistério porque faltavam materiais indispensáveis para a aula, como mobília para acomodar todos os alunos, vidro para as janelas e que papel, pena e tinta ele mesmo fornecia. Depois de dar todos os detalhes das privações, ele indica ao presidente o Comendador Manoel Antonio Guimarães, inspetor de Paranaguá que estava em Curitiba naquele momento e, por isso, poderia dar “quaisquer informações sobre o assunto de que aqui se trata” (IIP42.6, 28/07/1854). Um reforço de que, depois dele, o inspetor de instrução era a pessoa indicada para falar das condições das escolas de Paranaguá.

Dois meses antes, o inspetor Manoel Antonio Guimarães relatou ao presidente que seria necessário aumentar o número de aulas de instrução primária em Paranaguá “cuja a instrução a meu ver acha-se muito acanhada” e informa ainda que os professores dão aula por duas horas e meia de manhã e depois a tarde e que, ao seu ver, esse tempo deveria ser de três horas em casa período, por fim, elogia a professora interina Maria Prudência da Luz (IIP26.6, 19/05/1854). A correspondência de ensino dirigida ao presidente Zacarias naqueles primeiros meses após a emancipação da província, nos informa da prática dos inspetores e professores, bem como das dificuldades, porém, ela também aponta para a necessidade de ter uma pessoa, que não o presidente, para resolver e responder a tantas demandas. Nesse sentido, alguns meses depois essa pessoa foi nomeada, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, em 20/09/1854. Seria ele o responsável direto e o elo entre o presidente e os professores.

A menção dos inspetores nos escritos dos professores, contraposto com os livros da inspetoria e periódicos também nos permite identificar os nomes, os locais e o tempo em que determinados sujeitos exerceram a função. O inspetor Fernando Peiteado Rosas, citado pelo professor de Ponta Grossa, se manteve na função pelo menos por seis anos. Entre os anos de 1854 a 1870 Ponta Grossa contou com cinco inspetores (inspetor de instrução (1854) e depois inspetores de distrito e subinspetores). Manoel Antonio Guimarães, citado pelo professor de Paranaguá, exerceu a função em 1854 e foi o primeiro de pelo menos quatorze inspetores daquela localidade, como podemos observar no quadro abaixo:

Nome	Anos
Paranaguá	
Manoel Antonio Guimarães	1854
João Ladislau J. A de Figueiredo Milla	1854
Manoel Antonio Pereira Alves	1856
Cônego Gregório José Lopes Nunes	1857
Dr. Francisco Ferreira Corrêa	1858 – 1861 – 1862
João Machado Lima	1859 – 1860
Ricardo Augusto da Silva Rego	1860 – 1861
Albino José da Cruz	1861 – 1862 – 1864
Francisco Ferreira Correa	1862
Luiz Antonio Coelho da Silva	1862 – 1863
Cap. Lourenço Ferreira de Sá Ribas	1863 - 1864
José Ferreira Pinheiro	1865
Ignácio José Couto da Silva	1870
Eugênio Guimarães Rebello	1870
Ponta Grossa	
Fernando Peiteado Rosas	1854 a 1857 – 1869 – 1870
Padre Anacleto Teixeira Baptista	1858 – 1859 – 1862 – 1863
Reverendo Manoel de Souza	1864
Coronel Francisco de Assis Ribas	1864
Joaquim Manoel Alves Carneiro	1869

Quadro 17: Número de inspetores em Paranaguá e Ponta Grossa (1854 a 1870)

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir das Correspondências de Governo (APs) e dos Jornais Paranaenses (1854 a 1870)

Construir o quadro com o nome dos inspetores, com os locais e tempo de atuação, nos permite identificar que, apesar de grande rotatividade, alguns sujeitos exerceram a função por mais de um ano. Em dezesseis anos, Paranaguá contou com 14 inspetores, com até três sujeitos se sucedendo no cargo, como ocorreu em 1862, com Albino José da Cruz, Francisco Ferreira Correa e Luiz Antonio Coelho da Silva. Uma sequência de trocas que poderia comprometer o trabalho. O mesmo não ocorreu com Ponta Grossa, que contou com cinco

inspetores durante o mesmo período. Esses senhores possuíam o conhecimento da estrutura da inspeção, como também eram o elo de referência para a instrução e formação de outros que seguiriam futuramente na inspeção. Leocádio José Correia, por exemplo, foi aluno de Francisco Antunes Teixeira (professor que escreveu ao presidente) e do padre Albino José da Cruz, que exerceu também o cargo de inspetor (O SAPO, 20/05/1900, p.01). A inspeção não somente tecia a sua prática durante a organização de suas funções e estruturas, como também contava com inspetores que estudaram na província ou foram professores, sujeitos que conheciam a instrução por outras inserções e que também escreveram relatos sobre a mesma.

O trabalho dos inspetores chegava até os professores e alunos pelos jornais, pelas visitas às escolas e por notificações coladas nas escolas. Em 1859, o Inspetor Geral Silveira da Mota indicou aos inspetores e professores o que deveria ser avaliado nos exames dos alunos. Tal orientação seria mais uma na sequência de todas as outras que o inspetor já fizera, contudo, ele escreve que as mesmas deveriam ser fixadas em locais visíveis, para que fossem lidas pelos próprios alunos (CODICE 0951). Era mais um modo da Inspetoria se fazer ler. Os alunos saberiam do que seria avaliado não somente pela explicação oral – feita pelo professor ou avaliador responsável – como também pela leitura das orientações.

A necessidade de deixar o registro das atividades da Inspetoria comparece no Regulamento da Secretaria da Inspetoria Geral da Instrução Pública (1857), também organizado pelo Inspetor Geral Joaquim Ignácio Silveira da Mota. Segundo tal regulamento, a Inspetoria funcionaria duas horas por dia, no horário indicado pelo Inspetor Geral, porém, havendo necessidade, poderia o tempo de trabalho ser prolongado. Nesse local, onde trabalharia o Inspetor Geral da Instrução Pública, um secretário, um amanuense e um porteiro, seria arquivada toda a correspondência, registrada nos livros: de correspondência com o governo; de correspondência com os inspetores, subinspetores e professores; de licenças para escolas, aulas e colégios particulares; de licença concedida à funcionários da repartição ou aos empregados da Instrução Pública; do registro de nomeação e termos de juramentos; da distribuição de móveis e utensílios para escolas e aulas; da matrícula das aulas públicas; das despesas feitas pela repartição; livro da correspondência com pessoas ocupadas no ensino particular, com as autoridades e qualquer pessoa ocupada com o ensino público ou estranha a ele; dos exames de instrução primária e secundária e um livro de porta, ou podemos dizer de entrada, onde seria anotado as petições e os despachos que elas obtiveram. (PARANÁ. Regulamento da Secretaria da Inspetoria, 1857, art.4º).

Alguns desses livros, como o de correspondência com os inspetores, subinspetores e professores, entre os anos de 1858 e 1880 e o de distribuição de móveis e utensílios para escolas e aulas (1856 a 1860 e de 1871), permaneceram na Inspetoria da Instrução Pública do Paraná. No entanto, alguns anos depois, os inspetores gerais subsequentes à Joaquim Ignácio Silveira da Mota, reclamavam da desorganização dos livros e da falta do registro da documentação. O Inspetor Geral interino, que havia sido secretário da inspetoria, escreveu ofício ao presidente da província onde explicitou essa situação:

Tomando conta desta Inspetoria, o meu primeiro passo foi exigir do secretário a apresentação dos livros a fim de que eles fossem examinados por mim. Desculpas mais desculpas apareceram e apesar dos meus constantes esforços foi impossível, por onde se conclui evidentemente que o registro está atrasadíssimo e seus livros escriturados em tal desordem que os títulos de 1864 estão registrados anteriormente aos títulos de 1863 (...) (AP 0182, 1864, p.265).

Três anos depois, o Inspetor Geral Ernesto Francisco da Lima Santos, novamente exercendo a função, escreve um ofício ao vice-presidente da província, que foi publicado integralmente no jornal. Informa que poucos eram os livros escriturados com regularidade, com páginas numeradas e rubricadas. Segundo o IGIP, isso acontecia:

Desde o meado mais ou menos de 1864, como são: os livros de registros da correspondência com as autoridades; o de correspondência com os professores; o de licença para abertura d'escolas particulares; o de juramento dos empregados; o de registro da correspondência com subinspetores; o qual, além disso, parece-me ter falta de algumas folhas; achando-se ainda em maior atraso o da correspondência com os empregados do Lyceo, a qual está sem ser escriturada desde 1861, e bem assim o livro de receita e despesa dessa repartição que não foram lançadas desde 1860. Em vista do exposto, resolvi abrir, numerar e rubricar outros livros, para ir lançando toda a correspondência e atos que sucederem desta data em diante; uma vez que a escrituração atrasada não pode ser regularmente feita pela falta de muitas minutas, que não existem nesta secretaria e atos de que não tenho conhecimento; ficando todavia o secretário obrigado a registrar nos livros já existentes, aquelas que forem encontradas. Parece-me que este é o único meio pelo qual posso regularizar, d'hora em diante, os trabalhos desta repartição e melhorar o seu passado (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 03/10/1866, p. 04 – grifos meus).

Atentando-nos para os anos citados pelo Inspetor Geral, podemos indicar quais eram os responsáveis pela Inspetoria da Instrução Pública. No ano de 1860, dividiram a função Joaquim Ignácio Silveira da Mota, que deixou o cargo, Bento Fernandes de Barros, que

assumiu interinamente, assim como José Candido Muricy e Joaquim Dias da Rocha e depois José Lourenço de Sá Ribas, que permaneceu no ano seguinte, sendo substituído por Augusto Lobo de Moura, interinamente. Nos anos de 1862 e 1863, o IGIP que escreveu o ofício ao vice-presidente, Ernesto Francisco da Lima Santos, ocupou o cargo por períodos, assim como José Lourenço de Sá Ribas. Este último permaneceu na função até o ano de 1865, quando o cargo foi ocupado por mais quatro inspetores: Laurindo Abelardo de Brito, Bruno Henrique de Almeida Seabra, Ernesto Dias Laranjeira e Sérgio Francisco de Souza Castro, que permaneceu no ano seguinte, sendo substituído pelo inspetor do ofício supracitado. Em seis anos, a Inspeção da Instrução Pública foi ocupada por onze inspetores. A rotatividade no cargo pode ter sido um dos fatores que contribuíram para que a escrituração não ocorresse conforme regulamentado, se considerarmos o tempo em que cada novo inspetor levaria para tomar ciência de tudo que ocorria na Inspeção e ainda verificar, registrar e rubricar os livros concernentes. O próprio Inspetor Geral que aponta as irregularidades esteve anteriormente na função e, ainda assim, os livros não foram organizados devidamente. Desde que o Inspetor Geral Silveira da Mota, que elencou legalmente quais livros deveriam constar na Inspeção da Instrução Pública, saiu do cargo, seus sucessores tiveram dificuldade em manter a escrituração em dia, seja pelo grande volume existente de documentação referente à instrução pública ou pelo pouco tempo na função para apreender toda a responsabilidade com o registro ou por qualquer outro motivo que não podemos aventar no momento. No entanto, podemos indicar que a incapacidade de gerir bem os livros da Inspeção da Instrução Pública provavelmente era um dos fatores cruciais para a permanência no cargo. Em relatório, o vice-presidente Agostinho Ermelino de Leão informa:

Sendo notório o estado de desorganização em que se achava a repartição central deste importante ramo, por ato de 17/09, exonerei o bacharel Sergio Francisco de Souza Castro do cargo de Inspetor Geral e nomeei na mesma data para substituí-lo o bacharel Ernesto Francisco da Lima Santos, que a 20 entrou no cargo (LEÃO, 1866, p.10).

Oito dias depois de iniciar na função, Ernesto Francisco da Lima Santos confirma em ofício a desorganização dos livros da Inspeção e informa como ele agirá para corrigir tal situação. Meses depois, informa que: “os livros que encontrei atrasados já se acham em dia, estando também completamente registrada toda a correspondência, que tem havido depois da minha nomeação até o presente” e que criou um livro especial para colocar as datas de nomeações, exercícios, licenças de professores e outros funcionários do ensino público e que

isso “jamais poderia ser organizado se não fosse o auxílio e boa vontade do inspetor interino da tesouraria provincial, Joaquim Lourenço de Sá Ribas” que emprestou os livros da sua repartição para a consulta (SANTOS, 1867, p.02).

A indicação do registro ou da escassez do mesmo demonstra o reforço dos inspetores de que a manutenção de tal acervo era necessária não somente para arquivo da documentação, como também pela possibilidade do Inspetor Geral substituto poder se inteirar dos assuntos da inspetoria por meio dos seus livros. É possível indicarmos que a prática documentada da inspeção, somada a leitura dessa documentação, possibilitava que outros sujeitos aprendessem como funcionava a Inspetoria Geral da Instrução Pública do Paraná, podendo assim pensar suas ações futuras em contraposição ao que já havia sido realizado. Percebemos os documentos da inspetoria da instrução pública paranaense com uma circulação posteriori a sua elaboração.

4. “SENTE-SE O PODEROSO ESFORÇO QUE SE FAZ PARA DESENVOLVER A INSTRUÇÃO PÚBLICA”²⁸¹

É preciso reconhecer que a organização da instrução pública nos estados envolveu o entrecruzamento incessante de pessoas, ideias, modelos e materiais escolares. Consequentemente, as trajetórias da educação pública no país foram plurais, peculiares e ao mesmo tempo inter relacionadas (SOUZA, 2013, p.34).

Ao longo do presente estudo, acompanhamos os responsáveis pelo ensino na província do Paraná envolvidos com as questões da inspeção e instrução pública em diferentes ocasiões, seja nos debates na Assembleia Legislativa (na proposição de leis e reforma das mesmas), nas reuniões dos clubes e associações literárias (com a constituição de suas bibliotecas com livros didáticos ou de assuntos referentes ao ensino, organização de aulas primárias, discussão sobre instrução pública), nas correspondências (tanto as privadas, com indicações de livros ou nas de governo, com a escrita do que acontecia nas diferentes escolas da província) e nas viagens de formação cultural ou lazer que empreenderam (uma oportunidade também de apreender o que ocorria em outros locais no quesito educacional).

Podemos perceber que uma rede de sujeitos se constituiu ao longo dos anos posteriores à emancipação da província e que esse circuito se relacionou, em espaços diversos, pensando a constituição e organização da inspeção e instrução pública. Essa teia em prol da instrução ganhou força a partir da década de 1870, com debates intensos sobre a importância do ensino e que ações deveriam ser feitas, efetivamente, para o seu desenvolvimento na província do Paraná. No presente capítulo, acompanharemos essa discussão no Paraná (feita por presidentes da província e inspetores) e em outras províncias, também realizada por pessoas envolvidas com o ensino paranaense, mas, que se empenharam nas questões educativas para além da sua presença no cargo ou no território do Paraná. Tal rede de debate e proposição culminou na elaboração do Regulamento de Instrução Pública (1890)²⁸², organizado por Generoso Marques dos Santos, Justiniano de Mello e Silva, João

²⁸¹ Relatório de Lamenha Lins, 1876, p.42.

²⁸² Cristiane Melo e Maria Cristina Machado tomaram o Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná (1890) como objeto para entender a organização da instrução no estado paranaense. No primeiro estudo, ocorreu um detalhamento do que estava disposto no corpo legal (MELO e MACHADO, 2010). No segundo trabalho, o recorte se amplia, tomando a organização do ensino primário por meio da legislação de 1889 a 1900. As autoras concluem: “no campo historiográfico tem crescido os estudos regionais, compreendidos como manifestação do movimento nacional e internacional. Esta premissa é importante a ser levada em consideração nos estudos sobre as políticas educacionais explicitadas no estado paranaense. Leis, Decretos e Regulamentos do estado nos anos

Pereira Lagos, José Joaquim Franco Valle, Eusébio Silveira da Mota e Emiliano David Pernetta.

Generoso Marques dos Santos (1844-1928) nasceu em Curitiba, estudou no Liceu Paranaense, depois em São Paulo, onde também se diplomou em ciências jurídicas e sociais (1865) e “ainda no quinto ano do curso foi eleito deputado à Assembleia Provincial pelo Partido Liberal (1866 a 1867)”, o que se repetiu em outras legislaturas durante todo o período (NICOLAS, 1954, p.103). Exerceu a função de jornalista e redator dos jornais *Paraná*, *Província do Paraná*, *A Reforma* e também de vice-presidente da província. Quando nomeado segundo vice-presidente da província, o jornal noticia que 3 bandas de música tocaram em frente à sua casa e que das janelas do palácio o “Conselheiro Marcondes ergueu vivas” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 13/02/1878, p.03). O conselheiro que comemora dentro da residência de Generoso Marques dos Santos é o mesmo que foi o primeiro Inspetor Geral da Instrução Pública, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, seu amigo pessoal. Percebemos, dando aqui o exemplo dessa relação entre Jesuíno e Generoso, que as funções dos paranaenses se modificam, mas que continuam atuando no cenário político da província e tecendo suas redes.

Na educação, Generoso Marques dos Santos foi professor de Geografia, História do Brasil, Direito, Filosofia e Inspetor Geral da Instrução Pública, em 1866 (Ibidem, idem). Por sua atuação, identificamos que era um homem com amplo conhecimento dos problemas da província, seja por deles saber pelo que leu (nas páginas dos jornais e livros) ou pelo que ouviu e viu (nas sessões da Assembleia e demais locais de trabalho e de lazer, sem contar nas viagens que realizou). Segundo recorda Azevedo Macedo (1944), Generoso “volta e meia aparecia em Campo Largo, quer em missão política, quer a serviço profissional” e que “por isso ganhara ali grande popularidade” (MACEDO, 1944, p.51). Apesar das adversidades

iniciais da república foram definidos em consonância com o movimento de reformas da instrução e do currículo escolar visadas em diversos estados brasileiros. A instrução pública foi abordada no Paraná sob âmbito dos debates nacionais acerca do importante papel da educação no desenvolvimento e progresso social, contudo esbarrava nas questões de baixo orçamento do estado em vias de reorganização. A Carta Constitucional Estadual de 1892, bem como o debate constituinte que precedeu à sua aprovação, o conjunto de legislação educacional publicada no estado e os relatórios de governadores, escritos no período de 1889 a 1900, enfatizaram como ponto de partida a necessidade da adoção da gratuidade do ensino. Os temas laicidade e obrigatoriedade do ensino provocavam polêmica e não chegaram a fazer parte da legislação deste estado no período” (MELO e MACHADO, 2011, p.09).

políticas²⁸³, que contribuem para críticas de um ou de outro sujeito, de acordo com o partido de sua atuação, Generoso Marques dos Santos foi uma pessoa que circulou muito, tanto pela estrutura administrativa quanto pelo território paranaense.

Em dezembro de 1862, ocorreu um espetáculo no teatro da *Sociedade Sete de Setembro* em homenagem ao aniversário do Imperador, com apresentações de algumas pessoas e “em seguida o Sr. Generoso Marques dos Santos, estudante da faculdade de direito de São Paulo, recitou um discurso análogo ao dia” (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 03/12/1862, p.02). Uma participação, ainda como estudante, que ganhou as páginas do jornal, o que possivelmente contribui para colocar o seu nome em evidência entre os leitores paranaenses. Alguns anos depois, quando já havia exercido várias funções públicas na província, incluindo a de Inspetor Geral da Instrução Pública, Generoso Marques dos Santos era primeiro secretário da Sociedade Propagadora do Ensino no Paraná, cujo presidente era João Pereira Lagos, atual Diretor Geral da Instrução Pública (1875). No estatuto da sociedade, aprovado pelo presidente Adolpho Lamenha Lins, consta que seu objetivo era “em geral, difundir e auxiliar o ensino primário na província, e especialmente a criar uma escola normal na capital e cursos normais periódicos nas localidades mais importantes, quando as circunstâncias o permitirem” (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 01/12/1875, p.01, art.1º). A sociedade seria composta por um Conselho Superior e Conselho Diretor em cada paróquia onde houvessem 30 sócios, tendo como finalidade, além das dispostas no artigo anterior, a de realizar “as publicações úteis, **as conferências públicas** e a criação de pequenas bibliotecas” (Ibidem, art.2º - grifo nosso). Em 31 de dezembro de 1883 ocorreu, nos salões do Museu Paranaense, um “sarau literário em benefício e como festejo à inauguração do ensino obrigatório” e

Depois de lida uma bem elaborada exposição sobre o objeto da reunião, e vantagens das ideias que a motivara, pelo Chefe dos Superintendentes escolares, Sr. Dr. Generoso Marques dos Santos, subiram à Tribuna o Sr. Dr. Pereira Lagos, que com erudição que possui, produziu um belo discurso, e bem assim outros oradores que falaram com entusiasmo e proficiência sobre a matéria (GAZETA PARANAENSE, 05/01/1884, p.04).

²⁸³ Lembrando que Generoso, assim como Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, era chefe do Partido Liberal. Nas páginas dos jornais O Paranaense e Gazeta Paranaense, entre os anos de 1882 a 1887, podemos verificar verdadeiras críticas sobre sua candidatura, feitas por integrantes do partido opositor, sem contar os pedidos de recurso eleitoral, que causavam debates nas folhas noticiosas.

Além do Diretor Geral da Instrução e do Chefe da Superintendência do Ensino Obrigatório de Curitiba, conferenciou também sobre a obrigatoriedade o presidente da província Oliveira Bello, terminando o fim da notícia com uma exortação aos cidadãos paranaenses para que todos trabalhassem “com o maior empenho” no “importante melhoramento que se inaugura – o ensino obrigatório” (Ibidem, idem). Dois pontos importantes para a nossa análise podem ser observados quando acompanhamos a atuação de Generoso Marques dos Santos: os relacionamentos que constrói com os responsáveis diretos pela inspeção e instrução pública e o uso que faz da palavra em conferências públicas que tomavam as questões do ensino como objeto. Discursar sobre as questões do ensino e defender as suas opiniões são ações que Generoso realizou várias vezes na Assembleia Legislativa, como o fez na sessão de 19 de outubro de 1885, quando tratou do ensino obrigatório (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 21/10/1885, p.01). No entanto, vê-lo com essa incumbência de dissertar sobre a instrução em outros espaços, como nos saraus, nas conferências de sociedades, etc., nos permite sinalizar um destaque maior de suas ideias e de sua pessoa, uma vez que ele estava sempre em evidência, sendo visto não somente pelos seus pares na Assembleia²⁸⁴, como pelas pessoas que frequentavam esses outros espaços ou que liam os jornais que noticiavam suas ações.

Assim como ele, **Justiniano de Mello e Silva (1852-1940)**, esteve em destaque no cenário paranaense desde que chegou da província de Sergipe, em 1876, quando então exerceu o cargo de Secretário do Governo da província do Paraná²⁸⁵. Foi professor de Português e de Pedagogia no Instituto Paranaense²⁸⁶, fundou os jornais *Vinte e Cinco de Março*, *O Paranaense*, *Jornal do Comércio* e *Sete de Março*, escreveu para a coluna do

²⁸⁴ Na Assembleia Legislativa, Generoso Marques dos Santos fazia considerações e propunha projetos para a instrução paranaense. Em 1885 ele assinou o decreto de que determina ser o “Diretor Geral da Instrução Pública o chefe do ensino obrigatório em toda província. A ele compete a suprema inspeção desse serviço”, devendo ser enviado à ele o relatório trimestral que cada Chefe da Superintendência do Ensino Obrigatório fizesse, para que, após compilação e análise do mesmo, fosse erigido um relato minucioso direcionado ao presidente da província e que estaria anexado ao relatório presidencial. O decreto também suprime os inspetores paroquiais nos lugares que já estivesse ou fosse estabelecido o ensino obrigatório (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 26/10/1885, p. 02).

²⁸⁵ Nomeado no dia 08 de setembro de 1875 (ALMANAK ADMINISTRATIVO..., 1876, p.29).

²⁸⁶ Nomeado pela primeira vez como professor de Pedagogia, Religião e Gramática Filosófica em 26 de julho de 1876 (ALMANAK ADMINISTRATIVO..., 1876, p.83).

periódico *O Artista*, foi deputado na Assembleia Legislativa (NICOLAS, 1954, p.130). Segundo escreve Amélia Corrêa (2009), na Faculdade de Direito de Recife, Justiniano de Mello e Silva “compartilhou do movimento cultural da Geração de 1870. Foi professor, filólogo, historiador, sociólogo, jornalista, além de ter concluído um doutorado em Ciências Sociais, na Universidade de Córdoba. Migrou para o Paraná em 1876”, com o intuito de secretariar a presidência da província (CORRÊA, 2009, p.142). Percebemos que Justiniano, assim como outros homens que se destacaram na administração e discussão da inspeção e instrução pública paranaense, tinha a formação acadêmica que usualmente era encontrada nos que exerciam tais funções, e ainda, a formação de ter vivido em outro país para estudar, só que em um país diferente do que se usualmente se via nas expectativas dos jovens paranaenses, visto que foi para a Universidade de Córdoba, na Argentina.

No ano que inicia suas atividades na província, foi nomeado também inspetor paroquial de Curitiba (ALMANAK MERCANTIL..., 1876, p.104), tal indicação talvez tenha sido feita porque já fosse do conhecimento tanto do presidente da província quanto do Diretor Geral da Instrução Pública que Justiniano havia sido professor do *Atheneu Sergipense*²⁸⁷ e, portanto, conhecedor das questões do ensino. Em 1879, Justiniano era o presidente do Conselho Literário de Curitiba (O PARANAENSE, 31/07/18879, p.04). Os anos posteriores à sua chegada foram permeados de muito trabalho e muita crítica, principalmente quanto ao fato dele exercer vários cargos, saindo mesmo uma lauda no jornal com o título “Incompatibilidades” e, entre as justificativas de tais acusações, estava o acúmulo de salário, o que, segundo a notícia, prejudicava os cofres provinciais (PROVÍNCIA DO PARANÁ, 17/10/1877, p.01)²⁸⁸.

²⁸⁷ Durante alguns anos posteriores à sua ida para a província do Paraná, a sua saída do Atheneu Sergipense comparecerá nas páginas do jornal. Primeiro com a carta com a autorização de sua ida, depois com o debate de que ele sofreria um processo pelo abandono da cadeira no respectivo Atheneu Sergipense, situação essa que foi esclarecida um pouco depois. Por causa dessa discussão que a carta, de 08/10/1875, enviada pelo presidente da província de Sergipe, Cypriano de Almeida Sebrão, foi publicada como documento nº 1 do processo. Nela o presidente informa que Justiniano pediu o afastamento da cadeira de Gramática da Filosofia do Atheneu Sergipense para exercer o cargo de secretário na província paranaense “até que lhe seja lícito voltar a esta província. Em resposta declaro-lhe que concedo a permissão solicitada, e à diretoria da instrução pública acabo de dar conhecimento de semelhante ocorrência” (A REPUBLICA, 10/07/1879, p.04).

²⁸⁸ É claro que ocorriam algumas alterações devido ao fato de ser Justiniano de Mello e Silva do Partido Conservador.

Gradativamente a presença de Justiniano de Mello e Silva deixa de ser reforçada negativamente nos jornais e suas ações frente à instrução ganham evidência²⁸⁹. Em maio de 1877 foi instalada uma aula gratuita, dirigida pelos irmãos Schleders, na loja maçônica *Apostolo da Caridade*. Naquele momento, Justiniano, como representante da Diretoria Geral da Instrução Pública presente no evento, faz uma conferência, conforme descrito:

Às 5 horas da tarde, comparecendo o Sr. Inspetor Paroquial, Dr. Justiniano de Mello e Silva, ante um numeroso concurso de pessoas gradas, declarou instalada a escola diurna, proferindo em ato contínuo uma bela alocução. Nessa alocução, ou para melhor dizer nesse profundo discurso, S.S. com proficiência dissertou sobre a instrução popular, tornando-se esplendente sobre o ensino obrigatório: e fez ver as infinitas vantagens que a capital usufruirá da cadeira, cuja instalação acaba de efetuar-se (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 05/05/1877, p.04).

É possível notarmos que Justiniano de Mello e Silva faz coro a outros inspetores e responsáveis pela instrução no Paraná, que viam na efetivação do ensino obrigatório uma oportunidade real de desenvolvimento da instrução na província. Assim como seus pares no período, ele reforça a importância da obrigatoriedade do ensino, meses antes da publicação do Regulamento do Ensino Obrigatório, de 06/07/1877. Esses momentos de conferências sobre a instrução, como nas inaugurações de aulas públicas, oportunizavam uma circulação oral das ideias sobre o ensino, visto que lá estavam professores, integrantes da loja maçônica e a comissão do Clube Literário. Não somente aqueles que liam os jornais tomavam ciência do debate sobre o ensino obrigatório e da pertinência de ser efetivado na província, os que ouviam as conferências tinham também essa oportunidade.

No ano seguinte, o vice-presidente Ildefonso Pereira Correia informava ao próximo administrador que foi nomeada uma comissão que, “desenhando a traços largos, os lineamentos gerais da reorganização do ensino público provincial”, formada por Justiniano de Mello e Silva, João Pereira Lagos, Cleto da Silva e Alexandre José Rouxinol, teria como

²⁸⁹ Encontramos notícias no jornal que apontam o sucesso de sua prática como professor, como na notícia intitulada *Novo Método*: “Lê-se no *Jornal do Commercio*, de 14 do corrente, uma notícia extraída de *O Paiz*, sob a epígrafe Ensino Prático: <<que o ilustrado educador brasileiro sr. Alberto Brandão, iniciou e acabou de pôr em prática um novo método de ensino – o da digressão dos seus alunos por várias fábricas e oficinas e obras públicas, afim de os instruir por meio de explicações adequadas e pela própria observação dos trabalhos realizados pelos operários nas oficinas mais importantes que possuímos>>. Que grande novidade! Este método é há muito tempo iniciado e adotado na aula de Gramática Filosófica do Instituto Paranaense, dirigida pelo ilustre pedagogo Sr. Dr. Justiniano de Mello e Silva. O Sr. Brandão apresentou seu método um pouco tarde. Parabéns ao Dr. Justiniano, visto ser o primeiro iniciador deste método” (A LUTA, 30/07/1887, p.04).

finalidade a confecção das “bases da dita reorganização do ensino” (CORREIA, 1888, p.39). Na nomeação dos seus integrantes percebemos que eram pessoas que estavam envolvidas diretamente com a inspeção (inspetores) e instrução pública (professores). A instauração de comissões com esse perfil, evidencia uma preocupação de que as reformas na legislação não fossem formuladas individualmente pelos responsáveis de maior hierarquia dentro da instrução (presidentes da província e Diretores Gerais), tendo como base somente o que era descrito nos relatórios de inspetores e professores ou o que viam durante as visitas às escolas.

No relatório da Comissão consta a urgência de se pensar na estrutura do ensino na província, que, mesmo depois de tantos regulamentos e atos e dos “altos intuitos de seus autores, não formam eles, entretanto, um organismo lógico e completo, extreme de sensíveis lacunas e de grandes defeitos” (CORREIA, RELATÓRIO DA COMISSÃO, 1888, p.33). Logo depois as proposições são elencadas, mas não sem antes citar os *modelos de referência*: “para criar a escola e elevá-la ao nível do que ela é nos países cultos, faz-se mister regenerar o professorado” (Ibidem, idem). Mencionam nesse momento Paul Bert (“Discours Parlementaires”), na relação do ensino e ciência, e Gabriel Compayré, sobre a importância do método no trabalho do professor. Pierre Kahn (2014), ao tratar do ensino da Ciências e do método Lições de Coisas na França, no final do século XIX, explica que Paul Bert foi Ministro da Instrução entre dois ministérios de Jules Ferry, além de ser um “fisiologista de renome e eminente responsável republicano” (KAHN, 2014, p.190). O autor cita na íntegra uma passagem do francês Paul Bert, na obra *Discours et Conférences*²⁹⁰, quando o francês ressalta a importância de atrelar ao ensino o conhecimento científico, pois quando o aluno “tiver aprendido com o estudo das ciências naturais e físicas o culto da lei, quando ele souber cientificamente que todo o efeito tem uma causa antecedente” ele não acreditará em milagres, mas conhecerá os seus direitos e as relações deles com as consequências legais (BERT, 1881, p.401, apud KAHN, 2014, p. 190).

Sobre o segundo francês, o pedagogo Jüles Gabriel Compayré, provavelmente a comissão tenha se remetido à obra *Cours de pédagogie théorique et pratique*, de 1885, na qual o autor pontua que a efetivação de um método é importante tanto para a ciência quanto para o ensino, sendo um conjunto de procedimentos, regras, formas de se praticar. No entanto,

²⁹⁰ BERT, Paul. L’Instruction dans une démocratie. In: BERT, Paul. Discours et conférences. Paris: G. Charpentier, 1881.

apesar de suas vantagens inerentes, o método não é por si só suficiente, ou seja, o trabalho do professor não deve estar centralizado no método que ele utiliza, mas o docente deve conhecê-lo profundamente ao ponto de utilizá-lo como um instrumento para a sua prática (COMPAYRÉ, 1885, p.240 a 250). Ainda sobre professores, concursos e exames, a Comissão indica que seria melhor que se estabelecesse na província as nomeações de contratados, levando em consideração as graduações, acessos e incentivos, tal como “indicados no luminoso projeto da comissão de instrução pública, de 12 de setembro de 1884, de que foi relator o ilustre publicista – Conselheiro Ruy Barbosa” (CORREIA, RELATÓRIO DA COMISSÃO, 1888, p.34). A nossa intenção aqui é menos discutir as questões sobre método e cientificidade, mas perceber que essa Comissão legitima suas propostas citando outros autores (como os franceses) e locais (como a província do Rio de Janeiro)²⁹¹. Um modo de escrita, que encontramos ao longo de todo o período investigado, que proporcionava não somente um valor maior ao que se escrevia – já que citava autores conhecidos nacional e internacionalmente – como também colocava em circulação tanto as ideias dos autores referenciados quanto as dos que escreveram o relato.

Em síntese, a proposição da Comissão comportava: a capacitação do professor e a forma como ela se daria efetivamente no currículo da Escola Normal; a modificação do modo como se dava o concurso, exame e contratação de professores, de forma a apreender não somente o seu conhecimento, mas de tornar o processo mais efetivo; a aplicação correta dos métodos e utilização dos “múltiplos aparelhos” para o ensino (mapas, cartas murais, quadros, lousas, etc.); a criação de um corpo de professores substitutos, para ser acionado quando algum docente precisasse ser trocado (seja por ausência, impedimento temporário, etc.). Feito isso, poderia ser aplicado realmente em toda a província a obrigatoriedade do ensino que, como pontua, foi “decretado, regulamentado e já posto em prática nesta província, com grande sucesso, segundo dizem (...), mas, tudo isso sem nenhuma proficuidade real”

²⁹¹ Quando escreve sobre a Escola Normal, a Comissão referencia o francês Thiers, em *Discours Parlamentaires*. Ao se ater à coeducação durante a instrução pública primária, menciona a existência de “instituições e usos peculiares dos Estados Unidos” e os médicos higienistas escolares, Edve Clarke (*Sex in Education*) e W. Tischer (*Plau Talk about Insanity*). A mulher comparece como aquela que teria a missão de educar a infância e “em seu favor falam eloquentemente os fatos que se dão em Norte-América e em todos os países europeus”, ou, “como diz Grear, o primeiro reformador do ensino em França, tem o instinto da educação”; aponta a representação da Escola Normal como “oficinas onde as normalistas irão aprender a prática do magistério”, como esboçada na lei de instrução pública francesa, de 18/01/1887, decretada pelo Ministro da Instrução Pública Berthelot. Cita ainda Monthaye quando escreve sobre educação popular (CORREIA, RELATÓRIO DA COMISSÃO, 1888, p. 32 a 39).

(CORREIA, RELATÓRIO DA COMISSÃO, 1888, p.37). A Comissão deixa para o final aquilo que descrevem como sendo “umas das questões mais importantes”: a inspeção, “o sistema que melhor tem provado em alguns países americanos e europeus” (Ibidem, p.38 e 39). Tal inspeção na província paranaense é classificada pela Comissão como “frouxa, descurada e irresponsável”, sendo “antes um pretexto desmoralizante de *politicagem* do que um meio eficaz de tornar real o ensino” (Idem, p.38). Na solução esboçada, cita a reforma da inspeção do ensino realizada na província de São Paulo no ano anterior, afirmando que o empenho deveria ser em uma inspeção coletiva e não aquela feita individualmente (inspetores e superintendentes).

Criam-se assim os conselhos paroquiais de 4 ou 6 membros eleitos pelos ditos pais e tutores em cada freguesia da província, presididos por inspetores de nomeação do governo. Estes conselhos à seu turno elegerão os conselhos municipais, também de 4 ou 6 membros, presididos pelos delegados literários, nas sedes de todos os municípios. Estes, por sua vez, concorrerão para formarem um conselho superior da instrução pública da província, elegendo 2 a 4 membros, conselho superior que, presidido pelo presidente da província, terá sua sede na capital e se comporá do Diretor da Instrução Pública e dos diretores (cargos que é de conveniência criar-se) do Instituto Paranaense e Escolas Normais, de dois, eleitos por todos os professores e professoras da província e de um eleito por todos os diretores de colégios estabelecidos na província (CORREIA, RELATÓRIO DA COMISSÃO, 1888, p. 38).

A parte da inspeção da instrução traz alguns pontos interessantes para a nossa análise. O primeiro é a forma como a inspeção foi representada pela Comissão. Mesmo apontando-a como a principal questão da instrução, ela é caracterizada como ineficiente na província. Sabemos que há quase 5 anos estava em vigor o Regulamento do Ensino Obrigatório (1883), que reestruturou a inspeção no Paraná com a criação das Superintendências do Ensino Obrigatório, com seus chefes e superintendentes. Logo, como comprovamos na leitura das correspondências de governo e periódicos, o número de pessoas na inspeção aumentou o que, em tese, tornaria real a fiscalização amiúde. Sem contar que dois dos integrantes da Comissão haviam exercido função direta na estrutura da inspeção: Justiniano de Mello e Silva (inspetor paroquial e Diretor Geral da Instrução) e João Pereira Lagos (Diretor Geral da Instrução, Chefe da Superintendência do Ensino Obrigatório de Curitiba e superintendente). Sendo assim, provavelmente Justiniano e João Pereira Lagos tinham um conhecimento do desenvolvimento da inspeção do ensino na província mais amplo

ou diferenciado do que o dos professores Cleto e Rouxinol, que também integravam a Comissão. Os que integravam a Comissão possuíam, no exercício da função, uma rede de práticas, no entanto, como pondera Roger Chartier (1991), não existe “prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é deles” (CHARTIER, 1991, p.177). Nesse sentido, tendo como problemática central o ordenamento da própria estrutura da inspeção, percebemos a existência de *lutas de representação*.

Outro ponto observado é a indicação da legislação da província de São Paulo como uma referência para se pensar a mudança na estrutura da inspeção paranaense. Ressaltamos que não era incomum direcionar o olhar para uma província ou para a Corte durante o período, até porque as ações orquestradas nesses locais circulavam por meio dos jornais, revistas, cartas e pelos relatórios trocados entre os presidentes da província e os Inspetores/Diretores Gerais da Instrução Pública. No entanto, nos interessamos por aquilo que a Comissão aponta na legislação paulista, mas que, na sua proposta, tem “detalhes diferentes”, o que nos permite perceber aquilo que se apropria e aquilo que se refuta quando se olha para a legislação da outra província. Apesar de não indicar corretamente qual era a legislação paulista (a do “ano passado”) acreditamos, pela descrição, que a Comissão se referia à Lei nº 81, de 06 de abril de 1887.

Na referida lei, a direção do ensino comparece como competência do presidente da província e do Conselho Superior, que a exerce por meio do Diretor da Instrução Pública e dos Conselhos Municipais (art.1º). O Conselho Superior seria formado por 9 pessoas (Diretor da Instrução Pública, diretor da Escola Normal, quatro pessoas eleitas pelas Câmaras Municipais e três nomeadas pelo presidente da província) (SÃO PAULO. Lei N. 81, art.2º). Percebemos que o início dos “detalhes diferentes” se dá pela composição dos integrantes do Conselho Superior, visto que a Comissão, no Paraná, propõe que o mesmo tenha até 6 integrantes (Diretor Geral da Instrução Pública, diretor do Instituto Paranaense, diretor da Escola Normal, duas pessoas eleitas pelos docentes da província e uma pelos diretores de todos os colégios que existissem na província). Como podemos perceber, as Câmaras Municipais e o presidente da província não teriam responsabilidade na indicação dos integrantes do Conselho Superior, dando-se voz para os professores e diretores das escolas decidirem por quem os representaria.

Ainda no cotejamento entre a lei paulista e a proposta feita pela Comissão, na primeira, percebemos que haveria um Conselho Municipal em cada município e que ele seria composto por três pessoas (duas eleitas pelas Câmaras Municipais e uma pelo presidente da província, seguindo a indicação do Diretor da Instrução Pública) (SÃO PAULO. Lei N. 81, art.11º). Por sua vez, a Comissão propõe a existência do Conselho Municipal em cada município da província, com até seis integrantes, sendo presidido pelo delegado literário e cria um terceiro, o Conselho Paroquial, que funcionaria nas freguesias²⁹², formado também por até seis integrantes eleitos pelos pais ou tutores dos alunos e que seria presidido pelo inspetor, nomeado pelo presidente da província. Indicar uma comissão ou um conselho local de inspeção não foi uma novidade, uma vez que, antes mesmo da emancipação da província esteve a inspeção organizada por uma comissão formada por três integrantes ou ainda os conselhos literários ou conselhos de instrução, previstos nos regulamentos de 1857 e 1874. Antes da reforma que deu origem ao Regulamento do Ensino Obrigatório, de 1883, o Diretor Geral da Instrução Pública, Moysés Marcondes de Oliveira e Sá escreveu em seu relatório:

A fiscalização do modo porque serão executadas as disposições regulamentares não deveria recair só sobre os inspetores paroquiais que, nunca poderá satisfazer tão árdua tarefa. Seria útil estabelecer para este fim, nas diferentes localidades, uma comissão local de fiscalização (...) (OLIVEIRA E SÁ, 1882, p.4).

No seu relatório, o presidente Carlos Augusto de Carvalho reforçava a ideia de Moysés: “convém, como indica o ilustrado Dr. Diretor Geral da Instrução Pública, ensaiar a criação de comissões locais de fiscalização, fazendo intervir nelas as municipalidades” (CARVALHO, 1882, p.87). Notamos que as ideias para o desenvolvimento da inspeção e da instrução na província seguem um movimento que não é linear, progressivo, mas que recupera algumas proposições e as reformula de acordo com o contexto vivido. Tão interessante quanto perceber essas permanências de ideias para a inspeção durante o período, mesmo com desmembramentos de funções e papéis diferentes, é identificar na proposta da Comissão a importância da participação dos professores e diretores das escolas na escolha da composição desses conselhos, sendo que não era vetado que um desses assumisse tal posição. Pensamos que aí está o *detalhe diferente*, ou em outras palavras, aquilo que faz com que o

²⁹² A freguesia era uma circunscrição eclesiástica que formava a paróquia onde havia uma Igreja Paroquial. Freguesia como uma fração territorial da administração paranaense.

olhar para outra legislação ou sistema de ensino não seja o mesmo que transplantar as práticas que nelas compareciam. A lei paulista era clara: “podem ser membros dos conselhos superiores e municipais todos os funcionários gerais ou provinciais, *com exceção* dos professores públicos e empregados das repartições públicas” (SÃO PAULO. Lei n. 81, art. 127º- *grifos nossos*).

Continuando a acompanhar aqueles que seriam, anos depois, responsáveis pela formulação do Regulamento da Instrução Pública, de 1890, encontramos o médico maranhense **José Joaquim Franco Valle** atuando no Serviço de Higiene de Curitiba (NICOLAS, 1954, p.110) e em outros cargos públicos durante a segunda metade do século XIX, no Paraná. Pelo jornal, o acompanhamos à Antonina quando ocorreu o surto de cólera e ele tratou de muitos enfermos (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 08/05/1867, p.01); sabemos que era médico dos colonos da capital (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 13/03/1878, p.01); procurador fiscal do governo (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 11/02/1880, p.01); médico dos presos pobres da cadeia da capital (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 11/09/1886, p.02) e várias vezes deputado na Assembleia Legislativa, discutindo e votando ali também as reformas na instrução, quando como foi a favor da criação de novas cadeiras, indicação esta que foi aprovada (O PARANAENSE, 21/05/1878, p.02). Além de participar das discussões e aprovações de leis, decretos e regulamentos enquanto esteve como deputado, Franco Valle foi: professor de latim no Instituto Paranaense²⁹³ (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 22/10/1879, p.04); professor de latim no Colégio Parthenon Paranaense (A GAZETA PARANAENSE, 17/01/1878, p.02); professor de latim na Escola Realista²⁹⁴ (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 15/01/1890, p.04). Na Escola Realista trabalhou junto com João Pereira Lagos (professor de Filosofia) e Tertuliano Teixeira de Freitas (professor de Matemática), que já haviam exercido a função de Diretor Geral da Instrução Pública, cargo este que Franco Valle também ocupou nos anos anteriores (1882, 1883, 1885 e 1889). Pelos vestígios de sua atuação, podemos perceber que era uma pessoa que conhecia de perto as principais questões debatidas na província, visto que circulava por assuntos da saúde, economia, educação, além de participar de todos os debates sobre efetivação de normas, atos, decretos, leis,

²⁹³ Foi nomeado professor de latim em 21 de janeiro de 1875 (ALMANAK DA PROVINCIA DO PARANÁ, p.83).

²⁹⁴ A referida escola era Internato e Externato, atendendo os níveis infantil, primário e secundário (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 15/01/1890, p.04).

regulamentos, como integrante da Assembleia Legislativa do Paraná²⁹⁵. Além do conhecimento pelo exercício de atuação, ele tinha contato direto também com homens que desempenhavam papéis importantes dentro da estrutura da inspeção e instrução pública, o que possibilitaria também se manter a par dos assuntos específicos do ensino paranaense. Assim que assumiu pela primeira vez o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública, em 04 de abril de 1882, Franco Valle ofereceu 200\$000 anuais do seu salário para ser utilizado no ensino paranaense (CARVALHO, 1882, p.95). Sua doação, independente dos motivos, nos mostra que ele sabia ser a despesa com a instrução um dos principais problemas enfrentados para o desenvolvimento do ensino paranaense e, possivelmente, esse seu ato contribuiu para o destaque maior de suas ações frente à educação na província, se considerarmos que circulou como nota no jornal (GAZETA PARANAENSE 06/05/1882, p.04).

Outro paranaense que também organizou a proposta do Regulamento de Instrução, de 1890, e foi professor no Colégio Parthenon Paranaense²⁹⁶ junto com Franco Valle foi **Eusébio Silveira da Mota (1847-1920)** (O FUTURO, 15/03/1885, p.03). Eusébio era bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo (1870), foi deputado em 1874, professor de Psicologia, Lógica e Pedagogia no Ginásio Paranaense e na Escola Normal, em Curitiba (NICOLAS, 1954, p.121). Pelo jornal acompanhamos sua atuação como juiz municipal de Curitiba e da Lapa, ainda na década de 1870, agregando à esta função, na década seguinte, a de juiz de órfãos da capital (GAZETA PARANAENSE, 08/12/1885, p.03). Em estudo sobre a composição da Assembleia Legislativa do Paraná, durante os cem primeiros anos de sua existência, Maria Nicolas (1954) descreve Eusébio Silveira da Mota como um “pensador original e possuidor de extraordinário espírito de justiça e retidão em seus atos, quer como homem público, quer como cidadão” e complementa um pouco depois:

²⁹⁵ Foi deputado nos biênios: 1868 a 1869 e depois 1878 a 1879. No primeiro biênio foi responsável, junto com o tenente coronel Manoel Gonçalves Marques e o tenente coronel Luiz da Silva Gomes pela Comissão Permanente de Estatística (NICOLAS, 1954, p.106).

²⁹⁶ Sobre o colégio, Andrade Muricy (1974) escreve: “Em 1886 o grande colégio de preparatórios de Curitiba era o Parthenon, fundado e dirigido pelo médico (mais um baiano, e concunhado de do Dr. Muricy, então já falecido), Dr. laurentino Argeu de Azambuja. Veio esse educandário substituir o do professor Nivaldo Braga e o do professor Arthur Loyola, ambos de grande renome e acreditados. (...). Com elementos do professorado daqueles extintos educandários, e outros novos, o Parthenon pôde constituir <<o mais brilhante corpo docente que já teve em Curitiba, um colégio particular>>. Euzébio Mota e seu irmão Coriolano foram convocados” (MURICY, 1974, p.47).

Graças a um grande desgosto que sofrera na mocidade, dedicou-se ao estudo, como lenitivo, à sua mágoa, chegando, talvez, a ser o maior pensador do Paraná na sua época. (...) Euzébio era versadíssimo em História da Civilização, História da Literatura, Português, Latim e Francês (NICOLAS, 1954, p. 121).

No livro de memórias sobre alguns paranaenses e as relações por eles travadas no Paraná e fora dele, Andrade Muricy (1976) resgata um pouco da vida de Eusébio Silveira da Mota, por meio do que ouviu falar e do que leu. Ele escreve o que intitula de “drama” ou aquilo que depois ficou conhecido no imaginário como “lenda”, fruto de uma “bisbilhotice aldeã”. Ele nos conta o que diversos outros escreveram: Eusébio teve um grande amor e o perdeu, por isso teria passado o resto da vida sozinho e mesmo sendo “arredio, difícil, fechado”, esteve sempre “rodeado da admiração de companheiros e discípulos, sem ter nunca feito um gesto para provocar essas dedicações” (MURICY, 1976, p.36). Por fim, o autor nos informa aquilo que se tornou a “lenda” no romance de Eusébio:

Porque não houve uma recusa de amor, pura e simples. Arrebataram-lhe a noiva! E isso, em circunstâncias de gravidade incomparável. Porque quem lhe arrebatou era por demais chegado e querido: o seu próprio pai. Não houve uma tragédia, mas dupla tragédia (MURICY, 1976, p.37).

O pai que teria lhe roubado a noiva é o já nosso conhecido **Joaquim Ignácio Silveira da Mota**, que, entre outros cargos, havia sido Inspetor Geral da Instrução Pública no Paraná. Pelo que escreve Andrade Muricy (1976), esse intercuro amoroso não produziu problema na relação entre pai e filho, somente pode ter sido a explicação para o jeito de Eusébio Silveira da Mota ao longo da vida.

O Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Mota, seu pai, era a sua grande admiração, o homem magnífico, a personificação duma noção de personalidade e de vida mais amplas e variadas – devia parecer-lhe – do que a daquela gente toda com a qual tinha de haver-se. Devia considera-la decorrente da preclara cultura, a da Europa. Não lhe caberia, até quanto imaginá-lo é cabível, e mesmo se muitíssimo atenuado nos seus termos, aquela terrível caracterização fixada pelo Dr. Vicente de Paulo Vicente de Azevedo – << Os Silveira da Mota têm fama de extravagantes, devotos apaixonados de Vênus e, por vezes, de Baco>>. Os Silveira da Mota do Paraná, que eu conheci, parecem-me imensamente diferentes desse irreverente padrão (MURICY, 1976, p.31).

Notamos que o sobrenome Silveira da Mota possuía uma representação e que essa poderia funcionar para o seu detentor tanto para o bem quanto para o mal. Ser filho de

Joaquim Ignácio Silveira da Mota pode ter lhe aberto muitas portas, inclusive na hora de ser nomeado para compor a comissão que pensaria a reforma na legislação paranaense. Podemos dizer que Eusébio Silveira da Mota possuía uma “matriz” que integrava as suas experiências, apreciações, percepções de vida, uma base que Pierre Bourdieu (2002) conceitua como *habitus*, “um operador, uma matriz de percepção e não uma identidade ou uma subjetividade fixa. (...) o *habitus* é um sistema de disposições aberto, permanentemente afrontado a experiências novas e permanentemente afetado por elas” (PIERRE, 2002, p.83). Assim, como pondera Bourdieu (1997), quando investigamos determinados sujeitos, discursos, ideias, percebemos que não existe apenas uma reprodução constante na sociedade, e sim uma relação de interdependências, entre o material e o simbólico, que repercute nos indivíduos e na sociedade. Notamos que Eusébio Silveira da Mota estava imerso nessa rede complexa que articulava o capital econômico (a renda e imóveis seus e de sua família), o capital cultural (os saberes durante sua formação educacional, profissional, social – como os adquiridos em viagens pela Europa), o capital social (as relações que travava que podiam ser revestidas em capital) e o capital simbólico (possuir certo prestígio, influência) (BOURDIEU, 1997). Ter uma posição social de poder depende da articulação de toda essa “matriz”, mas que não significa que sua ocupação se dê sem lutas e sem perdas. Eusébio Silveira da Mota foi deputado na Assembleia Legislativa no biênio de 1874-1875 e, sobre esse período, Andrade Muricy (1976) comenta:

Como era de se esperar, esse mandato não deixou sinal em seu espírito, nem terá ele deixado nenhum sinal, naquela assembleia, da sua passagem por ela, imposta, parece-me evidente, só e só pela sua situação de família. É de imaginar-se como por lá se sentia perdido (MURICY, 1974, p.30).

Muitas vezes o *peso* do nome Silveira da Mota pode tê-lo curvado os ombros. A comparação com o seu pai ou com seu irmão, Joaquim Ignácio Silveira da Mota Júnior, era indelével. Andrade Muricy (1976) recupera a frase de seu professor e jurista, Dr. Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo, que escreveu sobre o irmão de Eusébio: “o Dr. Joaquim Mota, sempre de bom humor, era mais sociável, mais acessível e não menos culto” (MURICY, 1976, p.30). Diferenças e semelhanças à parte, após o patriarca da família reformar a estrutura da inspeção na província do Paraná, na segunda metade da década de 1850, seus filhos exerceram papéis importantes no arcabouço da instrução, seja como professor e proponente de reforma, tal como Eusébio Silveira da Mota, ou como docente e inspetor, tal

como seu outro irmão, Coriolano Silveira da Mota, que foi Superintendente do Ensino Obrigatório do 12º distrito de Curitiba (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 05/01/1884, p.02).

O mais novo integrante da comissão que pensou a reforma do ensino na província, que se tornou o Regulamento da Instrução Pública de 1890, foi **Emiliano David Pernetta (1866-1921)**. O sobrenome Pernetta veio de um apelido que seu pai, Francisco David Antunes, incorporou e passou a seus filhos, pois andava claudicante, como se estivesse dançando. “Espetacular e sutilmente arisco, Emiliano tinha de defender-se de muita incompreensão irônica e da admiração tantas vezes incômoda. (...). Tinha, realmente, o andar ligeiramente dançado que valera o apelido de “Perneta” a seu pai” (MURICY, 1976, p.237). Iniciou os estudos primários no Colégio Müller, em Curitiba, em 1874, passando no ano seguinte para o Colégio Nossa Senhora da Luz, indo para o Instituto Paranaense em 1879, onde fundou o clube dos estudantes, em 1880, junto com Rodrigo Octávio, filho do atual presidente da província. No mesmo ano em que D. Pedro II, em viagem pelo Paraná, esteve em Curitiba e visitou o Instituto Paranaense (SANTANA, 2015, p.06).

Emiliano foi colocado diante do imperador para ler e analisar um trecho de **Décadas**, de João de Barros. Anos depois, Emiliano comentaria que D. Pedro II talvez nem suspeitasse ter alisado os cabelos de um garoto que já então era republicano fervoroso e ardente revolucionário (SANTANA, 2015, p.06 – grifos do autor).

Pelas páginas dos jornais, sabemos que, na distribuição de prêmios para alunos que se distinguiram nas escolas públicas primárias, feita nos salões do Instituto Paranaense, na presença do Diretor Geral da Instrução Pública João Pereira Lagos, Emiliano Pernetta “terminou seu discurso lendo uma bela poesia análoga ao ato” (GAZETA PARANAENSE, 08/01/1887, p.03). Um dia depois, ocorreu a inauguração da aula de pintura e desenho no salão do Instituto Paranaense, sendo João Pereira Lagos o orador oficial, fazendo “uma brilhante alocução” e que, ao “acadêmico Emiliano Pernetta, tendo lhe sido dada a palavra, de surpresa, mostrou-se o orador entusiasta da arte – a única esperança e alegria em meio de sua descrença” (GAZETA PARANAENSE, 09/01/1887, p.03). Nessas duas notas de jornal, percebemos uma característica de Emiliano Pernetta, encontrada em outros paranaenses que tiveram papel ativo nos assuntos da inspeção e instrução pública: a capacidade de oratória, a facilidade de conferenciar para um público sobre temas dentro da estrutura educativa. Não somente falar em público, mas de ser realmente ouvido, de ter poder de convencimento. Ele

não só palestrou como o fez diante do Diretor Geral da Instrução, João Pereira Lagos, que depois seria seu parceiro na discussão e formulação do Regulamento da Instrução, de 1890.

Notamos no trecho anterior que há uma informação de que Emiliano era um acadêmico, ou seja, ainda estava estudando. No jornal saiu uma nota de que ele foi estudar Direito, em São Paulo, fez exame e foi aprovado para o 2º ano do curso (GAZETA PARANAENSE, 26/11/1886, p.03). Sobre esse período, iniciado em 1885 e finalizado em 1889, Ivan Justen Santana (2015) escreve que, na Faculdade do Largo de São Francisco, “a qual já estabelecia uma tradição na formação de homens públicos brasileiros”, Emiliano tinha como colegas Afonso Arinos (futuro jurista federal), Homero de Freitas (futuro ministro federal) e fez amizade, enquanto morava em uma república de estudantes, com Olavo Bilac, Júlio Ribeiro, Wenceslau de Queirós (o “Baudelaire paulistano”). Ainda segundo o autor, Emiliano “participou de recitais poéticos nos serões do “Corvo”, taverna que fora frequentada por Álvares de Azevedo e Castro Alves” (SANTANA, 2015, p. 07).

No ano em que sua contribuição na proposta de reforma da instrução paranaense foi publicada, o encontramos servindo como oficial do gabinete da secretaria de governo (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 04/01/1890, p.02), cargo que exerceu por pouco tempo, pedindo logo exoneração (A REPUBLICA, 25/02/1890, p.03). Ele também era membro do *Club Curitybano* e pelas páginas da revista do clube ficamos sabendo que durante o ano de 1889 ocorreram onze Conferências Literárias, sendo Emiliano Pernetta o responsável pela 11ª conferência. “As conferências foram todas muito concorridas e ouvidas com o maior silêncio e interesse” (CLUB CURITIBANO, 16/01/1890, p.02). Independente da escrita laudatória que a própria revista do clube possa ter feito sobre os que ouviram as Conferências Literárias, a presença de Emiliano Pernetta nos informa que ele se manteve, durante todo o período aqui investigado, presente no cenário paranaense, envolvido em espaços sociais e administrativos que permitiam a exposição de suas ideias sobre questões concernentes ao ensino na província do Paraná.

Em dezembro de 1889, uma notificação oficial do palácio do governo foi publicada na íntegra no jornal, com as justificativas de se organizar um novo regulamento e quem seria indicado para fazê-lo. Segundo escreve o governador, os regulamentos de 16/07/1876 e o de 16/01/1884 já haviam sido muito alterados ao longo dos últimos anos e isso resultava em “incertezas e embaraços na aplicação das prescrições nelas contidas”, sem contar “que o tempo decorrido, a contar das datas em que foram publicados esses regulamentos, tem trazido

a mais necessidade de harmonizar as disposições de ambos” (A REPUBLICA, 18/12/1889, p.02). Logo em seguida indica os nomes já por nós aqui conhecidos e o que dessa comissão era esperado:

Terá por objeto organizar um plano imediatamente exequível e relativo à instrução pública, primária e secundária deste Estado; plano esse que conterà a administração e fiscalização do serviço escolar, a designação das escolas que devem funcionar nos diferentes povoados, maiores ou menores, do território do Estado, as pessoas que, segundo as suas habilitações, devem regê-las, e a gratificação que devem perceber os funcionários professores e professoras, tudo adstrito à verba de 150 contos do Estado para tal fim (A REPUBLICA, 18/12/1889, p.02).

Podemos perceber na notificação oficial uma certa urgência em reformular a legislação sobre o ensino no Estado. Foras as justificativas elencadas pelo governador, tornava-se necessário também elaborar um regimento que, mesmo não rompendo totalmente com o disposto no período provincial, fosse proposto no período republicano. O governador cita, em meio às suas justificativas, o Regulamento da Instrução Pública, de 16/07/1876, que trata tanto da inspeção quanto da instrução pública na província paranaense e o Regulamento do Instituto Paranaense e Escola Normal Anexa, de 16/01/1884. No quadro a seguir, realizamos o cotejamento entre os regulamentos que tratam da inspeção e instrução pública primária: o Regulamento da Instrução Pública (1876) e o Regulamento da Instrução Pública (1890).

Regulamento da Instrução Pública 16/07/1876	Regulamento da Instrução Pública 29/01/1890
Art.9º O ensino primário elementar compor-se-á: 1º. De instrução moral e religiosa 2º. De leitura e escrita 3º. De noções gerais de gramática nacional 4º. De elementos de aritméticas e desenho linear, compreendendo o estudo do sistema métrico 5º. De prendas domésticas para o sexo feminino 6º. De geografia e história, particularmente da província	Art.13º Nas escolas é obrigatório o ensino: 1º. De instrução moral e civista 2º. De leitura e escrita 3º. De noções gerais e práticas de gramática portuguesa 4º. De elementos de aritmética, compreendendo o sistema métrico 5º. Do desenho, com aplicação à indústria e às artes 6º De prendas domésticas, nas escolas de meninas
Art. 10º As escolas públicas do ensino elementar serão classificadas em três entrâncias, do seguinte modo: 1ª entrância, cadeiras de povoados e bairros	Art. 10º Serão classificadas em três entrâncias as cadeiras públicas de instrução elementar, do seguinte modo: 1ª entrância, cadeiras de vilas e freguesias

2ª entrância, cadeiras de vilas e freguesias 3ª entrância, cadeiras de cidades	2ª entrância, cadeiras de cidades 3ª entrância, cadeiras da capital
Art. 2º É garantida em todos os graus a mais completa liberdade de ensino, guardadas as disposições deste regulamento. Art. 31º O ensino será simultâneo por classes. Para divisão das classes e programa do ensino de cada uma, o Conselho Literário formulará um regimento interno das escolas	Art. 50º O modo de ensino nas aulas de instrução primária elementar será o misto ou simultâneo mútuo. Adotar-se-á o método intuitivo, fundado no conhecimento direto das coisas. Os professores organizarão museus escolares, com as plantas e minerais da região, pondo para isto em contribuição a curiosidade e diligência das crianças
Art. 39º As matrículas nas aulas públicas da província serão gratuitas, vedadas, porém, aos seguintes indivíduos: 1º aos que sofrerem moléstias contagiosas 2º aos escravos 3º aos menores de 5 anos e maiores de 16 anos 4º aos que tiverem sido expulsos segundo a lei	Art. 34º Nenhuma criança será admitida à matrícula nas escolas primárias diurnas que tiver menos de 6 ou mais de 14 anos de idade. O preceptor examinará se o aluno é vacinado, e caso não o seja, comunicará imediatamente o fato ao inspetor de higiene ou aos delegados de higiene, que providenciarão segundo as suas atribuições
Art. 162º Nas aulas primárias das cidades haverá duas sessões diárias; nas vilas, povoados e bairros uma sessão, que durará das nove horas da manhã até as três da tarde. Nas cidades cada sessão durará três horas, começando a primeira às nove horas da manhã e concluindo as doze; a segunda começará à uma hora da tarde e se encerrará às quatro	Art. 15º As sessões em cada aula de instrução primária durarão de nove horas da manhã às duas da tarde. Depois da lição de cada classe, poderão os respectivos alunos ter um descanso ou recreio, que durará dez minutos
Art. 36º Todos os móveis e utensílios, prêmios e distinção das escolas serão fornecidos pelos cofres provinciais. Art. 37º As Câmaras Municipais fornecerão aos alunos pobres nas escolas públicas, à requisição do professor, penas, tinta, papel e compêndios necessários. Sob a proposta do Conselho Literário, poderá a presidência mandar fornecer esses objetos, quando não o façam as Câmaras Municipais	Art. 16º As casas escolares serão construídas com o produto do imposto predial, salvo as despesas para outro fim previstas em lei. Os móveis e utensílios serão fornecidos pelos cofres do Estado, precedendo requisição do preceptor. As Câmaras Municipais fornecerão aos alunos pobres penas, tinta, papel e os compêndios necessários
Art. 114º A inspeção e direção da instrução em toda a província compete: 1º. Ao presidente da província 2º. Ao Diretor Geral da Instrução 3º. Ao Conselho Literário 4º. Aos Inspetores Paroquiais	Art. 51º A administração e fiscalização do ensino incumbe: 1º. Ao governador do Estado 2º. Ao Diretor Geral da Instrução 3º. À Escola Normal 4º. Aos Inspetores Literários 5º. Aos delegados especiais, nomeados eventualmente pelo governo para exercer a inspeção no território do Estado
Art. 117º Todos os empregados da repartição da instrução pública serão de livre nomeação e demissão do presidente da província, ou por proposta do Diretor Geral da Instrução, respeitados os direitos de aposentadoria legalmente garantidos aos funcionários públicos	Art. 53º O Diretor Geral da Instrução é escolhido pelo governo entre os lentes do Instituto Paranaense e Escola Normal, e perceberá a gratificação que lhe está fixada por lei

Art.118º O Diretor Geral da Instrução é o chefe da repartição da instrução e o intermediário da sua correspondência com o governo	
Art. 136º Os inspetores municipais serão nomeados pelo presidente da província, sob proposta do diretor da instrução Art. 137º Os inspetores municipais serão escolhidos entre as pessoas de reconhecida ilustração, e que se tiverem distinguido pelos seus serviços à instrução Art. 139º Os inspetores empregarão todo o zelo para que sejam fielmente cumpridas as leis e regulamentos da instrução	Art. 55º Os inspetores literários serão escolhidos dentre os cidadãos que houverem exercido com distinção o magistério público ou particular, ou que sejam reconhecidamente probos e ilustrados. Haverá um inspetor literário em cada localidade onde funcionar pelo menos uma escola pública, contratada, subvencionada ou definitivamente provida

Quadro 18: O disposto na legislação de instrução paranaense de 1876 e de 1890

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir das fontes dispostas na Coletânea de Legislação Paranaense (CDPR – 1854 a 1889) e no jornal A República, 31/01/1890

Logo no primeiro item comparado no quadro, percebemos duas mudanças naquilo que deveria compor o currículo da instrução primária: sai de cena o ensino religioso, para dar lugar ao cívico, outra alteração foi em geografia e história da província, sendo substituídas pelo ensino de desenho, visando sua aplicação à indústria e às artes. A saída do ensino religioso já era esperada, visto que havia um grande debate nacional e internacional sobre a inserção do ensino religioso nas escolas, desde quem seria o docente que o ministraria até qual seria a sua vertente, ambos os casos colocavam em cheque o poder da Igreja Católica no ensino público. Podemos aventar que História e Geografia estavam incluídas na parte do ensino cívico que substitui o religioso, se pensarmos que, na comissão que organizou o regulamento de 1890, estava presente Generoso Marques dos Santos, que foi professor dessas duas disciplinas e que, portanto, dele poderia se esperar uma defesa da admissão das mesmas no ensino cívico. No entanto, a inserção do desenho com aplicação à indústria e às artes também vai de encontro com outro movimento que acontecia em diversas províncias.

Na década de 1870, Abílio César Borges publica o livro *Desenho Linear ou Elementos de Geometria Popular*, baseado nos princípios metodológicos de Walter Smith (BARBOSA, 1979, p.55), sendo este utilizado na província paranaense, mediante aprovação do Conselho Literário.

Verificamos que durante a década de 1870 houve um esforço intenso da importância do desenho geométrico e exemplos de como os outros países estavam se organizando para administrar este ensino, como nos Institutos Agrícolas [em Massachusetts] (onde se ensinava, durante quatro anos,

aritmética comercial, arte de guarda-livro, álgebra, geometria, trigonometria, agrimensura, construção de estradas e pontes (BARBOSA, 2014, p.155).

Ana Mae Barbosa (1978) sustenta que foi um período que tomava “a Arte aplicada à indústria, vista não apenas como uma técnica, mas como possuindo qualidades artísticas capazes de elevar a alma às etéreas regiões do Belo” e que, portanto, deveria ser parte do currículo da instrução primária e secundária (BARBOSA, 1978, p.38). Lembramos que, uns anos antes da formulação do regulamento de 1890, um dos seus propositores, Emiliano David Pernetta, fez um discurso improvisado de inauguração da aula de desenho e pintura e enfatizou que a arte era a “única esperança e alegria”. Por outro lado, Justiniano de Mello e Silva e João Pereira Lagos estavam na Comissão de 1888, quando esta discutia um currículo para o ensino secundário que preparasse os alunos para o exercício dos “grandes interesses sociais, (...) no preenchimento de empregos públicos e na representação de importantes cargos administrativos e políticos” e reforçam essa importância citando Guizot:

A Música, já dizia Guizot, produz na alma uma verdadeira cultura interior e tem por efeito imediato desenvolver os vários órgãos do ouvido e da palavra, adoçar costumes, civilizar as classes inferiores, aliviá-las das fadigas do trabalho e proporcionar-lhes inocente prazer em vez de distrações grosseiras e arruinadoras (CORREIA. RELATÓRIO DA COMISSÃO, 1888, p.36).

Se à música é dada toda essa capacidade civilizatória, o desenho é representado pela Comissão de 1888 como capaz de educar: “o desenho é o melhor meio de educar a faculdade da observação e é a base da educação técnica e industrial” (CORREIA. RELATÓRIO DA COMISSÃO, 1888, p.36). Podemos perceber a existência de uma relação entre desenho, indústria e arte que comparece anos depois no Regulamento da Instrução, de 1890. Não estamos considerando as indicações dos reformadores da legislação, ao longo de sua vida, como relações de causa e efeito no texto do regulamento de 1890, contudo, é interessante apontarmos que, pensando na construção social do texto normativo, ele acaba abrangendo questões que eram debatidas entre os seus formuladores e pela sociedade no geral.

No terceiro cotejamento feito, a preocupação era com o método utilizado nas escolas. Diferentes autores apontam a importância do método de ensino evidenciada pelos administradores provinciais e pelos responsáveis pela inspeção e instrução durante o século XIX, demarcando que o método era visto como uma “moderna técnica pedagógica” e que acabavam incidindo sobre a forma como se organizava todo o processo educativo, abrangendo

“os tempos, os espaços, os sujeitos, os conhecimentos e as práticas escolares” (SIQUEIRA, 2008; INÁCIO, 2003; INÁCIO et al 2006). Seguindo o Regulamento de Ordem Geral para as escolas da instrução pública (08/04/1857), organizado por Silveira da Mota, o ensino era simultâneo na província. Em trabalho sobre os métodos de ensino na província do Paraná, Franciele França (2011) demonstra que, entre os anos de 1858 a 1864, não ocorreu a menção de métodos tanto na legislação educacional quanto nos relatórios de presidentes e que não havia um detalhamento do que seria o ensino simultâneo, ou seja, na prática, os professores utilizavam aquilo que pensavam ser o método adotado²⁹⁷.

Durante o período estudado, nota-se que a compreensão de ensino por parte dos professores e autoridades, aponta sinais de mudanças, uma vez que suas avaliações e recomendações não focam somente os princípios de organização das escolas, mas passam a influir sobre um modo de ensinar voltado para o aluno. Deste modo, a criança ganha um outro espaço nas discussões referente à instrução, ela torna-se o centro do processo de ensino que passa a se considerar sua efetiva aprendizagem. Portanto, um método que atendesse essa especificidade se fazia necessário, com isso o método simultâneo e suas variações até então usado, foi sendo substituído lentamente pelo método intuitivo (FRANÇA, 2011, p.08).

No Regulamento da Instrução, de 1890, continua a indicação de utilização de um modo simultâneo ou misto para ensinar, mas que o método utilizado fosse o intuitivo. Franciele França (2011) localiza no início da década de 1880 a indicação em relatórios de presidentes de que o método intuitivo deveria ser exercido pelos alunos da Escola Normal, comparecendo no Regulamento do Instituto Normal e de Preparatórios (1882), sendo solicitado pela província a caixa para lição de coisas de Saffray, caixas Carpentier e a coleção de cartas Arnold Guyot (FRANÇA, 2011, p.07).

Antes de integrarem a comissão que organizou o Regulamento da Instrução (1890), Justiniano de Mello e Silva e João Pereira Lagos participaram da Comissão de 1888, nomeada

²⁹⁷ “Na tarefa de executar e fiscalizar o método, professores e inspetores compreendiam o método de formas distintas; entendia-se por ensino simultâneo o ensino conjunto de muitos alunos divididos por classes segundo seu adiantamento e as matérias ensinadas, todavia era esta maneira encontrada para organizar a escola de forma graduada, pois dividir a turma em classes não significava emprego do método definido, já que há relatos em que a turma encontrava-se dividida em classes, mas sobre o método era impossível comentar por não ter sido identificado” (FRANÇA, 2011, p.08).

para pensar as principais questões do ensino na província. Naquele momento, a Comissão escreve sobre a importância das escolas anexas à Escola Normal:

Estabelecidas junto das Escolas Normais poderão ser ao mesmo tempo duas escolas modelo para um e outro sexo ou mistas, aparelhadas com todos os elementos modernos relativos ao ensino primário, proporcionando pela aplicação direta dos métodos experimentais. Mapas, cartas murais, quadros, lousas, enfim, todos esses variados e múltiplos aparelhos que a última evolução do ensino primário tem engendrado para deste ser eliminada a feição abstrata, é torna-lo intuitivo, eis os elementos de que devem estar munidas as escolas anexas (CORREIA. Relatório da Comissão, 1888, p. 36).

Percebemos a permanência das propostas da Comissão de 1888 no Regulamento da Instrução de 1890. Somente dois integrantes eram os mesmos, porém, todos falavam de um *lugar social* que permitia o conhecimento do que era debatido sobre o ensino na província e fora dela, incluindo a discussão sobre o método a ser utilizado. Se antes, na Comissão de 1888, o indicativo era que fosse utilizado o método intuitivo nas escolas anexas à Escola Normal, no Regulamento de 1890 a aplicação se amplia para todas as escolas primárias da província, incluindo no corpo da lei o detalhamento dos museus escolares.

Outra mudança sutil pode ser percebida na distinção de quem era vetada a matrícula na instrução primária. Primeiro, em relação a idade, que no Regulamento de 1876 era de 5 a 16 anos, passa a ser no Regulamento de 1890 entre 6 a 14 anos. Antes disso, o Regulamento do Ensino Obrigatório (1883) demarcava entre 7 a 14 anos a idade da matrícula nas escolas primárias. Como podemos observar, se manteve no Regulamento de 1890 o mesmo limite de idade para a matrícula do regulamento de 1883, sendo que o corte inicial ficou entre os regulamentos de 1876 e 1883. Seguindo o recenseamento de 1890, o Paraná contava com 35 municípios, 71 distritos, 43 paróquias e 249.491 pessoas (128.209 homens e 121.282 mulheres), um número que deixava pistas da possibilidade de uma razoável população em idade escolar (BRASIL. SYNOPSE DO RECENSEAMENTO, 1898, p.19). Maria Cecília de Oliveira (1986) detalha que:

A população escolarizável, correspondendo a 1/7 da população geral, contava aproximadamente com 35.324 crianças, das quais 11% assistiam às aulas, permanecendo grande parcela dessa população fora do sistema escolar. Quanto à população escolarizada infantil, com 3.723 crianças, correspondia aproximadamente a 10,5% em relação à escolarizável (OLIVEIRA, 1986, p.236).

Mesmo sabendo que a estatística no período era passível de falhas, de manipulações quanto a dados e números²⁹⁸, percebe-se que ainda havia no grande território paranaense, obstante os esforços dos responsáveis pelo ensino ao longo do período aqui investigado²⁹⁹, crianças que estavam fora do sistema escolar. Provavelmente os propositores do Regulamento de 1890, ao restringirem a faixa etária para nove anos na instrução primária, pensavam em atingir um número maior de crianças.

Outra condição para a não matrícula das crianças nas escolas se relacionava com a saúde das mesmas. No Regulamento de 1876, ficariam de fora os que tivessem “moléstia contagiosa”, já no Regulamento de 1890, aquele que recebia o aluno deveria verificar suas vacinas e, caso não fosse vacinado, encaminhar para os responsáveis (inspetor ou delegados de higiene), para que as medidas corretas fossem tomadas. Podemos entender o destaque para a vacina no Regulamento de 1890, se nos atentarmos para o fato de que, entre os propositores da legislação estava José Joaquim Franco Valle, que durante a segunda metade do Oitocentos foi ativo no serviço de higiene na província paranaense. Franco Valle provavelmente estava a par do decreto nº 9.554, de 03/02/1886, que reorganizou o serviço sanitário do Império, criando o Conselho de Saúde Pública e a Inspetoria Geral de Higiene, que seria a responsável pelas atividades de propagação da vacina e serviço sanitário nos portos (BRASIL, DECRETO Nº 9.554, 1886). Tendo atuado ativamente contra a epidemia em Antonina, Franco Valle sabia das implicações de uma doença para os adultos e crianças.

Quando nos voltamos para a inspeção, percebemos que as diferenças entre os regulamentos são mais de nomenclatura do que reorganização total da função. A direção/administração e inspeção/fiscalização do ensino deixou de ser competência do presidente da Província para ser do governador do Estado, uma troca de nome em decorrência do contexto vivido: período republicano. Permaneceu a nomenclatura e função do Diretor

²⁹⁸ A crítica à manipulação e interpretação dos dados estatísticos está presente tanto em relatórios de presidentes e inspetores gerais, quanto nas publicações em jornais. Em 1885, por exemplo, ao tratar do ensino obrigatório e a crítica que foi feita por Generoso Marques dos Santos à ação do presidente Taunay frente às questões do ensino, na Assembleia Provincial, foi reforçado: “estatísticas aéreas, feitas à vontade, conforme muitos casos evidentemente se reconhece e está na consciência de todos, de nada valem e só servem para encher pomposos relatórios com algarismos, que não podem protestar contra conclusões inferidas do seu árbitro alinhamento” (GAZETA PARANAENSE, 23/10/1885, p.02).

²⁹⁹ Maria Cecília Oliveira (1986) também observou um aumento da população escolarizada entre os anos de 1882 a 1889, de 581 alunos, mas a autora reforça que, mesmo com aumento de crianças na escola, ainda havia um grande número fora dela (OLIVEIRA, 1986, p.237).

Geral da Instrução. Inspectores paroquiais/municipais se transformaram em inspectores literários. O que era da responsabilidade do Conselho Literário, passou às mãos da Congregação da Escola Normal – agregando um volume maior de questões concernentes à Escola Normal e ao Instituto Paranaense, como já era feito desde a segunda metade da década de 1880 (PARANÁ. ACTAS DO CONSELHO LITERÁRIO, 1880-1889). A grande diferença foi a criação do cargo “delegados especiais”, nomeados eventualmente para inspectar o ensino no Estado. O Regulamento de 1890 recupera o disposto no Regulamento do Ensino Obrigatório (1883), indicando ainda a nomeação de comissões, onde fossem necessárias, com a incumbência de promover a frequência escolar, sendo os inspectores literários os responsáveis pela sua presidência, podendo “ser cometidas as atribuições conferidas aos superintendentes do ensino obrigatório” (PARANÁ. Regulamento de Instrução Pública, 29/01/1890, art.33º).

Quando seguimos com a leitura minuciosa entre os dois regulamentos, de 1876 e 1890, percebemos que a proposta pensada pelos cinco integrantes da comissão não rompe totalmente com ideias e estruturas que já estavam postas desde meados da década de 1870. O Regulamento de 1876 tem 121 artigos a mais que o Regulamento de 1890, com um detalhamento sobre o ensino primário e secundário (público e particular), matrícula e material nas escolas, concurso para professores (vantagens de ser professor, vencimentos, títulos de vitaliciedade, remoções, acessos, jubilações), alunos mestres, estrutura da inspecção e dos demais funcionários da direcção da instrucção pública (secretário, amanuense, bedel e porteiro). Não somente a quantidade de artigos e assuntos é superior, como a própria estrutura de organização do seu conteúdo, com capítulos, títulos e seções. O primeiro Regulamento de Instrucção Pública após o advento da República não segue o formato de todos os outros que o antecederam. No seu texto legal estão dispostas as principais questões do ensino: ordem geral, matrícula, funcionamento das escolas, estrutura da instrucção primária e secundária, inspecção, mas sem outras minúcias. O que nos leva a crer que ainda continuava valendo as normatizações antigas que ali não estavam postas. Vemos um novo regime de governo, um novo regulamento de ensino, mais sucinto, pensado por aqueles que tinham uma vivência na inspecção e na instrucção durante o período imperial.

Acompanhando esses senhores que foram responsáveis por elaborar o Regulamento de Instrucção de 1890, identificamos que as redes de relações que travaram ao longo do exercício de funções diversas na província, acabaram por contribuir para o desenvolvimento

de suas ações na instrução. Isso porque as redes de relações, que são ao mesmo tempo redes de poder e rede de conhecimento, proporcionam ao sujeito que nela está inserido, um conhecimento do jogo de sociabilidade. Vimos esses homens circulando, tendo amigos, mas, o que os diferencia de outros que aqui não se encontram é justamente o modo como operam o jogo da sociabilidade, ou seja, como eles acionam a sua rede, as *táticas* e *estratégias* que utilizam para tirar proveito dessa trama.

4.1. Exposições, Congressos e Conferências: “o Paraná marcha sobranceiro (...) no tortuoso caminho que separa o atraso do progresso”.

Das páginas do jornal *O Dezenove de Dezembro* chega a notícia de que a erva mate sairia do Paraná para a Europa. A afirmação foi feita pelo Conselheiro Correa, em seu discurso sobre a relação e comparação da província paranaense com outras províncias brasileiras e nações que se voltavam para a participação em exposições nacionais e internacionais. Nesse momento, o referido tratava da exposição de 1875, realizada na província do Rio de Janeiro e se remetia a uma fala específica do Imperador D. Pedro II: “o Paraná, como sempre, marcha na vanguarda do progresso” (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 05/01/1876, p.02). O jornal ainda trazia a seguinte declaração: “o Paraná marcha sobranceiro sem se embaraçar no tortuoso caminho que separa o atraso do progresso; já vai com toda a sua pujança tomar assento no banquete de Filadélfia de 1876” (Idem).

A preocupação em representar a província do Paraná em eventos como os das Exposições Universais evidencia uma tendência do período onde ver e ser visto funcionava como uma vitrine, que poderia possibilitar o desenvolvimento da província como um todo. A seleção dos produtos brasileiros que seriam expostos nas referidas feiras acontecia primeiro regionalmente e depois nacionalmente. Em 1875, o jornal publicou a notícia da distribuição de prêmios para os expositores paranaenses que representaram a província na Exposição Nacional e que representariam na Exposição Universal a ser realizada na Filadélfia, nos Estados Unidos, em 1876. O presidente da comissão provincial, Agostinho Ermelino de Leão, fez o discurso no paço da Câmara Municipal:

Progresso moral e progresso material – eis as duas palavras do século. (...). Nós os brasileiros somos um povo predestinado! Bem dissera Humboldt, o sábio, que é no Brasil que a civilização do mundo há de concentrar-se um dia. (...) Sim! Amanhã estejamos presentes ao grande páreo da civilização

com que os Estados Unidos solenizam o primeiro centenário de sua emancipação (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 17/03/1875, p.02-03).

Na fala do paranaense comparece a representação de que essas feiras universais eram os *grandes espetáculos da humanidade*, as *festas do progresso*³⁰⁰ e que o Brasil trilhava esse caminho. Sobre a Exposição de Filadélfia, Sandra Pesavento (1994) explica que ela foi uma importante ferramenta para alavancar os Estados Unidos ao patamar de outras nações que eram tidas como referência de civilidade e progresso, sendo apresentado o desenvolvimento de técnicas, um resultado da aliança entre o progresso material e o avanço da ciência. A América era representada nas publicações, que se referiam ao período da Exposição Universal como a “terra da promessa”, uma nação³⁰¹ que se ergueu potencialmente já no primeiro centenário de sua independência, sendo a exposição uma vitrine para mostrar um país em um dos seus “momentos privilegiados da construção da nacionalidade e que obteve os resultados desejados” (PESAVENTO, 1994, p.157-158). A autora aponta que a Exposição de Filadélfia foi inaugurada com “pompa e solenidade”, contando com a presença do Imperador D. Pedro II e com o hino composto por Wagner especialmente para a ocasião (Ibidem, p.159).

³⁰⁰ Ver ainda: AMOROSO, 2006; HEIZER, 2005; SANTOS E COSTA, 2005.

³⁰¹ “Elaborava-se, assim, um processo de construção de uma identidade coletiva, articulado em torno da ideia de Estado-nação. Os membros da comunidade eram levados a se auto-identificarem com um *ethos* americano, socialmente difundido! E a conceberem-se a si próprios como portadores daqueles valores determinantes do triunfo americano. Este processo envolvia uma relação do presente com o passado! Bem como uma projeção para o futuro. Ou seja, o cidadão americano era o herdeiro das tradições gloriosas de um povo de desbravadores (os peregrinos, os conquistadores da terra! os vencedores dos índios, os heróis da independência, os construtores da democracia), numa saga a que, no presente, davam continuidade. Da mesma forma, dentro de tal visão evolutiva e ufanista! o futuro da América era previsível: a sua supremacia, a sua missão civilizatória, progressista e moralizadora eram os passos de um destino inexorável. O povo americano era soberano e nada poderia afastá-lo do caminho natural que ele próprio construía” (PESAVENTO, 1994, p.157).

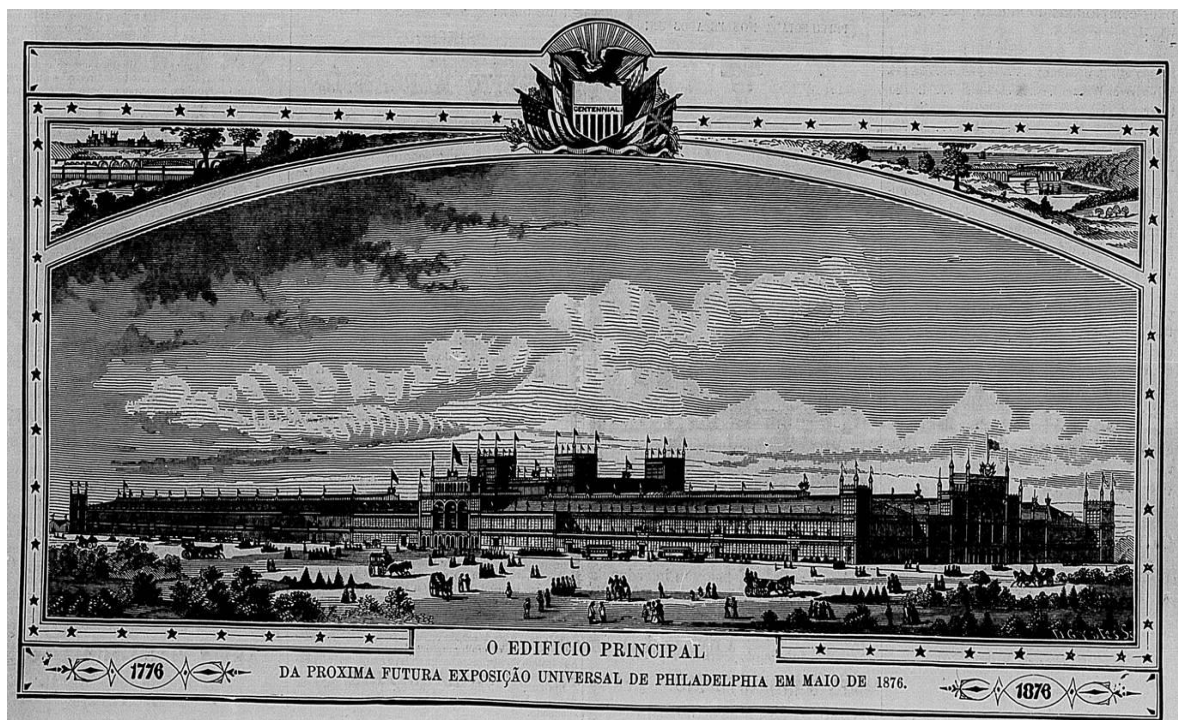


Figura 9: Edifício Principal da Exposição de Filadélfia, 1876
 Fonte: Novo Mundo, 23/03/1875.

A gravura anterior, publicada um ano antes da Exposição de Filadélfia ser realizada, demonstra visualmente o pensamento de que as exposições eram momentos de grande visibilidade para o país. Segundo a descrição feita sobre o prédio, que acompanha a referida gravura, a exposição teria lugar no jardim Fairmount (tendo o triplo de tamanho do espaço do Central Park, de Nova Iorque), custaria mais de 20000 contos, sendo composto totalmente de vidro e ferro e que o edifício consistiria em “nove grandes pavilhões de extremo a extremo” (NOVO MUNDO, 23/03/1875, p.160). A parte superior da imagem traz o prédio em uma escala menor, quando podemos observar a amplitude do terreno ao entorno. O leitor do periódico, em contato com essa representação gráfica, visualizaria a grandeza do evento, por meio da estrutura pensada. No ano seguinte, já iniciada a Exposição de Filadélfia, a mesma folha noticia o primeiro passeio pela estrutura:

A Exposição ainda está muito desarranjada para dela fazermos ideia perfeita. Todavia, percorramos os principais edifícios. (...) Entraremos antes de tudo no Edifício Principal, nesse grande paralelogramo de 464 sobre 1,876 pés. A avenida principal, a do centro, por onde andaremos, tem 120 pés de largura. (...) Os Estados Unidos ocupam, pois, perto de uma terça parte de todo o espaço. A seção da direita tem, além da parte da República, as Exposições do México, Holanda, Brasil, Bélgica, Suíça e França, esta última tendo uma quarta parte do centro. Na outra metade estão dispostas as demais

exposições, a Grã Bretanha e colônias, a Suécia, Noruega e Itália ocupando toda a quarta parte do edifício do lado norte e oeste (NOVO MUNDO, 27/05/1876, p.167).

A descrição nos deixa entrever que, com exceção do México, o pavilhão do Brasil se encontrava ao lado de países que geralmente eram citados, pelos responsáveis pela instrução pública brasileira, como referência de sistema de ensino. A planta da exposição³⁰² traz enumerada a primeira disposição dos pavilhões e nessa percebemos que, dos 189 espaços já demarcados, três traziam em sua descrição a relação direta com a educação: Edifício da Instrução Pública da Pensilvânia (09); Escola Kindergarden (Jardim de Infância) (32) e a Escola de Senhoras (169). Esta última, inaugurada pela Imperatriz Teresa Cristina³⁰³. Tinha-se o ambiente propício para a observação sobre algumas questões da instrução, desde a circulação de pessoas de todos os países, incluindo aquelas que eram responsáveis diretas pelo ensino, até a exposição efetiva das temáticas nos pavilhões dos países. Sobre o espaço holandês foi feita a seguinte observação: “a exposição de objetos de uso escolar é boa em qualidade e quantidade” e no da Suíça: “mais atrás vê-se uma bela representação do sistema de instrução pública, que nenhum professor deve de deixar de ver” (NOVO MUNDO, 27/05/1876, p.169). Países cujos pavilhões eram vizinhos ao do Brasil, que, por sua vez, recebeu o seguinte comentário no periódico: “o nosso país faz na Exposição um papel condigno da primeira nação da América do Sul” (Ibidem, p.170).

Na mesma página, a folha noticia a participação do Brasil na Exposição, os brasileiros e as comissões que estão presentes. Entre eles, aqui ganha destaque a nota que informa que, há uma semana, estava na Exposição o Dr. Felipe da Motta de Azevedo Correia, encarregado pelo Ministério do Império para estudar os assuntos referentes à instrução primária, secundária e normal. “Membro do Conselho Diretor da Instrução Pública do Rio de Janeiro e Professor do Colégio de Pedro II, o Sr. Dr. Motta vai permanecer neste país cerca de seis meses, três em Filadélfia. Depois voltará à Europa para ali continuar seus estudos” (Ibidem, idem). Como apontam Gizele de Souza e Vera Gaspar (2015), ao estudarem os Museus Pedagógicos e a relação dos mesmos nas Exposições Universais, Felipe da Motta de

³⁰² Ver Anexo III.

³⁰³ “(...) o Imperador e a Imperatriz seguiram para o Pavilhão das Senhoras, que a Imperatriz fora convidada a ir abrir. Ela entrou ao braço do Sr. Ministro Borges, o Imperador seguindo-os e dando o braço à Sra. D. Emilia Borges (NOVO MUNDO, 27/05/1876, p.167).

Azevedo Correia recebeu do Ministério do Império o aviso de sua indicação, em 29/02/1876 e, entre as instruções do que deveria observar durante o período, esboçadas no relatório da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município Neutro da Corte, estava: “assistir as conferências pedagógicas que deviam fazer-se na dita exposição e tomar parte nelas, no caso de isso ser possível” (Relatório da Inspetoria (1878) apud SOUZA e SILVA, 2015, p.23). A presença de Felipe da Motta de Azevedo Correia reforça a indicação não somente de que as Exposições eram vitrines de civilidade e progresso no geral, como também de que eram locais de circulação do conhecimento sobre a instrução, principalmente se considerarmos que Felipe foi presidente de algumas conferências realizadas na escola da Glória, no Rio de Janeiro (BASTOS, 2002, p.01).

Os reflexos das comemorações pela independência dos Estados Unidos e da participação do Brasil na referida Exposição aparecem nos jornais paranaenses. Segundo consta, um crédito de 3.000U000³⁰⁴ foi disponibilizado à província para “aquisição e remessa de produtos destinados à Exposição de Filadélfia” (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 10/07/1875, p.02). A imagem dos produtos vendidos também era aliada à exposição, uma forma de legitimar a qualidade dos mesmos, como a propaganda da Fábrica de Chapéu de Luxo: “nossos produtos foram escolhidos pela comissão geral para figurarem na Exposição de Philadélphia” (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 10/10/1877, p.04)³⁰⁵. Ainda pelos jornais sabemos que, a pedido do Imperador D. Pedro II, Carlos Gomes “compôs um hino para a Grande Orquestra, comemorativo à Independência dos Estados Unidos, o qual foi executado na Exposição de Filadélfia” (DIÁRIO DO PARANÁ, 24/11/1970, p.08). Antonio Carlos Gomes (1836-1896), compositor, autor da ópera O Guarani, que em 1863 foi para a Itália, apoiado pelo Imperador, estudando no Conservatório de Milão, com Lauro Rossi (ALMEIDA, 1964). Essa participação confirma que, homens com diferente formação acadêmica e circulação pelo mundo estavam conectados por assuntos comuns, que colocavam em movimento elementos da cultura brasileira, desde os produtos até a música pensada para homenagear o referido país.

³⁰⁴ Três mil contos de réis.

³⁰⁵ Acompanhando as notícias do jornal *O Dezenove de Dezembro*, percebemos que os reflexos da exposição são sentidos nos anos posteriores, em diferentes setores. A notícia da peça *Ilusões* que seria apresentada no Teatro S. Theodoro, por exemplo, veio acompanhada da explicação de que ela foi “a grande experiência premiada na Exposição de Philadelphia” (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 07/12/1884, p.04).

Em relatório, o presidente da província, Frederico Abranches (1875) escreve sobre a exposição provincial que ocorreu em abril e pondera: “é de se esperar que o Paraná manterá em Philadelphia a mesma gloriosa atitude que assumiu na última exposição de Vienna d’Áustria” (ABRANCHES, 1875a, p.06). A escrita do presidente confirma a representação existente de que as Exposições Universais eram momentos profícuos para demonstrar as ações desenvolvidas na província. Era grande a expectativa de que a participação na Exposição de Filadélfia fosse excelente, uma vez que, em Viena, o Brasil ganhou 202 medalhas (medalha de progresso, de mérito, de arte, de bom gosto, de cooperação), além dos diplomas de honra e menção honrosa. (BRASIL, RELATÓRIO EXPOSIÇÃO DE VIENA, 1873, p.21).

No relato da Comissão da Exposição Nacional, que foi responsável por representar o Brasil na Exposição Universal de Viena, é possível acompanhar a chegada da mesma no local, a organização do espaço brasileiro e as premiações que os produtos receberam. Mas também percebemos indícios dos que participaram dessa estruturação em solo estrangeiro: “varões nobilitados por títulos científicos, professores de faculdades, e jovens delicados, a uma, não fugiam da poeira e cisco, e, constituídos em operários diligentes, se entregavam a trabalhos rudes, ferindo suas mãos e rasgando às vezes suas vestes” (Ibidem, p.14). Localizar indícios de alguns dos responsáveis pelos preparativos para a representação brasileira nas exposições (os que participaram internacionalmente) e como produtos e demais organizações comparecem nos jornais paranaenses, nos ajuda a compreender que toda essa rede provavelmente deixava marcas não somente econômicas, comerciais, que ela se estendia pelas ações educativas no território brasileiro, em específico, na província paranaense.

O percurso para que um produto representasse o Brasil em uma Exposição Internacional era longo. Primeiro, ocorriam as Exposições Provinciais, depois os melhores itens expostos compareciam na Exposição Nacional e, desta, seguiam para as Exposições Universais³⁰⁶. No catálogo da Exposição Provincial do Paraná, de 1866, entre os diversos produtos organizados em diferentes classificações, comparece na 10ª a “fronha de crivo. Feita pelas alunas da 1ª classe da escola pública primária de Antonina, exposta pela Sra. Professora D. Diocleciana A. da Rocha” (PARANÁ. EXPOSIÇÃO PROVINCIAL, 1866, p.46).

³⁰⁶ Em trabalho sobre a participação da província da Bahia nas Exposições Universais, Cinthia Cunha demonstra o percurso percorrido mencionado (CUNHA, 2010).

Integrava a Comissão Diretora da Exposição Provincial³⁰⁷ os médicos Joaquim Dias da Rocha e José Candido da Silva Murici, que haviam sido Inspetores Gerais da Instrução Pública paranaense, em 1860. Para a exposição que aconteceria posteriormente na Corte, o presidente da província escreve carta ao Inspetor Geral pedindo “os objetos constantes da cópia junta pertencente a instrução pública e que deverão figurar na Exposição Nacional”, conforme o solicitado pelo Ministério do Império (CODICE 0951, 1866, p.81). Podemos dizer que a instrução pública paranaense foi representada nas exposições por meio dos trabalhos de suas alunas, os responsáveis pela organização dos produtos tinham familiaridade com o tema, uma vez que já tinham exercido o cargo de Inspetor Geral, e que do atual inspetor foi cobrado o envio de objetos. Uma rede que se montava para a participação em exposições com objetos que representassem a instrução paranaense, não só os produtos naturais, industriais ou demais obras (de arte, livros).

Apresentado com o intuito de “tornar bem conhecido o Império do Brasil e esclarecer os imigrantes”, além de permitir que a Europa conhecesse esta região da América (BRAZIL. O IMPÉRIO..., 1873, p.03), o livro brasileiro para a Exposição Universal de Viena (1873), informava ao leitor que o desenvolvimento da instrução pública era ponto importante para o país³⁰⁸. No extrato sobre a situação da mesma em cada província, apontava o número de escolas e de alunos frequentando, descrevendo que, no Paraná, haviam 47 escolas públicas (1.917 alunos) e 17 particulares (333 alunos), que mais 37 escolas públicas foram criadas, apesar de não estarem funcionando e que, quanto a “frequência, não houve alteração sensível em referência ao ano anterior” (BRAZIL. O IMPÉRIO..., 1873, p.278). Dar a ver a instrução, a partir do quantitativo de escola e frequência, pode ter sido uma estratégia para cunhar a representação de que no Brasil, apesar do extenso território, das possíveis dificuldades políticas e econômicas decorrentes do passado como colônia, havia um número expressivo de aulas públicas e particulares, ou seja, existia uma preocupação com a instrução da população.

³⁰⁷ Joaquim Dias da Rocha (presidente); Lucas Antonio Monteiro de Barros (secretário); José Candido da Silva Murici; José Meró de Freitas; José Keller e Antonio Pereira Rebouças Filho (PARANÁ. EXPOSIÇÃO PROVINCIAL, 1866, p.46).

³⁰⁸ “A instrução, em geral, mas em particular o ensino primário, tem merecido constante solicitude do governo e acurada atenção das assembleias provinciais, competentes, em virtude de preceito constitucional, para legislar sobre o ensino primário e secundário e estabelecimentos próprios e promove-lo nas respectivas províncias” (BRAZIL. O IMPÉRIO..., 1873, p.264).

É interessante que, um ano antes da Exposição Universal de Viena, ocorreu no mesmo país o 19º Congresso dos Professores (07/06/1872). O resumo do que foi apresentado durante os três dias de sua duração, que contou com a presença de cinco mil professores, foi publicado na revista *A Instrução Pública*, da província do Rio de Janeiro (A INSTRUÇÃO PÚBLICA, 18/08/1872, p.161 a 163). Alguns dos temas discutidos foram: os problemas do sistema de educação e a direção do ensino, colégios internos, escola superior e a inclusão de uma cadeira de Pedagogia (na primeira sessão), instrução religiosa nas escolas (segunda sessão), educação feminina (terceira sessão). Segundo o resumo do congresso, o primeiro a discursar foi o professor de escola de Viena, Antonio Koheler e “o pensamento primordial de seus raciocínios pode resumir-se nas seguintes palavras: a salvação do povo vem da educação partindo de baixo e não da pressão de cima; tão pouco vem da ciência dos sábios” (A INSTRUÇÃO PÚBLICA, 18/08/1872, p.162). Uma crítica à administração do ensino que inspeciona, vigia, pressiona, seguindo as teorias científicas, sempre em uma relação hierárquica com os professores, sendo que estes é que seriam os responsáveis diretos pelo desenvolvimento do povo pelo ensino. A instrução religiosa nas escolas foi o tema aberto por Triesher, que afirmou:

A religião tem em mira o enobrecimento do homem, o consola e o fortalece; oferece um ideal e modelo de perfeição moral, sem os quais falta o coroamento da ciência insulada de cada um. A religião é a raiz; as artes e a ciência são os ramos e flores. Sem embargo, a pedagogia não conhece nenhuma religião universal, sendo que exige de cada mestre que, debaixo de seu próprio ponto de vista religioso, distribua a instrução nesta matéria; donde se segue que o ensino de religião deve deixar de ser propriedade de uma classe privilegiada da sociedade. Deveria, pois, nomear-se uma comissão de teólogos e professores para que formassem um manual de religião para os mestres, que tivesse por base a harmônica união da religião e ciência (A INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1872, p.162).

O periódico informa que vários oradores se manifestaram após essa fala, seja aprovando a criação do manual, seja desconsiderando a permanência do ensino religioso nas escolas públicas primárias. O diretor da primeira Escola Normal de Viena – escola esta descrita como aquela que tomou “a peito a formação e instrução adequada dos mestres de escolas” – pondera que uma comissão mista entre professores e teólogos não daria certo, “porque por própria experiência sabia que os intuitos destes não poderiam nunca pôr-se de acordo”, que o contexto atual não permitiria um convênio escrito em formato de manual que não repetisse a “teologia absurda e embrulhada” encontrada na sociedade (A INSTRUÇÃO

PÚBLICA, 1872, p.162). Em seguida, deu-se início a terceira sessão, onde o diretor de uma escola de meninas, Doutor Meier de Lubeck, discursou sobre a educação feminina e, segundo o relato no periódico, ele apontou duas tendências quando se discutia a reforma: preparar a mulher para um trabalho produtivo ou prepara-la para os deveres domésticos e a vida familiar. O autor teria pendido a sua fala para aquilo que considerava como “natureza feminina”:

Devem aprender a trabalhar, mas não devem considerar como trabalho o que não é trabalho. A educação da mulher, do modo que domina nas esferas elevadas da sociedade, não basta; a escola deve ter sempre presente sobre tudo o que exige a educação da mulher para preencher os deveres da casa, sem descuidar por isso a necessária preparação para ocupar sua atividade em algum trabalho produtivo. Os inimigos do matrimônio e da vida de família, a saber: a paixão do luxo, das modas e prazeres, devem combater-se na juventude (A INSTRUÇÃO PÚBLICA, 18/08/1872, p.162).

Duas mulheres pediram a palavra para o debate após a fala do diretor. A primeira, Augusta Wegrowitz, ponderou que o discurso anterior não deu a devida importância que era exigida para com a educação feminina. A questão, para essa senhora, era muito menos o que se entendia como “natureza da mulher”, mas aquilo que se pensava ao educar aquela que educa a geração seguinte. Em suas palavras:

A mulher tem, pois, missão de educar, que não se refere só ao especial, senão também ao geral. Porém este não é senão um lado da questão; milhares de mulheres vivem vida miserável, porque podem dedicar sua atividade a coisas práticas e úteis; neste ponto uma reforma é necessária, urgente. A oradora por fim apresentou as seguintes teses: 1ª o sexo feminino deve, por meio da educação e instrução, ser conduzido quanto antes a preencher sua principal missão; 2ª, a educação e instrução das meninas devem de tal modo verificar-se que estas cheguem a pensar claramente e ter vontade firme, que é o único elemento que as pode fazer capazes de entrar na vida prática de maneira adequada à sua natureza (A INSTRUÇÃO PÚBLICA, 18/08/1872, p.162).

Depois dos aplausos que a oradora obteve, Isabel Santt também subiu a tribuna para se pronunciar. Segundo ela, no plano de estudos voltados para a educação feminina, deveria ser introduzido a ginástica, a antropologia e o aumento das horas em sala de aula. Sobre a relação entre o homem e a mulher, que acaba determinando a forma como a segunda irá ser educada, sustenta:

É bela sorte, disse, ser cuidada pelo homem como bela flor; porém a flor de que se não cuida se deslustra e é pisada; tais são as circunstâncias efetivas de um sem número de mulheres. (...) o fastio e a ignorância lavram o abismo

que demasiado amiúdo se abre entre homem e mulher (A INSTRUÇÃO PÚBLICA, 18/08/1872, p.163).

Nota-se que as duas mulheres não se opõem totalmente à fala do diretor, porém, pontuam a pertinência de que as meninas recebam uma educação mais completa, com matérias e horários que até então eram somente para os meninos, visando que elas desenvolvam não apenas aquilo que era da sua “natureza”, como também o seu pensamento crítico e o fortalecimento do seu pensamento diante do mundo.

A exposição de como esses temas compareciam nas discussões do 19º Congresso dos Professores de Viena nos é pertinente por três motivos: primeiro, porque ele aconteceu um ano antes da Exposição Universal que contou com o empenho dos paranaenses para na participação do Brasil, o que nos permite apontar como professores e demais responsáveis pelo ensino naquele país se organizavam e o que discutiam durante aqueles anos. Segundo, porque o resumo de suas sessões foi publicado na revista *A Instrução Pública*, que, como o nome mesmo indica, era uma publicação voltada para aqueles que tinham interesse específico pelo ensino, incluindo, portanto, os nossos inspetores paranaenses. Entre as correspondências de governo trocadas na Inspetoria da Instrução Pública Paranaense, encontramos no ano de 1872 uma mobilização entre os inspetores paroquiais e Inspetor Geral para angariar assinaturas para o referido periódico (AP0391, 1872)³⁰⁹, o que nos indica que havia não só o conhecimento da existência da revista, assim como a orientação de que a mesma fosse assinada pela Inspetoria Geral. E o terceiro motivo se relaciona com o movimento de interpor o que estava tensionado nas sessões do congresso e o que estava apontado como questões pertinentes pelos responsáveis pela instrução paranaense no mesmo período.

No ano que antecede o Congresso de Professores em Viena, exerceram a função de Inspetores Gerais da Instrução Pública no Paraná: Tertuliano Teixeira de Freitas, João Francisco de Souza Castro e Bento Fernandes de Barros. Destes, o último apresentou um relatório ao presidente da província, Venâncio José de Oliveira Lisboa. Sobre a administração do ensino, primeira questão que vimos apontada no referido congresso, Bento Fernandes de

³⁰⁹ João de Oliveira Franco, inspetor paroquial de Rio Negro, comunica ao Inspetor Geral que estava angariando assinaturas para o periódico *A Instrução Publica* (AP0391, 15/11/1872, p.58 e 59) e o outro inspetor paroquial de Curitiba, José Justiniano de Mello e Silva, acusa ao Inspetor Geral a recepção do ofício solicitando assinaturas para o periódico da Corte: *A Instrução Pública* (AP0391, 07/11/1872, p.67).

Barros (1871) diz que a inspeção é o instrumento que fazia funcionar o governo da instrução e que ela:

Deve ver, observar e ajuizar de tudo que concerne ao ensino, porque nisso vai o interesse de todos. Incumbe-lhe não só averiguar a organização, a disciplina, os objetos de estudo, e a frequência das escolas, como apreciar os métodos e processos de ensino, todas as questões de princípio que nascem da observação dos fatos. Assim, a inspeção tem a desempenhar uma missão elevada, qual a de servir aos progressos da ciência pedagógica, generalizá-los em benefício de todos, comunicar ao ensino público as descobertas dos espíritos criadores, sem o que converteria na rotina que imobiliza a inteligência e a sociedade, modifica-lo segundo o estado das luzes e das necessidades. Deve, pois, a inspeção do ensino público ter em sua organização os elementos necessários para *verificar o estado intelectual e moral das escolas, dar vigor as leis e regulamentos a que são sujeitas, e fazer penetrar nelas as ideias da autoridade encarregada de dirigi-las* (BARROS, 1871, p.21 – *grifos meus*).

Notamos que o inspetor paranaense chama a atenção para uma inspeção que não somente fiscalize, mas que seja capaz de propor ações a partir daquilo que estudou ou que observou. Ele não menciona em seu relatório como deve ser a relação entre aquele que inspeciona e o que é inspecionado. Pelo modo como se posiciona, ele identifica na inspeção a autoridade nos assuntos referentes ao ensino, dentro de uma estrutura hierárquica inversa daquela que o professor da escola de Viena, Antonio Koheler, sinalizou como importante para o desenvolvimento da instrução: de baixo para cima, sem pressionamentos. O tema é o mesmo, contudo, o *lugar* de onde cada um fala – inspetor geral ou professor orador em congresso – faz com que os posicionamentos se diferenciem. Todavia, a contraposição desses momentos e temas de debates nos mostra que as questões específicas da instrução pública eram as mesmas em diferentes contextos, que eram colocadas em movimento pelos seus responsáveis e estudiosos e que se mantinham conectadas independente das fronteiras geográficas.

Sobre o ensino religioso, Bento Fernandes de Barros (1871:07) se posiciona a favor de que os alunos aprendam na escola a “doutrina do catequismo”, a “história santa” o “estudo textual das orações” e o estudo da Bíblia. Em suas palavras:

É na fé cristã que a ciência haure a verdadeira noção da natureza do homem, reconhecendo que ele é um ser descabido de sua dignidade originária, e que, por isso, tem necessidade de ser restaurado pela ação da graça divina. Sem essa crença a educação é toda arbitrária, errônea, não tem a virtude de formar o homem, porque depois do cristianismo não se é homem sem ser cristão.

(...) Esse princípio entre nós, que somos um povo cristão, não está consubstanciado no espírito da escola, nem se manifesta em seu organismo (BARROS, 1871, p.07).

E para justificar sua observação, cita a Prússia, a Westphalia, a Silesia, a Baviera e a Áustria, por meio dos escritos de Eugene Rendu, dizendo que nestes locais o professor trabalha em conjunto com o padre, que duas vezes na semana ministra a instrução religiosa nas escolas e que “esta prática mantém a religião aos olhos dos discípulos como o ponto central do ensino e faz o que ela deve ser, a alma da escola” (BARROS, 1871, p.09). A preocupação com a forma como o ensino religioso se dava nas escolas públicas primárias é semelhante, apesar das propostas e contextos novamente serem diversos³¹⁰. No congresso dos professores na Áustria, havia um indicativo forte de que se fazia necessário pensar a relação da religião e da ciência nas escolas primárias e, no Paraná, o inspetor sustentava ser o ensino religioso o caminho para “elevar a alma” e promover a consciência de si e do mundo sem “o ensino mecânico da leitura, da caligrafia e do cálculo” (Idem). Na Europa, principalmente em

³¹⁰ Pertinente ressaltar que o processo de descontinuação do papel da Igreja nas escolas em contraposição com o movimento de nacionalismo pode ser percebido na Europa desde o fim do século XVIII, como um todo. Na segunda metade do século XIX, a relação entre Estado e Igreja sofreu abalos devido a concepções políticas (movimento de liberais e de ultramontanos) e ao movimento de modernização da sociedade. Heinz-Gerhard Haupt (2008) pondera que muitos historiadores, incluindo a francesa Mona Ozouf (1976) apontam uma “transferência de sacralidade do domínio religioso estrito para a nação” (HAUPT, 2008, p.77). Segundo descreve o autor: “Os Estados nacionais, todavia, não agiam somente como fatores de comunicação, mas tentavam também se impor como princípios organizadores das sociedades, como fonte de legitimidade e como referente de moralidade cívica. Nessa obra de penetração, os Estados Nacionais enfrentaram resistências, entre as quais as mais fortes e ativas foram as da Igreja Católica. Ela se opunha a intervenção do Estado nos sistemas de ensino, no funcionamento interno das Igrejas, assim como na organização pública das cerimônias unificadoras, dos heróis míticos, das ideologias integradoras. As batalhas relativas ao lugar das Igrejas nas sociedades nacionais eram sempre acompanhadas por um conflito sobre a questão de quem vai deter o monopólio de interpretação do passado e do presente nessas sociedades. (...). Essas lutas entre, pelo menos, dois sistemas de símbolos, duas lógicas de integração e duas organizações da memória coletiva e oficial opuseram, em vários Estados europeus, o Estado e a Igreja Católica, de Portugal a Itália, da França à parte checa do Império Austro-Húngaro. Nesses conflitos, as lutas de poder para o predomínio efetivo e/ou simbólico ocorriam nos diferentes Estados em formas semelhantes ou diferentes” (HAUPT, 2008, p. 80). Nesse sentido, vemos os embates entre a função da Igreja e a do Estado presente nas apresentações dos responsáveis e envolvidos com a temática da instrução pública no que concerne a forma como se dava ou não o ensino religioso nas escolas. Ao se atentar para a problemática religiosa em Portugal e na Europa, Manuel Rodrigues (1980) escreve que havia uma dificuldade de lidar com o binômio fé-razão. “Nos finais do século XIX, antes de rebentar a crise modernista, duas graves questões consternavam os espíritos: uma era a defesa da Igreja dos seus inimigos exteriores; a outra era a que internamente dividia os católicos em progressistas e conservadores, sendo de salientar que entre estes últimos havia os moderados e os exagerados ou extremistas” (RODRIGUES, 1980, p.421).

Roma, a Igreja Católica estava vivendo o processo ultramontano³¹¹, de fortalecimento do poder diante da sociedade, enquanto os educadores e reformadores do ensino buscavam o oposto, uma educação moral que abstraísse o elemento religioso e que fortalecesse o Estado³¹². Pensadores liberais não excluíaam os benefícios de um ensino religioso para o desenvolvimento da moral e dos bons costumes, porém, na relação entre a Igreja e o Estado, a primeira não deveria ser o ponto forte da relação. Comparando as indicações nacionais e internacionais dos benefícios do ensino religioso, percebemos uma matriz comum, uma conexão.

Quatro meses depois do relatório do Inspetor Geral, o presidente da província Venâncio José de Oliveira Lisboa sancionou a lei nº 290 da Instrução Pública que determinava ser do presidente da província, do Inspetor Geral e dos inspetores de distrito “a direção intelectual e religiosa do ensino primário” (art.32º) e que “é igualmente confiada a direção do ensino religioso aos párocos, os quais terão o direito não só de inspecioná-lo e esclarece-lo com suas luzes e conselhos, como de dar a instrução religiosa nas escolas de sua paróquia, em épocas que julgarem apropriadas” (PARANÁ. Lei Nº 290, 15/04/1871, art.33º). A publicação da referida lei nos confirma legalmente a manutenção da parceria entre a Igreja e o Estado, bem como a coerência e manutenção do pensamento exposto pelo inspetor paranaense, em relatório, em contraposição com a legislação vigente. Anos depois, o presidente Rodrigo Otávio de Menezes afirma que: “a influência da religião na sociedade é coisa que não se discute” (Menezes, 1879, p. 41).

³¹¹ “A Igreja Católica, durante o século XIX, passou por mudanças na Europa e no Brasil, que visaram a adequá-la às diretrizes de Roma, em face do liberalismo e da modernidade. Esse conjunto de medidas ficou conhecido como reforma ultramontana. Por aqui, uma das principais reivindicações feitas por seus líderes, os bispos diocesanos, era a autonomia pastoral frente ao Estado. Por meio de uma educação ultramontana a ser dada pelos pais aos filhos, ancorada no conhecimento e prática da doutrina, mas com ênfase na vivência efetiva de um catolicismo mais espiritualizado e ortodoxo, os ultramontanos visavam, em primeiro lugar, à formação do bom cristão e, somente por consequência, à do bom súdito, obediente às autoridades temporais somente naquilo que não contrariasse sua fé. Com isso, esperavam desenvolver o novo projeto eclesial, manter sua influência sobre a sociedade e sua presença como instituição de poder, não mais abaixo, mas ao lado do Estado” (ANJOS, 2016a, p.03).

³¹² Sobre esse debate entre liberais, ultramontanos e regalistas e a forma como a educação religiosa comparece nos escritos de presidentes da província, professores, inspetores e periódicos paranaenses, conferir os trabalhos de Anjos, 2016.

Em estudo sobre a educação da criança pela família na província do Paraná, no século XIX, Juarez José Tuchinski dos Anjos (2016a) localiza três representações: a educação regalista³¹³, a educação liberal com forte acento patriarcal³¹⁴ e a educação ultramontana. Segundo o historiador, a junção do regalismo com o padroado e a consolidação da religião católica como a oficial do Estado, acabou por submeter a doutrina religiosa aos interesses governamentais que, “dentre os quais, estava o de produzir na população o respeito e a obediência às instituições em fase de implantação (como lei) e ao governo, na pessoa do Imperador e de seus representantes na burocracia estatal e judiciária” (ANJOS, 2016, p.01).

Mesmo operando, às vezes, com elementos semelhantes, o modo como Igreja e Estado tratavam o papel educativo da família resultava em representações singulares. Foi o caso da doutrina religiosa, enfatizada como fundamento para a coesão da vida social pelos regalistas, mas vista como conteúdo configurador da vida espiritual e da ligação do fiel com a Igreja, na concepção dos ultramontanos. Ou, ainda, da questão do exemplo a ser dado pelos pais, o qual, para os liberais, consistiria na vivência dos direitos, deveres e valores da ordem liberal-patriarcal a serem imitados pelos filhos, ao passo que, para os ultramontanos, remetia ao bom exemplo da vivência da doutrina e das práticas católicas tridentinas, que, vividas pelos pais, seriam assimiladas e dadas como bom exemplo aos filhos (ANJOS, 2016a, p.19)

Durante todo o período aqui investigado, os responsáveis pela instrução pública apontam a relação entre o ensino religioso (ministrado pelos representantes da Igreja ou pela família) e o ensino dado pelo governo, por meio dos professores. Alguns anos depois da lei nº 290, de 15/04/1871 e do relato do Inspetor Geral Bento Fernandes de Barros, o presidente da

³¹³ Segundo expõe o autor, “nasceu da confluência entre Estado e religião. Os regalistas – leigos e padres envolvidos na política imperial – visavam a que a doutrina transmitida pela educação religiosa, dada pela família à criança, produzisse o bom súdito através do bom cristão, que fosse, porém, cioso mais das suas responsabilidades terrenas que das espirituais. O regalismo foi a doutrina política segundo a qual o soberano tinha o direito de intervir na vida da Igreja Católica do seu país, o que resultava na submissão dessa instituição ao Estado. Tal doutrina, em Portugal, consolidou-se durante o governo de D. José (1750-1777), auxiliado por seu ministro, o Marquês de Pombal. No Brasil, como herança da colonização, no pós-independência, as relações entre Igreja e Estado durante todo o Império, confirmadas já na Constituição de 1824, foram as de um catolicismo regalista, constantemente marcado pela ingerência do poder temporal no espiritual (ANJOS, 2016a, p. 02).

³¹⁴ “Nasceu da crença das classes dirigentes – apoiadas pelos bacharéis em Direito e a imprensa – de que, através da regulação da liberdade individual pelo respeito à lei e cumprimento de deveres, conforme os princípios do liberalismo imperial, a manutenção da sociedade escravocrata e dos direitos e privilégios dos homens livres que a compunham seria garantida. Respeito à lei e cumprimento de deveres – condições de governabilidade do Estado brasileiro – a serem ensinados pelos pais aos filhos, tornam-se configuradores de outra concepção de educação – a educação liberal, com forte acento patriarcal –, a qual, embora não se opusesse ao regalismo, podia sustentar-se independente dele, calcada que estava em valores patriarcais, tidos como liberais (ANJOS, 2016a, p.02).

província, João José Pedrosa (1881), reafirmava a importância da manutenção da parceria: “não podendo, contudo, a escola deixar de ter certa atmosfera religiosa, na frase de Guizot, a simples cooperação, ao menos, dos párocos na difusão do ensino deve ser para estes um dever imperioso” (PEDROSA, 1881, p.107). Quase trinta anos depois de ser mencionado pela primeira vez na relação com a discussão sobre a instrução pública, logo após a emancipação da província, Guizot e seu pensamento são utilizados novamente para justificar uma ideia em território paranaense. Em seu livro *Méditations et Études Morales*, no capítulo *De L'État des Ames*, Guizot pondera sobre os interesses legítimos dos pais de família, guiados por um impulso moral e que, mesmo diante de todos os seus outros interesses, suas ideias devem ser agrupadas com sentimentos de respeito – seja pelo Estado, pela defesa de seu direito e cumprimento de seu dever. E, nessa relação, os pais de família devem integrar não um culto de adoração à Deus, mas o temor e o princípio da sabedoria. Uma sabedoria que perpassa a política, a moral e o religioso pela prática dos conselhos e que regula conduta das pessoas (GUIZOT, 1856, p.44 e 47). O autor demonstra que a relação entre a religião e a instrução das crianças não deveria ser pautada por uma autoridade suprema dos religiosos, mas por uma educação religiosa que desenvolvesse o homem como um todo e que desse condição para a sua liberdade, respeitando os preceitos cristãos e morais.

Como Ministro da Instrução Pública da França, François Guizot organizou o Manual Geral de Instrução Primária (*Manuel Général ou Journal de L'Instruction Primaire*), em 1832³¹⁵. Nos dois primeiros números, a relação entre a instrução pública e o ensino religioso foi um dos temas apresentados, tendo como base o seguinte questionamento: quem deve dar o ensino religioso? A resposta plausível, segundo o texto, seria “confiar qualquer instrução religiosa ao clero das diferentes comunhões, e deixar para o professor as partes do ensino que são comuns a todas as religiões” (MANUEL GÉNÉRAL OU JOURNAL DE

³¹⁵ A revista teve oito grandes séries de publicação, circulando de 1832 a 1967. Comparece, em sua primeira edição, uma exposição do que faria parte das publicações da revista: atos das autoridades oficiais; documentos essenciais sobre a organização das escolas, publicados em países estrangeiros; instruções específicas sobre procedimentos a serem seguidos nos vários ramos da educação, em antigos os novos processos, com os benefícios e inconvenientes que apresentam; Pedagogia geral, análise das faculdades morais e intelectuais da criança, visando desenvolvê-las, para exercerem julgamento e para definirem a imaginação, direcionando a sensibilidade, dando fortes hábitos de ordem, de trabalho; de economia, uma ciência da educação com todos os seus segredos e detalhes; etc. (MANUEL GÉNÉRAL OU JOURNAL DE L'INSTRUCTION PRIMAIRE, 1832).

L'INSTRUCTION PRIMAIRE, 1832, p. 46 – tradução nossa³¹⁶). Contudo, diferenciar a instrução do ensino religioso, como demonstrado na revista, seria muito difícil, uma vez que “todas as partes do ensino primário estão intimamente ligadas com a instrução religiosa”, considerando que os próprios exercícios de leitura eram feitos em catecismos, sem contar a utilização da Bíblia, que também era comum. Para mudar esse sistema, somente criando livros de leitura e de análise gramatical que não tivessem nenhuma ligação com a religião católica ou qualquer outro dogma religioso, o que demandaria um outro tipo de organização na confecção dos livros e um investimento financeiro que não era possível (Ibidem, idem³¹⁷).

Na revista também foi publicado o relatório de Victor Cousin sobre o estado da instrução primária na Alemanha. No primeiro item, *Organização do Ensino Primário, leis e regulamentos que o regem*, Cousin informava que os pais são obrigados a enviar seus filhos para as escolas primárias e, para aqueles que não o fizerem, cabe a Igreja informá-los sobre o que acarreta a falta dessa responsabilidade e, em seguida, o Comitê de Inspeção daria advertências mais severas. (MANUEL GÉNÉRAL OU JOURNAL DE L'INSTRUCTION PRIMAIRE, 1832, p. 75). No terceiro item, *Objetos Gerais do Ensino Primário*, “a religião é a base da instrução recebida pelas crianças nas escolas” (Ibidem, p. 77 – tradução nossa³¹⁸). Ao tomarmos o que escreviam os responsáveis pela instrução primária sobre o ensino religioso, seja na França, na Áustria ou em relatos do que viram em outros países, percebemos relações com os escritos de paranaenses, o que permite-nos indicar que as histórias estavam conectadas por uma grande teia transacional de debate sobre a educação no século XIX. A Igreja, por meio de seus representantes, tinha participação ativa na inspeção e orientação do ensino religioso nas escolas paranaenses, sendo que os funcionários da Inspeção da Instrução Pública eram os que, hierarquicamente, possuíam a responsabilidade primeira com o ensino, incluindo o religioso. Uma relação que se manteve durante o período aqui investigado.

³¹⁶ “(...) confier toute l'instruction religieuse aux ecclésiastiques des différentes communions, et de ne laisser à l'instituteur que les parties de l'enseignement qui sont les mêmes pour tous les cultes” (MANUEL GÉNÉRAL OU JOURNAL DE L'INSTRUCTION PRIMAIRE, 1832, p. 46).

³¹⁷ “(...) toutes les parties de l'enseignement primaire sont intimement liées avec l'instruction religieuse” (MANUEL GÉNÉRAL OU JOURNAL DE L'INSTRUCTION PRIMAIRE, 1832, p. 46).

³¹⁸ “La religion est la base de l'instruction que reçoivent les enfans dans les écoles” (MANUEL GÉNÉRAL OU JOURNAL DE L'INSTRUCTION PRIMAIRE, 1832, p. 77).

Voltando-nos para os temas que compareceram no Congresso de Professores (1872), vimos que a educação feminina também foi alvo do debate, incluindo a contribuição de duas mulheres que lá estavam presentes. No Paraná, no relatório do Inspetor Geral Bento Fernandes de Barros aqui mencionado, a instrução pública destinada às meninas não foi tomada como questão. Depois dele, o tema comparece no relatório do Inspetor Geral João Manoel da Cunha ao presidente da província Frederico Abranches. Nele, o inspetor sinaliza que as meninas não devem frequentar as mesmas aulas que os meninos, em turmas mistas, pois elas têm naturezas diferentes, devem ser educadas “de modo a tornar-se a digna companheira do homem que governa os Estados, cultiva as ciências e faz o esplendor das nações” (CUNHA, 1875, p.03)³¹⁹. O pensamento do inspetor coaduna com o do diretor da escola de meninas, Meier de Lubeck, no congresso de Viena. A educação feminina se volta, em primeiro lugar, para os deveres para com a casa e a família e, em segundo lugar, caso haja necessidade da mesma exercer outra função que não esta, para um futuro trabalho produtivo. Homens da instrução com pensamentos semelhantes entre si e que se diferenciavam das mulheres que falaram no congresso. A relação aqui feita entre os palestrantes do 19º Congresso dos Professores de Viena, a participação do Paraná na Exposição Universal de Viena e os relatórios desses dois Inspetores Gerais da Instrução Pública do Paraná nos permite perceber que as questões sobre a instrução pública estavam sendo feitas *pari passu* no Brasil e nos países onde ocorriam as Exposições Universais. Não necessariamente eram transplantes de argumentos para sustentar as reformas no ensino local, mas conexões entre homens e mulheres no século XIX, que tratavam da instrução pública, apontando aquilo que achavam pertinente ser mudado, de acordo com suas concepções, vivências e contextos territoriais, mas que se coincidiam naquilo que era colocado na pauta dos debates.

Para a Exposição de Filadélfia foi elaborado o livro *The Empire of Brazil at the Universal Exhibition of 1876 in Philadelphia*, com informações sobre as províncias brasileiras, de forma a demonstrar que o país era civilizado, com administrações locais eficientes, bibliotecas diversificadas na Corte e em todo território, e preocupado com a

³¹⁹ Na dissertação, demonstrei que o pensamento do Inspetor Geral João Manoel da Cunha era semelhante ao de outro inspetor que o antecedeu, Joaquim Ignácio Silveira da Mota e que ambos coadunavam com o pensamento do português Almeida Garret de que a educação feminina deveria ocorrer em local distinto da masculina, não em aposentos como os gineceus, mas com propriedades condizentes à natureza feminina, considerando o seu desenvolvimento moral e intelectual (BARBOSA, 2012, p.156-157).

educação de sua população. Escrito em inglês, cada tema abordado conta com a exposição feita pela Corte e pelas províncias. Sobre livrarias e bibliotecas, descreve que “A Biblioteca Pública Nacional é o primeiro estabelecimento de seu tipo na capital do Império, sendo considerável o número, a excelência e o valor dos livros” ³²⁰ (BRAZIL. THE EMPIRE OF BRAZIL..., 1876, p.214 – tradução minha), elenca as bibliotecas e livrarias na Corte, públicas e particulares, e o número de volumes que cada uma possuía, como a da Faculdade de Medicina, com 17.317 obras, um arquivo que compreendia os livros concernentes ao curso e que continha, “principalmente, obras modernas [escritas] pelo mais célebre Francês, Inglês e autores alemães” ³²¹ (Ibidem, p.217 – tradução minha). Quem tivesse acesso ao livro saberia também que, na província do Paraná, existia uma Biblioteca Pública na capital e que associações particulares tinham suas bibliotecas, tais como: o Clube Curitibano (343 volumes), Curitiba; o Clube Antoninense (466 volumes), em Antonina; a Livraria Pitanguy (2.000 volumes), em Ponta Grossa; o Clube Literário (1.566) em Paranaguá; a associação em Castro (600 volumes) e o Clube Literário de Porto de Cima, sem especificação de quantas obras possuía (BRAZIL. THE EMPIRE OF BRAZIL..., 1876, p.223).

No que concerne ao ensino primário e secundário, o livro informa que “eles estão sob a inspeção do ministro do Império, de um inspetor geral, de um conselho de administração, e de delegados distritais”³²² (BRAZIL. THE EMPIRE OF BRAZIL..., 1876, p.163 – tradução minha). E que na província do Paraná:

A educação primária é obrigatória. As 91 escolas públicas foram frequentadas por 2.341, e as 24 particulares por 562 alunos. Embora ainda não inaugurada, mais 28 escolas públicas foram criadas. A fim de promover e impulsionar o ensino primário no distrito de instrução da capital, os respectivos regulamentos determinam que os professores se reúnam uma vez por ano em um determinado dia para conferir, sob a presidência dos inspetores gerais, e discutir assuntos que possam interessar ao regimento interno das escolas. Nestas conferências eles são obrigados a comunicar

³²⁰ The National and Public Library is the first establishment of its kind in the capital of the Empire, if the number, the excellence, and the value of the books be considered (BRAZIL. THE EMPIRE OF BRAZIL..., 1876, p.214).

³²¹ (...) principally, modern works by the most celebrated French, English and German authors (BRAZIL. THE EMPIRE OF BRAZIL..., 1876, p.214).

³²² They are under the inspection of the minister of the Empire, of an inspector general, of a board of directors, and of district delegates (BRAZIL. THE EMPIRE OF BRAZIL..., 1876, p.163).

todas as observações que possam ter recolhido, na prática ou nos livros que eles podem ter consultado³²³ (BRAZIL. THE EMPIRE OF BRAZIL..., 1876, p.168 – tradução minha).

A exposição no livro é feita de forma resumida, porém, confrontando a legislação durante o período que antecede a publicação do mesmo, é possível indicar que a imposição do ensino estava contemplada na lei nº 381, de 06/04/1874 – obrigatório para todos os meninos de 7 a 12 anos e para as meninas de 7 a 10, “dentro das cidades, vilas ou freguesias em que houver aula pública ou particular subsidiada, não tendo eles incompatibilidade física ou moral” (PARANÁ, LEI 381, art. 1º) e no regulamento de 1874 (PARANÁ. REGULAMENTO DE INSTRUÇÃO, 1874, art.24). A responsabilidade pelo ensino foi esboçada segundo a encontrada na Corte, contudo, no Paraná ela teria que ser descrita diferentemente, pois a estrutura local, seguindo a legislação vigente, contava com o presidente da província, o inspetor geral da instrução pública, os inspetores paroquiais, Conselho de Instrução e Câmaras Municipais (PARANÁ. REGULAMENTO DE INSTRUÇÃO, 1874, art.119). Ao cotejar as informações – sobre a Biblioteca Pública e as associações particulares com seus acervos, as indicações legislativas, bem como o número de escolas existentes na província e as que foram criadas – percebe-se que as disponibilizadas no livro foram retiradas integralmente do relatório que o presidente da província, Frederico Abranches, fez à Assembleia Legislativa (ABRANCHES, 1875b, p.35-36). O *caminho de confrontação de informações* nos permite entrever um ponto interessante: a apropriação, aquilo que, como pondera Roger Chartier (1992), “torna possível avaliar diferenças na partilha cultural, na invenção criativa que se encontra no âmago do processo de recepção” (CHARTIER, 1992, p.233). Nesse sentido, o relatório do presidente foi produzido em um contexto específico (informar a situação da província) e circulou em um suporte próprio (o formato do relatório, impresso pelas tipografias), contudo, a sua apropriação se deu de modo singular, sob o contexto de composição da apresentação do país na Exposição de Filadélfia, em formato de livro.

³²³ In this province primary education is enforced. The 91 public schools were attended by 2.341, and the 24 private by 562 pupils. Though not yet inaugurated, 28 more public schools have been created. In order to promote and advance primary education in the municipal districts of the capital, the respective regulations prescribe that the professors shall meet once a year on a certain day to confer, under the presidency of the inspectors general, and discuss subjects which may interest the internal regimen of schools. In these conferences they are bound to communicate any observations which they may have collected, in practice or in books which they may have consulted (BRAZIL. THE EMPIRE OF BRAZIL..., 1876, p.168).

Outro ponto pertinente que o trecho do livro permite investigar é o que se remete às conferências de professores com os inspetores de ensino. Tais conferências foram previstas entre as funções do inspetor geral e do inspetor de distrito, no regulamento de inspeção paranaense organizado por Joaquim Ignácio Silveira da Mota, em 1857:

Convocar para ouvir e informar-se sobre qualquer objeto concernente ao ensino, governo, disciplina e economia das escolas e aulas públicas, os conselhos literários em cada distrito e a todos os professores públicos, designando-lhes dia e hora; encarregando de toda a escrituração, que julgar conveniente fazer, nas sessões dos conselhos e conferências de professores ao secretário, ou a um daqueles que mais confiar (PARANÁ. REGULAMENTO DE INSPEÇÃO, 1857, Capítulo 1, art.13º).

Fazer conferências com os professores do seu distrito, marcando-lhes prazo para comparecerem. *Nestas conferências se informará do estado da escola, sistema de ensino, vantagens, inconvenientes das leis e regulamentos observados na prática, disciplina, economia, livros, compêndios e materiais das escolas.* Destas conferências, seja qual for o número dos professores convocados, se lavrará uma ata nos livros das atas do Conselho Literário, com assinatura de todos e se expedirá cópia à inspetoria geral (PARANÁ. REGULAMENTO DE INSPEÇÃO, 1857, art. 9º §16º - *grifos meus*).

No âmbito local, as conferências seriam como reuniões entre os professores, inspetores e conselho de instrução. Reuniões fechadas, onde se ouviria e debateria a situação da instrução na província. A legislação nos informa dos temas que a Inspetoria Geral gostaria de receber o parecer dos professores e de como seria feito o registro a ser remetido ao inspetor geral. As conferências eram vistas como um momento de ouvir e falar sobre a instrução na província e de registrar aquilo que foi exposto e debatido. Contudo, estar prevista em legislação não necessariamente quer dizer que as conferências ocorriam. Até o momento não encontramos registros das conferências nos documentos investigados na década posterior à publicação do referido regulamento, o que ainda assim não exclui a ocorrência das mesmas durante o período. Em relatório, o Inspetor Geral João Franco de Oliveira Souza³²⁴ (1872) aponta que na “escola normal, conferências e boas recompensas pecuniárias” são elementos fundamentais quando se pensa na formação de professores, mas que, “as conferências são ainda impossíveis; opõem-se a isso as grandes distâncias e falta de fáceis e baratas comunicações” (SOUZA, 1872, p.02).

³²⁴ Em alguns documentos, seu nome é escrito como João Francisco de Oliveira e Sousa.

No regulamento de 1876, ano de publicação do livro para a Exposição de Filadélfia, as conferências são previstas a cada dois meses, em dia e com instruções determinados pelo presidente da província, sendo os professores do Instituto Paranaense “obrigados a se reunirem sob a presidência do diretor geral para discutirem os melhoramentos do ensino. Os professores da capital deverão comparecer e poderão tomar parte nas mesmas discussões” e a ata ou resumo seria publicada no jornal oficial (PARANÁ. REGULAMENTO ORGÂNICO DE INSTRUÇÃO, 1876, art. 165º e 166º). Assim como ocorreu no regulamento de 1857, as conferências de professores e inspetores paranaenses não eram previstas como momentos públicos, ao contrário das conferências pedagógicas que ocorriam na província do Rio de Janeiro, na década de 1870³²⁵. Segundo Maria Helena Câmara Bastos (2003),

As conferências pedagógicas ou de professores objetivavam discutir sobre diversas questões vinculadas à profissão, isto é, à educação e ao ensino. Tinham uma perspectiva de atualização, de continuação dos estudos depois da formação, e de vulgarização e aperfeiçoamento dos métodos de ensino (BASTOS, 2003, p.01)³²⁶.

A obra que foi organizada para a Exposição Universal de Viena (1873) expõe, com mais detalhes do que o livro para a Exposição Universal de Filadélfia, o objetivo da criação das conferências de professores e um resumo de suas potencialidades:

Para promover o melhoramento do ensino primário no município da Corte, determinou o respectivo regulamento que os professores reunissem anualmente, em dias designados, a fim de conferenciarem, sob a presidência do inspetor geral, acerca de todos os assuntos que interessam ao regime interno das escolas e ao método do ensino. *Nestas conferencias são obrigados a expor suas observações que tiverem colhido, quer na prática do*

³²⁵ É importante ressaltar que, na década anterior, o viajante suíço Jean Louis Rodolphe Agassiz (1807-1873) esteve no Brasil e ministrou “uma série de lições familiares sobre diversos assuntos científicos” em Conferências. Sobre as mesmas, descreve: “uma palavra sobre essas conferências; dando crédito às que nos dizem os próprios brasileiros, elas constituem para eles uma novidade desconhecida e, até certo ponto, uma revolução de seus hábitos. Se algum trabalho científico ou literário é apresentado ao público do Rio, é em condições especiais e diante de um auditório de elite, na presença do Imperador, que o autor faz solenemente a sua leitura. O ensino popular, que consiste em admitir livremente todos quantos queiram escutar e aprender, tem sido até aqui uma coisa desconhecida” (AGASSIZ, 2000, p.113). O viajante aponta que, mesmo abertas ao público, essas conferências tinham ouvintes seletos, no que pode observar em sua passagem pela província do Rio de Janeiro.

³²⁶ Se atentando para as conferências em outros países, Bastos (2002) evidencia que a Prússia as instituiu primeiro, contudo, há referência à elas na França, em 1829, uma generalização na década de 1830, sendo suspensas em 1849 e que retornaram com força na década de 1870 (BASTOS, 2003, p.01).

magistério, quer nos livros que haviam consultado. O resultado tem correspondido ao que se esperava. Nas primeiras reuniões do corrente ano, os professores, em geral, deram provas de aproveitado estudo e prática esclarecida, apresentando trabalhos dignos de apreço, propondo e discutindo as reformas e providências que lhes demonstrou a experiência serem necessárias ao desenvolvimento do ensino. Destes trabalhos, alguns mereceram honrosa e pública menção do conselho diretor e do inspetor geral da instrução primária e secundária. Uma das conferências foi honrada com a Augusta Presença de Sua Majestade o Imperador (BRAZIL. O IMPÉRIO..., 1873, p.269 – *grifos meus*).

Podemos perceber que a conferência de professores é representada como um espaço importante para a discussão sobre o ensino e para proposições. Um espaço onde professores e demais responsáveis pela instrução falariam de sua prática e daquilo que leram. Maria Helena Camara Bastos (2003) relembra que Montaigne, no século XVI, descrevia a conferência como uma ferramenta importante para a formação, pois com ela o indivíduo colocava em exercício aquilo que aprendeu e, ao mesmo tempo, aprendia coisas novas com o outro, durante os debates ou apresentações. (BASTOS, 2003). Até onde se pode apurar, as conferências de professores, conforme explicitado no livro da Exposição e na legislação paranaense, não foram realizadas até a década de 1880. No jornal, encontramos uma nota intitulada *Conferência Pedagógica*:

O Sr. José Cleto da Silva, professor da 2ª cadeira de instrução primária para o sexo masculino desta capital, pretende fazer, em sua escola, à rua do Serrito, no domingo próximo ao meio-dia, uma conferência pedagógica prática, a fim de expor perante pessoas competentes e interessadas na educação popular, o método de ensino que há 20 anos adota e segue aquele professor primário (GAZETA PARANAENSE, 04/08/1887, p.02).

O professor que convocava as *pessoas competentes e interessadas na educação popular* é o mesmo que faria parte, no ano seguinte, da Comissão nomeada para pensar as questões para o desenvolvimento do ensino na província. A sua conferência não foi publicada, porém, alguns dias depois, o jornal traz o comentário sobre a mesma, feito pelo professor e diretor do Colégio Curitibano, Nivaldo Braga. Pelo seu relato sabemos que a conferência foi realizada no dia 07 de agosto, que durou duas horas e que houve “completa ausência do professorado público primário”, mesmo sendo o professor Cleto, como elogia Nivaldo Braga, “um dos mais provectos, felizes e devotados sacerdotes da instrução popular” (GAZETA PARANAENSE, 12/08/1887, p.03). O convite no jornal aponta que a conferência seria sobre

o método utilizado pelo professor para ensinar. Nivaldo Braga escreve que o método utilizado por José Cleto da Silva é o Método Castilho, mas que o professor “crismou com o pomposo nome de Método Eufônico Analítico Explicativo, cuja autoria diz pertencer-lhe” (Ibidem, idem). Segue-se uma crítica minuciosa sobre o que teria sido abordado na conferência do professor Cleto, de forma a demonstrar que muito do que se disse foi equivocado.

Entretanto, a bem da verdade e dos bons créditos de que justamente goza entre nós o Sr. Professor Cleto, não obstante termos observado que a sua escola está depauperada de móveis e que os poucos utensílios que tem não guardam a colocação devida ao Método de Castilho, e, máxime, apesar de nos acharmos bastante doente – retiramo-nos agradavelmente impressionados desse microcosmo pedagógico (...). E, salvo os senões que deparamos, enviamos daqui nossos sinceros emboras ao ilustre preceptor que procura a todo transe honrar a classe a que pertence; e fazemos votos para que os seus colegas de magistério público saibam ao menos imitá-lo, porque, com isso, só urros lhes hão de, por certo, advir (GAZETA PARANAENSE, 12/08/1887, p.03).

Pela descrição e crítica feita no jornal, também podemos identificar que o professor Cleto aproveitou a sua conferência sobre o seu método de ensino para demonstrá-lo na prática, examinando os alunos. Como Nivaldo Braga descreve, ele fez “exercícios práticos com seus alunos” e, em outro momento, aponta que os discípulos “galhardamente respondiam às perguntas que lhes eram feitas” (GAZETA PARANAENSE, 12/08/1887, p.03). A *Conferência Pedagógica* do professor Cleto unia alguns dos pressupostos previstos na legislação (convocar para ouvir sobre qualquer objeto concernente ao ensino, designar dia e hora, informar sobre questões do ensino) com o exame prático público dos alunos, para demonstrar o seu método. Não era uma conferência de professores para professores e demais funcionários da Inspetoria da Instrução Pública. No entanto, se considerarmos algumas características esboçadas como necessárias para a existência de uma conferência, como a participação dos responsáveis pela instrução (professores, inspetores, presidentes) e a exposição ou debate sobre a temática do ensino, podemos apontar que tais momentos ocorriam nas escolas, mesmo que com outras nomenclaturas ou objetivos, assim como vimos na conferência do professor Cleto. O dia dos exames dos alunos pode ser apontado como um desses momentos. O quadro a seguir nos informa como os exames na instrução primária eram previstos na legislação paranaense no período aqui analisado.

Legislação	Indicação normativa
Regulamento de Ordem Geral – 08/04/1857	Aos acessos de uma para outra classe precederá exame com assistência do inspetor do distrito ou subinspetor (art.16º). Além dos sobreditos exames, haverá anualmente, no mês de dezembro, os exames de habilitação para os alunos que estiverem preparados nas matérias da escola. Um mês antes será dirigida ao Inspetor Geral, por intermédio do inspetor do distrito, uma relação dos que se acham em tais circunstâncias (art.17º). O Inspetor Geral expedirá instruções sobre o modo prático de tais exames, que serão presididos pelo inspetor de distrito ou subinspetor, sendo examinadores o professor e outra pessoa nomeada pelo Inspetor Geral (art.18º). As notas dos exames escolares serão – reprovado – que obriga à frequência por todo o tempo preciso para os exames ordinários; - esperado – que permite a repetição do exame extraordinariamente, depois de um prazo de 3 meses sem necessidade de frequência da escola; - aprovado – e aprovado com menção honrosa (art.26º). Os resultados dos exames de habilitação dos alunos serão publicados pela imprensa da Província (art.29º).
Instruções para os Exames – Segundo o artigo 18º do Regulamento de 1857 28/11/1859	Os exames finais começarão em regra no dia 1º de dezembro ou antes, se forem requeridos (art.1º). A comissão será composta do professor da cadeira, de outro designado pela Inspetoria Geral e presidida pelo inspetor de distrito ou subinspetor das escolas (art. 2º). O presidente do exame ditará uma escrita para a prova de letra, de ortografia e pontuação, examinando. Finda essa prova, outro examinador mandará ler algum período da História do Brasil ou das Cartas Seletas e interrogará sobre sintaxe e conjugação de verbos. Depois, o primeiro examinador interrogará o aluno e fará exame de aritmética teórica e praticante, mandando executar no quadro preto alguma das últimas operações ensinadas e fazendo perguntas sobre noções elementares de geometria. O segundo examinador depois fará perguntas sobre catecismo, orações e doutrinas, na parte histórica e moral (art.3º)
Instruções para os Exames – Segundo o artigo 16º do Regulamento de 1857 29/11/1859	Sempre que houverem alunos de segundo banco da 1ª classe versados no ensino respectivo, o professor dará parte ao inspetor de distrito, no lugar onde se achar, ou ao subinspetor, para que no último dia de cada mês vá assistir os exames dessa classe. A falta de cumprimento deste preceito sujeita o professor à multa (art.1º). Presente o empregado da inspeção, chamará os alunos pela lista que lhe tiver sido remetida pelo professor, e a cada um por sua vez fará soletrar auricularmente palavras que indicará, e decompô-las em sílabas; depois do que fará leitura visual, de nomes e a mesma decomposição das sílabas: o professor escreverá números no quadro preto para que o examinando os leia, passando isto, a fazer linhas retas e curvas no mesmo quadro (art.2º). Os exames de 2ª classe aconteceriam nos dias 15 de abril, de julho e de outubro

	(art.4º). Os exames de 2ª classe aconteceriam as 11 horas da manhã na sala da escola, presente o empregado da inspeção, examinará ele, mandando primeiramente que os alunos chamados pela lista, escrevam simultaneamente em vista de traslado de letras grandes. Feito isto, o examinador escreverá um período curto no quadro preto sem fazer a pontuação, fará o aluno ler e colocar as vírgulas e pontos nos lugares próprios, dando ideia dos usos desses sinais, assim como dos de acentuação. Em seguida fará a leitura de algum período do Compêndio de Moral e conjugará os verbos. O professor examinará em aritmética, fazendo perguntas de definições de aritmética, de quantidade de unidade, de número, nomenclatura destes, numeração, escrita, exercício de duas ou quatro operações fundamentais – catecismo, doutrina e orações, e parte histórica e dogmática (art.5º).
Regulamento Orgânico da Instrução Pública 16/07/1876	Os alunos só passarão para as classes superiores depois de aprovados em exames de habilitação que poderão ter lugar de três em três meses precedendo convite aos inspetores paroquiais que deverão assistir ao ato (art.32º). Haverá anualmente no mês de novembro, exames de habilitação para os alunos que estiverem preparados nas matérias da escola. Um mês antes será dirigida na capital ao Diretor da Instrução e nas cidades, vilas e paróquias, aos inspetores paroquiais, uma relação que se acharem nestas circunstâncias (art.33º). Recebidas essas relações pelo Diretor da Instrução ou inspetor paroquial, oficiarão eles aos professores marcando dia e hora para os exames e convidando um examinador, o qual com o professor respectivo, em presença do mesmo diretor ou inspetor paroquial, procederá os ditos exames (art.34º). Os resultados dos exames serão comunicados ao Diretor da Instrução ou aos inspetores paroquiais e publicados pela imprensa (art.35º).
Aditivo ao Regulamento do Ensino Obrigatório	Os alunos que receberem ensino em casa serão submetidos a exames anualmente. Será organizada uma comissão com 2 professores ou pessoas habilitadas e presidida pelo chefe da superintendência ou por alguns dos superintendentes por ele designado. Essa comissão será nomeada pelo Chefe da Superintendência (art. 1º). A época dessas provas coincidirá com a dos exames das aulas públicas (art.2º).

Quadro 19: Legislação Paranaense sobre os Exames de Alunos

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da Coletânea da Documentação Educacional Paranaense (1854-1889)

Alguns pontos de destaque que a constituição do quadro normativo nos permite observar: a centralidade de atuação da Inspetoria de Instrução Pública na organização e avaliação dos exames; aquilo que seria avaliado (matérias); um dos objetos utilizados pelo aluno na avaliação (quadro preto) e a circulação dos resultados dos exames, publicados no

jornal. Outro ponto pertinente na configuração da legislação sobre os exames é que a sua base, formulada em 1857 e 1859 e que permaneceu praticamente a mesma durante o período, foi pensada pelo **Inspetor Geral Joaquim Ignácio Silveira da Mota**. Novamente vemos as marcas na instrução paranaense deixadas pelo referido inspetor, todavia, ele não previu as apresentações que pudessem ser feitas após os exames. No entanto, acompanhando os termos de visita e de exames de inspetores, bem como as publicações sobre os mesmos nos jornais paranaenses, observamos que o momento de avaliação dos alunos também era uma oportunidade de conferenciar sobre a instrução e sua importância.

Em 1869, vemos no jornal os professores da 1ª e 2ª cadeira da capital, João Lopes Barbosa de Albuquerque e Antonio Ferreira da Costa, apresentarem alunos para exames de caligrafia, leitura, análise lógica e gramatical da língua nacional, aritmética e religião. A comissão examinadora era composta pelo Inspetor Geral da Instrução e pelos respectivos professores. Ao final, o professor João Lopes Barbosa de Albuquerque pediu a palavra e discursou aos alunos:

A gratidão e o reconhecimento para com *os autores de nossos dias*, de nossa conservação e da nossa verdadeira felicidade, e para com aqueles que direta ou indiretamente a promovem, é uma dívida sagrada, assinalada em nossos corações pelo próprio autor da natureza. *A religião e as leis da sociedade* nos prescrevem a prática dos deveres, e o modo de exprimir os sentimentos que traduzem aquele reconhecimento. A educação que hoje recebeis é uma dívida sagrada que mais tarde tereis de pagar, transmitindo-a a vossos sucessores; pagai-a então com usura (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 01/12/1869, p.02 – *grifos nossos*).

Mesmo não citando diretamente suas referências, o professor exorta os alunos a compreenderem que a religião e as leis são a base necessária para a vida em sociedade, discurso que, como já vimos, fez parte da pauta dos responsáveis pela educação em outros locais que não só no Paraná. No ano anterior, tinha sido a vez dos alunos do professor João da Costa Vianna, de São José dos Pinhais. Pela descrição no jornal, escrita entre aspas, um indicativo de que foi retirada na íntegra do termo de exames, sabemos que estava “a sala da escola pomposamente ornada e uma bandeira pregada à porta com a inscrição – Viva a instrução pública”, que os dois alunos examinados foram aprovados com louvor, que os avaliadores eram o professor e o inspetor de distrito Padre João Bello e que estavam presentes o capitão Branco – provavelmente o pai do primeiro aluno, Francisco Branco Ribeiro de Andrade – o alferes Jéje, o escrivão Guimarães “e muitas outras pessoas, cujo concurso era de

se esperar” (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 09/12/1868, p.03). Uma configuração de avaliadores e observadores que poderia ter sido representada como na imagem a seguir:



Figura 10: O Exame Escolar (1848)
Fonte: Anker, Albert. Museum of Fine Arts Berne

O quadro, pintado pelo suíço Albert Anker (1831-1910)³²⁷, no século XIX, mostra uma classe mista, onde meninos e meninas eram arguidos oralmente, diante da turma e de homens da instrução (provavelmente os que se sentavam à frente) e outros que tivessem interesse por aquele momento (provavelmente os que estavam atrás da classe, no fundo da sala de aula). O quadro representa uma prática dentro da cultura escolar que poderia ser observada em outros países no referido século, mudando-se o contexto, a disposição e constituição da mobília e alguns utensílios, a vestimenta, mas, permanecendo o objetivo central: examinar e aprovar os alunos que seguiriam para a próxima classe. Aqui ele nos ajuda a refletir sobre o momento de avaliação que envolvia não somente o aluno e seu professor,

³²⁷ Reconhecido também por outras imagens de crianças na escola ou em situações escolares e por ter sido responsável pela configuração, em 1878, do pavilhão suíço na Exposição Universal de Paris.

mas a hierarquia da inspeção e pessoas da comunidade. Podemos aventar, de posse de como a instrução era vista pela sociedade em geral no século XIX³²⁸, que aquele momento representava não somente a aprovação de alguns alunos para a próxima fase escolar, como também a efetivação positiva do trabalho do professor e da Inspetoria Geral da Instrução Pública. Como demonstrou Juarez José dos Anjos quando escreveu sobre a instrução na Lapa³²⁹, ter alunos para exame depunha a favor do trabalho educativo realizado pelo professor (ANJOS, 2011) e organizar os referidos exames, desde o convite feito aos avaliadores e à comunidade até o formato de sua realização, era responsabilidade dos inspetores e também demonstrava o exercício correto da sua prática (BARBOSA, 2012).

Pensando na atuação dos inspetores no que se referia aos exames, encontramos **Leocádio Correia** – aquele que acompanhamos durante o período em que fez o curso de Medicina, no Rio de Janeiro – como inspetor paroquial, em Paranaguá, e organizando os preparativos para os exames finais nas escolas. Durante alguns dias, um aviso foi publicado nos jornais de Paranaguá:

Pela Inspetoria Paroquial das Escolas deste Distrito, previne-se aos senhores candidatos, professores de ambos os sexos, pais, e interessados, que acha-se aberta até o dia 31 do mês corrente, a inscrição para os exames finais primários que terão lugar no dia, hora e lugar por esta inspetoria, em tempo determinado. Os concorrentes, ou aqueles que por eles se interessam, deverão requerer a dita inscrição, acompanhada de atestado de habilitação assinado pelos respectivos professores, ou pessoas legalmente habilitadas. E para que chegue ao conhecimento de todos, manda publicar o presente aviso (O FUTURO, 17/10/1885, p.04).

A chamada pública para os alunos e demais interessados nos exames nos confirma que o campo de atuação do inspetor não se limitava aos serviços de fiscalização, relatos e disposição burocrática de documentos; um inspetor, como vemos, poderia lançar mão da imprensa para “chegar ao conhecimento de todos” um determinado assunto relativo à instrução pública. Podemos dizer que Leocádio Correia teve a compreensão do destaque e do auxílio que a presença na imprensa dava ao trabalho da Inspetoria, pois, por várias vezes, seus termos de visita foram publicados na íntegra. Sabemos, pelas páginas da folha noticiosa, que em 30 de setembro de 1885 ele visitou a escola da professora Maria Bernarda Pinto Cordeiro,

³²⁸ De forma resumida, como uma importante ferramenta para a obtenção e garantia dos ideais de civilidade e progresso da nação.

³²⁹ Antes conhecida como Vila do Príncipe, na província do Paraná.

que contava com 40 meninas matriculadas e que estavam presentes naquele dia 26 alunas. Segundo descreve: “depois de ter observado praticamente o método do ensino, examinei todas as classes, desde as principiantes até as preparadas para os exames finais, e, relevado o natural acanhamento, verifiquei adiantamento em todas as matérias do ensino” (O FUTURO, 17/10/1885, p.01). O inspetor não fez uma conferência às alunas e demais participantes, tal como vimos o professor João Lopes de Albuquerque fazer. No entanto, aquilo que escreveu pôde ser lido por todas as pessoas que tiveram acesso ao periódico, o que permitia um outro tipo de exposição e circulação. Na mesma página foi publicada uma carta de Leocádio Correia ao Padre Marcello Annunziata comunicando que retornou ao cargo de inspetor paroquial e reafirmando os laços da Igreja com a Escola: “o templo e a escola constituem os elos primos da cadeia da moral e da civilização; um significa a fé, outro representa a instrução” (Ibidem, idem). A publicação demonstra a permanência da questão religiosa na pauta da instrução pública, como novamente evidencia uma estratégia da inspetoria do distrito de Paranaguá na utilização da imprensa para a exposição de sua atuação na cidade. No mês seguinte, encontramos outro aviso da inspetoria do distrito anunciando os nomes dos quinze alunos inscritos para exame que aconteceria no Salão da Câmara Municipal e a presença de um ilustre observador:

Achando-se então, nesta cidade S. Exa. O Sr. Dr. Presidente da Província, que assistirá a esses exames, pede esta Inspetoria a concorrência dos Srs. Pais e Mães de família, e de todos que se interessam pela instrução pública, para que possam testemunhar não só da justiça da comissão julgadora, como do nosso progresso instrutivo, e abrilhantarem, estimulando ao mesmo tempo a infância, tão solene e importante ato (O FUTURO, 13/11/1885, p.03).

O referido presidente era Alfredo Taunay, que estava de passagem com a família pela cidade. No convite feito pelo inspetor paroquial Leocádio Correia, vemos que o inspetor concebia o exame como uma solenidade importante tanto para os alunos e alunas que o fariam como para os seus responsáveis e demais integrantes da sociedade. O local escolhido não foi uma das casas onde funcionavam as escolas na cidade, mas o salão da Câmara Municipal, o que tornava ainda mais solene o ato. Interessante que, quando ele examinou as alunas da professora Maria Bernardo Pinto Cordeiro, sem a presença de responsáveis ou demais, ele notou que as mesmas estavam “acanhadas”, provavelmente constrangidas de realizar os exames da forma como vimos exemplificado na legislação. Ser o exame em outro espaço

poderia causar uma timidez maior nos alunos e alunas, sem contar a presença de outras pessoas. Porém, ser o exame realizado dessa forma pública, principalmente com a presença do presidente da província, era uma oportunidade de se dar a ver o estado da instrução e de promover uma rede para o debate sobre a mesma. O presidente da província não compareceu, mas respondeu ao convite feito por Leocádio Correia pelo jornal³³⁰, dizendo que “na primeira oportunidade terei o prazer de verificar o estado de adiantamento da instrução pública em Paranaguá” (GAZETA PARANAENSE, 04/12/1885, p.02). Tanto para o inspetor paroquial quanto para o presidente, os exames finais permitiam a percepção do estado do ensino público e se constituíam como uma oportunidade para a sua discussão. Em visita à escola do professor Lindolpho Bastos, em Morretes, o mesmo presidente “foi saudado pelo aluno Francisco Bochman, que pronunciou um bonito discurso”, depois ele “distribuiu 4 prêmios de mérito aos alunos mais adiantados” e, ao professor, “animou a prosseguir em sua árdua tarefa, tendo sempre assiduidade e paciência para o bom desempenho dela” (O FUTURO, 21/11/1885, p.02). Vemos que, após os exames, abria-se um espaço para que premiações e discursos fossem realizados, mesmo que brevemente.

Quando acompanhamos as publicações sobre os exames finais, incluindo as instituições privadas ou que recebiam subvenção da província para funcionamento, conferimos que esses momentos também se constituíam como um evento cultural, com recital de poesia ou de música, como o feito pela aluna do *Colégio Nossa Senhora da Glória*, em Curitiba, que, diante dos presentes e do Diretor Geral da Instrução Pública, “a talentosa aluna Luiza de Cimitili Affonso da Costa executou ao piano duas bonitas peças e foi muito aplaudida”, após terminado o exame (GAZETA PARANAENSE, 19/12/1888, p.03). Paralelo a estes e aos exames finais primários, ocorriam na província os exames preparatórios para o ensino secundário, que também proporcionavam um espaço para uma exposição oral durante a sua abertura ou no encerramento. Em um desses momentos, realizado no Instituto Paranaense, observamos o diretor interino do instituto e Diretor Geral da Instrução Pública do Paraná, Euclides Francisco de Moura, pronunciar algumas palavras sobre o ensino na província:

³³⁰ “Respondendo ao seu ofício de 14 do corrente, cabe-me declarar que muito senti não ter podido assistir aos exames dos alunos das escolas primárias dessa cidade, que deveria realizar-se no dia 16 deste mês, no paço da respectiva Câmara Municipal, porquanto estava com o tempo tomado e tive que seguir para Morretes” (GAZETA PARANAENSE, 04/12/1885, p.02).

Grande dia é, pois, este para esta esperançosa região brasileira, assoberbada por esse grande mal – desamor à instrução – que só pedia o auxílio perseverante das grandes dedicações, para tirá-la do abatimento em que a indiferença a prostrara! Contando bem poucos anos de autonomia própria, não há muito a censurar-se o lento progresso da cultura intelectual nesta província; e si lhe faltam estímulos e iniciativas individuais para atingir o nível social à que aspira, o governo, por sua parte, não tem descurado deste importante ramo do serviço público, e nem estacado ante as dificuldades de toda a ordem a superar, para a elevação de seu nível moral. Sim, meus senhores, as rodas do progresso, em sua vertiginosa carreira, deixam hoje sulco bem profundo no solo paranaense! (PROVINCIA DO PARANÁ, 28/11/1879, p.02).

A explanação do Diretor Geral da Instrução, apesar de feita em um exame preparatório para o ensino secundário, nos é cara por, pelo menos, três fatores: primeiro, por ser do Diretor Geral e pelo *lugar social* e propositivo que ele ocupa dentro da hierarquia da instrução. Segundo, porque tocou no tema da instrução no Paraná remontando a emancipação da província e a relação do ensino com o desenvolvimento do progresso cultural e moral da população. Essas são questões que, como já vimos ao longo desse estudo, permaneceram como balizadoras das pautas entre os diferentes responsáveis e simpatizantes da instrução, tanto em solo paranaense quanto em outras províncias e países. E o terceiro fator distintivo é que ela também se configura como uma *conferência de instrução* ou conferências de professores, tal como as citadas como realizadas na província do Paraná, no livro para a Exposição Universal de Filadélfia (1876): “Nestas conferências eles são obrigados a comunicar todas as observações que possam ter recolhido, na prática ou nos livros que eles podem ter consultado”. (BRAZIL. THE EMPIRE OF BRAZIL..., 1876, p.168). As conferências aconteciam, mesmo que com nomes diferentes ou em momentos que não foram previstos como os propícios, contudo, a temática sobre a instrução era apresentada para os integrantes da inspeção, presidentes da província, professores e demais interessados.

Em 1877, durante as comemorações da festa da padroeira, em Antonina, o português José Palmela chegou à cidade, com o intuito de seguir para o “ameníssimo clima dos Campos

Gerais”. Segundo descrição do jornal³³¹, a presença do escritor português era uma oportunidade para se ter uma conferência, o que não poderia ser desperdiçado. “Longe de declamar, José Palmeira conversa com seus ouvintes, interroga-os e como que os consulta; compreende que um orador popular tem necessidade de explicar sua proposição e o faz de modo admirável”, pois, segundo continua a descrição, ele teria a “linguagem adequada às massas populares” (PROVÍNCIA DO PARANÁ, 04/09/1877, p.03). Não era um momento de exame final da escola primária e nem era uma “conferência de professores”, tal como descrita na legislação paranaense, contudo, a oportunidade de se escutar o viajante e escritor português sobre a instrução pública, unido à habilidade oratória dada ao mesmo, fez com que José Palmela desse uma conferência esboçando o que sabia sobre o ensino, seja por ter lido em livros ou por ter observado. Na descrição da conferência, feita no jornal, sabemos que o referido:

Apontou os *Estados Unidos como tipo do adiantamento intelectual*, a que rendem preito as nações seculares, inclusive a Alemanha dos nossos dias, e indicou os variados meios de que se tem servido a antiga colônia inglesa para colocar-se na altura brilhante que tem atingido. Citou a *Suíça*, país pobre materialmente, porém riquíssimo de instrução, que, por esse motivo tem sido elevado a *um ponto notável em todos os ramos de progresso*: a Suécia e a Noruega, onde a instrução é difundida com grande empenho; a Alemanha, que à instrução do seu povo deve a sua regeneração e posição presente; a Holanda, que distingue-se igualmente pelo estado de *progresso e adiantamento intelectual*. Lamentou o estado atrasadíssimo que ainda se conservam nas conquistas da inteligência nações antiquíssimas como a Inglaterra, a França, Portugal, Rússia e que deviam marchar na vanguarda, para refletir suas luzes às nações modernas; mostrou, com o interesse de quem ama esta terra do Cruzeiro, de quem quer vê-la *progredir* a largos passos – o atraso em que ainda nos achamos em relação a outros países novos: o Chile, por exemplo. *Apologista do ensino primário obrigatório e livre em todos os graus*, afirmou que o Estado deve cooperar para o adiantamento desse ramo de progresso, sob pena de deixar o povo submerso no maior atraso e autorizá-lo à prática das ações aviltantes e criminais (PROVINCIA DO PARANÁ, 04/09/1877, p.03 – grifos nossos).

³³¹ “Acabamos de ouvir em conferência o Sr. José Palmela, esse escritor exímio, esse homem altamente ilustrado que, em viagem, para o centro de nossa feliz província, deteve-se entre nós. Quereis passar momentos deleitáveis, dignos habitantes de Curitiba? Não consintas que José Palmela transponha a vossa fronteira sem o ouvirdes, sem que ele deixe um marco brilhante de sua demora nessa cidade. Ele aí vai. Tereis ocasião de ouvir um talento superior atrair a si um auditório inteiro, que o ouve muito e estático e surpreende-se a cada momento da fertilíssima imaginação, das flores da eloquência, da facúndia admirável, da lógica irresistível que possui” (PROVINCIA DO PARANÁ, 04/09/1877, p.03).

Notamos que alguns dos países citados pelo conferencista – Estados Unidos, Alemanha, Suíça, Suécia, Noruega, Holanda, Inglaterra, França, Portugal, Rússia e Chile – comparecem nos escritos e apresentações dos Inspetores Gerais da Instrução e presidentes da província do Paraná, quando se dispunham a tratar do ensino público primário³³². A diferença é que temos um sujeito que veio de outro país e que, em seu discurso, nos deixa entrever que havia conexão no que se apontava como *sociedades de referência* quando se discutia a instrução.

Em sua fala percebemos que também ocorria o deslocamento do olhar da Europa para os Estados Unidos da América. Quem escreve a nota no jornal sobre a referida conferência pondera que José Palmela era “apologista do ensino primário obrigatório”, principalmente se considerassem os benefícios da educação para toda a sociedade. Murray Rothbard (2013) demonstra que os argumentos a favor ou contra o ensino obrigatório comparecem nas proposições dos responsáveis e estudiosos da educação nos Estados Unidos desde o início do século XIX e que podemos acompanhar a efetivação nas legislações em diferentes estados, como no de Massachusetts, que em 1852, “estabeleceu o primeiro sistema abrangente em todo o estado, um moderno sistema de educação compulsória” (ROTHBARD, 2013, p. 48). Ainda segundo o autor, “o movimento pela escolaridade obrigatória conquistou toda a América no final do século XIX. Massachusetts começou a marcha e os outros estados o seguiram, principalmente nas décadas de 1870 e 1880” (Ibidem, p.49). Quando José Palmela discursava na província do Paraná, tomava esse processo como referência e, ao mesmo tempo, analisava a condição do seu país (Portugal) e do país que ele estava (Brasil), comparando-os com os outros países, indicando que os mesmos ainda não conseguiam acompanhar as ações dos outros locais no que concernia a instrução.

A utilização por três vezes da palavra progresso é outro ponto interessante quando confrontamos com a forma como ela também era utilizada nos debates paranaenses sobre a instrução. Na conferência de José Palmela, o progresso da nação – seja ele econômico ou cultural – estava intrinsecamente relacionado com o “adiantamento intelectual” de seu

³³² Como fez o presidente José Feliciano Horta de Araújo, quando escreve sobre o sistema descentralizador no Estados Unidos, sendo o ensino gratuito e universal, apesar da obrigatoriedade não ser adotada em todo o país. Ele pontua: “a França não tem querido adotar o sistema alemão. O ensino é livre. O poder central administra; a vigilância compete ao maire e ao cura. (...) Na Alemanha está, em geral, adotado o princípio da obrigatoriedade do ensino, que há produzido excelentes resultados. Aí também a direção e fiscalização do ensino opera-se com a ingerência imediata dos poderes públicos” (ARAÚJO, 1868, p.15).

povo³³³. No Paraná, o presidente Frederico José Abranches (1875) escreve em relatório que “a instrução popular é o grande tema da atualidade”, utilizando termos como “na superfície de todo o globo”, para indicar que havia uma percepção mundial da importância da instrução. Segundo ele, a Alemanha teria sido uma das primeiras nações a se atentarem para esse valor da instrução pública e depois “a ideia propagou-se” (ABRANCHES, 1875b, p.32). Como exemplo de formas de propagação dessa concepção, ele cita as conferências: “na França, ao lado de E. Laboulaye, que em suas conferências ensina ao povo seus direitos civis e morais, surge J. Verne que põe a ciência ao nível de todas as inteligências e explica ao humilde artesão os segredos da lição de Sorbonne” (Ibidem, idem). Segundo o presidente da província, o Brasil também seguia a concepção de que a instrução era o caminho para o desenvolvimento:

E como a França, outros países sentem os efeitos da *propaganda*, e como estes o Brasil lhe abre os braços, e se imerge na onda inovadora. Na Corte, o nosso alcaçar³³⁴ do saber, levantam-se majestosos palácios para receber os filhos do povo e ensinar-lhes os rudimentos da ciência. (...). Nas províncias opera-se com o mesmo ardor idêntico movimento. *A ideia dilatando-se em círculos concêntricos, estende-se a todo o país*. Das capitais às cidades de segunda ordem, das cidades de segunda ordem às menores vilas, caminha o Ashavero do progresso avançando sempre e sempre assinalando sua passagem por uma conquista. Não posso dizer que tenhamos conseguido

³³³ Luis Alberto Alves (2001) demonstra que nos escritos das gerações de 1820, 50, 70, em Portugal, o progresso estava relacionado com um processo de promoção da indústria do país e também com a qualificação das pessoas que seriam os “agentes econômicos”. Segundo o autor, a perspectiva sobre o progresso pode ser vista no confronto de um movimento ao longo do século, que pode ser identificado desde os momentos de combate armado, passando para outro com um viés pautado no debate político sem armas, seguindo para outro mais doutrinário e literário, defendido “por uma geração liderada pela simbologia de homens como Garrett e Herculano” (ALVES, 2001, p.54). Como vimos durante os capítulos anteriores, o primeiro autor, Garret, era citado como referência por alguns dos responsáveis pela instrução pública na província paranaense. Se em Portugal o referido era visto como uma das figuras fortes quando se pensa no direcionamento da nação para o progresso, no Paraná ele era citado por inspetores e presidentes da província quando escreviam sobre a instrução. Na década de 1870 e 1880, a mesma em que José Palmela fez a conferência no Paraná, Luis Alberto Alves (2001) escreve que em Portugal pensava-se uma regeneração cultural por meio de reformas econômicas e educativas, e que os portugueses discutiam o papel da educação como prática fundamental para a independência das nações e para o desenvolvimento econômico (Ibidem, idem).

³³⁴ Acreditamos que aqui a grafia correta seria Alcassar, um dos modos de escrever o nome da Batalha de Alcazar (ou Batalha de Alcácer-Quibir, ou Batalha de El-Kasar El-Kebir, ou Alcazarquivir, etc.), cujo significado pode ser dito como “grande fortaleza”, no sentido da batalha que se travou no norte do Marrocos, nos arredores da cidade de Alcácer-Quibir, em 1578, um local intransponível para as tropas, como uma fortaleza. Uma batalha que, no Marrocos, ficou conhecida como a Batalha dos Três Reis, com Portugal representado pelo rei D. Sebastião, aliado ao sultão Mulei Mohammed, que combateram o exército do sultão Mulei Moluco. Por fim, os três referidos foram a óbito. Para saber mais: LAURENT, 2004.

vantagens proporcionais a esse grande movimento, *mas é certo que não marchamos na retaguarda de outras províncias do Império* (ABRANCHES, 1875b, p. 32 – *grifos nossos*).

O presidente tenta demonstrar no seu relatório que a província do Paraná não estava distante das práticas voltadas para a instrução pública que eram evidenciadas nas outras províncias, seja nas capitais ou nas demais cidades, e que ele percebia um movimento, que chamou de *círculos concêntricos*. Acreditamos que ele usou a metáfora dos círculos concêntricos de forma literal (círculos que apresentam o mesmo centro) para evidenciar que havia um ponto comum sobre a instrução e que essa opinião concêntrica (central) entrava em movimento e era encontrada não somente nos países citados, como também nas províncias brasileiras. Percebemos que o presidente indica uma conexão da província do Paraná com as outras por meio de uma instrução pública que não era simplesmente transposição ou cópia, mas que marchava em seu ritmo próprio e se mantinha conectada com o que era tratado em outros locais.

Voltando-nos para as conferências, percebemos que elas não necessariamente eram feitas na província do Paraná, como a noticiada no jornal: “Leocádio Pereira da Costa, nosso patrício, atualmente no Ceará, fez na Fortaleza uma conferência pública sobre a educação da mulher” (PROVÍNCIA DO PARANÁ, 04/09/1877, p.03). O paranaense citado nasceu em Paranaguá, em 1832 e não somente circulou geograficamente e fisicamente, como no momento da conferência citada, como também promoveu a circulação de ideias no jornal *Commercio do Paraná*, fundado por ele em 1862 na sua cidade natal. Situações como essa conferência feita por Leocádio Costa nos permite pensar que os paranaenses circulavam e suas ideias sobre questões do ensino eram escutadas e se conectavam para além dos limites da província. As conferências permitiam esse tipo de circulação por ouvir falar sobre a instrução e depois por ler o que delas era publicado nos jornais. Uma dupla via de circulação. Apesar de não encontrarmos diretamente a prática de conferências de professores conforme a pensada na legislação paranaense, podemos dizer que havia na província alguns espaços educativos – escolar e cultural (como as associações e clubes literários) e político (como as Câmaras Municipais) – que ficavam abertos à conferência, à exposição sobre o desenvolvimento do ensino na localidade ou sobre qualquer tema ligado à instrução, feito por uma pessoa envolvida diretamente com o ensino ou que seja dele uma estudiosa.

4.2. As Conferências de Instrução de Silveira da Mota: “*fortalecimento do edifício político pela difusão das luzes, dos bons e virtuosos sentimentos*”³³⁵

Voltando-nos para as conferências específicas sobre o ensino, encontramos **Joaquim Ignácio Silveira da Mota** na província do Rio de Janeiro colocando em prática o ato de conferenciar sobre a instrução, como ele havia indicado no regulamento que organizou em 1857, quando era Inspetor Geral no Paraná. Em 1877 ele estava como um dos seis Inspectores Gerais da Instrução Pública da província do Rio de Janeiro e, em visita às escolas e em outros locais, realizou quatro conferências que posteriormente foram publicadas em livro. Pelos jornais que circulavam na referida província, localizamos uma nota de sua visita às escolas da cidade de Pirai, no dia 11 de junho de 1877, dando conferência intitulada *Os deveres do pai de família ou quem suas vezes fizer no que toca a educação e instrução dos filhos, tutelados ou protegidos*, no Paço da Câmara Municipal (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 16/08/1877, p.02). A sua tese era de que, dar instrução à criança é um dever paternal e é condição de existência para o homem viver em sociedade, independentemente dos problemas que o responsável enfrente, a preocupação e o direcionamento para o ensino deve ser uma constante no seio familiar.

Nessa conferência, Silveira da Mota cita duas referências para corroborar sua fala: Rousseau e Scialoja. Sobre o primeiro, faz uma crítica: “foi um erro de Rousseau proclamar que o homem não nasceu para a sociedade” (MOTA, 1878, p.37). Não era a primeira vez que o pensamento ou referência a Jean Jacques Rousseau era utilizado pelo Inspetor Geral, todavia, nesse momento ele faz uma crítica de que, ao contrário do Emílio que foi segregado do convívio social durante sua educação na infância, para depois ter sua reinserção na sociedade de outro modo³³⁶, a criança deveria ter a educação e instrução pensada pelos seus responsáveis e pela intervenção pedagógica escolar, no que ele representou como parte dos elos que formam a “cadeia social”, como uma “força que resulta da congregação; da união pela comunhão de interesses” (Ibidem, idem). A criança, indicada pelos responsáveis para frequentar efetivamente a escola, seria o aluno cujo Estado desempenharia o “dever de

³³⁵ Trecho retirado da 3ª Conferência de Silveira da Mota, intitulada “Qualidades necessárias aos professores, e seus deveres para com o Estado, a Igreja, a Província, o Município, a família e os alunos” (MOTA, 1878, p.68).

³³⁶ Ver trabalho de Naradowiski, 2001.

instruir, elevando o ensino ao nível de civilização”. (Ibidem, p.38). Sobre o segundo autor, escreve o inspetor geral:

O registro da constituição, do temperamento, do estado sanitário e dos hábitos, só do amor paternal se pode esperar. A lei civil o consagra, mas não exclui o dever de educar e instruir, porque o pai não tem direito de opção entre a instrução e a ignorância; nem a condição de trabalhar para alimentar-se permite ao pai, como eloquentemente disse, no parlamento italiano, o Sr. Seialoja, fazer do filho um utensílio que ele quebra, se lhe convém, porque importaria o direito de matar a inteligência (MOTA, 1878, p.35).

O italiano mencionado por Silveira da Mota era Antonio Scialoja (1817-1877) que, entre suas funções ao longo da vida³³⁷, foi Ministro da Instrução Pública do Reino da Itália entre agosto de 1872 a fevereiro de 1874. A busca por Scialoja nos jornais e revistas publicadas na província do Rio de Janeiro, Paraná e São Paulo (regiões por onde passava o inspetor paranaense em algumas de suas viagens particulares e de negócios) nos informa que, em 1871, ele foi nomeado ao Senado italiano como um dos vice-presidentes (CORREIO PAULISTANO, 19/12/1871, p.02) e que criticava as muitas mudanças de ministros na Itália³³⁸, de acordo com os ditames dos partidos políticos (JORNAL DO COMMERCIO, 01/12/1871, p.02). No ano seguinte, o *Jornal do Commercio*, publicado na província do Rio

³³⁷ Se formou em Direito, em Nápoles, em 1841. Foi professor de economia política na Universidade de Torino (1846), em 1848 foi Ministro da Agricultura e Comércio no governo constitucional napolitano. Com a restauração borbonica foi preso e forçado a partir para o exílio no reino de Piemonte (1852). Posteriormente foi Ministro das Finanças em Nápoles (1860), senador (1862), Ministro das Finanças do Reino da Itália (1865 a 1867) e depois Ministro da Instrução Pública (MASSARO, 2012, p.12). Antonio Scialoja foi chamado para fazer parte do governo de Giovanni Lanza (de 1869 a 1873) como Ministro da Educação em 05/08/1872. O presidente do Conselho e os grupos de direita trabalharam mais de dois meses para escolher um sucessor para Cesare Correnti, que havia renunciado ao cargo em 17 de maio, separando-se da grande maioria do grupo que ficou relutante em segui-lo nas suas escolhas políticas. A sua saída e a discussão dos contrastes entre a Igreja e o que seria a missão educativa do Estado, contribuiu para o desgaste do governo de Lanza. Scialoja era completamente novo para a política envolvendo as questões educativas, pois era patriota, exilado no Piemonte, professor, senador, secretário-geral e Ministro das Finanças, tinha sido protagonista da política financeira, de costumes e da indústria. Sua nomeação como Ministro da Instrução Pública foi comentada nos periódicos como sendo a alternativa possível, visto que nenhum outro mais capacitado aceitaria a pesada herança de suceder Cesare Correnti. Ele recebia críticas pela sua inexperiência e comentários positivos, que viam nisso um ponto positivo, pois não seria influenciado por alianças ou facções políticas dominantes (ARCHIVIO CENTRALE DELLO STATO, 1995, p.19).

³³⁸ “É consequência das frequentes mudanças dos ministérios terem assento no parlamento italiano uns 60 ex-ministros. Constituem estes, como diz espirituosamente o Sr. Seialoja, dinastias descabidas, pretendentes ao poder, que aspiram voltar a ele por bem do país, que eles naturalmente acreditam apreciar melhor que qualquer outro” (JORNAL DO COMMERCIO, 01/12/1871, p.02).

de Janeiro com a descrição de ser o “Boletim de Notícias da Europa”, informa que o Conselho de Ministros na Itália discutia a supressão das Congregações Religiosas em Roma, visando garantir que a legislação vigente do ensino vigorasse em toda a Itália e que:

O sr. Sella, que exercia interinamente o cargo de ministro da instrução pública, cedeu gostosamente a pasta ao sr. Seialoja, talento experimentado e orador eloquente. O novo ministro pretende sujeitar os diretores das escolas à inspeção dos delegados do governo ou das municipalidades, e já mandou fechar alguns estabelecimentos dirigidos por eclesiásticos, que recusavam submeter-se. Alguns são estrangeiros e reclamaram junto aos seus representantes contra o que julgam violação de seus direitos, e não é mais do que observância da lei (JORNAL DO COMMERCIO, 30/08/1872, p. 02).

Sobre escolas fechadas e a relação delas com a questão religiosa, que era motivo de debates no parlamento italiano durante o período, o jornal nos informa que Antonio Scialoja fechou “quatro escolas de raparigas, dirigidas por religiosas, que objetavam à admissão dos inspetores do governo”, mas que deixou que outras escolas do sexo masculino se mantivessem na função, pois seus “diretores eclesiásticos se conformaram com a lei votada no parlamento” (JORNAL DO COMMERCIO, 19/09/1872, p. 02). A discussão sobre a Igreja e o Estado nos assuntos referentes à instrução pública tem, no contexto italiano, um peso diferenciado, pois se inseria na questão da centralização da legislação no território italiano, incluindo o Vaticano, em Roma. Considerando a organização própria de suas escolas eclesiásticas e conventos, percebemos nessa ação de fechar algumas aulas e não outras, uma entrada do Estado, por meio dos inspetores de ensino, nos assuntos da Igreja. Essa é uma das razões para que os posicionamentos entre ciência/religião, nação/religião sejam mais enfáticos no parlamento italiano do que na escrita dos responsáveis pelo ensino na província paranaense, no Brasil. Apesar das questões da instrução pública manterem uma linha que as relaciona, de discussão sobre o papel do ensino religioso na parceria com o Estado não foi o debate entre ele e a Igreja que o Inspetor Geral Joaquim Ignácio Silveira da Mota mencionou. Ele se reporta a um posicionamento específico do italiano sobre o dever dos pais ou dos responsáveis pela criança, feita em uma das sessões no parlamento, na Itália. Silveira da Mota não localiza a data e muito menos o ano. Não referencia como teve acesso a essa declaração, se por meio de um jornal ou periódico específico ou se ouviu a informação de outrem. Teria ele acessado as atas e discussões do parlamento italiano, por meio de alguma publicação

específica, quando viajou à Londres, três anos antes?³³⁹ Uma possibilidade explicativa, porém, como não nos deixa pistas de suas fontes, podemos seguir os *rastros* por ele indicados, começando pelo *fio do nome* e pela leitura das atas das sessões parlamentares entre os anos de 1872 e 1874, quando Antonio Scialoja foi Ministro da Instrução Pública da Itália.

Durante o período, os debates sobre a instrução pública nas sessões parlamentares na Itália tinham como cerne a obrigatoriedade escolar, apontando possibilidades e dificuldades quanto à sua efetivação no território italiano e referenciando outras nações onde já estava instituída, bem como a discussão sobre a sua pertinência ou não. Na reunião de 23 de janeiro de 1874 estava na pauta o Projeto de Lei de Reorganização da Instrução Elementar, em específico o primeiro artigo³⁴⁰, que se voltava para a estrutura da Inspeção da Instrução, por meio dos delegados do ensino e dos Conselhos de Distrito, e para as funções destes. Depois da exposição feita pelo presidente do parlamento, o senhor De Sanctis se manifesta, pontuando que a instrução livre e a instrução obrigatória são sistemas opostos, na primeira, a ação principal é da família e dos municípios e o Estado seria secundário, se reduzindo a aconselhar e vigiar como as escolas se organizam e como a inspeção da instrução ocorre. Na segunda, o Estado teria uma ação de intervenção e coação maior, guiadas pelo seu próprio interesse, sem a participação direta da família e da população. Ele cita o sistema de ensino da Alemanha e sustenta: “eu não desejo imitações; veremos o que é possível fazer na Itália” (ITALIA. TORNATA, 23/01/1874, p.848 – tradução nossa³⁴¹).

³³⁹ “De volta de sua viagem à Londres, acha-se nesta província o Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Motta, que na Europa estivera em contato com os primeiros engenheiros e metalúrgicos para realizar a criação de uma das mais importantes necessidades da civilização, a exploração do ferro” (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 27/01/1875, p.02).

³⁴⁰ Segundo o disposto no artigo mencionado em ata pelo presidente da sessão, um ou mais delegados do ensino irão monitorar a instrução primária, individualmente ou de forma combinada com as Comissões Distritais, tendo todos os poderes que o governo considere apropriados, dentro dos próprios limites de interferência administrativa permitida por lei. Os delegados do ensino serão nomeados pelo Ministro da Instrução, sob proposta do Conselho Escolar Provincial. Os delegados de ensino poderão fazer queixas públicas aos municípios e convidá-los a observar as leis e regulamentos do ensino primário. Também terão de informar medidas adequadas para a circunscrição escolar. Os delegados do ensino poderão exercer o cargo por até cinco anos (ITALIA. TORNATA, 23/01/1874, p.846).

³⁴¹ “Io non voglio imitazioni; vediamo che cosa in Italia sia possibile fare” (ITALIA. TORNATA, 23/01/1874, p.848).

Em seguida, foi a vez de Antonio Scialoja, Ministro da Instrução, se posicionar. Ele ponderou que não via a cisão entre os homens que defendem os princípios da liberdade e aqueles que defendem os da obrigatoriedade na escola, e que, em sua opinião, podem ser conciliadas a liberdade do ensino com as condições que devem ser dadas pelo governo para a sua efetivação. Segundo aponta, o poder público deve ofertar escola pública, contudo, se outras pessoas entram em concorrência para escola privada, o governo não deve se opor, mas observar a prática no espaço. Ele reforça ainda:

Aqui é o respeito pela liberdade de ensino. Mas nós devemos obrigar o pai a enviar seu filho para a escola, porque este é o dever escrito no Código Civil que o reconhece, e deve ter uma sanção, porque as leis não devem continuar a ser uma declaração vaga e pura (ITALIA. TORNATA, 23/01/1874, p.854 – tradução nossa³⁴²).

No Código Civil do Reino da Itália são inerentes à autoridade parental os custos de manutenção, criação e educação da criança (ITALIA. CODICE CIVILE DEL REGNO D'ITALIA, art.230 § 1º, p.58). Em outra reunião, quando o mesmo projeto veio à debate, o Ministro Scialoja relembra que citou o artigo do Código Civil na primeira ocasião em que a responsabilidade paternal veio à pauta: “lembrei-me do artigo do Código Civil, que obriga os pais para alimentar a família, educar e instruir os seus filhos, ou seja, colocando nesta ordem essas três palavras, entendendo-os em um único e indivisível prescrição” (ITALIA.TORNATA, 28/01/1874, p.994 – tradução nossa³⁴³). Ele continua explicando que se a lei é justa, essas são as ações básicas esperadas do pai, contudo, se o Estado pode alimentar o filho que se abandona ou auxiliar no custeio da alimentação do pobre, também deve socorrer a família quando o assunto é a instrução. O reforço na importância da instrução e, consequentemente, a legislação da sua obrigatoriedade constitui o reforço do papel do Estado

³⁴² Ecco il rispetto della libertà dell'insegnamento. Ma noi dobbiamo obbligare il padre a mandare il figliuolo a scuola, perchè questo è dovere scritto nel Codice civile che lo riconosce, e deve avere una sanzione, perchè le leggi non debbono rimanere una vaga e pura dichiarazione (ITALIA. TORNATA, 23/01/1874, p.854).

³⁴³ “Il quale fa obbligo ai padri di famiglia di alimentare, educare ed istruire i loro figliuoli, mettendo precisamente in quest'ordine quelle tre parole, comprendendole in una sola e indivisibile prescrizione” (ITALIA, TORNATA, 28/01/1874, p.994).

em tornar cada vez maior o acesso público ao ensino³⁴⁴ (Ibidem, p. 995). Podemos considerar a remissão ao Código Civil como uma *estratégia* do Ministro Scialoja, no intuito de demonstrar que o direito à educação estava fundamentado na legislação como aquilo que estava enraizado como direito primário, uma norma positiva sobre o direito de ser educado. O dever dos pais de educarem os filhos está ligado ao direito que a criança tem de receber uma educação adequada e, conseqüentemente, ao Estado, que deve pensar como essa instrução deve se dar dentro de todas as condições e objetivos que envolvem um plano maior de governo e de constituição da nação.

O teor das discussões no parlamento coaduna com a ideia exposta pelo Inspetor Geral Silveira da Mota: o dever dos pais, da família, para com a educação dos filhos. Em sua conferência, logo após citar o italiano, o Inspetor Geral da Instrução justifica que a instrução não faz parte de uma busca espontânea do homem, no entanto, se lhe é dada a condição para fazê-lo, mais ele terá avidez pelo ensino. Esse seria o dever dos pais e da sociedade.

E, por isso, também, que o Estado precisa desempenhar-se do dever de instruir, elevando o ensino ao nível de civilização. A lei, pois, da conservação, ante as aberrações do indivíduo na sociedade, impõem a esta o dever de vir ao encontro do pai, que descuida de alimentar o corpo e o espírito do filho (MOTA, 1878, p.38).

Percebemos uma congruência nas justificativas das ideias propostas pelo Ministro italiano e pelo Inspetor brasileiro. É claro que havia no século XIX, como demonstra Jürgen Schriewer (2000), um movimento grande de modernização e civilização global, o que permitiria que conexões sobre a instrução pública fossem possíveis independentemente das fronteiras geográficas. No entanto, como pondera o autor, “isto não implica que o fenômeno da modernidade seja automaticamente sinônimo de uma adoção mundial de padrões uniformes de significação e organização” (SCHRIEWER, 2000, p.110). Confrontar o que o Inspetor Geral Silveira Mota sinaliza como referência para legitimar seu pensamento nos permite demonstrar essa *matriz ordinária de modernidade*, ou seja, os pontos comuns e múltiplos onde a instrução se conecta (no pensamento semelhante) e onde se desconecta (na

³⁴⁴ Neste mesmo dia ele pondera sobre a criação de escolas específicas, voltadas para o ensino industrial e agrícola, que poderiam ser pagas pelos pais que quisessem uma instrução que se voltasse mais para as intenções trabalhistas familiares. Contudo, sempre a pauta foi a distinção da obrigatoriedade do ensino, o papel do Estado em manter as escolas e a continuidade de manutenção de escolas privadas e a liberdade do ensino.

reflexão que realiza sobre o seu próprio contexto). Tanto o Inspetor brasileiro quanto o Ministro italiano citam sistemas de ensino de outros países, como a Alemanha, Prússia, Inglaterra, Estados Unidos, Espanha, Holanda e França, contudo reforçam que qualquer reforma deve ser pensada à luz das especificidades de cada país, Brasil e Itália.

Silveira da Mota, na conferência intitulada *Causas do retardamento dos progressos da instrução pública no país e meios de removê-las*, cita a instrução pública na Escócia, na Austrália, no Canadá, em Portugal e pondera que uma reforma na legislação do ensino no Brasil deve considerar efetivamente a multiplicidade populacional brasileira e o extenso território, propondo na escola elementos que ampliem as possibilidades de desenvolvimento da nação (MOTA, 1878). Anos antes, o Ministro Scialoja citava a Alemanha, Prússia e Inglaterra na questão da organização da inspeção e da obrigatoriedade do ensino, mas afirmava:

Estas são as coisas que temos que aprender do exterior. Não devemos enamorarmos dos sistemas estrangeiros, mas estudar o espírito e pensar como falamos, se nos ocuparmos deste grave problema social, como se ocupam os Americanos, como se ocupam todos os grandes estados na Europa, e que antes de imitar cegamente, aprendemos uma vez, senhores, a pensar por nós (ITALIA, TORNATA, 23/01/1874, p.858 – tradução nossa³⁴⁵).

Identificamos em suas conferências que o Inspetor Geral Silveira da Mota olhava para outros sujeitos e países como referências para as suas discussões, mas sempre pontuando que o Brasil tinha especificidades diferentes. A relação com a Itália não foi feita somente pela menção do Ministro Scialoja. No aditivo que escreveu na conferência intitulada *Importancia da educação e instrução popular no regime do governo representativo*, ao falar das condições de trabalho e formação do professor, cita Guizot diretamente, menciona os Estados Unidos como o primeiro que achou “solução para o problema na educação das senhoras”, a Inglaterra, que “tem incluído as senhoras no quadro do seu professorado com excelente resultado” e ainda

³⁴⁵ Sono queste le cose che noi dobbiamo apprendere da fuori. Non dobbiamo innamorarci di ordinamenti stranieri, ma studiarne lo spirito e pensare che mentre parliamo, se noi ci occupiamo di questo gravissimo problema sociale, se ne occupano altresì gli Americani, se ne occupano tutti quanti sono grandi Stati in Europa, ed anzi che imitare ciecamente, apprendiamo una volta, o signori, a pensare da noi. (ITALIA, TORNATA, 23/01/1874, p.858).

A Suíça e a Bélgica [que] tiram vantagem do expediente, e a **Itália, que muito tem se esforçado na organização da instrução pública**, mostra nos relatórios dos seus inspetores que há uma grande diferença quanto a disciplina, assiduidade, trabalho e progresso em favor das senhoras alunas das escolas normais primárias. (...). Em 1873, o Sr. Lucca, assessor da instrução pública, propunha, formalmente ao conselho comunal de Nápoles, confiar exclusivamente às senhoras os meninos de 2 a 7 anos, que se preparavam ao ensino da escola primária, o qual é feito por ambos os sexos (MOTA, 1878, p.29 – grifos nossos).

As conferências de Silveira da Mota nos permitem identificar as suas leituras sobre a inspeção e instrução pública. Ele não somente mencionava os autores mais conhecidos nas discussões sobre o ensino, mas buscava ler e citar relatórios de inspetores e responsáveis diretos pela inspeção da instrução³⁴⁶ que, assim como ele, tinham funções parecidas, portanto, ideias e proposições para a educação que poderiam ter mais semelhanças e possibilitariam um aprendizado direto sobre a realidade do sistema de cada país. Esse modo de se remeter a outros sujeitos e países, como um jeito de referendar sua fala, foi uma constante nas conferências de Silveira da Mota. No quadro a seguir, identificamos todos aqueles que ele citava, discriminando por conferência.

CONFERÊNCIA	REFERÊNCIA
Importância da educação e instrução popular no regime do governo representativo	Rei Frederico Guilherme III – Prússia, 1807
	Guilherme de Humboldt – Ficht – Stein – Prússia, 1813
	Emílio de Girardin
	Royer-Collard
	Mr. Lowe – Inglaterra
	M. Hepwerth Dixon – Diretor do Atheneum
	Voltaire
	Hipeau
	Belchior Pinheiro de Oliveira – Manoel Jacintho Nogueira da Gama – Antonio Rodrigues Velloso de Oliveira – Martin Francisco Ribeiro d’Andrade – Antonio Gonçalves Gomide – Brasil, 1823
	Guilherme Humboldt (1792)
	Kepler
	Guizot
	Lord Brougham

³⁴⁶ Este é um recurso de escrita muito utilizado por Silveira da Mota. Algumas vezes, diferente do que fazia em seus relatórios quando era Inspetor Geral no Paraná, ele mencionava e colocava entre aspas a citação direta. Uma modificação no seu modo de escrever sobre quem citava. Assim fez com a Comissão de Instrução Pública do Grão-Ducado do Luxemburgo, citando diretamente o relatório de 1829, entre aspas. Ver Mota, 1878, p.130.

Deveres do pai de família ou quem as suas vezes fizer, no que concerne à educação e instrução moral, intelectual e física do filho, tutelado ou protegido	Rousseau
	Scialoja
Qualidades necessárias aos professores, e seus deveres para com o Estado, a Igreja, a Província, o Município, a família e os alunos	Locke
	Lord Brougham
	Roselly de Lorgues
	Michel Breal (1832)
	Rousseau
	Herder
	M. Moseley
	Visser
	Guizot
	Pestalozzi
	Emile de Girardin
Causas do retardamento dos progressos da instrução pública no país e meios de removê-las	Rousseau
	Platão
	Aristóteles
	Cícero
	Bacon
	Locke
	Thomaz
	Degerando
	Macauly – Escóssia
	Emílio de Girardin
	Lord Brougham
	Deus
	Ducpetiaux - Bélgica
	Mr. Gillon - França
	Henrique IV - França
	Stuart Mill – Estados Unidos
	Euzébio de Queiroz – Brasil, 1854
	Royer Collard
	Cuvier
	Cousin
	Laboulaye
	M. Mosely (1851)
	Schuber – Hah – Thiersch – Rudolf Hildebrand – Prússia
	E. Rendu
	Guilherme III – Guilherme Humboldt – Fichte – Stein
	Moseley – Crossley – Coleridge – Stammers – Lomax – Rendue – Hypeau - Inglaterra
	Octaviano - Inglaterra
	Horace Mann – Henri Barnard – Hankok – Bullards – Bishop – Estados Unidos
	Dubois – Guizot - França
	M. Eoetes - Hungria

Quadro 20: Referências citadas por Joaquim Ignácio Silveira da Mota³⁴⁷

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir das Conferências Oficiais sobre Instrução Pública e Educação Nacional, 1878

Listar as referências que Silveira da Mota utilizou em suas conferências nos ajuda não somente a visualizar quem se menciona como também perceber a permanência de uma teoria ou prática no seu modo de pensar a instrução pública. Alguns autores, mesmo passados vinte anos desde o seu relatório em 1857, ainda são utilizados pelo Inspetor Geral: Barão Degerando, Rousseau, Lord Brougham, Emilio de Girardin, Cousin e Guizot. Podemos apontar estas referências como aquelas que possibilitam identificarmos uma primeira matriz nas proposições do inspetor, uma base que se alicerceia na pertinência das leis e a formulação da estrutura da instrução pública – com Lord Brougham, Guizot e Cousin – e o papel da família e da sociedade para com a educação da criança – com Rousseau, Emilio de Girardin e Degerando. No seu relatório, enquanto inspetor no Paraná, sustenta que a instrução é a base para o desenvolvimento do homem e da nação. Para corroborar o que diz, cita “a opinião de uma grande autoridade nesta matéria”, Victor Cousin³⁴⁸: “a falta da escola é um mal, porém uma escola ruim é uma calamidade” (MOTA, 1857, p.09). Vinte anos depois, conferenciando sobre as causas do não desenvolvimento pleno da instrução pública no Brasil, Silveira da Mota reforçava a importância de constituir uma legislação que seja forte e efetiva, e pontua que essa é uma busca que todos os países têm feito e que o fazem mediante estudo do seu contexto e do que os outros estão realizando. Dessa forma, cita a viagem de Cuvier para a Holanda em 1811, com o relato de ter ali identificado um código de ensino eficiente, “milagrosa progressão na cultura popular, distribuída por professores conscienciosamente escolhidos e sob o impulso e complemento de uma inspeção inteligente e duradoura” (MOTA, 1878, p.131). Logo em seguida, escreve que Cousin também saiu em viagem à Holanda em

³⁴⁷ Mantivemos no quadro os anos ao lado dos nomes ou da indicação do país do autor o ano que Silveira da Mota escreveu.

³⁴⁸ Victor Cousin (1792-1867), pensador liberal, Ministro da Instrução na França, em 1840. “Foi enviado à Alemanha para estudar a instrução pública. De volta à França, Cousin elaborou um elogioso “*relatório*” à estrutura e organização da educação alemã e sugeriu medidas a serem adotadas na França. Entre elas, constava a referente à obrigatoriedade escolar. Esse documento influenciou a lei de 1833, que organizou a instrução pública na França, estabelecendo compromissos claros do Estado. Reações políticas adversas impediram a adoção da obrigatoriedade do ensino ou da gratuidade, mas por outro lado, a escola do Estado começou a expandir-se, fato que motivou campanha de oposição encetada na defesa da liberdade do ensino” (ALVES, 2005, p.122).

1836, para realizar pelo governo da França os mesmos estudos e “ir encontrar a mesma legislação primitiva, de 1806, conversar com os mesmos inspetores, encantar-se da beleza e harmonia com que se punha em obra aquela lei, que como a Prussiana de 1819, ele considerou os dois maiores monumentos do mundo” (Ibidem, idem).

A menção à Victor Cousin é interessante, pois demonstra não só a permanência de uma referência ao longo de duas décadas discutindo sobre a instrução pública primária, como também nos informa do que leu Silveira da Mota. Efetivamente ele teve acesso ao relatório que Cousin realizou sobre a sua viagem à Alemanha, Prússia e Holanda (*De L’instruction publique em Allemagne, em Prusse et em Hollande*). No referido relato, Victor Cousin (1841) informa que a Holanda era um pequeno país, com 10 províncias (ou departamentos) e que havia inspetores de escolas primárias em cada divisão local e que “este funcionário [era] a mola principal da instrução pública” (COUSIN, 1841, p.290 – tradução nossa³⁴⁹). Como vimos nos outros capítulos, representar **a inspeção como a mola da instrução pública**, como uma engrenagem fundamental para o funcionamento da mesma, foi algo recorrente nos escritos dos responsáveis pelo ensino paranaense. Sendo essa representação da mola retirada ou não do referido relatório, ela nos interessa pela semelhança na alusão e pelo efeito que isso teve na organização da inspeção no Paraná. Sabemos que Silveira da Mota foi quem organizou o Regulamento de Inspeção da Província do Paraná (1857) e que ele afirmou que se baseou na lei holandesa e não na francesa. Nesse regulamento, que pouco foi modificado durante todo o período aqui estudado, ele organiza a inspeção como a grande orquestradora das questões da instrução pública, ou, podemos metaforicamente também utilizar a expressão: como a grande *mola da instrução*.

Assim como Silveira da Mota aponta na sua conferência que uma reforma na legislação deve ser realizada com base em estudos e com representatividade para que ela realmente atinja os objetivos, Victor Cousin demonstra em seu estudo que na Holanda havia uma legislação forte, a de 1806. Segundo o francês, os códigos de ensino da instrução pública, os regulamentos provinciais, os regulamentos das escolas particulares, todos se baseavam e seguiam o disposto na lei de 1806 e que ele encontrou poucas mudanças em 1836 desde que ali esteve Couvier, em 1811 (COUSIN, 1841, p.292). A menção das datas de viagem de Couvier e Cousin feita por Silveira da Mota é a mesma feita por Cousin em seu relatório, mais

³⁴⁹ “(...) ee fonctionnaire est le principal ressort de l’instruction publique” (COUSIN, 1841, p.290).

um indicativo de que o inspetor brasileiro provavelmente leu o referido documento. Ainda sobre a lei de 1806, Victor Cousin pondera que ela tem um ponto diferente que é a centralização do papel da inspeção, finalizando que “na instrução primária, tudo repousa na inspeção, é a inspeção que a lei constituía” (COUSIN, 1841, p.293 – tradução nossa³⁵⁰). Ele demonstra que trazer a representatividade da inspeção do ensino é o ponto vital de tal legislação e que isto – ter uma inspeção por bairro, por município, por região, que monitore as escolas e que traga para os conselhos os problemas para que se proponha as soluções – até então não acontecia na legislação francesa (Ibidem, idem).

Quando Silveira da Mota se remete à Cousin em sua conferência, ele nos permite apreender que coaduna com o pensamento de que a reforma na legislação, assim como na Holanda, deve centralizar as ações da inspeção para que ocorra efetivamente o desenvolvimento da instrução pública. O cotejamento entre o que escreveu Silveira da Mota e Victor Cousin nos permite afirmar que o inspetor brasileiro estudou o relatório do francês, concordando com muito do que leu. Todavia, podemos apontar outro elemento pertinente para a nossa análise: ele também cita autores em comum com os mencionados por Cousin para corroborar seu pensamento, tais como: Platão, Aristóteles, Cícero, Bacon, Locke, Rousseau, etc.

Voltando-nos para o quadro anterior, na última conferência, “*Causas do retardamento dos progressos da instrução pública no país e meios de removê-las*”, Silveira da Mota (1878) cita alguns filósofos – como Platão, Aristóteles, Cícero, Bacon e Locke – para demonstrar que há muito tempo a educação é ponto crucial para o desenvolvimento da humanidade, desde as Academias “onde Platão reunia os seus discípulos” até quando Aristóteles, “há mais de 22 séculos clamava: uma educação igual para todos” (MOTA, 1878, p.72 e 74). Para o Inspetor Geral, cabe aos responsáveis pela instrução garantir as condições materiais e virtudes universais para o seu desenvolvimento, pois o homem aprende pelo exemplo e cita Cícero, que, em suas palavras, “comparou os que frequentam a gente sábia aos que passeiam ao Sol, coloram sem sentir” (Ibidem, p.79) e Bacon, que “já dissera que há uma ação possível de uma pessoa sobre a outra, pela força da imaginação das duas, porque como o corpo recebe a ação de outro corpo, o espírito também está apto a receber a de outro espírito” (Idem, p.80). Silveira da Mota reforça que o poder não conta apenas com a força braçal, mas

³⁵⁰ “(...) dans l’instruction primaire, tout repose sur l’inspection, c’est l’inspection que la loi a constituée” (COUSIN, 1841, p.293).

se ampara na “cultura da inteligência” e “daí vieram os estimulantes, que levaram a muitos brasileiros, de famílias abastadas, inspirados pelo conselho de Locke, a procurar, desde cedo, o desenvolvimento da personalidade independente”, procura essa que os levou “ao velho mundo, revigorar-se com as luzes da ciência, e tomar lições nas constituições das novas sociedades e dos meios de transplantar para o solo da pátria a semente da liberdade” (MOTA, 1878, p.88).

Ao citar John Locke, Silveira da Mota acaba confirmando o deslocamento de pessoas de “família abastadas” que seguiam ao continente europeu em busca das “luzes da ciência”, caminho este percorrido por ele próprio quando estudou na Alemanha. Nesse momento ele utilizou das palavras *transplante*, *solo*, *semente*, como que para dar o sentido literal da ação de transplantar: mudar uma planta de um lugar para o outro. É possível entendermos que esse transplante apontado por Silveira da Mota se refere mais a um “processo de civilização”, tal como o indicado por Norbert Elias. Um processo longo que acarretaria no deslocamento de poder e transformação da consciência e, conseqüentemente, transformações do Estado e na estrutura da sociedade, em um entrelaçamento dos seus níveis micro e macro (ELIAS, 1997). Uma semente que, quando brotada, iluminaria a nação por meio da instrução do seu povo, segundo Silveira da Mota. O Inspetor Geral nos informa da existência de um processo maior de comunicação e transformação das ideias e do contexto de um país, que passava por uma rede complexa de circulação de pessoas, de suas apropriações e proposições efetivas. Silveira da Mota continua tratando da transformação da sociedade com o auxílio da “virtude e da instrução do indivíduo”, porém, como reforça, deve-se considerar que esse indivíduo não é dirigido pela força do governo, mas por aquilo que formou a sua opinião desde a infância. Esse indivíduo estaria conectado com informações que o constituíram e que ele constituiu.

4.3. A Associação Humanitária Paranaense e os prêmios dados aos alunos “por sua aplicação e procedimento”³⁵¹

Entre as décadas de 1870 a 1880 ocorreu um acréscimo do número de conferências realizadas em território nacional, não somente de professores, mas aquelas que eram públicas

³⁵¹ A expressão era recorrentemente utilizada quando a Associação Humanitária remetia os prêmios e indicava à quem eram destinados, aos alunos da província do Paraná, que merecessem “por sua aplicação e procedimento” nas escolas. Citando alguns desses momentos, a título de exemplificação: em 1884 (GAZETA DE NOTÍCIAS, 02/01/1884, p.02), em 1885 (O PAIZ, 18/08/1885, p. 01).

e que debatiam questões próprias da instrução e que na Corte ficaram conhecidas como as *Conferências Populares da Glória*, aqui já mencionadas. Segundo resume o contemporâneo das referidas conferências, José Antonio dos Santos Cardoso (1885), “uma instituição bem recebida do público, e que dura há onze anos, é a das conferências populares, onde se tem tratado de muitos e importantes assuntos, com elevação de palavra e solidez de doutrina” (CARDOSO, 1885, p.V). O autor nos informa que foram cerca de 500 conferências realizadas desde a instalação das mesmas na escola da Glória, em 23 de novembro de 1873, e da organização da Associação Promotora da Instrução, em 01 de janeiro de 1874 até 1884. Sabemos, ainda pela descrição, que durante essas conferências encontravam-se “representantes das nossas academias e das nossas escolas primárias, das nossas assembleias políticas e das nossas classes industriais, das nossas armas e das nossas letras” (Ibidem, p.XVIII).

No centro de toda essa organização, estava o paranaense, nascido em Paranaguá, **Manoel Francisco Correia (1831-1905)**. Bacharel em direito pela Faculdade de São Paulo, Manoel Correia exerceu vários cargos de destaque, incluindo três províncias: a de Pernambuco, Paraná e a do Rio de Janeiro. Na primeira foi presidente, entre os meses de abril a outubro de 1866 (CORREIA, 1863). Segundo descrição de Maria Nicolas: “em má ocasião chegara a Pernambuco. Grassava ali a cólera. Incognitamente o Dr. Correia visitava os coléricos, nos hospitais. Levava auxílio moral e material aos infelizes atacados da terrível doença” (NICOLAS, 1954, p.68). Entre os anos de 1877 a 1889 foi senador pela província do Paraná. Antes disso, com apenas 23 anos, em 1854, foi inspetor da instrução pública em Morretes (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 17/06/1854, p.04). Mas, foi morando no Rio de Janeiro que imprimiu sua marca nas discussões sobre a instrução pública³⁵². Segundo descrito, era “grande empreendedor do principal problema nacional a resolver até os nossos tempos, a instrução. Orador intrépido. Afável, modesto e prestativo era a personificação da bondade” (NICOLAS, 1954, p.68). Ele não somente presidia as reuniões na escola da Glória, como muitas vezes era o conferencista, deixando um grande número de textos, que foram

³⁵² Pertinente destacar que, para além do círculo de debates sobre a instrução, Manoel Correia foi secretário de governo no Rio de Janeiro, oficial de gabinete de um ministro de Estado, conselheiro de Estado Extraordinário, em 1877 (um cargo que concernia em ser escutado por ministros ou pelo próprio imperador em assuntos especiais referentes à guerras ou a negociações com outras nações. Uma posição que era ocupada por aqueles que controlavam (ou descendiam deles) a política, e/ou a economia, e/ou a administração em diferentes locais, como a família Correia, em Paranaguá), Ministro de Negócios Estrangeiros (no gabinete de 07/04/1871), chefe da Diretoria de Estatística, entre outros cargos (CARDOSO, 1885; NICOLAS, 1954)

posteriormente compilados e publicados por José Antonio dos Santos Cardoso (1885). Em junho de 1874, Manoel Francisco Correia discursou na inauguração das Conferências Populares na cidade de Niterói sobre a importância das mesmas:

(...) Buscamos nacionalizar no Brasil as conferências, que são em outros países o meio incessante de despertar o espírito. Para não exagerar a importância da instituição, com Laboyale direi também: “uma conferência pública é em si pouca coisa. Não deveis crer que, acompanhando as conferências públicas, vos torneis sábios; mas nunca se deixa uma destas reuniões sem o desejo de estudar as questões que nessa se falou, e de comprar os livros em que essas questões são tratadas. Os países em que há mais conferências públicas são também aqueles em que se vende maior número de livros e em que mais se lê”. Acrescentarei, porém, que o país em que mais se lê é o que mais avulta a preciosa riqueza intelectual, pela qual se pode aferir o grau de desenvolvimento de um povo. É por isso que os homens mais eminentes da França consideram útil ocupação de seu tempo a de dirigirem-se ao povo em conferências como esta. Cabem ali as conferências de Guizot, Cousin, Julio Favre e Laboulaye (CARDOSO, 1885, p.42).

O trecho da conferência de Manoel Francisco Correia nos deixa entrever que ele, assim como o francês que cita, Laboulaye, acreditava no poder das conferências para o desenvolvimento da nação, sendo elas um estímulo para o ouvinte interessado, que buscaria de outros meios (leitura de livros, por exemplo) para apreender melhor o tema escutado. Percebemos que o paranaense enfatiza a relação entre o que se escuta, com a leitura feita posteriormente. Seguindo seu pensamento, podemos dizer que não somente os que se interessavam pelas conferências sobre as questões educativas aprendiam ouvindo sobre elas, mas também lendo.

Manoel Correia, assim como muitos dos que conferenciavam ou escreviam sobre instrução durante o período, lançava mão da citação de outros autores para justificar suas proposições. Nesse sentido, entre autores já por nós conhecidos de menções feitas por outros inspetores paranaenses, como Guizot e Cousin, ele traz para o debate Édouard René Lefebvre de Laboulaye (1811-1883)³⁵³. Em seu livro, *Discursos Populares (Discours Populaires)*,

³⁵³ Édouard Laboulaye, como era mais conhecido, foi titular da cátedra de História da Legislação Comparada no Collège de France (1849-1883); Diretor do Collège de France (1873-1883); foi deputado na Assembleia Nacional da França; senador em 1875, entre outras ações. No entanto, ele é lembrado pela ideia de representar a liberdade nos Estados Unidos, após o período da Guerra Civil, com uma estátua (KIRSCH, 2009).

Laboulaye (1893) organiza as conferências realizadas em reuniões públicas de Paris e Versalhes. Logo na primeira página, o autor se justifica dizendo não ser um grande orador e que os princípios que ele defende não são invenções dele, mas os defendidos por Channing, Horace Mann e “outros amigos do povo” (LABOULAYE, 1893, p.01). Ao final das onze conferências elencadas no livro, Laboulaye (1893) escreve um texto intitulado *Retórica Popular ou a Arte de falar em Conferências Públicas*³⁵⁴, onde cita alguns pensadores e sua experiência como professor no Collège de France para demonstrar como falar bem em público. Ao longo das 47 páginas, percebemos suas principais dicas. A primeira, se relaciona diretamente com a escrita: a importância de se organizar as ideias por escrito, não somente confiando na memória. A escrita como elemento importante na preparação de um discurso (LABOULAYE, 1893, p.334). Manoel Correa, na sua conferência em Niterói, falou da relação entre o oral e o escrito para o ouvinte da conferência, ou melhor, para como o ouvinte aproveitava o que escutou como indicação para futuras pesquisas e estudos em livros. Laboulaye, por sua vez, também se reportou à essa relação, contudo, não para aquele que ouviria a conferência, mas para aquele que a prepara, pois, antes de expor oralmente o seu pensamento, deveria tê-lo por escrito. Escrever as ideias, segundo o autor, ajuda a evitar improvisações.

Laboulaye (1893) continua com um questionamento: mas como fazer progresso na arte de conferenciar? Segundo aponta, escolher exercícios pode ser um caminho. O exercício de falar alto e para si mesmo, um método de trabalho que dá ao conferencista confiança e facilidade na hora de falar. “Varie os assuntos e as formas de dizê-lo. Conferências populares, reuniões de trabalhadores, sociedades, corais, banquetes, distribuições de prêmios, aulas públicas ou privadas, tentando de tudo” (LABOULAYE, 1893, p.364 – tradução nossa³⁵⁵). Mas ele reforça que tudo deve ser preparado com cuidado e que depois de encerrada a conferência, o palestrante deve refletir sobre a mesma e verificar se ficou faltando algo, possibilitando assim a correção de prováveis defeitos (Ididem, idem)³⁵⁶. Ao tomarmos o autor

³⁵⁴ Rhétorique populaire ou l’Art de parier dans les Conférence Publiques (331 a 378).

³⁵⁵ Variez vos sujets et votre language. Conférences populaires, réunions d’ouvriers, orphéons, banquets, distributions de prix, cours publics ou privés, essayez de tout (LABOULAYE, 1893, p.364).

³⁵⁶ As outras indicações feitas no texto se referem a ter bom humor, falar anedotas, mas ao mesmo tempo ter delicadeza no trato com o outro e utilização das palavras (p.367); não pode faltar sinceridade, bom humor, simplicidade e alguns elementos de variável eloquência (p.368); o tom de voz que se utiliza com o público deve ser moderado (não tão baixo como em uma conversa, mas também não tão alto e rápido, como se estivesse

citado por Manoel Correia durante uma conferência e compararmos o que ele indicava como elementos fundantes para o bem falar em público, com a prática dos responsáveis pela inspeção e ensino no Paraná, percebemos que as ações se conectavam. Aqueles que foram, eram ou seriam parte da Inspeção Geral da Instrução Pública palestraram sobre as questões do ensino em diferentes locais e momentos (sociedades e clubes literários, jantares e bailes, inaugurações de escolas, exames de alunos e distribuição de prêmios, Assembleia Legislativa, conferências populares). A organização do ensino no Paraná recebe contribuições dessa rede de debates.

Um ano depois da inauguração das conferências da Glória, na exposição intitulada *Educação da Mocidade. A Igreja e a Escola (...)*, de 22/11/1874, Manoel Correia pondera: “não sei se, em algum outro país, dá-se o fato de repetirem-se no mesmo edifício duas vezes por semana conferências públicas como aquelas que aqui temos tido”, afirmando ainda que “elas se têm sustentado pelo influxo da opinião, que é no Brasil sempre favorável às tentativas úteis. E mais uma prova o fato significativo de se ir dilatando pelo vasto território do Império o gosto pelo instrutivo entretenimento das conferências” (CARDOSO, 1885, p.91). No ano seguinte, na conferência *Direção do Ensino (...)*, de 21/11/1875, Manoel Correia informa: “fazem-se atualmente conferências, com proveito dos estudiosos, não só em nossas cidades mais importantes, mas também em outras de menor população” (CARDOSO, 1885, p.67). Verificamos nesses trechos não somente a informação de uma ocorrência maior de conferências em todo o território brasileiro, como também uma distinção de como o palestrante via o Brasil diante de um panorama internacional, não como um reprodutor somente do formato de eventos, mas como um país que se distinguia no lugar que conferia à tal acontecimento. A compilação de parte de seus textos nos deixa entrever que esse pensamento se manteve nos dez anos que esteve à frente da tribuna das Conferências Populares da Glória (1873 a 1883).

Uma leitura rápida dos títulos e das datas das conferências³⁵⁷, nos permite localizar que muitos dos temas tratados nas apresentações na escola da Glória estavam conectados com os que eram debatidos na província paranaense por presidentes, inspetores, professores,

galopando as palavras) (p.371); se preocupar com os gestos e a linguagem corporal (p.375); evitar gestos monótonos e os violentos, agindo com mesura (LABOULAYE, 1893, p.377).

³⁵⁷ Ver quadro das Conferências Populares de Manoel Francisco Correia no Apêndice 1.

legisladores, sócios de clubes e associações literárias e a imprensa no geral. Quando partimos para a leitura de suas conferências, percebemos uma outra relação interessante nas referências que Manoel Francisco Correia utiliza. Alguns pensadores e autores são os mesmos que já conhecemos pela menção dos responsáveis pelo ensino paranaense, como Hippeau, Cousin, Rousseau, Guizot, Rendu, etc³⁵⁸. Na conferência intitulada *Ensino Primário Obrigatório* (1873), Manoel Correia reforça a importância de se estender a instrução à toda a população com a questão do aumento/diminuição da criminalidade. Em suas palavras:

É um grande interesse social que os crimes não se reduzam, mas diminuam; e é fato, revelado pela estatística, que o maior número dos criminosos são analfabetos, que a estatística criminal decresce na razão do maior desenvolvimento da instrução. Os trabalhos do inspetor geral das prisões da Bélgica, Mr. Ducpétiaux, aí estão para atestar esse decrescimento à medida que a instrução aumenta (CARDOSO, 1885, p.31).

Algun tempo depois, na conferência intitulada *Causas do retardamento dos progressos da Instrução Pública no país e meios de removê-las* (1878), Silveira da Mota também menciona o belga:

Tratando dos inspetores dizia o Sr. Dubois, deputado da *Loire-Inferieure*: o estudo da infância é um estudo a parte e de toda a vida. Os métodos diversos a educação e a disciplina das escolas, são objetos de meditações profundas e que absorvem todos os momentos dos inspetores. É-lhes preciso conjuntamente força, ciência, zelo, finura, reserva e conhecimento dos homens. Vemos que o mesmo método para iniciar uma organização prática, é proposto também pelo Sr. Ducpetiaux na Bélgica (MOTA, 1878, p. 153).

Silveira da Mota cita Ducpetiaux quando trata da inspeção como a base para a “constituição do ensino primário geral”, diferente do sentido dado por Manoel Correia. Algumas vezes não somente a ideia do autor é a mesma utilizada, mas a citação também. Durante os anos de 1874 e 1875, por exemplo, em conferências distintas – uma tratando da direção do ensino e importância da instrução e a outra sobre as Escolas Normais³⁵⁹ – Manoel

³⁵⁸ Manoel Correia também cita autores diferentes, como alguns dos que utiliza na conferência *Ensino Primário Obrigatório*, Augustin Cochin, Jules Simon, M. de Lavaleye, Macaulay, Diepenbrock.

³⁵⁹ “Direção do Ensino. Importância da instrução nos destinos da humanidade. Convém não esquecer as ciências morais” e “Necessidades das Escolas Normais”.

Correia cita Leibnitz: “dai-me a direção do ensino durante um século e eu mudarei a face do mundo” (CARDOSO, 1885, p.68). Tal citação e autor nós aqui já vimos mencionados: por Jean Eugène Lerminier na sua obra *Introdução Geral à História do Direito* (1829), pela Sociedade Instrutiva da Bahia (1846), no relatório do Inspetor Geral Silveira da Mota (1857), no relatório do presidente André Fleury (1865), na *Rivista Italiana D’Istruzione e D’Educazione* (1870) e na revista *A Instrução Pública* (1874), da Corte. Vimos neste capítulo que o mesmo Laboulaye, citado por suas conferências, comparece na indicação feita por Manoel Correia (1875), pelo presidente da província do Paraná Abranches (1875a) e por Silveira da Mota (1878) em sua quarta conferência, *Causas do retardamento dos progressos da instrução pública no país e meios de removê-las*. Se continuássemos contrapondo os autores e citações, poderíamos chegar à outros pontos em comum, no entanto, este cotejamento nos informa que existia um repertório comum utilizado por aqueles que discutiam a inspeção e instrução pública no Brasil, no século XIX. Um repertório que estava conectado com outros países, que era apropriado e conduzido nos escritos e falas, de acordo com a proposta que se queria apresentar.

Porém, como veremos, a relação de Manoel Correia com o ensino paranaense vai além do seu trabalho como inspetor da instrução, em 1854, ou como uma referência no assunto, devido ao lugar de destaque que ocupava nas Conferências Populares e demais sociedades voltadas para a educação no município da Corte, na província do Rio de Janeiro. Durante a década de 1880, por meio de sua ação frente à uma outra sociedade, a **Associação Humanitária Paranaense**, no Rio de Janeiro, contribuiu para a instrução na província do Paraná.

Manoel Correia estava na tribuna das Conferências Populares da Glória quando fundou a Associação Humanitária Paranaense. Acompanhando a associação pelos jornais, encontramos um primeiro convite destinado à Manoel Correia, para que ele fizesse parte da organização da mesma, “pedindo o concurso valiosíssimo de seus conselhos” (O PARANAENSE, 18/11/1880, p.02). Os paranaenses³⁶⁰ escrevem que desejavam fundar tal associação e que têm encontrado apoio em outros comprovincianos, deixando entrever que seria uma associação com fins humanitários: “para que possamos com firmeza e desassombro

³⁶⁰ José Neves Pinto, Pedro Ferreira Miranda, Manoel Pereira Liberato Júnio, Frderico A. de Souza Nogueira, João Guilherme Guimarães e Antonio Camargo.

exercer, como desejamos, o doce excelso, apostolado da caridade, especialmente com os contrerrâneos que a carecerem” e que, com isso, “não elevaremos assim bem alto o nome paranaense, o nome da província em que V. Ex. e nós tivemos aventura de nascer? Por certo” (O PARANAENSE, 18/11/1880, p.02). Em outro jornal, foi publicado um convite direcionado à população: “convidam-se os paranaenses residentes nesta Corte a comparecerem à reunião que hoje officiar-se-á no Círculo Italiano Vittorio Emmanuele II, a rua Lavradio, nº70, as 11h da manhã, para a leitura e discussão dos seus respectivos estatutos” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 08/09/1880, p.03). Um pedaço do Paraná, em espaço italiano, para paranaenses distantes de sua terra. Uma associação que nasceu sob a luz do vínculo com a caridade, seguindo o indicado pelos seus primeiros idealizadores, mas que assumiu outra configuração quando acompanhamos a sua efetivação sob a presidência de Manoel Correia.

Três anos depois, o presidente Manoel Correia presidiu a sessão de votação dos estatutos da associação e, entre os dezesseis integrantes da sociedade estava, como secretário-geral, o professor Nivaldo Teixeira Braga³⁶¹ (o mesmo que, anos depois, escreveria a crítica à conferência feita pelo professor José Cleto da Silva, em 1887). Depois dele, assumiu a secretaria da associação o padre Albino José da Cruz, que também tinha uma ampla experiência sobre a instrução paranaense, por ter sido professor e inspetor da instrução de 1861 a 1864 e depois em 1874³⁶². Seguindo os integrantes da Associação Humanitária Paranaense podemos identificar que a rede de discussão sobre o ensino se movimentava e se constituía durante esse percurso.

No ano anterior à essa discussão de estatuto, uma nota no jornal informava que a Associação Humanitária Paranaense comemoraria no edifício das Conferências Populares o 29º aniversário de instalação da província do Paraná (GAZETA DE NOTÍCIAS, 11/12/1882, p.01). A data de comemoração da emancipação do Paraná como comarca da província de São Paulo se transformou, ao longo dos anos de existência da Associação Humanitária Paranaense em um momento de duplo significado: comemorar entre os pares e presentear alunos. Na sessão de comemoração do aniversário da província do Paraná, no ano de 1883, estava entre os presentes o Imperador D. Pedro II. Pelos jornais, ficamos sabendo que a Associação Humanitária Paranaense “reuniu vários prêmios destinados a alunos das escolas mantidas

³⁶¹ GAZETA DE NOTÍCIAS, 22/01/1883, p.01.

³⁶² CODICE 0951 – 15/05/1861; 16/04/1862; 25/11/1864 e AP0442, 03/07/1874, p.03.

pelos cofres provinciais do Paraná e os remeteu ao presidente da província”, Carlos Augusto de Carvalho, que enviou uma carta resposta ao secretário, agradecendo. Os prêmios para os alunos eram “em recompensa à sua aplicação e bom procedimento” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 25/01/1883, p.02)³⁶³. A premiação aos alunos estava prevista desde a primeira legislação, organizada pelo Inspetor Geral Silveira da Mota:

Os alunos que se houverem distinguido por talento superior e notável aproveitamento, serão premiados podendo ser até 5 anualmente em cada escola. O professor, depois dos exames, sujeitará ao inspetor geral uma lista dos examinados, com todas as informações, por intermédio do inspetor do distrito, ou subinspetor, se for este o que houver assistido aos exames, a fim de que sejam declarados os premiados (art.27º). Os prêmios serão de três ordens: a 1ª constará de uma obra escolhida, a 2ª de uma medalha de prata, tendo de um lado a effigie de S.M. o Imperador com a seguinte legenda: tributo ao mérito, e de outro lado: Instrução Primária da Província do Paraná; a terceira constará de uma e de outra coisa (PARANÁ. Regulamento de Ordem Geral, 08/04/1857, art.28º).

Anos depois, no Regulamento da Instrução Pública, de 1876, a premiação é contemplada em outro artigo, sem indicação do que seria dado ao aluno: “os alunos que se distinguirem por talento, aproveitamento ou moralidade serão premiados pelo professor” (PARANÁ. Regulamento da Instrução Pública, 16/07/1876, art.43º). Seguindo o disposto na última legislação sobre premiação na província em vigor, a Associação Humanitária Paranaense poderia dispor do prêmio que achasse mais condizente. A festa de comemoração de fundação da Associação e do 30º aniversário de emancipação da província do Paraná foi noticiada alguns dias depois no jornal *A Gazeta Paranaense*. Por ele, sabemos que homens e sociedades estavam presentes³⁶⁴, como foi o discurso de Manoel Correia e que terminada as apresentações seguiu-se um grande baile. Mas, sabemos também que duas moedas de ouro foram oferecidas pelos membros da associação – uma como o nome Senador Correia e outra intitulada Província do Paraná – e que livros foram enviados por outros doadores – Sr.

³⁶³ A notícia foi dada também pelo jornal O Globo (O GLOBO, 25/01/1883, p.03).

³⁶⁴ O Imperador, Conselheiro Ministro do Império, senador Dantas, senador Ottoni, deputado Conselheiro Manoel Alves de Araújo, deputado Conselheiro Taunay, o ex-presidente Dantas Filho e o ex-presidente Venâncio Lisboa, ambos da província do Paraná. Discursaram: José Albino da Cruz, Victor do Amaral, representantes: do Instituto de Bacharéis em Letras, do Centro Alagoano, da Sociedade de Beneficência Baiana, do Liceu Literário Português, da Academia Pitagórica de Roma, do Socorros Mútuos Marquez de Pombal, da Sociedade Promotora da Instrução (GAZETA PARANAENSE, 05/01/1884, p.02).

Leuzinger, Favo & Lino, Alves & Companhia. Segundo consta, os objetos seriam remetidos ao presidente da província do Paraná, Oliveira Bello, para distribui “a seu juízo, como prêmios aos alunos que mais se distinguirem durante este ano, nas escolas públicas desta província” (GAZETA PARANAENSE, 05/01/1884, p.02). O quadro a seguir demonstra alguns dos prêmios enviados ao Paraná.

DATA ³⁶⁵	PRÊMIO/OBJETO ENVIADO	DOADOR
25/01/1883	Dois livros ricamente encadernados Uma escrivaninha com lousa	Senador Correia e Sr. Alves Correia Carlos de Carvalhaes Pinheiro
29/01/1883	Prêmio “Visconde de Guarapuava” – livro <i>Democratema</i>	Sem nome do doador
06/09/1883	Prêmio “Dr. Ermelino de Leão”/Livro ricamente encadernado	Associação Humanitária Paranaense
02/01/1884	Livro <i>Os Lusíadas</i>	Associação Humanitária Paranaense
01/02/1884	Prêmio “Ermelino de Leão”/Livro ricamente encadernado	Associação Humanitária Paranaense
16/06/1885	Prêmio Dr. Lamenha Lins” Prêmio “Dr. Venâncio Lisboa”	Associação Humanitária Paranaense
18/08/1885	Prêmio “Dr. Venâncio Lisboa”; “Senador Cruz Machado; “Conselheiro Fleury”	Associação Humanitária Paranaense
25/12/1885	Prêmio “Província do Paraná” e “Senador Correia”/Moedas de ouro Prêmio “Comendador Manoel Leocádio”/ 50\$ em caderneta da Caixa Economica Prêmio “Dr. Ermelino”/Livro ricamente encadernado e “Presidente Taunay” Prêmio “Senador Zacarias Prêmio “Comendador Correia Júnior”; “Dr. Muricy”; “Fernando Amaro Lustosa”	Sr. Faro e Nunes Associação Humanitária Paranaense Manoel Francisco Correia Albino José da Cruz Frederico Nogueira e Alves e C.
12/01/1886	Prêmio “Barão dos Campos Gerais”	Associação Humanitária Paranaense
25/05/1887	Prêmio “Província do Paraná”/Moeda de ouro Prêmio “Senador Correia”/Moeda de ouro Prêmio “Dr. Correia Júnior”/Histoire d’un petit homme (livro de luxuosa encadernação) Prêmio “Conselheiro Zacarias”/Livro de Camões (3 volumes) Prêmio “Dr. Euphrasio Correia”/D. Quixote de la Mancha (livro de rica encadernação) Prêmio “D. Francisca Correia”/Les Soirées d’etê (livro de rica encadernação) Prêmio “D. Magdalena	Associação Humanitária Paranaense

³⁶⁵ Data do registro dos prêmios no jornal e não do envio dos mesmos. Escolhemos manter a data do periódico que noticiou o envio a título de acompanhamento dos prêmios pelo ano.

grande doadora dos prêmios. Em alguns dos envios, a Associação indicava para onde deveria ser remetido o mesmo. Em janeiro de 1883, o prêmio “Visconde de Guarapuava” foi enviado ao presidente da província “a fim de que se digne de, em tempo, entregar ao aluno das escolas públicas de Guarapuava que o merecer por sua aplicação e bom procedimento” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 29/01/1883, p.01). A Associação Humanitária Paranaense não somente enviava os prêmios, mas indicava a localidade que os receberia, no caso, talvez a escolha tenha sido feita pelo nome e atuação de Visconde de Guarapuava, o homenageado³⁶⁸. Outro ponto interessante que a visualização do quadro permite de observarmos é que, raras as exceções, a grande maioria dos prêmios eram livros, com descrição de sua encadernação. Se preocupava em premiar luxuosamente com conhecimento, deixando a leitura como herança. Uma preocupação que Manoel Correia deixava transparecer nas suas conferências populares, principalmente na intitulada *Riqueza Intelectual*, quando distingue: “os herdeiros da riqueza material são os filhos, os da riqueza intelectual, não somente os filhos, mas todos os homens” (CARDOSO, 1885, p.56).

Quando nos voltamos para a documentação pesquisada (jornais, correspondências de governo, legislação) vemos que a prática de premiação dos alunos na província paranaense era pontual, com alguns professores premiando seus alunos em exame, mas não todos e nem sempre. No entanto, a atuação da Associação Humanitária Paranaense parece dar outra visibilidade à distribuição de prêmios para os alunos. Pelas páginas dos jornais, encontramos um ofício do diretor e professor da Escola de Desenho e Pintura de Curitiba, Mariano de Lima³⁶⁹,

Comunicando que tendo em vista a solícita e decidida proteção que a Associação Humanitária Paranaense tem dispensado aos grandes empreendimentos, tendo em vista a ilustração de seus membros e o interesse que eles tomam pelo engrandecimento de sua pátria e mormente da província natal de seu distinto presidente, pede à Associação que se interesse pela Escola de Desenho e Pintura do Paraná, a única do seu gênero naquela província, e que já tem aberto durante o decorrer do ano, duas exposições

³⁶⁸ Em outro momento, a Associação Humanitária Paranaense envia o prêmio “Conselheiro Fleury” – prêmio dado “em atenção a um dos presidentes que mais se distinguiram na administração, promovendo o adiantamento da província” – para o Diretor Geral da Instrução Pública, “que oportunamente o destinará ao aluno das escolas públicas de Curitiba que o merecer por sua aplicação e bom procedimento” (O PAIZ, 18/08/1885, p.01).

³⁶⁹ Sobre Mariano de Lima e o ensino de pintura no Paraná, ver estudo de Cadore, 2015.

artísticas dos alunos, como se depreende dos relatórios publicados na folha A Arte, órgão da Escola de Desenho e Pintura, que foi também enviado à Associação (JORNAL DO COMERCIO, 10/04/1888, p.01).

O documento de Mariano de Lima nos confirma essa evidência que a Associação Humanitária Paranaense foi ganhando na província do Paraná com a sua prática de premiação. O referido diretor indicava a sua escola como uma das que merecia receber prêmios para os alunos, pois os mesmos eram dedicados, já haviam participado de duas exposições artísticas, ou seja, já teriam dado prova de sua aprendizagem e conhecimento, assim como os alunos das escolas públicas primárias no decurso dos exames. Outro ponto interessante no ofício do diretor é o local onde foi publicado, um jornal do Rio de Janeiro. Talvez, por ser a sede da Associação Humanitária Paranaense na referida província, Mariano de Lima tenha entendido ser a leitura do jornal local mais rápida do que a de um jornal paranaense, que demoraria o tempo de publicação da solicitação e envio até o Rio de Janeiro. Sem contar que, publicando no jornal na província do Rio de Janeiro, considerava que a leitura fosse feita por mais sócios e integrantes da diretoria da Associação, enquanto um jornal enviado do Paraná só poderia ser endereçado à diretoria da mesma ou ao seu presidente, Manoel Correia.

O ofício, publicado no jornal no Rio de Janeiro, nos confirma que a prática de premiação da Associação Humanitária Paranaense a colocava em evidência na província do Paraná, ao ponto do diretor da Escola de Desenho e Pintura de Curitiba – que pelas características não seria uma das que receberiam prêmios doados pela Associação – solicitar os mesmos para seus alunos. Pelo jornal *O Dezenove de Dezembro* vemos que os prêmios eram entregues e que, muitas vezes, essa entrega era feita no que caracterizavam como um momento de “festa”. Em 1884 a Câmara Municipal de Curitiba anunciava no jornal a “distribuição de prêmios” remetidos pela Associação Humanitária Paranaense – prêmio “Ermelino de Leão e Muricy aos alunos de estudo primário e secundário que os merecessem por sua aplicação e bom procedimento” – a serem entregues na festa na escola da rua Aquidabam (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 01/02/1884, p.04). As ações da Associação Humanitária Paranaense tinham nas festas de entrega de prêmios, além das notícias publicadas nos jornais e das conferências realizadas na escola da Glória, um momento de ser conhecida pela comunidade escolar presente (pais, alunos, professores, funcionários ligados à Inspeção Geral da Instrução, entre outros).

Durante o período, os jornais indicam uma intensa troca de correspondência, ofícios e telegramas entre os responsáveis pela instrução na província e a direção da Associação Humanitária Paranaense. Sabemos desta correspondência porque eram lidas nas sessões da Associação e depois eram publicadas ou comentadas nos jornais da Corte e nos do Paraná. Graças à essa organização das sessões, podemos conferir como os responsáveis pela instrução na província paranaense respondiam ao envio dos prêmios. Em um desses momentos, o secretário da província acusa o recebimento dos prêmios “Visconde de Uruguay” e “Dr. Pires”; Conrado Ericksen (Chefe da Superintendência do Ensino Obrigatório da Lapa) comunica que o prêmio “Barão dos Campos Gerais” foi oferecido ao aluno João Gonçalves Teixeira, da segunda escola da Lapa; enquanto o Diretor Geral da Instrução escreve que recebeu o prêmio “Conselheiro Fleury” e que agradece “a elevada prova de patriotismo com que testemunha o interesse que lhe inspira o desenvolvimento intelectual e moral da infância na província” (O PAIZ, 12/01/1886, p.01). Pelas mensagens trocadas podemos aferir que o envio de prêmios era algo certo ao longo dos anos e que chegavam às mãos de alguns alunos paranaenses. Ainda nessa rede de comunicação que se estabeleceu ao longo dos anos, o presidente da província do Paraná, Carlos Augusto de Carvalho, comunica à Manoel Correia:

Assegurando a V. Ex. que vou dar imediato cumprimento aos desejos da Associação Humanitária Paranaense. Cabe-me o dever de manifestar a V. Ex. e a essa associação meus agradecimentos pelo serviço que acabam de prestar à causa do ensino, pois serviço é, e inestimável, instigar por meio de prêmios conveniente às classes escolares, principalmente quando o ensino, que era dado, não tem, por defeito de método, atrativo para os alunos (O PAÍZ, 28/01/1885, p.01).

Logo na primeira frase do agradecimento do presidente, vemos uma posição de parceria entre o governo provincial e a Associação Humanitária Paranaense. Uma parceria que já contava cinco anos, um tempo considerável de envio de prêmios, mesmo que fossem pontuais. O presidente também nos informa do objetivo que ele confere à essa ação da Associação: instigar as classes escolares por intermédio dos prêmios. Segundo a sua visão do contexto escolar paranaense, a premiação contribuía para estimular os alunos, que talvez sabendo dos prêmios se dedicassem mais aos estudos. Não discutiremos se realmente pode ser observada essa relação entre premiação e bom desempenho/resultado, no entanto, a escrita do presidente nos deixa ver uma *representação* de que a ação da Associação trazia esse tipo de

reação entre os alunos. Uma representação que conferia um destaque ainda maior para a parceria entre a província do Paraná e a Associação Humanitária Paranaense.

Paulatinamente vemos um crescimento das notícias sobre as ações da Associação Humanitária Paranaense nos jornais da província e na correspondência de governo. No periódico quinzenal *A Ideia* (Órgão do Clube dos Estudantes) foi noticiada a sessão magna da Associação Humanitária Paranaense na Corte, por motivo de comemoração do aniversário da província e, ao final: “a mocidade paranaense representada na redação de *A Ideia*, envia, pois, no dia de hoje, uma entusiasta saudação à pátria” (*A IDEIA*, 19/12/1888, p.04). Jovens, do ensino secundário, que acompanhavam a Associação à distância.

Não somente a evidência da Associação se torna maior, como também a remessa de material se amplia, não somente os livros para os alunos que se distinguiram nos exames, mas objetos escolares. Em 1885, o presidente da província informa ao Diretor Geral da Instrução Pública que envia os prêmios remetidos pela Associação Humanitária Paranaense para os alunos “que mais se distinguirem por seu aproveitamento intelectual. Os prêmios constam de uma moeda de ouro, livros, folhetos, estampas e quatro tinteiros, tudo constante na relação inclusa” (AP0738, 25/02/1885, p.40). Em outro momento, a Associação envia junto com os prêmios habituais para os alunos, “sete mapas do Brasil confeccionados por E. Levasseur, para V.S. distribuir como julgar conveniente a algumas das mesmas escolas” (*GAZETA PARANAENSE*, 28/12/1887, p.01). Os envios não supririam todas as demandas das escolas da província, mas essa ação nos indica que havia uma preocupação dos integrantes da Associação Humanitária Paranaense com a disposição material das escolas, a fim de que o desenvolvimento do ensino se desse da melhor forma.

Como sabemos, enquanto era presidente da Associação Humanitária Paranaense, Manoel Correia estava à frente da tribuna das Conferências Populares da Glória, à frente da Sociedade Propagadora da Instrução Pública, realizando conferências e participando de eventos relacionados à instrução, como a organização do Congresso da Instrução Pública (1883). Era um homem bem relacionado e conhecido como grande referência nas questões sobre o ensino. Por suas ações e características foi convidado a compor a banca que coletaria objetos para a primeira exposição industrial que contemplaria artefatos referentes à instrução

pública, no Rio de Janeiro, idealizada pela Associação Industrial³⁷⁰. Um mês depois de efetivada a exposição, um artigo de Manoel Correia foi publicado no periódico *Industrial* (12/12/1881) e nele o paranaense escreveu:

A educação infantil e primária e a organização e material do ensino, secundário e superior, constituem programa de estudo suficientemente vasto para ocupar, não a meditação de um homem por mais laborioso que seja, mas a atenção e o pensamento de uma geração inteira (CARDOSO, 1885, p.306).

O cotejamento de suas ações e posicionamentos durante o mesmo período que esteve à frente da Associação Humanitária Paranaense nos deixa entrever que enviar prêmios e objetos para as escolas da província do Paraná não era apenas um modo de exposição, de evidência política ou social ou qualquer outro, era também uma ação que estava condizente com aquilo que ele e os demais sócios consideravam importante para o desenvolvimento da instrução pública. A materialidade da escola era uma preocupação que, segundo ele nos confirma, deveria ser parte de estudo e atenção de todos. Com esse posicionamento, mais uma vez verificamos que o seu pensamento e proposição se conectam com os de outros paranaenses que discutiam a condição do ensino no Paraná durante o período. Como vimos nesse estudo, o Inspetor Geral da Instrução, João Manoel da Cunha, já apontava em seu relatório, em 1875, que não somente a arquitetura e a organização espacial e higiênica do prédio da escola eram importantes, como também era imprescindível a existência do que chamou de “máquinas de centuplicar as forças da inteligência”, estando entre estas os bancos, carteiras e mesas (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 17/03/1875, p.03).

Seguindo nossa análise da participação da Associação Humanitária Paranaense nos assuntos do ensino na província, quando foi regulamentada a obrigatoriedade do ensino, com o Regulamento do Ensino Obrigatório, de 1883, o presidente Oliveira Bello enviou um telegrama para a Associação, recebendo a seguinte resposta:

³⁷⁰ “A solicitação foi atendida. Realizou-se pela primeira vez no Brasil a exposição de objetos referentes à instrução pública. A entrega dos prêmios obtidos foi feita por S.M. o Imperador em 12 de outubro de 1881, no edifício da Tipografia Nacional”, no Rio de Janeiro (CARDOSO, 1885, p.300).

A diretoria da Associação Humanitária Paranaense teve grande satisfação de receber o telegrama que V. Ex. se dignou a dirigir-lhe, transmitindo a grata nova de estar inaugurado o ensino obrigatório nessa província. Se a diretoria houvesse ontem mesmo recebido, daria dele notícias na sessão solene comemorativa do 30º aniversário de instalação da província. Da medida a que V. Ex. alude tinha a diretoria conhecimento pela leitura da Província do Paraná, de 07 do corrente mês, em que se encontra o regulamento a que V. Ex. faz referência. O juízo que formou acerca da salutar providência adotada, V. Ex. conhecerá pelas palavras que a tal respeito se tem no discurso que o presidente desta Associação proferiu naquela sessão e publicado no Diário Oficial de hoje. Queira V. Ex. aceitar ainda uma vez a manifestação de nosso reconhecimento pela realização da obrigatoriedade do ensino, onde esta província, que respeita os direitos da infância, pode, como cumpre, ser levada a efeito sem vexames e opressões que a tornariam odiosa (GAZETA DE NOTÍCIAS, 23/12/1883, p.02).

O que escreveu Manoel Correia no Diário Oficial nós não encontramos, contudo, o ato de se remeter à Associação, feito pelo presidente, demonstra que o aval da mesma era um importante aliado para o governo, principalmente no momento que se reformulava não somente a condição da obrigatoriedade do ensino na província, como também a própria estrutura da inspeção, com a criação das Superintendências do Ensino Obrigatório. No final da resposta dada pela Associação Humanitária Paranaense percebemos uma indicação importante: de que a província do Paraná respeitava os direitos da infância e, como tal, faria com que esse processo da obrigatoriedade se desse sem vexames e sem opressões. Esse trecho coaduna com uma preocupação esboçada por Manoel Correia dez anos antes, na conferência intitulada *Ensino Primário Obrigatório* (23/11/1873). Naquele momento, ele questionava: “deve a lei, em caso de necessidade, constranger os pais a enviarem os filhos à escola? Estende-se até aí o direito do Estado? Ou deve-se confiar nos meios morais que induzem os pais e tutores a dar instrução aos filhos e pupilos?” (CARDOSO, 1885, p.30). Tal dúvida não era somente de Manoel Correia, ela perseguia toda a discussão que se debruçava sobre o ensino obrigatório, seja defendendo ou refutando-o. Essa discussão também se relaciona com o que Silveira da Mota apontava em sua conferência³⁷¹ como dever dos pais, da família, para com a educação dos filhos e com o que a sua referência, Scialoja, discutia sobre o ensino obrigatório no Parlamento Italiano no mesmo período (década de 1870). Como vimos no segundo capítulo, mas pertinente recuperar aqui o trecho, o presidente da província

³⁷¹ *Os deveres do pai de família ou quem suas vezes fizer no que toca a educação e instrução dos filhos, tutelados ou protegidos.*

paranaense, Burlamaque, lançou anos antes um questionamento que continha na sua base o mesmo sentido:

Vão lá a casa do pobre as autoridades policiais, vá o presidente da câmara municipal, vá o subinspetor, vá o professor, empreguem quantos meios inquisitoriais quiserem, o resultado será sempre o mesmo: o pai não pode mandar o filho a escola. Multá-lo-eis por isso? Mas ele não tem como pagar a multa (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 27/04/1867, p.01).

Os receios sob a efetivação do ensino obrigatório acompanharam os responsáveis pela inspeção e instrução durante todo o período. Havia uma teia conectada de anseios e proposições, adequada aos seus contextos. Para Manoel Correia a obrigatoriedade era o caminho, considerando que a instrução torna o homem melhor e a sua ausência faz com que o mesmo se torne “infame e miserável”. Ele sinaliza que o princípio do ensino obrigatório deve estar conforme o interesse do Estado, sem ofender o pátrio poder, sem tirar a liberdade do pensamento e das famílias, sem perturbar o equilíbrio entre as profissões e que, por fim, prepare os cidadãos “para a mais completa satisfação de seus deveres públicos” (CARDOSO, 1885, p.38). O princípio do ensino obrigatório deveria, seguindo seu pensamento, buscar o equilíbrio de todas essas ações e ainda manter uma escola de qualidade – com edifício adequado e condições materiais – com professores capacitados. Indicações estas que também foram feitas por outros paranaenses.

Finalizando a nossa apreciação sobre as ações da Associação Humanitária Paranaense na relação direta com a instrução na província, constatamos que toda ação é passível de crítica e com a Associação não foi diferente. Na Gazeta Paranaense foi publicado artigo que o 1º secretário da Associação leu “em um jornal conservador da província”³⁷², o *Sete de Março*, cujo redator era Justiniano de Mello e Silva, que naquele momento integraria a Comissão para reformular a legislação, originando o Regulamento da Instrução Pública (1890).

Antítese. A Associação Humanitária Paranaense deu um baile em regozijo pelo *infeliz aniversário da província*. Infelizmente no mesmo dia em que os paranaenses da Corte dançavam e divertiam-se, a mocidade curitibana chorava em uma reunião cheia de tristonhas impressões, a extinção da

³⁷² Descrição que consta no jornal (GAZETA PARANAENSE, 27/01/1889, p.02).

instrução pública na província que está sempre na *vanguarda do progresso* (GAZETA PARANAENSE, 27/01/1889, p.02 e 03 – *grifos nossos*).

A crítica foi rebatida, dizendo que os paranaenses da Associação Humanitária Paranaense na Corte comemoravam o aniversário de instalação da província e não mostravam “indiferença pelo ato legislativo, que aliás muito lamenta, em virtude do qual foram suprimidas tantas escolas primárias – unanimemente aprovada a proposta” (GAZETA PARANAENSE, 27/01/1889, p.03). Em um primeiro momento, podemos identificar que havia uma expectativa de posicionamento da Associação Humanitária Paranaense frente às ações voltadas para a instrução na província. Isso nos mostra que realmente sua inserção era grande no contexto paranaense, já que, o seu não posicionamento acarretava desconforto.

Uma segunda leitura da crítica nos permite perceber indícios políticos – “infeliz aniversário da província” e ter sido o artigo retirado de “um jornal conservador”. Amélia Corrêa (2009) se atentou para a imprensa paranaense no final do século XIX (1879 a 1901), verificando vinculações políticas e o pensamento republicano e demarca que a imprensa era “um foro de poder informal, vinculado ao governo e à organização partidária. Tratava-se de uma imprensa de opinião, que tinha como um de seus eixos os comentários partidários” (CORRÊA, 2009, p.139)³⁷³. Se pensando em vinculações políticas, a autora aponta que a Gazeta Paranaense, onde foi republicado o artigo que aqui mencionamos, era uma folha conservadora, assim como o jornal que descreve como tal (Sete de Março).

Outro elemento interessante na crítica feita por Justiniano de Mello e Silva é a utilização da expressão *vanguarda do progresso*. Neste capítulo vimos essa mesma expressão ser utilizada pelo Imperador D. Pedro II como um elogio à participação do Paraná na Exposição de 1875. Tal louvor ganhou as páginas do jornal *O Dezenove de Dezembro*. Ao utilizá-la, Justiniano inverte seu sentido, como em uma ironia de que, na verdade, a província não seguia essa marcha adiante, mas em retrocesso, já que se fechavam escolas públicas

³⁷³ A autora conclui que “análise dos discursos republicanos mostra que a política paranaense, no final do século XIX, era mais um resultado de alianças e desavenças entre grupos do que fruto de posicionamentos ideológicos. Os discursos serviam, majoritariamente, como armas retóricas utilizadas para orientar o enfrentamento intra-elites, movido pelo desejo de participação, o que fez com que tivesse um caráter genérico alicerçado na concepção do fim dos privilégios, embora sem a ampliação da cidadania. Houve pouco espaço para o debate de outras ideias e concepções de regime que não fossem os desejados pelas elites, que, “vencedoras”, consolidaram-se no poder, encontrando as condições ideais para a implantação dos seus projetos de modernização conservadora do estado” (CORRÊA, 2009, p.156).

primárias. Um recurso linguístico que demonstra não somente a análise feita pelo seu autor, mas que ele sabia que, por ser uma expressão conhecida como representativa da província, tendo assim circulado em jornais paranaenses, a sua utilização contrária daria mais ênfase à crítica feita.

Posicionamentos políticos e partidários à parte, confirmamos que as ações eram vistas, criticadas e explicadas nas páginas dos periódicos, o que colocava em evidência a Associação Humanitária Paranaense, independente dos motivos. Ao longo do período, observamos que a circulação das ações da Associação se dava por diferentes meios (jornais, periódicos, conferências públicas, correspondências de governo) e pelo seu relatório de atividades³⁷⁴. As atividades da Associação duraram dez anos. A última sessão ocorreu em um domingo, dia 02 de março de 1890, e nela ficou acordada a derradeira contribuição que seria enviada à província: a construção de uma escola. Isso porque a Associação contava com um saldo em caixa e este seria aplicado, pelo ex-tesoureiro e sócio fundador Frederico Augusto de Souza Nogueira, até que com ele fosse possível financiar totalmente um edifício escolar no Paraná. A indicação dada foi: “o pagamento se fará quando o edifício for aceito pelo governador para nele começarem imediatamente as aulas a que for destinado” (O PAIZ, 06/03/1890, p.02). Tal quantia foi totalizada seis anos depois, um valor de 10:100\$000, destinado ao governador do Paraná “como auxílio para a construção de uma casa escolar nesse Estado” (O PAIZ, 22/09/1896, p.02).

Durante esse capítulo pudemos acompanhar alguns protagonistas do ensino paranaense em comissões, para pensar a organização da inspeção e instrução pública, e em congressos e conferências. Nos é possível indicar que existia um repertório comum que perpassava as propostas dos responsáveis pela inspeção e instrução pública na segunda metade do século XIX, no Paraná. Um repertório que ultrapassava o local e se deslocava por outros espaços, retornando à província por formatos diversos, como os jornais. Percebemos que a conferência era representada pelos responsáveis pela inspeção e instrução como uma contribuição para as questões do ensino, mas que o ouvir uma conferência não era uma ação

³⁷⁴ A Gazeta Paranaense acusa o recebimento do relatório da Associação Humanitária Paranaense, apresentado na sessão da Assembleia Geral, em 14/12/1886, pelo presidente Manoel Francisco Correia (GAZETA PARANAENSE, 08/07/1887, p.02) e que entre os livros da Biblioteca Pública estava o da Associação (GAZETA PARANAENSE, 26/05/1886, p.02). No Catálogo Alfabético das Publicações Brasileiras consta o relatório da Associação Humanitária Paranaense, apresentado na Assembleia Geral, em 02/12/188 (REVISTA SUL AMERICANA, 31/08/1889, p.254).

passiva. Como demonstram, a ação daquele que assistia uma conferência não era somente ouvir o que o conferencista dizia sobre a educação, mas era também criticar essa conferência no jornal, era ler o que dela se escrevia em periódicos, era procurar estudar os autores mencionados, era reformulá-la para tirar dela as ideias principais, etc. Nessa rede complexa de representação, apropriação e prática, percebemos que nos momentos de ver, escutar e ler sobre o ensino foram se construindo e fortalecendo ideias que depois se conectaram e constituíram normatizações na província e no estado do Paraná.

“RETOMO O FIO DAS IDEIAS”

A expressão que utilizamos como título para esta conclusão foi retirada da conferência³⁷⁵ apresentada pelo Inspetor Geral da Instrução Pública, Joaquim Ignácio Silveira da Mota. A intenção do inspetor era retomar o fio das ideias para tratar do que considerava ser o meio mais capaz de “remover os obstáculos da instrução pública” (MOTA, 1878, p.149). Com objetivo diferente, retomamos o fio que nos conduziu durante a tese, revisitamos o texto construído e com ele revemos os locais de pesquisa, recordamos as interpretações das fontes e o que possibilitou a construção do presente estudo. Retomar o fio das ideias não é somente visitar o passado da pesquisa e escrita, mas é também se conectar cotidianamente com o problema que nos inquietou durante esses anos no doutorado, com as hipóteses, objetivos e demonstrar que conseguimos atingir aquilo que nos propomos, há quatro anos.

Com esse sentido, pensamos ser pertinente aqui retomar a questão central que este estudo procurou responder: *como determinados repertórios sobre a inspeção e instrução pública primária comparecem, nas práticas voltadas para o campo da inspeção, na província do Paraná?* Relembramos que a tese por nós apresentada foi: *os inspetores paranaenses, como mediadores culturais, corroboraram para a constituição de um cânone de referências sobre o ensino em concordância com saberes e ideias que circulavam em outras províncias brasileiras. E que esse modus operandi era constituído não somente pelo código de escrita como também pela sua experiência; pelas críticas que receberam e que elaboraram; pelos debates públicos e profissionais que participaram; bem como na presença marcada em espaços privados.* Uma história contada pelas práticas dos responsáveis pela inspeção e instrução paranaense e pelas conexões que travaram com outros sujeitos e ideias. Uma história que se faz por meio de homens e mulheres – ordinários ou não – que estiveram em trânsito, local e global, entre outras sociedades e culturas, um percurso que a eles confere a representação de mediadores culturais.

Em estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária, no final do século XIX, Diana Vidal (2005) escreve sobre as possibilidades e limites da História Conectada, utilizando os autores Subrahmanyam e Gruzinski. Segundo a historiadora, “o conceito de mediadores culturais positiva as sínteses ou apropriações efetuadas aos modelos

³⁷⁵ Intitulada *Causas do retardamento dos progressos da instrução pública no país e meios de removê-la* (MOTA, 1878, p.149).

pedagógicos e materiais escolares e coloca em destaque as singularidades sócio-históricas das comunidades nacionais, regionais ou mesmo institucionais (...)” e todo esse processo acaba por incidir na constituição da cultura escolar que, por sua vez, é “concebida como original e produto/produtora da cultura social” (VIDAL, 2005, p.68). Assim como pontua a autora, quando se volta para a cultura escolar, identificamos que os inspetores do ensino paranaense, ao longo do período aqui investigado (1854-1890) foram *mediadores culturais*, transitaram por diferentes sociedades e culturas, viram, leram e ouviram muito das questões sobre a inspeção e instrução que eram debatidas pelos responsáveis e estudiosos do ensino durante o século XIX, em diferentes países, e reelaboraram suas práticas e proposições no território paranaense. O que demonstramos durante a tese foi a existência de histórias conexas por meio da circulação dos inspetores e as apropriações que os mesmos fizeram. Uma interpretação tal como pondera Maria Lúcia Pallares-Burke:

O estudo histórico da circulação e recepção de ideias pode aproveitar-se da ideia da metáfora da tradução cultural, usando-a para salientar não só a ideia da criatividade da recepção, como também os dilemas e impasses envolvidos na compreensão intercultural (PALLARES-BURKE, 1996, p.14).

Como disposto no estudo referenciado, olhar para outra cultura não significa dispor dela como sua, sem mediações, críticas ou refutações. Metaforicamente, com o auxílio de estudos da antropologia e sociologia, Pallares-Burke (1996) demonstra que poderíamos considerar essa pessoa que olha para o outro como um tradutor, no sentido de tornar inteligível aquilo que se traduz e que permite uma comunicação entre duas culturas. Desviando o olhar do referido estudo para o que aqui apresentamos, é possível apontarmos esse movimento de “tradução cultural” como um dos elementos que permitiram a constituição de uma rede de conhecimento sobre a inspeção e instrução pública, uma vez que os diferentes responsáveis pelo ensino contribuíram para a circulação de saberes e práticas pedagógicas, que reconfiguraram ou condicionaram determinada forma da inspeção e da escola paranaense. Contudo, o que pudemos observar, é que os responsáveis pela inspeção e instrução pública primária na província do Paraná estiveram não somente na posição de “tradutores culturais”, como também fortaleceram as conexões do saber, desenvolvendo aquilo que chamamos de histórias conectadas e não histórias transpostas. Identificar essas ideias compartilhadas é se voltar para a compreensão da prática dos presidentes e inspetores frente a inspeção e instrução

pública; é incluir nisso as bases que permitiram a configuração de proposições para o ensino na província.

É possível apontarmos três bases que se articulam em torno do debate e propostas para a instrução pública paranaense: a legal (as legislações específicas que regulamentam a estrutura, funções, direitos e deveres dos envolvidos com o ensino), a política (muitos dos responsáveis diretos pela inspeção e instrução foram deputados na Assembleia Legislativa e lá discutiram as ações para o ensino na província, sem contar o vínculo partidário de cada um) e a social (espaços como os clubes, sociedades ou associações, onde era possível não somente tomar ciência de livros, revistas, jornais, como também aventar ações para o desenvolvimento da instrução na província). É para essa tríade que voltamos o nosso olhar durante esta tese, na tentativa de perceber o que os responsáveis pela inspeção e instrução pública paranaense indicaram como pertinente para o desenvolvimento do ensino na província e o porquê dessa orientação.

Traçamos inicialmente três hipóteses. A primeira era de que *existiam locais na província paranaense, logo após a emancipação, que funcionavam não somente como espaços informativos, mas como ambientes formativos, e que os inspetores paranaenses eram seus frequentadores*. Assim pensada, essa hipótese se relacionava à possíveis espaços de informação e formação existentes na província e que poderiam contribuir para a circulação de ideias e referências sobre o ensino. Contávamos com o embasamento dos estudos desenvolvidos por Cláudio Denipoti³⁷⁶ sobre a leitura, bibliotecas e espaços sociais, como os clubes e associações literárias, no Paraná. Por meio de seus trabalhos, sabíamos que esses espaços eram frequentados por muitos paranaenses e que constituíam locais de leitura (com bibliotecas) e de socialização entre os frequentadores. Por terem essas características, poderia ser profícua uma investigação que se voltasse para a presença dos responsáveis pela inspeção e instrução paranaense nos espaços literários, seja no Paraná ou fora dele, tentando perceber indícios do debate sobre o ensino.

Alessandra Schueler (1999) demonstra que, a partir da metade do Oitocentos, os principais centros urbanos brasileiros debatiam sobre propostas e políticas educacionais, principalmente as que se direcionavam para as “crianças pobres” e a relação da educação com o trabalho, como mudança da situação de pobreza. A autora caracteriza que “políticos,

³⁷⁶ DENIPOTI, 1994; DENIPOTI, 1996; DENIPOTI, 1998; DENIPOTI, 2001; DENIPOTI, 2008; DENIPOTI, 2009.

advogados, médicos, professores, fazendeiros e outros agentes fundavam, associações e sociedades filantrópicas, leigas e religiosas, visando “proteger”, “assistir”, educar e instruir as crianças” (SCHUELER, 1999, p.09). Ronaldo de Jesus (2013) relacionou oito tipos de associações³⁷⁷ na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1860 a 1889, encontrando 310 registros de criação das mesmas, de forma a demonstrar que havia uma “cultura associativa no século XIX”, com sociedades que formavam “um quadro de dimensões significativas” (JESUS, 2013, p.01).

Por sua vez, no Paraná, encontramos não somente inspetores participando como sócios, como também fazendo parte da organização e diretoria dessas instituições. O *Club Litterário Campo Larguense*, que se voltava para o “desenvolvimento e a educação intelectual”³⁷⁸, teve como presidente Arthur Mello, que foi inspetor paroquial em Campo Largo (1878 a 1880). O *Club de Leitura Porto Cimense* contava com Antonio Macedo como presidente, que exerceu a função de inspetor paroquial (1869, 1875 e 1877) e que depois seria Chefe da Superintendência do Ensino Obrigatório (1887-1888). Podemos considerar esses locais como espaços de formação não somente pelas ações que neles aconteciam, que permitiam o compartilhamento de experiências culturais e o convívio social (como os saraus literários, bailes, aulas de idiomas, aulas noturnas, abertura da biblioteca para os sócios, etc.), como também pela experiência de fazer parte da organização e direção dos clubes. Pelo jornal *Reverbero*, redigido pelos estudantes do Instituto Paranaense, sabemos da existência de, pelo menos, dois clubes feitos por alunos: o *Club dos Estudantes* e o *Club Juvenil*. Foi primeiro secretário deste último, em 1879, o então estudante Emiliano Pernetta. Onze anos depois, ele seria um dos responsáveis pela elaboração do Regulamento da Instrução Pública, de 1890. Os clubes, sociedades e associações contribuíam para que seus integrantes tivessem acesso a debates mais localizados, específicos, com um público mais restrito, o que talvez permitisse aprofundamentos um pouco mais intensos, contribuindo para a formação de opinião de seus sócios. Formação essa vivenciada ou não, esses espaços contribuíam para a formação das redes de sociabilidades dos paranaenses e demais pessoas que ali conviviam.

Entre as sociedades, podemos citar duas que se encaixam entre os limites do recorte cronológico aqui delimitado: a *Sociedade Amante do Bem Público* (1858) e a *Associação*

³⁷⁷ Sociedades Benéficas, Irmandades, Sociedades Religiosas, Sociedades Literárias e de Instrução, Sociedades Científicas, Sociedades Dramática, Recreativas e Desportivas, Caixas Previdenciárias e Montepios, Seguradoras e Cooperativas (JESUS, 2013, p. 02).

³⁷⁸ O PARANAENSE, 09/12/1877, p.02

Humanitária Paranaense (1880). A primeira, foi organizada pelo baiano Joaquim Ignácio Silveira da Mota, enquanto a segunda, foi presidida pelo paranaense Manoel Francisco Correia. Instituições que tiveram quase vinte e cinco anos de distância de criação e atuação, mas que visavam contribuir para o desenvolvimento da instrução pública no Paraná, cada uma a seu modo e de acordo com o contexto paranaense da época. A *Sociedade Amante do Bem Público*, segundo descrição no jornal publicado em outra província, criaria “casas de asilo com ensino interno ou junto de escolas públicas nos lugares em que essa necessidade fosse mais sensível pela diminuição da população e um asilo-modelo com ensino interno para ambos os sexos na capital” (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 13/09/1858, p.02). Ideia essa que coaduna com o que Joaquim Silveira da Mota, na função de Inspetor Geral da Instrução Pública, propunha para o desenvolvimento do ensino na província. Essa relação entre o que indicavam, em outras instâncias e funções, os que presidiam as sociedade e clubes, pode ser encontrada também quando nos voltamos para as ações da *Associação Humanitária Paranaense*, principalmente na distribuição de livros e demais objetos escolares como prêmios para alunos paranaenses que mais se destacassem nos exames. Seu presidente, Manoel Correia, várias vezes conferenciou sobre a importância de aparelhar as escolas com os utensílios e materiais necessários para o bom desempenho das atividades educativas³⁷⁹. Acompanhar essas duas instituições, seus objetivos principais e aqueles que as dirigiam é perceber também que um mesmo sujeito histórico usava, em momentos diferentes, da *estratégia* e da *tática*, no sentido demonstrado por Michel de Certeau (1994). Quando estão no exercício de suas funções legitimadas – como Inspetor Geral da Instrução Pública e Presidente da Tribuna das Conferências da Glória, por exemplo – que lhes conferiam um lugar social de relevância e reconhecimento, usavam da *estratégia* para que suas ideias para a inspeção e instrução pública fossem consideradas e efetivadas. À frente das sociedades,

³⁷⁹ Na década anterior, havia na cidade do Rio de Janeiro associações que também se dispuseram a fornecer material escolar, contudo, a característica era de que fossem destinados às crianças pobres e não como prêmios pelo rendimento escolar. Alessandra Schueler (1999) demonstra que, em 1871, Antônio Ferreira Vianna, presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, criou a Associação Protetora da Instrução à Infância Desvalida, que tinha como objetivo “garantir a frequência das crianças livres e libertas nas escolas públicas da cidade, principalmente naquelas então erigidas com o auxílio da municipalidade, a Associação se propunha a distribuir gratuitamente às famílias pobres o vestuário e o material escolar necessários. Visava também garantir o atendimento médico e o fornecimento de remédios para combater as epidemias e doenças que, segundo os associados, consistiam um dos empecilhos para que as crianças de famílias pobres frequentassem as escolas” (SCHUELER, 1999, p.09).

clubes e associações, espaços de aparente aceitação das normas e legislações sobre a inspeção e instrução pública, ou seja, espaços de confirmação e não de proposição, esses senhores usavam de *táticas*, defendendo seus posicionamentos e usando de “efeitos de astúcia” para fazer valer a prática pensada para o ensino. Como afirma Certeau (1994) não são estratégias e táticas ações desarticuladas totalmente uma das outras, o que as distingue são os tipos de operações que os sujeitos sociais delas fazem em determinados espaços, são as “maneiras de fazer” (CERTEAU, 1994).

A segunda hipótese era a de que *os responsáveis pela inspeção e instrução paranaense se valiam dos jornais e de revistas periódicas, citando referências de outros países, bem como das viagens que fizeram ao longo da vida, para colocar em trânsito suas ideias e propostas para o ensino*. Nesse momento, pudemos acompanhar alguns dos Inspectores Gerais da Instrução em circulação, seja por terra ou por água. Identificamos que, durante o trajeto até o destino de sua viagem, os inspetores tinham tempo para leituras, se assim o desejasse, e oportunidade de relacionamento e conversa sobre a instrução, visto que geralmente viajavam ao mesmo tempo com outros responsáveis pelo ensino na província. Com exceção de João Manoel da Cunha, que seguiu em viagem para a Europa, para visitar o filho que estava na Itália e observar tudo que pudesse ser aproveitado para o desenvolvimento da província paranaense, os outros sujeitos que exerceram ou exerceriam a função de Inspetor/Diretor Geral da Instrução viajaram por motivos pessoais (formação acadêmica ou cultural). Não eram *viagens pedagógicas*, com objetivos vinculados estritamente com a observação do ensino em outros países, mas não deixavam de ser momentos oportunos para a formação do olhar. Quando foi nomeado o primeiro Inspetor Geral da Instrução, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, viajou por dois anos para a Europa, com o objetivo de complementar a sua formação, após o curso de bacharel em Direito. Segundo o relato memorialístico de seu filho, Moysés Marcondes de Oliveira e Sá, a Itália foi um dos países que mais o agradou. Seguindo uma de nossas hipóteses interpretativas, possivelmente Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá e João Manoel da Cunha tiveram contato com jornais e revistas enquanto estiveram por esses países. Assim, se fez pertinente pesquisar um pouco mais sobre como se organizou a inspeção e instrução pública na Itália enquanto lá estiveram. A intenção com essa busca não era encontrar relações inequívocas entre os sujeitos e as práticas, mas compreender o contexto educacional do país que visitaram, entendendo que, quando se lança em uma viagem, constrói-se uma rede de conhecimento pelo aquilo que viu, ouviu e leu, e

pela rede de sociabilidades que construiu. Pelo *fio do nome* dos que receberam e conviveram com Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá em sua primeira viagem, identificamos uma rede propícia para trocas reais sobre diferentes assuntos, incluindo a instrução.

Durante essas viagens, feitas sozinhos ou com acompanhantes diversos, também tentamos perceber pistas do que viram, do que leram e de como fizeram circular aquilo que foi observado. Estes *indícios* nos chegaram por meio das correspondências que trocaram – profissionais ou pessoais (família e amigos) –, por livros que indicaram ou que compunham a sua biblioteca, e por seus relatórios de inspeção ou de governo³⁸⁰. O livro aqui compareceu como um dos elementos que nos permitiu aproximar das práticas de leitura de alguns inspetores. Para isso, as noções de *representação*, *práticas* e *apropriação* foram essenciais. O foco se voltou menos para um arrolamento estatístico dos títulos de bibliotecas de paranaenses, mas para uma aproximação com alguns desses acervos para entender os usos particulares. Dessa forma, as representações, sejam elas individuais ou coletivas e em diferentes formatos, foram tomadas não como reflexos da realidade ou da verdade, porém nos permitiram compreender como os sujeitos foram construindo as suas próprias concepções o mundo social.

Ao tratar da relação entre livros e leitores na França, no século XVI, Natalie Davis (1990)³⁸¹ demonstra que livros eram compartilhados entre alfabetizados e analfabetos, em reuniões, em grupos de leitura ou onde houvesse a oportunidade de encontro e de ler em voz alta. A historiadora corrobora que o advento da palavra impressa fortaleceu duplamente a população francesa, sem ser invasiva à cultura rural e sem perder a vitalidade da cultura das cidades. Segundo evidencia, leitores e ouvintes “não eram receptores passivos (nem beneficiários, ou vítimas, passivos) de um novo tipo de comunicação. Eles eram, antes, usuários e intérpretes ativos dos livros impressos que liam e ouviam, e também ajudaram a

³⁸⁰ No entanto, ao direcionarmos nosso olhar para os títulos dos livros que compunham a biblioteca desses sujeitos, é pertinente atentarmos que a leitura, tal como destacam Guglielmo Cavallo e Roger Chartier (2001. p.20), não está previamente inscrita no texto, mesmo pensando nos sentidos que foram pensados pelo seu autor, editor, ou outros, do uso ou da interpretação que o leitor dele o fará. O texto existe – mas essa existência está atrelada ao leitor, que lhe confere significado. Portanto, os autores não escrevem livros, “escrevem textos que se transformam em objetos escritos, gravados, impressos e, hoje, informatizados – manejados de diversa maneira por leitores de carne e osso”, considerando que esses leitores têm modos de ler que variam de acordo com os tempos, com as áreas e com os lugares.

³⁸¹ Quando se voltou para os diferentes e complexos modos em que a palavra impressa adentrou a vida popular, ainda no século XVI, na França, período em que era grande o número de analfabetos, principalmente nas áreas rurais.

dar forma a esses livros” (DAVIS, 1990, p.184). Quando nos voltamos para aqueles que eram responsáveis pela inspeção e instrução pública no Paraná, séculos depois, percebemos que eles também não eram “receptores passivos” das propostas e ideias sobre a instrução que liam nos livros ou que delas escutavam. Eles as analisavam, refutavam ou com elas coadunavam, justificando se deveriam ou não serem adotadas no Paraná. Em uma sessão na Câmara de Deputados do Rio de Janeiro, quando se discutia a grade dos cursos de Direito e Medicina e o que os alunos teriam de aprender nos preparatórios, Zacarias Goes e Vasconcelos se remete à Gioberti e o ensino acadêmico na Itália, e à Cousin com suas “teorias sedutoras” sobre tal ensino. Novamente confirmamos a remissão à Itália e França, como já vimos outras vezes no presente estudo, porém, evidenciamos outro ponto aqui pertinente, quando Zacarias pondera:

Sei pelos livros, e não pelas viagens, que o ensino na Alemanha é como disse o nobre Senador pela Bahia, meu colega e amigo. O ensino na Alemanha é enciclopédico desde a infância; o mestre escola, quase sempre o cura, ensina por uma enciclopédia aos meninos na sua língua; aí vão adquirindo noções das ciências; um dia o professor percorre os arredores com o seu povo e lhe vai dando explicações de Botânica; outras vezes fala-lhe de Física, de Química, etc. no ensino primário compreende-se até alguma coisa de Latim. Mas é um sistema a estudar e adotar-se, e não é disso que ora tratamos (FILHO, 1979, p.49 – grifos nossos).

Além das indicações sobre o sistema alemão de ensino, a fala de Zacarias Goes e Vasconcelos nos confirma que muitos conheciam sobre a instrução em outros países por meio de suas viagens, contudo, outros, assim como ele, retiravam dos livros esse conhecimento. Como ele pontua, fazia-se necessário estudar o sistema alemão antes da decisão de adotá-lo. Zacarias, assim como outros responsáveis pela inspeção e instrução paranaense, era um “intérprete ativo” daquilo que lia sobre o ensino.

Tão pertinente quanto o livro na busca pelas práticas de leitura, estão as publicações que os partícipes do ensino paranaense escreveram ao longo do seu trabalho, tais como: ofícios, correspondências de governo, relatórios, termos de visita e propostas de reforma na legislação do ensino, muitas delas publicadas no jornal paranaense *O Dezenove de Dezembro*. Esses materiais foram postos em circulação, seja por meio do jornal ou por entrega direta aos que interessavam saber de determinado assunto tratado. Observar as práticas dos partícipes do ensino paranaense é se atentar para as ideias e discursos e incluir neste rol os gestos e comportamentos, os usos e as *apropriações*, ou seja, os processos singulares por meio dos quais “é historicamente produzido um sentido e diferenciadamente construída uma

significação (CHARTIER, 1990. p.24)". Livros, sujeitos e ideias estavam em constante circulação ao longo do Oitocentos, independente dos temas e objetivos que os impeliam. Muitos estrangeiros visitaram o Brasil e suas províncias, emitindo relatos minuciosos de suas apreciações, que se transformaram posteriormente em livros³⁸².

O trânsito inverso também acontecia. Eram feitos relatos sobre o que viram os paranaenses e inspetores do ensino enquanto viajaram, ainda que seus registros não fossem editados em mesmo formato, como pudemos observar nas cartas de Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá. Com sua pena, Jesuíno registrava as belezas, apontava fatos e detalhes que considerou interessante em cada cidade, como também comparava com o que deixou em sua província (Paraná) e, em específico, na vila de Palmeira, onde estava sua residência. Como enfatiza José D'Assunção de Barros (2007) sobre a prática de olhar o outro e cotejar com o que se conhece, a ação de Jesuíno não é incomum, uma vez que “comparar é um gesto espontâneo, uma prática que o homem exercita nas suas atividades mais corriqueiras”, no entanto, esse ato “surge com especial intensidade e necessidade quando ele tem diante de si uma situação nova ou uma realidade estranha (BARROS, 2007. p.04)".

Os espaços sociais que os inspetores frequentaram, os materiais impressos que leram e a rede de sociabilidades que construíram durante o período aqui investigado, nos levam para a última hipótese aventada no início da tese, a de que *a apropriação dos inspetores sobre as práticas pedagógicas por eles contempladas (nos livros, em viagens, periódicos e demais escritos) pode ser percebida nos seus escritos oficiais e, para além desses, nos documentos pessoais por eles armazenados e que essa apropriação demonstra uma geografia do repertório que circulava no Brasil e nos países por eles citados, com proposições específicas para o contexto paranaense*. Quanto a isso, podemos afirmar que a inspeção da instrução pública no Paraná foi construída socialmente, ou seja, ela se configurou por diferentes representações ao longo do tempo e no interior da mesma época. Essa constituição da

³⁸² Há uma extensa produção de viajantes estrangeiros que deixaram seus relatos sobre o que viram no Brasil desde o século XVI. Os interesses desses senhores e senhoras (estas em menor quantidade, mas marcaram sua presença) eram variados, desde motivos pessoais até institucionais (BARREIRO, 2002; GASPAS, 2004; SILVA, 2010). Tomando somente os relatos disponíveis no acervo da Biblioteca Central Knopf, da Fundação Joaquim Nabuco, são 37 referentes aos *Viajantes em Terras Brasileiras* durante o século XIX, tais como: Robert Avé-Lallemant (1953) com o livro sobre sua viagem ao sul do Brasil, em 1858; o artista Jean Baptiste Debret (1954), que percorreu as províncias de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul com a comitiva do Imperador D. Pedro I (1827); Auguste Saint-Hilaire (1964), que visitou as províncias do Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Santa Catarina e escreveu sobre Curitiba, enquanto esta ainda era comarca da província de São Paulo.

inspeção paranaense pode ser percebida no confronto entre as fronteiras nacionais (as províncias brasileiras) e as internacionais (países e autores estrangeiros cujas práticas eram referenciadas). Martin Lawn (2014) chama de “articulações transfronteiriças” toda uma rede de relações (conexões internacionais, tecnologias, processos, organização local, instituições, sujeitos e suas ideias) que configuram e constituem os objetos pesquisados, que nos levam a uma rede de circulação e prática muito maior que o local, porém, não devem ser tratadas apenas como influências, mas como articulações que muitas vezes se tornam invisíveis depois de algum tempo (LAWN, 2014).

Ao tratar da ciência como conhecimento e a forma como ocorre a apropriação, David Livingstone (2003) pondera que usualmente considerou-se que a ciência era universal, sem localização, pois uma vez produzida localmente ela pode ser reproduzida em qualquer outro lugar. No entanto, o autor pontua que o local onde se faz a ciência divulga a mesma, mas a forma de circulação vai interferir na ciência produzida. Um exemplo dado pelo mesmo é o da teoria de Darwin, que em determinado local era vista como imperialista e, em outros, era vista sob o viés das questões raciais (LIVINGSTONE, 2003, p.1 a 12). Outros autores como Newton, Humboldt, Einstein também são citados como exemplos de como a circulação de suas ideias, teorias, fazia com que as mesmas sofressem diferentes interpretações e fossem reformuladas de acordo com o local. Segundo Livingstone (2003), o significado da ciência não chega a outros locais da mesma forma que saiu do seu ponto de origem, pois, ao circular, ela se modifica. E se modifica por causa da geografia política e cultural, pois o espaço social não é simplesmente onde as interações humanas acontecem, mas é também constitutivo delas. Para ele, as ideias são produzidas e conformadas pelo ambiente e, ao mesmo tempo, “a circulação de bens e mercadorias, informações e dados, faz com que o local seja persistentemente moldado por influências e agentes distantes” (LIVINGSTONE, 2003, p.07 – tradução minha)³⁸³.

Percebemos, quando dirigimos o olhar para as proposições feitas pelos inspetores e por aqueles que eram nomeados para indicar e discutir ideias para a instrução pública primária no Paraná, que todo o tipo de atuação deles (viagens, associações, funções públicas) foi produzindo um repertório local do debate nacional e internacional. Podemos apontar que a primeira contribuição dos inspetores paranaenses é com esse corpus de debate social das

³⁸³ The circulation of goods and commodities, information and data, means that the local is persistently shaped and reshaped by distant influences and agents (Livingstone, 2003, p.07).

questões sobre a inspeção e instrução pública. Um repertório que podemos resumir em quatro bases centrais: *importância da instrução e deveres* (a educação e instrução não devem ser indissociáveis, ou, como reforça Silveira da Mota, são “ideias correlatas” (MOTA, 1878, p.47), sendo um direito da criança, dever dos pais e do Estado); *condição para o desenvolvimento da instrução* (deve ser gratuita e obrigatória, mas que seja ministrada em edifícios com estruturas adequadas, provida com materiais e utensílios escolares); *papel do professor* (o docente como o grande responsável pelo desenvolvimento da instrução, devendo ter a formação adequada, não somente construída pela prática, mas aquela ministrada nas Escolas Normais, que deveriam existir efetivamente na província) e *função da inspeção* (aquela que fiscaliza, mas que orienta o trabalho do professor no que se referia ao método empregado, compêndios adotados, condição e escolha de materiais e utensílios escolares. Uma inspeção que deveria ser constante, metódica, individual e cuja estrutura foi se modificando para atender à exigência do ensino obrigatório).

Quando nos voltamos para esse repertório de questões centrais construídos pelos inspetores, de acordo com o contexto da inspeção e instrução no Paraná, e confrontamos com os países por onde circularam e o referencial que citaram, identificamos que havia uma conexão entre as proposições. Joaquim Ignácio Silveira da Mota, enquanto Inspetor Geral da Instrução Pública no Rio de Janeiro, conferenciava e citava o Ministro da Instrução Pública da Itália, Scialoja, em debate sobre a instrução no parlamento italiano. Debate que, na década de 1870, tinha entre suas questões a efetivação da obrigatoriedade do ensino na Itália, incluindo o projeto de lei sobre o mesmo, proposto pelo ministro, e que mencionava como outros países (tais como Inglaterra, Prússia, Alemanha) se organizavam para essa concretização. Ambos, inspetor brasileiro e ministro italiano, afirmam que olhar para o outro não é tentar transportar as práticas, mas pensar soluções de acordo com o seu contexto vivido.

Um período em que, na Itália, os que eram responsáveis pela instrução discorriam sobre: a sua importância (vista como fator de difusão e promoção de uma nova visão de mundo), a responsabilidade sobre a mesma (autoridades religiosas e/ou municipais), a parceria com os pais (que não viam a pertinência dos seus filhos frequentarem as escolas), o orçamento necessário para o seu desenvolvimento (seja para pagamento de inspetores, professores, estrutura material e física das escolas) e condição do professorado (capacitação e dificuldade de encontrar um número suficiente de pessoas que pudessem ensinar) (VIGO, 1971; CHIOSSO, 1992; CAUSARANO, 2005).

Por sua vez, no Paraná, os Inspectores/Diretores Gerais da Instrução Pública também ponderavam sobre a inspeção e instrução. O Inspetor Geral da Instrução, João Franco de Oliveira e Souza dizia em seu relatório que: “a instrução popular é o problema ingente que as sociedades modernas a porfia e procuram acuradamente estudar, melhorar e aperfeiçoar, mas que nenhuma delas pôde ainda resolver” (SOUZA, 1873, p. 01). Uma constatação que nos mostra que o inspetor sabia que havia um consenso nacional e internacional em debate sobre a instrução, que existia um movimento de ideias que tinham como cerne pensar os problemas e propor soluções sobre o ensino. E o Paraná não estava fora desse movimento. Esse mesmo Inspetor Geral continua dizendo que a instrução deve ser gratuita e que ela “não é somente um direito, exprime também uma necessidade e um imperioso dever que tem cada indivíduo de recebe-la. Assim, se o Estado tem o encargo de dar ao povo os meios de instruir-se, aos indivíduos assiste o dever de aproveitá-los” (SOUZA, 1873, p.02). Dois anos depois, o Inspetor Geral João Manoel da Cunha, que esteve na Itália anos antes, escreve em seu relatório que os pais podem dar o ensino particular aos filhos, mas que esses têm o direito ao ensino público, com “o mestre, a quem o Estado paga para esse fim”, uma vez que é o “protetor nato de todos os interesses individuais e de todos os interesses da comunidade” (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 20/03/1875, p.02). Os Inspectores Gerais enfatizavam a instrução como direito da criança, responsabilidade dos pais e dever do Estado no mesmo período em que na Itália, no parlamento, o Ministro da Instrução reforçava essa mesma base com seus pares. Poderíamos ter seguido cada indicação feita pelos inspetores paranaenses, durante o período aqui estudado, cotejando com o que era feito em outros países. No entanto, a rede de conexões que aqui já traçamos, nos permite afirmar que os partícipes do ensino paranaense viajaram, leram, conferenciaram, debateram, propuseram reformas para a inspeção e instrução pública, enfim, tinham práticas conectadas a de outros homens e mulheres de províncias e países diversos. Quando deslocamos o nosso olhar para as citações à países e autores, feitas pelos inspetores no Paraná, percebemos que existia uma rede comum de referências, modelos, ideias, que cada sujeito lançava mão quando precisava dissertar ou propor alguma reforma ou ideia para a inspeção e instrução pública. Nesse sentido, seguimos um círculo de referimento, com responsáveis pelo ensino no Brasil citando franceses, estes por sua vez citando alemães e holandeses, que também eram referenciados por italianos, que por sua vez se remetiam ao realizado por ingleses e belgas, enfim, o repertório sobre a

instrução no século XIX estava conectado, estava em circulação, com práticas até semelhantes, mas seguindo características próprias.

E podemos observar essas características próprias quando nos voltamos para a segunda contribuição dos inspetores paranaenses: o impacto desse corpus teórico na legislação por eles formulada ou que foi construída no mesmo período em que contribuíram para a sua elaboração. Como vimos, a primeira organização legislativa na província do Paraná foi feita por Joaquim Ignácio Silveira da Mota. Podemos dizer que ela foi a base legal que permaneceu durante todo o período aqui estudado e percebemos, como seu autor nos informa, que o referido regulamento se baseou na legislação holandesa, de 1806, e não na francesa, de 1833. No cotejamento entre as legislações percebemos que Silveira da Mota se apropriou da legislação holandesa, interpretando e ressignificando-a de forma a construir um regulamento próprio para as questões paranaenses. Assim como ele, os próximos reformadores do ensino no Paraná – Inspetores/Diretores Gerais, presidentes/governador do Paraná, estudiosos nomeados para compor comissões de proposição de regulamentos – citam seus *quadros de referências*, no entanto, a *apropriação* foi singular, uma vez que estava inscrita nas *práticas* daqueles que reformularam a legislação. Nesse sentido, é possível afirmarmos que se confirmou a tese inicial, de que os inspetores eram mediadores culturais e que constituíram um cânone de referência para o ensino no Paraná.

Com a confirmação da tese, consequentemente concluímos o nosso trabalho. Contudo, durante este estudo, encontramos fios na trama da inspeção que possibilitariam outras investigações e pesquisas futuras. Confirmamos aqui que os Inspetores/Diretores Gerais ocuparam um *lugar social praticado*, no sentido de que exerciam sua função dentro da estrutura da instrução pública, mas que, para além dela, tinham um papel social que os mantinha como protagonistas nas pautas debatidas sobre a inspeção e ensino no Paraná. Nesse sentido, seria interessante um estudo que ampliasse o recorte que aqui nos propusemos, observando a manutenção ou não desse *lugar social* dos futuros Diretores Gerais da Instrução e dos inspetores do ensino.

Como podemos observar, a construção histórica do papel da inspeção do ensino, desde quando a deixamos no final do século XIX, acarretou em mudanças quanto a formação do inspetor e sua atribuição dentro da escola. Não estamos interessados na comparação exequível, já que a mesma, consequentemente, pode ser anacrônica, mas apontar que seria interessante, na continuidade de futuras pesquisas, identificar os indícios de mudanças dentro

da função esperada e exercida pelos inspetores e quem eram as pessoas responsáveis pela sua formulação. Ainda no ano de 1890, o Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná (29/01/1890) foi revogado três meses depois³⁸⁴, permanecendo em vigor a legislação anterior, ainda do período imperial, ou seja, continuando as disposições legais de estrutura e função da inspeção e da instrução já por nós conhecidas. No entanto, no mesmo ano, houve uma mudança na estrutura da inspeção, o Diretor Geral da Instrução Pública passou a exercer somente a função de diretor do Instituto Paranaense e da Escola Normal, criando-se o cargo de Superintendente Geral do Ensino Público, “ao qual cabe a inspeção superior de instrução e fiscalização de todos os atos a ela relativos” (PARANÁ. Decreto Nº 84, de 21/05/1890). Essa modificação durou menos de um ano e, em 1891, novamente comparece na legislação a estrutura de inspeção por nós já conhecida, mesmo com algumas disposições diferentes quanto ao papel desempenhado: Governador do Estado, Diretor Geral da Instrução, Inspetores Literários e Comissões de Ensino (PARANÁ. Regulamento do Ensino Obrigatório, 14/05/1891). Nesse sentido, é pertinente para a área, um estudo sobre a inspeção e instrução pública no Paraná - ou mesmo em outros estados - que continuasse fazendo o contraponto entre representação, prática e apropriação dos Diretores Gerais da Instrução Pública no Paraná e demais responsáveis pela formulação de propostas para o ensino. Dessa forma, acompanharíamos os intercâmbios, mudanças e permanências da prática daquele que inspecionava as escolas no Paraná. São essas as interpretações a que chegamos e agradecemos a você, leitor atento, por ter-nos acompanhado durante este estudo e deixamos o convite para futuros diálogos sobre a inspeção e a instrução pública.

³⁸⁴ Decreto nº 64, de 11 de abril de 1890.

FONTES

FONTES

Cartas

MACHADO, João da Silva. Carta para Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá. Sobre a posse de Jesuíno na Assembleia Legislativa do Paraná. Sítio dos Pinheiros, 01/01/1855. Maço de cartas do Barão de Antonina. (BPPR)

MACHADO, João da Silva. Carta para Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá. Negócios e a chegada do vapor Paranaense. Antonina, 08/12/1853. Maço de cartas do Barão de Antonina. (BPPR)

MACHADO, João da Silva. Carta para Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá. Erva mate e negócios a beira mar. Antonina, 15/12/1853. Maço de cartas do Barão de Antonina. (BPPR)

MACHADO, João da Silva. Carta para Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá sobre negócios e com a marcação de “reservada”. Antonina, 28/12/1853. Maço de cartas do Barão de Antonina. (BPPR)

MACHADO, João da Silva. Carta a Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá. Encomendas de navio. Palmeira, 30/07/1856. Maço de cartas do Barão de Antonina. (BPPR)

OLIVEIRA, José Caetano de. Carta para o Capitão Hipólito José Alves. Resposta à solicitação de apoio à candidatura. Palmeira, 06/04/1853. Maço de cartas recebidas pelo Barão de Tibagi. (BPPR)

OLIVEIRA, José Caetano de. Carta para Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá. Comenta dobre o Dr. Mota no Rio de Janeiro. Palmeira, 18/07/1855. Maço de cartas recebidas pelo Barão de Tibagi. (BPPR)

OLIVEIRA, José Caetano de. Carta para Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá. Mudança do presidente. Palmeira, 22/07/1855. Maço de cartas recebidas pelo Barão de Tibagi. (BPPR)

OLIVEIRA, José Caetano de. Carta para Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá. Sobre a mudança de presidente da província. Palmeira, 30/07/1855. Maço de cartas recebidas pelo Barão de Tibagi. (BPPR)

OLIVEIRA, José Caetano de. Carta para Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá. Encomendas de navio. Palmeira, 30/07/1856. (BPPR)

SÁ, Jesuíno Marcondes de Oliveira e. Carta para Mano Pacheco. Família dispersa. São Paulo, junho de 1891. Recortes de jornal e documentos diversos. (BPPR)

SÁ, Jesuíno Marcondes de. Carta para seu filho Moysés. Remetendo a poesia de Leão XIII. Nice, 10/02/1894. Maço de cartas para Moysés. (BPPR)

SÁ, Jesuíno Marcondes de Oliveira e. Carta para sua nora Zulmira. Alegria em receber as cartas da família. Nice, 03/03/1894. Maço de cartas para Moysés. (BPPR)

SÁ, Jesuíno Marcondes de Oliveira e. Carta para seu filho Moysés Marcondes de Oliveira e Sá. As crianças no colégio. Nice, 03/03/1894. Maço de cartas para Moysés. (BPPR)

SÁ, Jesuíno Marcondes de Oliveira e. Carta para seu filho Moysés Marcondes de Oliveira e Sá. Referência a carta de sua neta, filha de Moysés. Genebra, 03/03/1894. Maço de cartas para Moysés. (BPPR)

SÁ, Jesuíno Marcondes de Oliveira e. Carta para Emília, sua filha, contando sua rotina com a esposa. São Paulo, 15/07/1890. Maço de cartas para Emília. (BPPR)

SÁ, Jesuíno Marcondes de Oliveira e. Carta a Moysés Marcondes de Oliveira e Sá. Sobre D. Quixote e Robinson Crusoé. Nice, 18/10/1895. Maço de cartas para Moysés. (BPPR)

SÁ, Jesuíno Marcondes de Oliveira e. Carta para Moysés Marcondes de Oliveira e Sá. Envia Memórias do Duque de Persigni. Nice, 19/02/1896. Maço de cartas para Moysés. (BPPR)

VASCONCELLOS, Zacarias Goes e. Carta para Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá. Curitiba, 15/01/1854. Maço de cartas de Zacarias. (BPPR)

VASCONCELLOS, Zacarias Goes e. Carta para Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá autorizando sua ida ao Rio de Janeiro. Curitiba, 26/10/1854. (BPPR)

Códices de Governo

CODICE 0121. Inspetor Geral Ernesto Francisco da Lima Santos informa sobre livros fornecidos. Curitiba, 26/08/1865, p.76.

CODICE 0121. Correspondências de governo entre os inspetores e diretores da instrução da província de Pernambuco e Bahia. Curitiba, 15/10/1856.

CODICE 0121. Relatório enviado pelo Inspetor Geral Joaquim Ignácio Silveira da Mota aos responsáveis pela instrução em outras províncias. Curitiba, 27/04/1857.

CODICE 0951. Presidente da província solicita parecer de catecismo ao Inspetor Geral. Curitiba, 24/09/1860, p.27.

CODICE 0951. Indicação do compêndio de Candido Baptista de Oliveira. Curitiba, 03/03/1865.

CODICE 0951. Recebimento de relatório da província de São Paulo. Curitiba, 18/02/1866.

CODICE 0951. Pedido de objetos pertencentes à junta da instrução pública para enviar à Exposição Nacional. Curitiba, 15/03/1866.

Correspondências de Governo

AP 0011. Jesuíno comunica ao presidente da província viagem para o Rio de Janeiro. 1854, p.51. (APPR)

AP0015. Jesuíno informa ao presidente da província sobre viagem ao Rio de Janeiro. 1855, p.102. (APPR)

AP0182. Joaquim José do Amaral (IGIP Interino) escreve sobre o estado dos livros da Inspetoria da Instrução Pública. Curitiba, 21/04/1864. (APPR)

AP0375. Antonio Cândido Ferreira de Abreu, juiz de direito de Príncipe (Lapa) acusa o recebimento do jornal Dezenove de Dezembro, em 10/02/1872. (APPR)

AP0375. Conrado Erichsen, promotor público, acusa recepção da circular e do jornal Dezenove de Dezembro, em 16/02/1872. (APPR)

AP0391. João de Oliveira Franco, inspetor paroquial de Rio Negro, comunica assinaturas para o periódico A Instrução Pública, em 15/11/1872, p.58 e 59. (APPR)

AP0391. José Justiniano de Mello acusa recepção do ofício sobre a assinatura do periódico A Instrução Pública, da Corte, em 07/11/1872, p.67. (APPR)

AP0432. Francisco Alves Guimarães (ID) explica ao IGIP porque não foi à Triumpho. Lapa, 14/01/1874. (APPR)

AP0473. Professor de Campo do Cupim pede jornal para ensinar os alunos, em 01/11/1875, p.159. (APPR)

AP0474. Inspetor Geral João Pereira Lagos comunica ao presidente o pedido de exemplares de jornal, em 08/11/1875, p.28-29. (APPR)

AP0640. Inspetor Paroquial Francisco Manoel de Assis França envia mapas das escolas e comunica sobre frequência nos exames de alunos, em 10/12/1881, p.140. (APPR).

AP0659. Joaquim Antonio Pereira Alves (IP). Termo de visita à aula regida pelo professor José Cleto da Silva. Paranaguá, 29/05/1882, p.58. (APPR)

AP0848. Júlio de M. Taques, Chefe da Superintendência do Ensino Obrigatório de Tibagi envia um ofício para a Diretoria Geral, 25/01/1888, p.249. (APPR)

BAPPR. PROENÇA, João Baptista Brandão de. O ensino primário em 1854. In: Boletim do Arquivo Público, ano IV, 04, 1979 – p.47 a 50 ou em IIP34.6, Curitiba, 14/06/1854. (APPR)

IIP39.6. Pedido de demissão do professor Aprigio Guilherme Antonio. Ponta Grossa, 15/07/1854. (APPR)

IIP42.6. Sobre as dificuldades em exercer o magistério, segundo o professor Francisco Antunes Teixeira. Paranaguá, 28/07/1854. (APPR)

IIP53.6. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá indica a divisão de distritos de instrução. Curitiba, 05/10/1854. (APPR)

IIP56.6. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá indica nome de inspetores. Curitiba, 12/10/1854. (APPR)

IIP127.6. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá e o ensino obrigatório. Curitiba, 13/04/1855. (APPR)

IIP128.6. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá e o provimento de livros para as escolas. Curitiba, 13/04/1855. (APPR)

IIP130.6. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá sai para visitar escolas. Curitiba, 25/04/1855. (APPR)

IIP134.6. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá envia circular aos inspetores de distrito. Curitiba, 12/05/1855. (APPR)

IIP136.6. Relato de Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá sobre a instrução. Curitiba, 23/05/1855, p.243 a 245 (APPR)

IIP140.22. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá pede auxílio dos inspetores de quarteirões. Curitiba, 04/06/1855. (APPR)

IIP.202.22. Alunas para o colégio de Madame Taulois. Curitiba, 30/07/1856. (APPR)

IIP203.22. Matrícula da filha do professor João Baptista Brandão Proença no colégio de Madame Taulois. Curitiba, 31/07/1856. (APPR)

IIP205.22. Gabrielle Jeanne procura o Inspetor Geral para pedir a subvenção para o seu colégio. Curitiba, 01/08/1856. (APPR)

IIP201.22. Ofício do Inspetor Geral Joaquim Ignácio Silveira da Mota ao presidente (Mobília, Objetos Escolares e Livros). Curitiba, 07/08/1856. (APPR)

IIP244.22. Ofício do Inspetor Geral Joaquim Ignácio Silveira da Mota ao presidente (Livro). Curitiba, 29/12/1856. (APPR)

IIP249.22. Ofício do Inspetor Geral Joaquim Ignácio Silveira da Mota ao presidente (Livro). Curitiba, 05/01/1857. (APPR)

IIP706.67. Francisco Ferreira Correa (ID) remete mapas e ofício do professor. Guaratuba, 03/08/1861. (APPR)

IIP709.67. Francisco Ferreira Correa (ID) visita as escolas primárias. Morretes, 31/08/1861. (APPR)

IIP718.67. Francisco Ferreira Correa (ID) faz elogios ao professor, mas sente falta de um pêndulo nas aulas. Paranaguá, 11/09/1861. (APPR)

IIP713.67. Francisco Ferreira Correa (ID) visita a escola da professora Maria Prudencia da Luz. Paranaguá, 13/09/1861. (APPR)

IIP726.67. Francisco Ferreira Correa (ID) visita a escola da professora Alzira Paula da Costa Lobo. Paranaguá, 13/09/1861. (APPR)

IIP723.67. Francisco Ferreira Correa (ID) visita a escola do professor Francisco Antunes Teixeira. Paranaguá, 14/09/186. (APPR)

IIP712.67. Francisco Ferreira Correa (ID) comunica visita as escolas. Guaraqueçaba, 20/09/1861. (APPR)

IIP717.67. Francisco Ferreira Correa (ID) visita a escola do professor Manoel Libanio de Sousa. Morretes, 30/09/1861. (APPR)

IIP727.67. Francisco Ferreria Correa (ID). Ata de exame dos alunos do professor Antonio Manoel Baptista. Guaraqueçaba, 11/10/1861. (APPR)

Imagens

Litographia de J.H.Elliot. Curitiba em 1855. Revista do Paraná, 1887. (APMCM)

Mapa do Paraná em 1887. Revista do Paraná, 1887. (BMP)

PLATZMANN, Julius. Aus de Bai Von Paranagua. Mapa da Bahia de Paranaguá. Ministério das Relações Exteriores, 1972. (BAS)

Imagem de Guaraquessaba, Revista do Paraná, 01/10/1887. (APMCM)

Legislação

BRASIL. Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs. Deputados. Terceiro ano da duodécima legislatura. Sessão de 1865. Tomo 1. Rio de Janeiro. Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1865.

BRASIL. Coleção de Leis do Brasil (1860). Volume 1, pt I, página 15, 1860.

BRASIL. Decreto nº 3443, de 12/04/1865. Regulamento para o serviço dos Correios do Império. Senado Federal. Secretaria de Informação Legislativa. Disponível em: www.legis.senado.gov.br/legislação/ListaTextoIntegral.action?id=59902&norma=75767. Acessado em 22/09/2014.

BRASIL. Decreto nº 9.554, de 03/02/1886. Reorganiza o serviço sanitário do Império. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, parte 2, p.57-103, 1886.

BRASIL. Lei de 11 de agosto de 1827. Cria dois cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, um na cidade de São Paulo e outro na de Olinda. Leis, etc. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1827. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1878. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_63/Lei_1827.htm . Acessado em 17/07/2015.

FRANÇA. Comité d’Instruction Publique. Décret portant établissement de onze comiés. Du 14 octobre 1791 (p.23-24). In: Collection Générale des Décrets Rendus par la première Assemblée Nationale Legislative. Octobre, novembre et décembre, 1791. A. Paris, Chez Baudoin, Imprimeur de L’Assemblée Nationale.

FRANÇA. Loi Generale sur l’instruction publique. 1 mai 1802 (FLOREAL NA X). Disponível em: www.adressrlr.cndp.fr/uploads/media/003_1802_0105.pdf Acessado em: 23/08/2015.

FRANÇA. Loi Relative à l’Organisation du Ministère. Lois, et Actes du Gouvernement. Tome III. Mars à Juillet, 1791. A.Paris, De L’Imprimerie Impériale, 1806. (BNF)

FRANÇA. Décret Impérial Portant Organisation de l’Université du mars 1808. (BNF)

FRANÇA, Lei Guizot – Lei da Instrução Primária, de 28 de junho de 1833. Disponível em: http://dcalin.fr/textoff/loi_guizot.html. Acessado em 10/11/2010.

PARANÁ. Lei nº 17, de 14 de setembro de 1854 – p. 34. (CDPR)³⁸⁵.

PARANÁ. Lei nº 27, de 07 de março de 1857. Indica o estabelecimento da Biblioteca Pública. (CDPR)

PARANÁ. Regulamento de Ordem Geral para as escolas da Instrução Primária, preparação, organização do professorado, condições e normas para o Ensino Particular, primário e secundário, de 08 de abril de 1857. (CDPR)

PARANÁ. Regulamento de Inspeção da Instrução Pública da Província do Paraná, de 24 de abril de 1857. (CDPR)

PARANÁ. Regulamento para a Secretaria da Inspeção Geral da Instrução Publica do Paraná, de 30 de outubro de 1857. (CDPR)

PARANÁ. Regulamento nº 02, de 23 de abril de 1858. Regula o funcionamento da Biblioteca Pública. (CDPR)

PARANÁ. Regulamento para a Secretaria da Inspeção Geral da Instrução Publica do Paraná, de 30 de outubro de 1857. (CDPR)

³⁸⁵ Coletânea organizada por Maria Elisabeth Blanck Miguel e Sonia Dorotea Martin. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

PARANÁ. Lei nº 290, de 14 de abril de 1871. Da Instrução Pública. (CDPR)

PARANÁ. Regulamento da Instrução Pública Primária, de 13 de maio de 1871. (CDPR)

PARANÁ. Lei nº381, de 06 de abril de 1874. Estabelece o ensino obrigatório na província. (CDPR)

PARANÁ. Regulamento da Instrução Primária, de 01 de setembro de 1874. (CDPR)

PARANÁ. Lei nº 456, de 12 de abril de 1876. Autoriza ao presidente reformar o ensino. (CDPR)

PARANÁ. Regulamento Orgânico da Instrução Pública do Paraná, de 16 de julho de 1876. (CDPR)

PARANÁ. Actas do Conselho Literário, 1880-1889. Centro de Memória. Biblioteca do Colégio Estadual do Paraná.

PARANÁ. Regulamento do Ensino Obrigatório, de 03 de dezembro de 1883. (CDPR)

PARANÁ. Regulamento, de 31 de outubro de 1889. (CDPR)

PARANÁ. Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná. Decreto nº 31, de 29 de janeiro de 1890. Coleção Leis, Decretos e Regulamentos do Estado do Paraná. Curitiba: Arquivo Público do Paraná, 1890.

PARANÁ. Decreto nº 64, de 11 de abril de 1890. Revogou o Regulamento da Instrução, de 1890. Coleção Leis, Decretos e Regulamentos do Estado do Paraná. Curitiba: Arquivo Público do Paraná, 1890.

PARANÁ. Lei que Extingue a Superintendência do Ensino, de 04 de março de 1916.

RIO DE JANEIRO. Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte. Decreto nº1331 A, de 17/02/1854. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio> Acessado em 20/08/2011.

SÃO PAULO. Annaes da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo – 1843 p. 423, 188, 362. 4ª Legislatura (1842-1843). Ano 1843. Departamento de Documentação e Informação. Acervo Histórico. Disponível em: www.al.sp.gov.br. (ALESP)

SÃO PAULO. Annaes da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo – 1853, p.410, 412, 554. 9ª Legislatura (1852-1853). Ano 1853. Departamento de Documentação e Informação. Acervo Histórico. Disponível em: www.al.sp.gov.br (ALESP)

SÃO PAULO. Regulamento de Instrução Pública da Província de São Paulo, de 08/11/1851 – Coleção Leis Provinciais de São Paulo (1844-1849) (FFCHL-USP)

SÃO PAULO. Lei nº 310 de 16 de março de 1846 (Lei nº 34 de 16 de março de 1846). Coleção Leis Provinciais de São Paulo (1844-1849). (FFCHL-USP)

SÃO PAULO. Lei nº 81 de 06 de abril de 1887. Repositório de Legislação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1887/lei-81-06.04.1887.html> Acessado em 10/10/2015.

Livros

BANDEIRA, Joaquim José Pinto. Discurso de Encerramento da Sessão da Assembleia Legislativa, em 15/09/1854. In: NICOLAS, Maria. **Cem Anos de Vida Parlamentar**. Deputados provinciais e estaduais do Paraná. Assembleia Legislativa e Constituintes (1854-1954). Curitiba: Paraná, 1954.

BRASIL. **Synopse do Recenseamento**, de 31 de dezembro de 1890. Diretoria Geral de Estatística. Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1898.

BRAZIL. **Relatório da Comissão que representou o Império do Brazil na Exposição Universal de Vienna d'Austria**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1873.

BRAZIL. **O império do Brazil na Exposição Universal de 1873**. Em Vienna d'Austria. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1873.

BUISSON, Ferdinand Édouard. **Dictionnaire de pédagogie et d'instruction primaire**. Paris : Alcan, 1911.

_____. **Dictionnaire de pédagogie et d'instruction primaire**. Paris: Alcan, 1929.

CHAMPFLEURY. **Les Enfants**. Éducation – Instruction. Ce qu'il faut savoir aux femmes, aux hommes. Paris: J. Rothschild, Éditeur, 1872.

COMPAYRE, Gabriel. **Cours de pédagogie théorique et pratique**. Paris: P. Delaplane, 1885.

CORREIA, Leocádio José. (15/07/1882). Discurso proferido no Club Litterário de Paranaguá, na noite de 15 de julho de 1882, por ocasião da inauguração das escolas do mesmo clube. In: **Discursos pelo Dr. Leocádio José Correia (1880-1885)**. Curityba. Typ. e Lib & Vapor Impressora Paranaense, 1899. (IHGP)

CORREIA, Leocádio José. (09/08/1882). Discurso proferido pelo orador na sessão magna de aniversário do mesmo clube em 09 de agosto de 1882. In: **Discursos pelo Dr. Leocádio José Correia (1880-1885)**. Curityba. Typ. e Lib & Vapor Impressora Paranaense, 1899. (IHGP)

COUSIN, Victor. **De L'Instruction Publique en Allemagne, Prusse et Hollande**. Bruxelles: Société Belge de Librairie, 1841.

DIAS, Antonio Gonçalves Dias. Instrução Pública nas Províncias do Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande, Paraíba, Pernambuco e Bahia. *Relatório de 29/07/1852*. In: **História da Instrução Pública no Brasil (1500 a 1889)**. José Ricardo Pires de Almeida: tradução de Antonio Chizzotti. São Paulo: EDUC: Brasília, DF: INEP/MEC, 1989.

DIAS, Antonio Gonçalves. Documento n.1 do Relatório da Província do Amazonas, 3/5/1861. **Relatório da inspeção das escolas públicas do Rio Solimões, Amazonas, 1861**.

FONSECA, José. **Novo Dicionário de Língua Portuguesa**. Paris: Casa de J. P. Aillaud, 1833.

FREESE, João Henrique. **Nas Línguas Portuguesa, Ingleza, Franceza e Alemã**. Rio de Janeiro: Livraria de Agostinho de Freitas Guimarães e Comp., 1843.

GARRET, J.B. da S.L. de Almeida. **Da Educação**. Livro primeiro. Londres, MDCCCXXIX (1830).

GÉRANDO, Joseph-Marie (Barão de Gerando). *Curso Normal para professores de primeiras letras ou direções relativas à educação física, moral e intelectual nas escolas primárias*. João Candido de Deos e Silva (tradução). Typographia Nictheroy de M.G. de S. Rego, 1839.

GÉRANDO, Joseph-Marie (Barão de Gerando). O visitador do pobre. Florença: C. Torti, 1846

GUIZOT, François Pierre Guillaume. **Méditations et études Morales**. Paris, Didier, 1856.

GÉRANDO, Joseph-Marie de. **O visitador do pobre**. Florença: C. Torti, 1846

LERMINIER, Eugène. **Introduction Générale a L'Histoire du Droit**. Paris: Alexandre Mesnier Libraire, 1829.

_____. **De L'influence de la Philosophie du XVIII siècle sur la Legislation et la sociabilité du XIX**. Paris: Prevost-Croquis Éditeur, 1833.

LIVRO 124. Primeiros Assentamentos dos Funcionários da Instrução Pública (1854). Livro nº 124. (CMCEPR)

LORAIN, P. **Tableau de L'Instruction publique em France**, d'après les documents authentiques et notamment d'après les supports adressés au ministre de l'Instruction publique par les 400 inspecteurs chargés de visiter toutes les écoles em France à la fin de l'année 1833. Paris: Hachette, 1837.

MARCONDES, Moysés de Oliveira e Sá. **Pai e Patrono**: Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá. Adaptação e revisão de Rodrigo Augusto Kovalski; organização de Rogério Schnell. Ponta Grossa, Gráfica Vila Velha, 2009. 140 p.

MOREIRA, Júlio Estrela. **Dicionário Bibliográfico do Paraná**. Curitiba, 1960.

MORIGHINI, Carlo Luigi. **Degl'Istituti di Pubblica Carità ed Istruzione Primaria e delle Prigioni in Roma**. Roma: Tipografia Marini e Campagno, 1842.

MOTA, Joaquim Ignácio Silveira da. Causas do retardamento dos progressos da Instrução Pública no Paiz e meios de remove-las. In: **Conferências Officiais sobre Instrução Pública e Educação Nacional. Rio de Janeiro**. Typographo-editor: Dias da Silva Júnior, 1978.

PARANÁ. **Exposição Provincial**. Catálogo de diversos produtos. Organizado por José Candido da Silva Murici. Curitiba: Typographia de Candido Martins Lopes, 1866.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Dicionário da Língua Brasileira**. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

PRADO, Manoel José de Menezes. In: **Actas e Pareceres do Congresso de Instrução**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884. (IHGB)

SANTOS, Antonio Vieira dos. **Memória Histórica da cidade de Paranaguá e seu Município (1850)**. Curitiba: Ed. Museu Paranaense, 1952.

SILVA, Josino do Nascimento. Medidas conducentes a tornar efetiva a inspeção do ensino primário e secundário. In: **Actas e Pareceres do Congresso de Instrução**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884. (IHGB)

TALLEYRAND, Charles-Maurice. Rapport sur L'Instruction Publique fait aus nom du Comité de Constitution a L'Assemblée Nacional. 10, 11 e 19 septembre 1791. A. Paris, De L'Imprimerie Nationale, 1791.

TEFFÉ, Barão de. **Relatório dos trabalhos e estudos realizados na Bahia de Antonina**. Rio de Janeiro: Typ Nacional, 1877. (BN)

Periódicos

A AURORA FLUMINENSE. Trecho do livro Cours d'Histoire, de Guizot, p.640, em 18/02/1829. (BN)

A AURORA FLUMINENSE. Guizot na Câmara francesa, p.2005, em 22/04/1831. (BN)

ALMANACH DO PARANÁ. Jornais e Revistas publicados no Paraná desde a sua instalação, 1889. (BN)

ALMANACH DO PARANÁ. Nota sobre Brazílio Itiberê da Cunha, 1900. (BN)

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DA PROVÍNCIA DO PARANÁ. Justiniano de Mello e Silva é nomeado secretário de governo, 1876, p.26. (BN)

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DA PROVÍNCIA DO PARANÁ. Justiniano de Mello e Silva é nomeado professor de Pedagogia, Religião e Gramática Filosófica, 1876, p.83. (BN)

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DA PROVÍNCIA DO PARANÁ. Justiniano de Mello e Silva é inspetor paroquial de Curitiba, 1876, p.104. (BN)

A LUTA. Novo Método. Parabéns a Justiniano de Mello e Silva por ter sido ele o criador do método e não outra pessoa, em 30/07/1887, p.04. (BN)

A LUTA. Justiniano de Mello e Silva volta de Antonina, em 20/08/1887, p.04. (BN)

A LUTA. Incompatibilidades. Justiniano de Mello e Silva é criticado por desempenhar dois cargos na província, em 17/10/1887, p.01. (BN)

A INSTRUÇÃO PÚBLICA. 19º Congresso dos Professores Alemães, em 18/08/1872, p.161 e 162. (BN)

A INSTRUÇÃO PÚBLICA. Extrato do relatório do presidente do Paraná, Frederico Abranches, em 26/04/1874. (BN)

A INSTRUÇÃO PÚBLICA. Conferência Literária de Manuel Jesuíno Ferreira, na reunião de 12/04/1874, publicada em 10/05/1874, p.185 a 189. (BN)

A REPÚBLICA. Dificuldade de exportação da erva mate, em 06/02/1886, p.02. (BN)

A REPUBLICA. Autorização de saída de Justiniano de Mello e Silva da cadeira no Atheneu Sergipense, em 10/07/1879, p.04. (BN)

A REPUBLICA. Governador escreve sobre reforma na legislação, em 18/12/1889, p.02. (BN)

A REPUBLICA. Emiliano David Pernetta pede exoneração do cargo de oficial do gabinete da secretaria de governo, em 25/02/1890, p.03. (BN)

A REPÚBLICA. Menção a Marceline Desports Valmore, em 21/10/1899, p.01. (BN)

A REPÚBLICA. Publicação do mesmo artigo que menciona Marceline Desports Valmore, em 17/12/1899, p.02. (BN)

A REPÚBLICA. Reunião dos amigos de Vicente Machado, na tipografia do referido jornal, para comemoração de sua nomeação como Superintendente do Ensino Público, em 23/05/1890, p.03. (BN)

A PROVINCIA. João Barbalho Ubhõa Cavalcanti é nomeado Diretor Geral da Instrução Pública da província de Pernambuco, em 31/10/1873, p.02. (BN)

CHRONICA FLUMINENSE. Demissão de Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá do cargo de fiscal interino da tesouraria do ministério dos negócios da fazenda, em 08/03/1865, p.03. (BN)

CLUB CURITIBANO. Conferências Literárias. Emiliano David Pernetta realiza a 11ª conferência do ano, em 16/01/1890, p.02. (BN)

CLUB CURITIBANO. Evolução do Romance no Século XIX, em 22/02/1893, p.05. (BN)

CLUB CURITIBANO. Silveira Netto. A bordo, em 15/03/1894, p.02.

COMPILADOR. Recebimento de jornais estrangeiros, em 29/08/1852, p.05. (BN)

CORREIO DA TARDE. Rio de Janeiro. Atuação do desembargador Joaquim Ignácio Silveira da Mota (juiz da coroa e Fazenda Nacional), em 24/07/1858, p.02. (BN)

CORREIO MERCANTIL. Câmara dos Deputados em Portugal, em 12/06/1840, p.03 e 03. (BN)

CORREIO MERCANTIL. O Sr. Guizot e a Escola Doutrinária (cópia sobre a vida política de Guizot), p. 01 e 02, em 23/02/1848. (BN)

CORREIO MERCANTIL. Liquidação de livros de uma livraria de Paris, em 25/07/1852, p.04. (BN)

CORREIO MERCANTIL. Rio de Janeiro. Assassinatos em Curitiba. Notícia sobre os desentendimentos e crimes ocorridos em São José dos Pinhais após as eleições, quando Joaquim Ignácio Silveira da Mota era delegado de polícia, em 08/12/1852, p.01. (BN)

CORREIO MERCANTIL. Rio de Janeiro. Suplemento ao nº 201. Chegada de Joaquim Ignácio Silveira da Mota ao Paraná. (BN)

CORREIO PAULISTANO. “Livros baratíssimos”, em 02/01/1855, p.04. (BN)

CORREIO PAULISTANO. Victor Cousin é citado na Assembleia Legislativa, em 06/04/1856, p.02. (BN)

CORREIO PAULISTANO. Victor Cousin é citado na Assembleia Legislativa, em 07/04/1856, p.03. (BN)

CORREIO PAULISTANO. Noticiário. Academia. Joaquim Ignácio Silveira da Mota Júnior aprovado nos exames de Inglês, em 28/11/1868, p.01.

CORREIO PAULISTANO. Nomeação de Scialoja ao Senado italiano, em 19/12/1871, p. 02. (BN)

COURRIER DU BRÉSIL. Série do jornal entre os anos de 1854 e 1862. (BN)

O CREPÚSCULO. Encerramento de um curso de Filosofia. Leibnitz, em 10/03/1846, volume III, p.26. (BN)

DIÁRIO DO PARANÁ. Obras para o Club Litterário de Paranaguá que chegaram por navio, em 06/05/1876, p.02. (BN)

DIÁRIO DO PARANÁ. Vultos Paranaenses, em 09/12/1956, p.03. (BN)

DIÁRIO DO PARANÁ. Artes e Artista. Notícias de comemoração do centenário da revista Atlantic Monthly Magazine, em 12/01/1958, p. 07. (BN)

DIÁRIO DO PARANÁ. Carlos Gomes e o Hino para a Exposição de Filadélfia (1876), em 24/11/1970, p.08. (BN)

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Nota de recebimento de livros franceses, incluindo de Victor Cousin, em 24/01/1834, p.02. (BN)

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Nota de outra livraria que vendia o livro de Victor Cousin, em 18/02/1835, p.02. (BN)

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Cartas sobre a Inglaterra, em 09/04/1844, p.01. (BN)

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Leilão de livros novos, incluindo o de Victor Cousin, em 05/07/1844, p.03. (BN)

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Leilão de livros, incluindo o de Victor Cousin, em 12/08/1844, p.03. (BN)

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Leilão de uma biblioteca, em 07/07/1847, p.03. (BN)

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Livraria Belga Francesa, em 28/09/1847, p.03. (BN)

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Philosophia Popular, por Cousin, em 26/02/1849, p.03. (BN)

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Publicação do trecho de Philosophia Popular, por Cousin, em 16/01/1850, p.01. (BN)

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Reformas na legislação. Criação de cadeiras, em 19/04/1850, p.01. (BN)

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Movimento do Porto. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá no vapor Fluminense, em 25/10/1852, p.04. (BN)

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. A viagem de Victor Cousin à Prússia é citada na Assembleia Legislativa, em 23/07/1853, p.03. (BN)

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Na Assembleia Legislativa é mencionado o envio de Cousin para verificar outros sistemas de ensino, em 31/08/1853, p.02. (BN)

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Leilão dos livros do “Gabinete de Leitura da antiga livraria Belga Francesa”, em 31/08/1853, p.04. (BN)

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Extrato do catálogo de livros da livraria B. L. Garnier, em 28/10/1854, p.05. (BN)

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Registro do Porto. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá no paquete a vapor Mensageiro, em 13/11/1854, p.04. (BN)

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Artigo “Sciencias Morais e Políticas” que cita Victor Cousin, em 04/04/1855, p.01. (BN)

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Citação de Lerminier, em 24/04/1858, p.01. (BN)

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Noticiário. Chegada de Jesuíno e Silveira da Mota de navio, em 05/10/1860, p.01. (BN)

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Paraná. Curitiba. Resultado das eleições, em 28/02/1861, p.01. (BN)

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Movimento do Porto. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá e um escravo no vapor Piratininga, saindo de Santos, em 12/05/1861, p.02. (BN)

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Movimento do Porto. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá e família no vapor Estremaduce, em 20/04/1862, p.03. (BN)

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Viagem de Silveira da Mota à Londres, em 27/01/1875, p.02. (BN)

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Conferência de Joaquim Ignácio Silveira da Mota, em 16/08/1877, p.02. (BN)

DIÁRIO DE SÃO PAULO. Sobre a vida de Victor Cousin, em 02/03/1867, p.01 e 02. (BN)

ENSAIOS LITTERÁRIOS (maio, 1848). Discurso para o Curso Jurídico de São Paulo, pronunciado no dia 11/08/1848.

ENSAIOS LITTERÁRIOS DO ATTENEU PAULISTANO. Menção ao pensamento filosófico de Leibnitz, em 1852, nº2, p.337. (BN)

GAZETA DOS TRIBUNAES. Discurso de Francisco Ignácio Carvalho Moreira na sessão pública do Instituto dos Advogados Brasileiros, em 07/09/1843, p.04. (BN)

GAZETA PARANAENSE. João Manuel da Cunha vai para a Europa, em 10/02/1883, p.02. (BN)

GAZETA PARANAENSE. Festa Escolar. Sarau literário e dançante em favor do ensino obrigatório, com discurso de Generoso Marques dos Santos, em 05/01/1884, p.04. (BN)

GAZETA PARANAENSE. José Joaquim Franco Valle doa parte do seu salário anual como Diretor Geral da Instrução Pública para o ensino paranaense, em 06/05/1885, p.04. (BN)

GAZETA PARANAENSE. Presidente Taunay escreve ao IP Leocádio Correia justificando a sua ausência nos exames finais das escolas públicas primárias de Paranaguá, em 04/12/1885, p.02. (BN)

GAZETA PARANAENSE. Eusébio Silveira da Mota era juiz de órfãos da capital, em 08/12/1885, p.03. (BN)

GAZETA PARANAENSE. Emiliano David Pernetta foi estudar direito em São Paulo, em 26/11/1886, p.03. (BN)

GAZETA PARANAENSE. Emiliano David Pernetta fez um discurso na distribuição de prêmios no Instituto Paranaense, em 08/01/1887, p.03. (BN)

GAZETA PARANAENSE. Emiliano David Pernetta conferencia na inauguração da aula de pintura e desenho no Instituto Paranaense, em 09/01/1887, p.03. (BN)

GAZETA PARANAENSE. Conferência Pedagógica. Convite para a conferência a ser realizada pelo professor José Cleto da Silva, em 04/08/1887, p.02. (BN)

GAZETA PARANAENSE. Conferência Pedagógica. Crítica à conferência realizada pelo professor José Cleto da Silva sobre seu método de ensino, feita por Nivaldo Braga, em 12/08/1887, p.03. (BN)

GAZETA PARANAENSE. Exames das alunas do Colégio Nossa Senhora da Glória, em Curitiba, com recital de música feito pela aluna Luiza da Costa, em 19/12/1888, p.03. (BN)

GAZETA PARANAENSE. José Joaquim Franco Valle foi professor de latim do colégio Parthenon Paranaense (fundado desde 1884), em 17/01/1889, p.04. (BN)

JORNAL DO COMMERCIO. Antonio Scialoja e a crítica a mudança de ministros na Itália, em 01/12/1871, p.02. (BN)

JORNAL DO COMMERCIO. “Eleições municipais. Redução nas alocações de Pio IX. O projeto de supressão das corporações religiosas. O Sr. Seialoja, novo ministro da instrução pública”, em 30/08/1872, pp.01-02. (BN)

JORNAL DO COMMERCIO. “Manobras militares. O príncipe Humberto. O sr. Seialoja e as escolas. Lei sobre as congregações religiosas. Cardeais preconizados no futuro ognóstico. O bispo de Monopoli”, em 19/09/1872, pp.01-02. (BN)

JORNAL DO COMMÉRCIO. Resumo da Conferência feita por Pao Brazil no dia 02/09 no Museu Paranaense, em 08/09/1883. (BN)

JORNAL DO COMMÉRCIO. Finalidade de Viajar, em 31/05/1884, p.03. (BN)

JORNAL DO COMMÉRCIO. João Manoel da Cunha esteve presente no *soirée musical*, em 06/12/1884, p.03. (BN)

LA DONNA E LA FAMIGLIA. Sobre a educação em Roma, em nº07, setembro de 1870, p.222. (BNF)

LA GIOVENTÙ – D’Educazione e D’Istruzione. A importância dos livros escolares, em 15/09/1862, p.209. (BNF)

LE NOUVELLISTE. Série do jornal de 1847 a 1848. (BN)

NITHEROY. Torres Homem. Considerações Econômicas sobre a escravatura. Número 1, p.35-82, 1836.

NITHEROY. Carvalhaens. Ensaio sobre a História da Literatura do Brasil. Número 1, p.132-159, 1836. (BN)

O AMERICANO. Transcrição do periódico de Lisboa “Revolução de Setembro” do artigo Três Enfermidades Morais, em 21/08/1850, p.03. (BN)

O COMERCIAL. Regulamento de Instrução Pública de São Paulo (1851), em 28/11/1851 e 09/12/1851. (BN)

O COMÉRCIO. Transcrição do discurso da Câmara de Deputados de 09/01/1843, retirado dos jornais franceses, em 18/03/1843. (BN)

O COMÉRCIO. Citação do jornal francês A Presse e a informação de que os jornais franceses chegavam na província no dia 17, em 27/03/1843. (BN)

O CONSERVADOR. Decreto que cria o cargo de Inspetor Geral, em 25/06/1850, p.01. (BN)

O CONSTITUCIONAL. Chegada das cartas dos correspondentes no exterior pelo vapor inglês, p. 03, em 15/02/1853. (BN)

O CONSTITUCIONAL. Publicações da Livraria Frutuoso, p.04, em 15/02/1853. (BN)

O CORREIO DA TARDE. Vapores. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá no vapor Parahybuna com sua mulher e três escravos, em 11/05/1858, p.03. (BN)

O CREPÚSCULO. Carta de Almeida Garrett a Abílio César Borges, em 10/01/1846, p.180. (BN)

O CREPÚSCULO. Poesia de Garrett “Ode a Saudade”, em 10/01/1846, p.178. (BN)

O DESPERTADOR. Fisionomia dos partidos políticos da Câmara dos Deputados na França e extrato do discurso de Guizot na discussão do projeto de resposta à fala do trono, p.02, em 12/03/1839. (BN)

O DESPERTADOR. O Sr. Guizot e a Escola Doutrinária (cópia da vida política de Guizot), p.02, em 29/11/1839. (BN)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Apresentação do primeiro número do jornal, em 01/04/1854, p.01 e 02. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Edital para preenchimento de cadeiras, e, 08/04/1854, p.04. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Publicação a Pedido. Porcos e cães circulavam pelas ruas de Curitiba, em 20/05/1854, p.04. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Jornais recebidos da Corte/RJ, em 27/05/1854, p.03. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Pagamento para imprimir os atos oficiais no jornal, em 10/06/1854, p.03. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Anúncios. A Casa de Bilhar e o seu café, em 10/06/1854, p.04. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Sociedade Harmonia. Reunião para eleger a diretoria, em 24/06/1854, p.06. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Envio de mala de correio pelo Porto de Paranaguá, em 01/07/1854, p.02. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Sociedade Harmonia. Justificativa para sua instalação, em 01/07/1854, p.03. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Leitura do relatório do presidente Zacarias na Assembleia Legislativa Provincial, em 15/07/1854, p.04. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Divisão da província em 3 comarcas, em 22/07/1854, p.03. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Sociedade Harmonia. Instalação da sociedade, em 08/07/1854, p.03. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Comunicado. Sobre o Porto de Antonina, em 08/07/1854, p.03. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Marcado o dia que o presidente se apresentaria na Assembleia Legislativa Provincial, em 12/08/1854, p.02. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Casa alugada do Comendador Antonio Alves de Araújo, em 09/09/1854, p. 02. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Sociedade Harmonia. Anunciando o baile realizado no dia anterior, em 16/09/1854, p.03. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Notícia. Veleiro saindo do Porto de Antonina, em 23/09/1854, p.04. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Conselheiro Zacarias nomeia Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá para o cargo de Inspetor Geral da Instrução Pública do Paraná, em 14/10/1854. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Comunicado do Inspetor Geral Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá aos professores interinos, em 28/10/1854. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Distritos de instrução propostos por Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, em 04/11/1854, p.02. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Resposta ao Inspetor Geral, em 07/02/1855, p.01 (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Relatório do presidente Zacarias Goes e Vasconcellos, em 08/02/1855. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Banda de João Manoel da Cunha, de Paranaguá, em 28/02/1855, p.04. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Anúncio de publicação do periódico O Jornal das Senhoras, em 11/04/1855. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Suplemento com o relatório do presidente Zacarias Goes e Vasconcellos, em 09/05/1855, p.04. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Anúncio do Jornal das Senhoras, em 09/05/1855, p.04. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Viagem do presidente para o Rio de Janeiro, em 09/05/1855, p.03. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Relatório do presidente foi encaminhado para outras instâncias administrativas, em 04/07/1855, p.03. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Laurindo Abelardo de Britto é nomeado inspetor de distrito de Castro, em 11/07/1855, p.03. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Poema para o Comendador Antonio Alves Araújo, em 01/08/1855, p.04. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Expediente do presidente. Localiza José Lourenço de Sá Ribas como inspetor de distrito em Curitiba, em 24/10/1855, p.02. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Poema para o Comendador Antonio Alves de Araújo, em 09/01/1856, p.03. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Anúncios. Hotel Paraná, em 30/01/1856, p.04. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. José Lourenço de Sá Ribas é nomeado promotor público, em 21/05/1856. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. João Manoel da Cunha como presidente da Sociedade Dramática Popular Recreio Curitibano, em 21/05/1856, p.02. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Sociedade Recreio Curityba. Reunião, em 04/06/1856. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Ao Correr da Pena. Apelo para se organizar uma sociedade de baile, em 09/07/1856, p.03. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Inspetor Geral procura três meninas para o colégio de Madame Taulois, em 30/07/1856, p.01.

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Sociedade TERPSICHORE. Discurso no aniversário de sua fundação, em 03/12/1856, p.04. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. João Manoel da Cunha era subdelegado de polícia, em 18/02/1857, p.05. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Discurso de Joaquim Ignácio Silveira da Mota na Assembleia Legislativa, em 11/03/1857, p.04. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Lei nº 08, de 23/03/1857. Publicada no jornal em 08/04/1857, p.01. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Instrução Pública Primária. Visita de inspeção feita pelo ID Bento Fernandes de Barros, em 29/05/1857, à escola do professor João Baptista de Brandão Proença, em 20/06/1857, p.04. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Instrução Pública Primária. Relatório do ID Vicente Ferreira da Silva Bueno, em 08/08/1857, p.03 e 04. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Manoel Ribeiro de Lara mata a mulher e deixa dois filhos pequenos, em 22/08/1857, p.04.

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Nota ao juiz municipal de órfãos da Capital perguntando se entre os filhos pequenos de Manoel Ribeiro de Lara havia algum para o colégio de Madame Taulois, em 12/09/1857, p.03.

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Anúncio da Gramática de Cavalcanti, em 04/11/1857, p.04. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Sociedade Recreio da Juventude oferece baile para José Candido da Silva Muricy, em 26/12/1857, p.04. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. João Manoel da Cunha era procurador fiscal da Fazenda, em 16/01/1858, p.03. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Anúncios de cadernos em forma de carteiras para viagens, em 10/02/1858, p.04. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Livros para escola primária feminina segundo a Inspetoria de Ensino, em 17/02/1858, p.03. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. João Manoel da Cunha e a música “Os presos na cadeia”, apresentada no teatro, em 17/03/1858, p.04. (BN)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Lista dos subscritores para a criação da Biblioteca Pública, em 24/04/1858, p.04. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Sociedade Amante do Bem Público, em 02/06/1858, p.03. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Comissão eleita para convidar D. Pedro II para ser protetor da Sociedade Amante do Bem Público, em 18/08/1858, p.03. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Discurso de Silveira da Mota na Sociedade Amante do Bem Público, em 25/08/1858, p.03. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Anúncio de livros, em 20/11/1858, p.04. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Anúncio de venda de Aritmética Prática, em 15/12/1858, p.04. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. José Lourenço de Sá Ribas era inspetor do Liceu, em 05/11/1859. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Anúncios. Hotel Itiberê, em 24/12/1859, p.04. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Catalogo dos livros adotados para as escolas de instrução pública primária de primeira ordem da província do Paraná, em 07/03/1860, p.04. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Assembleia Legislativa. Ata da reunião do dia 20/03/1860, continuação da 2ª discussão do orçamento, em 31/03/1860, p.2 a 7. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Poema de João Manoel da Cunha é declamado em festa de casamento, em 26/09/1860, p.03. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Discurso de Generoso Marques dos Santos em homenagem ao aniversário natalício do Imperador, em 03/12/1862, p.02. (BN)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Cathecismo de Agricultura do Dr. Antonio Castro Lopes, em 30/05/1863, p.03. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Sociedade entre João Manoel da Cunha e Sérgio Francisco de Castro é desfeita, em 25/06/1863, p.04. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Notícias da Corte. Chegada de jornais, em 03/10/1863, p.02. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Circular do Inspetor Geral Interino Joaquim José do Amaral aos subinspetores, em 30/03/1864, p.02. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Ordem ao chefe de polícia para que fizesse as autoridades policiais executarem a obrigatoriedade do ensino em um quarto de légua das escolas, em 13/04/1864, p.01. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Antonio Pereira Rebouças Filho segue para a Corte como representante do Paraná na Exposição Nacional, em 15/09/1866, p.03. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Ofício do IGIP Ernesto Francisco da Lima Santos, em 28/09/1866, dirigido ao vice-presidente da província, em 03/10/1866, p.04. (BN)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Relatório do presidente Polidoro Cesar Burlamaque feito à Assembleia Legislativa em 15/03/1867 e publicado depois no jornal, em 27/04/1867, p.01. (BN)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. José Joaquim Franco Valle atendendo os enfermos da cólera, em Antonina, em 08/05/1867, p.01. (BN)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Relatório de José Feliciano Horta de Araújo (15/02/1868), em 24/02/1868, p.01. (BN)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Termo de exame publicado no jornal, em 09/12/1868, p.03. (BMP).

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Nota de agradecimento a Joaquim Ignácio Silveira da Mota por ter curado um cancro, em 22/09/1869, p. 04. (BMP)

O DEZENODE DE DEZEMBRO. Extinção dos cargos de subinspetores de ensino, em 06/10/1869, p. 02. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Fala do professor João Lopes Barbosa de Albuquerque após exames de seus alunos, em 01/12/1869, p.02. (BN).

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Relatório de Venâncio José de Oliveira Lisboa (15/02/1871), em 18/02/1871, p.01. (BN)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Discurso de João Manoel da Cunha no Liceu, em 05/07/1871, p.04. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Governo Provincial. Acusa o recebimento do ofício de comunicação de fundação do Club Literário de Paranaguá, em 11/09/1872, p.02. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Governo Provincial. Acusa o recebimento do estatuto do Club Antoninense, em 10/09/1873, p.01. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. João Manoel da Cunha assume como Inspetor Geral Interino, em 19/08/1874, p.01. (BN)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Discurso de Agostinho Ermelino de Leão, em 17/03/1875, p.03. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Relatório de João Manoel da Cunha, em 17/03/1875, p.03. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Relatório de João Manoel da Cunha, em 20/03/1875, p.03. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Relatório de João Manoel da Cunha, em 24/03/1875, p.02. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Crédito para a Exposição de Filadélfia (1876), em 10/07/1875, p.02. (BN)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Estatuto da Sociedade Protetora do Ensino Público, em 01/12/1875, p.01 e 02. (BN)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Sobre a participação na Exposição de Filadélfia (1876), em 05/01/1876, p.02. (BN)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. João Manoel da Cunha consegue licença de um ano para sair do país, em 03/03/1877, p.01. (BN)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Escola Gratuita. Discurso de Justiniano de Mello e Silva, em 05/05/1877, p.04. (BN)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Missa em agradecimento pelo retorno de João Manoel da Cunha da viagem à Europa, em 16/05/1877, p.03. (BN)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Propaganda da fábrica de chapéu de luxo, em 10/10/1877, p.04. (BN)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Regozijo. Comemoração por ter sido Generoso Marques dos Santos nomeado segundo vice-presidente da província, em 13/02/1878, p.03. (BN)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. José Joaquim Franco Valle como médico dos colonos da capital, em 13/03/1878, p.01. (BN)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Hóspedes Distintos. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá e Antonio Alves de Araújo juntos em Curitiba, em 13/03/1879, p.03. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. João Manoel da Cunha volta com a família da Corte, no Rio de Janeiro, em 24/09/1879, p.03. (BN)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. José Joaquim Franco Valle era professor de latim do Instituto Paranaense, em 22/10/1879, p.04. (BN)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. José Joaquim Franco Valle era procurador fiscal do governo, em 11/02/1880, p.01. (BN)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Vicente Machado foi nomeado para reger interinamente as cadeiras de Filosofia e Noções de Direito Público do Instituto Paranaense, em 28/06/1882, p.03. (BN)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. João Manoel da Cunha vai para o Congresso de Instrução na Corte, em 23/05/1883, p.02. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Publicação do Regulamento do Ensino Obrigatório, em 13/12/1883, p.01. (BN)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Coriolano Silveira da Mota é Superintendente do Ensino Obrigatório do 12º distrito de Curitiba, em 05/01/1884, p.02. (BN)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Ensino Obrigatório. Convocação dos superintendentes para reunião, em 20/01/1884, p.03. (BN)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Prêmios doados pela Sociedade Humanitária Paranaense, em 05/02/1884, p.01. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. A cidade de Ponta Grossa pede que seja instituída a obrigatoriedade do ensino e é criada a Superintendencia do Ensino Obrigatório, em 05/02/1884, p.03. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. O presidente da província, de acordo com os artigos 51 e 53 do Regulamento do Ensino Obrigatório, resolve declarar estabelecida a obrigatoriedade em Palmas e Ponta Grossa, escrevendo às associações protetoras do ensino das respectivas cidades, em 12/02/1884, p.01. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Membros da diretoria da associação Protetora do Ensino Obrigatório em Ponta Grossa: Vicente Machado da Silva Lima, João Baptista Lustosa Ribas e Antonio Martins de Araújo, em 17/02/1884, p.01. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Relatório de Vicente Machado como Chefe da Superintendência do Ensino Obrigatório, em Ponta Grossa, em 22/04/1884, p.01. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Grau de Imperial Ordem da Rosa concedido aos paranaenses que se destacaram “pelos serviços relevantes prestados ao ensino obrigatório”, em 25/09/1884, p.02. (BN)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Litteratura. Menção a Klopstock, em 10/10/1884, p.02. (BMP)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Teatro S. Theodoro e apresentação da peça Ilusões, em 07/12/1884, p.04. (BN)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Discurso de Generoso Marques dos Santos sobre o Ensino Obrigatório, proferido na Assembleia Legislativa Provincial, em 21/10/1885, p.01. (BN)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Decreto sobre a estrutura da Inspeção do Ensino aprovado pela Assembleia Legislativa e assinado por Generoso Marques dos Santos, em sessão realizada no dia 26/10/1885, em 29/10/1885, p.02. (BN)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Joaquim José Franco Valle era Diretor Geral da Instrução Pública, em 24/07/1886, p.02. (BN)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Joaquim José Franco Valle era médico dos presos pobres da cadeia, professor de latim do Instituto Paranaense, em 11/09/1886, p.02. (BN)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Emiliano David Pernetta foi nomeado oficial do gabinete da secretaria de governo, em 04/01/1890, p.02. (BN)

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Joaquim José Franco Valle era professor de latim na Escola Realista, em 15/01/1890, p.04. (BN)

O FUTURO. Eusébio Silveira da Mota era professor de Português e de Filosofia do Colégio Parthenon Paranaense, em 15/03/1885, p.03. (BN)

O FUTURO. Folhetim. O Casamento, em 30/05/1885, p. 01. (BN)

O FUTURO. Aviso sobre os exames finais, publicado pelo inspetor paroquial Leocádio Correia, em 17/10/1885, p.04. (BN)

O FUTURO. Termo de visita feita pelo IP Leocádio Correia à escola da professora Maria Bernardo Pinto Cordeiro, em 17/10/1885, p.01. (BN)

O FUTURO. Carta que o IP Leocádio Correia enviou ao Reverendo Vigário Padre Marcello Annunziata, em 17/10/1885, p.01. (BN)

O FUTURO. Aviso de exames finais realizados no salão da Câmara Municipal de Paranaguá, em 13/11/1885, p.03. (BN)

O GUARANY. Notícias. Supressão do cargo de Superintendente do Ensino, em 04/03/1891, p.03. (BN)

O JASMIN. Apresentação do primeiro número do periódico, em 20/09/1857, p.01. (BN)

O JASMIN. A Mãe, em 20/09/1857, p.02. (BN)

O JASMIN. A Educação da Mocidade, em 27/09/1857, p.02 e 03. (BN)

O JASMIN. Dever dos Pais de Família, em 18/10/1857, p.01. (BN)

O MUSAICO. O projeto da Sociedade Instrutiva da Bahia. Leibnitz, em 12/06/1846, p. 185 e 186. (BN)

O NOTICIADOR CATHOLICO. Menção a Leibnitz, em 30/05/1848, p. 01. (BN)

O PARANAENSE. Comunicado. Festa em comemoração ao segundo aniversário do Club Literário Campo Languense, em 09/12/1877, p.02. (BMP)

O PARANAENSE. José Joaquim Franco Valle era deputado quando se voltava e aprovava a criação de mais cadeiras de instrução pública primária na província, em 21/05/1878, p.02. (BN)

O PARANAENSE. Críticas à Justiniano de Mello e Silva, em 10/07/1879, p.04. (BN)

O PARANAENSE. A lista de deputados provinciais liberais é publicada, em 13/07/1879, p.04. (BN)

O PARANAENSE. Justiniano de Mello e Silva é presidente do Conselho Literário da capital, em 31/07/1879, p.04. (BN)

O REVERBERO. Jornal do Club dos Estudantes do Instituto Paranaense. Notícias sobre o referido clube e sobre o Club Juvenil, em 30/10/1879, p.03 e 04. (BN)

O SANTELMO. Convite aos estudantes de Curitiba para organizarem um clube literário, em 02/07/1888, p.04. (BN)

O SAPO. Jornais e Revistas publicados no Paraná (1854-1900), nº17, em 03/05/1900, p.06 a 08. (BN)

O SAPO. Doutor Leocádio José Correia, em 20/05/1900, p.01. (BN)

O SETE DE ABRIL. Câmara dos Deputados discutindo o orçamento do Ministério do Império (01/07/1836), p.01, em 13/07/1836. (BN)

O SETE DE ABRIL. Anedota. A pessoa que não pode ler Guizot porque não sabe francês, p.04, em 10/08/1836. (BN)

O SETE DE ABRIL. Embate entre oposição e governo sobre o orçamento, p.01, em 09/08/1837. (BN)

PROVÍNCIA DO PARANÁ. Relatório do Club de Leitura Porto Cimense, em 30/01/1876, p.02 e 03. (BMP)

PROVÍNCIA DO PARANÁ. Instalação da Assembleia Legislativa Provincial, em 13/02/1876, p.03).

PROVÍNCIA DO PARANÁ. Chronica da Assembleia Provincial. Papel e lugar da Assembleia Legislativa, em 27/02/1876, p.03.

PROVÍNCIA DO PARANÁ. O empréstimo de 500:000\$000, em 08/04/1876, p.01. (BN)

PROVÍNCIA DO PARANÁ. Notícia de que João Manoel da Cunha ia para a Europa, em 05/08/1876, p.02. (BN)

PROVÍNCIA DO PARANÁ. Alpha. Inauguração e descrição da diretoria, em 09/12/1876, p.03. (BMP)

PROVÍNCIA DO PARANÁ. Apresentação de conferência sobre a educação da mulher em Fortaleza, feita por Leocádio Pereira da Costa, em 29/11/1877, p.02. (BN)

PROVÍNCIA DO PARANÁ. Conferência sobre a instrução feita por José Palmela, em Antonina (12/08/1877), em 04/09/1877, p.03. (BN)

PROVÍNCIA DO PARANÁ. Festim Literário. Conferência dos oradores do clube realizada no dia 07/09, em 26/09/1879, p. 02. (BMP)

PROVÍNCIA DO PARANÁ. Discurso de abertura dos exames preparatórios no Instituto Paranaense, feito pelo DGIP Euclides Francisco de Moura, em 28/11/1879, p.02. (BN)

REFORMISTA. Instrução Pública, em 05/09/1853, p.04. (BN)

REFORMISTA. Instrução Pública, em 23/09/1853, p.03. (BN)

REVISTA AMERICANA. Gabinete de Guizot e a relação entre a Áustria e o movimento revolucionário na Itália, p.70, ano de 1848/1849. (BN)

REVISTA DO PARANÃ. Imagem de Guaraquessaba, 01/10/1887.

REVISTA DO PARANÃ. Litographia de J.H.Elliot, 30/10/1887, p.04.

REVISTA DO PARANÃ. Local que a litografia de Elliot foi feita, 30/10/1887, p.06.

REVISTA DO PARANÃ. Biografia de Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, em 22/11/1887, p.01.

RIVISTA D'ISTRUZIONE E D'EDUCAZIONE. Celestino Guzzino escreve sobre a dificuldade de se encontrar um bom livro para ser utilizado nas escolas, em 01/10/1870, p.68. (BNF)

RODRIGUES, José Honório. Catálogo de Manuscritos sobre o Paraná. Ministério da Educação e Cultura. Divisão de Obras Raras e Publicações, 1953. (BN)

SETE DE MARÇO. Literatura. Referencia a Herbert Spencer, em 29/08/1888, p.01. (BN)

SETE DE MARÇO. Notícia de que Vicente Machado passou a ser o Superintendente do Ensino no Paraná, em 24/05/1890, p.04. (BN)

VIDA LITERÁRIA. A Vida Literária. Perfil de Domingos Nascimento por Leôncio Correia, em 10/08/1887, p.01. (BN)

25 DE MARÇO. Notícia sobre proposta de reforma na instrução que teria sido feita por Leocádio Correia e o tenente Chaves, em 25/03/1876, p.02. (BN)

YPIRANGA. Instrução Pública. Salvador Coelho é nomeado inspetor de distrito de Mogy das Cruzes, em 21/11/1868. (BN)

Relatórios de governo (presidentes e vice-presidentes de província)

ARAÚJO, José Feliciano Horta de. Relatório dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Paraná, em 15/02/1868. Curityba, Typ. de Candido Martins Lopes, 1868. (APPR)

ARAÚJO, José Thomas Nabuco de. Relatório dirigido à Assembleia Legislativa Provincial da província de São Paulo, em 10/05/1852. São Paulo, Typ. do Governo arrendada por Antonio Louzada Antunes, 1852. (CRL-GRN)

ABRANCHES, Frederico José Cardoso de Araújo. Relatório publicado como anexo do ofício de 08/05/1875, apresentado ao vice-residente Agostinho Ermelino de Leão, em 02/05/1875. Curityba, Typ. de Candido Martins Lopes, 1875a. (APPR)

ABRANCHES, Frederico José Cardoso de Araújo. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, em 15/02/1875. Curityba, Typographia da Viúva Lopes, 1875b. (APPR)

BELLO, Luiz Alves de Oliveira. Relatório apresentado à Brazílio Augusto Machado de Oliveira, em 22/08/1884. Curityba, Typ. Perseverança J. F. Pinheiro, 1884.

BURLAMAQUE, Polidoro Cezar. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, em 15/03/1867. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1867(a). (APPR)

CARDOSO, José Francisco. Relatório na abertura da 1ª sessão da 4ª Legislatura Provincial, em 01/03/1860. Curityba, Typ. de Candido Martins Lopes, 1860. (APPR)

CARVALHAES, José Antonio Vaz. Relatório do vice-presidente para Francisco Liberato de Mattos na entrega da administração, sem data, referente ao ano de 1857 mas publicado em 1858. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1858.

CORREIA, Ildefonso Pereira. Relatório do vice-presidente para o presidente José Cesário de Miranda Ribeiro, por motivo de entrega da administração, em 30/06/1888. Curityba, Typ. da Gazeta Paranaense, 1888.

CORREIA, Ildefonso Pereira. RELATÓRIO DA COMISSÃO DE INSTRUÇÃO. In: Relatório do vice-presidente para o presidente José Cesário de Miranda Ribeiro, por motivo de entrega da administração, em 30/06/1888. Curityba, Typ. da Gazeta Paranaense, 1888.

FARO, João Pereira Darrigue. Relatório do Comendador João Faro, da presidência da província do Rio de Janeiro, em 23/09/1853. Nictheroy, Typographia de Amaral e Irmão, 1853. (CRL-GRN)

FERRAZ, Luiz Pedreira Couto. Relatório do presidente da província do Rio de Janeiro, em 05/05/1851. Rio de Janeiro, Typ. do Diário do Rio de Janeiro, de N. L. Vianna, 1851. (CRL-GRN)

FLEURY, André Augusto de Pádua. Relatório do vice-presidente para a Assembleia Legislativa Provincial, em 21/03/1865. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1865. (APPR)

LEÃO, Agostinho Ermelino de. Relatório do vice-presidente para o presidente Polidoro César Burlamaque, em 06/11/1866. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1866. (APPR)

LINS, Adolpho Lamenha. Relatório na abertura da Assembleia Legislativa provincial, em 15/02/1876. Província do Paraná, Typ. da Viúva Lopes, 1876. (APPR)

MATTOS (a), Francisco Liberato de. Relatório na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, de 07/01/1859. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1859. (APPR)

MATTOS (b), Francisco Liberato de. Relatório do presidente para o vice Luis Francisco da Camara Leal – passagem de administração, de 26/02/1859. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1859. (APPR)

MENEZES, Rodrigo Octávio de Oliveira. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Rodrigo Octávio de Oliveira Menezes passou a administração da Província ao primeiro Vice-Presidente Exm. Sr. Conselheiro Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, em 31/03/1879. Curitiba: Typ. Perseverança, 1879. (APPR)

PEDROSA, João José. Relatório do presidente apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, em 16/02/1881. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Lopes, 1881. (APPR)

REZENDE, Theófilo Ribeiro de. Relatório do vice-presidente para Henrique de Beaurepaire Rohan (entrega de administração), de 06/09/1854. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Lopes, 1854. (APPR)

RIBEIRO, Francisco Antonio. Relatório do presidente à Assembleia Legislativa de Pernambuco, 10/03/1853. Recife, Typ. de M. F. de Faria, 1853. (CRL-GRN)

ROHAN, Henrique de Beaupaire. Relatório do vice-presidente para a Assembleia Legislativa Provincial, em 01/03/1856. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1856.

SARAIWA, José Antonio. Relatório dirigido à Assembleia Legislativa da província de Alagoas, em 20/02/1854. Recife, Typ. de Santos & Companhia, 1854. (CRL-GRN)

SILVA, José Antonio de Oliveira. Relatório do presidente apresentado à Assembleia Provincial de Sergipe, em 08/03/1852. Sergipe, Typ. Provincial, 1852.

SINIMBÚ, João Luis Vieira Cansansão de. Relatório de governo da província do Rio Grande do Sul, em 06/10/1853. Porto Alegre, Typographia do Mercantil, 1853. (CRL-GRN)

WANDERLEY, João Maurício. Relatório do presente à Assembleia Legislativa da Bahia, em 10/03/1854. Bahia, Typ. de Antonio Olavo da França Guerra e Comp., 1854. (CRL-GRN)

VASCONCELLOS, Zacarias de Goes – Relatório na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, de 19/12/1853 a 15/07/1854. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1854, (a).

VASCONCELLOS, Zacarias Goes de. Relatório do presidente para o vice Theófilo Ribeiro de Rezende – passagem da administração, de 01/05/1855. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1855. (APPR)

Relatório de Inspetores de Ensino

BARROS, Bento Fernandes de. Relatório do Inspetor Geral da Instrução Pública do Paraná, em 29/12/1870. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1871.

BORGES, A.C. Relatorio sobre a Instrução Publica da Bahia apresentado ao ILL.mo e Ex.mo SNR Presidente Commendador Alvaro Tiberio de Moncorvo e Lima. Bahia: Typographia de Antonio Olavo da França Guerra e Comp., 1856. Disponível em: www.babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=nrc1.cu56412266;view=1p;seq=38 Acessado em: 04/10/2015.

CORREIA, Leocádio José. Correspondência expedida pelo inspetor paroquial. Livro da Inspetoria Paroquial das Escolas de Paranaguá (1885-1886). Paranaguá, 1886.

CUNHA, João Manoel da. Relatório da Inspetoria da Instrução Pública, apresentado ao presidente da província Frederico José Cardoso de Araújo Abranches. Fonte: O Dezenove de Dezembro, 1875.

MOTA, Joaquim Ignácio Silveira da. Relatório do Inspetor Geral em 31/12/1856. In: Relatório “documentos a que se refere o vice presidente da província José Antonio Vaz de Carvalhaes na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 07/01/1857. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1857.

MOTA, Joaquim Ignácio Silveira da. Relatório do Inspetor Geral em 07/11/1857. In: Relatório do vice presidente da província José Antonio Vaz de Carvalhaes para o presidente Francisco Liberato de Mattos, de 07/01 a aproximadamente 11/11/1857. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1858.

MOTA, Joaquim Ignácio Silveira da. Relatório do Inspetor Geral para o presidente Francisco Liberato de Mattos, em 31/12/1858. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1859.

MOYSÉS MARCONDES. Relatório do Diretor Geral de Instrução Pública Moysés Marcondes de Oliveira e Sá. AP 0666, p.85 a 107, em 18/09/1882.

SANTOS, Ernesto Francisco de Lima. Relatório apresentado ao presidente Polidoro Cezar Burlamaque, em 31/01/1867. Anexo ao relatório do presidente Polidoro Cezar Burlamaque à Assembleia Legislativa, em 15/03/1867. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1867.

SOUZA, João Franco de Oliveira. Relatório do Inspetor Geral, de 31/12/1872, anexo ao relatório do vice presidente Coronel Manoel Antonio de Guimarães apresentado à Assembleia Provincial do Paraná, em 17/02/1873. Curityba. Typographia da Viúva Lopes, 1873.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. Prefácio: Percursos da Leitura. In: **Leitura, história e história da leitura**. Márcia Abreu (org). Campinas, SP: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999.

_____. Diferentes formas de ler. In: **Práticas de Leituras: história e modalidades** (mesa redonda). XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Intercom: Campo Grande, 2001.

ADORNO, Sérgio. **Os Aprendizes do Poder: Bacharelismo Liberal na Política Brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

AGASSIZ, Jean Louis Rodolph, 1807-1873. **Viagem ao Brasil 1865-1866**. Luís Agassiz e Elizabeth Cary Agassiz; tradução e notas de Edgar Süsskind de Mendonça. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

ALMEIDA, Vasti de Sousa. **Brazilio Itiberê da Cunha: diplomata músico**. Curitiba: Editora da UFPR, 2001.

ALVES, Alessandro Cavassin. **João da Silva Machado, Barão de Antonina**. O estudo biográfico e seu contexto histórico. Anais da VII Semana de História: Política e Cultura & Política e Sociedade. Rio de Janeiro: UERJ, 2012. (ISSN2175-83X).

_____. **A província do Paraná (1853-1889)**. A classe política. A parentela no governo. Tese (doutorado em Sociologia). Curitiba, UFPR, 2014.

ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da escola pública contemporânea**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

ALVES, Gilberto Luiz. CENTENO, Carla Villamaina. **A produção de manuais didáticos de história do Brasil: remontando ao século XIX e início do século XX**. Revista Brasileira de Educação, v.14, nº42, set/dez, 2009.

AMARAL, Tarsila do. Das margens do Nilo ao livro moderno. Diário de São Paulo, 08/07/1936. Em: **Crônicas e outros escritos de Tarsila do Amaral**. Organizadora: Laura Taddei Brandini. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

AMOROSO, Marta. Crânios e cachaça: coleções ameríndias e exposições no século XIX. **Revista de História**, São Paulo, v.154, n.1, p. 119-150, 1º semestre 2006.

ANDRADE, Débora El-Jaick. **Semeando os alicerces da nação: história, nacionalidade e cultura nas páginas da revista Niterói**. Revista Brasileira de História, vol.29, nº 58, São Paulo, dec/2009.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. **Uma trama na História: a criança no processo de escolarização nas últimas décadas do Período Imperial** (Lapa, Província do Paraná, 1866-1886). Dissertação (Mestrado em Educação) - Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

_____. **Pais e Filhos na Província do Paraná: uma história da educação da criança pela família.** Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. BARBOSA, Etienne Baldez Louzada. **A instrução pública primária na província do Paraná: uma interpretação a partir da atuação do inspetor Joaquim Ignácio Silveira da Mota (1846-1857).** Revista História Regional 18 (1): 152-177, 2013.

ARAÚJO, José Carlos S. SCHELBAWER, Analete Regina. **História da educação pela imprensa.** Campinas: Alínea, 2007.

ARCHIVIO CENTRALE DELLO STATO. **L'inchiesta Scialoja sulla istruzione secondaria maschile e femminile (1872-1875).** A cura di Luisa Montevicchi e Marino Raicich. Pubblicazioni degli Archivi di Stato. Fonti XXI. Ministero per i Beni Culturali e Ambientale, Ufficio Centrale per i Beni Archivistici, 1995.

AUGUSTO, Maria Helena. Inspeção escolar. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente.** Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pelo Sul do Brasil no ano de 1858.** Rio de Janeiro: INL, 1953. 2 v.

AZEVEDO. Ávila de. **A influência das ideias pedagógicas de Rousseau em Portugal.** Disponível em: <www.ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo541.doc>. Acesso em: 30 jul. 2011.

BAHSL, Aparecida Vaz da Silva. **A busca de valores identitários: a memória histórica paranaense.** Tese (Doutorado em História). Curitiba: UFPR, 2007.

BALHANA, Altiva Pilatti *et al.* **História do Paraná.** Curitiba: Grafipar, 1969.

BANDINI, Gianfranco. **Il salterio, la santacroce e l'alfabeto: l'istruzione primaria nello Stato di Luca nella prima metà dell'Ottocento (1805-1847).** Dottorato di ricerca in Teoria e Storia dei Processi Formativi. Firenze: Università Degli Studi di Firenze, Facoltà di Scienze della Formazione, 1997.

BARBAGLI, Marzio. **Disoccupazione intellettuale e sistema scolastico in Italia (1859-1973).** Bologna: Mulino, 1982.

BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos. **Arte-educação no Brasil: das origens ao modernismo.** São Paulo: Perspectiva, 1978.

BARBOSA, Etienne Baldez Louzada. **Uma teia de ações no processo de organização da inspeção do ensino no Paraná.** Dissertação de Mestrado em Educação. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2012.

_____. **Instrução e arte na escola primária do Paraná no oitocentos: proposições e efetivações (1870-1880)**. Revista HISTEDBR on-line, Campinas, nº 58, p.151-166, set. 2014.

BARBOSA, Etienne Baldez Louzada Barbosa. ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. **De Pai para Filho: educação e instrução de duas gerações de uma família da elite campeira no Paraná oitocentista**. Comunicação Coordenada. X Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. De 25 a 28/08/2014.

BARBOSA, Marinalva. **História Cultural da Imprensa: Brasil (1900-2000)**. Rio de Janeiro: MAUADX, 2007.

BARRA, Valdeniza Maria Lopes da. **Serviço de inspeção da instrução pública na província paulista (1827-1851)**. Guanicuns. Rev. Faculdade de Educação e Ciências Humanas Anicuns. FECHA/FEA. Goiás, 01, 171-187, 2004.

_____. **O Serviço de Inspeção Escolar Paulista e a Gestão da “falta” de professores (1885-1889)**. In: VI Encontro Luso-Brasileiro de História da Educação, Uberlândia, 2006.

BARREIRO, José Carlos. **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BARROS, José D’Assunção. **História Comparada: um novo modo de ver e fazer a história**. Revista de História Comparada, vol.1, nº 1, junho, 2007.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. **A significação educativa do romantismo brasileiro: Gonçalves de Magalhães**. São Paulo: Edusp/Grijaldo, 1973.

BASTOS, A. Wander. **O Estado e a Formação dos Currículos Jurídicos no Brasil. : Brasil, Câmaras dos Deputados: Os Cursos Jurídicos e as Elites Políticas Brasileiras**. Brasília, 1978.

BASTOS, Maria Helena Camara Bastos. **A Formação de Professores para o Ensino Mútuo no Brasil – o Curso Normal para professores de primeiras letras do barão de Gérando**. In: BASTOS, Maria Helena Camara; FARIA FILHO Luciano Mendes de (org). **A Escola Elementar no século XIX. O método monitorial/mútuo**. Passo Fundo: Ediupf, 1999.

_____. **Leituras da Ilustração Brasileira: Célestin Hippeau (1803-1883)**. Revista Brasileira de História da Educação, nº03, jan/jun, 2002.

_____. **De pai para filha**. In: **Destino das letras: história, educação e escrita**. Maria Helena Camara Bastos. Maria Teresa Santos Cunha. Ana Chrystina Venancio Mignot (orgs). Passo Fundo: UPF, 2002.

_____. **Manuais Franceses no Imperial Colégio de D. Pedro II (1856-1892)**. História da Educação – ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v.12, nº26, p.39-58, set/dez, 2008.

BASTOS, Maria Helena Camara. CUNHA, Maria Teresa Santos. MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. **Laços de Papel**. In: **Destino das letras: história, educação e escrita**. Maria Helena

Camara Bastos. Maria Teresa Santos Cunha. Ana Chrystina Venancio Mignot (orgs). Passo Fundo: UPF, 2002.

BASTOS, Maria Helena C. CATANI, Denice Barbara. (Org.). **Educação em revista**. A imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 1997.

BASTOS, Maria Helena Camara. A Formação de Professores para o Ensino Mútuo no Brasil – o Curso Normal para professores de primeiras letras do barão de Gérando. In: BASTOS, Maria Helena Camara; FARIA FILHO Luciano Mendes de (org). **A Escola Elementar no século XIX. O método monitorial/mútuo**. Passo Fundo: Ediupf, 1999.

_____. **As Conferências Pedagógicas dos professores primários do município da Corte**. Permuta das luzes e ideias (1873-1886). João pessoa: ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História, 2003.

_____. **Manuais Escolares Franceses no Imperial Colégio de Pedro II (1856-1892)**. História da Educação, ASPHE/FaE/UFPeL, Pelotas, v.12, n.26 – p.39-58, set/dez, 2008.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos. In: **Leitura, História e História da Leitura**. Márcia Abreu (org). Campinas: Mercado das Letras, 2000.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Práticas de leitura, impressos, letramentos: uma introdução. In: **Leitura: práticas, impressos, letramentos**. Antônio Augusto Gomes Batista e Ana Maria de Oliveira Galvão (orgs). Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. KLINKE, Karine. **Livros escolares de leitura: uma morfologia (1866-1956)**. Revista Brasileira de Educação, nº20, maio/junh/jul/agosto, 2012.

BENCOSTTA, Marcus Levy. VIDAL, Diana Gonçalves. **A historiografia da educação paranaense no cenário da História da Educação Brasileira: 10 anos de pesquisa na Universidade Federal do Paraná (1999-2008)**. Educar em Revista: Editora UFPR, Curitiba, Brasil, n.38, p.295-315, set/dez, 2010.

BINZER, Ina Von. **Os meus romanos, alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil**. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1994.

BISPO, Antonio Alexandre. **Aquae calidae na França e Águas Virtuosas em Minas**. Revista Brasil-Europa. Correspondência Euro-Brasileira, 145/7, 2013:5.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOBBIO, Norberto. **Stato, governo, società**. Frammenti di un dizionario politico. Torino: Einaudi, 2009.

BONETTA, Gaetano. **Storia della scuola e delle istituzioni educative**. Scuola e Processi Formativi in Italia dal XVIII al XX secolo. Giunti Gruppo Editoriale, Firenze, 1999.

BONTEMPI, Bruno. **Mudanças na educação, mudanças na imprensa: a conversão do discurso educacional em opinião pública (O Estado de S. Paulo, 1945-1955)**. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 3. 2004, Paraná. Anais... Paraná: PUC, 2004. p. 1-8.

BOURDIEU, Pierre. **Capital Cultural, Escuela y Espacio Social**. México: Siglo Veinteuno, 1997.

_____. Entrevistado por Maria Andréa de Loyola. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

BORGES, Angélica. **Ordem no ensino: a inspeção de professores primários na capital do Império Brasileiro (1854-1855)**. Dissertação - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

BOSCQ, Marie-Claire Lefils. **A França e os intercâmbios transatlânticos no século XIX**. In: Anais do Colóquio “A circulação transatlântica dos impressos”. São Paulo, USP, 27 a 29/08/2012.

BRITANNICA, Encyclopaedia. **Biografia do alemão Gottfried Wilhelm Leibniz**. Disponível em: <http://www.britannica.com/biography/Gottfried-Wilhelm-Leibniz>. Acessado em 07/08/2015.

BRITANNICA, Encyclopaedia. **Biografia do francês Victor Cousin**. Disponível em: <http://www.britannica.com/biography/Victor-Cousin>. Acessado em 07/08/2015.

BRUFORD, Walter Horace. **The German Tradition of self-cultivation. ‘Bildung’ from Humboldt to Thomas Mann**. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.

BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

CADORI, Sabrina Rosa. **Entre lápis e pincéis: o ensino de desenho e pintura na Escola de Belas Artes e Indústrias do Paraná (1886-1917)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Setor de Educação. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2015.

CANDIDO, Antônio. **A vida ao rés do chão**. In: Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas: Ed. Unicamp, 1992. p. 13-22.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

CARNEIRO, David. **A vida do brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar e sua atuação política**. Sorocaba: Suplemento Brigadeiro Tobias, 15/11/1980.

_____. **História do Paraná no Período Provincial**. Curitiba: Banestado, 1994.

CAROLLO, Cassiana L. et. al. **Dicionário Histórico Biográfico do Paraná**. Curitiba: Livraria do Chain, 1991.

CARULA, Karoline. As Conferências Populares da Glória e as discussões do darwinismo na imprensa carioca (1883-1880). Dissertação (mestrado em História). São Paulo: Unicamp, 2007a.

CARVALHO, José Luiz de. **Entre Pinheirais, Novelas e Aquarela**. O viajante John Henry Elliot e a Vila de Curitiba no século XIX. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Curitiba: Faculdades Integradas Espírita, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, Marcus J. M. de. **Os nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.23, n.45, pp. 209-238, 2003.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Livros, modelos pedagógicos e marcas de leitura na Biblioteca Particular de um Diretor de Instrução Pública paulista**. VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, Uberlândia, MG, abril, 2006.

_____. Uma biblioteca pedagógica francesa para a Escola Norma de São Paulo (1882): livros de formação profissional e circulação de modelos culturais. In: **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. Marcus Levy Albino Bencostta (org). São Paulo: Cortez, 2007.

CASILLO, Regina Barros Correia. **Pintores da Paisagem Paranaense**. Livraria e Editora Solar do Rosário: Curitiba, 2005.

CASTANHA, André Paula. **O Ato Adicional de 1834 e a instrução elementar no Império: descentralização ou centralização?** Tese de doutorado. São Carlos: UFSCar, 2007.

CASTRO, César Augusto. CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez. COELHO, Josivan Costa. Inspetoria da Instrução Pública e Profissão Docente no Maranhã Império. Cad. Pes., São Luís, v.22, n.1, jan/abr. 2015.

CASTRO, Eufrásia Carlita de. **A difusão do livro através de Bibliotecas Particulares em São João Del Rei (1831-1840)**. Monografia em História de Minas Gerais no século XIX, UFSJ, 2003.

CAUSARANO, Pietro. **Combinare l'istruzione coll'educazione**. Municipio, istituzioni civili ed educazione popolare a Firenze dopo l'Unità (1859-1878). Milano: Edizioni Unicopoli, 2005.

CAVALLO, Guglielmo. CHARTIER, Roger. Introducción. In: **Historia de la lectura em el mundo occidental**. Org. Guglielmo Cavallo e Roger Chartier. Altea, Taurus, Alfaguara, 2001.

CELLA, José Renato Gaziero. Positivismo Jurídico no século XIX: relações entre direito e moral do Ancien Régime à Modernidade. In: **Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI**. Fortaleza, CE, 09 a 12 de junho de 2010.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de Fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. **La toma de la palabra y otros escritos políticos**. Edición establecida y presentada por Luce Giard. Traducción de Alejandro Pescador. Serie Historia y Gráfica, 2. Universidade Iberoamericana: Departamento de Historia, 1995.

_____. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHAMON, Carla Simone. **Maria Guilhermina Loureiro de Andrade: a trajetória profissional de uma educadora**. Tese (doutorado). Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2005.

CHAMON, Carla Simone. FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A educação como problema, a América como destino: a experiência de Maria Guilhermina. In: **Viagens Pedagógicas**. MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; GONDRA, José Gonçalves (orgs). São Paulo: Cortez, 2007.

CHAMPFLEURY. Dictionary of Art Historians. Disponível em: <https://dictionaryofarthistorians.org/champfleuryj.htm> Acessado em 10/11/2014.

CHARTIER, Anne-Marie. HÉBRARD, Jean. **Discursos sobre a leitura (1880-1980)**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.

_____. **O mundo como representação**. Estudos Avançados, vol. 5, nº11, p.173-191, jan/abr, 1991.

_____. Textos, Impressão, Leituras. In: HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. Tradução: Jeferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. **Le livre en révolutions: Entretiens avec Jean Lebrun**. Paris: Textuel, 1997.

_____. As revoluções da leitura no Ocidente. In: **Leitura, história e história da leitura**. Márcia Abreu (org). Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura no Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999.

_____. **Cultura escrita, literatura e história: Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit**. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.

_____. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 2002.

_____. **Espacio público, crítica y desacralización em el siglo XVIII.** Los Orígenes culturales de la Revolución Francesa. Gedisa Editorial: Barcelona, Espanha, 2003.

CHERVEL, André. **Quando surgiu o ensino secundário.** Revista Faculdade de Educação, v.18, n.1, p.89-112, jan/jun, 1992.

CHIOSSO, Giorgio. **La questione scolastica in Italia: l'istruzione popolare.** Annali dell'Istituto storico italo-germanico. Bologna: Società editrice il Mulino, 1992

CHOPPIN, Alain. **Les manuels scolaires: histoire et actualité.** Paris: Hachette Éducation, 1992.

_____. **Políticas dos Livros Escolares no mundo: perspectiva comparativa e história.** Revista História da Educação. Pelotas: ASPHE, nº24, jan/abril, 2008.

COELHO, Salvador José Correia. **Passeio à minha terra.** Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

COMELLI, Paulo. **A convenção postal Brasil-França de 1860.** Revista Mosaico, ano IV, nº 11, julho de 1994.

COMPÈRE, Marie-Madeleine. Visiteurs et inspecteurs des collèges avant la Révolution. In: **Deux cents ans d'Inspection générale 1802-2002.** Mélanges historiques. Sous la direction de Jean-Pierre Rioux. Association pour la célébration du bicentenaire d l'Inspection générale de l'Éducation nationale. France: Librairie Arthème Fayard, 2002.

CONTO, Luana de. **Carlos Alberto Nunes, tradutor dos clássicos.** In: Anais XXIII SEC, Araraquara, p. 60-67, 2008.

CORDEIRO, Anna Gabriella de Souza. A Inspeção do Ensino na Província do Rio Grande do Norte durante o Período Imperial. **X Seminário Nacional do HISTEDBR.** Campinas: UNICAMP, 18 a 21 de julho de 2016.

CORRÊA, Amélia. **Imprensa e Política no Paraná:** prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX. Dissertação (mestrado em Sociologia). Curitiba: UFPR, 2006.

CORREA, Rubens. **Brumas do passado:** Dr. Leocádio – médico de homens e almas. Curitiba: Editora IPES, 1995.

CORREIA, Regina Barros. **Pintores da Paisagem Paranaense.** Curitiba: Livraria e Editora Solar do Rosário, 2005.

COSTA, Thiago. **O Brasil Pitoresco de Debret.** Dissertação (mestrado em História). Brasil: Universidade Federal do Mato Grosso, 2011.

_____. **Jean-Baptiste Debret e a Itália.** Revista Historiae, Rio Grande do Sul, v.4, n.1, 37-50, 2013.

COUZIN, Thierry. **Passer par Le XIX ème siècle.** Les frontières, le capitalisme et l'Occident: aux origines européennes de l'unification italienne. Berlin Bruxelles Frankfurt: Lang, 2009.

CUNHA, Cinthia da Silva. **As exposições provinciais do Império: a Bahia e as exposições universais (1866-1888)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2010.

DARCOS, Xavier. **La escuela republicana em Francia: obligatoria, gratuita y laica: la escuela de Jules Ferry, 1880-1905**. Xavier Darcos, traducción de José Angel Melero Mateo. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2008.

DARNTON, Robert. História da Leitura. In: **A escrita da História**. Peter Burke (org). São Paulo: UNESP, 1992.

_____. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DAUPHIN, Cécile. POUBLAN, Danièle. Maneiras de escrever, maneiras de viver: cartas familiares no século XIX. In: **Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar**. Maria Helena Camara Bastos, Maria Teresa Santos Cunha, Ana Chrystina Venancio Mignot (orgs). Passo Fundo: UPF, 2002.

DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna: oito ensaios**. Natalie Zemon Davis. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. Trad. e notas de Sérgio Milliet. 3.ed. São Paulo: Martins, 1954.

_____. **Quarenta paisagens inéditas do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1970.

DELLA VALLE PAUCIULLO, Giuseppina. **L'istruzione a Napoli e nel Mezzogiorno d'Italia negli ultimi duecento anni**. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 2005.

DEL PRIORE, Mary. **O Castelo de Papel: uma história de Isabel de Bragança, princesa imperial do Brasil, e Gastão de Órleans, conde d'Eu**. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.

DENIPOTI, Cláudio. **Páginas de prazer: a sexualidade através da leitura no início do século**. Dissertação (mestrado). Curso de Pós Graduação em História, UFPR, 1994.

_____. **A sedução da leitura**. Livros, Leitores e História Cultural (Paraná – 1880-1930). Tese (doutorado). Curso de Pós Graduação em História, UFPR, 1998.

_____. **Normas e gestualidades da leitura em bibliotecas brasileiras no século XIX**. Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias, nº25, p. 235-252, 2008.

DEPAEPE, Marc. **Order in progress**. Everyday Educational Practice in primary Schools – Belgium, 1880-1970. In cooperation with Kristof Dams, Maurits de Vroede, Betty Eggermont, Hilde Lauwers, Frank Simon, Roland Vandenberghe, Jef Verhoeven. Studia Paedagogica, 29. Belgium: Leuven University Press, 2000.

DI POL, Redi Sante. **Il sistema scolastico italiano**. Origine, evoluzione, situazioni. Torino: Pedagogia Marco Valerio, 2002.

ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Edições 70, 1970.

_____. **Os alemães**. A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Organização de M. Schroeter. Tradução de A. Cabral. Revisão técnica de A. Daher. Rio de Janeiro, Zahar, 1997. 431 p.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Faria Filho, L. M. O jornal e outras fontes para a história da educação mineira do século XIX: uma introdução. In: Araujo, J. C. S.; Gatti Jr, D. (Org). **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 133-150.

_____. Os projetos de Brasis e a questão da instrução no nascimento do Império. In: **Intelectuais e Escola Pública no Brasil: séculos XIX e XX**. Tarcísio Mauro Vago, Juliana Cesário Hamdan, Marilaine Soares Inácio, Hércules Pimenta dos Santos (orgs). Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. Lisboa: Editorial Presença, 1977.

_____. MARTIN, Henri-Jean. **O aparecimento do livro**. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

FERREIRA, Tania Maria Tavares B. Bibliotecas de médicos e advogados do Rio de Janeiro: dever e lazer em um só lugar. In: **Leitura, História e História da Leitura**. Marcia Abreu (org). Campinas: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil: São Paulo: Fapesp, 2000. p.313-333.

FILHO, Alberto Venâncio. **Perfis Parlamentares**. Zacarias de Gois e Vasconcelos. Câmara dos Deputados. Discursos Parlamentares. Seleção e introdução de Alberto V. Filho. Brasília, 1979.

FILHO, Aníbal Ribeiro. **“Club Litterario” de Paranaguá (1872-1972)**. Um século de tradição, cultura e arte. Curitiba: Empresa Gráfica Universal, 1972.

FOCQUAERT, Deirdre. **De Inspectie in England: knecht van veel meesters**. De betekenis van de inspectie in Engeland voor de rationaliteit van het onderwijsbeleid. Master inde Pedagogische. Faculteit Psychologie em Pedagogische Wetenschappen Academiejaar, Universiteit Gent, 2011.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. História da Educação e História Cultural. In: **História e Historiografia a Educação**. Thais Nívia de Lima e Fonseca e Cynthia Greive (orgs). Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FRANÇA, Franciele Ferreira. **Os métodos de ensino na história da educação pública paranaense no século XIX**. Anais do VI Congresso Brasileiro de História da Educação. O Ensino e a Pesquisa em História da Educação: “Invenções, Tradições e Escritas da História da Educação no Brasil”. Vitória: Espírito Santo (UFES), 16 a 19 de maio de 2011.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Tradução Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1999

FURET, François; OZOUF, Mona. **Dicionário Crítico da Revolução Francesa**. Prefácio da edição brasileira: José Guilherme Merquior. Tradução: Henrique de Araújo Mesquita. Editora Nova Fronteira, 1989.

GABELLI, Aristide. **Il metodo d'istruzione nelle scuole elementari d'Italia**. Soc. Bevilacqua Lombardini – Minerbio (Bologna): Studio Editoriale, 1953.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **A circulação do livro escolar no Brasil Oitocentista**. 28ª Reunião da ANPED: Caxambu, 16 a 19/10/2005.

GASPAR, Lúcia. **Viajantes**. (relatos sobre o Brasil, século XVI a XIX). Pesquisa Escolar Online. Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2004. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/> Acessado em 08/06/2014.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. VILLELA, Heloísa de Oliveira S. O Discurso Educacional no século XIX: a Nova Pedagogia em questão. In: **Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**. Uberlândia, MG, 17 a 20 de abril de 2006.

GASPARELLO, Arlete Medeiros. Tradução, apostilas e livros didáticos: ofícios e saberes na construção das disciplinas escolares. In: **Anais do XII Encontro Regional de História**, Anpuh. Rio de Janeiro, 2006.

GENOVESI, Giovanni. **Il pensiero pedagogico**: antologia dei principali scritti sull'educazione. Ferrante Aporti (1791-1858). Firenze: F. L. Monnier, 1969.

GENOVEZ, Patrícia Falco. **Os cargos do Paço Imperial e a Corte no Segundo Reinado**. MÉTIS: História & Cultura, v.1, n.1, 215-137, jan/jun., 2002.

GIGLIO, Célia Maria Benedicto Uma genealogia de práticas educativas na Província de São Paulo: 1836-1876. Tese (Doutorado em Educação) - FE/USP, São Paulo, 2001.

GIGLIO, Célia Maria Benedicto. A civilização pelo olhar: práticas e discursos da inspeção na província de São Paulo no século XIX. In: PINTASSILGO, Joaquim *et. al.* **História da Escola em Portugal: circulação e apropriação de modelos culturais**. Edições Colibri: Lisboa, 2006, p.347-364.

GINZBURG, Carlo. Os pombos abriram os olhos: conspiração popular na Itália do século XVII. In: **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: DIFEL, 1991.

_____. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito. In: **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. Carlo Ginzburg (org). São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GONÇALVES, Rosemeri Conti. **Inspeção Escolar, civilidade e progresso**. In: 27ª Reunião da ANPED, GT nº02 (História da Educação). Caxambu, 2004.

GONDRA, José Gonçalves. Abílio César Borges. In: FÁVERO, Maria de Lourdes & BRITO, Jader. **Dicionário dos Educadores do Brasil**. 2ª edição. Rio de Janeiro: EDUFRRJ, 2002.

_____. **Olhos na América: Uma leitura dos relatórios de C. Hippeau.** In: Revista Educar: Curitiba, nº 19, p.161-185. Editora UFPR, 2002.

_____. SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Exercício de comparação: um normalista da Corte na Europa. In: **Viagens Pedagógicas.** MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; GONDRA, José Gonçalves (orgs). São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Viagens de educadores, circulação e modelos pedagógicos.** Apresentação do Dossiê. In: Revista Brasileira de História da Educação (RBHE), nº22, jan/abril, 2010.

GONTARD, Maurice. O ensino primário em França no século XIX (1815-1914). In: **História Mundial da Educação – III Volume – De 1815 a 1945.** Jean Vial e Gaston Mialaret (orgs). Rés, 1985.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. A literatura como fonte para a história da infância: possibilidades e limites. In: **Para a compreensão histórica da infância.** Alberto Lopes, Luciano Mendes de Faria Filho e Rogério Fernandes (orgs). Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

GRENDI, Edoardo. Microanálise e história social. In: **Exercícios de micro-história.** Mônica Ribeiro Oliveira e Carla Maria Almeida (orgs). Rio de Janeiro: FGV, 2009.

GRUZINSKI, Serge. **A colonização do imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol.** Séculos XVI-XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GUY CAPLAT, **Les inspecteurs généraux de l'Instruction publique.** In: Dictionnaire Biographique, 1802-1914. Guy Caplat (direction). Paris: INRP et CNRS, 1986.

GUY CAPLAT, Bernadette LEBEDEFF-CHOPPIN, **L'inspection générale de l'enseignement supérieur au XIXe siècle,** Paris, INRP, 2002.

HAUPT, Heinz-Gerhard. **Religião e nação na Europa no século XIX: algumas notas comparativas.** Estudos Avançados 22(62), 2008.

HAVELANGE, Isabelle. HUGUET, Françoise. LEBEDEFF, Bernadette. **Les inspecteurs généraux de l'instruction publique.** In: Dictionnaire Biographique, 1802-1914. Guy Caplat (direction). Paris: INRP et CNRS, 1986.

HÉBRAD, Jean. **A lição e o exercício: algumas reflexões sobre a história das práticas escolares de leitura e escrita.** Revista do Centro de Educação: edição 2007, vol.32, nº01 [online].

HEIZER, Alda Lúcia. **Observar o céu e medir a Terra. Instrumentos científicos e a participação do Império do Brasil na Exposição de Paris de 1889.** Campinas: Unicamp, 2005. 233p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Ensino, História e Ciências da Terra, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. Construindo a Escolarização em São Paulo (1820-1840). In: **À Margem dos 500 anos: reflexões irreverentes**. Maria Ligia Coelho Prado, Diana Gonçalves Vidal (orgs). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

HOERNER Jr, Valério. **A vida do Dr. Leocádio**. Prefeitura de Paranaguá, 1979.

INÁCIO, Marcilaine Soares. **O processo de escolarização e o ensino de primeiras letras em Minas Gerais (1825-1852)**. Dissertação (mestrado) Faculdade de Educação da UFMG, 2003.

INÁCIO, Marcilaine S.; FARIA FILHO, Luciano M.; ROSA, Walquiria M.; SALES, Zeli Efigênia S. de. **Escola, Política e Cultura**: a instrução elementar nos anos iniciais do império brasileiro. Belo Horizonte: Argumentum/CNPQ, 2006.

JINZENJI, Mônica Yumi. **A reescrita das fábulas pelos liberais moderados no início do século XIX brasileiro**. 31ª Reunião da ANPED: Caxambu, 19 a 22/10/2008.

JORGE, Sebastião. **Política movida a paixão** – o jornalismo polêmico de Odorico Mendes. São Luís: Departamento de Comunicação Social/UFMA, 2000.

JUNQUEIRA, Eduardo. João Barbalho Uchoa Cavalcanti. **Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República (1889-1930)**. Coordenadora Geral Alzira Alves de Abreu, 2015.

JUSTINO, David. “Escolaridade Obrigatória: Entre a Construção Retórica e a Concretização Política”. Maria de Lurdes Rodrigues (Coord.). **40 anos de Políticas de Educação em Portugal**. Vol. 1 (a Construção do Sistema Democrático de Ensino), Coimbra, 2014, pp. 109-129

KAHN, Pierre. Lições de Coisas e Ensino das Ciências na França no fim do século 19: contribuição a uma História da Cultura. In: **História da Educação** [online]. Porto Alegre, v.18, n.43, maio/ago.2014, p.183-201.

KAUFFMANN, Ethel. O Sucesso científico da Alemanha nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro. **XIII Encontro de História ANPUH**, 2008.

KNAUSS, Paulo. MALTA, Marize. OLIVEIRA, Cláudia de. VELLOSO, Mônica Pimenta. **Revistas Ilustradas** – Modos de ler e ver no Segundo Reinado. Paulo Knauss et. al. (orgs). Editora Mauad: Rio de Janeiro, 2011.

KUHLMANN JR, Moysés. **As grandes festas didáticas**. A educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922). São Paulo, CDAPH, 2001.

_____. Os Intelectuais na Educação da Infância. In: **A Educação e seus sujeitos na História**. Maria de Araújo Nepomuceno, Elianda Figueiredo Arantes Tibali (orgs). Belo Horizonte: ARGUMENTVM, 2007.

LACERDA, Maria Thereza. **Subsídios para a história do teatro no Paraná**. In: Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, v.37, Curitiba, 1980.

LANZARA, Giovan Francesco. **Comportamento ed evoluzione del sistema scolastico italiano**. Bari: Edizioni Milella – Lecce, 1984.

LAVALLE, Aínda Mansani. “**Nos tempos da Província**”. Emília Ericksen e o ensino em Castro. Arquivo Público Municipal de Castro, PR, 1992.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. [sob a direção] Jacques Le Goff, Roger Chartier, Jacques Revel. 5ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **L’Europa raccontata da Jacques Le Goff**. Traduzione di Fausta Cataldi Villari. Roma: Editori Laterza, 2015.

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm von. **Il nuovo método di apprendere ed insegnare la giurisprudenza**. In base ai principi dell’arte didattica premissi nella parte generale, e alla luce dell’esperienza. Saggio introduttivo, traduzione e note di Carmelo Massimo de Iullis. Milano: Giufrè Editore, 2012.

LEITÃO, Nicolau Andresen. **Exposições Universais**. Londres, 1851, Editora Lisboa Expo 98: Lisboa, julho de 1994.

LEITE, Mirian Lifchitz Moreira. **Livros de viagem (1803-1900)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

LIMA, Josiel Machado Santos. **Bibliotecas no Brasil: um olhar histórico**. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, Nova Série, São Paulo, v.6, nº1, p.50-61, jan/jun, 2010.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LOPES, José Reinaldo de Lima. **O Direito na História: Lições Introdutórias**. 2ª edição. São Paulo: Max Limonad, 2002.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos: a guerra dos jornais na Independência (1821-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **O nascimento da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MACEDO, Azevedo. Dr. Generoso. In: **Generoso Marques dos Santos** (Comemorações do seu 1º Centenário). Curitiba: Tipografia Mundial, 1944.

MACEDO, Ragnaia. A mulher como produtora da Arte. Estudo de caso sobre a presença feminina na Academia Imperial e Escola Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro, século XIX. **Annais do VI Congresso Luso Brasileiro de História da Educação**. Minas Gerais: Universidade Federal de Uberlândia, 17 a 20 de abril de 2006.

MACHADO, Maria Helena P. T. **Brasil a Vapor: raça, ciência e viagem no século XIX**. Tese (Doutorado em História). São Paulo: FFLCH, USP, 2005.

MADEIRA, Ana Isabel da Camara Dias. **Redes de difusão-recepção do discurso educacional: John Dewey, o escolanovismo e a circulação do conhecimento pedagógico Portugal – Brasil.** 33ª Reunião da ANPED: Caxambu, 17 a 20/10/2010.

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MANRIQUE, Alfredo Mayorga. **La Inspección Educativa.** Siglo y medio de la inspección educativa em España (1849-1999). Madrid: Grupo Santillana de Ediciones, 2000.

MARCÍLIO, Elaine Cristina. **A ação da Inspetoria Geral da Instrução Pública na Província de Santa Catarina no período de 1874 a 1888:** a precariedade da inspeção escolar como instrumento para a uniformização do ensino. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História da Escola em São Paulo e no Brasil.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 2005.

MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tania Regina de. **História da Imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Maria do Carmo. **Histórias Conectadas do currículo:** circulação de ideias e métodos de pesquisas. 34ª Reunião da ANPED: Natal, RN, 02 a 05/10/2011.

MARTINS, Romário. **Origens de Curitiba.** In: Curitiba. Curitiba: Habitat, 1982.

_____. **História do Paraná.** São Paulo: Rumo, 1939.

MASSARO, Carla. **Famiglie e Scuola in Italia all'indomani dell'unità.** Le carte dell'inchiesta Scialoja (1872-1875). Tesi di Laurea in Pedagogia Generale. Facoltà di Medicina e Psicologia. Sapienza Università di Roma, 2012.

MATOS, Odilon Nogueira de. **Algumas observações sobre a revolução praieira.** Revista de História, ano I, nº 1, p. 83-93, jan./março, 1950.

MEDAWAR, Jean. PYKE, David. **O Presente de Hitler.** Rio de Janeiro: Record, 2003.

MAZZEI, Rita. **Per terra e per acqua.** Viaggi e viaggiatori nell'Europa moderna. Roma: Carocci Editore, 2013.

MELO, Cristiane Silva. MACHADO, Maria Cristina Gomes. **A organização da instrução pública no Estado do Paraná no início da República:** o decreto nº 31, de 29 de janeiro de 1890. Revista HISTEDBR on-line, Campinas, n.38, p.248-260, jun. 2010.

_____. A educação na legislação paranaense: a organização do ensino primário no período de 1889 a 1900. **Anais do VI Congresso Brasileiro de História da Educação.** O Ensino e a Pesquisa em História da Educação: “Invenções, Tradições e Escritas da História da Educação no Brasil”. Vitória: Espírito Santo (UFES), 16 a 19 de maio de 2011.

MENDONÇA, Renato. **Um diplomata na Corte de Inglaterra:** o Barão de Penedo e sua época. Edições do Senado Federal, vol.74, 2006.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. Entre cartas e cartões postais: uma inspiradora travessia. In: **Viagens Pedagógicas**. Ana Chrystina Venancio Mignot, José Gonçalves Gondra (orgs). São Paulo: Cortez, 2007.

MIORIM, Maria Ângela. Memórias de im professor-autor de livros didáticos de Matemática do século XIX: alguns apontamentos. XIII Conferência Interamericana de Educação Matemática. CIAEM-IACME, Recife, Brasil, 2011.

MOACYR, Primitivo. **A Instrução e o Império**: subsídios para a História da Educação no Brasil, 1854-1888. 2º volume. São Paulo: Companhia Nacional, 1937.

MOLLIER, Jean-Yves. **A leitura e seu público no mundo contemporâneo**: ensaios sobre a história cultural. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

MORAIS, Christianni Cardoso. **Leitores mineiros oitocentistas e suas busca pela difusão das práticas de letramento**. 26ª Reunião da ANPED: Caxambu, 05 a 10/10/2003.

MORAIS, Maria Arisnete C. **A leitura de romances no século XIX**. Cadernos Cedes, Campinas, v.19, nº45, julho de 1998.

MOYSÉS, Sarita Maria A. **Literatura e história**: imagens de leitura e de leituras no Brasil no século XIX. In: Discurso Histórico e Narrativa Literária, 1998.

MUNHOZ, Fabiana Garcia. **Experiência Docente no século XIX – Trajetória de professores de primeiras letras da 5ª Comarca da província de São Paulo e da província do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 2012.

MURICY, Andrade. **O Símbolo à sombra das araucárias** (memórias). Conselho Federal de Cultura e Departamentos de Assuntos Culturais, 1976.

NARADOWSKI, Mariano. **Infância e Poder**: a conformação da Pedagogia Moderna. Tradução de Mustafá Yasbek. Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco, 2001.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **Os vestígios do leitor**: a biblioteca pedagógica de Sílvio Romero. ANPUH, XXII Simpósio Nacional de História, João Pessoa, 2003.

NEVES, Dimas Santana Souza. **Razões de Estado**: as reformas da instituição pública em Mato Grosso, Minas Gerais e Corte Imperial (1851-1859). Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação - UERJ, 2009.

NICOLAS, Maria. **Cem anos de vida parlamentar**. Deputados provinciais e estaduais do Paraná. Assembleias Legislativas Constituintes. Curitiba: Paraná, 1954.

NÓVOA, António. **Le Temps des Professeurs** – Analyse sócio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII-XX siècle). Préface de Daniel Hameline. Volume I. Série: Pedagogia 5. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica: Imprensa de Coimbra, 1987.

NUNES, Samanta. TAMURA, Bertha Miyuki. **Revisão Histórica das Águas Termais**. Revista Surgical & Cosmetic Dermatology. Sociedade Brasileira de Dermatologia, vol. 4, nº 3, 2012.

O IMPARCIAL. **Odorico Renasce**. Publicado em 10/05/2009, p. 01. Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/projetos/OdoricoMendes/23.pdf> Acessado em 29/06/2014.

OLIVEIRA, Maria Cecília Marins. **O ensino primário na província do Paraná (1853-1889)**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1986.

_____. **Fiscalização e controle nas escolas do Paraná Província: origem, organização e processo de desenvolvimento**. 2º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil. 13 a 15 de outubro. UNIOESTE, Cascavel, 2005.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **The Spectator, o teatro das luzes**. São Paulo: Hucitec, 1995.

_____. **A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX**. Cadernos de Pesquisa, nº104, p.144-161, julho, 1998.

_____. **As muitas faces da história**. Nove entrevistas. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PANCRÁCIO, Paulo Jorge Moura Pires. **História da Medicina Internacional no século XIX**. Mestrado Integrado em Medicina. Área: História da Medicina. Faculdade de Medicina do Porto (FMUP), março, 2012.

PANIZZOLO, Cláudia. **João Kopke e a Escola Republicana: criador de leituras, escritor da modernidade**. Tese (doutorado). PUC-SP, 2006.

PASTRE, Marcelo. Instrução Pública na Província do Paraná: Processo Civilizador e Legislação. ANPUH, XXIII Simpósio Nacional, **Annais...**, Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2005.

_____. **Clube Curitibano: representações de lazer na formação da sociedade curitibana**. Tese (Doutorado) Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba: São Paulo, 2009.

PAUFERRO, Nezilda do Nascimento Silva. **As matrizes históricas da inspeção escolar no Brasil: mecanismo de controle do trabalho docente em Alagoas (1840-1889)**. Dissertação (mestrado em Educação). Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2010.

PAULO, Marco Antonio Rodrigues. WARDE, Mirian Jorge. **A instalação do serviço de inspeção escolar na província de São Paulo (1835-1887)**. Cadernos de História da Educação – v.12, n.1 – jan./jun.2013.

PELLEGRIN, Nicole. **Histoires d'historiennes**. Paris: Publications de l'Université de Saint-Étienne, 2006.

PENA, Eduardo Spiller. **O jogo da face: a astúcia escrava frente aos senhores e a lei na**

Curitiba Provincial. (Dissertação de Mestrado) 2vols. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1990.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Semeando iras rumo ao progresso:** (ordenamento jurídico e econômico da Sociedade Paranaense, 1829-1889). Curitiba: Editora da UFPR, 1996.

PEREIRA, Magnus R. M.; SANTOS, Antonio C. A. Códigos de Posturas Municipais. In: PEREIRA, Magnus R. M. (Org.). **Posturas Municipais do Paraná 1829-1895**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003, p. 19.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Imagens da nação, do progresso e da tecnologia:** a Exposição Universal da Filadélfia de 1876. Anais do Museu Paulista, São Paulo. n. ser. v. 2, p. 151-167 jan. / dez. 1994.

_____. **Exposições Universais:** Espetáculos da Modernidade do século XIX. Editora Hucitec: São Paulo, 1997.

PILOTTO, Osvaldo. **Cem anos de Imprensa no Paraná (1854-1954)**. Curitiba: Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1976.

PINHEIRO, Roseane Arcanjo. **Sob os ventos da Independência:** Odorico Mendes e o jornalismo político no século XIX no Maranhão. Associação Brasileira em Jornalismo. VII Encontro Nacional de Jornalismo. UFMA, São Luís, novembro de 2010.

POLLACK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, p. 3-15, 1989.

_____. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, p. 200-212, 1992.

POMBO, Francisco da Rocha. **Paraná no Centenário**. Rio de Janeiro: Curitiba, José Olympio Ed./SEC, 1990.

PROST, Antoine. **Fronteiras e espaços do privado**. In: Prost, A.; Vincent, G. (Org). História da vida privada, 5: da Primeira Guerra aos nossos dias. São Paulo: Cia. das Letras, 1992. p. 13-153.

QUINTELA, Raphael. **Les périodiques brésiliens em France au XIXe siècle**. Master d'histoire culturelle et sociale. Université de Versailles/Saint-Quentin em Yvelines. Institut d'études culturelles. Septembre, 2013.

REBOUL-SCHERRER, Fabienne. **Les Premiers Instituteurs, 1883-1882**. Paris: Hachette, 1994.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção social. In: **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Jacques Revel. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

_____. A história ao rés-do-chão. In: **A herança imaterial: trajetórias de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Giovanni Levi. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

RIOUX, Jean-Pierre. **Para uma História Cultural**. Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli (direção). Editorial Estampa, 1998.

_____. **Deux cents ans d'Inspection générale 1802-2002**. Mélanges historiques. Sous la direction de Jean-Pierre Rioux. Association pour la célébration du bicentenaire d l'Inspection générale de l'Éducation nationale. France: Librairie Arthème Fayard, 2002.

RIZZINI, Irma. **A politicagem na instrução pública da Amazônia Imperial: combates à política d aldeia**. Revista Brasileira de História da Educação, v. 10, p. 11-43, 2005.

ROCHE, Daniel. **Por que partir e por que voltar?** In: Revista 18'n, Centro da Cultura Judaica, ano IX, nº31, dez, 2011.

RODRIGUES, Manuel Augusto. **Problemática religiosa em Portugal no século XIX, no contexto europeu**. Análise Social, vol. XVI (61-61), 1980 – 1º, 2º, 407-428.

ROTHBARD, Murray N. **Educação: Livre e Obrigatória**. Tradução de Filipe Rangel Celeti. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2013.

RUSSEL, Bertrand. **A filosofia de Leibniz**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

SÁ, Bruno V. de. COELHO, Maria Thereza A. D. MENDES, José S. R. **A Escola do Recife e o Pensamento Racial no século XIX**. In: VI Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade". São Cristóvão, Sergipe, 2012.

SAINT-HILARE, Auguste. **Viagem a comarca de Curitiba**, 1820. Trad. de Carlos da Costa Pereira. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1964. 189p.

_____. **Viagem a Curitiba e Santa Catarina**. Belo Horizonte; Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

SANI, Roberto. TEDDE, Angelino. **Maestri e istruzione popolare in Italia tra Otto e Novecento**. Interpretazione, prospettive di ricerca, esperienze in Sardegna. Milano, Itália: Vita e Pensiero Università, 2003.

SANI, Roberto. Istituti religiosi e istruzione popolare nella Roma Pontificia: aspetti di uma modernizzazione scolastica ed educativa. In: **Scuola e itinerari formativi dallo stato pontificio a Roma capitale**. L'istruzione primaria. A cura di Carmela Covato e Manola Ida Venzo. Milano: Edizioni Unicopoli, 2007.

SANTANA, Paulo Vinícios Silva de. **Clero em tempo de transição: vida material e bibliotecas pessoais no século XIX**. Associação Nacional de História (ANPHU), XIV Encontro, Rio de Janeiro: Unirio, 19 a 23/07/2010.

SANTANA, Ivan Justen. **Emiliano Pernetta: vida e poesia de província?** Tese de Doutorado em Letras. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Curitiba: UFPR, 2015.

SANTOS, Arthur Ferreira dos. Generoso Marques, Político. In: **Generoso Marques dos Santos** (Comemorações do seu 1º Centenário). Curitiba: Tipografia Mundial, 1944.

SANTOS, Marcos Florence Martins. **Letras e Artes no Brasil: a consolidação da crítica no Segundo Reinado**. Fundação Biblioteca Nacional – MinC, 2010.

SANTOS, Paulo Coelho Mesquita; COSTA, Adilson Rodrigues da. A Escola de Minas de Ouro Preto, a 'Sociedade de Geographia Economica de Minas Geraes' e as Exposições Universais do final do século XIX e início do século XX. **REM: R. Esc. Minas**, Ouro Preto, v. 58, n. 3, p. 279-285, jul/set 2005.

SAUTHIER, Etienne. **Aux sources de la civilisation : Les jeunes élites brésiliennes et le voyage en Europe dans la seconde moitié du XIX^{ème} siècle (1850-1914)**. RITA, n° 4 : décembre 2010, (en ligne), Mise en ligne le 10 décembre 2010. Disponible en ligne <http://www.revue-rita.com/traits-dunion-thema-59/aux-sources-de-la-civilisation.html>.

SAVOIE, Philippe. La rude jeunesse d'un corps 1802-1850. In: **Deux cents ans d'Inspection générale 1802-2002**. Mélanges historiques. Sous la direction de Jean-Pierre Rioux. Association pour la célébration du bicentenaire d l'Inspection générale de l'Éducation nationale. France: Librairie Arthème Fayard, 2002.

SCHELBAUER, Analete Regina. **Método Intuitivo e Lições de Coisas: uma ideia em circulação no jornal A Província de São Paulo**. In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, de 17 a 20/04/2006.

SCHRIEVER, Jürgen. **Sistema Mundial e Inter-Relacionamento de redes: a internalização da Educação e o papel da Pesquisa Comparada**. Revista Bras. Est. Pedag. Brasília, v.76, n.182/183, p.241-304, jan/ago. 1995.

_____. **Formas de externalização no conhecimento educacional**. EDUCA, Lisboa: Imprensa de Coimbra, 2001.

SCHUELER. Alessandra Frota M. **Crianças e escolas na passagem do Império para a República**. Revista Brasileira de História, v.19, n.37, São Paulo, sep. 1999.

_____. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo , v. 19, n. 37, p. 59-84, Sept. 1999 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100004&lng=en&nrm=iso>. access on 22 Oct. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881999000100004>.

_____. **"Infância desamparada" no asilo agrícola de Santa Isabel: instrução rural e infantil (1880 – 1886)**. Educação & Pesquisa. vl.26 n.1 p.119-133, São Paulo, Jan./June 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v26n1/a09v26n1.pdf>>. Acesso em: 10/08/2013.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. GONDRA, José Gonçalves Gondra. **Reformas educativas, viagem e comparação no Brasil oitocentista: o caso de Uchoa Cavalcanti (1879).** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.34, p.437-448, set/dez. 2008.

SCHWARCZ, Lilian. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930).** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. **Nas barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2ªed, 1999.

_____. **A longa viagem da Biblioteca dos Reis.** Do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SCHWARCZ, Roberto. As Ideias Fora do Lugar. **Ao vencedor as batatas.** Forma Literária e processo social nos indícios do romance brasileiro. Livraria Duas Cidades. Editora 34, 1977, p.11-31.

SEMERARO, Angelo. **Il sistema scolastico italiano.** Roma: Carocci Editore, 1999.

SENEDA, Marcos Cesar. **A fundamentação das ciências compreensivas: a posição de Dilthey reconstruída a partir de Leibniz, Wolf e Kant.** Revista Princípios, Natal, v.14, n.22, jul/dez, 2007, p.123-144.

SILVA, Camila Borges da. As comendas honoríficas e a construção do Estado Imperial (1822-1831). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História (ANPUH).** São Paulo, julho de 2011.

SILVA, Helen de Castro. A Biblioteca da Fazenda Pinhal: uma representação da leitura no Brasil dos Oitocentos. In: **Olhar: ciência, tecnologia e sociedade.** HOFFMANN, W.A.M; FURNIVAL, A.C.M (orgs). São Carlos: Pedro e João Editores, 2008.

SILVA, José Niepce. A execução técnica e as condições de tráfego da E.F.PR”, cita: Em: **Cinquentenário da Estrada de Ferro do Paraná – 1885 – 5 de fevereiro – 1935.** Publicação comemorativa da Rede de Viação PR-SC, 1935.

SILVA, Luiz Antonio Gonçalves da. **Bibliotecas Brasileiras vistas pelos viajantes no século XIX.** Ci. Inf., Brasília, DF, v.39, nº 1, p.67-87, jan/abr., 2010.

SILVA, Maria Beatriz da. **A cultura brasileira: da reforma da Universidade à Independência do Brasil.** Lisboa, Editorial Estampa, 1999.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Cultura letrada e cultura oral no Rio de Janeiro dos vice-reis.** São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SILVA, Vivian Batista. **Saberes em viagem nos manuais pedagógicos: construções da escola em Portugal e no Brasil (1870-1970).** 29ª Reunião da ANPED: Caxambu, 15 a 18/10/2006.

SILVA, Wellington Barbosa da. **Rebeldes encarcerados: repressão policial durante a Revolução Praieira (Recife, 1848-1849).** História Social, n.16, primeiro semestre de 2009.

SIQUEIRA, Luis. **De La Salle a Lancaster: os métodos de ensino na escola de primeiras letras sergipana (1825-1875)**. Dissertação de Mestrado. São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe, 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, Cristiane Vitorio de. **As leituras pedagógicas de Sílvia Romero**. Dissertação em Educação. São Cristóvão, SE, Universidade Federal de Sergipe, 2006.

SOUZA, Gizele de. ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. A criança, os ingênuos e o ensino obrigatório no Paraná. In: VIDAL, Diana. SÁ, Elizabeth Figueiredo de. SILVA, Vera Lucia Gaspar da. **Obrigatoriedade Escolar no Brasil**. Cuiabá: Editora da Universidade Federal do Mato Grosso, 2013.

SOUZA, Gizele. GASPAS da SILVA, Vera Lucia. Museus Pedagógicos: Um vasto arsenal para o debate. In: Franciele Ferreira França; Carolina Ribeiro Cardoso da Silva e Cristina Carla Sacramento. (Org.). **História da Educação, Infância e Cultura Material: Estudos produzidos por Grupos de Pesquisa da UDESC, UFPR e UNICAMP**. 1ed. Florianópolis: Editora da UDESC, 2015, v. 1, p. 17-30.

SOUZA, Rosa Fátima de. Espaço da Educação e da civilização: origens dos grupos escolares no Brasil. In: **O Legado Educacional do século XIX**. Rosa Fátima de Souza. Vera Teresa Valdemarin. Jane Soares de Almeida. Araraquara: UNESP: Faculdade de Ciências e Letras, 1998.

_____. História da Cultura Material Escolar: uma balanço inicial. In: **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. Marcus Levy Bencostta (org). São Paulo: Cortez, 2007.

_____. A escola modelar da República e a escolarização da infância no Brasil: Reflexões sobre uma investigação comparada em âmbito nacional. In: **Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870-1930)**. Rosa Fátima de Souza, Vera Lúcia Gaspar da Silva, Elizabeth Figueiredo de Sá (organizadoras). Cuiabá: EdUFMT, 2013.

STRAUBE, Ernani Costa. **Biblioteca Pública do Paraná: sua história**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2006.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. **Impérios em concorrência: histórias conectadas nos séculos XVI e XVII**. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais, 2012.

TAMBARA, Elomar Antonio Callegaro. **Livros de Leitura nas escolas do ensino primário no século XIX no Brasil**. 26ª Reunião da ANPED: Caxambu, 05 a 10/10/2003.

TEIXEIRA, Anísio. **Um educador: Abílio César Borges**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.18, n.47, jul/dez. 1952.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. **Circulação de modelos de leitura para professores: as atualidades pedagógicas e a biblioteca museu do ensino primário**. 30ª Reunião da ANPED: Caxambu, 07 a 10/10/2007.

TRINDADE, Etelvina. **Clotildes ou Marias**. Curitiba: Fundação Cultural, 1996.

VALDEZ, Diane. **A representação de infância nas propostas pedagógicas do Dr. Abílio César Borges: o Barão de Macahubas (1856-1891)**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 2006.

VARGAS, Túlio. **O Conselheiro Zacarias**. Curitiba: Juruá, 2008.

VECHIA, Ariclê. A Educação Feminina em Curitiba na Primeira Década do Período Provincial. SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA - **Anais da XVI-Reunião**, Curitiba. PR, 1996, p. 249 – 252.

VECHIA, Ariclê; LORENZ, Karl Michael (org). **Programa de Ensino da Escola secundária Brasileira (1850-1951)**. Curitiba: Ed. Do Autor, 1998.

VEIGA, Cláudio. **Caetano Moura, Médico**. Jornal *A Tarde*. Salvador: Bahia, 03/06/1976.

_____. **Sobrevivência de um escritor** – Caetano Moura. Universitas, Salvador (19, especial): p.29-43, 1978.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

VENDRAMINI, Ferruccio. **Un uomo di scuola: il bellunese Francesco Gazzetti e l'istruzione elementare nell'Ottocento**. Verona, Itália: Cierre Edizioni, 2011.

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. Trad. De Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneip. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. 285 p.

VINCENT, Guy. LAHIRE, Bernard. THIN, Daniel. **Sobre a história e a teoria da forma escolar**. Educação em Revista: Belo Horizonte, nº 33, junho, 2001.

VIDAL, Diana. **Culturas Escolares**. Estudos sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX). Coleção Memória da Educação, Campinas: Autores Associados, 2005.

VIDAL, Diana Gonçalves. SCHWARTZ, Cleonara Maria. Sobre Cultura Escolar e História da Educação: questões para debate. In: **História das Culturas Escolares no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2010.

VIDAL, Diana Gonçalves. SILVA, Vera Lucia Gaspar. Por uma história sensorial da escola e da escolarização. In: CASTRO, César Augusto (org). **Cultura material escolar: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS) – 1870/1925**. São Luís: EDUFMA: Café&Lápis, 2011.

VIEIRA, Clarice Menezes. **A Formação do Estado e do Mercado Nacionais Alemães: uma perspectiva histórica**. Tese (doutorado em Economia). Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 2006.

VIGO, Giovanni. Istruzione e sviluppo econômico in Italia nel secolo XIX. Torino: Industria Libraia Tipografica Editrice, 1971.

VILLALTA, Luiz Carlos. **Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: usos do livro na América Portuguesa**. Tese (doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP, 1999.

VINCENT-BUFFAULT, Anne. **Da amizade: uma história do exercício da amizade nos séculos XVIII e XIX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Autobiografias, memórias y diários como fuente histórico-educativa: tipologia y usos. In: BERRIO, JulioPuiz (ed) **La Cultura Escolar de Europa**. Tendencias históricas emergentes. Madrid: Biblioteca Nueva, 2000.

_____. Viajes que educan. In: **Viagens Pedagógicas**. MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; GONDRA, José Gonçalves (orgs). São Paulo: Cortez, 2007.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

WESTPHALEN, Cecília. Uma Cidade Portuária nos meados do século XIX. Anais do VII Simpósio Nacional de Professores Universitários de História (ANPUH). **A Cidade e a História**. Eurípedes Simões de Paula (org). São Paulo, Brasil, 1974.

_____. **Política Paranaense no século XIX**. Rev. Parana. Desenvolv., Curitiba, n.87, jan/abr., p.51-63, 1996.

_____. **Afinal, existiu ou não regime escravo no Paraná?** Revista da SBPH. São Paulo, n.13, 1997.

_____. **Porto de Paranaguá, um sedutor**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1998.

WOLKMER, Antonio Carlos. **História do Direito no Brasil**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

ZAMBALDI, Ida. **Storia della scuola elementare in Italia**: ordinamenti, pedagogia, didattica. Roma: Istituto Superiore di Pedagogia de Pontificio Ateneo Salesiano, 1975.

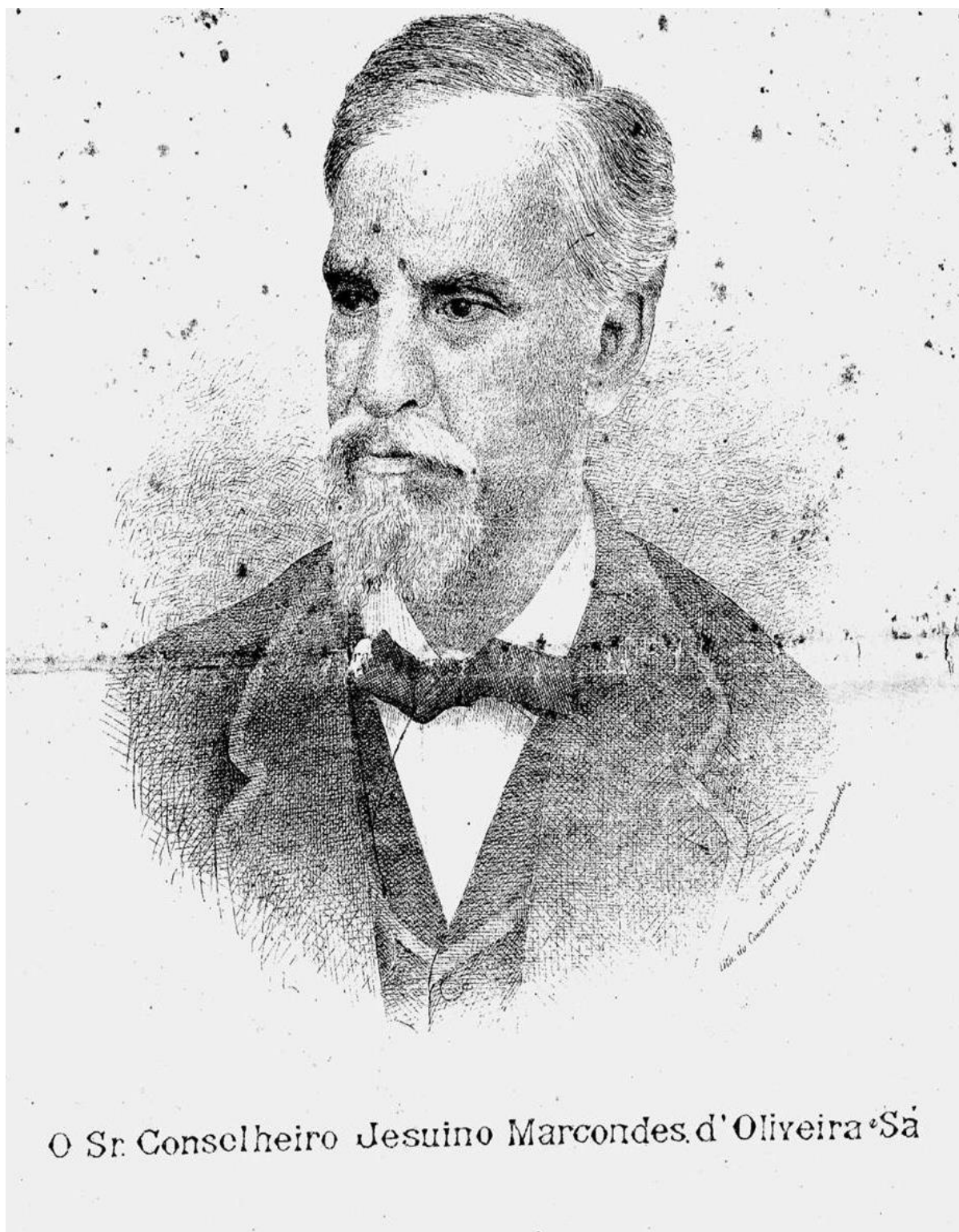
ZILBERMAN, Regina. Leitura literária e outras leituras. In: **Leitura: práticas, impressos, letramentos**. Antonio Augusto Gomes Batista, Ana Maria de Oliveira Galvão (org). Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ZUSAK, Markus. **A menina que roubava livros**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.

ANEXOS

Fonte: Arquivo Público do Paraná - Julius Platzmann

ANEXO II



Anexo 2: Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá
Fonte: Revista do Paraná (1887)

APÊNDICES

APENDICE I



João Manoel da Cunha



Leocádio Correia



Bento Fernandes de Barros



Justiniano de Mello e Silva



Joaquim Ignácio Silveira da Mota



Tertuliano Teixeira de Freitas



Bruno Henrique de Almeida Seabra



Laurindo Abelardo de Brito



Jesuínio Marcondes de Oliveira e Sá



Sérgio Francisco de Souza Castro



Generoso Marques dos Santos



Euclides Francisco de Moura



José Candido da Silva Muricy



Augusto Lobo Moura



José Joaquim Franco Valle



João Pereira Lagos

Apêndice 1: Imagens dos Inspetores/Diretores Gerais da Instrução Pública do Paraná
Fonte: Jornais e Revistas do acervo da Casa da Memória

APENDICE II

NOME	LOCAL	FUNÇÃO	ANO ³⁸⁶
Antonio José de Faria	Antonina	Inspetor de Instrução	1854
José Dias Barbosa	Antonina	Inspetor de Instrução	1854 - 1855
Dr. Carlos Frederico Marques Perdigão	Antonina	Inspetor de Instrução	1855
Antonio Alves Araújo	Antonina	Subinspetor	1857 - 1858 - 1864 - 1879
Francisco Ferres Pinheiro	Antonina	Subinspetor	1859
Francisco Ferreira Correa	Antonina	Inspetor de Distrito	1861
Reverendo Manoel José de Souza	Antonina	Subinspetor	1861 - 1864
Manoel José de Sousa	Antonina	Subinspetor	1869 - 1874 ³⁸⁷
Dr. Raymundo Furtado de Albuquerque	Antonina	Inspetor de Distrito	1871
Dr. José Justiniano de Mello ³⁸⁸	Antonina	Inspetor de Distrito	1872 - 1873
Padre Manoel José de Sousa	Antonina	Inspetor Paroquial	1875 - 1878 - 1879
João Manoel Ribeiro Vianna	Antonina	Inspetor Paroquial	1880 - 1881 - 1882 - 1884 - 1890 ³⁸⁹
Francisco Alves Guimarães	Antonina	Inspetor Paroquial	1881
Antonio Arlindo Pereira	Araucária	Inspetor Literário	1890
Antonio Ricardo do Santos Sobrinho	Arraial Queimado	Subinspetor	1869

³⁸⁶ Salientamos que os traços aqui utilizados apenas separam os anos e não demonstram a continuidade na função.

³⁸⁷ Inspetor Paroquial

³⁸⁸ Em alguns documentos comparece como José Justino de Mello.

³⁸⁹ Inspetor Literário.

Joaquim Antonio dos Santos	Arraial Queimado	Inspetor Paroquial	1872 - 1873
Jeronimo Mendes dos Santos	Arraial Queimado	Inspetor Paroquial	1876 - 1877 - 1878
Joaquim Antonio dos Santos Souza	Arraial Queimado	Inspetor Paroquial	1878 - 1880 - 1881 - 1882
Gabriel Ribas Cordeiro Netto	Arraial Queimado	Inspetor Paroquial	1890
José Borges de Macedo	Assunguy	Subinspetor	1869 - 1870 - 1871
Antonio Jacinto Nóbrega	Assunguy	Subinspetor	1870 - 1880 ³⁹⁰ - 1882
Joaquim Severo Corrêa	Assunguy	Subinspetor	1871
Nicolao Gentil	Assunguy	Inspetor Literário	1890
Manoel de Oliveira Cercal ³⁹¹	Campo Largo	Inspetor de Instrução	1854 - 1855 - 1858 1859
Padre Lourenço Justiniano Ferreira Bello	Campo Largo	Subinspetor	1861
Francisco Pinto de Azevedo Portugal	Campo Largo	Subinspetor	1870
José Mathias Millen	Campo Largo	Inspetor Paroquial	1872
Antonio Machado de Lima	Campo Largo	Inspetor Paroquial	1874
João Antonio Ferreira	Campo Largo	Inspetor Paroquial	1875 - 1876
Bacharel Antonio Bley	Campo Largo	Inspetor Paroquial	1876 - 1877
Arthur Henrique de Figueiredo e Mello	Campo Largo	Inspetor Paroquial	1878 - 1880
João Serapião Nascimento	Campo Largo	Inspetor Paroquial	1881
José de Almeida Torres	Campo Largo	Inspetor Paroquial	1881 - 1882 - 1884
Antonio Ribeiro de Macedo	Campo Largo	Inspetor Paroquial	1885
Manoel Affonso Ennes	Campina Grande	Inspetor Paroquial	1882 - 1884
Laurindo Abelardo de Britto	Castro	Inspetor de Instrução	1855

³⁹⁰ Inspetor Paroquial.

³⁹¹ Em 1858 como subinspetor, nome dado a função.

Vicente Ferreira da Silva Bueno	Castro	Inspetor de Distrito	1857
Dr. Antonio Vespasiano de Albuquerque	Castro ³⁹²	Inspetor de Distrito	1858 - 1859
Francisco de Paula Ferreira Ribas ³⁹³	Castro	Subinspetor	1859 - 1860
Joaquim Anacleto da Fonseca	Castro	Inspetor de Distrito	1860
Joaquim José Marques de Souza	Castro	Inspetor de Distrito	1861
Victor de Azambuja Cidade	Castro	Inspetor de Distrito	1861
Victor de Azambuja	Castro	Subinspetor	1861 - 1863
Dr. João Severiano Martins da Cunha	Castro	Subinspetor	1864
Joaquim Anacleto da Fonseca	Castro	Subinspetor	1869 - 1870
Conrado Caetano Erichsen	Castro	Inspetor Paroquial	1870 - 1871 ³⁹⁴ - 1872 1873 - 1875
Rafael Teixeira Cardoso Pimentel	Castro	Inspetor Paroquial	1878 - 1884
Dr. Manoel da Cunha Lopes Vasconcellos	Castro	Inspetor Paroquial	1878 - 1879 - 1881 1882
Candido Antonio Pereira	Castro	Inspetor Paroquial	1882
Olegário Rodrigues de Macedo	Castro	Inspetor Paroquial	1885
Antonio J. Madureira	Castro	Inspetor Paroquial	1889
Gustavo Rumblesperger	Colônia Thereza	Subinspetor	1859 - 1860 - 1861
Victor de Azambuja Cidade	Colônia Thereza	Inspetor de Distrito	1861
Manoel d'Oliveira Franco	Curitiba	Inspetor de Instrução	1854
Francisco José Rodrigues	Curitiba	Inspetor de Instrução	1854
Padre Agostinho Machado de Lima	Curitiba	Inspetor de Instrução	1854
Cor. Joaquim José Pinto Bandeira	Curitiba	Inspetor de Distrito	1856

³⁹² Castro e mais Jaguariaíva, Tibagi, Ponta Grossa, Colônia Tereza, Guarapuava e Palmas.

³⁹³ Era inspetor de distrito em 1860 quando faleceu.

³⁹⁴ Inspetor de Distrito.

Bento Fernandes de Barros	Curitiba	Inspetor de Distrito	1857 - 1858 - 1859 1871
Augusto Lobo de Moura ³⁹⁵	Curitiba	Subinspetor	1859 - 1861
Joaquim Lourenço de Sá Ribas	Curitiba	Inspetor de Distrito	1861
Ernesto Francisco da Lima Santos	Curitiba	Inspetor de Distrito	1862
Dr. Joaquim de Almeida Faria	Curitiba	Inspetor de Distrito	1871 - 1875
Tertuliano Teixeira de Freitas	Curitiba	Inspetor de Distrito	1872
Araldo Manoel Erichsen	Curitiba	Inspetor Paroquial	1875
Joaquim José Carneiro	Curitiba	Inspetor Paroquial	1877
Euclides Francisco de Moura	Curitiba	Inspetor Paroquial	1884
Pedro Collachini	Curitiba ³⁹⁶	Inspetor Paroquial	1890
Fernando Martins Marques	Curitiba ³⁹⁷	Inspetor Literário	1890
Albino Schimmchyfeng	Curitiba ³⁹⁸	Inspetor Literário	1890
José Antonio Gonçalves ³⁹⁹	Freguesia das Conchas	Inspetor Paroquial	1874 - 1875 - 1881 - 1888
Joaquim Ferreira Pinto	Freguesia das Conchas	Inspetor Paroquial	1888
Antonio Amida Fiusa	Freguesia Therezinha	Inspetor Paroquial	1883 - 1888
Felisbino Caetano Pinto	Freguesia Therezinha	Inspetor Paroquial Inspetor Literário	1888 - 1889 1890
João Negrão	Freguesia São Pedro do Anhaia	Inspetor Literário	1890
Padre Antônio Braga Araújo	Guarapuava	Inspetor de Instrução	1854
Francisco Manuel de Assis França	Guarapuava	Subinspetor	1858 - 1861 - 1864 - 1873 ⁴⁰⁰ -

³⁹⁵ Em 1861 era inspetor de distrito.

³⁹⁶ Do bairro Água Verde.

³⁹⁷ Do bairro Campo Cumprido.

³⁹⁸ Do bairro Botiatuvinha.

³⁹⁹ Em alguns documentos comparece como Vigário João Antonio Gonçalves.

			1874 ⁴⁰¹ - 1875 - 1880 - 1881 - 1884
João Antonio de Araújo e Vasconcellos	Guarapuava	Subinspetor	1859
Bacharel Francisco Xavier da Silva	Guarapuava	Subinspetor	1864
Pedro Aloys Scherer	Guarapuava	Subinspetor	1869 - 1870
Gustavo Marcondes de Albuquerque	Guarapuava	Inspetor de Distrito	1871 - 1872 - 1873
Pedro Alves da Costa Machado	Guarapuava	Inspetor Paroquial	1889
Vidal da Silva Ferreira	Guaraquessava	Subinspetor	1857 - 1858 - 1861
Francisco Ferreira Correa	Guaraquessava	Inspetor de Distrito	1861
Antonio Manoel Baptista	Guaraquessava	Subinspetor	1861
João Izidoro da Costa Silva	Guaraquessava	Subinspetor	1865 - 1866
Cônego Antonio Bragão de Araújo	Guaraquessava	Subinspetor	1866
José da Cunha Marques	Guaraquessava	Subinspetor	1866
Jordão Homem Pedroso	Guaraquessava	Subinspetor	1867
Antonio Manoel Baptista	Guaraquessava	Subinspetor Inspetor Paroquial	1870 - 1873 - 1874 - 1875 - 1877 - 1880
Luis Ramos Figueira	Guaraquessava	Inspetor Paroquial	1878 - 1881 - 1885
Francisco de Paula Miranda	Guaraquessava	Inspetor Paroquial	1885 - 1889 - 1890 ⁴⁰²
Capitão Manoel Pereira Liberato	Guaratuba	Subinspetor	1858
Fernando Antonio de Miranda	Guaratuba	Subinspetor	1859
Francisco Ferreira Correa	Guaratuba	Inspetor de Distrito	1861
Antonio José da Rocha	Guaratuba	Subinspetor	1861 - 1884 ⁴⁰³ - 1885

⁴⁰⁰ Comparece como Inspetor de Distrito.

⁴⁰¹ Inspetor Paroquial.

⁴⁰² Inspetor Literário.

Joaquim Cândido da Rocha	Guaratuba	Subinspetor	1867 - 1882
João Manoel Pereira	Guaratuba	Subinspetor	1869 - 1870
Eugênio Guimarães Rebello	Guaratuba	Inspetor de Distrito	1871
Norberto José de Miranda	Guaratuba	Inspetor Paroquial	1875 - 1877
Donato Rofrano	Guaratuba	Inspetor Paroquial	1880 - 1881
José da Costa Braga	Guaratuba	Inspetor Paroquial	1885
Manoel Tavares de Miranda	Guaratuba	Inspetor Paroquial	1885 - 1888 - 1889
João Antonio de Sá Ribas	Iguassu	Inspetor de Instrução	1854
Luiz Antonio de Sá Ribas	Iguassu	Subinspetor	1858 - 1861
Lorenço Taborda Ribas de Andrade	Iguassu	Subinspetor	1871
Padre José Vigário Guerra	Iguassu	Inspetor Paroquial	1872
Joaquim Gonçalves Pasiano	Iguassu	Inspetor Paroquial	1874 - 1878
Sesino Pereira de Souza	Iguassu	Inspetor Paroquial	1878 - 1880 – 1884 - 1889
José Joaquim da Costa	Iguassu	Inspetor Paroquial	1885 - 1888
Antonio Arlindo Pereira	Iguassu	Inspetor Paroquial	1888
Manoel Gonçalves Ferreira	Iguassu	Inspetor Paroquial	1888
Capitão D. Carlos Balthazar da Silveira	Ilha do Mel	Subinspetor	1865
Antonio Luis Bittencourt	Ilha do Mel	Inspetor Paroquial	1888
Antonio dos Santos Avila	Imbituva	Inspetor Paroquial	1881
Luis Antonio Penteado	Imbituva	Inspetor Paroquial	1887 - 1888 - 1889 - 1890
José Bernardes de Mascarenhas	Jaguariaíva	Inspetor Paroquial	1874 - 1875 - 1878 - 1880 - 1881
Joaquim Carneiro da Silva Lobo	Jaguariaíva	Inspetor Paroquial	1881
Pedro Carneiro de Mello	Jaguariaíva	Inspetor Paroquial	1885 - 1886 - 1887

⁴⁰³ Inspetor Paroquial.

Olympio Ferreira Lobo	Jaguariaíva	Inspetor Paroquial	1887 - 1888
Joaquim Ferreira Lobo Nenê	Jaguariaíva	Inspetor Paroquial	1887 - 1888 - 1889
Major Thomaz José Muniz	Jatahy	Subinspetor	1871
Henrique J. Pires Martins	Jatahy	Inspetor Paroquial	1874 - 1875
Joaquim José Barboza de Macedo	Jatahy	Inspetor Paroquial	1880 - 1881 - 1882
Antonio Diniz Gonçalves	Jatahy	Inspetor Paroquial	1885 - 1889
Francisco Alves Guimarães	Lapa ⁴⁰⁴	Inspetor de Distrito	1872 - 1873
Araldo Manoel Erichsen	Lapa	Inspetor Paroquial	1874
Emigdio Westphalen	Lapa	Inspetor Paroquial	1878
Conrado Caetano Erichsen	Lapa	Inspetor Paroquial	1879 - 1880 - 1881 - 1882
Manoel Pedro dos Santos Lima	Lapa	Inspetor Literário	1890
José Ignácio de Loyola	Morretes	Inspetor de Instrução	1854
Comend. Manoel Francisco Correa Jr.	Morretes	Inspetor de Instrução	1854 - 1855 - 1856 - 1857
Manoel Gonçalves Marques	Morretes	Subinspetor	1857 - 1858
Francisco Ferreira Correa	Morretes	Inspetor de Distrito	1861
Joaquim Pedro da Rocha	Morretes	Subinspetor	1861
Joaquim Antonio Guimarães	Morretes	Subinspetor	1864
José Maria de Macedo	Morretes	Subinspetor	1864
Caetano Alves de Paula	Morretes	Subinspetor	1865
José Clementino de Oliveira	Morretes	Subinspetor	1870
Raymundo Furtado de Albuquerque	Morretes	Inspetor de Distrito	1871
José Celestino de Oliveira	Morretes	Inspetor Paroquial	1872 - 1873 - 1874
José Jacintho da Silva	Morretes	Inspetor Paroquial	1873

⁴⁰⁴ Até então, nos anos anteriores a 1872, os inspetores da Lapa compareciam neste quadro na localidade denominada Príncipe. No dia 07 de março de 1872, a Vila Nova do Príncipe teve seu território desmembrado de Curitiba e foi emancipada como município, passando a se chamar Lapa, nome pelo qual o lugar era conhecido devido à grande quantidade de pedras existentes na região.

José Gonçalves de Moraes	Morretes	Inspetor Paroquial	1877 - 1881 - 1882- 1885
Joaquim José Alves	Morretes	Inspetor Paroquial	1879
Padre José Jacintho de Linhares	Morretes	Inspetor Paroquial	1879 - 1880 - 1881- 1884 - 1885 - 1889 1890
Francisco Mariano Ferreira	Morretes	Inspetor Paroquial	1881
Antonio de Oliveira Ribas ⁴⁰⁵	Palmas	Inspetor de Instrução Subinspetor	1854 - 1855 - 1858 - 1861 - 1869
Antonio Joaquim do Amaral Cruz	Palmas	Inspetor Paroquial	1873 - 1877 - 1880
Campolim José de Araújo	Palmas	Inspetor Paroquial	1882
Vigário Achilles Saporiti	Palmas	Inspetor Paroquial	1882
Manoel Lins de Sousa ⁴⁰⁶	Palmas	Inspetor Paroquial	1882 - 1884 1887- 1888
José Prudêncio Marcondes	Palmeira	Subinspetor	1857
Felisberto Mariano de Oliveira Ribas	Palmeira	Subinspetor	1858 - 1861 - 1864
Vigário Antonio Machado de Lima	Palmeira	Subinspetor	1864 - 1865
Manoel José da França Borges	Palmeira	Subinspetor	1865
Reverendo José Antonio Camargo e Araújo	Palmeira	Subinspetor	1866
João de Araújo França	Palmeira	Subinspetor	1867 - 1869
Antonio Caetano Oliveira Nhosinho	Palmeira	Inspetor Paroquial	1871
Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá	Palmeira	Inspetor Paroquial	1879 - 1880 - 1881
Padre João Baptista de Oliveira	Palmeira	Inspetor Paroquial	1881 - 1885
Tristão Cardoso de Menezes	Palmeira	Inspetor Literário	1890
Manoel Antonio Guimarães	Paranaguá	Inspetor de Instrução	1854 - 1874 ⁴⁰⁷ - 1875

⁴⁰⁵ Nomeado em concordância com proposta do Inspetor Geral.

⁴⁰⁶ Em outros documentos aparece como Manoel Luiz de Souza.

João Ladislau J. A de Figueiredo Milla	Paranaguá	Inspetor de Instrução	1854
Manoel Antonio Pereira Alves	Paranaguá	Inspetor de Distrito	1856
Cônego Gregório José Lopes Nunes	Paranaguá	Inspetor de Distrito	1857
Dr. Francisco Ferreira Corrêa	Paranaguá	Inspetor de Distrito	1858 - 1861
João Machado Lima ⁴⁰⁸	Paranaguá	Subinspetor	1859 - 1860
Ricardo Augusto da Silva Rego	Paranaguá	Inspetor de Distrito	1860 - 1861
Albino José da Cruz	Paranaguá	Inspetor Paroquial	1861 ⁴⁰⁹ - 1862 - 1864 - 1874
Francisco Ferreira Correa	Paranaguá	Inspetor de Distrito	1862
Luiz Antonio Coelho da Silva	Paranaguá	Inspetor de Distrito	1862 - 1863
Cap. Lourenço Ferreira de Sá Ribas	Paranaguá	Subinspetor	1863 - 1864
José Ferreira Pinheiro	Paranaguá	Subinspetor	1865
Ignácio José Couto da Silva	Paranaguá	Subinspetor	1870
Eugênio Guimarães Rebello	Paranaguá	Subinspetor	1870 - 1871 ⁴¹⁰ - 1872 - 1873
Leocádio José Correa	Paranaguá	Inspetor Paroquial	1877 - 1878 - 1879 - 1885
Bacharel Cesário José Chavantes	Paranaguá	Inspetor Paroquial	1879 - 1880
Joaquim Antonio Pereira Alves	Paranaguá	Inspetor Paroquial	1880 - 1881 - 1882
Annibal J. Fiaborini	Paranaguá	Inspetor Paroquial	1882
José Leandro da Costa	Paranaguá	Inspetor Paroquial	1882 - 1883 - 1884 - 1885
Antonio Luis Bittencourt	Paranaguá	Inspetor Paroquial	1887 - 1888 - 1889
Honório Décio da Costa Lobo	Paranaguá	Inspetor Paroquial	1889
Tacito Correia	Paranaguá	Inspetor Paroquial	1889 - 1890

⁴⁰⁷ Era da Câmara Municipal e estava exercendo interinamente o cargo de inspetor da instrução pública, “para o bom andamento dos trabalhos” (AP0447, 13/10/1874, p.278). Inspetor de Distrito.

⁴⁰⁸ Em 1860 era inspetor de distrito.

⁴⁰⁹ Subinspetor.

⁴¹⁰ Inspetor Paroquial e depois comparece na documentação como Inspetor de Distrito, no mesmo ano.

Marcello Annunviato	Paranaguá	Inspetor Literário	1890
Antonio Ribeiro de Macedo	Paranaguá	Inspetor Literário	1890
José da Cunha Marques	Peças	Subinspetor	1867
Joaquim José Carneiro	Pirahy	Inspetor Paroquial	1875
João José Boeno ⁴¹¹	Pirahy	Inspetor Paroquial	1880 - 1881 - 1884
Julio Martins Pedrozo	Pirahy	Inspetor Paroquial	1885
Diogo Lopes dos Santos	Pirahy	Inspetor Paroquial	1889 - 1890
Padre Anacleto Teixeira Baptista	Ponta Grossa	Subinspetor	1858 - 1859 - 1862 - 1861 - 1863
Victor de Azambuja Cidade	Ponta Grossa	Inspetor de Distrito	1861
Joaquim Manoel Alves Carneiro	Ponta Grossa	Subinspetor	1869
Reverendo Manoel de Souza	Ponta Grossa	Subinspetor	1864
Coronel Francisco de Assis Ribas	Ponta Grossa	Subinspetor	1864
Fernando Peiteado Rosas	Ponta Grossa	Subinspetor	1854 - 1857 - 1869 - 1870
Bonifácio José Villela	Ponta Grossa	Inspetor Paroquial Inspetor Literário	1872 - 1874 - 1878 - 1890
Tristão Cardoso de Menezes	Ponta Grossa	Inspetor Paroquial	1878 - 1880 - 1881 - 1882 - 1883 - 1889
Aroldo Manoel Erichsen	Ponta Grossa	Inspetor Paroquial	1883
Francisco Ferreira Correa	Porto de Cima	Inspetor de Distrito	1861
Manoel Gonçalves Marques	Porto de Cima	Subinspetor	1861 - 1864 - 1880 ⁴¹² - 1882 - 1884
Manoel Ribeiro de Macedo Júnior	Porto de Cima	Subinspetor	1864
Antonio Ribeiro de Macedo	Porto de Cima	Subinspetor	1870 - 1875 ⁴¹³

⁴¹¹ Em documento diferente aparece como Joaquim José Bueno.

⁴¹² Inspetor Paroquial.

⁴¹³ Inspetor Paroquial.

Vicente Ferreira de Loyola	Porto de Cima	Inspetor Paroquial	1873
João Negrão	Porto de Cima	Inspetor Paroquial	1873 - 1874
Francisco Marques Pereira da Silva	Porto de Cima	Inspetor Paroquial Inspetor Literário	1890
Antonio Alves de Oliveira	Príncipe	Inspetor de Instrução	1854
Miguel José Correa	Príncipe	Subinspetor	1859 - 1860
Firmino José dos Santos Lima	Príncipe	Subinspetor	1860 - 1861 - 1864
Pedro Fortunato de Souza Magalhães	Príncipe	Subinspetor	1864
Miguel José Correa	Príncipe	Subinspetor	1869
Tenente coronel João Baptista de Oliveira Ribas	Rio Negro	Subinspetor	1858 - 1861 - 1863
Tenente Francisco Xavier de Assis	Rio Negro	Subinspetor	1863 - 1864
João Taborda Ribas	Rio Negro	Subinspetor	1864
Padre João Evangelista Franco	Rio Negro	Subinspetor	1870
João de Oliveira Franco	Rio Negro	Inspetor Paroquial	1872 - 1873 - 1874 - 1875
Mathias Taborda Ribas	Rio Negro	Inspetor Paroquial	1878
João Bley	Rio Negro	Inspetor Paroquial	1880 - 1881 - 1882- 1885
Laurindo Joaquim Bello	Rio Negro	Inspetor Paroquial	1885
Saturnino Olintho da Silva	Rio Negro	Inspetor Paroquial Inspetor Literário	1889 1890
Antonio dos Santos Avila	Santo Antonio de Imbituva	Inspetor Paroquial	1878
Antonio da Roza Goeis	S.J. Boa Vista	Inspetor Paroquial	1878
José Pereira do Espírito Santo	S.J. Boa Vista	Inspetor Paroquial	1879
João Pereira dos Passos Camarão	S.J. Boa Vista	Inspetor Paroquial	1879
Capitão Francisco José de Almeida Lopes	S.J. Boa Vista	Inspetor Paroquial	1879 - 1881
Candido Antonio Pereira	S. J. Boa Vista	Inspetor Paroquial	1881
Rodrigo Octávio Ferreira Lobo	S.J. Boa Vista	Inspetor Paroquial	1885

João Torquato Piedade	S.J. Boa Vista	Inspetor Paroquial	1887 - 1888
Nicolau Menta de Carvalho	S.J. Boa Vista	Inspetor Paroquial	1889
Francisco Ferreira Novaes	S.J. Boa Vista	Inspetor Literário	1890
Domiciniano Correa Machado	S.J. do Christianismo	Inspetor Paroquial	1873
Padre João Baptista Ferreira Bello	S. J. Pinhais	Inspetor de Instrução	1854 - 1882
José Joaquim de Passos Oliveira	S. J. Pinhais	Subinspetor	1857 - 1858 - 1861 1862
Francisco de Paula Prestes Bianco	S. J. Pinhais	Subinspetor	1862 - 1864
Padre Francisco José Correia Bittencourt	S. J. Pinhais	Subinspetor	1870 - 1878
Padre João Baptista Ferreira Bello	S. J. Pinhais	Inspetor Paroquial	1864 ⁴¹⁴ - 1878 - 1881 - 1884
Joaquim José Bueno	S.J. Pinhais	Inspetor Paroquial	1881
João Isidoro da Costa e Silva	Serra Negra	Subinspetor	1867
Celso Cezar da Cunha	Serro Azul	Inspetor Paroquial	1880
Fernando de Restorff	Serro Azul	Inspetor Literário	1890
Francisco Ferreira Correa	Superagui	Inspetor de Distrito	1861
Domingos Afonso Coelho	Superagui	Subinspetor	1867
Antonio Ennes Bandeira	Tamandaré	Inspetor Literário	1890
Domingos Martins de Araújo	Tibagi	Inspetor de Instrução	1855 - 1858 - 1859
Jordão do Castro e Silva	Tibagi	Subinspetor	1860
Victor de Azambuja Cidade	Tibagi	Inspetor de Distrito	1861
Jordão do Couto e Silva	Tibagi	Subinspetor	1861
José Borges de Almeida Taques	Tibagi	Inspetor Paroquial	1874 - 1875
Zeferino Alves de Castro Machado	Tibagi	Inspetor Paroquial	1879 - 1880 - 1881 - 1882 - 1884
José Machado Pinto	Tibagi	Inspetor Paroquial	1889

⁴¹⁴ Subinspetor.

Vidal de Oliveira Rocha	Triunpho	Inspetor Paroquial	1880 - 1881 - 1884
Carlos José de Oliveira e Souza	Triunpho	Inspetor Paroquial	1885
Serafim F. de Andrade	Triunpho	Inspetor Paroquial	1889
João Egas Garvid	Triunpho	Inspetor Literário	1890
Carlos Eugenio de Andrade Guimarães	União da Vitória	Inspetor Paroquial	1888
Tito Augusto Portocarrero	União da Vitória	Inspetor Paroquial	1888 - 1889
Capitão José Mathias Miller	União da Vitória	Inspetor paroquial	1888
Antônio Jacintho Nóbrega	Votuverava	Subinspetor	1865
Fortunato Laurindo do Bonfim	Votuverava	Inspetor Paroquial	1878
João Baptista de Faria	Votuverava	Inspetor Paroquial	1879 - 1881 - 1885
Antonio Joaquim Ribeiro	Votuverava	Inspetor Paroquial	1882 - 1885 - 1890 ⁴¹⁵

Apêndice II: Inspetores do Paraná de 1854 a 1890

Fonte: Correspondências de Governo (APs), jornais e periódicos paranaenses (1854 a 1890)

⁴¹⁵ Inspetor Literário.